DIAGNÓSTICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA

Análise da Relação Municipal de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e Processos de Aquisição praticados pelos Municípios Brasileiros em 2018

Caracterização dos Municípios Participantes

CADERNO 1

CONASEMS
CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Ficha técnica

Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS

Presidente: Wilames Freire Bezerra
Vice-Presidente: Charles Cezar Tocantins
Vice-Presidente: Cristiane Martins Pantaleão

Comitê Executivo do Projeto Diagnóstico da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica

Catarina Batista da Silva Moreira
Elton da Silva Chaves
Helena Diaz da Silveira
Hisham Mohamad Hamida
Jônatas David Gonçalves Lima
Karen Sarmento Costa

OPAS

Socorro Gross Galiano
André Lacerda Ullysses de Carvalho
Kathiaja Souza Miranda

Coordenação Técnica Geral

Orenzio Soler

Elaboração de Texto

Orenzio Soler
Verônica Batista Gomes Leitão

Colaboração

Andreia Turmina Fontanella

Revisor Técnico

Elton da Silva Chaves
Karen Sarmento Costa
Leonardo Regis Leira Pereira

Design, Projeto Gráfico e Diagramação

Sense Design & Comunicação

Revisão de Português

Karla Amorim Sancho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)

Orenzio Soler;Verônica Batista Gomes Leitão
Caracterização dos municípios participantes [livro eletrônico] : análise da relação municipal de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica e processos de aquisição praticados pelos municípios brasileiros em 2018: caderno 1 / Orenzio Soler, Verônica Batista Gomes Leitão; organização Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); coordenação Orenzio Soler. -- 1. ed. -- Brasília : CONASEMS, 2022. -- (Diagnóstico da assistência farmacêutica na atenção básica) PDF

Bibliografia.
ISBN 978-85-63923-19-6

1. Administração municipal - Brasil 2. Assistência farmacêutica 3. Atenção básica à saúde - Brasil 4. Medicamentos - Política governamental - Brasil 5. Políticas públicas 6. Saúde pública - Brasil 7. Sistema Único de Saúde (Brasil) I. Leitão, Verônica Batista Gomes. II. Título. III. Série.

22-117654 CDD-362

Índices para catálogo sistemático:
1. Assistência farmacêutica : Aspectos sociais e políticos : Bem-estar social 362
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Caracterização dos Municípios Participantes

CADERNO 1

CONASEMS
CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.
PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME POR REGIÃO 79

FIGURA 2.
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME POR PORTE POPULACIONAL 81

FIGURA 3.
POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE O CBAF DA RENAME POR REGIÃO GEOGRÁFICA 82

FIGURA 4.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO ACRE QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 83

FIGURA 5.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS ACREANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 84

FIGURA 6.
MÉDIA DO PIB* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ACREANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 85

FIGURA 7.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ACREANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 85

FIGURA 8.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ACREANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 86

FIGURA 9.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DO ACRE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 86

FIGURA 10.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ACREANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 86

FIGURA 11.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DO ACRE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 87

FIGURA 12.
NÚMERO DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) REGISTRADAS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DO ACRE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 87

FIGURA 13.
MÉDIA DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ACREANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 88

FIGURA 14.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS (SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE) PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ACREANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 88

FIGURA 15.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS (SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE) PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ACREANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 89

FIGURA 16.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE ALAGOAS QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 90

FIGURA 17.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 91

FIGURA 18.
MÉDIA DO PIB* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ALAGOANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 93

FIGURA 19.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ALAGOANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 93

FIGURA 20.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ALAGOANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 94

FIGURA 21.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 94

FIGURA 22.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ALAGOANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 95

FIGURA 23.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 95

FIGURA 24.
NÚMERO DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) REGISTRADAS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 96

FIGURA 25.
MÉDIA DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ALAGOANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 96

FIGURA 26.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS (SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE) PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ALAGOANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 97

FIGURA 27.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS (SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE) PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E ALAGOANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 98

FIGURA 28.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO AMAPÁ QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 99

FIGURA 29.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS AMAPAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 100

FIGURA 30.
MÉDIA DO PIB* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAPAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 101

FIGURA 31.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAPAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 101

FIGURA 32.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAPAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 102

FIGURA 33.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 102

FIGURA 34.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAPAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 102

FIGURA 35.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DO AMAPÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 103

FIGURA 36.
NÚMERO DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) REGISTRADAS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DO AMAPÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 103

FIGURA 37.
MÉDIA DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAPAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 104

FIGURA 38.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS (SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE) PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAPAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 104

FIGURA 39.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS (SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE) PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAPAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 105

FIGURA 40.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO AMAZONAS QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 106

FIGURA 41.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 107

FIGURA 42.
MÉDIA DO PIB* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAZONENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 108

FIGURA 43.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAZONENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 109

FIGURA 44.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAZONENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 109

FIGURA 45.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 110

FIGURA 46.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAZONENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 110

FIGURA 47.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 111

FIGURA 48.
NÚMERO DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) REGISTRADAS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 111

FIGURA 49.
MÉDIA DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAZONENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 112

FIGURA 50.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS (SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE) PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAZONENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 112

FIGURA 51.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS (SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE) PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E AMAZONENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 113

FIGURA 52.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DA BAHIA QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 114

FIGURA 53.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 115

FIGURA 54.
MÉDIA DO PIB* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 118

FIGURA 55.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 119

FIGURA 56.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 120

FIGURA 57.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DA BAHIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 121

FIGURA 58.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 122

FIGURA 59.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DA BAHIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 123

FIGURA 60.
NÚMERO DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DA BAHIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 124

FIGURA 61.
MÉDIA DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 125

FIGURA 62.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 126

FIGURA 63.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 127

FIGURA 64,
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO CEARÁ QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 129

FIGURA 65.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 130

FIGURA 66.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 133

FIGURA 67.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 133

FIGURA 68.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 134

FIGURA 69.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 135

FIGURA 70.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 135

FIGURA 71.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME 136

FIGURA 72.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 137

FIGURA 73.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 138

FIGURA 74.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 139

FIGURA 75.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 140

FIGURA 76.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO ESPIRITO SANTO QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 141

FIGURA 77.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 142

FIGURA 78.
MÉDIA DO PIB* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CAPIXABAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 143

FIGURA 79.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CAPIXABAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 144

FIGURA 80.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 144

FIGURA 81.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 145

FIGURA 82.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CAPIXABAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 145

FIGURA 83.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 146

FIGURA 84.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 146

FIGURA 85.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CAPIXABAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 147

FIGURA 86.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CAPIXABAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 147

FIGURA 87.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CAPIXABAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 148

FIGURA 88.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE GOIÁS QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 149

FIGURA 89.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS GOIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 150

FIGURA 90.
MÉDIA DO PIB* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GOIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 153

FIGURA 91.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GOIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 153

FIGURA 92.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GOIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 154

FIGURA 93.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 154

FIGURA 94.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GOIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 155

FIGURA 95.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 156

FIGURA 96.
NÚMERO DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 157

FIGURA 97.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GOIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 157

FIGURA 98.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GOIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 158

FIGURA 99.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GOIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 159

FIGURA 100.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO MARANHÃO QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE FONTE: CONASEMS, BRASIL, 2018. 160

FIGURA 101.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 161

FIGURA 102.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MARANHENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 164

FIGURA 103.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MARANHENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 164

FIGURA 104.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MARANHENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 165

FIGURA 105.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO MARANHÃO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 166

FIGURA 106.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MARANHENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 166

FIGURA 107.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO MARANHÃO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 167

FIGURA 108.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO MARANHÃO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 168

FIGURA 109.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MARANHENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 169

FIGURA 110.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MARANHENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 170

FIGURA 111.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MARANHENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 171

FIGURA 112.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 172

FIGURA 113.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 173

FIGURA 114.
MÉDIA DO PIB* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 175

FIGURA 115.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 176

FIGURA 116.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 177

FIGURA 117.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 178

FIGURA 118.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 178

FIGURA 119.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 179

FIGURA 120.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 180

FIGURA 121.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 180

FIGURA 122.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 181

FIGURA 123.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 182

FIGURA 124.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 183

FIGURA 125.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 184

FIGURA 126.
MÉDIA DO PIB* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SUL-MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 185

FIGURA 127.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SUL-MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 186

FIGURA 128.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SUL-MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 186

FIGURA 129.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 187

FIGURA 130.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SUL-MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 187

FIGURA 131.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 187

FIGURA 132.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 188

FIGURA 133.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SUL-MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 188

FIGURA 134.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SUL-MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 189

FIGURA 135.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SUL-MATO-GROSSENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 189

FIGURA 136.A.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 190

FIGURA 136.B.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 191

FIGURA 137A.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 192

FIGURA 137B.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 193

FIGURA 137C.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 195

FIGURA 137D.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 196

FIGURA 138A.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 200

FIGURA 138B.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 201

FIGURA 139A.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 202

FIGURA 139B.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 204

FIGURA 140A.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 205

FIGURA 140B.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 206

FIGURA 141A.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 207

FIGURA 141B.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 209

FIGURA 142A.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 210

FIGURA 142B.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 211

FIGURA 143A.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 212

FIGURA 143B.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 214

FIGURA 144A.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 216

FIGURA 144B.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 217

FIGURA 145A.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 218

FIGURA 145B.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 219

FIGURA 146A.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 220

FIGURA 146B.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 221

FIGURA 146C.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 222

FIGURA 146D.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 223

FIGURA 147A.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 224

FIGURA 147B.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 225

FIGURA 147C.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 226

FIGURA 147D.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E MINEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 227

FIGURA 148.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO PARÁ QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 228

FIGURA 149.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS PARAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 229

FIGURA 150.
MÉDIA DO PIB* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 231

FIGURA 151.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA* EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 232

FIGURA 152.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 232

FIGURA 153.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO PARÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 233

FIGURA 154.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 234

FIGURA 155.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO PARÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 234

FIGURA 156.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO PARÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 235

FIGURA 157.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 236

FIGURA 158.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 236

FIGURA 159.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 237

FIGURA 160.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DA PARAÍBA QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 238

FIGURA 161,
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 239

FIGURA 162.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAIBANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 242

FIGURA 163.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAIBANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 242

FIGURA 164.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAIBANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 243

FIGURA 165.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 243

FIGURA 166.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAIBANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 244

FIGURA 167.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 245

FIGURA 168.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 245

FIGURA 169.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAIBANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 246

FIGURA 170.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAIBANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 247

FIGURA 171.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARAIBANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 248

FIGURA 172.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO PARANÁ QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 249

FIGURA 173.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 250

FIGURA 174.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARANAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 253

FIGURA 175.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARANAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 253

FIGURA 176.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARANAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 254

FIGURA 177.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 255

FIGURA 178.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARANAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 256

FIGURA 179.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 257

FIGURA 180.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 258

FIGURA 181.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARANAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 258

FIGURA 182.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARANAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 259

FIGURA 183.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PARANAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 260

FIGURA 184.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 262

FIGURA 185.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 263

FIGURA 186.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PERNAMBUCANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 265

FIGURA 187.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PERNAMBUCANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 265

FIGURA 188.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PERNAMBUCANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 266

FIGURA 189.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 266

FIGURA 190.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PERNAMBUCANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 267

FIGURA 191.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 267

FIGURA 192.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 268

FIGURA 193.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PERNAMBUCANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 268

FIGURA 194.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PERNAMBUCANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 269

FIGURA 195.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PERNAMBUCANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 270

FIGURA 196.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO PIAUÍ QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 271

FIGURA 197.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 272

FIGURA 198.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PIAUIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 274

FIGURA 199.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PIAUIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 274

FIGURA 200.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PIAUIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 275

FIGURA 201.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 275

FIGURA 202.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PIAUIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 276

FIGURA 203.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 276

FIGURA 204.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 277

FIGURA 205.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PIAUIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 277

FIGURA 206.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PIAUIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 278

FIGURA 207.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PIAUIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 279

FIGURA 208.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 280

FIGURA 209.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS CARIOCAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 281

FIGURA 210.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CARIOCAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 283

FIGURA 211.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CARIOCAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 283

FIGURA 212.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CARIOCAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 284

FIGURA 213.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 284

FIGURA 214.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CARIOCAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 285

FIGURA 215.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 285

FIGURA 216.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 286

FIGURA 217.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CARIOCAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 286

FIGURA 218.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CARIOCAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 287

FIGURA 219.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CARIOCAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 288

FIGURA 220.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 289

FIGURA 221.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS POTIGUARES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 290

FIGURA 222.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E POTIGUARES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 292

FIGURA 223.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E POTIGUARES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 292

FIGURA 224.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E POTIGUARES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 293

FIGURA 225.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 293

FIGURA 226.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E POTIGUARES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 294

FIGURA 227.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 294

FIGURA 228.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 295

FIGURA 229.
MÉDIA DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E POTIGUARES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 295

FIGURA 230.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CARIOCAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 296

FIGURA 231.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E POTIGUARES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 297

FIGURA 232.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 298

FIGURA 233.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 299

FIGURA 234.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 303

FIGURA 235.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GAÚCHOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 304

FIGURA 236.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GAÚCHOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 305

FIGURA 237.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DA BAHIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 306

FIGURA 238.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GAÚCHOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 307

FIGURA 239.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DA BAHIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 308

FIGURA 240.
NÚMERO DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DA BAHIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 309

FIGURA 241.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E GAÚCHOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 310

FIGURA 242.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 311

FIGURA 243.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E BAIANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 312

FIGURA 244.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 313

FIGURA 245.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS RONDONIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 314

FIGURA 246.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RONDONIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 315

FIGURA 247.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RONDONIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 316

FIGURA 248.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RONDONIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 316

FIGURA 249.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 317

FIGURA 250.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RONDONIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 317

FIGURA 251.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 318

FIGURA 252.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 318

FIGURA 253.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RONDONIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 319

FIGURA 254.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RONDONIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 319

FIGURA 255.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RONDONIENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 320

FIGURA 256.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE RORAIMA QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 321

FIGURA 257.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS AMAPAENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 322

FIGURA 258.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RORAIMENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 323

FIGURA 259.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RORAIMENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 323

FIGURA 260.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RORAIMENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 324

FIGURA 261.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE RORAIMA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 324

FIGURA 262.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RORAIMENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 324

FIGURA 263.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE RORAIMA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 325

FIGURA 264.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE RORAIMA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 325

FIGURA 265.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RORAIMENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 326

FIGURA 266.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RORAIMENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 326

FIGURA 267.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E RORAIMENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 327

FIGURA 268,
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO CEARÁ QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 328

FIGURA 269.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 329

FIGURA 270.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CATARINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 332

FIGURA 271.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CATARINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 333

FIGURA 272.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CEARENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 334

FIGURA 273.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 334

FIGURA 274.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CATARINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 335

FIGURA 275.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 336

FIGURA 276.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 337

FIGURA 277.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CATARINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 337

FIGURA 278.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CATARINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 338

FIGURA 279.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CATARINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 339

FIGURA 280.A.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 340

FIGURA 280.B.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 341

FIGURA 281.A.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 343

FIGURA 281.B.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 344

FIGURA 281.C.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 345

FIGURA 282,A.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 349

FIGURA 282,B.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 350

FIGURA 283,A.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 351

FIGURA 283,B.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 352

FIGURA 284,A.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 353

FIGURA 284,B.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 354

FIGURA 285,A.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 355

FIGURA 285,B.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 356

FIGURA 286,A.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 357

FIGURA 286,B.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 358

FIGURA 287,A.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 359

FIGURA 287,B.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 360

FIGURA 288,A.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 361

FIGURA 288,B.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 362

FIGURA 289,A.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 363

FIGURA 289,B.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 364

FIGURA 290,A.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 365

FIGURA 290,B.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 366

FIGURA 290,C.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E PAULISTAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 367

FIGURA 291,A,
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CATARINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 368

FIGURA 291,B,
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CATARINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 369

FIGURA 291,C,
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CATARINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 370

FIGURA 292.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE SERGIPE QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 371

FIGURA 293.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 372

FIGURA 294.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SERGIPANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 373

FIGURA 295.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SERGIPANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 374

FIGURA 296.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SERGIPANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 374

FIGURA 297.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SERGIPE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 375

FIGURA 298.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SERGIPANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 375

FIGURA 299.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SERGIPE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 376

FIGURA 300.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE SERGIPE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 376

FIGURA 301.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SERGIPANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 377

FIGURA 302.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SERGIPANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 377

FIGURA 303.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SERGIPANOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 378

FIGURA 304.
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DE TOCANTINS QUE RESPONDERAM AO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 379

FIGURA 305.
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 380

FIGURA 306.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E TOCANTINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 382

FIGURA 307.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E TOCANTINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 382

FIGURA 308.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E TOCANTINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 383

FIGURA 309.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE TOCANTINS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 383

FIGURA 310.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E TOCANTINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 384

FIGURA 311.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE TOCANTINS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 384

FIGURA 312.
NÚMERO DE ESF REGISTRADAS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS DE TOCANTINS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 385

FIGURA 313.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E TOCANTINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 385

FIGURA 314.
MÉDIA DA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CARIOCAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 386

FIGURA315.
MÉDIA PERCENTUAL DA DESPESA COM MEDICAMENTOS NA DESPESA TOTAL EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADA NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E TOCANTINENSES PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 387

FIGURA 316.
NÚMERO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A REMUME DO DISTRITO FEDERAL 388

FIGURA 317.
MÉDIA DO PIB EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, E PIB DO DISTRITO FEDERAL EM 2017 389

FIGURA 318.
MÉDIA DO PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME E PIB PER CAPITA DO DISTRITO FEDERAL EM 2017 389

FIGURA 319.
MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME E MORTALIDADE INFANTIL DO DISTRITO FEDERAL EM 2017 390

FIGURA 320.
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE REGISTRADOS NO CNES –PELO DISTRITO FEDERAL EM JANEIRO DE 2018 390

FIGURA321.
MÉDIA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME E NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE POR MIL HABITANTES NO DISTRITO FEDERAL 390

FIGURA 322.
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE E FARMÁCIAS REGISTRADOS NO CNES PELO DISTRITO FEDERAL EM JANEIRO DE 2018 390

FIGURA 323.
NÚMERO DE ESF (EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA) REGISTRADAS NO CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS DO AMAPÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 391

FIGURA 324.
MÉDIA DE ESF POR MIL HABITANTES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME E NÚMERO DE ESF POR MIL HABITANTES NO DISTRITO FEDERAL 391

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.
FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME POR ESTADOS E REGIÃO 80

TABELA 2.
POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE O CBAF DA RENAME POR ESTADOS E REGIÃO 81

TABELA 3.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO ACRE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 84

TABELA 4.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 92

TABELA 5.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO AMAPÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 100

TABELA 6.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 108

TABELA 7.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 117

TABELA 8.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 132

TABELA 9.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 143

TABELA 10.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 152

TABELA 11.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO MARANHÃO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 163

TABELA 12.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 174

TABELA 13.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 185

TABELA 14.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 199

TABELA 15.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO PARÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 231

TABELA 16.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 241

TABELA 17.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 252

TABELA 18.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 264

TABELA 19.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 273

TABELA 20.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 282

TABELA 21.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 291

TABELA 22.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE. 301

TABELA 23.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 315

TABELA 24.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DE RORAIMA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 322

TABELA 25.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 331

TABELA 26.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 346

TABELA 27.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DE SERGIPE PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 373

TABELA 28.
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR REGIÃO DE SAÚDE 381

PREFÁCIO

O **Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)** e os **Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMSs)** de todo o Brasil iniciaram um movimento de aprimoramento da Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) em 2017, desta vez de forma ascendente e participativa, por meio de discussões regionais e fóruns nacionais, favorecendo a participação de um conjunto de gestores, trabalhadores, usuários e centros formadores de profissionais da saúde, articulando essas discussões no âmbito da CIT.

As proposições apresentadas pelo CONASEMS, após ampliar a discussão com os gestores municipais em todas as regiões do país, apenas retomaram um processo necessário de revisão de uma importante política de saúde no sentido de sua própria dinâmica e realidade composta das peculiaridades de um Brasil tão diverso.

Uma das inovações da PNAB merece destaque, pois traz pela primeira vez regulamentação das ações que os municípios devem exercer na Assistência Farmacêutica:

> *"Desenvolver as ações de assistência farmacêutica e do uso racional de medicamentos, garantindo a disponibilidade e acesso a medicamentos e insumos em conformidade com a RENAME, os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, e com a relação especifica complementar estadual, municipal, da união, ou do distrito federal de medicamentos nos pontos de atenção, visando a integralidade do cuidado".*

A partir de então, a Diretoria do CONASEMS, em 2018, direcionou os trabalhos da área técnica da Assistência Farmacêutica, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde da entidade. Um conjunto de estratégias e iniciativas foram desencadeadas na perspectiva de atender às diretrizes da PNAB e da própria entidade de fortalecimento da Atenção Básica, integração e qualificação da Assistência Farmacêutica no conjunto dos 5570 municípios brasileiros. Sendo assim, definiu-se uma agenda da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica contendo as seguintes prioridades:

- Promover iniciativas diversificadas que apoiem os municípios na implantação da Política de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica.

- Estimular processos de educação permanente em saúde para os profissionais de saúde envolvidos na área da Assistência Farmacêutica nos municípios.

- Disponibilizar instrumentos e/ou ferramentas que contribuem com o desenvolvimento dos serviços farmacêuticos gerenciais e assistenciais na Atenção Básica.

No Brasil, a Política Nacional de Medicamentos (PNM), foi promulgada com o propósito de garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, favorecer a promoção do uso racional dos medica-

mentos, racionalizar recursos e assegurar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. A adoção da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) é uma das diretrizes e prioridades da PNM, constituindo-se um dos eixos estratégicos da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF).

A responsabilidade de garantir a disponibilidade e o acesso a medicamentos à população nos municípios é um desafio rotineiro para os gestores de saúde no país. Desenvolver as ações de Assistência Farmacêutica integrada com a Atenção Básica exige uma atuação diferenciada dos secretários de saúde e trabalhadores do SUS, propondo novas iniciativas relacionadas à gestão, à organização dos processos logísticos relacionados ao medicamento e ao aperfeiçoamento das práticas relacionadas ao cuidado farmacêutico.

Diante desse cenário o CONASEMS elaborou o **Projeto de Diagnóstico Nacional da Assistência Farmacêutica Básica** como estratégia de viabilização técnico-científica e da relação interfederativa, buscando, através deste, aperfeiçoar a representação do CONASEMS na proposição dos aprimoramentos necessários nas Políticas Farmacêuticas no país e, contribuir na definição das estratégias nacionais para garantir o acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos na Atenção Básica.

O primeiro levantamento temático realizado foi o **Levantamento nacional sobre a Relação Municipal de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e a aferição da situação dos processos de compra destes medicamentos por estes municípios**, realizado no segundo semestre de 2018.

A demanda partiu da necessidade do conhecimento do elenco do Componente Básico da Assistência Farmacêutica praticado pelos municípios, e das dificuldades relatadas ao longo dos anos ao CONASEMS para a aquisição de alguns medicamentos desse elenco, bem como a necessidade de identificar itens com potencial risco de desabastecimento no país.

A realização desse levantamento com ampla participação nacional, contou com a cooperação na formulação de diferentes instituições de ensino e pesquisa no país, além da fundamental contribuição da rede de Cosems, por meio dos representantes no GTTAF (Grupo Técnico de Trabalho em Assistência Farmacêutica) e apoiadores, no qual agradecemos a todos nesse processo de construção coletiva.

Registramos também o apoio da OPAS/OMS e do DAF/SCTIE/MS, que por meio de cooperação institucional, potencializaram as análises e discussões deste diagnóstico.

A partir da inédita coleção **DIAGNÓSTICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA - Análise da Relação Municipal de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e Processos de Aquisição praticados pelos Municípios Brasileiros em 2018**, esperamos somar no debate nacional com vistas à oferta qualificada de tecnologias terapêuticas e garantia do acesso adequado para a nossa população.

Desejamos uma boa leitura e contem com o CONASEMS!

Wilames Freire Bezerra
Presidente Conasems 2021-2023

SUMÁRIO

PREFÁCIO 45

INTRODUÇÃO 52

- POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS (PNM) 53
- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (PNAF) 53
- COMPONENTES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 55
  - COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 56
  - COMPONENTE ESTRATÉGICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 56
  - COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 57
- FORMAS DE AQUISIÇÃO DOS MEDICAMENTOS 58
- ACESSO A MEDICAMENTOS E À COBERTURA UNIVERSAL DE SAÚDE 58
- MEDICAMENTOS ESSENCIAIS 58
- RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (RENAME) 59
- A RACIONALIDADE DA SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS EMBASADA EM EVIDÊNCIAS 61
- PROMOÇÃO DO USO DE MEDICAMENTOS COM QUALIDADE 61
- QUALIDADE DO USO DE MEDICAMENTOS 62
- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RELACIONADOS A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS 62
- REFERÊNCIAS 64

MÉTODO 67

- DESENHO DO ESTUDO 68

REGIÕES DE SAÚDE 68
BASES DE DADOS SOCIOECONÔMICOS, DEMOGRÁFICOS E EPIDEMIOLÓGICOS UTILIZADOS PARA RECUPERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES 69
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE (SIS) 69
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (DATASUS) 69
INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS 70
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) 71
ÍNDICE DE GINI 71
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) 72
PIB PER CAPITA 72
EXPECTATIVA DE VIDA 73
MORTALIDADE INFANTIL 73
CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE 74
SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE (SIOPS) 74
TRATAMENTOS DOS DADOS E ANÁLISE ESTATÍSTICA 75
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS 75
ASPECTOS ÉTICOS 76
REFERÊNCIAS 77
RESULTADOS 78
CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS 79
ACRE 83

ALAGOAS 90
AMAPÁ 99
AMAZONAS 106
BAHIA 114
CEARÁ 129
ESPÍRITO SANTO 141
GOIÁS 149
MARANHÃO 160
MATO GROSSO 172
MATO GROSSO DO SUL 183
MINAS GERAIS 190
PARÁ 228
PARAÍBA 238
PARANÁ 249
PERNAMBUCO 262
PIAUÍ 271
RIO DE JANEIRO 280
RIO GRANDE DO NORTE 289
RIO GRANDE DO SUL 298
RONDÔNIA 313

RORAIMA 321
SANTA CATARINA 328
SÃO PAULO 340
SERGIPE 371
TOCANTINS 379
DISTRITO FEDERAL 388
DISCUSSÃO 392
INDICADORES DEMOGRÁFICOS 393
MEDICAMENTOS INCLUÍDOS NA RENAME, NÃO INCLUÍDOS NA RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS 393
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DE SAÚDE 396
INDICADORES DE SERVIÇOS NOS MUNICÍPIOS 398
DESPESAS TOTAIS EM SAÚDE, DESPESAS COM MEDICAMENTOS E PERCENTUAIS DAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS NAS DESPESAS TOTAIS EM SAÚDE EM 2018 E 2019 400
ACESSO, UTILIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: REFLEXÕES 403
MEDICAMENTOS ESSENCIAIS: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS 405
REFERÊNCIAS 408
CONCLUSÃO E ANEXOS 412
CONCLUSÃO 413
ANEXO I:
FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, ACOMPANHADO DO TOTAL, MÉDIA, MEDIANA, MÍNIMA E MÁXIMA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO ANO DE 2018, POR UF E REGIÃO DE SAÚDE 414

ANEXO II:
MÉDIA, MEDIANA, NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEDICAMENTOS INCLUÍDOS NA RENAME, NÃO INCLUÍDOS NA RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR UF E REGIÃO DE SAÚDE 433

ANEXO III:
MÉDIA, VALOR MÍNIMO E MÁXIMO DE PIB E PIB PER CAPITA EM 2017 DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR UF E REGIÃO DE SAÚDE 453

ANEXO IV:
MÉDIA, VALOR MÍNIMO E MÁXIMO DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017 NOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR UF E REGIÃO DE SAÚDE 472

ANEXO V:
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DE 2017, ÍNDICE DE GINI EM 2017 POR UNIDADE FEDERATIVA E EXPECTATIVA DE VIDA - NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE VIDA ESPERADOS PARA UM RECÉM-NASCIDO, MANTIDO O PADRÃO DE MORTALIDADE EXISTENTE NA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR UNIDADE FEDERATIVA 490

ANEXO VI:
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM SAÚDE (TOTAL, MÉDIA E POR MIL HABITANTES), ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (TOTAL E MÉDIA), FARMÁCIAS (TOTAL E MÉDIA) E EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (TOTAL, MÉDIA E POR MIL HABITANTES)* REGISTRADOS NO CNES PELOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR UF E REGIÃO DE SAÚDE 496

ANEXO VII:
MÉDIA, VALOR MÍNIMO E MÁXIMO DAS DESPESAS TOTAIS EM SAÚDE, DESPESAS COM MEDICAMENTOS E PERCENTUAIS DAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS NAS DESPESAS TOTAIS EM SAÚDE EM 2018 E 2019 REGISTRADAS NO SIOPS PELOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES NO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE DO CBAF DA RENAME, POR UF E REGIÃO DE SAÚDE 516

INTRODUÇÃO

POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS (PNM) 53

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (PNAF) 53

COMPONENTES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 55

- COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 56
- COMPONENTE ESTRATÉGICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 56
- COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 57

FORMAS DE AQUISIÇÃO DOS MEDICAMENTOS 58

ACESSO A MEDICAMENTOS À COBERTURA UNIVERSAL DE SAÚDE 58

MEDICAMENTOS ESSENCIAIS 58

RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (RENAME) 59

A RACIONALIDADE DA SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS EMBASADA EM EVIDÊNCIAS 61

PROMOÇÃO DO USO DE MEDICAMENTOS COM QUALIDADE 61

QUALIDADE DO USO DE MEDICAMENTOS 62

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RELACIONADOS A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS 62

REFERÊNCIAS 64

A trajetória dos Medicamentos Essenciais (ME) no Brasil – desde 1988 aos dias atuais – pode se configurar como uma aproximação da trajetória da própria Política Nacional de Medicamentos (PNM) e da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF). Bermudez *et al.* (2018), no artigo "Assistência Farmacêutica nos 30 anos do SUS na perspectiva da integralidade", analisam a Assistência Farmacêutica (AF) e o acesso a medicamentos no Brasil na perspectiva do princípio da integralidade nos 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Tratam mais especificamente dos componentes regulatórios, da reorientação da AF, da questão dos recursos humanos, do conceito de Medicamentos Essenciais, do uso apropriado de medicamentos, do desenvolvimento tecnológico e da produção industrial, além da regulação ética. Tecem reflexões sobre os retrocessos e os avanços, considerando a complexidade nacional, as mudanças políticas, econômicas e sociais que impactaram as políticas públicas e o acesso a medicamentos. As conquistas ao longo do tempo são destacadas pelos autores, que levaram em consideração a preocupação decorrente do regime fiscal que compromete as áreas sociais.

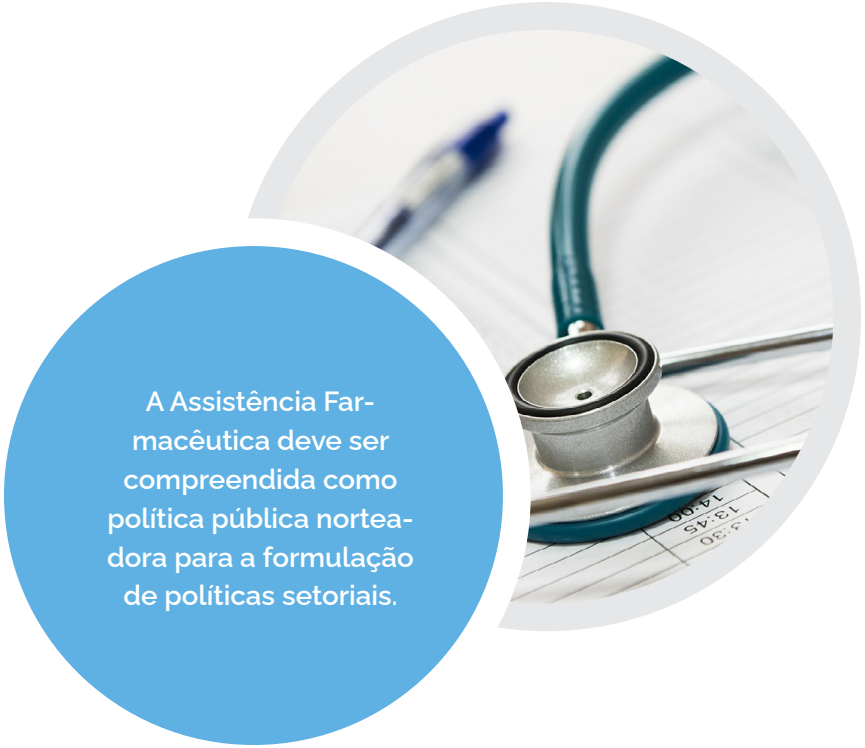
Política Nacional de Medicamentos (PNM)

A Política Nacional de Medicamentos (PNM) – regulamentada pela Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998, como parte essencial da Política Nacional de Saúde – constitui um dos elementos fundamentais para a efetiva implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população (BRASIL, 1998).

Para assegurar o acesso da população a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, ao menor custo possível, os gestores do SUS – atuando em estreita parceria nas três esferas de Governo – devem concentrar esforços no sentido de que o conjunto das ações direcionadas para alcançar esse propósito estejam balizadas pelas seguintes diretrizes: Adoção de Relação de Medicamentos Essenciais; Regulamentação sanitária de medicamentos; Reorientação da Assistência Farmacêutica; Promoção do Uso Racional de Medicamentos; Desenvolvimento científico e tecnológico; Promoção da produção de medicamentos; Garantia da segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos; Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos (BRASIL, 1998).

Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF)

A Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), regulamentada pela Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004, é parte integrante da Política Nacional de Saúde. Envolve um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e



A Assistência Farmacêutica deve ser compreendida como política pública norteadora para a formulação de políticas setoriais.

recuperação da saúde, garantindo os princípios da universalidade, integralidade e equidade (BRASIL, 2004).

A Assistência Farmacêutica deve ser compreendida como política pública norteadora para a formulação de políticas setoriais, entre as quais destacam-se as políticas de medicamentos, de ciência e tecnologia, de desenvolvimento industrial e de formação de recursos humanos, dentre outras, garantindo a intersetorialidade inerente ao sistema de saúde do país (SUS) e cuja implantação envolve tanto o setor público como privado de atenção à saúde (BRASIL, 2004).

A Assistência Farmacêutica trata de um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso e ao seu Uso Racional. Este conjunto envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2004).Envolve ações referentes aos serviços farmacêuticos, considerada como um modelo de prática farmacêutica, desenvolvida no contexto da AF e compreendendo atitudes, valores éticos, comportamentos, habilidades, compromissos e corresponsabilidades na prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, de forma integrada à equipe de saúde. É a interação direta do farmacêutico com o usuário, visando uma farmacoterapia racional e a obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados para a melhoria da qualidade de vida. Essa interação também deve envolver as concepções dos seus sujeitos, respeitadas as suas especificidades biopsicossociais, sob a ótica da integralidade das ações de saúde (BRASIL, 2004).

No contexto dos Serviços Farmacêuticos, tem-se o Cuidado Farmacêutico, o qual integra ações de educação em saúde, que incluem atividades de educação permanente para a equipe de saúde e atividades de promoção à saúde de caráter geral, além de ações de promoção do uso racional de medicamentos, com o desenvolvimento de atividades assistenciais e técnico-pedagógicas. A atividade assistencial, praticada nos pontos de atenção, inclui os serviços de clínica farmacêutica, que podem ser ofertados ao usuário de forma individual e/ou em atendimentos compartilhados com outros membros da equipe de saúde. As atividades técnico-pedagógicas, de forma complementar, visam à educação e ao empoderamento da equipe de saúde e da comunidade para a promoção do Uso Racional de Medicamentos (BRASIL, 2014).

Componentes da Assistência Farmacêutica

A Portaria MS/GM nº 204, de 29 de janeiro de 2007, regulamentou o bloco de financiamento da AF em três componentes: o Componente Estratégico, o Componente Básico e o Componente de Medicamentos de Dispensação Excepcional. Esse último – por meio da Portaria MS/GM nº 2.981, de 26 de novembro de 2009 – passou a ser denominado Componente Especializado da AF.

Resumidamente, o sistema de aquisição de compras de medicamentos pelo SUS é organizado em três componentes: Básico, Estratégico e Especializado, além do Programa Farmácia Popular. Os medicamentos disponibilizados pelo SUS estão listados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). E cada novo medicamento ou tecnologia em saúde a ser incorporado na RENAME é; antes, analisado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec).

Medicamentos disponibilizados pelo SUS estão listados na **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)**

Cada novo medicamento ou tecnologia em saúde a ser incorporado na RENAME é; antes, analisado pela **Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec)**

1 Componente Básico da Assistência Farmacêutica

É o grupo que contém os medicamentos e insumos destinados ao tratamento precoce e adequado dos problemas mais comuns e/ou prioritários, que integram o atendimento na Atenção Primária à Saúde, incluindo aqueles relacionados a agravos e programas de saúde específicos. Está presente nas listas municipais, selecionados conforme o perfil epidemiológico de cada município.

O financiamento é de responsabilidade do Ministério da Saúde (MS), estados e municípios. As incumbências de cada uma dessas instâncias são estabelecidas em portarias específicas.

A Portaria GM/MS nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do SUS. Estabelece que os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde – a serem repassados na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios – serão organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento: I - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde; e II - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (BRASIL, 2007).

A Portaria GM/MS nº 3.193, de 9 de dezembro de 2019, altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento do Componente Básico da AF no âmbito do SUS. Estabelece que a União repasse os valores para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos do Componente Básico da AF constantes dos Anexos I e IV da RENAME vigente no SUS de acordo com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme classificação dos municípios nos seguintes grupos: a) IDHM muito baixo: R$ 6,05 (seis reais e cinco centavos) por habitante/ano; b) IDHM baixo: R$ 6,00 (seis reais) por habitante/ano; c) IDHM médio: R$ 5,95 (cinco reais e noventa e cinco centavos) por habitante/ano; d) IDHM alto: R$ 5,90 (cinco reais e noventa centavos) por habitante/ano; e) IDHM muito alto: R$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos) por habitante/ano (BRASIL, 2019).

Além do repasse financeiro, o MS é responsável pela aquisição e distribuição das insulinas humanas NPH e regular (frascos de 10 ml) e dos contraceptivos orais e injetáveis, além do DIU e diafragma. As insulinas e os contraceptivos são entregues aos almoxarifados de medicamentos dos estados, a quem compete distribuí-los aos municípios. As capitais – e os municípios brasileiros com população maior que 500 mil habitantes – recebem os contraceptivos diretamente dos fornecedores contratados pelo MS (BRASIL, 2019).

Os medicamentos são disponibilizados à população nas unidades de saúde ou nas farmácias centrais e/ou distritais do seu território de saúde, conforme especificidades.

2 Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica

É o grupo de medicamentos e insumos destinados à prevenção, ao diagnóstico, ao tratamento e ao controle de doenças e agravos de perfil endêmico, de risco endemiológico para a população, com importância epidemiológica, contemplados em programas estratégicos do Ministério da Saúde (Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007); tais como: HIV/AIDS, tuberculose, hanseníases, malária, leishmaniose, doença de chagas e outras doenças endêmicas

de abrangência nacional ou regional, tais como: cólera, esquistossomose, filariose, influenza, meningite e tracoma, micoses sistêmicas e outras doenças decorrentes e perpetuadoras da pobreza. São garantidos ainda medicamentos para influenza, doenças hematológicas, tabagismo e deficiências nutricionais, além de vacinas, soros e imunoglobulinas (BRASIL, 2007).

O financiamento desses medicamentos é de responsabilidade do MS, que realiza sua aquisição e repassa ao estado que; por sua vez, repassa aos respectivos municípios, de acordo com a programação anual. Esses medicamentos têm controle e tratamento definidos por meio de protocolos e normas estabelecidas (BRASIL, 2007).

3 Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

É o grupo de medicamentos direcionados ao tratamento medicamentoso de doenças raras, de baixa prevalência ou de uso crônico prolongado, com alto custo unitário, cujas linhas de cuidado estão definidas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), publicados pelo MS.

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), foi aprovado por meio da Portaria GM/MS nº 1.554, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), uma importante estratégia para a garantia do acesso a medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2013). Sua principal característica é a garantia da integralidade do tratamento medicamentoso para todas as condições clínicas, por meio das diferentes linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT).

Entre as doenças tratadas pelo Componente Especializado estão artrite reumatoide, asma, Alzheimer, Parkinson, epilepsia, esclerose múltipla, glaucoma, hepatite, lúpus, entre muitas outras, inclusive doenças raras como Doença de Gaucher, Espondilopatia Inflamatória, Síndrome de Guillain-Barré, entre outras. Pacientes transplantados, que precisam de medicamentos caros, também estão incluídos nesse componente.

O tratamento para diversas condições clínicas contempladas no CEAF deve ser iniciado na Atenção Básica, fazendo com que haja um relacionamento direto entre o Componente Especializado e o Componente Básico. Assim, é possível contribuir para a garantia da integralidade do tratamento medicamentoso, além de facilitar a divisão das responsabilidades entre os entes federados. Para atender as linhas de cuidado é fundamental a articulação entre as diferentes políticas de saúde, sejam elas no campo da Assistência Farmacêutica ou em outras áreas, como outros serviços ambulatoriais e serviços hospitalares.

Os medicamentos do CEAF estão divididos em três grupos para fins de financiamento. No Grupo 1 o financiamento está sob a responsabilidade exclusiva da União. Em geral, é constituído por medicamentos que representam elevado impacto financeiro para o Componente e por aqueles indicados para doenças mais complexas. No Grupo 2 encontram-se os medicamentos cuja responsabilidade pelo financiamento é das Secretarias Estaduais de Saúde. Por fim, no Grupo 3 estão aqueles cujo financiamento é tripartite. A aquisição e a dispensação deles é responsabilidade dos municípios.

A lista de doenças e agravos contemplados no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e seus respectivos medicamentos está disponível no documento "Tabela de Situações Clínicas do Componente Especializado". São regulamentados pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 02 (regras de financiamento e execução) e pela Portaria de Consolidação nº 06 (regras de finan-

ciamento), ambas de 28 de setembro de 2017 e retificadas no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018. Os medicamentos do CEAF estão definidos no anexo III da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename 2022.

Formas de Aquisição dos Medicamentos

Via de regra, os medicamentos são adquiridos por meio das licitações, nas quais são identificados pelo princípio ativo. Os processos licitatórios seguem os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, variando as modalidades em carta convite, tomada de preços e concorrência. Em alguns casos, poderá haver dispensa de licitação ou inexigibilidade dela. Já a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 instituiu a modalidade de licitação denominada pregão.

Acesso a Medicamentos e à Cobertura Universal de Saúde

Os medicamentos representam um dos principais instrumentos terapêuticos, pois podem modificar as condições de saúde do indivíduo e salvar vidas (BLUM; LUIZ; BERMUDEZ, 2011; BERMUDEZ, 2017). O acesso a Medicamentos Essenciais é um dos objetivos da Organização Mundial da Saúde e da maioria dos países que adotam uma política de medicamentos (WHO, 2014). O fornecimento de medicamentos pelo serviço público torna-se essencial para a promoção da equidade (BOING et al., 2013), uma vez que o gasto com medicamentos está entre as principais despesas com saúde entre as famílias brasileiras e representa um peso importante, principalmente, para as famílias de menor poder aquisitivo (IBGE, 2015).

O desenvolvimento e a implementação de políticas de medicamentos evoluíram em três grandes fases da nossa história. A primeira fase foi caracterizada pelo estabelecimento do medicamento como um elemento-chave da Atenção Primária à Saúde. As intervenções globais nessa fase focaram em fornecer consultorias aos países – predominantemente para o setor público –, visando apoiá-los a desenvolver listas de Medicamentos Essenciais e políticas nacionais de medicamentos. Na segunda fase, políticas de Medicamentos Essenciais foram fundamentalmente moldadas por investimentos globais, nos âmbitos financeiro e político. Assim, foi ampliando o acesso a medicamentos por categorias de doenças; em especial a tuberculose, a malária e a AIDS. Dessa forma, os princípios de saúde pública que sustentam o conceito de Medicamentos Essenciais foram estabelecidos como um elemento central do direito à saúde em resposta dos sistemas de saúde a essas três doenças. A terceira fase é caracterizada por uma reformulação das políticas de Medicamentos Essenciais à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir de então, o foco deixou de ser o abrandamento das principais doenças infecciosas e passou a incluir também as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Preconizou-se, nessa fase, aumentar o acesso equitativo e sustentável a Medicamentos Essenciais, enfatizando-se a Cobertura Universal de Saúde (WIRTZ; HOGERZEIL; GRAY et al., 2017).

Medicamentos Essenciais

Medicamentos Essenciais Medicamentos Essenciais são aqueles que satisfazem as necessidades prioritárias de cuidados à saúde da população. O uso de uma Lista de Medicamentos Essenciais facilita o manejo dos medicamentos sob todos os aspectos: a aquisição, armazenamento e distribuição são facilitadas devido o menor número de itens; a prescrição e a dispensação também

são facilitadas aos profissionais, por conta da praticidade de que usufruem ao consultar informações sobre determinado item. A Lista de Medicamentos Essenciais deve ser baseada nas diretrizes clínicas nacionais. A seleção de um medicamento deve ser feita por um comitê central colegiado e usando critérios explícitos e previamente acordados, baseados na eficácia, segurança, qualidade, custo (que pode variar localmente) e custo-efetividade (WHO, 1997).

As Listas de Medicamentos Essenciais devem ser atualizadas regularmente e sua introdução acompanhada por lançamento, treinamento e disseminação oficiais. A aquisição e distribuição de medicamentos pelo setor público devem limitar-se principalmente àqueles medicamentos constantes da Lista de Medicamentos Essenciais. Também se deve garantir que somente aqueles profissionais da saúde credenciados para o uso de certos medicamentos sejam realmente supridos com eles. As atividades do governo, no setor farmacêutico (e.g., garantia da qualidade, políticas de seguridade de reembolso e treinamento), devem estar focalizadas sobre a Lista de Medicamentos Essenciais. A Lista Modelo de Medicamentos Essenciais da Organização Mundial da Saúde (OMS) pode oferecer um ponto de partida para os países desenvolverem suas próprias Listas de Medicamentos Essenciais nacionais (WHO, 1997).

A cada dois anos a Organização Mundial da Saúde (OMS) revisa o elenco de medicamentos contido na Lista Modelo de Medicamentos Essenciais. Em 2019, a lista estava em sua 21ª revisão e era composta pelas listas de Medicamentos Essenciais para adultos, para crianças e complementar (OMS, 2019).

Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)

A adoção de políticas de saúde que reconhece listas de Medicamentos Essenciais está entre as doze estratégias para a promoção do Uso Racional. A construção de políticas públicas de saúde que valorizam listas de Medicamentos Essenciais promove maior equidade no serviço, com repercussão comprovada sobre a melhoria no acesso e no custo-efetividade dos cuidados à saúde (OMS, 2001).

Há décadas o Brasil vem investindo na publicação e aperfeiçoamento de listas de Medicamentos Essenciais como instrumento para garantia do acesso à AF e para promoção do Uso Racional de Medicamentos. Diversos atos normativos reafirmam a importância dessa estratégia no SUS.

A seleção de medicamentos é um dos passos mais decisivos e complexos do processo de garantir a qualidade nos serviços de saúde. A escolha evoluiu a partir de simples decisões orientadas pela experiência clínica para escolhas, utilizando o modelo da saúde baseada em evidências (WANNMACHER, 2014). Medicamento essencial é aquele selecionado com base em critérios epidemiológicos, de efetividade, segurança, comodidade posológica e custo-efetividade que melhoram a qualidade de cuidados e de resultados na saúde (YAMAUTI et al., 2017).

A Política Nacional de Medicamentos (PNM) e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), corroboram a utilização da RENAME, atualizada periodicamente, como instrumento racionalizador das ações no âmbito da AF, na medida em que contempla um elenco de produtos necessários ao tratamento e controle da maioria das patologias prevalentes no País (BRASIL, 1998; 2004).

A Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, estabelece que o acesso aos medicamentos se dá "[...] com base nas relações de medicamentos instituídas pelo gestor federal do SUS, observadas as competências estabelecidas nesta lei". A responsabilidade pelo fornecimento é pactuada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do MS e os Intergestores Tripartite (CIT). Dessa forma, a RENAME cumpre papel estratégico nas políticas de saúde, ao relacionar medicamentos utilizados no âmbito do SUS. O Decreto nº 7.508, de 28 de junho

de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe que "[...] a RENAME compreende a seleção e a padronização de medicamentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS" e também que "a cada dois anos, o MS consolidará e publicará as atualizações da RENAME e do respectivo Formulário Terapêutico Nacional (FTN)".

A RENAME é elaborada atendendo aos princípios fundamentais do SUS: a universalidade, a equidade e a integralidade. Configura-se como a relação dos medicamentos disponibilizados por meio de políticas públicas e indicados para os tratamentos das doenças e agravos que acometem a população brasileira. Seus fundamentos estão estabelecidos em atos normativos pactuados entre as três esferas de gestão do SUS.

No âmbito do SUS cumpre a Resolução nº 25, de 31 de agosto de 2017, que estabelece as novas diretrizes para a sua atualização, proporcionando transparência nas informações sobre o acesso aos medicamentos. Manter a RENAME como instrumento promotor do Uso Racional e lista orientadora do financiamento de medicamentos na AF, configura-se um grande desafio para os gestores do SUS, diante da complexidade das necessidades de saúde da população, da velocidade da incorporação tecnológica e dos diferentes modelos de organização e financiamento do sistema de saúde. A motivação para vencer esse desafio alicerça-se no papel desempenhado pela RENAME como orientadora do acesso à AF, fortalecendo o SUS como uma grande conquista da sociedade brasileira.

A RENAME é elaborada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) – conforme estabelecido no Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011 – a partir de uma avaliação que considera as informações de eficácia, efetividade, segurança, custo, disponibilidade; entre outros aspectos, obtidas a partir das melhores evidências científicas disponíveis (BRASIL, 2020). Com isso, a concepção, a sistematização e a harmonização da RENA ME devem sempre ser realizadas de forma democrática e articulada. A lista deve ser construída a partir de uma avaliação que considere as informações (eficácia, efetividade, segurança, custo e disponibilidade) obtidas a partir das melhores evidências científicas disponíveis.

A partir da criação da Conitec, ela passou a ser responsável por propor a atualização da RENAME, conforme estabelecido no Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011. A Conitec é um órgão colegiado de caráter permanente, que tem como objetivo assessorar o MS nas atribuições relativas à análise e à elaboração de estudos de avaliação dos pedidos de incorporação, ampliação de uso, exclusão ou alteração de tecnologias em saúde; e na constituição ou na alteração de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs). Por meio de instrumento legal, a Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) foi institucionalizada no Brasil como critério indispensável para a tomada de decisão sobre a incorporação tecnológica no SUS.

Em tempo, a atualização do elenco da RENAME proposta pela Conitec compreende: 1) um processo reativo em que os demandantes são órgãos e instituições, públicas ou privadas, ou pessoas físicas; e 2) um processo ativo conduzido por uma subcomissão da Conitec – a Subcomissão Técnica de Atualização da RENAME e do Formulário Terapêutico Nacional. Em ambos os processos, os medicamentos e insumos são incorporados, excluídos ou alterados no SUS, após avaliação da Conitec e decisão do secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério Saúde. O trabalho ativo e permanente da Subcomissão é fundamental para que a RENAME esteja alinhada às necessidades epidemiológicas da população e atenda às necessidades de saúde não cobertas, muitas vezes devido ao baixo interesse de mercado. A referida Subcomissão contou, em 2019 e 2020, com a colaboração de núcleo científico composto por especialistas da área para proposição de método ativo de Atualização da RENAME. O processo de definição desse método está em desenvolvimento e

espera-se que a partir dele, sejam submetidos os documentos necessários para a Conitec avaliar a inclusão, exclusão ou alteração de medicamentos prioritários da RENAME, com foco na APS. Também é realizado um trabalho de harmonização da descrição dos itens, considerando a Denominação Comum Brasileira (DCB), o Vocabulário Controlado de Formas Farmacêuticas, Vias de Administração e Embalagens de Medicamentos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e os registros sanitários de medicamentos no País (BRASIL, 2017).

A atual lista de Medicamentos Essenciais foi publicada no ano de 2022 – regulamentada pela Portaria nº 3.435 de 8 de dezembro de 2021 – que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME, no âmbito do SUS.

A Racionalidade da Seleção de Medicamentos Essenciais Embasada em Evidências

A busca de evidências orientadoras de condutas constitui um movimento pautado em difundir uma nova forma de atuar e ensinar a prática médica; preconizando a ideia como "o uso consciente, explícito e judicioso da melhor evidência disponível para a tomada de decisão sobre o cuidado de utentes individuais" (WANNMACHER; FUCHS,2000). Decisões científicas e eficazes – baseadas em métodos de avaliação mais vigorosos, visam otimizar benefícios e minimizar riscos e custos – podendo ser tomadas com base no novo paradigma, constituindo a conduta embasada em evidências (BRASIL, 2012).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) desde a década de 1990, têm sido desenvolvidos programas educacionais com o objetivo de melhorar o ensino da farmacoterapia. Um exemplo interessante é o Tratamento Individualizado, que não somente auxilia os estudantes a selecionarem os Medicamentos Individualizados de forma racional; mas também, a consultar, entender e usar os protocolos de tratamento e/ou Linhas Guia existentes. Essa metodologia ensina os estudantes como verificar, para cada utente, se o Tratamento Individualizado padrão é também a escolha mais apropriada naquele caso específico e, se necessário, como adaptar o medicamento, a forma farmacêutica, a frequência de tomadas ou a duração do tratamento (WANNMACHER; FUCHS,2000; OMS, 2001). As experiências daí geradas têm levado ao consenso de que a atenção à saúde deva embasar-se em pesquisas robustas disponíveis e ser julgada por desfechos alcançados a um custo que a sociedade consiga pagar.

Promoção do Uso de Medicamentos com Qualidade

Tem-se como exemplos de categorias de problemas com o uso medicamentos: medicamentos de uso desnecessário (uso excessivo); falha no uso de medicamentos necessários (subutilização); uso incorreto de medicamentos (uso indevido); uso desnecessário de medicamentos de alto preço. É importante destacar que para alguns grupos terapêuticos, como os antimicrobianos, a abordagem do uso inadequado requer intervenções-chave além do setor da saúde; por exemplo, na agricultura.

São reconhecidas três razões principais para o pouco progresso na melhoria do uso com qualidade de medicamentos. O primeiro é que o discurso sobre o acesso a medicamentos dominou o mercado global. O foco no acesso limitou-se à questão do uso adequado. A segunda razão é que o problema do uso inadequado de medicamentos não tem um único fator determinante. O uso de medicamentos é determinado pelos comportamentos combinados de muitos atores nos sistemas de saúde locais e nacionais. Os custos econômicos diretos e indiretos para a saúde do uso inadequado de medicamentos são suportados

por utentes individuais e/ou famílias, que muitas vezes pagam diretamente do bolso pelos medicamentos. A terceira razão é que a intervenção para melhorar o uso de medicamentos é desafiadora. Uma ampla gama de interesses no sistema de saúde com objetivos e funções legitimam e influenciam o uso desnecessário de medicamentos. O uso inadequado de medicamentos proporciona lucro econômico para fornecedores e prestadores de serviços, cujos rendimentos dependem da venda medicamentos; exacerbados por programas verticais de acesso a medicamentos que se concentram somente em problemas específicos de saúde (WIRTZ; HOGERZEIL; GRAY et al., 2017).

Preconiza-se que os governos e as seguradoras privadas de saúde estabeleçam estratégias para a estruturação e organização de Unidades de Estudos de Utilização de Medicamentos (Unidades de Avaliação Farmacêutica) ou equivalente, que sejam independentes e se concentrem na geração de dados e informações que permitam ações de promoção do Uso Racional de Medicamentos. Essas unidades devem colaborar com as distintas partes interessadas para aumentar seu engajamento e responsabilidade pela Qualidade do Uso de Medicamentos, intervindo em conjunto sobre o uso de medicamentos-problema, priorizando ações a longo prazo que contribuam para o desenvolvimento de intervenções profissionais, organizacionais, financeiras, governamentais e multifacetadas, com evidências quanto a desfechos clínicos, epidemiológicos, humanísticos e econômicos

Qualidade do Uso de Medicamentos

De acordo com Wirtz; Hogerzeil; Gray et al. (2017) o uso apropriado de medicamentos depende do comportamento de distintas partes interessadas; ou seja, dos utentes, prescritores, dispensadores, conselhos profissionais ou entidade de classes, empresas farmacêuticas e organizações de consumidores, setor público e setor privado, prestadores de serviços terceirizados, agências reguladoras, fabricantes e importadores, associações de empresas farmacêuticas e cientistas.

A qualidade do uso de medicamentos tem um enorme potencial para prevenir mortes prematuras, aliviar o sofrimento e contribuir para o bem-estar humano. Os medicamentos são benéficos quando prescritos adequadamente, com acesso em tempo hábil, usados pelo tempo apropriado e a um custo justo para o indivíduo e/ou a sociedade. O uso inapropriado de medicamentos ainda é uma realidade, apesar de décadas de esforços para melhorá-lo. Em termos de saúde pública, questões clínicas, sociais, econômicas e éticas relacionadas, a qualidade do uso de medicamentos deve se tornar um tema relacionado à Cobertura Universal de Saúde.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Relacionados a Medicamentos Essenciais

Os Medicamentos Essenciais satisfazem as necessidades prioritárias de cuidados de saúde da população. As Políticas de Medicamentos Essenciais são cruciais para promover a saúde e alcançar o desenvolvimento sustentável. Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Objetivo 3 – que trata da Saúde e Bem-Estar –, menciona especificamente no Item 3.8 "[...] a importância do acesso para todos, a Medicamentos Essenciais e/ou vacinas, seguros, eficazes e com qualidade, sendo componentes centrais da Cobertura Universal de Saúde" e, o Item 3.b, que enfatiza a necessidade de "[...] desenvolver medicamentos para lidar com lacunas de tratamento" (UNITED NATIONS, 2015).

Mais de trinta anos após o reconhecimento da importância da estratégia do Medicamento Essencial – na Conferência de Nairobi de 1985 sobre o Uso Racio-

nal de Medicamentos (OMS, 1985) – a The Lancet's Commission on Essential Medicines Policies (WIRTZ; HOGERZEIL; GRAY et al., 2017), identificou cinco pontos cruciais para as políticas de Medicamentos Essenciais: estratégias de financiamento, acesso, qualidade e segurança, o Uso Racional, mercado e a falta de Medicamentos Essenciais. Preconizou-se, assim: (i) o pagamento de cesta de Medicamentos Essenciais para promover acesso sustentável para todos; (ii) tornar os Medicamentos Essenciais acessíveis para se alcançar a equidade; (iii) assegurar a qualidade e a segurança dos medicamentos para evitar danos aos utentes; (iv) promover o uso de qualidade de Medicamentos Essenciais, proporcionando melhores resultados terapêuticos e alcançando a eficiência em saúde; (v) o estabelecimento de uma política global de pesquisa e desenvolvimento (P&D) estruturada para suprir a falta de medicamentos e torná-los acessíveis à todos. Por fim, é imprescindível monitorar os avanços e manter todas as partes interessadas comprometidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Á. Economia Aplicada para Gestores. Edição: 04-2003. ISBN: 9789729051692

ANTUNES, J.L.F. Condições socioeconômicas em saúde: discussão de dois paradigmas. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 562-567, Jun 2008. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102008005000017

BERMUDEZ, J.A.Z. Acesso a medicamentos: direito ou utopia? Rio de Janeiro: E-papers, 2014. 114p.

BERMUDEZ, J.A.Z. Acesso a medicamentos: impasse entre a saúde e o comércio! Cad. Saúde Pública 2017; 33(9):e00123117. doi: 10.1590/0102-311X00123117

BLUM, B.; LUIZA, V.L., BERMUDEZ, J.A.Z. Acesso a medicamentos medido no nível domiciliar: a proposta da OMS e outras iniciativas brasileiras. Rev. Bras. Farm., v. 92, n. 3, p. 223-231, 2011.

BERMUDEZ, J.A.Z. et al. Assistência Farmacêutica nos 30 anos do SUS na perspectiva da integralidade. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n.6, p.1937-1949, 2018. https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.09022018.

BOING, A.C. Acesso a medicamentos no setor público: análise de usuários do Sistema Único de Saúde no Brasil. Cad. de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.29, n.4, p.691-701, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Regulamenta a Política Nacional de Medicamentos. Brasília. Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 nov. 1998. Seção 1, p. 18.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 maio 2004. Seção 1. p. 52.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007. Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle. Brasília. Distrito Federal. Retificação publicada no DOU nº 50, de 14.03.2007, seção 1, página 46.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília. Distrito Federal. D.O.U., 29/06/2011 - Seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Uso Racional de Medicamentos: temas selecionados / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.554, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília. Distrito Federal.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Cuidado Farmacêutico na Atenção Básica – Caderno 1: Serviços farmacêuticos na atenção básica à saúde – Brasília: Ministério da Saúde; 2014. 108p. ISBN 978-85-334-2196-7

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME 2017 / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 210 p. ISBN 978-85-334-2517-0

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília. Distrito Federal. DOU de 28/12/17 – Seção 1 – Edição Extra - p.91

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.193, de 9 de dezembro de 2019. Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília. Distrito Federal. D.O.U de 10/12/2019 | Edição: 238 | Seção: 1 | Página: 112.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME 2020. – Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 217 p. ISBN 978-85-334-2748-8

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (CONASEMS). O mapa da Assistência Farmacêutica nos municípios brasileiros. Revista Conasems nº 72 - julho - novembro / 2018. Especial | Assistência farmacêutica; ISSN 1619-9559

FERRAZ, L.H.V.C. O SUS, o DATASUS e a informação em saúde: uma proposta de gestão participativa. Rio de Janeiro. 2009. Dissertação (Mestrado). Moraes, I.H.S. (Orientador). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. 109p.

FRANCISCO, W.C. "IDH brasileiro: Expectativa de Vida"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/brasil/idh-brasileiro-expectativa-vida.htm. Acesso em 23 de novembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Conta Satélite de Saúde. Brasil 2010-2013. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2015. ISBN 978-85-334-1897-4

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017 147p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 37) Inclui bibliografia e glossário. ISBN 978-85-240-4440-3

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96 p. – (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). ISBN: 978-85-7811-171-7

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Guia do Instrutor em Práticas da Boa Prescrição Médica. Departamento de Medicamentos Essenciais e Políticas de Medicamentos Genebra, Suíça. WHO/EDM/PAR/2001.2. Tradução: Português: NAF/ENSP/FIOCRUZ. 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Lista modelo de Medicamentos Essenciais da Organização Mundial da Saúde: 21ª lista 2019. Organização Mundial da Saúde. https://apps.who.int/iris/handle/10665/325771. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). Conferencia de Expertos sobre Uso Racional de los Medicamentos, 1985, Nairobi, Kenia. Uso Racional de los medicamentos: informe de la Conferencia de Expertos, Nairobi, 25-29 de noviembre de 1985. Genebra: Organización Mundial de la Salud, 1986. 304p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). Promoción del Uso Racional de medicamentos: componentes centrales. (Perspectivas políticas sobre medicamentos de la OMS, 5). Genebra: OMS; 2002.

PINHEIRO, W.G.; VIEIRA, E.T.; OLIVEIRA, E.A.A.Q. As relações entre o índice de Gini com o índice de desenvolvimento humano e o produto interno bruto dos municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo sob a ótica do desenvolvimento regional. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.12, p. 43-66. 2019. ISSN: 2358-8322.

REDE INTERGERENCIAL DE INFORMAÇÕES DA SAÚDE (RIPSA). Indicadores básicos de saúde no Brasil, Brasília, OPAS, 2012. Disponível em: http://fichas.ripsa.org.br/2012/.

ROCHA, T.A.H.; et al. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde: evidências sobre a confiabilidade dos dados. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 229-240, Jan. 2018. https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.16672015

SILVA, K.S.B.; et al. Conhecimento e uso do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) pelos gestores municipais, Pernambuco, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 373-382, 2010. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000200016

SOUSA, R. "O que é PIB?". Brasil Escola. https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-pib.htm.

UNITED NATIONS (UN). Sustainable development goals. 2015. The Millennium Development Goals Report 2015. United Nations. New York, 2015. 72p. ISBN 978-92-1-101320-7

WANNMACHER, L. Importância dos Medicamentos Essenciais em prescrição e gestão racionais. In: Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Uso racional de medicamentos: temas selecionados Brasília: MS; 2012. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). p. 15-20.

WANNMACHER, L.; Fuchs F.D. Conduta terapêutica embasada em evidências. Rev Ass. Med Brasil 2000; 46(3): 237-41. ISSN 0104-4230.

WIRTZ, V.J.; HOGERZEIL, H.V.; GRAY, A.L.; BIGDELI, M.; JONCHEERE, C.P.; EWEN, M.A.; et al. Essential medicines for universal health coverage. The Lancet Commissions. Volume 389, Issue 10067, P403-476, January 28, 2017. DOI https://doi.org/10.1016/S0140-6736(16)31599-9

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Essential Drugs Monitor, 1997;23:10.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Medicines in health systems: advancing access, affordability, and appropriate use. Genebra: WHO, 2014.

YAMAUTI, S.M.; BONFIM, J.R.A.; BARBERATO-FILHO, S.; LOPES L.C. Essencialidade e racionalidade da relação nacional de Medicamentos Essenciais do Brasil. Ciênc. saúde colet. 22 (3) Mar 2017. https://doi.org/10.1590/1413-81232017223.07742016

MÉTODO

DESENHO DO ESTUDO 68

REGIÕES DE SAÚDE 68

BASES DE DADOS SOCIOECONÔMICOS, DEMOGRÁFICOS E EPIDEMIOLÓGICOS UTILIZADOS PARA RECUPERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES 69

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE (SIS) 69

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (DATASUS) 69

INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS 70

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) 71

ÍNDICE DE GINI 71

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) 72

PIB PER CAPITA 72

EXPECTATIVA DE VIDA 73

MORTALIDADE INFANTIL 73

CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE 74

SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE (SIOPS) 74

TRATAMENTOS DOS DADOS E ANÁLISE ESTATÍSTICA 75

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS 75

ASPECTOS ÉTICOS 76

REFERÊNCIAS 77

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) lançou em 2018 o projeto "Diagnósticos da Assistência Farmacêutica", com o objetivo de compreender a realidade da oferta de medicamentos na Atenção Básica. Foram realizadas duas investigações: a primeira sobre a Relação Municipal de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) com base na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) de 2017 e, a segunda sobre os processos de aquisição desses medicamentos pelos municípios brasileiros.

Desenho do Estudo

Trata-se de um estudo descritivo, transversal, de natureza qualitativa e quantitativa (FREITAS, JABBOUR, 2011; MINAYO, 2012; YIN, 2015), realizado em dois momentos: o primeiro por amostragem de conveniência, por meio da aplicação de entrevistas estruturadas. Foi realizado entre junho a agosto de 2018, visando a identificação dos medicamentos padronizados pelas secretarias municipais de saúde das 450 regiões de saúde no Brasil. O segundo realizou-se entre junho e dezembro de 2020, utilizando-se de bases de dados governamentais para conhecer o perfil demográfico, socioeconômico, indicadores de saúde e de serviços nos municípios, despesas totais em saúde, despesas com medicamentos e percentuais das despesas com medicamentos nas despesas totais em saúde nos anos de 2018 e 2019. O intuito foi o oferecer o perfil sociodemográfico encontrado nesses municípios, bem como a descrição dos resultados para os gestores, trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre a caracterização dos municípios participantes do levantamento nacional sobre a relação municipal de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica à luz da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) de 2017.

Critérios de Inclusão: Municípios brasileiros.

Critérios de Exclusão: Municípios brasileiros que se recusaram a responder o questionário.

Regiões de Saúde

Uma região de saúde é um espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde (BRASIL, 2011).

As regiões de saúde têm como objetivo garantir o acesso – resolutivo, em tempo oportuno e com qualidade – às ações e serviços de saúde de promoção, proteção e recuperação, organizados em rede de atenção à saúde. Devem fazê-lo assegurando um padrão de integralidade, além de efetivar o processo de descentralização de ações e serviços de um ente da Federação para outro, com responsabilização compartilhada, favorecendo a ação solidária e cooperativa entre os gestores e impedindo a duplicação de meios para atingir as mesmas finalidades.

Há 450 Regiões de Saúde no Brasil. Destas, 444 participaram do Diagnóstico da Assistência Farmacêutica feito pelo CONSASEMS em 2018. Nenhum município das seguintes regiões de saúde respondeu ao levantamento e, portanto, não estão aqui representadas: Rio Negro e Solimões (AM); 8ª Região Quixadá (CE); 18ª Região Iguatu (CE); João Pinheiro (MG); Limeira (SP); Região 12ª (RS).

Bases de dados socioeconômicos, demográficos e epidemiológicos utilizados para recuperação das informações

Cabe registrar que a escolha dos indicadores está relacionada ao objetivo de analisar potenciais correlações entre os perfis dos municípios e a Relação Municipal de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica à luz da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) de 2017.

Sistemas de Informação em Saúde (SIS)

Os Sistemas de Informação em Saúde (SIS) são definidos como um conjunto de componentes interrelacionados que coletam, processam, armazenam e distribuem informações para apoiar o processo de tomada de decisão e auxiliar na organização do sistema de saúde. Dessa forma, é esperado que contribuam para subsidiar ações dedicadas a melhorar a oferta de cuidado em saúde. No Brasil, existem diversos SIS. A maior parte é de acesso público e administrada pelo Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Os dados desses sistemas têm orientado a condução de estudos que abordam a análise de parâmetros epidemiológicos, sanitários, de aparelhamento e infraestrutura de oferta de serviços (ROCHA *et al.*, 2018).

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)

Trata-se de um órgão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, com a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde[1].

O Datasus administra informações de saúde (indicadores de saúde, assistência à saúde, informações epidemiológicas e de morbidade, informações sobre a rede de assistência à saúde, estatísticas vitais, informações demográficas e socioeconômicas) e informações financeiras (referentes aos recursos do Fundo Nacional de Saúde transferidos aos municípios, aos créditos aos prestadores de serviços de saúde, aos orçamentos públicos de saúde declarados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios). Essas bases de dados podem ser consultadas no portal do Datasus (FERRAZ, 2009).

O Datasus disponibiliza informações que podem servir para subsidiar análises objetivas da situação sanitária, tomadas de decisão baseadas em evidências e elaboração de programas de ações de saúde. A mensuração do estado de saúde da população é uma tradição em saúde pública. Teve seu início com o registro sistemático de dados de mortalidade e de sobrevivência (Estatísticas Vitais: Mortalidade e Nascidos Vivos). Com os avanços no controle das doenças infecciosas (informações Epidemiológicas e Morbidade) e com a melhor compreensão do conceito de saúde e de seus determinantes populacionais, a análise da situação sanitária passou a incorporar outras dimensões do estado de saúde (FERRAZ, 2009).

Dados de morbidade, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais passaram a ser métricas utilizadas na

1 De acordo com informações do site: http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php.

construção de Indicadores de Saúde, que se traduzem em informação relevante para a quantificação e a avaliação das informações em saúde (FERRAZ, 2009).

Nesta seção também são encontradas informações sobre Assistência à Saúde da população, os cadastros (Rede Assistencial) das redes hospitalares e ambulatoriais, o cadastro dos estabelecimentos de saúde, além de informações sobre recursos financeiros e informações Demográficas e Socioeconômicas. Além disso, em Saúde Suplementar, são apresentados links para as páginas de informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (http://www.ans.gov.br/).

É responsável também pelos sistemas e aplicativos necessários para registrar e processar as informações de saúde. Um exemplo é o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), que contém todas as informações sobre a base instalada para atendimento à população no país: equipamentos, leitos e os profissionais, por especialidade, com informações do segmento privado conveniado ao SUS e do segmento público. Os sistemas de saúde administrados pelo Datasus ainda não são integrados entre si.

Informações Socioeconômicas

As informações sobre condições socioeconômicas podem ser aferidas por meio de indicadores de renda, escolaridade e ocupação para referenciar hipóteses de interesse; podem também ser empregados índices que agregam informações sobre diferentes aspectos da condição socioeconômica. De todo modo, os recursos de classificação da sociedade são permeados por diferentes ideologias, valores e concepções. A aferição de condições socioeconômicas nos estudos epidemiológicos também tem proeminente dimensão política, o que torna ainda mais complexa a imbricação entre saúde pública e política (ANTUNES, 2008; RIPSA, 2012; IBGE, 2017).

O indicador social é uma medida, geralmente estatística, usada para traduzir quantitativamente um conceito social abstrato e informar algo sobre determinado aspecto da realidade social, para fins de pesquisa ou visando a formulação, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas.

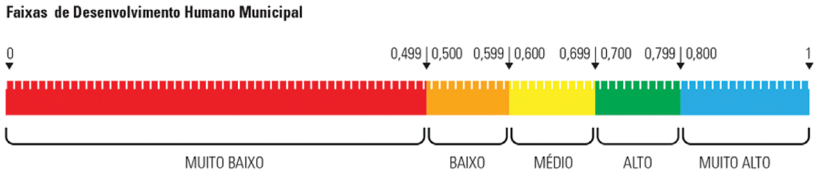
Indicador é um parâmetro, ou valor derivado de parâmetros, que indica, fornece informações ou descreve o estado de um fenômeno área/ambiente, com maior significado que aquele apenas relacionado diretamente ao seu valor quantitativo. Em adição, os indicadores são uma medida, geralmente quantitativa, que pode ser usada para ilustrar e comunicar um conjunto de fenômenos complexos de uma forma simples, incluindo tendências e progressos ao longo do tempo. São exemplos de sistemas de indicadores sociais no Brasil o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): População, Saúde, Educação, Atividade Econômica, Renda (PIB, renda per capita), Patrimônio, Uso do tempo, Segurança Pública, Mobilidade social, Cultura (IBGE, 2017).

Tem-se como exemplos de categorias de indicadores: demográficos (medem a distribuição de fatores determinantes da situação de saúde relacionados à dinâmica populacional na área geográfica referida); socioeconômicos (medem a distribuição dos fatores determinantes da situação de saúde relacionados ao perfil econômico e social da população residente na área geográfica referida); mortalidade (informam a ocorrência e distribuição das causas de óbito no perfil da mortalidade da população residente na área geográfica referida); morbidade (informam a ocorrência e distribuição de doenças e agravos à saúde na população residente na área geográfica referida); fatores de Risco e de Proteção (medem os fatores de risco [por ex. tabaco, álcool], e/ou proteção [por ex. alimentação saudável, atividade física, aleitamento] que predispõe à doenças e agravos ou, protegem das doenças e agravos); recursos (medem a oferta e a demanda de recursos humanos, físicos e financeiros para atendimento às necessidades básicas de saúde da população na área geográfica referida); co-

bertura (medem o grau de utilização dos meios oferecidos pelo setor público e pelo setor privado para atender às necessidades de saúde da população na área geográfica referida) (ANTUNES, 2008; RIPSA, 2012; IBGE, 2017).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: *longevidade*, *educação* e *renda*; isto é, a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE. Vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os padrões de mortalidade observados no ano de referência. Já o *padrão de vida* é medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média de cada residente de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município, inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os três componentes acima são agrupados por meio da média geométrica, resultando no IDHM (IPEA, 2013).



O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global (longevidade, educação e renda), mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durantes duas décadas da história brasileira (IPEA, 2013). Fonte utilizada: PNUD/Radar IDHM.

Índice de Gini

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda (PINHEIRO; VIEIRA; OLIVEIRA, 2019).

A principal vantagem do Índice de Gini é a sua capacidade de mensurar a distribuição de renda, não cedendo às limitações de outros dados, como a renda *per capita*, que nada mais é do que a média aritmética entre o Produto Nacional Bruto e o número de habitantes. Além disso, esse dado é positivo no sentido de ser facilmente interpretado e, assim, fornece uma noção maior da realidade

em questão, permitindo até a comparação entre diferentes períodos e localidades (PINHEIRO; VIEIRA; OLIVEIRA, 2019).

Já entre as desvantagens do Índice de Gini, podemos destacar o fato de ele mensurar a desigualdade de renda em termos estáticos, sem dar ênfase na oportunidade ou no potencial que um local possui em se tornar mais ou menos desigual a curto e longo prazo. Além disso, uma boa distribuição de renda em um país, por exemplo, não corresponde necessariamente a uma justiça social, pois esse índice não leva em conta o poder de compra que uma renda X pode apresentar nas diferentes partes de um mesmo território (PINHEIRO; VIEIRA; OLIVEIRA, 2019). Fonte utilizada: SIDRA/IBGE.

Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região (ALMEIDA, 2003; SOUSA, 2020).

Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo de intermediário. Isso é feito com o intuito de evitar o problema da *dupla contagem*, quando valores gerados na cadeia de produção aparecem contados duas vezes na soma do PIB (ALMEIDA, 2003; SOUSA, 2020).

PIB *per capita*

PIB *per capita* ou PIB por pessoa é o indicador que representa o que cada pessoa do local analisado teria do total de riquezas que são produzidas no país. Sendo assim, o PIB é dividido pelo número de habitantes da área, indicando o que cada pessoa produziu. O PIB *per capita* é considerado, de certa forma, um indicador do padrão de vida (ALMEIDA, 2003; SOUSA, 2020).

O valor *per capita* foi o primeiro indicador utilizado para analisar a qualidade de vida em um país. Países podem ter um PIB elevado por serem grandes e terem muitos habitantes, mas seu PIB *per capita* pode resultar baixo, já que a renda total é dividida por muitas pessoas. O PIB *per capita* é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região e indica quanto cada habitante produziu em determinado período (ALMEIDA, 2003; SOUSA, 2020).

É importante dizer que, se um país ou um determinado lugar possui um PIB elevado, mas tem muitos habitantes, o PIB *per capita* será baixo, mas isso nem sempre significa que o país possui uma má qualidade de vida. O mesmo acontece para países com PIB médio, como a Noruega. Por não ser um país muito populoso, o PIB *per capita* acaba sendo elevado (ALMEIDA, 2003; SOUSA, 2020).

É válido ressaltar que países que apresentam elevados PIB *per capita* tendem a apresentar maiores Índices de Desenvolvimento Humano, visto que o crescimento da renda é proporcional à qualidade de vida. Porém, muitos estudiosos preferem não utilizar o PIB como um determinante da qualidade de vida, já que ele não leva em consideração a distribuição desigual da renda (ALMEIDA, 2003; SOUSA, 2020).

Expectativa de vida

A Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1990, criou um método denominado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que corresponde às análises das condições de vida de uma população (FRANCISCO, 2020).

Nesse contexto, um dos indicadores sociais que refletem boa condição de vida de uma população está na expectativa de vida, isto é, o número médio de anos que a população de um determinado país espera viver. Mas, também pode ser analisado em níveis mais particulares, a de um município, por exemplo (FRANCISCO, 2020).

De acordo com a expectativa de vida de uma população, pode-se saber a qualidade de vida das pessoas. Isso fica evidente porque uma sociedade que possui bons rendimentos, aquisição ao conhecimento, saneamento ambiental, saúde de qualidade e habitação tende a ter uma expectativa de vida maior (FRANCISCO, 2020).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) a esperança de vida ou expectativa de vida dos brasileiros é de 72,8 anos em média. Essa média varia segundo o sexo: a média de vida das mulheres é de 76,7 anos e a dos homens é 69,1 (FRANCISCO, 2020).

A expectativa de vida no Brasil passa por um período de ascensão constante. No entanto, é superada em relação aos países centrais: o Japão possui uma média de 82,5 anos; França: 81,5; Suíça: 81,5; Suécia: 81 anos. O Brasil é superado até mesmo por países menos desenvolvidos economicamente, como a Argentina: 75 anos (FRANCISCO, 2020).

A expectativa de vida pode variar de acordo com a classe social, ou seja, quanto melhor o rendimento, maior será a esperança de vida, enquanto a classe de baixa renda detém taxas bem inferiores em relação aos de alto poder aquisitivo (FRANCISCO, 2020). Fonte utilizada: SIDRA/IBGE.

Mortalidade infantil

O coeficiente de mortalidade infantil é um indicador de saúde que, além de informar a respeito dos níveis de saúde de uma população, sintetiza as condições de bem-estar social, político e ético de dada conformação social. Isso porque indica a probabilidade de sobrevivência no primeiro ano de vida e, por essa razão, reflete não só as condições concretas de moradia, salário etc., mas também – e, talvez, principalmente – o compromisso de determinada sociedade com a sua reprodução social. Ou seja, em que medida a sociedade protege a sua renovação geracional (ANTUNES, 2008; RIPSA, 2012; IBGE, 2017).

O indicador estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida e consiste em relacionar o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (ANTUNES, 2008; RIPSA, 2012; IBGE, 2017). Fonte de dados (DATASUS/SIM/SINASC):

- Para o cálculo direto: Ministério da Saúde: Sistema de informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

- Para o cálculo indireto: Estimativas indiretas realizadas pela RIPSA utilizando Censos Demográficos e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD).

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) é o sistema de informação oficial de cadastramento de informações de todos os estabelecimentos de saúde no país, independentemente de sua natureza jurídica ou de integrarem o Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se do cadastro oficial do Ministério da Saúde (MS) no tocante à realidade da capacidade instalada e mão-de-obra assistencial de saúde no Brasil em estabelecimentos de saúde públicos ou privados, com convênio SUS ou não (ROCHA, 2018).

O CNES é a base cadastral para operacionalização de mais de 90 (noventa) sistemas de base nacional, tais como: Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), Sistema de Informação Hospitalar (SIH), e-SUS Atenção Primária (e-SUS APS), entre outros. É uma ferramenta auxiliadora, que proporciona o conhecimento da realidade da rede assistencial existente e suas potencialidades, de forma a auxiliar no planejamento em saúde das três esferas de Governo, para uma gestão eficaz e eficiente (ROCHA, 2018).

O CNES possui as seguintes finalidades[2]:

1. cadastrar e atualizar as informações sobre estabelecimentos de saúde e suas dimensões, como recursos físicos, trabalhadores e serviços;

2. disponibilizar informações dos estabelecimentos de saúde para outros sistemas de informação;

3. ofertar para a sociedade informações sobre a disponibilidade de serviços nos territórios, formas de acesso e funcionamento;

4. fornecer informações que apoiem a tomada de decisão, o planejamento, a programação e o conhecimento pelos gestores, pesquisadores, trabalhadores e sociedade em geral acerca da organização, existência e disponibilidade de serviços, força de trabalho e capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde e territórios.

Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS)

O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) é um instrumento de planejamento, gestão e controle social do Sistema Único de Saúde (SUS). Idealizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 1993, foi considerado relevante pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). Foi institucionalizado no âmbito do Ministério da Saúde em 2000 e é coordenado pelo Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento (DESD)[3].

Os dados declarados pelos entes federados são coletados, armazenados e processados, gerando informações sobre receitas totais e gastos com ações e serviços públicos de saúde das três esferas do governo: federal, estadual e municipal. Os dados informados são organizados e disponibilizados na internet, no endereço http://siops.datasus.gov.br, sob a forma de diversos tipos de consultas e relatórios. Entre as consultas disponibilizadas pelo sistema, estão:

2 De acordo com o site: http://cnes.datasus.gov.br/.

3 Conforme informações do site: http://datasus1.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/financeiros/siops.

- Dados informados de receitas e despesas com saúde.
- Indicadores que correlacionam receitas e despesas como, por exemplo, o percentual de recursos próprios provenientes de impostos e transferências constitucionais e legais aplicados em saúde.
- Informações relevantes, como a despesa total com saúde, a despesa com recursos próprios, despesa com pessoal, com medicamentos, entre outros dados.
- Estudos, legislações e documentos pertinentes ao assunto.
- Subsidiar o planejamento, a gestão e a avaliação dos gastos públicos de saúde nas três esferas de governo.
- Fortalecer o controle social.
- Dar visibilidade às informações sobre o financiamento e gastos em saúde.
- Proporcionar a padronização das informações contábeis.
- Dimensionar a participação da União, estados e municípios no financiamento da saúde pública.

Os dados gerados pelo SIOPS também constituem insumos para o planejamento e gestão, para a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Regionalização (PDRs) e dos Planos Diretores de Investimentos (PDIs), uma vez que há previsão de aportes, pelo conjunto dos governos, para a construção de uma rede regionalizada e hierarquizada de serviços de saúde, na busca da melhoria da acessibilidade e da integralidade da atenção à saúde (SILVA *et al*., 2010).

Tratamentos dos Dados e Análise Estatística

Os dados foram plotados e organizados utilizando o programa Microsoft Office Excel 2016®. Para a análise estatística foi utilizado o software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS *Statistics* 27). Os resultados estão apresentados por meio de estatística descritiva utilizando tabelas, quadros e gráficos e síntese narrativa.

Apresentação dos resultados

Para melhor compreensão dos resultados, serão utilizadas as seguintes denominações ao longo do texto:

- medicamentos RENAME são aqueles que constam na RENAME e podem ser adquiridos com os recursos do financiamento tripartite;
- medicamentos NÃO RENAME são aqueles que, embora não constem na RENAME, são adquiridos pelos municípios com recursos próprios e disponibilizados a população;
- medicamentos REMUME são todos os medicamentos disponibilizados pelo município a população, compreendendo os medicamentos RENAME e NÃO RENAME.

Os resultados da segunda fase oferecem dados e informações dos municípios quanto aos aspectos demográficos, condições socioeconômicas (PIB, PIB *per capita*, Índice de Gini, IDHM), indicadores de saúde (mortalidade infantil, expectativa de vida), indicadores de serviços (profissionais de nível superior em saúde, estabelecimentos de saúde, equipes de saúde da família), despesas em saúde (despesa total em saúde e despesa com medicamentos na despesa total em saúde).

Aspectos Éticos

O trabalho não foi submetido ao Sistema Nacional de Ética em Pesquisa (SISNEP) e registrado na Plataforma Brasil. Justifica-se pelo fato de este tipo de investigação não implicar intervenção ou modificação intencionada de variáveis biológicas, fisiológicas, psicológicas ou sociais em seres humanos. Não traz, portanto, riscos diretos aos participantes; quiçá algum constrangimento (BRASIL, 2012; 2016).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Á. Economia Aplicada para Gestores. Edição: 04-2003. ISBN: 9789729051692

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n o 466 de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores o que os existentes na vida cotidiana. Brasília. Distrito Federal.

FREITAS, W.R.S.; JABBOUR, C.J.C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. Estudo & Debate, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22. 2011. ISSN 1983-036X

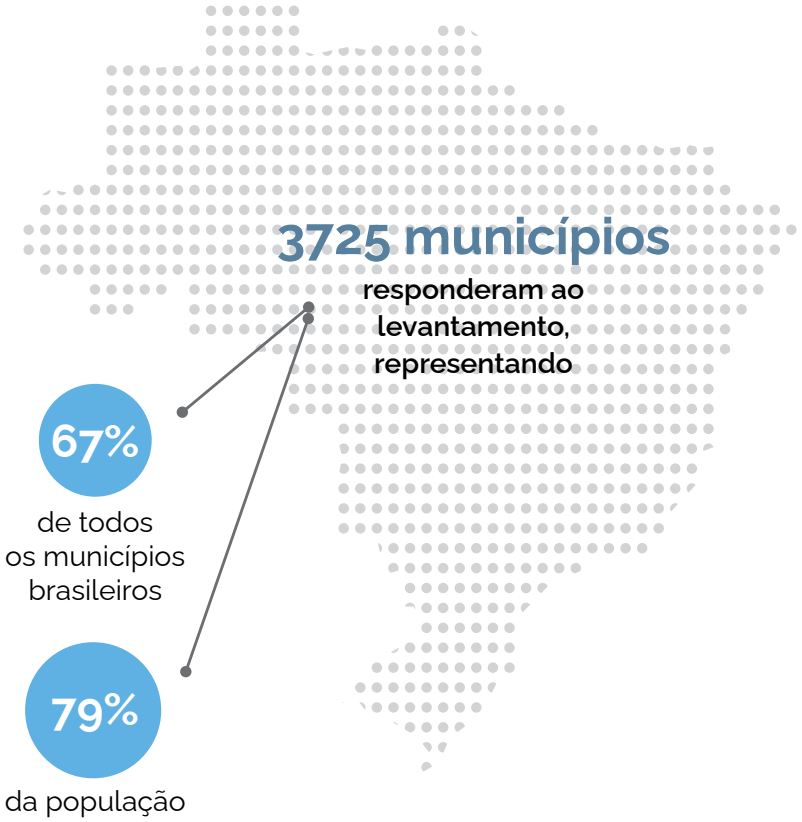
MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 17, n. 3, p. 621-6. 2012. https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007

YIN, R.K. Estudo de Caso - 5.Ed.: Planejamento e Métodos. Bookman Editora. 2015. ISBN 8582602324, ISBN 9788582602324. 320p.

RESULTADOS

CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS 79

ACRE 83
ALAGOAS 90
AMAPÁ 99
AMAZONAS 106
BAHIA 114
CEARÁ 129
ESPÍRITO SANTO 141
GOIÁS 149
MARANHÃO 160
MATO GROSSO 172
MATO GROSSO DO SUL 183
MINAS GERAIS 190
PARÁ 228
PARAÍBA 238
PARANÁ 249
PERNAMBUCO 262
PIAUÍ 271
RIO DE JANEIRO 280
RIO GRANDE DO NORTE 289
RIO GRANDE DO SUL 298
RONDÔNIA 313
RORAIMA 321
SANTA CATARINA 328
SÃO PAULO 340
SERGIPE 371
TOCANTINS 379
DISTRITO FEDERAL 388

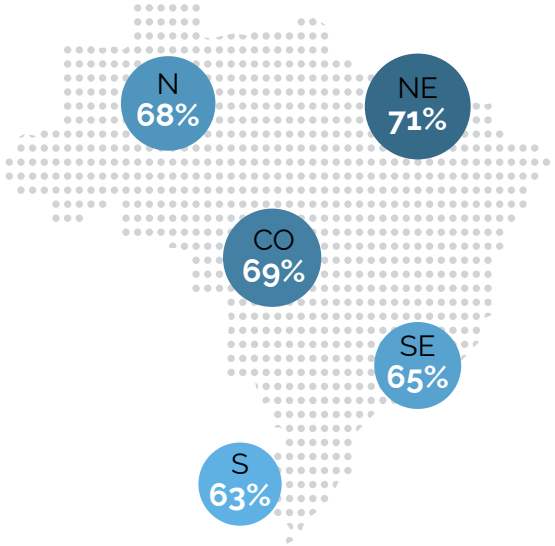


Caracterização da participação dos municípios

Dos 5570 municípios brasileiros, 3725 (67%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 164.376.977 habitantes, o que representa 79% da população brasileira.

A participação dos municípios nas diferentes regiões foi homogênea, variando de 63% no Sul a 71% no Nordeste (Figura 1).

FIGURA 1.
Participação dos municípios no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME por região



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Os estados que apresentaram as mais elevadas taxas de municípios respondentes, foram Roraima (100% dos municípios responderam), Santa Catarina (89% dos municípios responderam) e Paraíba (89% dos municípios responderam). Três estados apresentaram porcentagem inferior a 50% de municípios respondentes: Rio Grande do Sul (29%), Amazonas (39%) e Pernambuco (48%). Contudo, mesmo nesses estados, a abrangência populacional ficou acima de 50%.

TABELA 1.

Frequência Absoluta e Relativa da participação dos municípios no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME por estados e região

Região Geográfica	Unidade Federativa	Total de municípios*	nº de municípios que participaram do levantamento	% de municípios que participaram do levantamento
Centro-Oeste	Distrito Federal	1**	1	100
	Goiás	246	173	70
	Mato Grosso	141	84	60
	Mato Grosso do Sul	79	66	84
Nordeste	Alagoas	102	81	79
	Bahia	417	329	79
	Ceará	184	93	51
	Maranhão	217	118	54
	Paraíba	223	198	89
	Pernambuco	185	89	48
	Piauí	224	173	77
	Rio Grande do Norte	167	132	79
	Sergipe	75	54	72
Norte	Acre	22	16	73
	Amapá	16	14	88
	Amazonas	62	24	39
	Pará	144	121	84
	Rondônia	52	43	83
	Roraima	15	15	100
	Tocantins	139	75	54
Sudeste	Espírito Santo	78	68	87
	Minas Gerais	853	523	61
	Rio de Janeiro	92	71	77
	São Paulo	645	419	65
Sul	Paraná	399	336	84
	Rio Grande do Sul	497	146	29
	Santa Catarina	295	263	89
Total		5570	3725	67

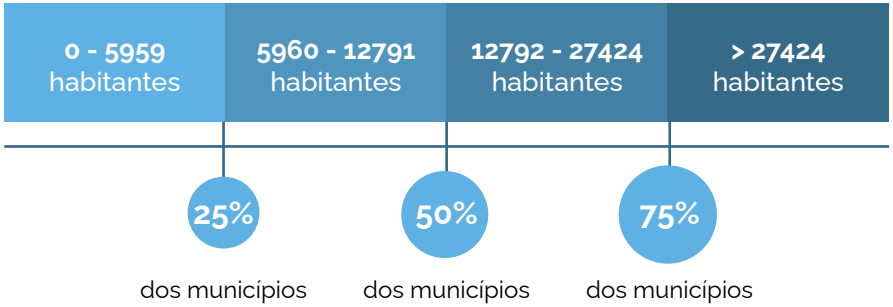
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*Nota: * Total de municípios por Unidade Federativa. Fonte: IBGE. Dados acessados em 07/08/2020.*
***Distrito Federal não é dividido em municípios e sim em regiões administrativas.*

O Brasil, com suas dimensões continentais, é formado por municípios de diferentes portes populacionais. O menor município participante desse levantamento possuía 956 habitantes e o maior cerca de 12 milhões de habitantes. Metade dos municípios respondentes tinha em torno de 13.000 habitantes e 75% dos municípios possuía até 27.424 habitantes no momento da pesquisa, que refletiu a realidade nacional, segundo a qual 77% dos municípios brasileiros estão nessa faixa populacional.

FIGURA 2.

Distribuição dos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME por porte populacional



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

No Distrito Federal e em mais sete estados, os municípios participantes abrangeram 90% ou mais da população total da Unidade Federativa: Roraima (100%), Amapá (98%), Santa Catarina (95%), Rondônia (94%), Espírito Santo (94%), Mato Grosso do Sul (93%) e Paraná (90%). Em dois estados a abrangência populacional foi inferior a 60%: Rio Grande do Sul (52%) e Mato Grosso (57%). Vinte e duas unidades federativas tiveram 70% ou mais de sua população representada (Tabela 2).

TABELA 2.

População residente nos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre o CBAF da RENAME por estados e região

Região Geográfica	Unidade Federativa	População total por UF*	População dos municípios que participaram do levantamento	%
Centro-Oeste	Mato Grosso	3.441.998	1.956.502	57
	Goiás	6.921.161	4.932.964	71
	Mato Grosso do Sul	2.748.023	2.559.398	93
	Distrito Federal	2.974.703	2.974.703	100
Nordeste	Pernambuco	9.496.294	6.235.094	66
	Maranhão	7.035.055	4.874.689	69
	Ceará	9.075.649	6.325.913	70
	Rio Grande do Norte	3.479.010	2.899.185	83
	Paraíba	3.996.496	3.354.320	84
	Alagoas	3.322.820	2.851.051	86
	Bahia	14.812.617	12.766.177	86
	Piauí	3.264.531	2.865.372	88
	Sergipe	2.278.308	2.013.434	88

Norte	Amazonas	4.080.611	2.957.710	72
	Pará	8.513.497	6.336.035	74
	Tocantins	1.555.229	1.226.323	79
	Acre	869.265	721.458	83
	Rondônia	1.757.589	1.653.091	94
	Amapá	829.494	813.262	98
	Roraima	576.568	576.568	100
Sudeste	Minas Gerais	21.040.662	14.569.019	69
	Rio de Janeiro	17.159.960	14.232.704	83
	São Paulo	45.538.936	38.086.252	84
	Espírito Santo	3.972.388	3.735.253	94
Sul	Rio Grande do Sul	11.329.605	5.946.183	52
	Paraná	11.348.937	10.214.823	90
	Santa Catarina	7.075.494	6.699.494	95
Total		208.494.900	164.376.977	79

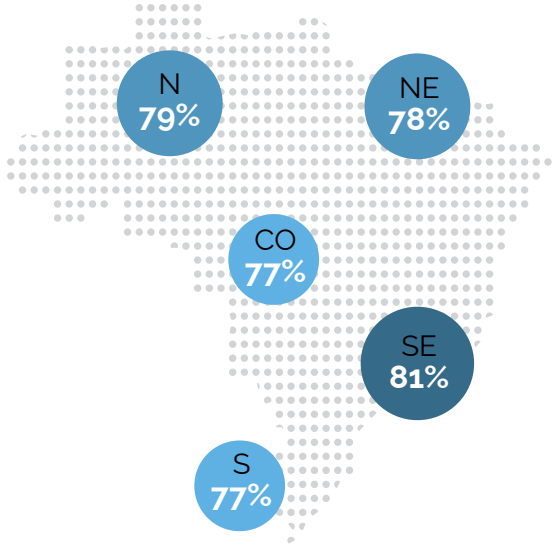
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**População total residente por Unidade Federativa. Fonte: IBGE. Dados acessados em 07/08/2020.*

A representatividade da população por região esteve acima de 75% em todas as regiões, com percentuais variando de 77% no Sul e Centro-Oeste e 81% no Sudeste.

FIGURA 3.

População residente nos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre o CBAF da RENAME por região geográfica



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

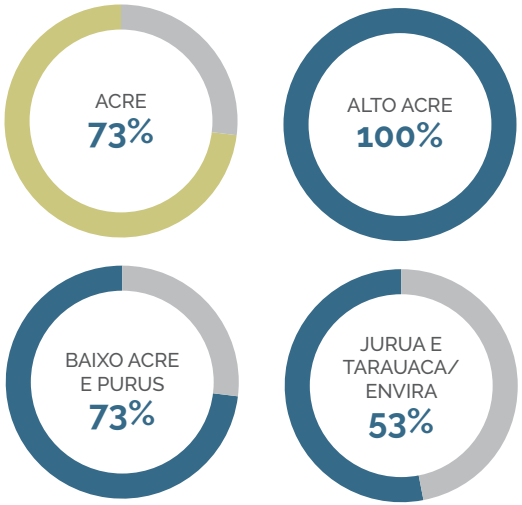
A participação dos municípios por região de saúde é apresentada no Anexo I.

ACRE

Dos 22 municípios do Acre, 16 (73%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 721.458 habitantes, o que representa 83% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 4.

FIGURA 4.
Percentual de municípios do Acre que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

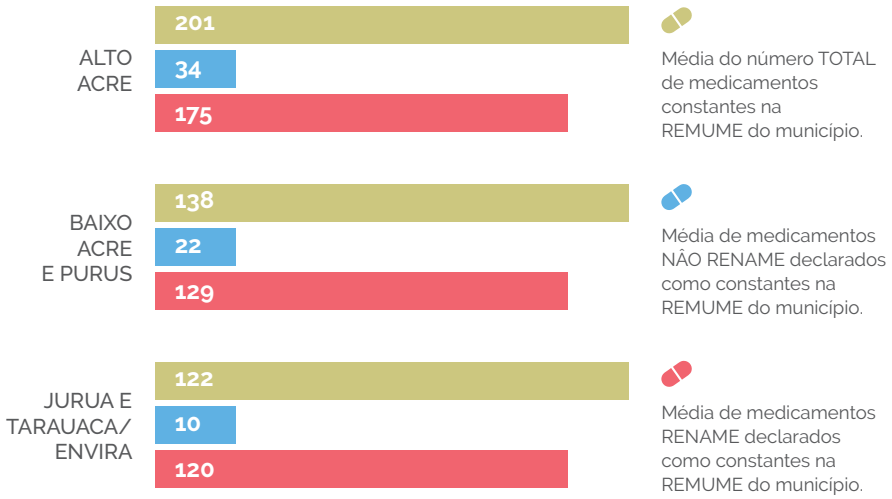
Na região Alto Acre a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. A menor participação foi observada na região Juruá e Tarauacá/Envira, onde apenas 57% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 122 na região de Juruá e Tarauacá/Envira a 201 no Alto Acre, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME** e NÃO RENAME***.

Especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME, os municípios dessa região relataram ter, em média, mais do que o triplo desses medicamentos na REMUME, quando comparados à região de Juruá e Tarauacá/Envira (Figura 5).

FIGURA 5.

Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios acreanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo e máximo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da região Baixo Acre e Purus, com 24 e 373 medicamentos, respectivamente. O mesmo aconteceu com os itens NÃO RENAME, variando de 9 a 43 itens nas listas municipais. Além disso, também foi declarada a inclusão de todos os 364 itens da RENAME vigente em 2018 na REMUME de município(s) dessa região.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 107, 26 e 115, respectivamente. Isso significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 3). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 3.

Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Acre participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ALTO ACRE	175	144	83	330	34	35	26	40	201	157	118	370
BAIXO ACRE E PURUS	129	102	24	364	22	13	9	43	138	107	24	373
JURUÁ E TARAUACÁ /ENVIRA	120	109	81	181	10	10	10	10	122	109	81	191
ACRE (TOTAL)	**138**	**107**	**24**	**364**	**25**	**26**	**9**	**43**	**149**	**115**	**24**	**373**

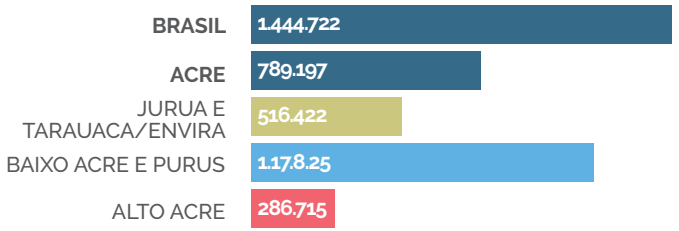
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Acre apresentou IDHM de 0,719, em 2017 (valor abaixo da média nacional, de 0,761). O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,684, (também abaixo da média brasileira, de 0,781) (Anexo VII).

A média do PIB (Produto Interno Bruto) em 2017 dos municípios da região Baixo Acre e Purus foi superior à média estadual, e a mais alta observada entre as três regiões de saúde, sendo quase duas vezes maior que o PIB de Juruá e Tarauacá/Envira e quase quatro vezes o PIB médio do Alto Acre.

FIGURA 6:

Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e acreanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



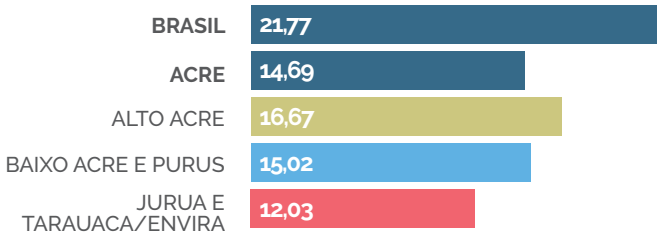
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais.*

Porém, ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios do Alto Acre apresentaram valores superiores aos municípios das regiões de Baixo Acre e Purus e Juruá e Tarauacá/Envira, respectivamente, sendo superior à média estadual (Figura 7).

FIGURA 7.

Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e acreanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

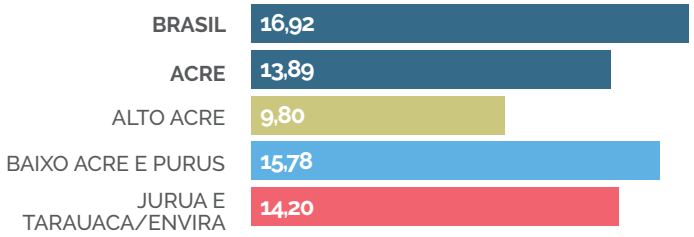
A média do PIB e do PIB *per capita* dos municípios do Acre ficaram abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Acre em 2016 foi de 73,9 ano. Esse valor está abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios do Acre em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região do Alto Acre e o maior na região de Baixo Acre e Purus (Figura 8). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 8.

Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e acreanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



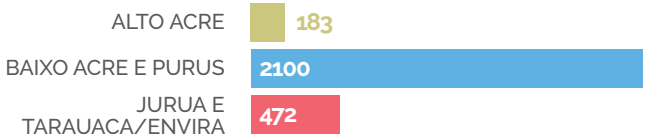
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Acre possui 2755 profissionais de nível superior em saúde. A região do Baixo Acre e Purus apresentou o maior número, e o menor foi observado no Alto Acre (Figura 9).

FIGURA 9.

Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios do Acre participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

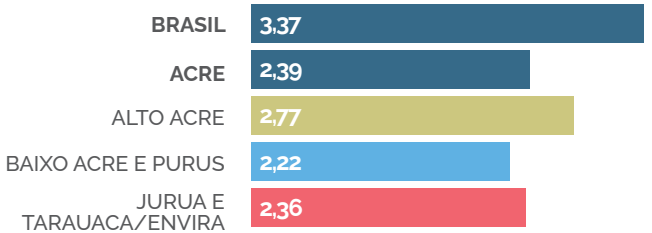


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média destes profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na região do Alto Acre e o menor em Baixo Acre e Purus. Ambos, no entanto, inferiores à média nacional por mil habitantes, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 10).

FIGURA 10.

Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e acreanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



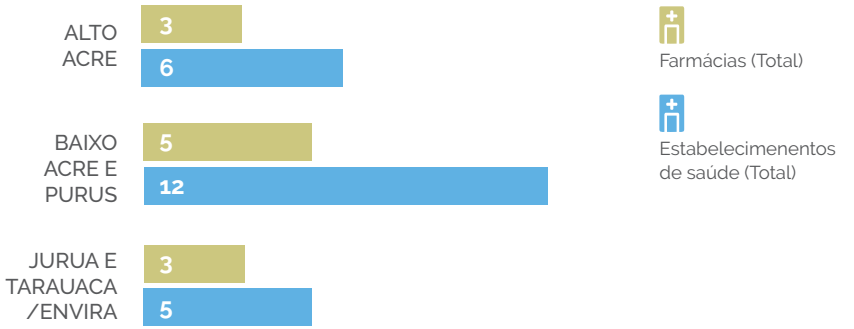
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região de Baixo Acre e Purus apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde, bem como de farmácias. Em contrapartida, a região de Juruá e Tarauacá/Envira apresentou o menor número (Figura 11).

FIGURA 11.

Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios do Acre participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

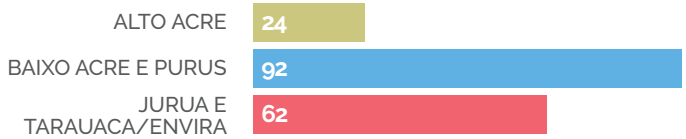
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais/alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 178 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é Baixo Acre e Purus e o menor número foi observado na região do Alto Acre (Figura 12).

FIGURA 12.

Número de ESF (Equipes de Saúde da Família) registradas no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios do Acre participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

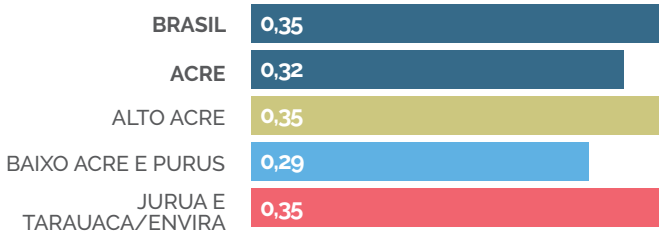


*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.*Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado nas regiões do Alto Acre e Juruá e Tarauacá/Envira, idênticos à média nacional dos municípios participantes. A região do Baixo Acre e Purus apresentou a menor média (Figura 13). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 13.

Média de ESF (Equipes de Saúde da Família) por mil habitantes nos municípios brasileiros e acreanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



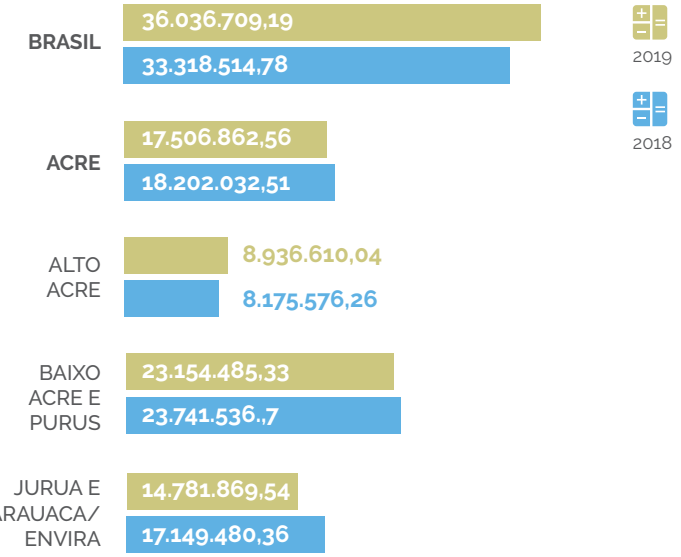
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região Baixo Acre e Purus, com valores semelhantes em 2018 e 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios do Alto Acre. Nessa região, a média das despesas em 2019 foi superior à 2018, diferente das outras regiões onde a média diminuiu no período (Figura 14).

FIGURA 14.

Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS (Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde) pelos municípios brasileiros e acreanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

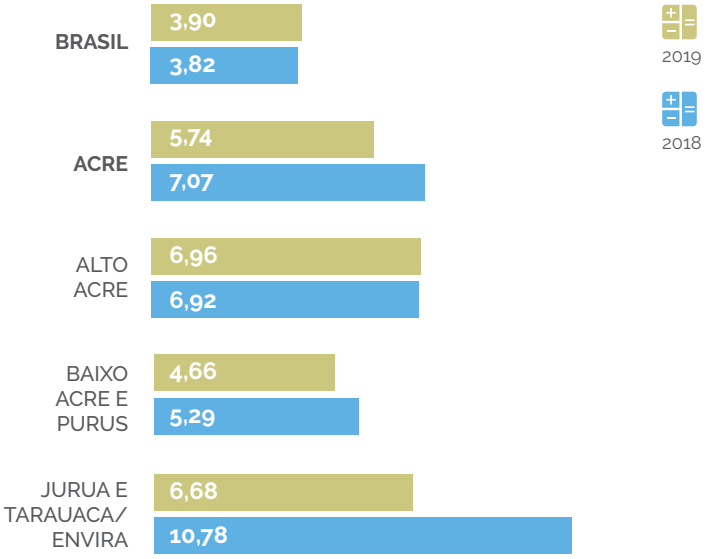
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região de Juruá e Tarauacá/Envira, com queda expressiva de 2018 para 2019. É importante destacar que todas as regiões de saúde do Acre apresentaram médias percentuais de despesa com medicamentos na despesa total em saúde superiores à média nacional. Além disso, a média do estado foi a maior entre todas as UF em 2018

e a terceira maior em 2019 (Figura 15). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 15.

Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS (Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde) pelos municípios brasileiros e acreanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

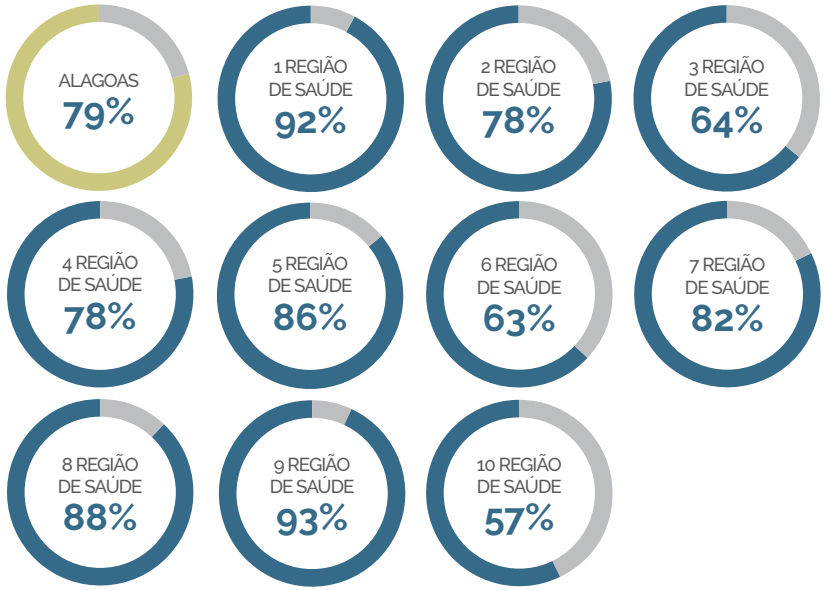
ALAGOAS

Dos 102 municípios de Alagoas, 81 (79%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 2.851.051 habitantes, o que representa 86% da população deste estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 16.

FIGURA 16.

Percentual de municípios de Alagoas que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

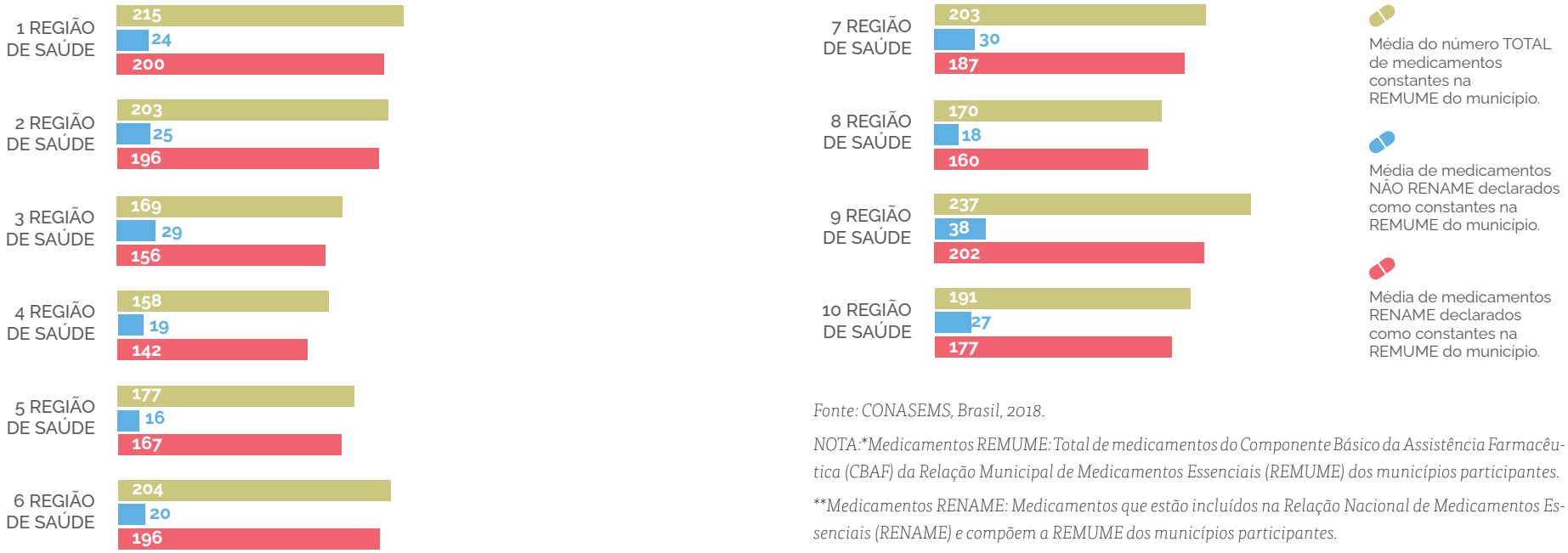
As regiões de saúde com maior participação dos municípios foram a 9 Região e a 1 Região, onde mais 90% dos municípios responderam ao levantamento. A menor participação foi observada na 10ª Região, onde apenas 57% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 158 na 4ª Região a 237 na 9ª Região, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME** e NÃO RENAME***.

Especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME, os municípios dessa região relataram ter, em média, duas vezes ou mais desses medicamentos na REMUME quando comparados às Regiões 5, 8 e 4 (Figura 17).

FIGURA 17.

Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios alagoanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA:*Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios das regiões 1 e 8 com 109 medicamentos. O máximo de 350 medicamentos foi observado na região 9. Quanto aos itens NÃO RENAME, o mínimo de 3 medicamentos foi observado na Região 5, ao passo que, município (s) das regiões 3, 7 e 9 declararam o máximo de 50 medicamentos desta categoria em suas listas. Além disso, na 7ª Região de Saúde foi declarada a inclusão de 348

medicamentos da RENAME na REMUME de município(s) desta região, o maior valor observado nessa categoria de medicamentos.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes deste estado foram de 171, 20 e 187, respectivamente; o que significa que metade dos municípios têm até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 4). Maiores informações sobre o número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 4.

Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios de Alagoas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ALTO ACRE	175	144	83	330	34	35	26	40	201	157	118	370
BAIXO ACRE E PURUS	129	102	24	364	22	13	9	43	138	107	24	373
JURUA E TARAUACA/ ENVIRA	120	109	81	181	10	10	10	10	122	109	81	191
1 REGIAO DE SAUDE	200	202	109	305	24	20	5	43	215	207	109	341
2 REGIAO DE SAUDE	196	183	140	302	25	25	9	40	203	183	140	342
3 REGIAO DE SAUDE	156	134	104	274	29	29	9	50	169	163	110	274
4 REGIAO DE SAUDE	142	135	129	160	19	18	8	33	158	161	138	186
5 REGIAO DE SAUDE	167	162	134	208	16	20	3	20	177	171	137	228
6 REGIAO DE SAUDE	196	200	160	230	20	20	10	30	204	204	170	230
7 REGIAO DE SAUDE	187	175	131	348	30	20	7	50	203	189	131	348
8 REGIAO DE SAUDE	160	163	109	185	18	19	6	30	170	171	109	208
9 REGIAO DE SAUDE	202	210	118	300	38	50	9	50	237	256	150	350
10 REGIAO DE SAUDE	177	187	139	197	27	27	14	40	191	199	139	226
ALAGOAS (TOTAL)	**182**	**171**	**104**	**348**	**27**	**20**	**3**	**50**	**198**	**187**	**109**	**350**

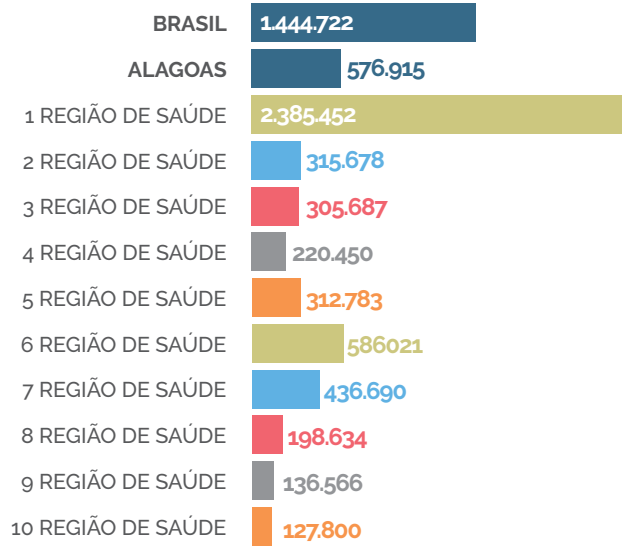
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Alagoas apresentou IDHM de 0,683, em 2017 (abaixo da média nacional, de 0,761 e o menor entre todas as unidades federativas). O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,717, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da 1ª Região de Saúde foi muito superior à média estadual, e superior à média nacional. Foi a mais alta observada entre as dez regiões de saúde, e quase vinte vezes a média do PIB da 10ª Região.

FIGURA 18.

Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e alagoanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



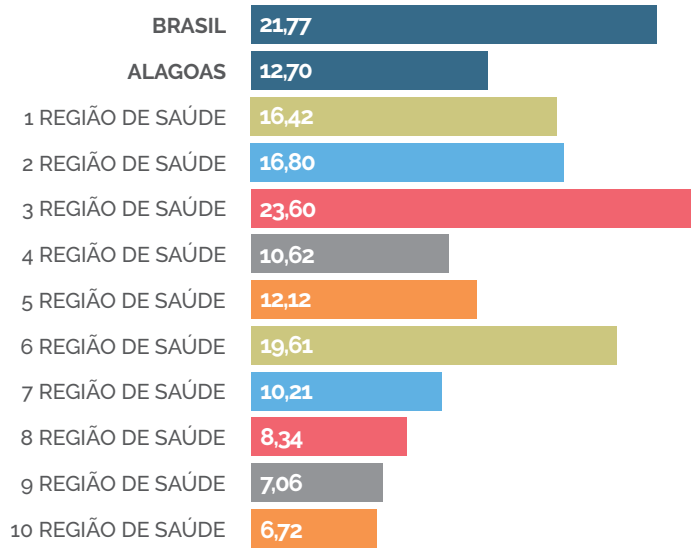
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais.*

Porém, ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da 3ª Região de Saúde apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo superior à média estadual e nacional. A menor média do PIB *per capita* foi observada entre os municípios da 10ª Região (Figura 19).

FIGURA 19.

Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e alagoanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

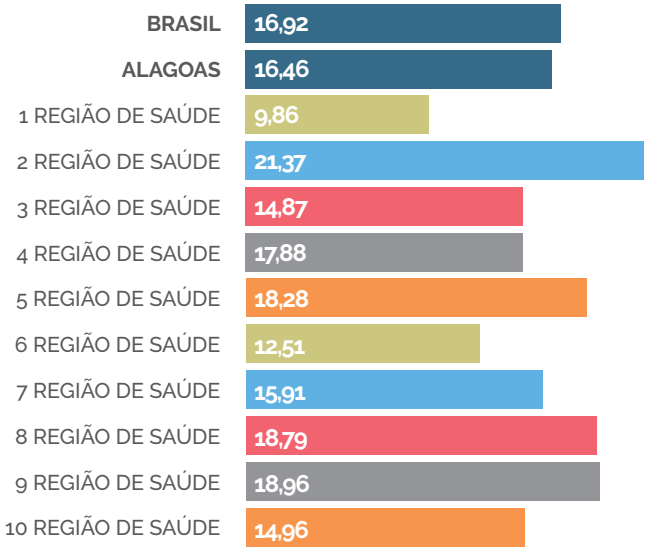
Tanto a média do PIB quanto do PIB *per capita* dos municípios de Alagoas ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado de Alagoas em 2016 foi de 71,6 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios de Alagoas em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na 1ª Região e o maior na 2ª Região (Figura 20). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 20.

Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e alagoanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



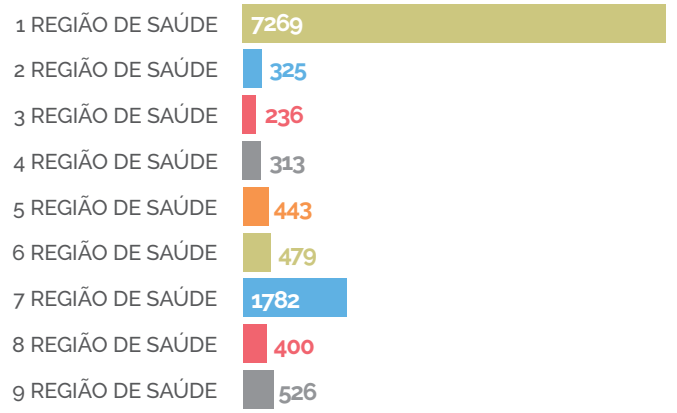
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Alagoas possui 11943 profissionais de nível superior em saúde. A 1ª Região apresentou o maior número e o menor foi observado na 3ª Região (Figura 21).

FIGURA 21.

Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios de Alagoas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

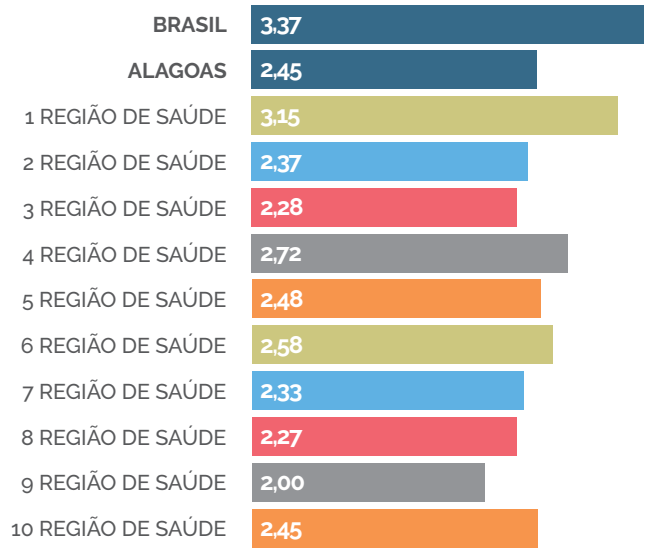


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média destes profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na 1ª Região e o menor na 9ª Região. Ambos, no entanto, inferiores à média nacional por mil habitantes, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 22).

FIGURA 22.

Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e alagoanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



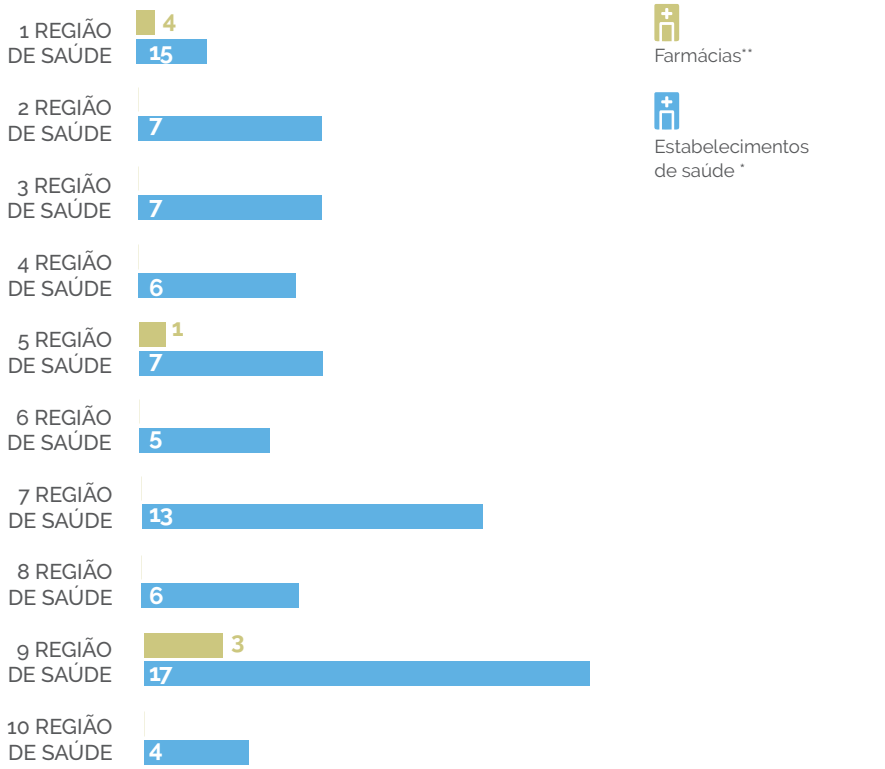
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A 9ª Região apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e a 1ª Região o maior número de farmácias. Em contrapartida, a 10ª Região apresentou o menor número de estabelecimentos. Importante destacar que apenas na 1ª, 5ª e 9ª regiões foram observados registros de farmácias no CNES (Figura 23).

FIGURA 23.

Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios de Alagoas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

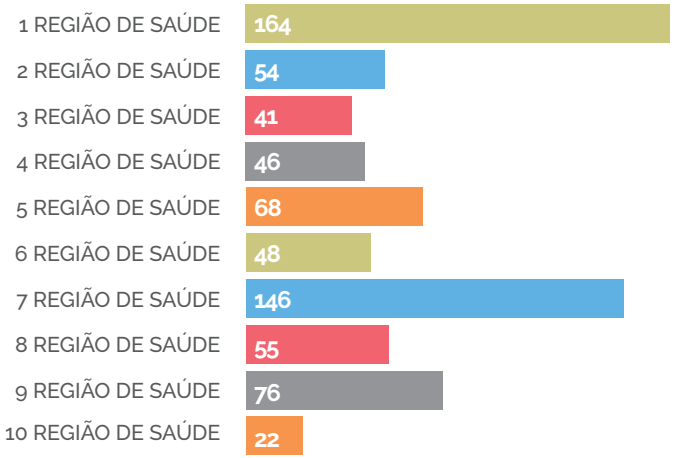
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 720 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é a 1ª Região e o menor número foi observado na 10ª Região (Figura 24).

FIGURA 24.

Número de ESF (Equipes de Saúde da Família) registradas no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios de Alagoas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



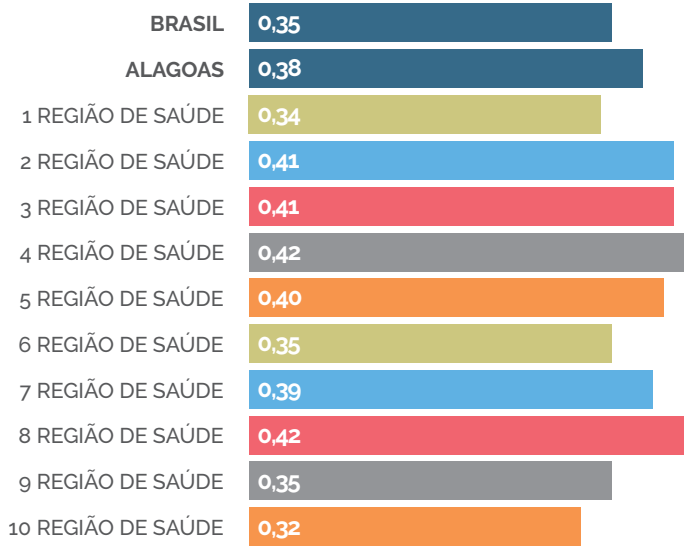
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado nas regiões 4ª e 8ª. As regiões 10ª e 1ª apresentaram as menores médias, sendo as únicas regiões com valores abaixo da média nacional (Figura 25). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 25.

Média de ESF (Equipes de Saúde da Família) por mil habitantes nos municípios brasileiros e alagoanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



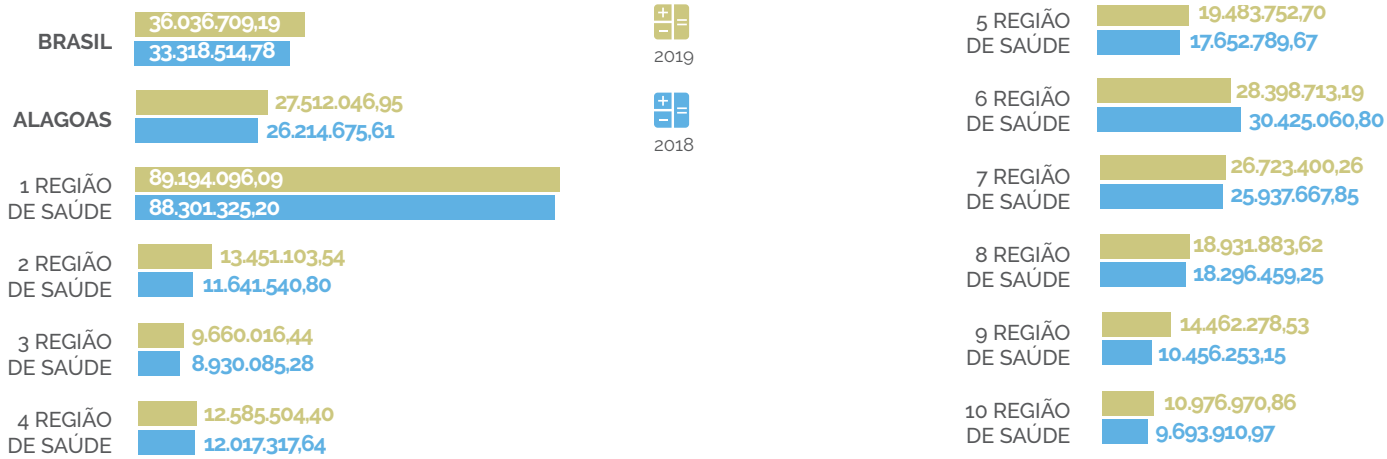
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da 1ª Região de Saúde, com valores semelhantes em 2018 e 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios da 3ª Região. Com exceção da 6ª Região, a média da despesa total em saúde dos municípios em 2019 foi superior a 2018 (Figura 26).

FIGURA 26.

Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS (Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde) pelos municípios brasileiros e alagoanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



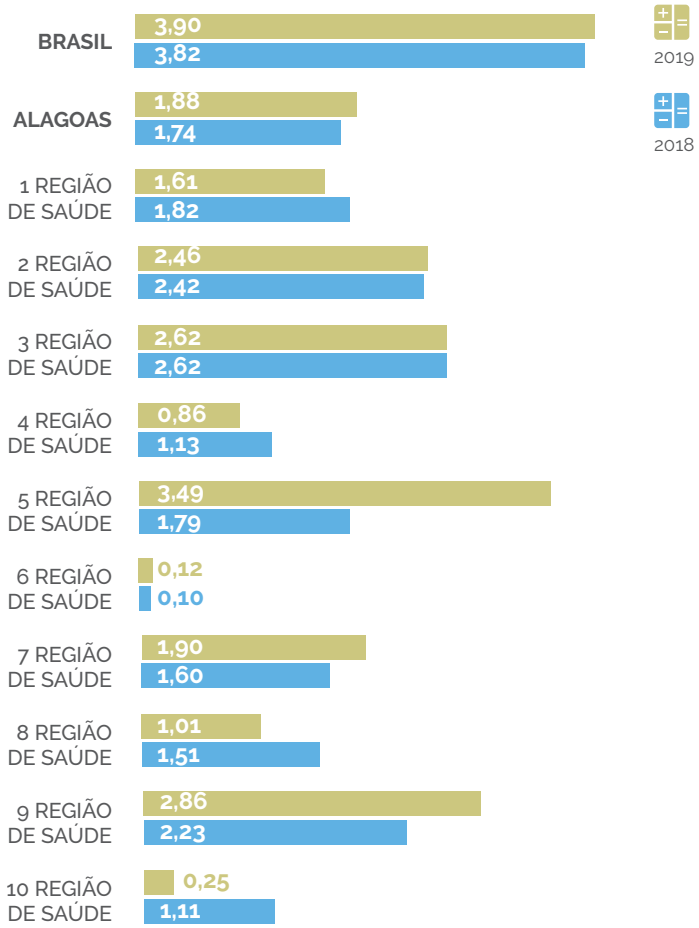
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na 3ª Região em 2018 e na 5ª Região em 2019. Essa última, com aumento expressivo de 2018 para 2019, passando de 1,79% para 3,49%, quase o dobro da média estadual desse ano. No período, também é observada queda importante desse percentual na 10ª Região. É importante destacar que todas as regiões de saúde de Alagoas apresentaram médias percentuais de despesa com medicamentos na despesa total em saúde inferiores à média nacional. Além disso, na 6ª Região de Saúde. Esse percentual foi de apenas 0,10% e 0,12% em 2018 e 2019, respectivamente (Figura 27). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 27.

Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS (Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde) pelos municípios brasileiros e alagoanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



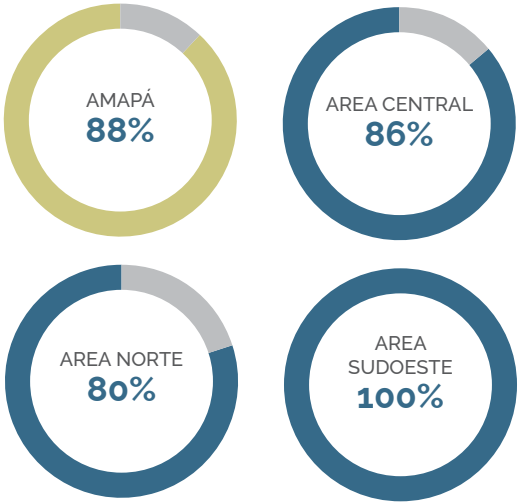
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

AMAPÁ

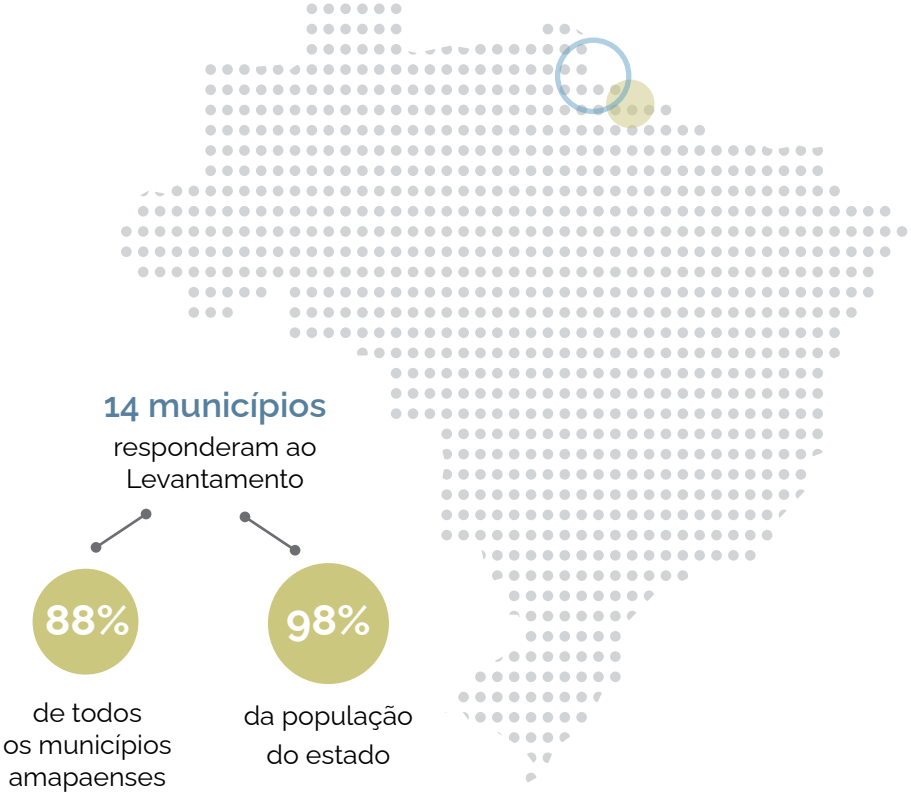
Dos 16 municípios do Amapá, 14 (88%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 813.262 habitantes, o que representa 98% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 28.

FIGURA 28.
Percentual de municípios do Amapá que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.



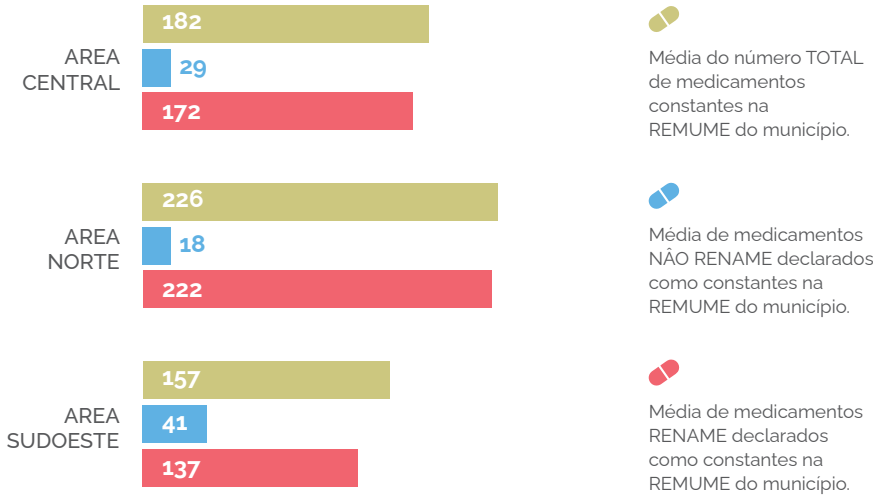
A região de saúde com maior participação dos municípios foi a Área Sudoeste, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. A menor participação foi observada na Área Norte, onde 80% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 157 na Área Sudoeste a 226 na Área Norte, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Em contrapartida, especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME***, a Área Sudoeste apresentou a maior média. Os municípios dessa região relataram ter, em média, mais que o dobro destes medicamentos na REMUME quando comparados à Área Norte (Figura 29).

FIGURA 29.

Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios amapaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA:*Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da Área Central com 72 medicamentos, o máximo de 364 medicamentos foi observado na Área Norte. Quanto aos itens NÃO RENAME, o mínimo de 18 medicamentos foi observado na Área Norte, ao passo que, na Área Sudoeste foi declarado o máximo de 49 medicamentos desta categoria. Além disso, na Área Norte foi declarada a inclusão de todos os 364 medicamentos da RENAME vigente em 2018, na REMUME de município(s) dessa região, o maior valor observado para esses medicamentos no conjunto das regiões do estado.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 127, 32 e 151, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 5). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 5.

Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Amapá participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
AREA CENTRAL	172	146	46	363	29	29	26	32	182	158	72	363
AREA NORTE	222	200	123	364	18	18	18	18	226	209	124	364

AREA SUDOESTE	137	118	84	226	41	41	32	49	157	134	84	275
AMAPÁ (TOTAL)	**176**	**127**	**46**	**364**	**31**	**32**	**18**	**49**	**187**	**151**	**72**	**364**

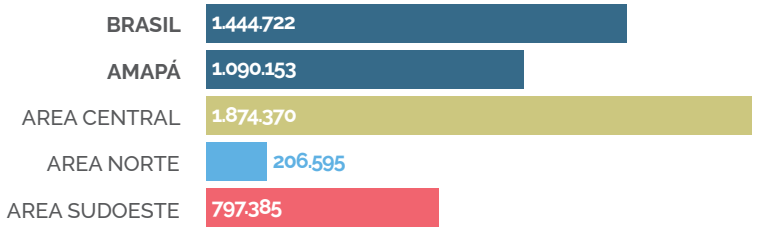
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Amapá apresentou IDHM de 0,740, em 2017 abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,760, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da Área Central foi superior à média estadual e nacional. Foi a mais alta observada entre as três regiões de saúde, e muito superior à média do PIB da Área Norte (Figura 30).

FIGURA 30.

Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e amapaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



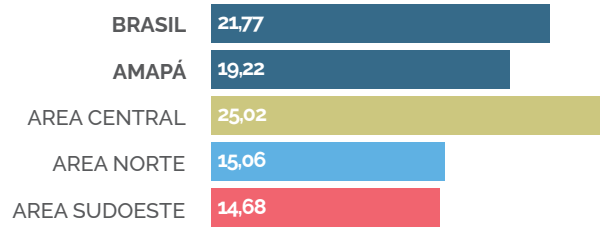
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da Área Central também apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo superior à média estadual e nacional. A menor média do PIB *per capita* foi observada entre os municípios da Área Sudoeste (Figura 31).

FIGURA 31.

Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e amapaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

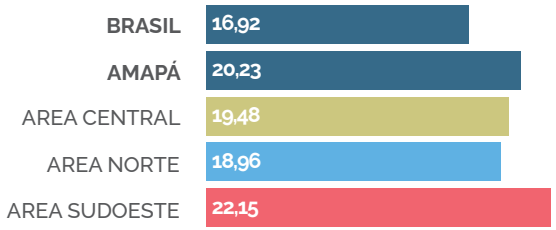
Tanto a média do PIB quanto do PIB *per capita* dos municípios do Amapá ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Amapá em 2016 foi de 73,9 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios do Amapá em 2017 foi superior à média nacional. O menor valor foi observado na Área Norte e o maior na Área Sudoeste (Figura 32). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 32.

Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e amapaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



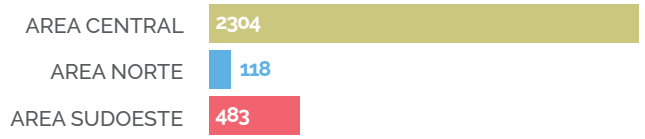
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Amapá possui 2905 profissionais de nível superior em saúde. A Área Central apresentou o maior número, e o menor foi observado na Área Norte (Figura 33).

FIGURA 33.

Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios de Alagoas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

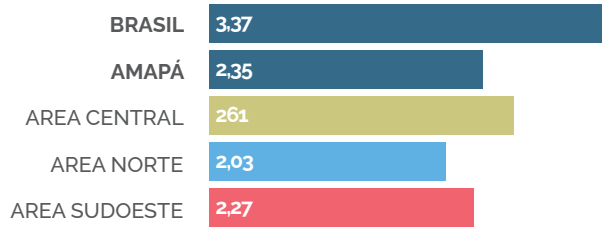


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o mesmo acontece: o maior valor é observado na Área Central e o menor na Área Norte. Ambos, no entanto, inferiores à média nacional por mil habitantes, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 34).

FIGURA 34.

Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e amapaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



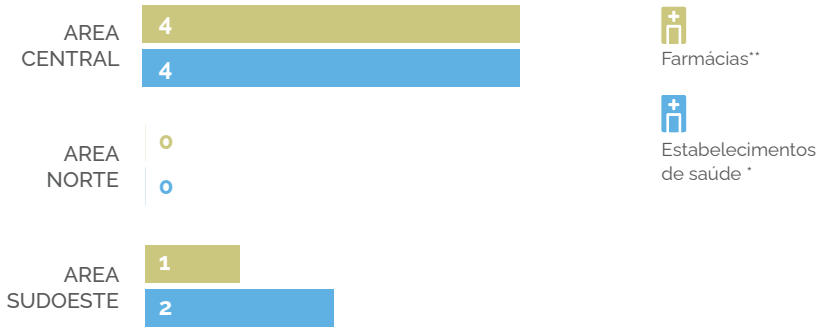
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A Área Central apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde, bem como de farmácias. Cabe salientar que o número de farmácias está contido no total de estabelecimentos aqui apresentados. Portanto, dos 4 estabelecimentos com registro no CNES na Área Central no período, todos eram farmácias. Na Área Norte não foram identificados registros de estabelecimentos no CNES no período especificado (Figura 35).

FIGURA 35.

Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios do Amapá participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 152 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é a Área Central e o menor número foi observado na Área Norte (Figura 36).

FIGURA 36.

Número de ESF (Equipes de Saúde da Família) registradas no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios do Amapá participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

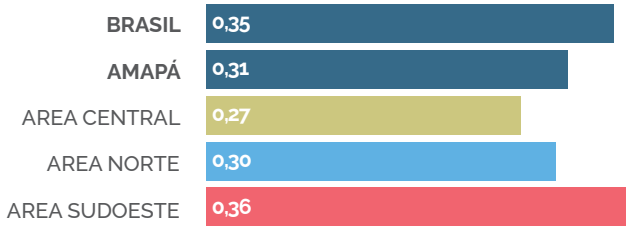
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na Área Sudoeste, única média entre as regiões acima da média nacional. A Área Central apresentou a menor média de ESF por mil habitantes (Figura 37). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 37.

Média de ESF (Equipes de Saúde da Família) por mil habitantes nos municípios brasileiros e amapaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



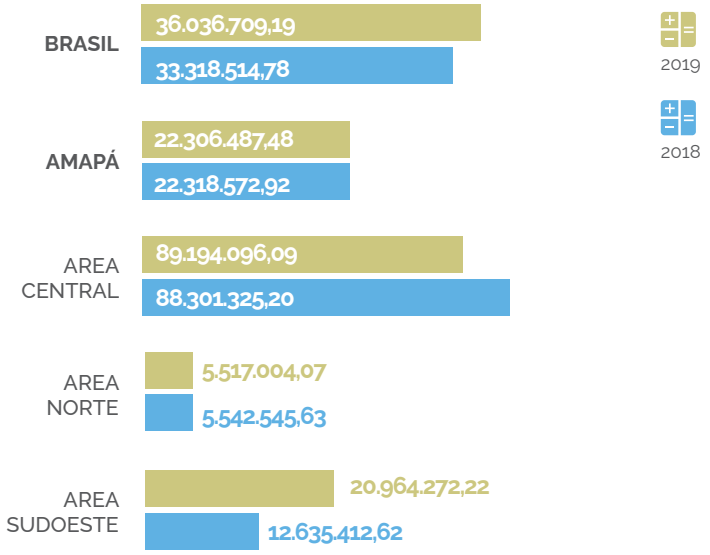
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da Área Central. Contudo, apresentaram queda de 2018 para 2019. Em 2018 a média de despesa total com saúde nessa região esteve acima da média nacional, situação que se inverteu em 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios da Área Norte em ambos os anos; na Área Sudoeste houve expressivo aumento nas despesas de 2018 para 2019 (Figura 38).

FIGURA 38.

Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS (Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde) pelos municípios brasileiros e amapaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

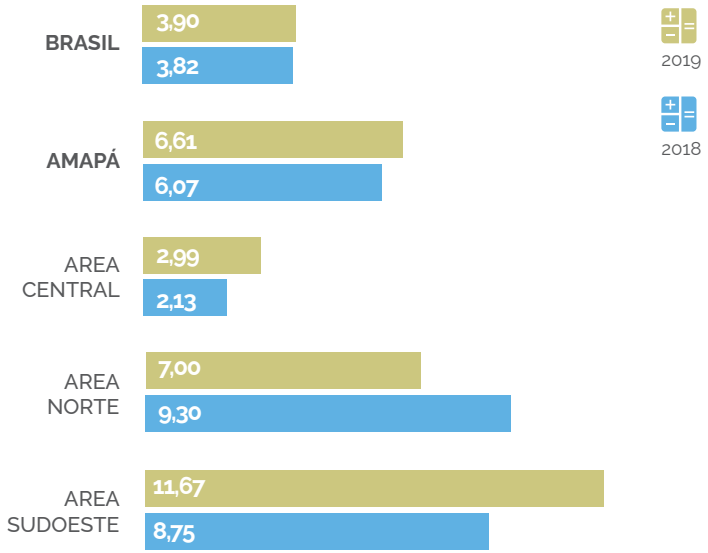
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na Área Norte em 2018 e na Área Sudoeste em 2019. Essa última, com aumento de 2018 para 2019, passando de 8,75% para 11,67%, quase o dobro da média estadual desse ano e aproximadamente três vezes a média nacional. As menores médias percentuais foram observadas na Área Central, única região com média abaixo da nacional.

Vale destacar que o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde do Amapá foi o segundo maior em 2018 e o maior em 2019 entre todas as Unidades Federativas (Figura 39). Especificamente a Área Sudoeste, em 2019, apresentou a terceira maior média percentual de despesa com medicamentos entre as 444 regiões de saúde do país que participaram deste levantamento, de 11,67%. Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 39.

Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS (Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde) pelos municípios brasileiros e amapaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



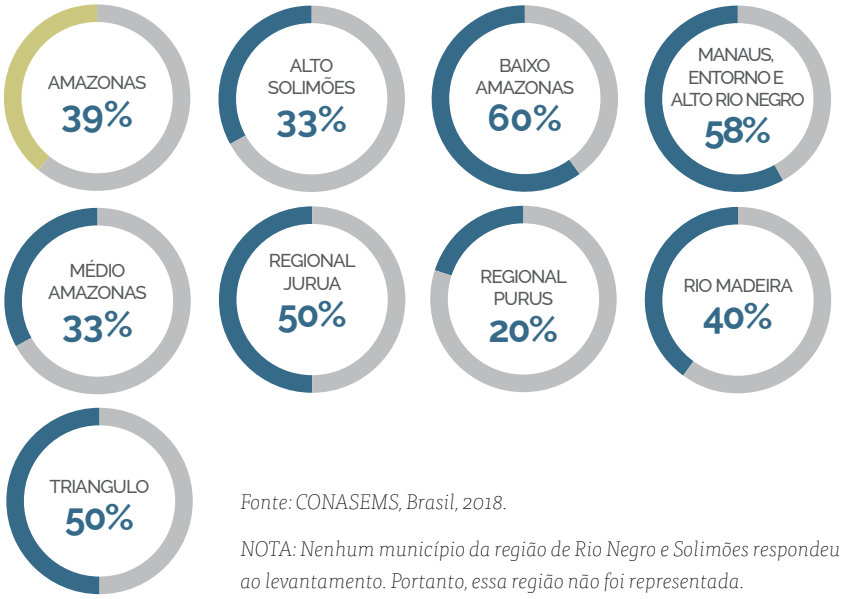
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

AMAZONAS

Dos 62 municípios do Amazonas, 24 (39%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 2.957.710 habitantes, o que representa 72% da população desse estado em 2018. Vale destacar que nenhum município da região de Rio Negro e Solimões respondeu ao levantamento. Portanto, essa região não foi representada nas figuras e tabelas desta publicação.

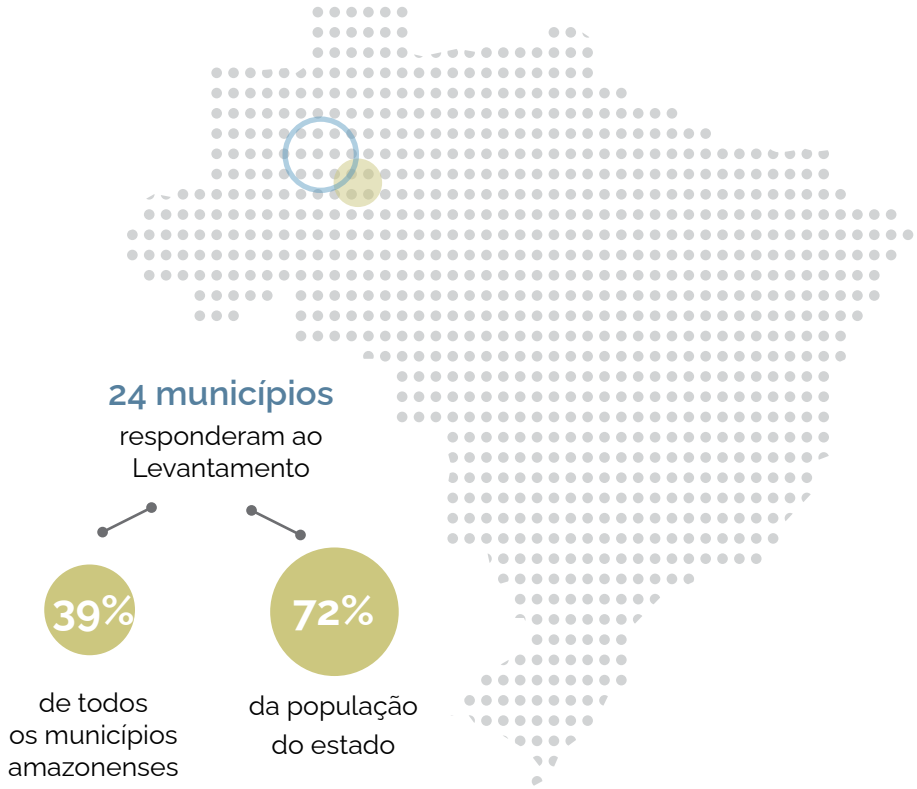
A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 40.

FIGURA 40.
Percentual de municípios do Amazonas que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

NOTA: Nenhum município da região de Rio Negro e Solimões respondeu ao levantamento. Portanto, essa região não foi representada.



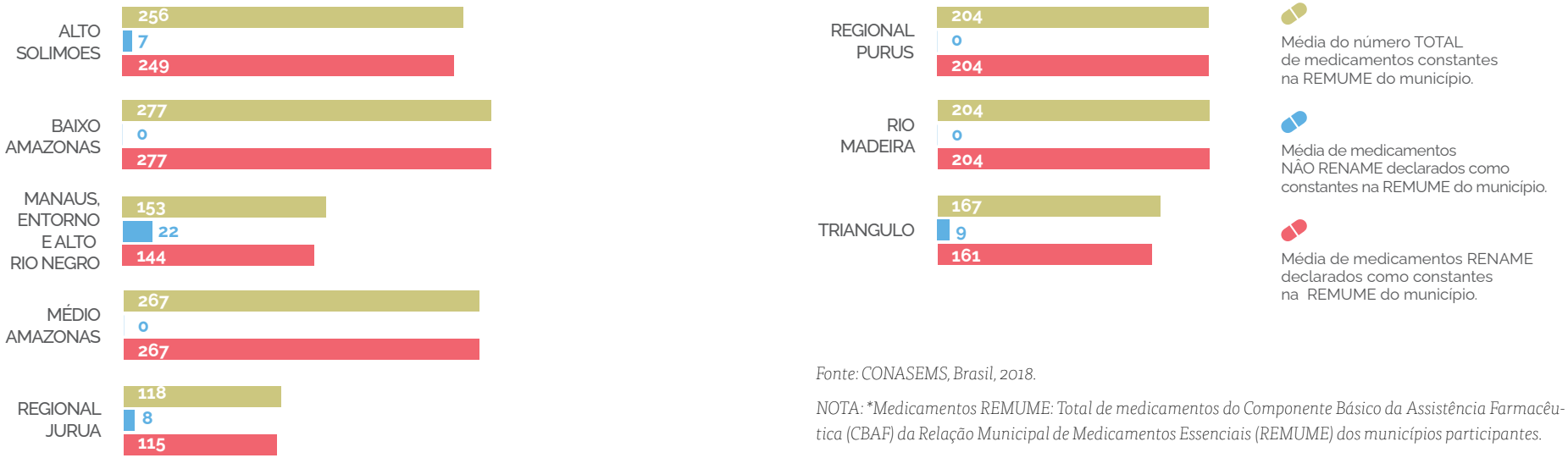
A região de saúde com maior participação dos municípios foi o Baixo Amazonas, onde 60% dos municípios responderam ao levantamento. A menor participação foi observada na Regional Purus, onde apenas 20% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 118 na Regional Juruá a 277 no Baixo Amazonas, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Em contrapartida, especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME***, a região de Manaus, Entorno e Alto Rio Negro apresentou a maior média, de 22 medicamentos. Os municípios das regiões Baixo Amazonas, Médio Amazonas, Regional Purus e Rio Madeira não relataram a presença de nenhum medicamento NÃO RENAME em suas listas, o que significa que nos municípios dessas regiões são padronizados apenas medicamentos que integram a RENAME (Figura 41).

FIGURA 41.

Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios amazonenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da região de Juruá com 73 medicamentos, o máximo de 367 medicamentos foi observado no Alto Solimões. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 31 medicamentos dessa categoria foi declarado por município (s) da região de Manaus, Entorno e Alto Rio Negro. Além disso, no Alto Solimões foi declarada a inclusão de todos os 364 medicamentos da RENAME vigente em 2018, na REMUME de município(s) dessa região.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 166, 10 e 166, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 6). Maiores informações sobre o número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 6.

Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Amazonas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ALTO SOLIMOES	249	239	144	364	7	8	3	10	256	247	154	367
BAIXO AMAZONAS	277	262	218	352	---	---	---	---	277	262	218	352
MANAUS, ENTORNO E ALTO RIO NEGRO	144	135	99	198	22	26	10	31	153	150	125	198
MEDIO AMAZONAS	267	267	169	364	---	---	---	---	267	267	169	364
REGIONAL JURUA	115	133	73	140	8	8	8	8	118	133	73	148
REGIONAL PURUS	204	204	204	204	---	---	---	---	204	204	204	204
RIO MADEIRA	204	204	176	232	---	---	---	---	204	204	176	232
TRIANGULO	161	141	137	206	9	9	8	10	167	149	137	216
AMAZONAS (TOTAL)	**190**	**166**	**73**	**364**	**13**	**10**	**0**	**31**	**195**	**166**	**73**	**367**

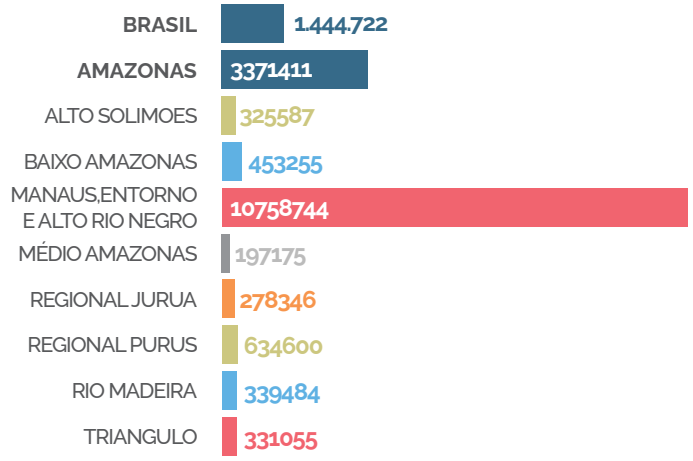
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Amazonas apresentou IDHM de 0,733, em 2017 abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,864, acima da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região de Manaus, Entono e Alto Rio Negro foi superior à média estadual e nacional. Foi a mais alta observada entre as regiões de saúde do estado e muito superior às demais (Figura 42).

FIGURA 42.

Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e amazonenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.

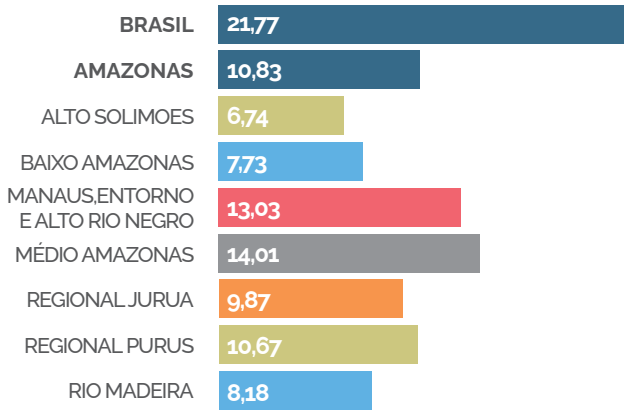


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios do Médio Amazonas apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo mais que o dobro que a média do PIB *per capita* do Alto Solimões, região com a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 43).

FIGURA 43.

Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e amazonenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

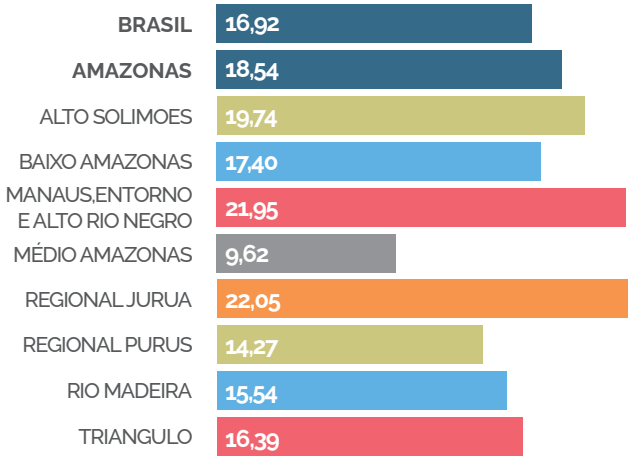
Embora a média do PIB dos municípios do Amazonas tenha sido mais que o dobro da média nacional em 2017, a média do PIB *per capita* dos municípios desse estado ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Amazonas em 2016 foi de 71,9 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios amazonenses em 2017 foi superior à média nacional. O menor valor foi observado no Médio Amazonas e o maior na Regional Juruá (Figura 44). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 44.

Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e amazonenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



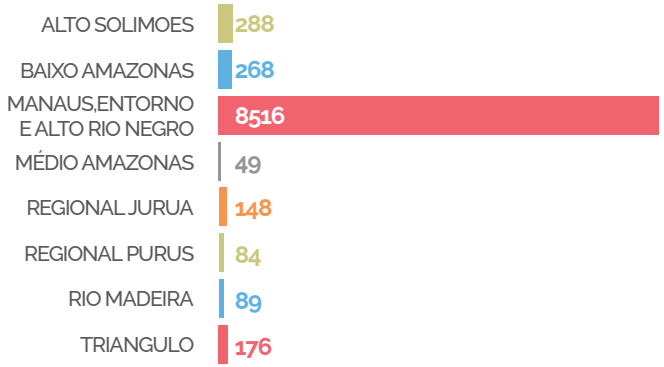
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Amazonas possui 9618 profissionais de nível superior em saúde, considerando o conjunto de municípios participantes. Mais de 90% desses profissionais atuam na região de Manaus, Entorno e Alto Rio Negro e a região com menor número de profissionais de nível superior em saúde foi o Médio Amazonas (Figura 45).

FIGURA 45.

Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios do Amazonas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.

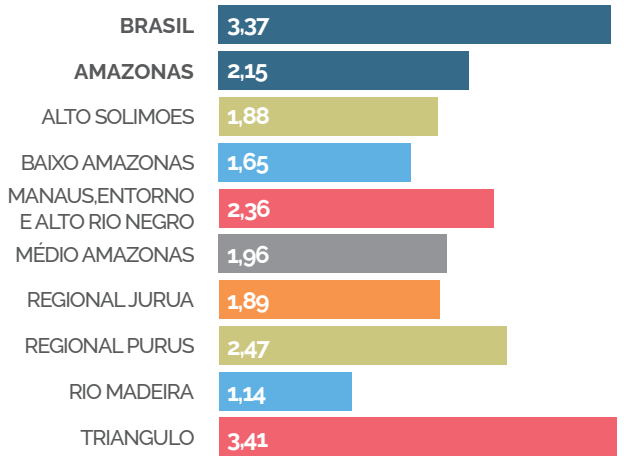


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na região de Triângulo, única com média acima da nacional, considerando os municípios participantes do levantamento. A menor média de profissionais de saúde por mil habitantes foi na região de Rio Madeira (Figura 46).

FIGURA 46.

Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e amazonenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



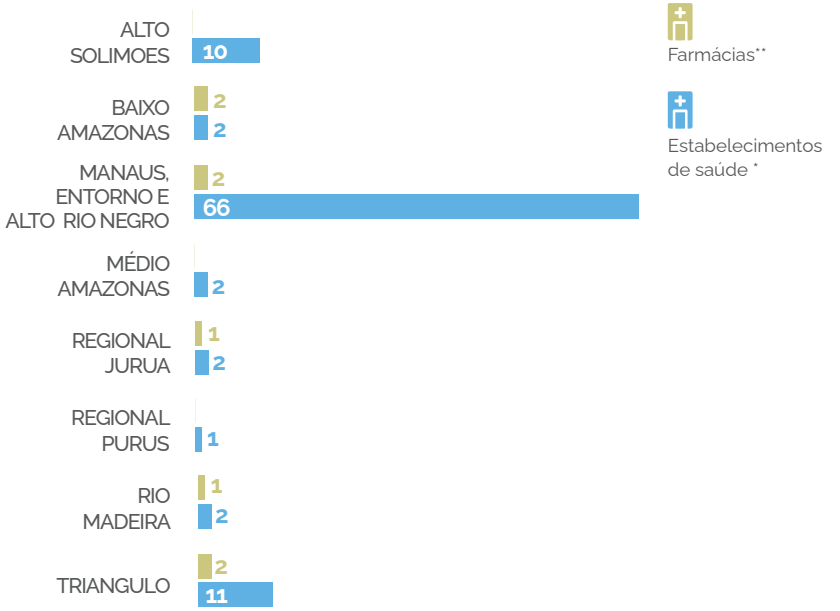
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

** Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região de Manaus, Entorno e Alto Rio Negro apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e a Regional Purus, o menor, com apenas 1 estabelecimento cadastrado no CNES. As regiões do Alto Solimões, Médio amazonas e Regional Purus não apresentaram nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 47).

FIGURA 47.

Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios do Amazonas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

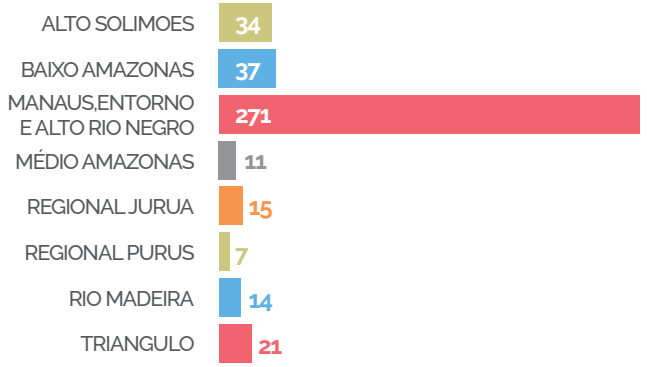
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/ unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/ essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 410 equipes de Saúde Da Família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é Manaus, Entorno e Alto Rio Negro e o menor número foi observado na Regional Purus (Figura 48).

FIGURA 48.

Número de ESF (Equipes de Saúde da Família) registradas no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios do Amazonas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



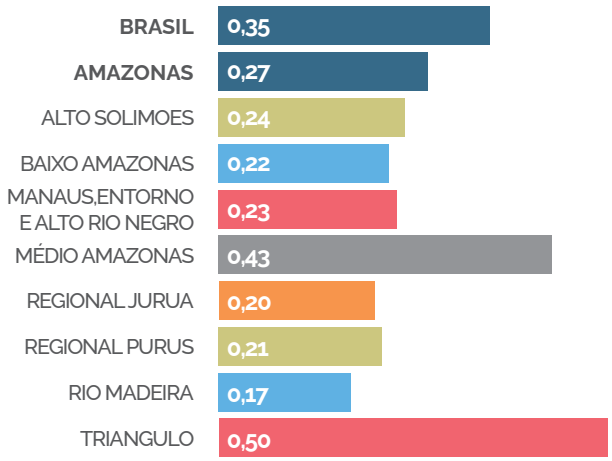
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

** Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na Região de Triângulo, seguida do Médio Amazonas, únicas médias entre as regiões que figuram acima da média nacional. A região de Rio Madeira apresentou a menor média de ESF por mil habitantes (Figura 49). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 49.

Média de ESF (Equipes de Saúde da Família) por mil habitantes nos municípios brasileiros e amazonenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



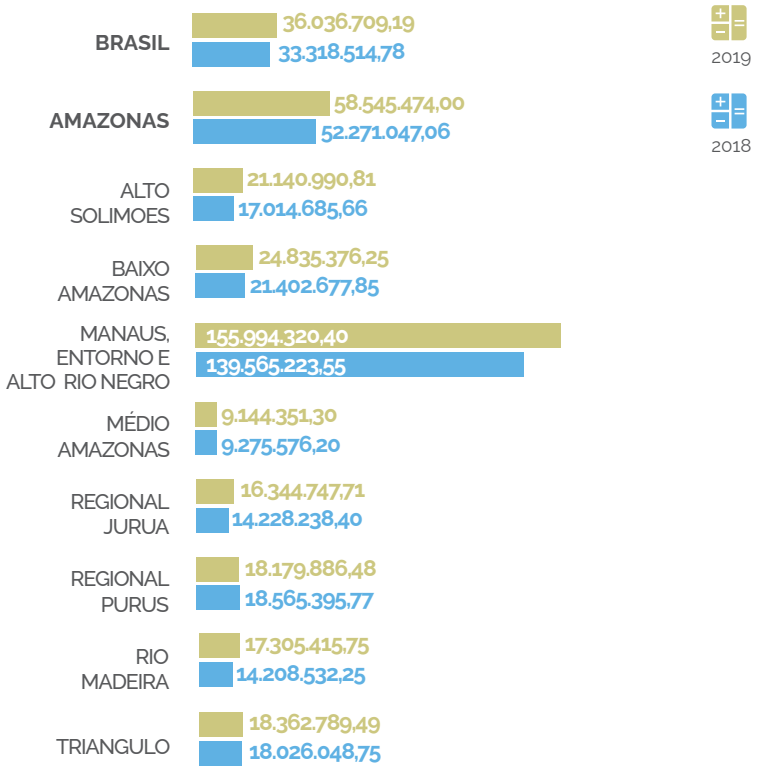
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

** Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da Manaus, Entorno e alto Rio Negro, tanto em 2018 quanto em 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios da Médio Amazonas em ambos os anos. Essa foi a única região de saúde do Amazonas em que a despesa total em saúde em 2019 foi inferior ao ano de 2018 (Figura 50).

FIGURA 50.

Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS (Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde) pelos municípios brasileiros e amazonenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

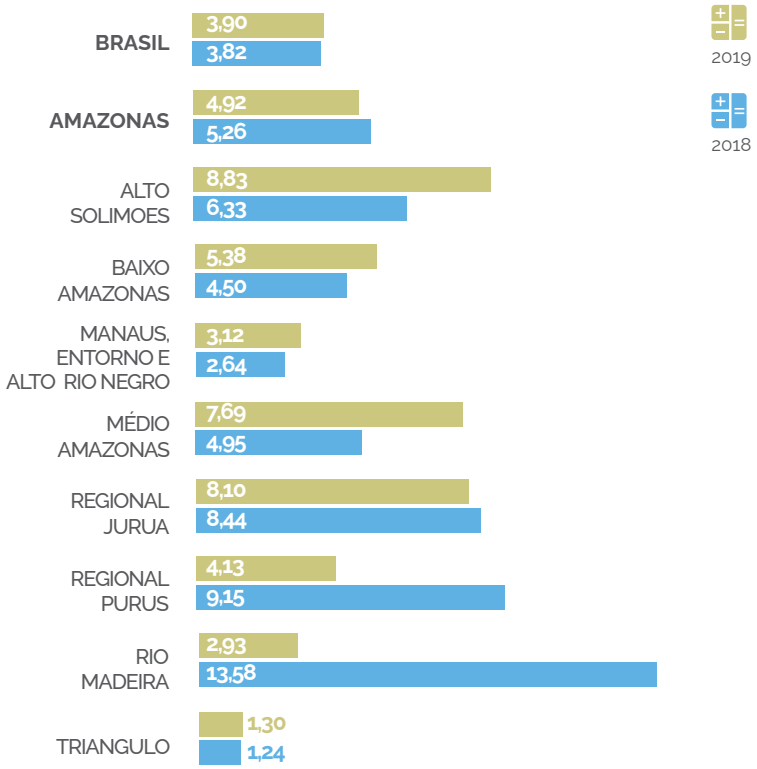
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas no Rio Madeira em 2018 e no Alto Solimões em 2019. Essa última, com aumento de 2018 para 2019, passando de 6,33% para 8,83%. O contrário aconteceu com a região de Rio Madeira, que apresentou expressiva queda do percentual da despesa com medicamentos, de 13,58% em 2018 para 2,93% em 2019, abaixo inclusive da média nacional. Vale destacar que em 2018, Rio Madeira apresentou o segundo maior percentual de despesa com medicamento na despesa total em saúde, no conjunto das 444 regiões de saúde participantes do levantamento. As menores médias percentuais foram observadas na região de Triângulo, em ambos os anos (Figura 51).

Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 51.

Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS (Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde) pelos municípios brasileiros e amazonenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



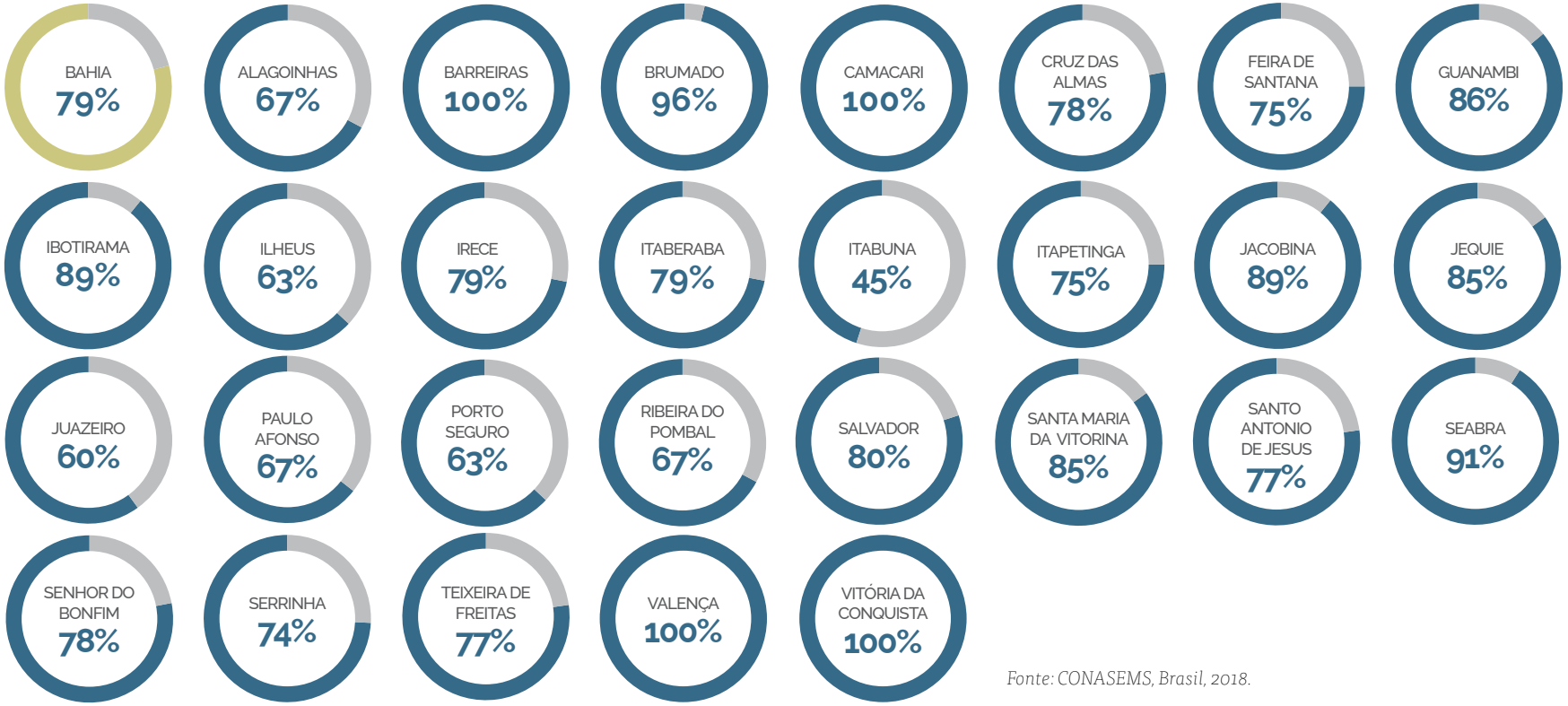
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

BAHIA

Dos 417 municípios da Bahia, 329 (79%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 12.766.177 habitantes, o que representa 86% da população deste estado em 2018.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 52.

FIGURA 52.
Percentual de municípios da Bahia que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



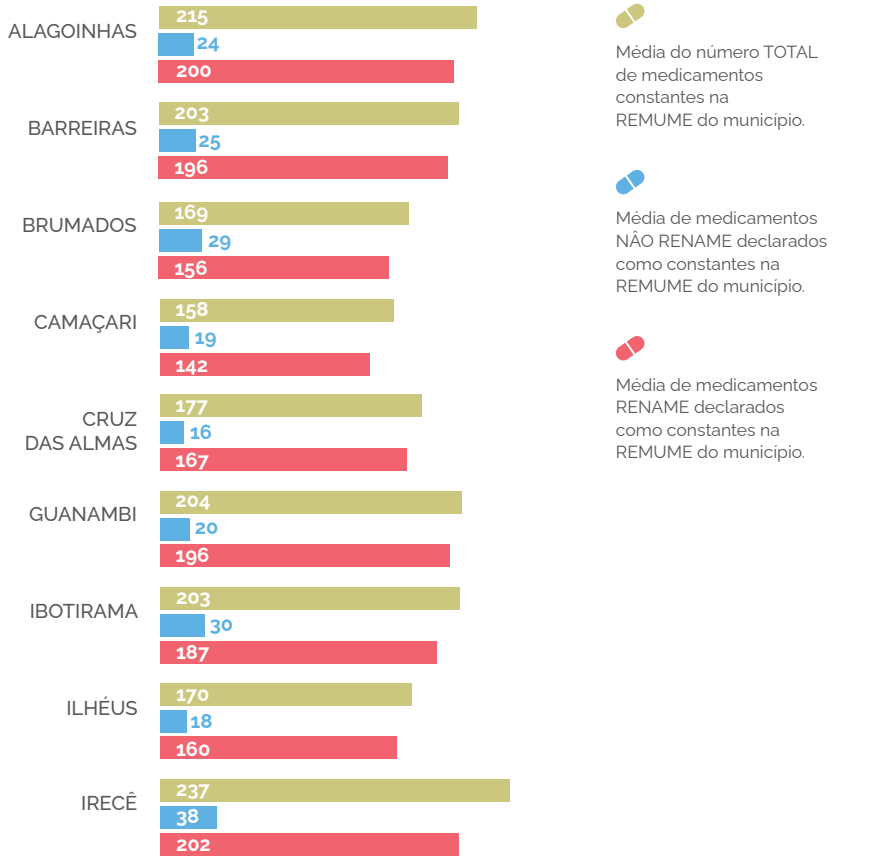
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

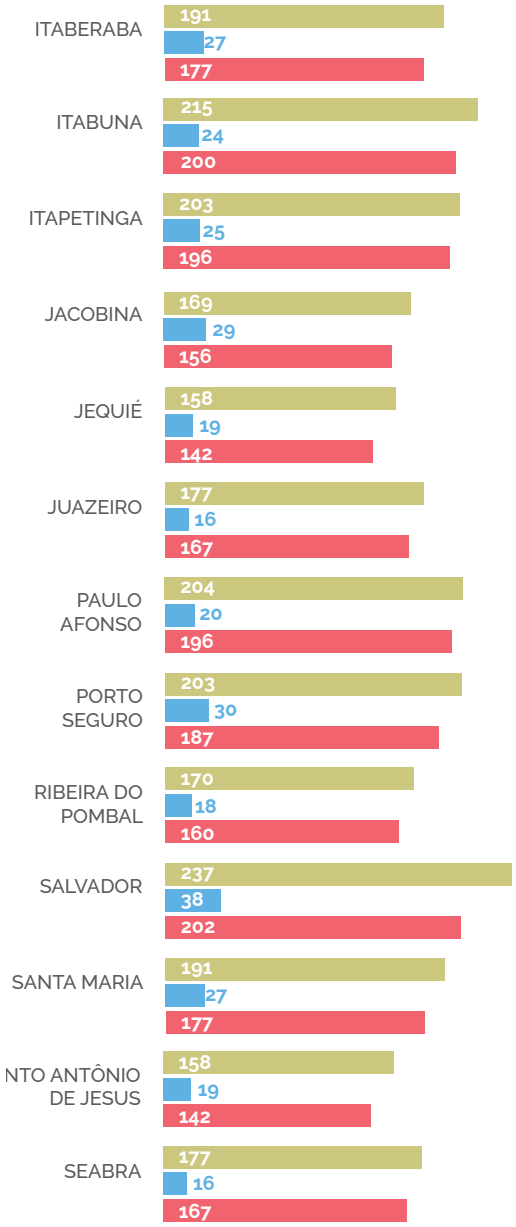
As regiões de saúde com maior participação dos municípios foram Barreiras, Camaçari, Valença e Vitória da Conquista, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. A menor participação foi observada em Itabuna, onde apenas 46% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

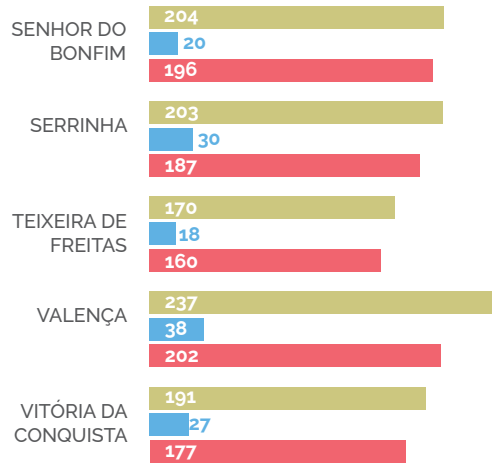
A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 123 na região de Paulo Afonso a 254 em Porto Seguro, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Em contrapartida, especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME***, a região de Ribeira do Pombal apresentou a maior média, de 23 medicamentos. Ilhéus foi a região com menor média de medicamentos NÃO RENAME, de apenas 2 itens (Figura 53).

FIGURA 53.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde







Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que* ***não*** *estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em município(s) da região de Jequié com 36 medicamentos, o máximo de 372 medicamentos foi observado em Brumado. Quanto aos itens NÃO RENAME o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por município(s) das regiões de Alagoinhas, Irecê, Santa Maria da Vitória e Seabra. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior.

Além disso, em Santo Antônio de Jesus foi declarada a inclusão de todos os 364 medicamentos da RENAME vigente em 2018, na REMUME de município(s) dessa região.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 176, 10 e 183, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 7). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 7.

Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios da Bahia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.

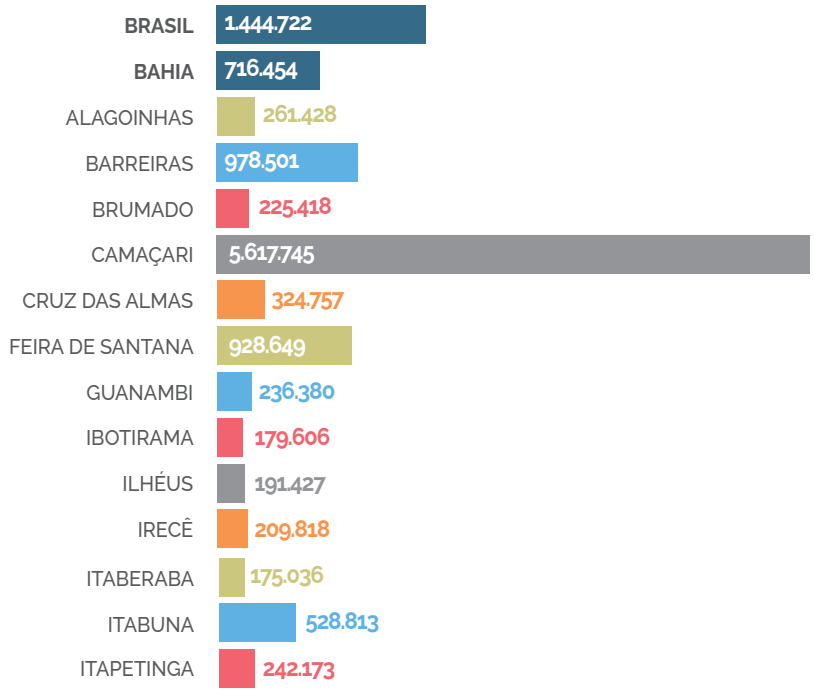
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ALAGOINHAS	180	172	122	283	21	21	2	50	191	180	122	288
BARREIRAS	211	180	107	360	14	15	3	23	215	183	107	360
BRUMADO	213	181	103	357	22	20	1	49	225	198	103	372
CAMACARI	208	207	174	246	11	11	5	17	211	210	174	246
CRUZ DAS ALMAS	156	152	117	216	12	10	8	19	163	160	117	226
FEIRA DE SANTANA	182	171	96	275	7	3	1	30	185	179	96	279
GUANAMBI	169	160	85	270	15	10	2	49	176	171	95	280
IBOTIRAMA	145	135	92	226	11	11	8	14	148	137	92	226
ILHEUS	194	174	38	363	2	2	2	2	195	176	38	365
IRECE	198	174	108	363	15	7	1	50	202	175	108	363
ITABERABA	192	188	93	309	21	19	4	43	200	218	97	309
ITABUNA	244	227	143	357	9	8	2	17	248	237	143	362
ITAPETINGA	162	162	114	195	3	3	3	3	163	162	114	195
JACOBINA	177	159	84	322	3	2	1	7	177	159	84	322
JEQUIE	174	181	36	279	12	12	3	26	178	185	36	292
JUAZEIRO	236	221	156	363	11	11	11	11	238	226	156	363
PAULO AFONSO	119	118	91	158	13	13	5	20	123	118	91	178
PORTO SEGURO	252	226	168	334	5	5	2	8	254	228	176	334
RIBEIRA DO POMBAL	176	172	105	340	23	22	9	40	185	174	105	340
SALVADOR	202	199	119	263	8	9	4	13	208	211	119	273
SANTA MARIA DA VITORIA	204	214	114	350	18	10	4	50	216	229	138	350
SANTO ANTONIO DE JESUS	193	171	140	364	10	10	1	27	199	182	140	364
SEABRA	159	152	112	215	22	15	4	50	174	158	112	247
SENHOR DO BONFIM	184	180	147	246	16	8	5	36	191	183	147	246
SERRINHA	207	210	135	310	17	15	1	40	216	210	135	311
TEIXEIRA DE FREITAS	193	178	132	338	15	14	9	23	199	179	132	356
VALENCA	184	196	88	256	10	10	2	18	187	200	88	274
VITORIA DA CONQUISTA	188	168	114	363	12	8	1	42	196	176	117	372
BAHIA (TOTAL)	**189**	**176**	**36**	**364**	**14**	**10**	**1**	**50**	**195**	**183**	**36**	**372**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, a Bahia apresentou IDHM de 0,714, em 2017 abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,782, acima da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB (Produto Interno Bruto) em 2017 dos municípios da região de Salvador e Camaçari foi muito superior à média nacional, sendo as mais altas observadas entre as regiões de saúde do estado (Figura 54).

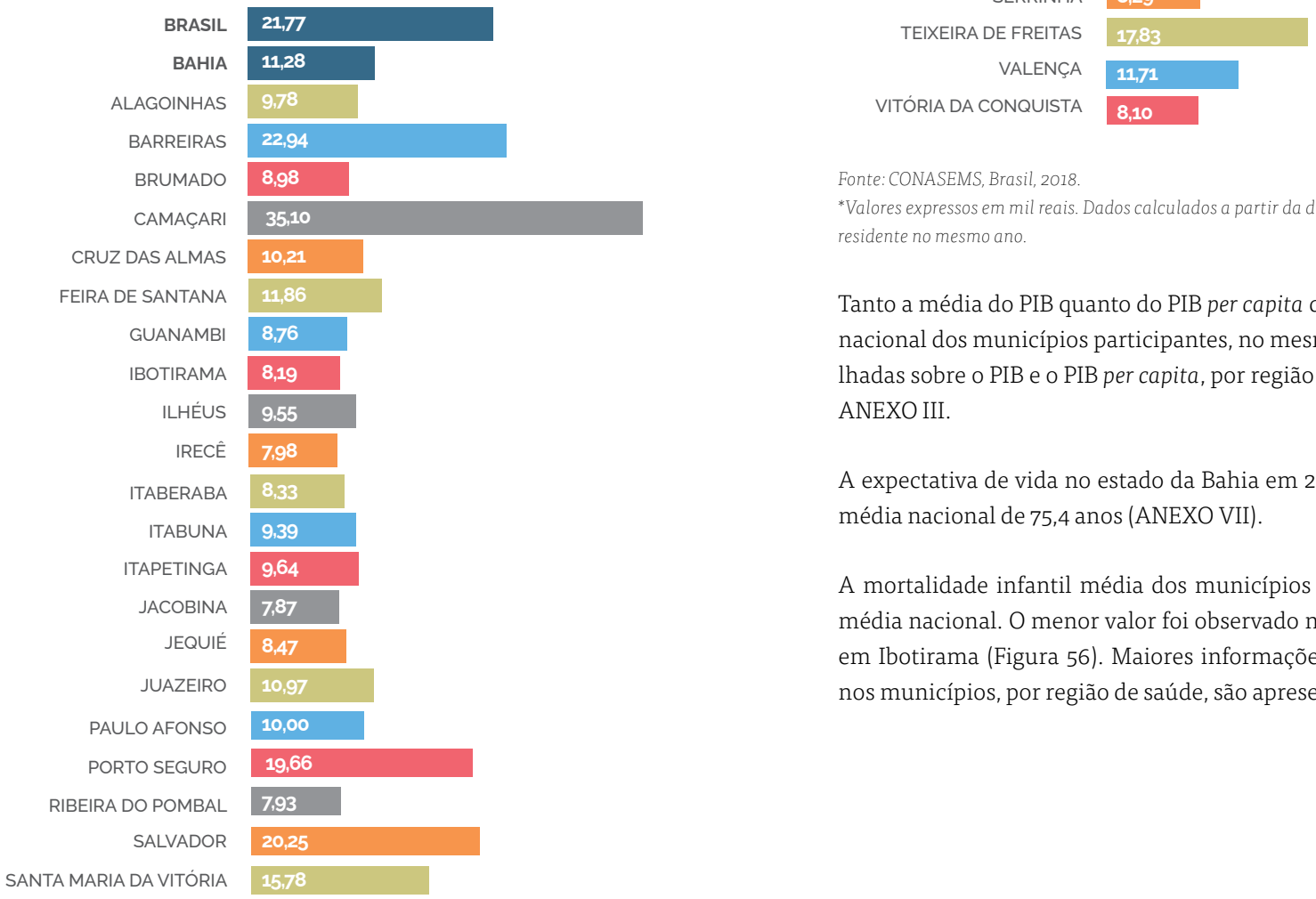
FIGURA 54.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios de Camaçari apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo mais que quatro vezes a média do PIB *per capita* de Jacobina, região com a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 55).

FIGURA 55.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



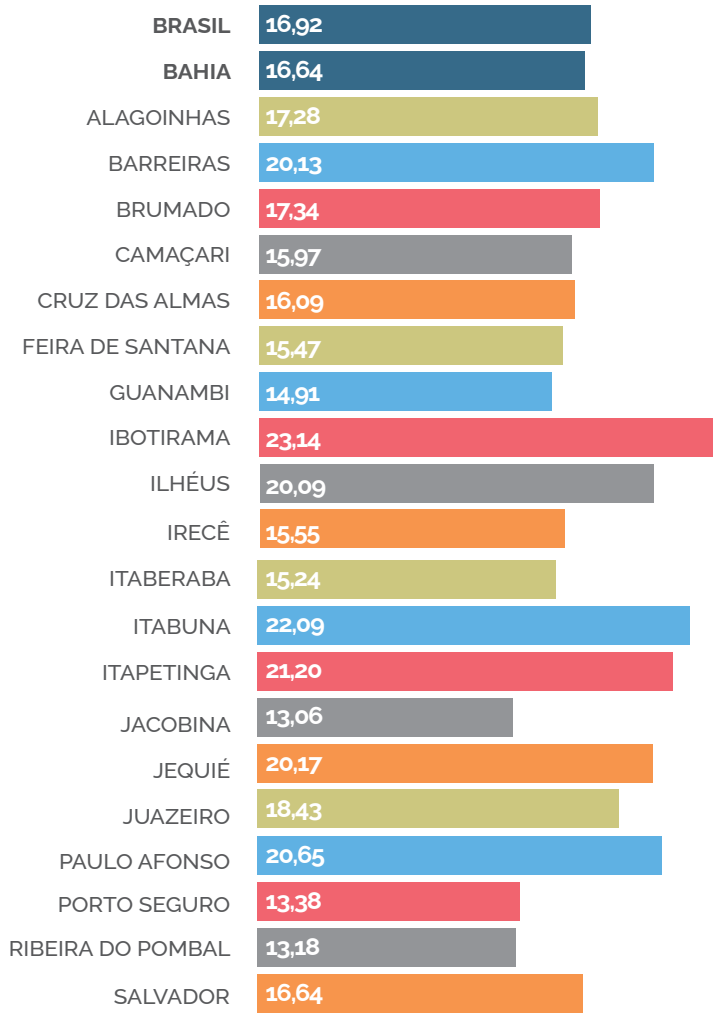
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto do PIB *per capita* da Bahia ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado da Bahia em 2016 foi de 73,5 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios baianos em 2017 foi similar à média nacional. O menor valor foi observado na região de Serrinha e o maior em Ibotirama (Figura 56). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

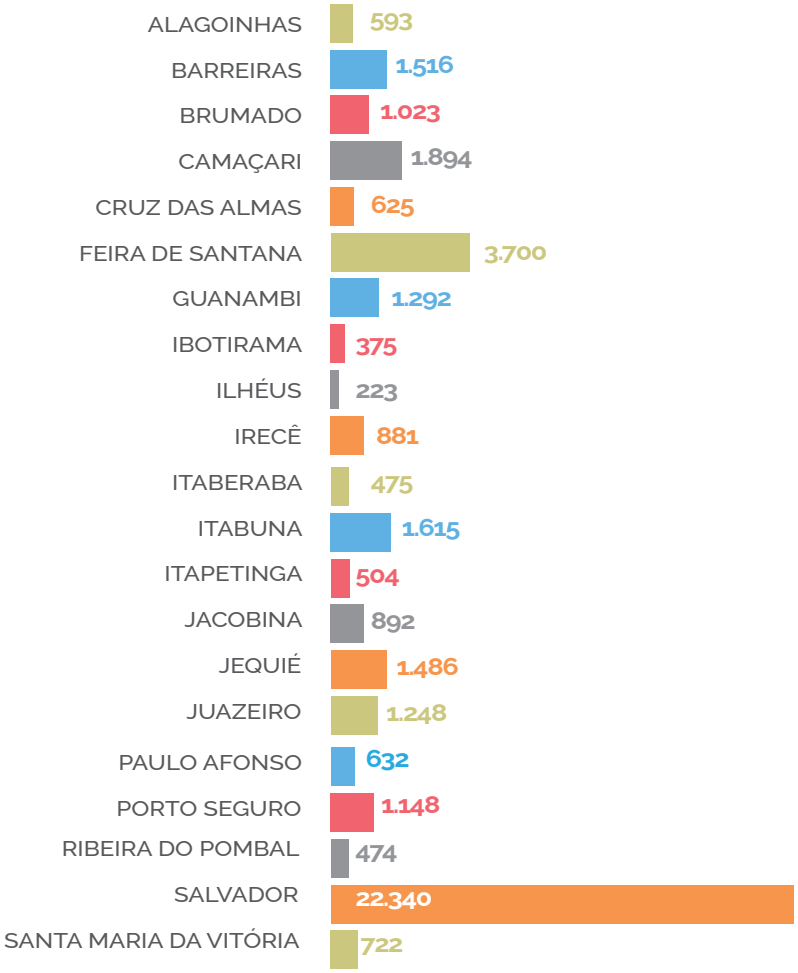
FIGURA 56.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, a Bahia possui 51.284 profissionais de nível superior em saúde, considerando o conjunto de municípios participantes. Quase metade desses profissionais atuam na região de Salvador e a região com menor número de profissionais de nível superior em saúde foi Ilhéus (Figura 57).

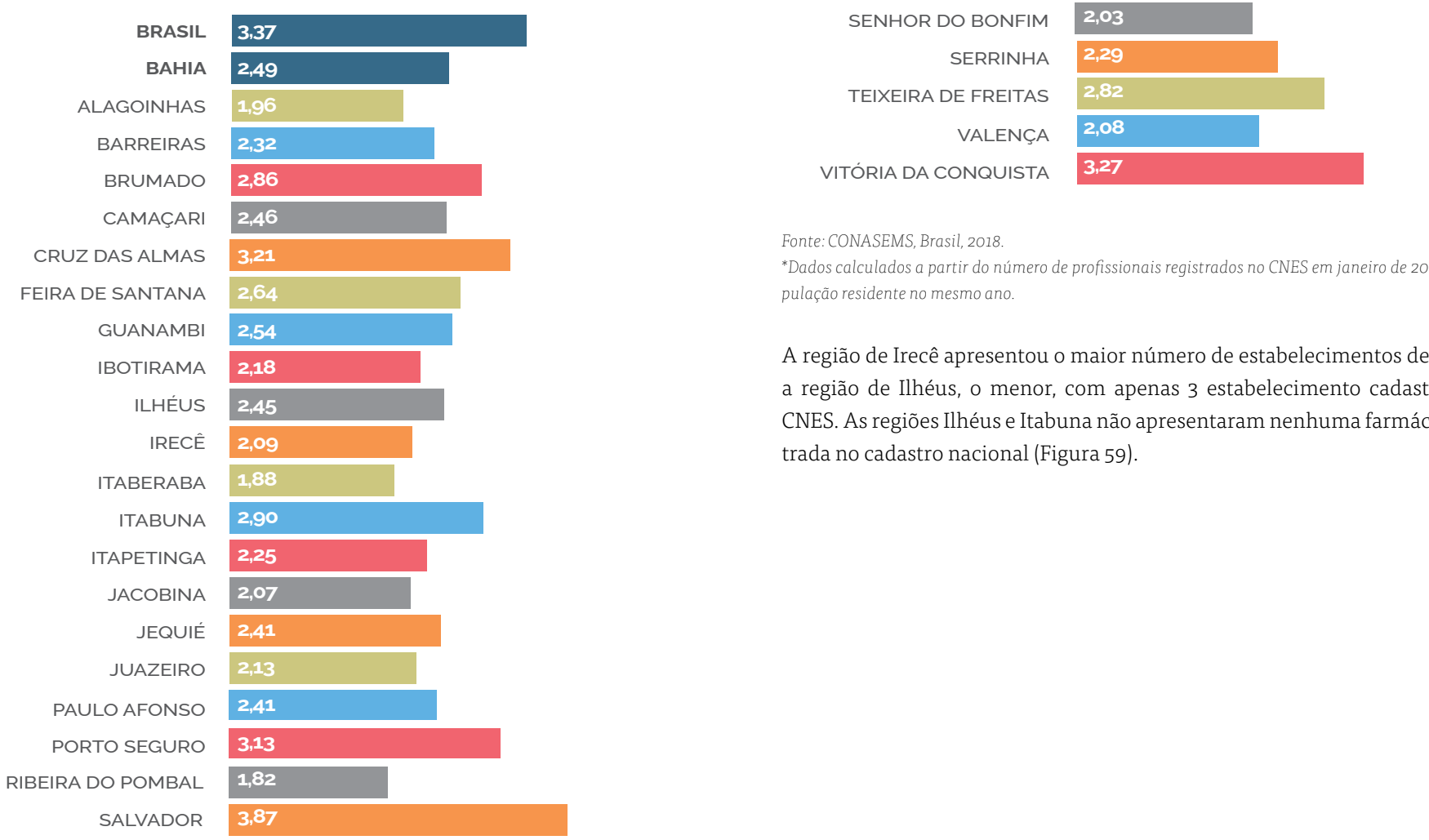
FIGURA 57.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios da Bahia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média destes profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na região de Salvador, única com média acima da nacional, considerando os municípios participantes do levantamento. A menor média de profissionais de saúde por mil habitantes foi na região de Ribeira do Pombal (Figura 58).

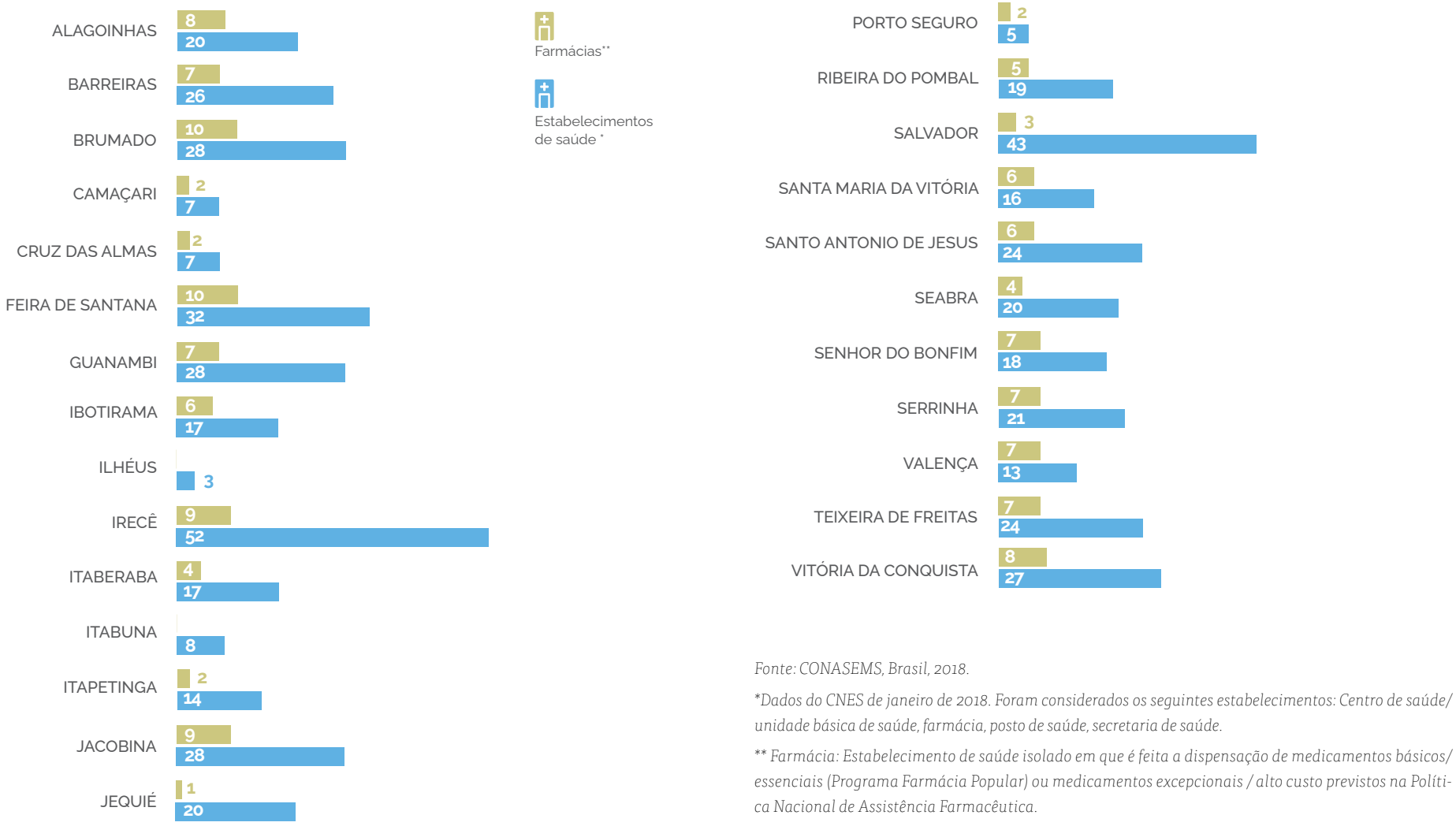
FIGURA 58.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região de Irecê apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e a região de Ilhéus, o menor, com apenas 3 estabelecimento cadastrado no CNES. As regiões Ilhéus e Itabuna não apresentaram nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 59).

FIGURA 59.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios da Bahia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



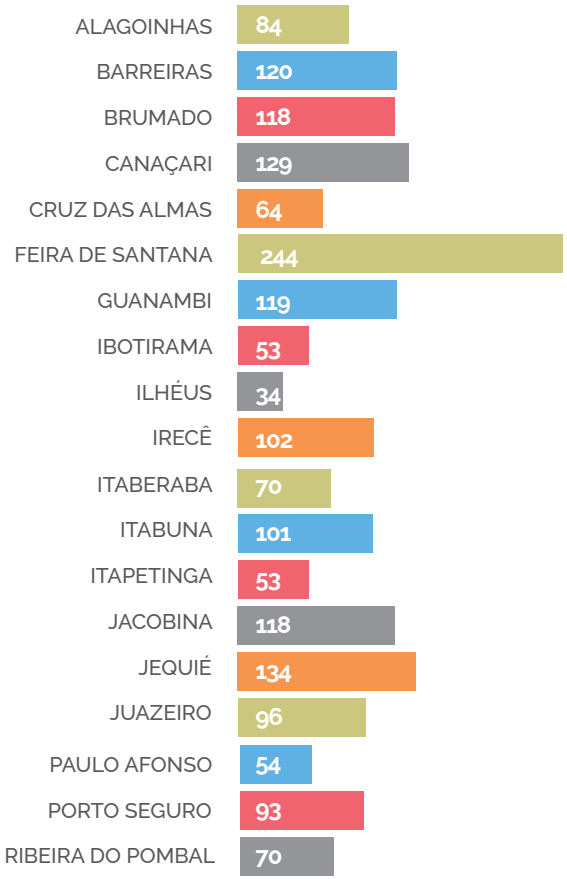
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 3090 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é Salvador e o menor número foi observado na região de Ilhéus (Figura 60).

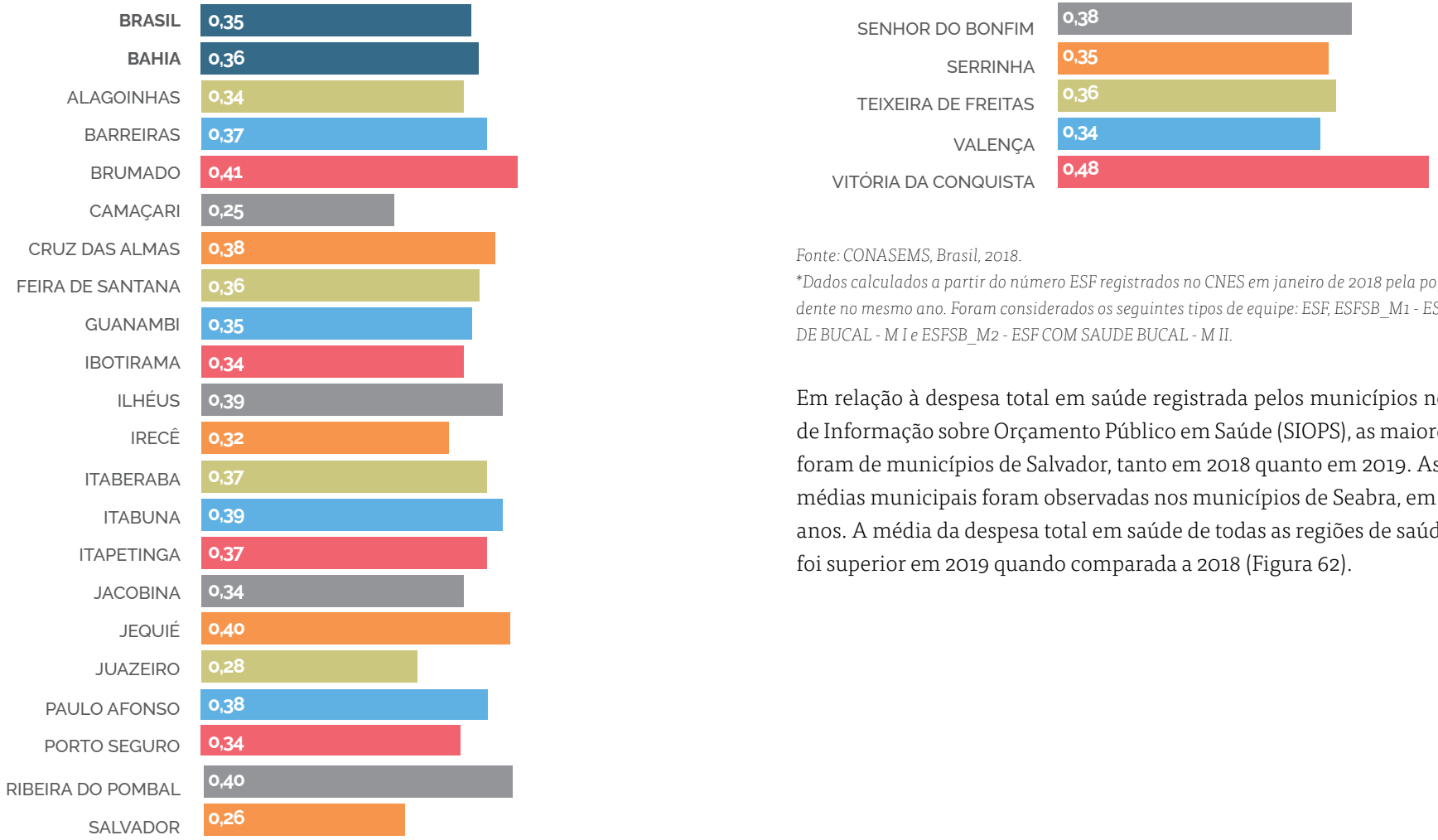
FIGURA 60.
Número de ESF (Equipes de Saúde da Família) registradas no CNES pelos municípios da Bahia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na região Vitória da Conquista e a região de Camaçari apresentou a menor média de ESF por mil habitantes entre as regiões baianas (Figura 61). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

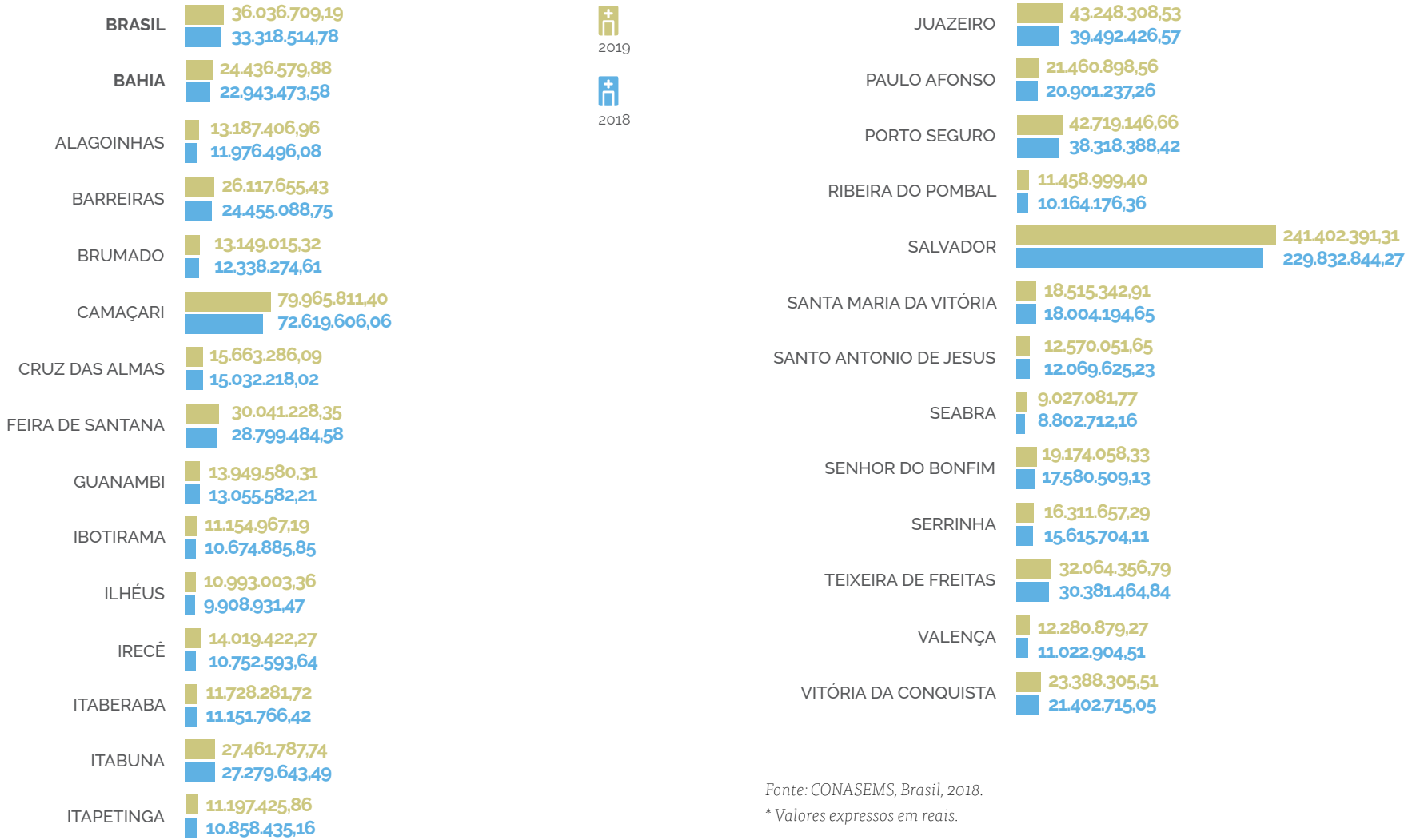
FIGURA 61.
Média de ESF (Equipes de Saúde da Família) por mil habitantes nos municípios brasileiros e baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios de Salvador, tanto em 2018 quanto em 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios de Seabra, em ambos os anos. A média da despesa total em saúde de todas as regiões de saúde baianas foi superior em 2019 quando comparada a 2018 (Figura 62).

FIGURA 62.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

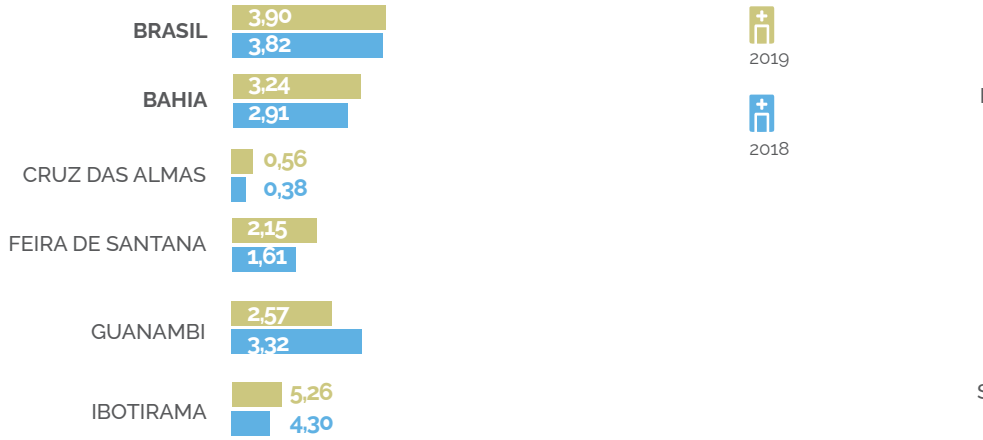


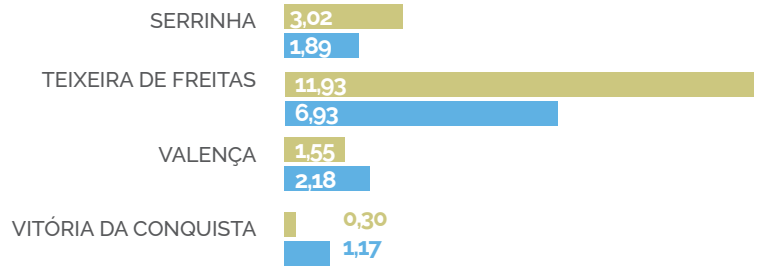
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
** Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas nas regiões de Paulo Afonso em 2018 e Teixeira de Freitas em 2019. No geral, houve oscilações nos percentuais das despesas com medicamentos nas regiões de saúde baianas no período. Foi observado crescimento mais expressivo em Itaberaba, Jacobina, Seabra, e Teixeira de Freitas e as quedas mais acentuadas foram observadas em Ilhéus, Itapetinga, Juazeiro, Paulo Afonso e Vitória da Conquista. As menores médias percentuais foram observadas na região de Cruz das Almas, abaixo de 1%, em ambos os anos (Figura 63).

Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 63.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





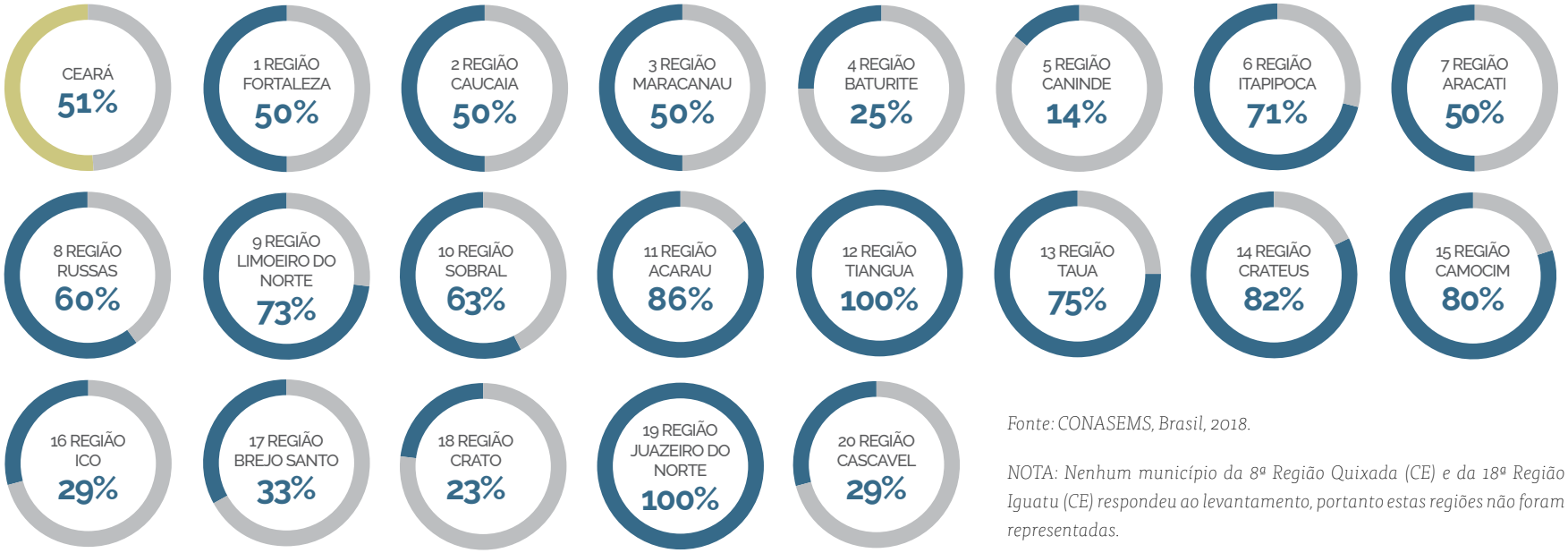
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

CEARÁ

Dos 184 municípios do Ceará, 93 (51%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 6.325.913 habitantes, o que representa 70% da população deste estado em 2018.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 64.

FIGURA 64,
Percentual de municípios do Ceará que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

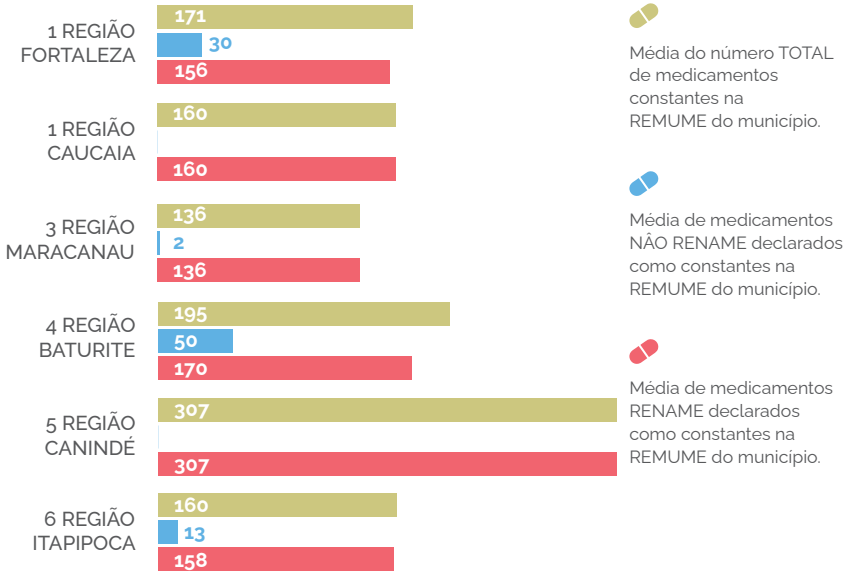
NOTA: Nenhum município da 8ª Região Quixada (CE) e da 18ª Região Iguatu (CE) respondeu ao levantamento, portanto estas regiões não foram representadas.

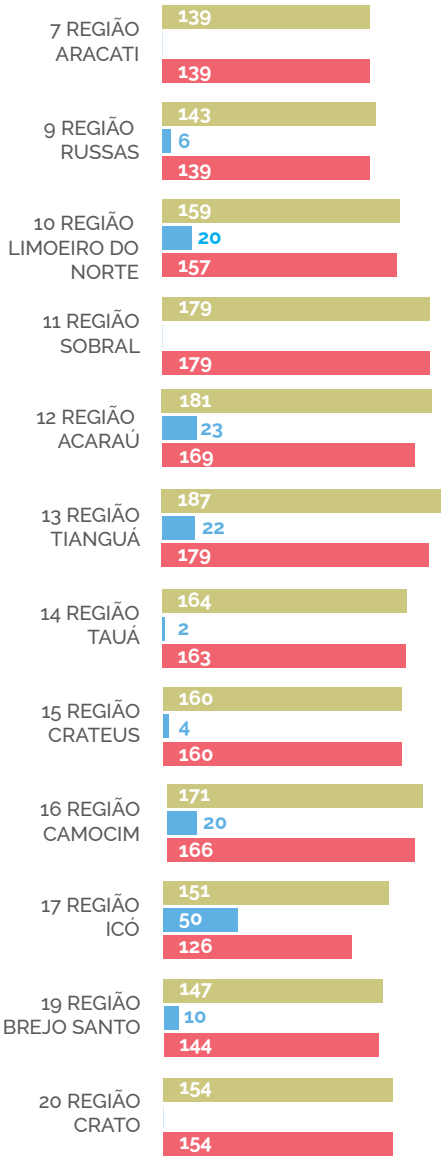
As regiões de saúde com maior participação dos municípios foram: a 13ª: Tianguá, e a 21ª: Juazeiro do Norte, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na 5ª Região: Canindé, onde apenas 17% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 136 na 3ª Região: Maracanaú a 307 na 5ª Região: Canindé, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Em contrapartida, especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME***, a 4ª região: Baturité e a 17ª Região: Icó apresentaram a maior média, de 50 medicamentos. Os municípios da 2ª Região: Caucaia, da 5ª Região: Canindé, da 7ª Região: Aracati, da 11ª Região: Sobral e da 20ª Região: Crato, não relataram a presença de nenhum medicamento NÃO RENAME em suas listas, o que significa que nos municípios dessas regiões são padronizados apenas medicamentos que integram a RENAME. (Figura 65).

FIGURA 65.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em município(s) da 15ª Região: Crateús com 67 medicamentos. O máximo de 362 medicamentos foi observado em Sobral. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por município(s) da 4ª Região: Baturité e 17ª Região: Icó. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, há a possibilidade de esse número ser ainda maior.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 154, 14 e 160, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 8). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 8.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Ceará participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

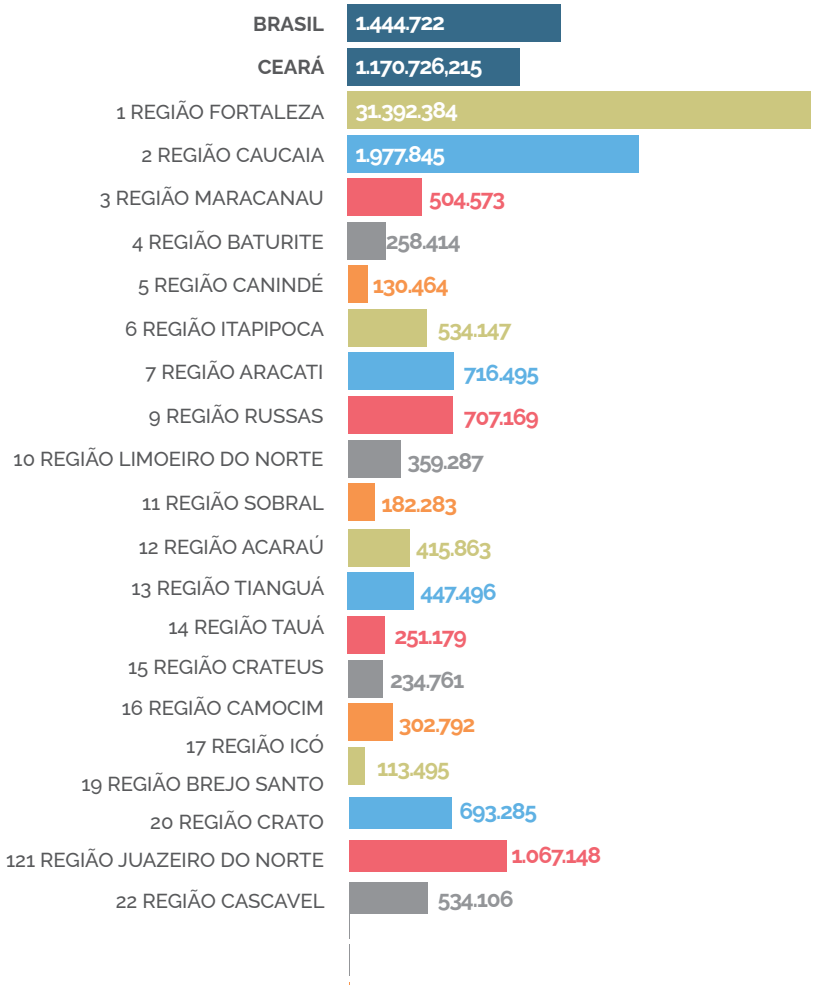
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
1 REGIAO FORTALEZA	156	156	134	177	30	30	30	30	171	171	164	177
2 REGIAO CAUCAIA	160	151	116	204	---	---	---	---	160	151	116	204
3 REGIAO MARACANAU	136	136	109	161	2	2	2	2	136	136	109	163
4 REGIAO BATURITE	170	170	149	190	50	50	50	50	195	195	149	240
5 REGIAO CANINDE	307	307	307	307	---	---	---	---	307	307	307	307
6 REGIAO ITAPIPOCA	158	160	109	188	13	13	13	13	160	160	109	201
7 REGIAO ARACATI	139	139	137	140	---	---	---	---	139	139	137	140
9 REGIAO RUSSAS	139	140	112	166	6	6	5	6	143	140	118	171
10 REGIAO LIMOEIRO DO NORTE	157	150	141	200	20	20	20	20	159	155	141	200
11 REGIAO SOBRAL	179	162	106	362	---	---	---	---	179	162	106	362
12 REGIAO ACARAU	169	171	119	207	23	30	1	38	181	184	151	207
13 REGIAO TIANGUA	179	170	137	222	22	20	6	40	187	190	143	222
14 REGIAO TAUA	163	156	138	195	2	2	2	2	164	156	138	197
15 REGIAO CRATEUS	160	149	67	316	4	4	4	4	160	149	67	316
16 REGIAO CAMOCIM	166	153	136	221	20	20	20	20	171	163	136	221
17 REGIAO ICO	126	126	111	141	50	50	50	50	151	151	111	191
19 REGIAO BREJO SANTO	144	148	134	150	10	10	10	10	147	148	134	160
20 REGIAO CRATO	154	163	133	167	---	---	---	---	154	163	133	167
21 REGIAO JUAZEIRO DO NORTE	162	162	137	194	15	15	15	15	164	166	137	194
22 REGIAO CASCAVEL	156	156	154	158	10	10	10	10	161	161	158	164
CEARÁ (TOTAL)	**163**	**154**	**67**	**362**	**19**	**14**	**1**	**50**	**167**	**160**	**67**	**362**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Ceará apresentou IDHM de 0,735 em 2017 abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,777, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da 1ª Região: Fortaleza foi muito superior à média nacional, sendo juntamente com as médias da 2ª Região: Caucaia as mais altas observadas entre as regiões de saúde do estado (Figura 66).

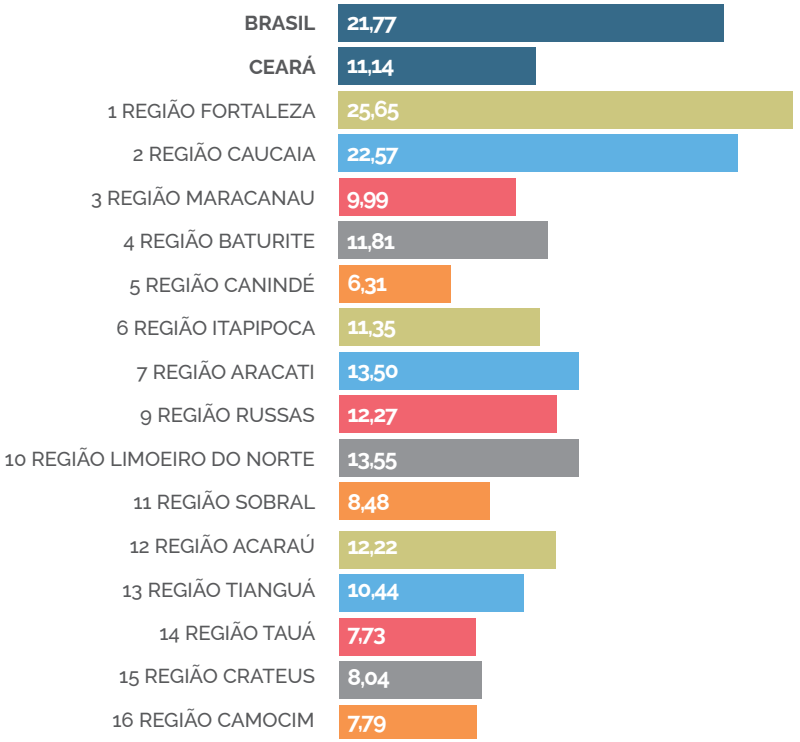
FIGURA 66.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

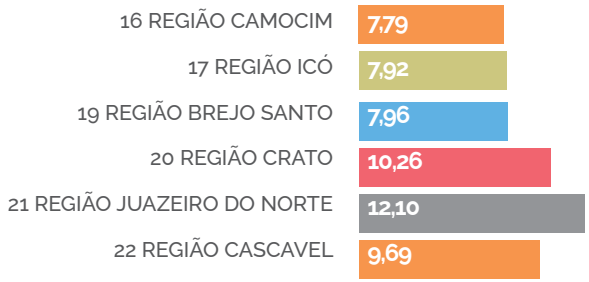


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da 1ª Região: Fortaleza e da 2ª Região: Caucaia apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo mais que o dobro da média estadual e mais de quatro vezes a média do PIB *per capita* de Canindé, região com a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 67).

FIGURA 67.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





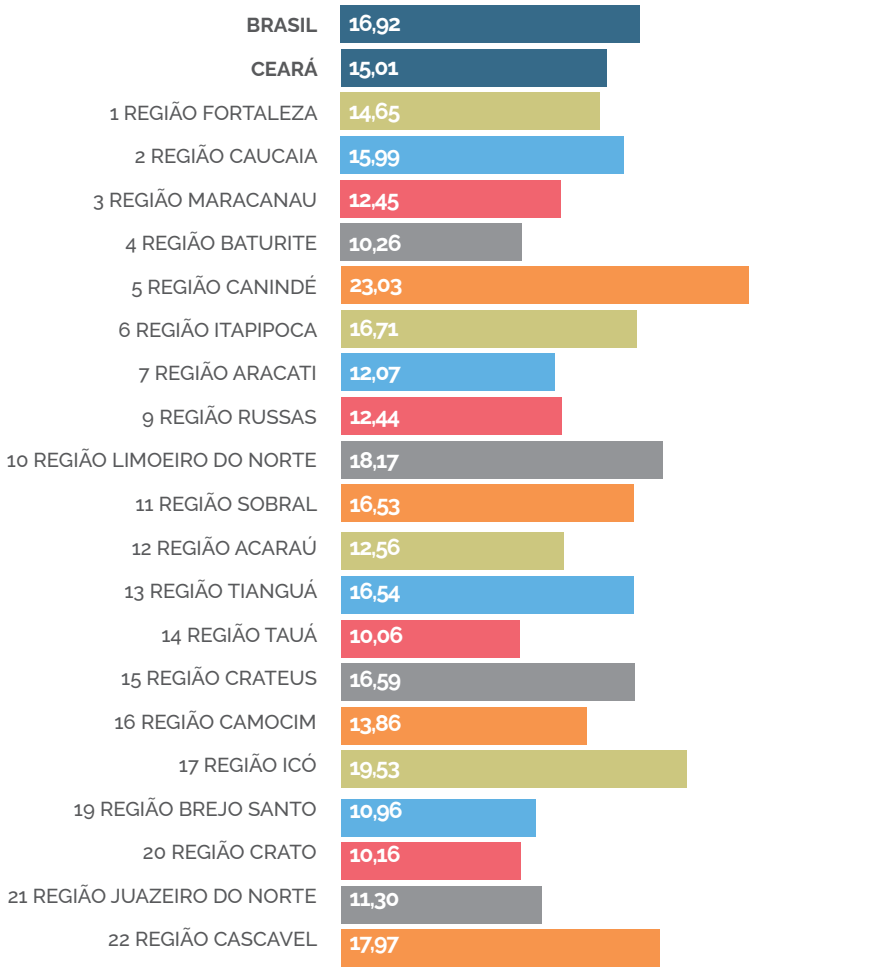
*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto do PIB *per capita* do Ceará ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Ceará em 2016 foi de 73,8 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios cearenses em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na 14ª Região: Tauá e o maior na 5ª Região: Canindé (Figura 68). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

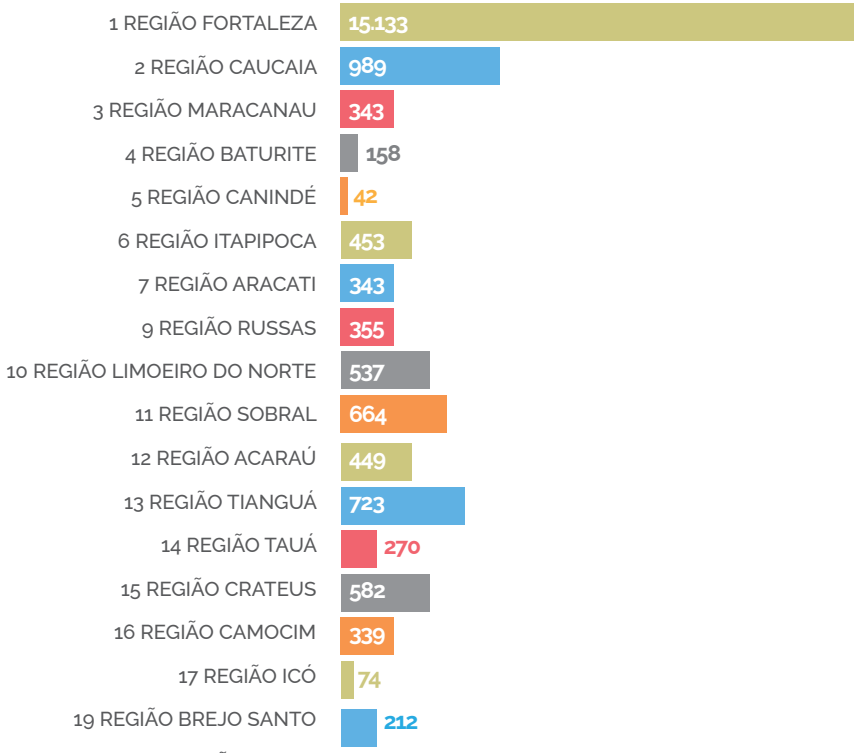
FIGURA 68.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018
**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Ceará possui 24.234 profissionais de nível superior em saúde, considerando o conjunto de municípios participantes. A maioria desses profissionais atua na região de Fortaleza e a região com menor número de profissionais de nível superior em saúde foi Canindé (Figura 69).

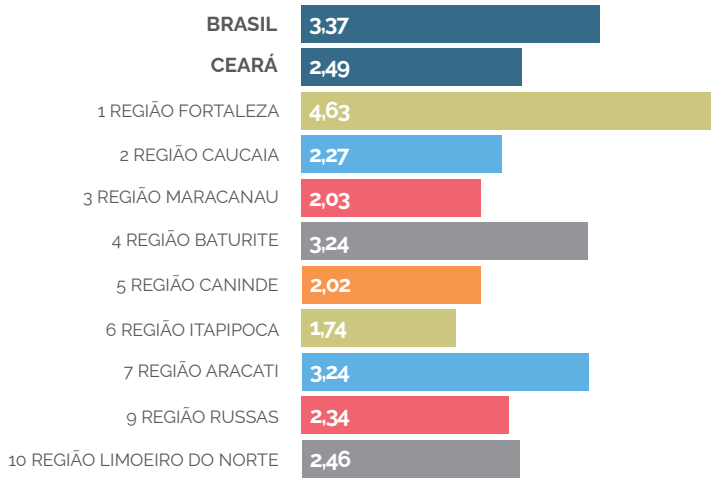
FIGURA 69.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios do Ceará participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

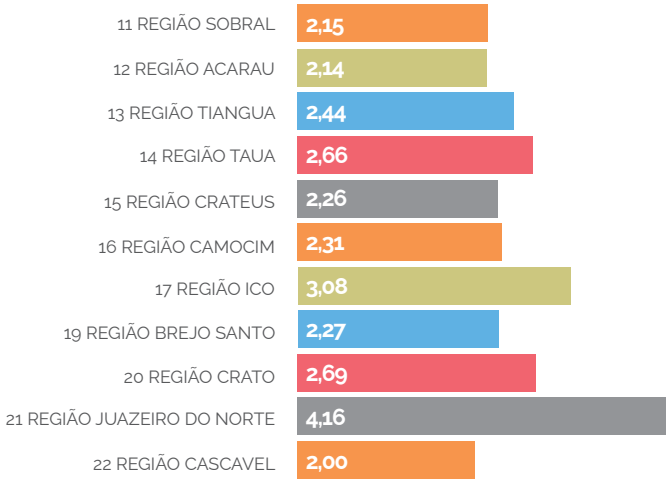


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na 1ª Região: Fortaleza, que, juntamente com a 21ª Região: Juazeiro do Norte, situam-se acima da média nacional, considerando os municípios participantes do levantamento. A menor média de profissionais de saúde por mil habitantes foi na 6ª Região: Itapipoca (Figura 70).

FIGURA 70.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



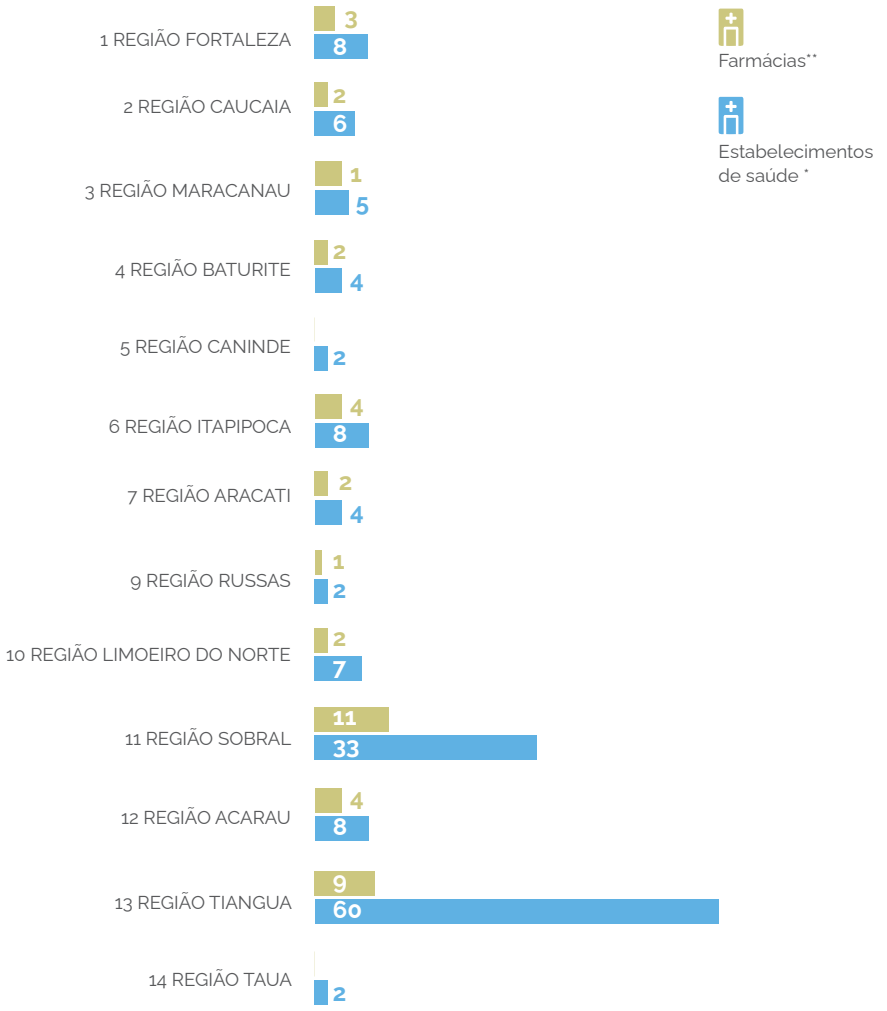


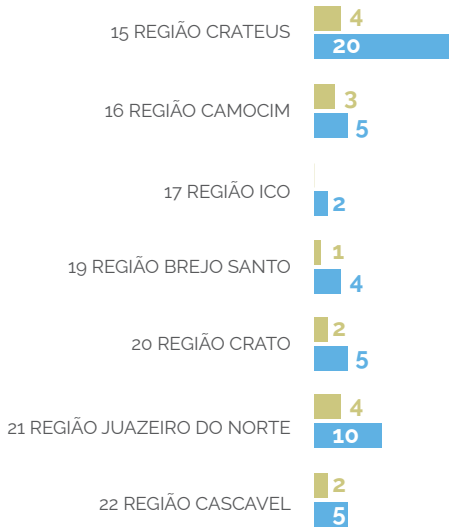
*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. **

Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.

A 13ª Região: Tianguá apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e a as regiões de Canindé (5ª região), Russas (9ª região), Tauá (14ª região) e Icó (17ª região), o menor, com apenas 2 estabelecimento cadastrado no CNES. As regiões de Canindé, Tauá e Icó não apresentaram nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 71).

FIGURA 71.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios do Ceará participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME



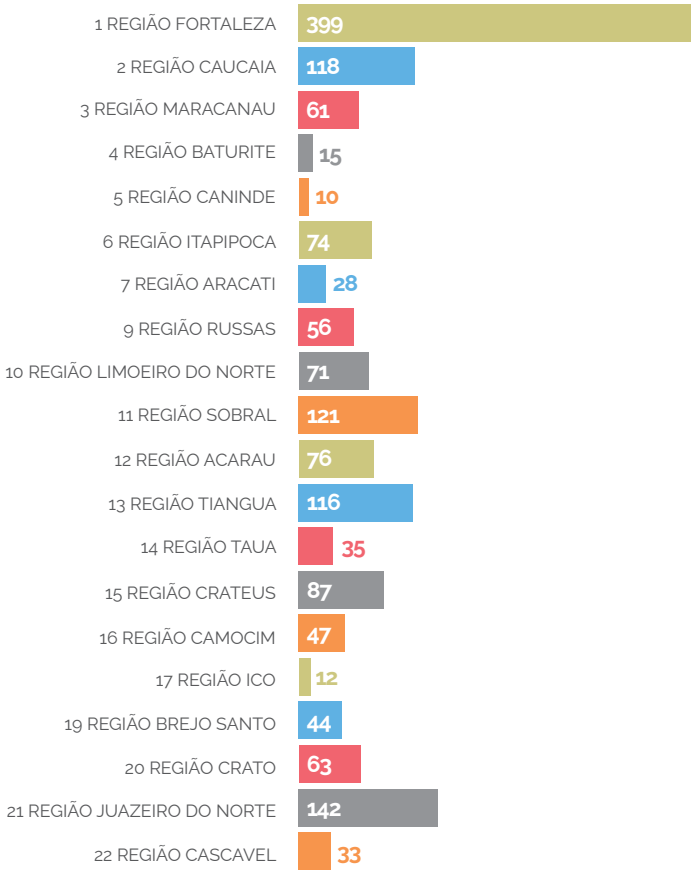


*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 1608 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é a 1ª: Fortaleza e o menor número foi observado na 5ª Região: Canindé (Figura 72).

FIGURA 72.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios do Ceará participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

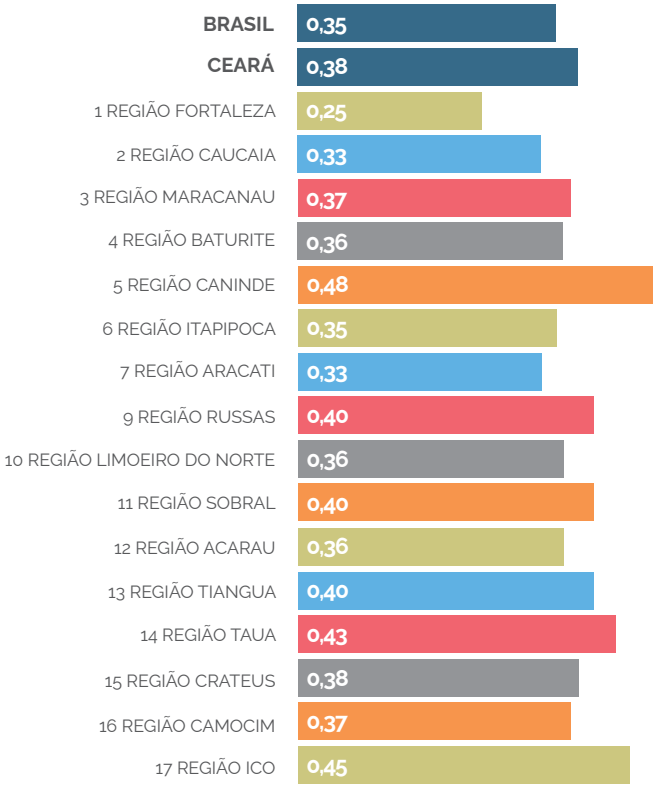


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na 5ª Região: Canindé e a 1ª Região: Fortaleza apresentou a menor média de ESF por mil habitantes entre as regiões cearenses (Figura 73). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 73.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

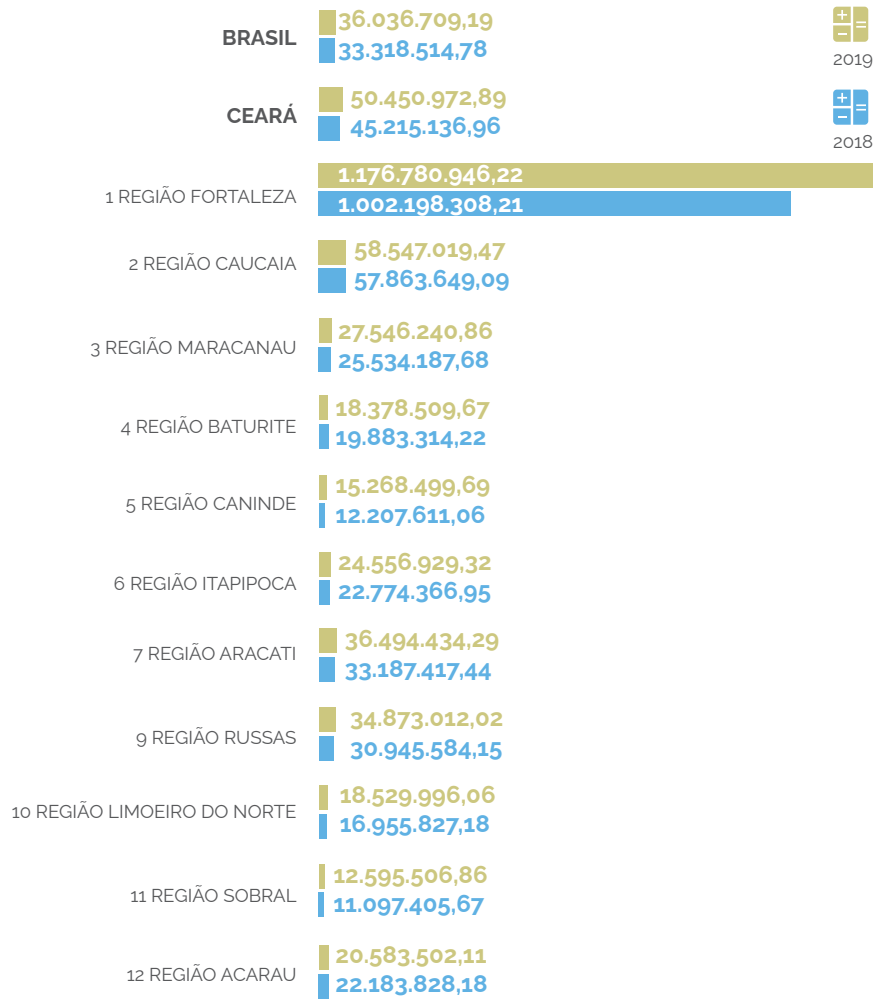


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios de Fortaleza (1ª Região), tanto em 2018 quanto em 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios de Icó (17ª Região), em ambos os anos. A média da despesa total em saúde da maioria das regiões de saúde baianas foi superior em 2019 quando comparada a 2018 (Figura 74).

FIGURA 74.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

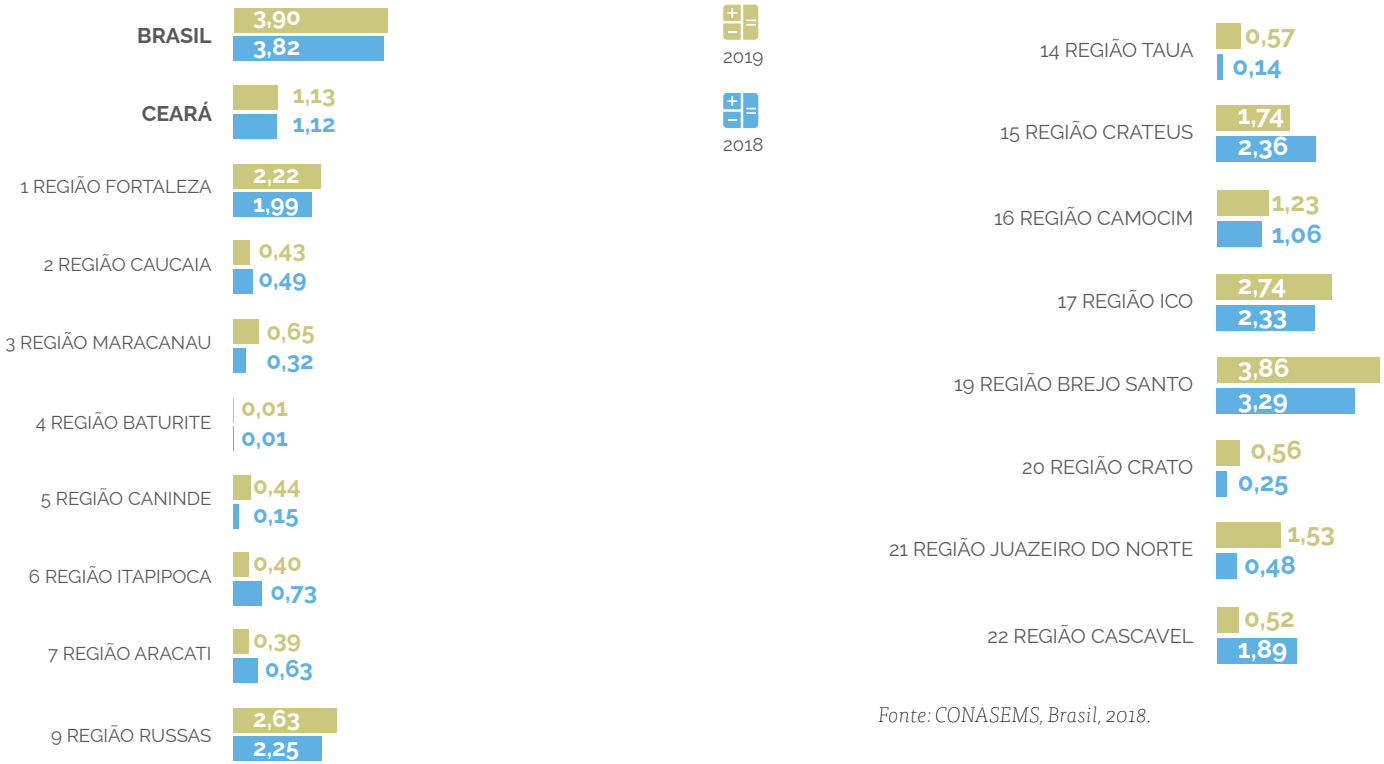


*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na 19ª Região: Brejo Santo em ambos os anos, ainda assim, abaixo da média nacional. No geral, houve oscilações nos percentuais das despesas com medicamentos nas regiões de saúde baianas no período. Foi observado crescimento mais expressivo em Canindé (5ª Região), Tauá (14ª Região) e Juazeiro do Norte (21ª Região) e as quedas mais acentuadas foram observadas em Itapipoca (6ª Região), Aracati (7ª Região), Limoeiro do Norte (10ª Região) e Cascavel (22ª Região). As menores médias percentuais foram observadas na 4ª Região - Baturité, próximo de 0%, em ambos os anos (Figura 75).

Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 75.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



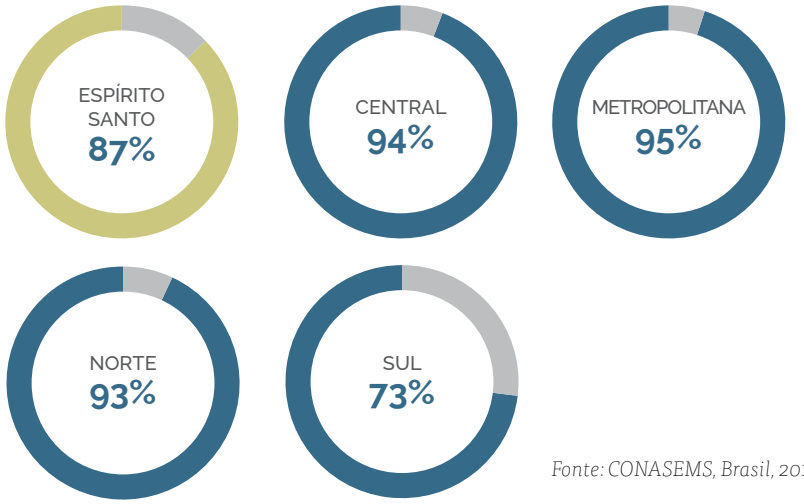
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

ESPÍRITO SANTO

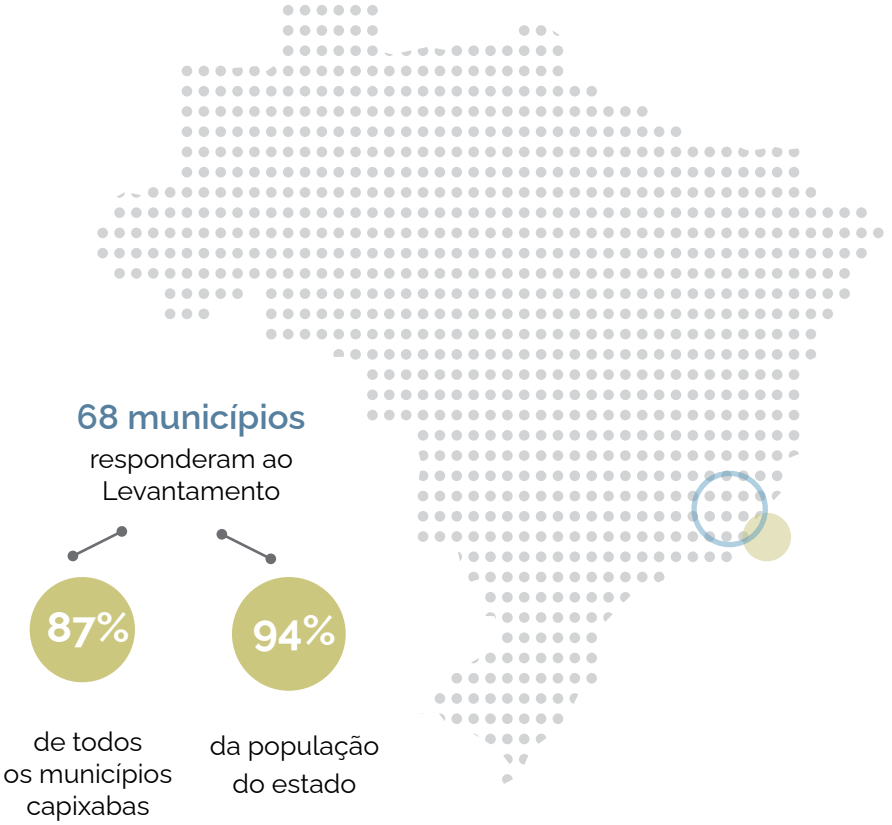
Dos 78 municípios do Espírito Santo, 68 (87%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 3.735.253 habitantes, o que representa 94% da população desse estado em 2018.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 76.

FIGURA 76.
Percentual de municípios do Espirito Santo que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018..

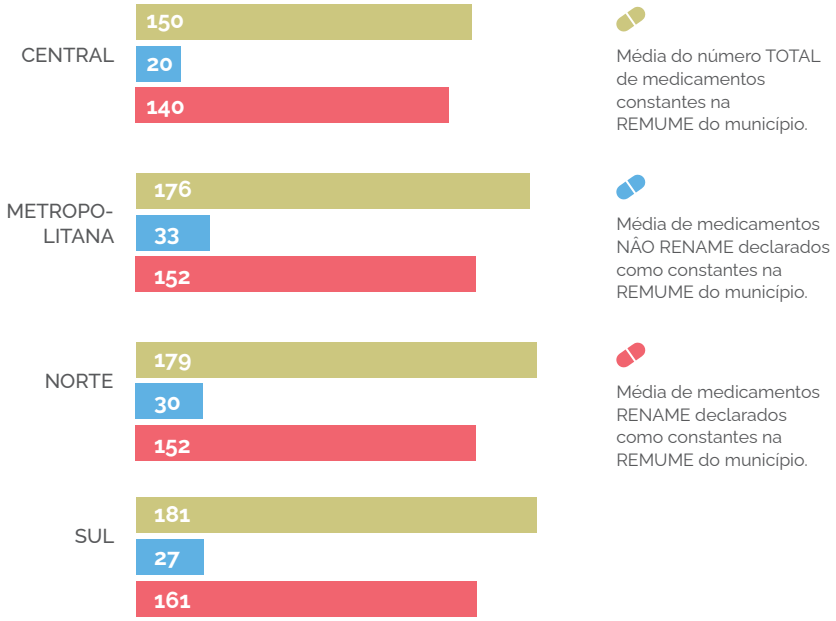


A região de saúde com maior participação dos municípios foi a Metropolitana, onde 95% dos municípios responderam ao levantamento. Menor participação foi observada na região Sul, onde 73% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 150 na região Central a 181 na região Sul, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Em contrapartida, especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME***, a região Metropolitana apresentou a maior média, de 33 medicamentos e os municípios da região Central apresentaram a menor média, de 20 medicamentos. (Figura 77).

FIGURA 77.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios capixabas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em município(s) da região Metropolitana, com apenas 28 medicamentos, o máximo de 274 medicamentos foi observado na Região Sul. Quanto aos itens NÃO RENAME o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por município(s) de todas as regiões de saúde capixabas. Vale ressaltar que este foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O(s) município(s) com menor número de medicamentos nessa categoria pertence(m) a região Norte, com 2 medicamentos.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 152, 30 e 169, respectivamente. Isso significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 9). Maiores informações sobre o número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 9.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Espírito Santo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

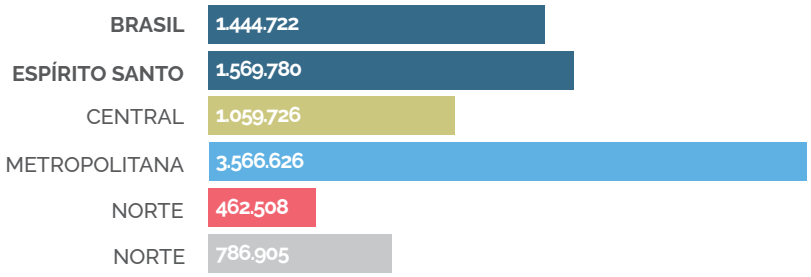
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
CENTRAL	140	129	105	200	20	10	3	50	150	142	105	223
METROPOLITANA	152	148	28	210	33	39	4	50	176	182	28	253
NORTE	152	154	103	200	30	31	2	50	179	174	138	226
SUL	161	159	84	245	27	24	6	50	181	168	94	274
ESPÍRITO SANTO TOTAL)	**151**	**152**	**28**	**245**	**28**	**30**	**2**	**50**	**172**	**169**	**28**	**274**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Espírito Santo apresentou IDHM de 0,772 em 2017 acima da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,744, abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região Metropolitana foi muito superior à média nacional. A menor média do PIB neste ano foi observada na região Norte, equivalente a aproximadamente um terço da média nacional nesse mesmo ano (Figura 78).

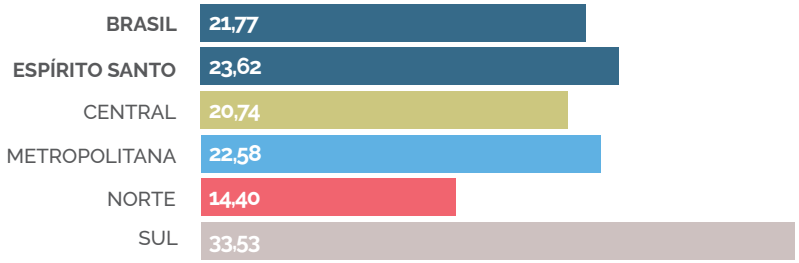
FIGURA 78.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e capixabas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios região Sul apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo mais que o dobro da média do PIB *per capita* da região Norte, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 79).

FIGURA 79.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e capixabas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



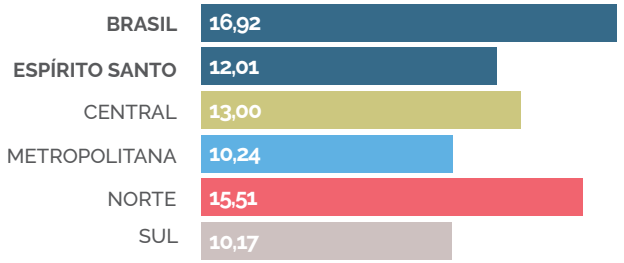
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto do PIB *per capita* do Espírito Santo ficou acima da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Espírito Santo em 2016 foi de 78,2 anos, também acima da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios capixabas em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região Sul e o maior na região Norte (Figura 80). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

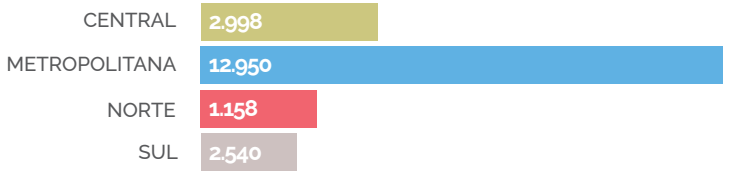
FIGURA 80.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Espírito Santo possui 19.646 profissionais de nível superior em saúde, considerando o conjunto de municípios participantes. A maioria desses profissionais atua na região Metropolitana e a região Norte apresentou o menor número de profissionais de nível superior em saúde (Figura 81).

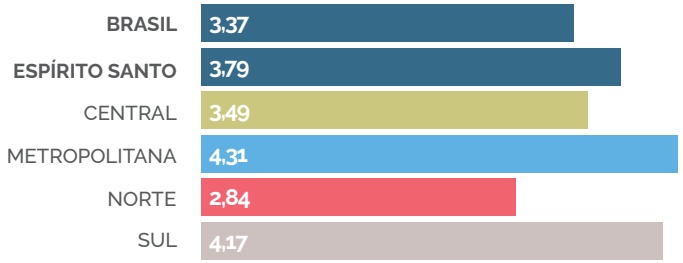
FIGURA 81.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios do Espírito Santo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado também na região Metropolitana, e a menor média de profissionais de saúde por mil habitantes foi na região Norte, única região capixaba com valores abaixo da média nacional, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 82).

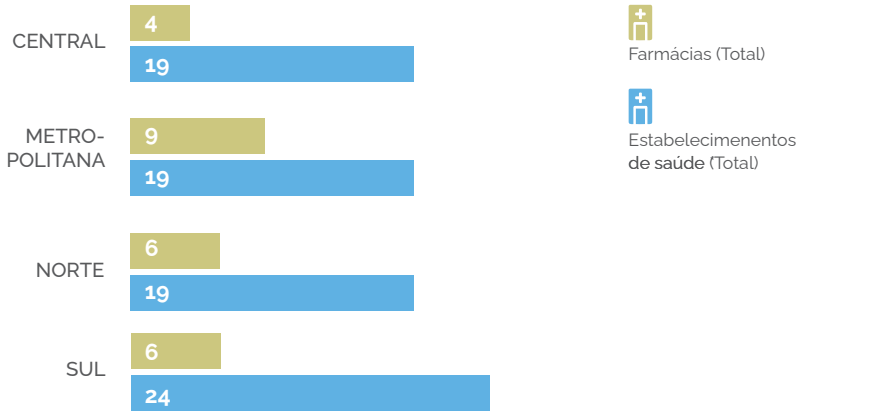
FIGURA 82.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e capixabas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região Sul apresentou o número de estabelecimentos de saúde superior às demais regiões. Em relação ao número de farmácias, o maior valor foi observado na região Metropolitana e o menor, na região Central (Figura 83).

FIGURA 83.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios do Espírito Santo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



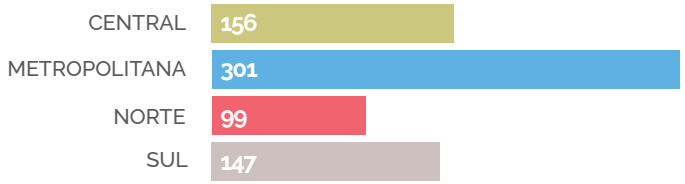
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 703 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é Metropolitana e o menor número foi observado na região Norte (Figura 84).

FIGURA 84.
Número de ESF registradas no CNES de Saúde pelos municípios do Espírito Santo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

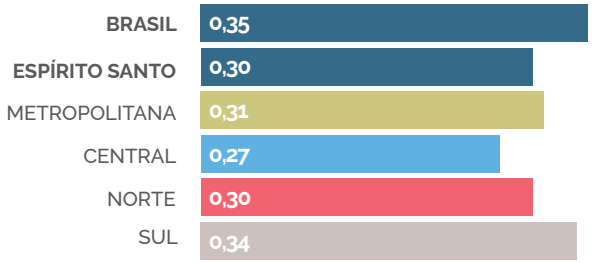


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na região Sul e a região Metropolitana apresentou a menor média de ESF por mil habitantes entre as regiões capixabas. Todas as regiões do estado apresentaram médias inferiores às nacionais (Figura 85). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

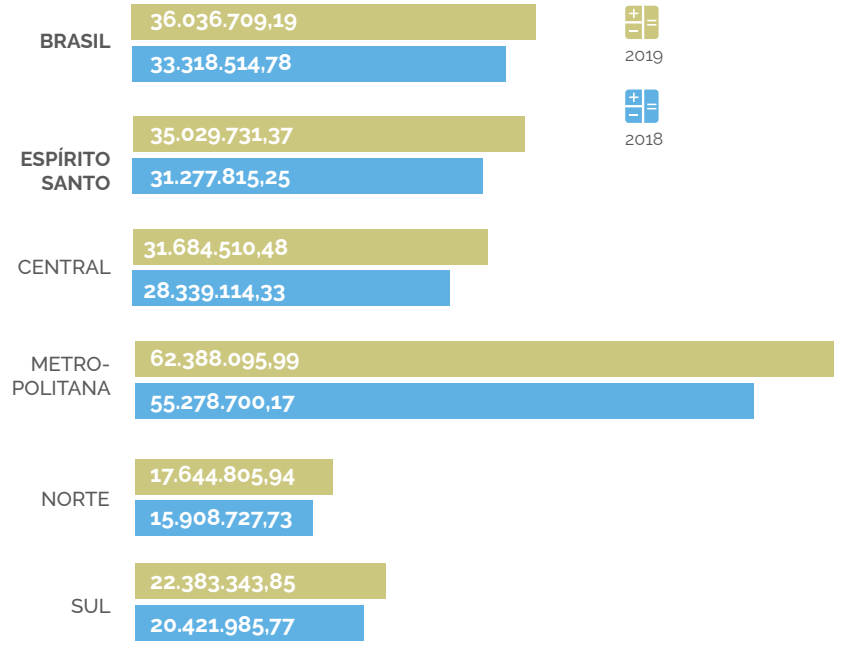
FIGURA 85.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e capixabas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios de região Metropolitana, tanto em 2018 quanto em 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios da região Norte, em ambos os anos. A média da despesa total em saúde em todas as regiões de saúde capixabas foi superior em 2019 quando comparada a 2018 (Figura 86).

FIGURA 86.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e capixabas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

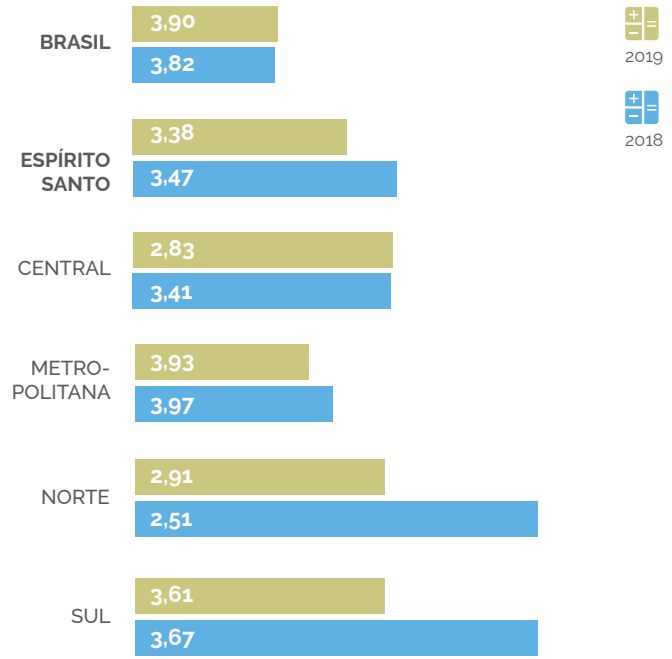


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias também foram observadas na região Metropolitana em ambos os anos, discretamente acima da média nacional. No geral, os percentuais das despesas com medicamentos nas regiões de saúde capixabas decresceram no período, com exceção da região Norte, que, embora tenha apresentado crescimento, ficou abaixo das demais, em ambos os anos (Figura 87).

Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 87.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e capixabas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



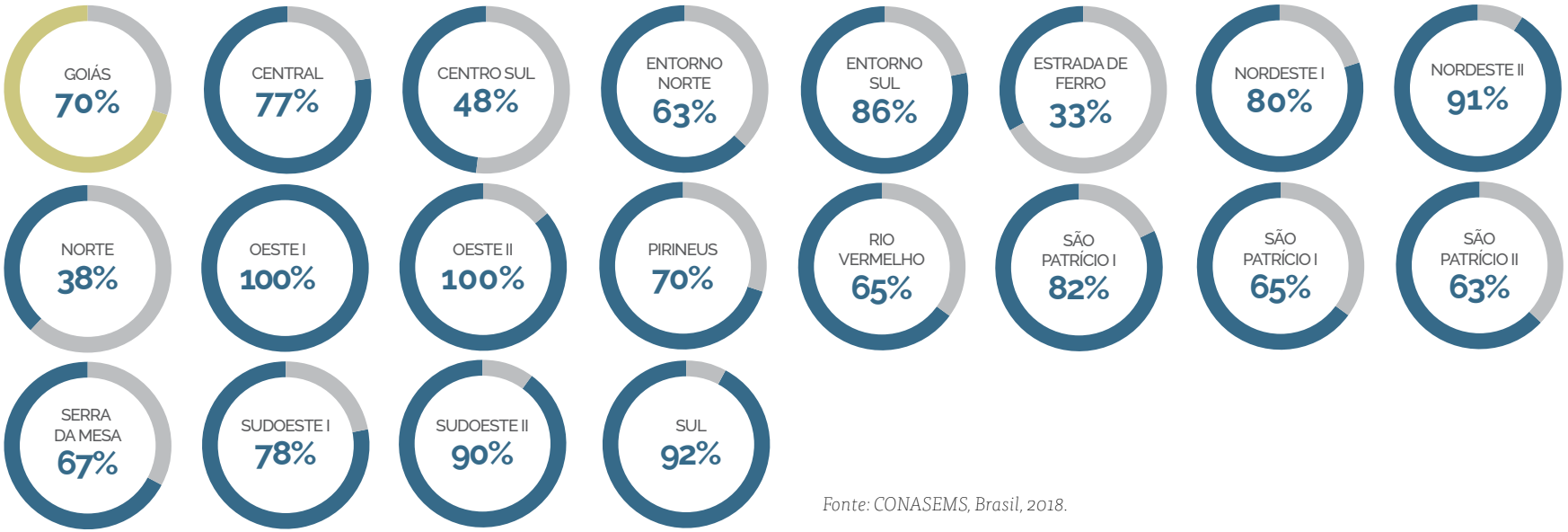
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

GOIÁS

Dos 246 municípios de Goiás, 173 (70%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 4.932.964 habitantes, o que representa 71% da população deste estado em 2018.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 88.

FIGURA 88
Percentual de municípios de Goiás que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



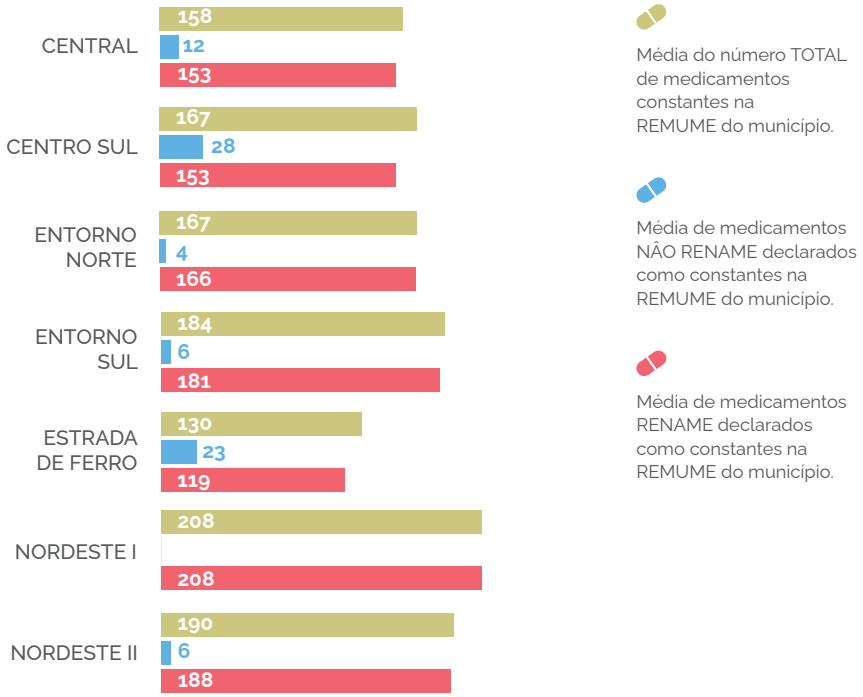
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

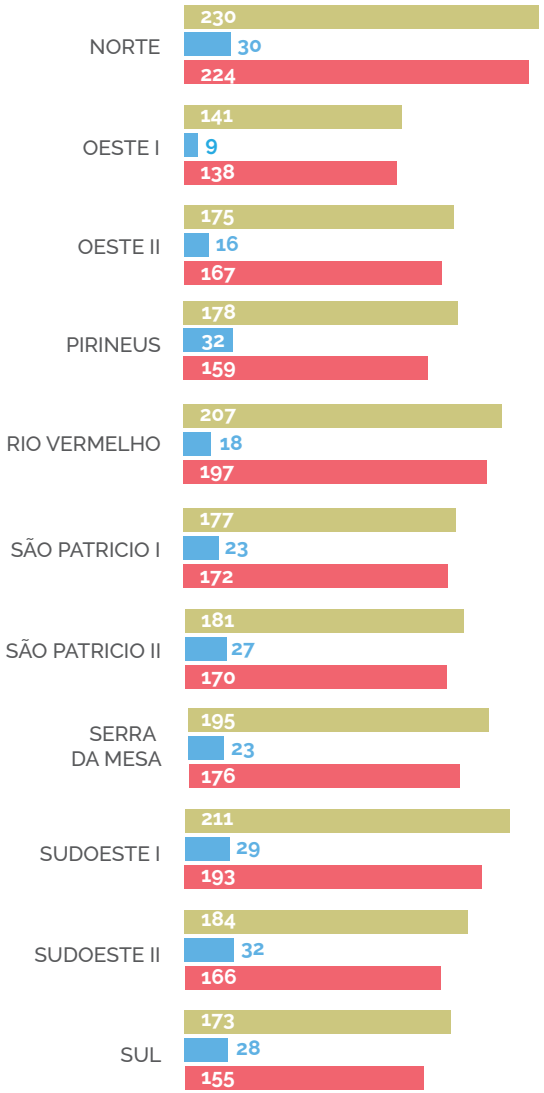
As regiões de saúde Oeste I e II apresentaram maior participação, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na região Estrada de Ferro, onde apenas 33% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 130 região Estrada de Ferro a 230 na região Norte, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Em contrapartida, especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME***, as regiões Pirineus e Sudoeste II apresentaram a maior média, de 32 medicamentos. Os municípios da região Nordeste I não relataram a presença de nenhum medicamento NÃO RENAME em suas listas, o que significa que nos municípios desta região são padronizados apenas medicamentos que integram a RENAME (Figura 89).

FIGURA 89.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios goianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em município(s) da região Sul, com apenas 47 medicamentos, o máximo de 396 medicamentos foi observado na região Serra da Mesa. Quanto aos itens NÃO RENAME o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por município(s) das regiões Central, Centro Sul, Estrada de Ferro, São Patrício I e II, Sudoeste I e II e Sul. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O(s) município(s) com menor número de medicamentos nessa categoria pertence(m) a região Central e Oeste I, com apenas 1 medicamento. Os municípios da região Nordeste não possuem medicamentos NÃO RENAME em suas listas.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 150, 15 e 161, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 10). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 10.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios de Goiás participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

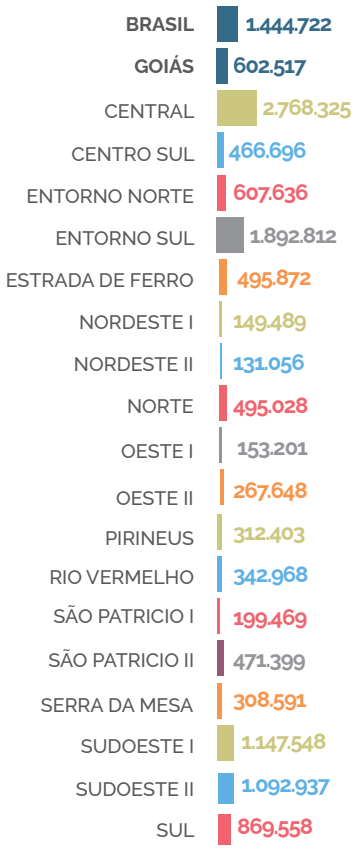
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
CENTRAL	153	149	86	307	12	6	1	50	158	156	86	307
CENTRO SUL	153	155	95	237	28	25	10	50	167	167	95	237
ENTORNO NORTE	166	134	116	269	4	4	4	4	167	134	116	269
ENTORNO SUL	181	177	134	237	6	5	2	10	184	181	134	237
ESTRADA DE FERRO	119	96	55	239	23	13	5	50	130	121	55	244
NORDESTE I	208	170	130	363	---	---	---	---	208	170	130	363
NORDESTE II	188	174	92	363	6	5	5	8	190	177	92	363
NORTE	224	185	149	364	30	30	30	30	230	185	149	364
OESTE I	138	116	82	243	9	7	1	27	141	118	82	261
OESTE II	167	138	98	346	16	10	6	46	175	152	109	352
PIRINEUS	159	162	49	264	32	29	20	49	178	162	49	313
RIO VERMELHO	197	171	81	363	18	18	9	30	207	186	90	367
SAO PATRICIO I	172	132	100	364	23	10	10	50	177	148	100	364
SAO PATRICIO II	170	162	107	306	27	27	3	50	181	168	107	306
SERRA DA MESA	176	145	94	356	23	17	10	40	195	159	94	396
SUDOESTE I	193	145	121	364	29	40	1	50	211	189	121	365
SUDOESTE II	166	168	89	266	32	30	7	50	184	186	89	266
SUL	155	153	47	328	28	23	10	50	173	170	47	368
GOIÁS (TOTAL)	**168**	**150**	**47**	**364**	**21**	**15**	**1**	**50**	**177**	**161**	**47**	**396**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, Goiás apresentou IDHM de 0,769 em 2017 acima da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado neste mesmo ano foi de 0,785, também acima da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região Central e Entorno Sul foi superior à média nacional. A menor média do PIB nesse ano foi observada na região Nordeste II, muito inferior à média nacional nesse mesmo ano (Figura 90).

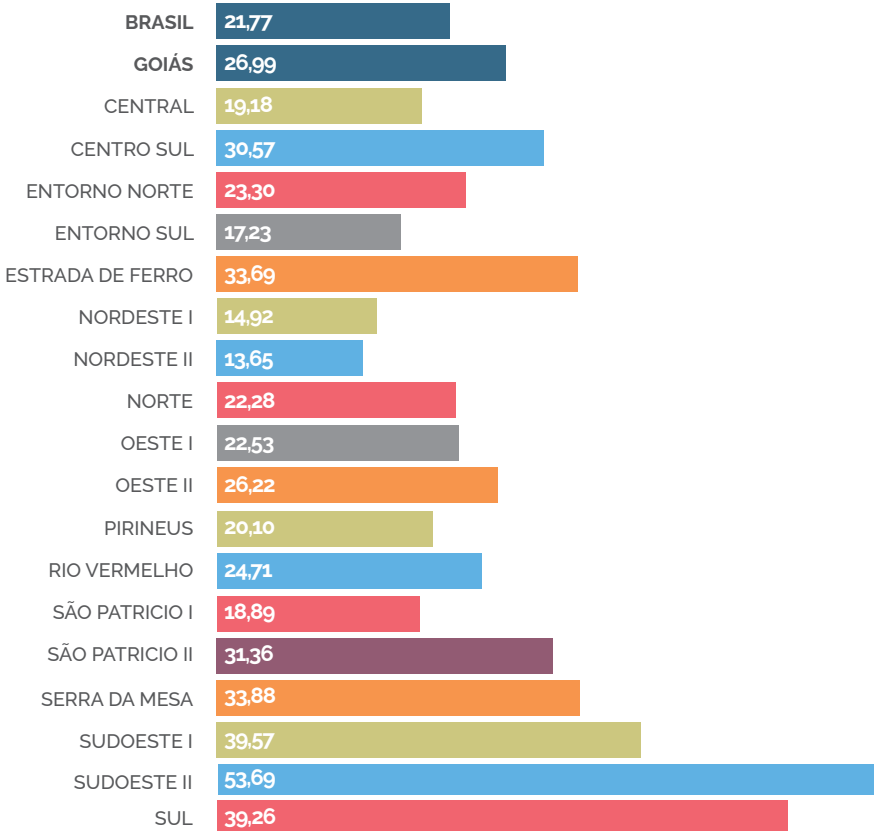
FIGURA 90.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e goianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios região Sudoeste II apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo quase quatro vezes a média do PIB *per capita* da região Nordeste II, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 91).

FIGURA 91.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e goianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



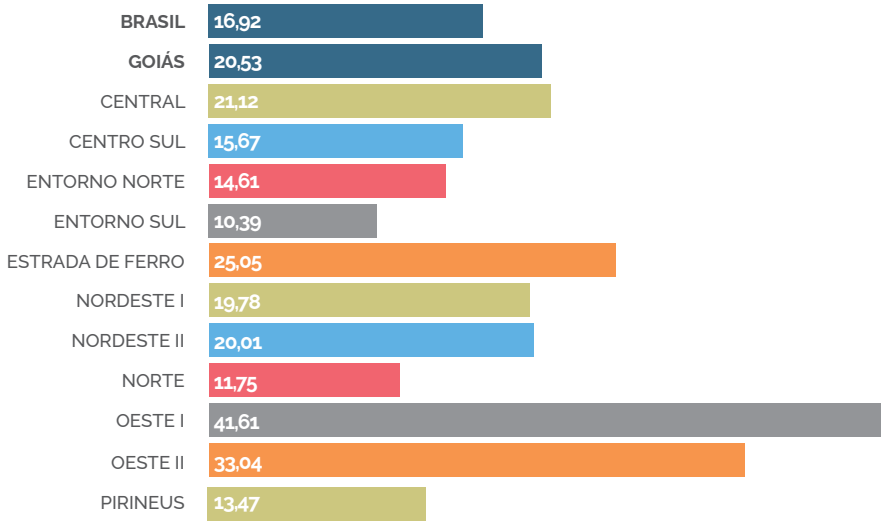
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

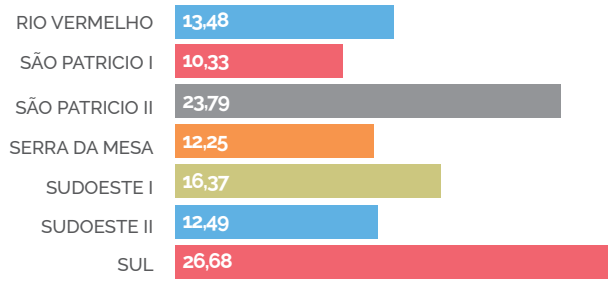
Embora a média do PIB de Goiás tenha sido inferior à média nacional, a média do PIB *per capita* deste estado ficou acima da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado de Goiás em 2016 foi de 74,2 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios goianos em 2017 foi superior à média nacional. O menor valor foi observado na região Entorno Sul e o maior na região Oeste I (Figura 92). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 92.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e goianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

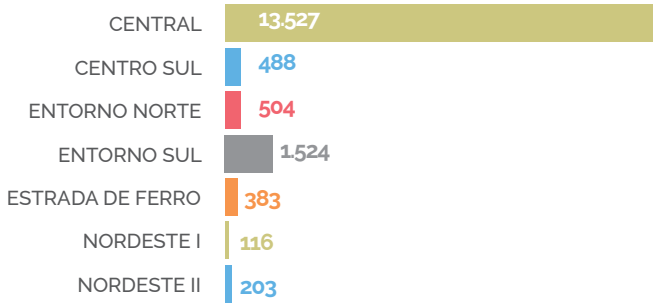


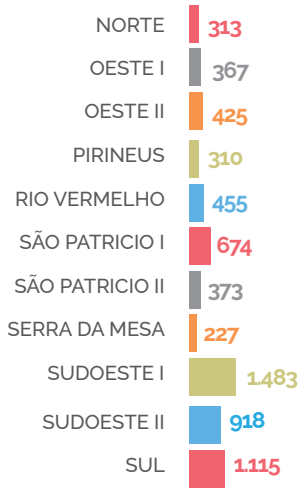


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, Goiás possui 23.405 profissionais de nível superior em saúde, considerando o conjunto de municípios participantes. A maioria desses profissionais atua na região Central e a região Nordeste I apresentou o menor número de profissionais de nível superior em saúde (Figura 93).

FIGURA 93.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de Goiás participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

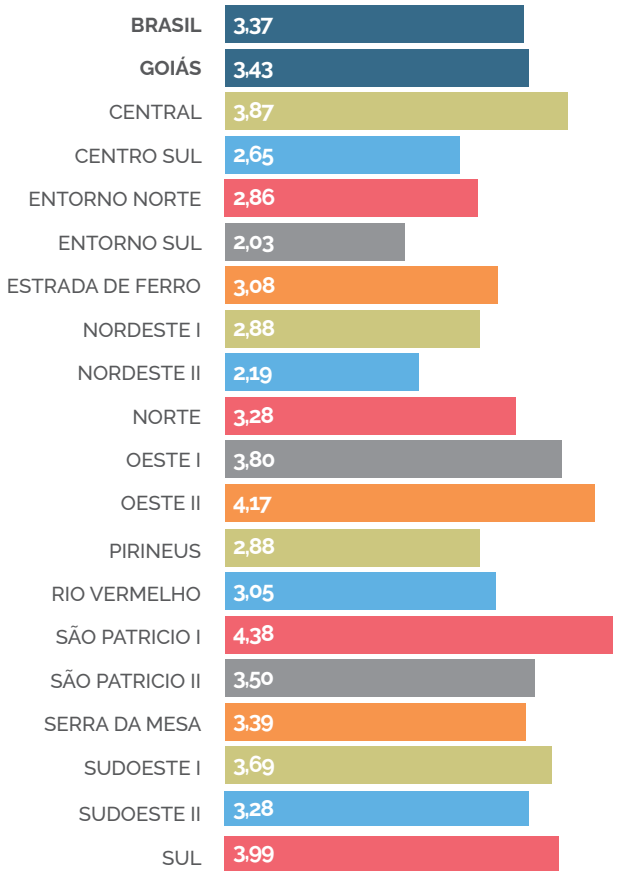




Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na Região São Patrício I, e a menor média de profissionais de saúde por mil habitantes foi na região Entorno Sul, com valores muito abaixo da média nacional, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 94).

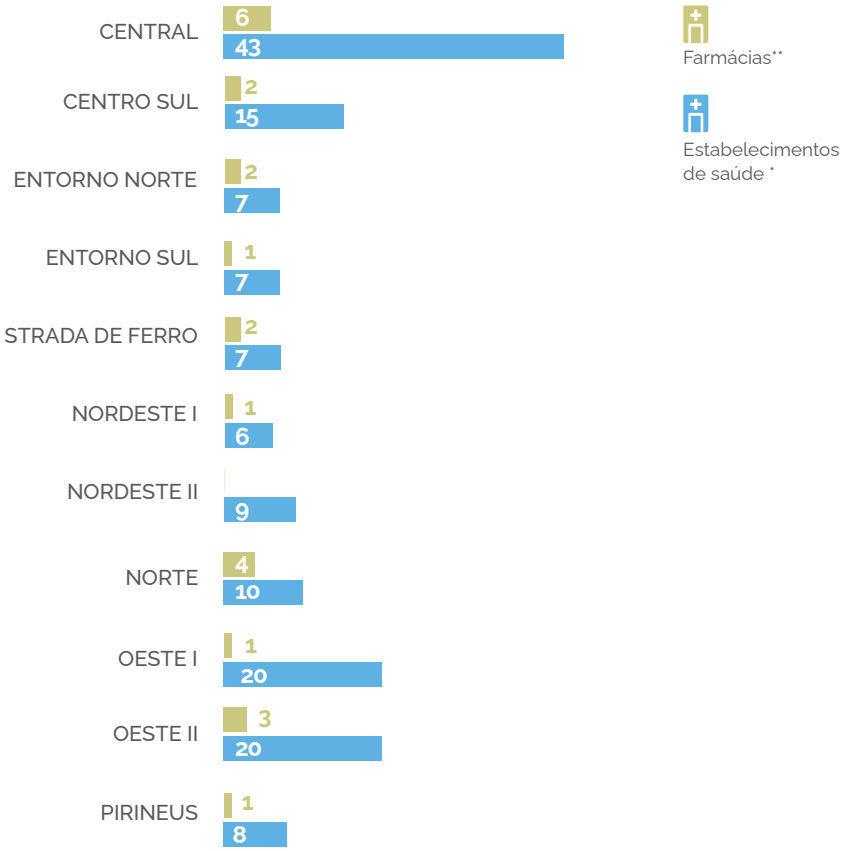
FIGURA 94.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e goianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

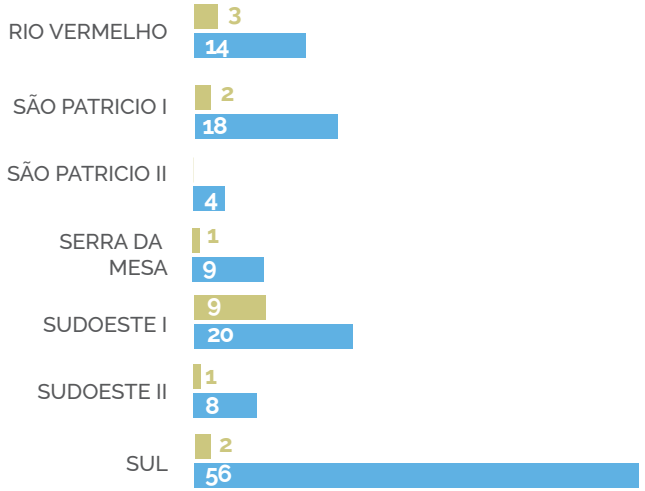


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

As regiões Sul e Central apresentaram número de estabelecimentos de saúde muito superior às demais regiões. Em relação ao número de farmácias, o maior valor foi observado na região Sudoeste I e a região Nordeste não possuía nenhuma farmácia no cadastro nacional (Figura 95).

FIGURA 95.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de Goiás participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





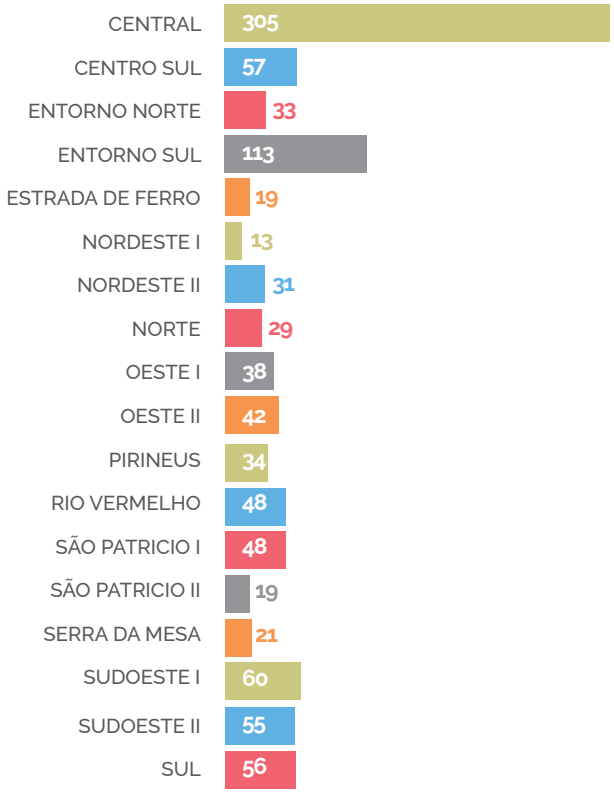
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/ unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/ essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 1.021 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é a Central e o menor número foi observado na região Nordeste I (Figura 96).

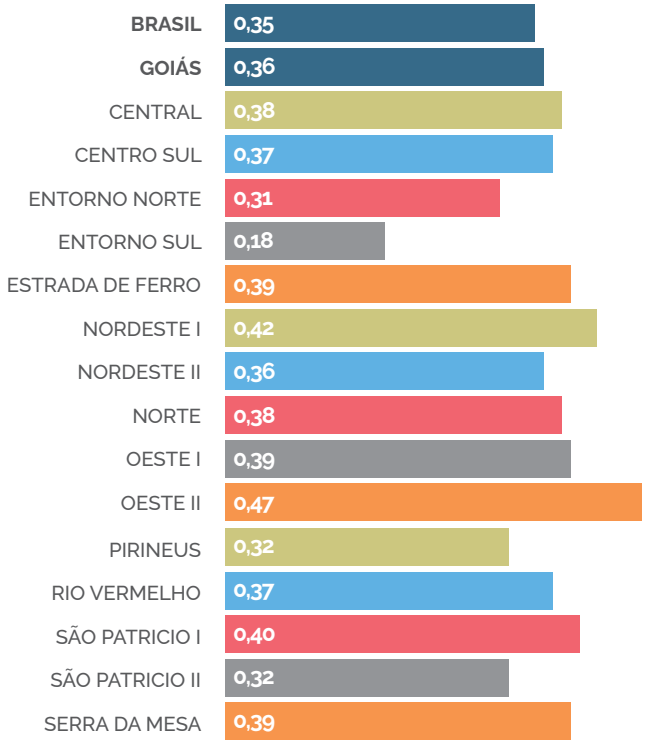
FIGURA 96.
Número de ESF (Equipes de Saúde da Família) registradas no CNES pelos municípios de Goiás participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

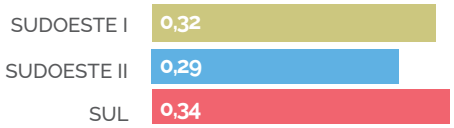


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na região Oeste II e a região Entorno Sul apresentou a menor média de ESF por mil habitantes entre as regiões goianas. A média estadual foi superior a Nacional (Figura 97). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 97.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e goianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



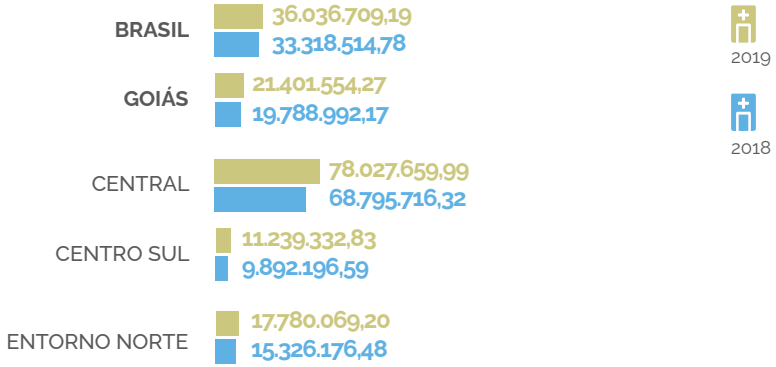


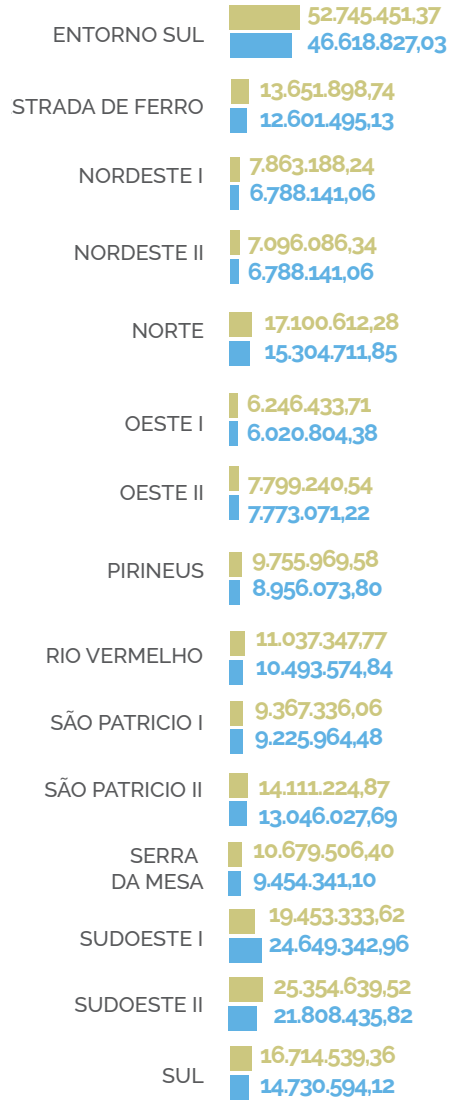
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios de região Central, tanto em 2018 quanto em 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios da região Oeste I, em ambos os anos. Com exceção das regiões Nordeste I e Sudoeste I, a média da despesa total em saúde nas demais regiões de saúde goianas foi superior em 2019 quando comparada a 2018 (Figura 98).

FIGURA 98.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e goianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



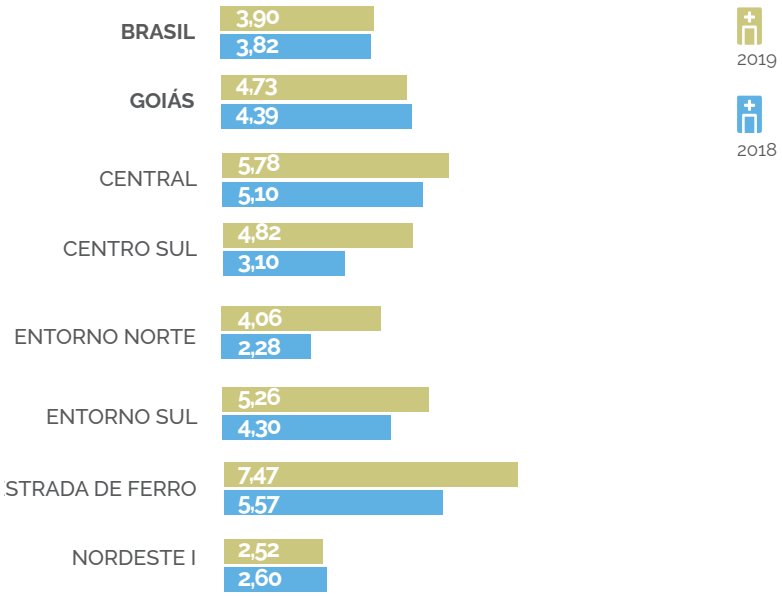


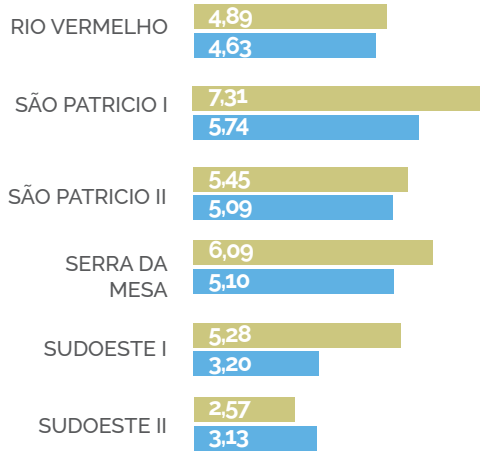
*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias também foram observadas na região São Patrício I em 2018 e em Estrada de Ferro em 2019, acima da média nacional. No geral, os percentuais das despesas com medicamentos nas regiões de saúde goianas aumentaram no período, com exceção das regiões Nordeste I e Sudoeste II, que apresentaram ligeira queda (Figura 99).

Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 99.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e goianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





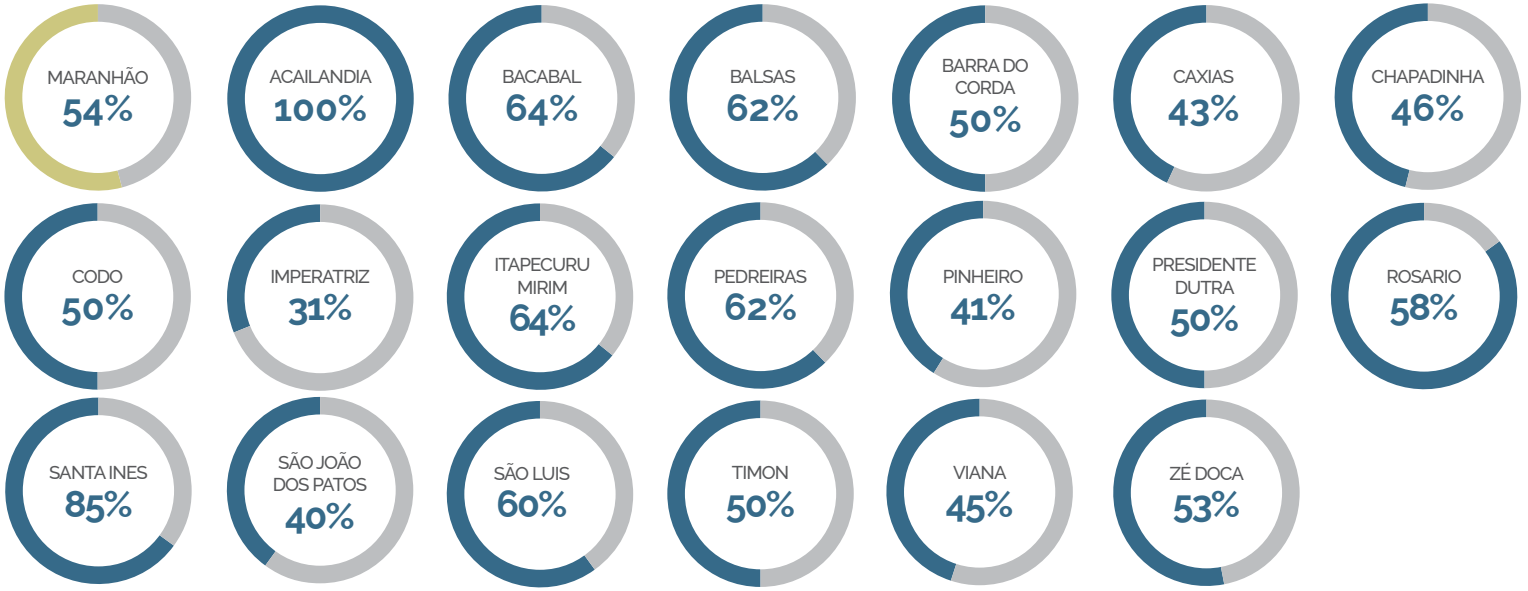
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018

MARANHÃO

Dos 217 municípios do Maranhão, 118 (54%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 4.874.689 habitantes, o que representa 69% da população desse estado em 2018.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 100.

FIGURA 100.
Percentual de municípios do Maranhão que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.



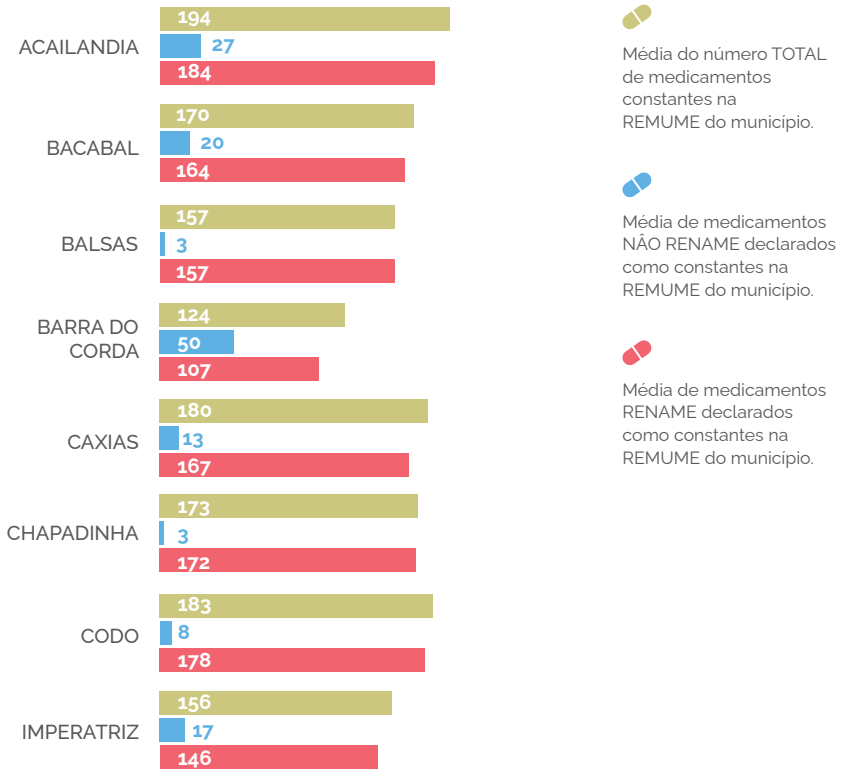
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

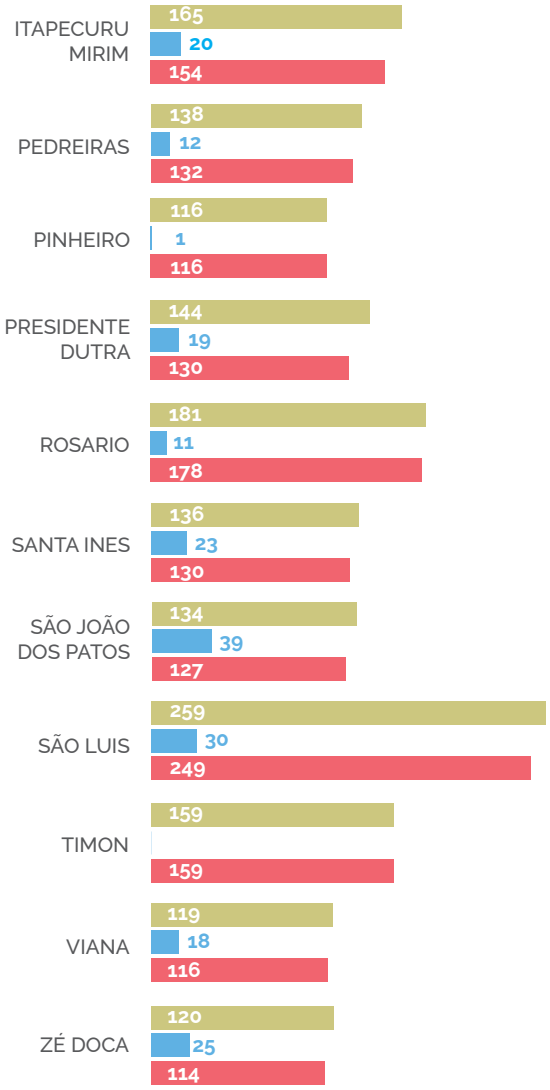
A região de saúde de Açailândia apresentou maior participação, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na região Imperatriz, onde apenas 31% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 116 na região de Pinheiro a 259 na região de São Luís, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Em contrapartida, especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME***, a região de Barra do Corda apresentou a maior média, de 50 medicamentos. Os municípios da região de Timon não relataram a presença de nenhum medicamento NÃO RENAME em suas listas, o que significa que nos municípios dessa região são padronizados apenas medicamentos que integram a RENAME (Figura 101).

FIGURA 101
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios maranhenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em município(s) da região Rosário, com apenas 40 medicamentos, região que também apresentou o máximo de 364 medicamentos em relação municipal. Esse número também foi observado nas regiões de Açailândia, Balsas, Pedreiras e Pinheiros. Quanto aos itens NÃO RENAME o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por município(s) das regiões Açailândia, Barra do Corda e Santa Inês Central, Centro Sul, Estrada de Ferro, São Patrício I e II, Sudoeste I e II e Sul. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, este número pode ser ainda maior. O(s) município(s) com menor número de medicamentos nesta categoria pertence(m) às regiões Pinheiro e Santa Inês, com apenas 1 medicamento. Os municípios da região de Timon não possuem medicamentos NÃO RENAME em suas listas.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 128, 16 e 124, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 11). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 11.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Maranhão participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

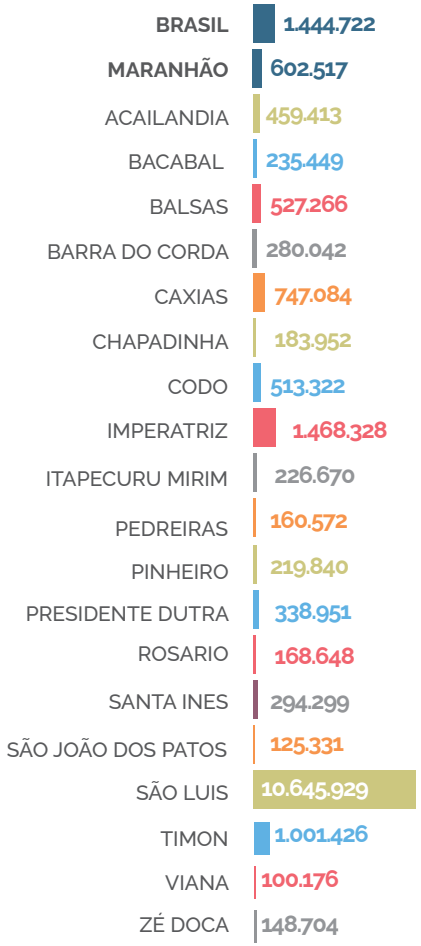
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ACAILANDIA	184	150	76	364	27	20	12	50	194	175	76	364
BACABAL	164	158	82	342	20	20	5	35	170	158	87	342
BALSAS	157	128	73	364	3	3	3	3	157	128	73	364
BARRA DO CORDA	107	114	42	166	50	50	50	50	124	114	92	166
CAXIAS	167	166	119	216	13	10	4	24	180	176	123	240
CHAPADINHA	172	161	71	308	3	3	3	3	173	161	71	311
CODO	178	170	112	252	8	8	4	11	183	181	116	252
IMPERATRIZ	146	92	76	249	17	12	7	33	156	104	76	267
ITAPECURU MIRIM	154	132	82	250	20	17	13	34	165	147	102	250
PEDREIRAS	132	96	58	364	12	13	2	19	138	102	77	364
PINHEIRO	116	88	43	364	1	1	1	1	116	88	43	364
PRESIDENTE DUTRA	130	103	81	262	19	16	4	48	144	130	81	262
ROSARIO	178	140	40	364	11	11	10	12	181	140	40	364
SANTA INES	130	145	62	201	23	17	1	50	136	145	63	221
SAO JOAO DOS PATOS	127	124	82	197	39	39	39	39	134	124	82	197
SAO LUIS	249	238	220	290	30	30	30	30	259	268	220	290
TIMON	159	159	155	163	---	---	---	---	159	159	155	163
VIANA	116	86	63	208	18	18	18	18	119	103	63	208
ZE DOCA	114	96	49	212	25	25	20	30	120	96	49	212
MARANHÃO (TOTAL)	**147**	**128**	**40**	**364**	**18**	**16**	**1**	**50**	**154**	**134**	**40**	**364**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Maranhão apresentou IDHM de 0,687 em 2017 abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado neste mesmo ano foi de 0,718, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região de São Luís foi a maior entre as regiões maranhenses e muito superior à média nacional. A menor média do PIB neste ano foi observada na região de Viana, com valor muito inferior à média nacional nesse mesmo ano (Figura 102).

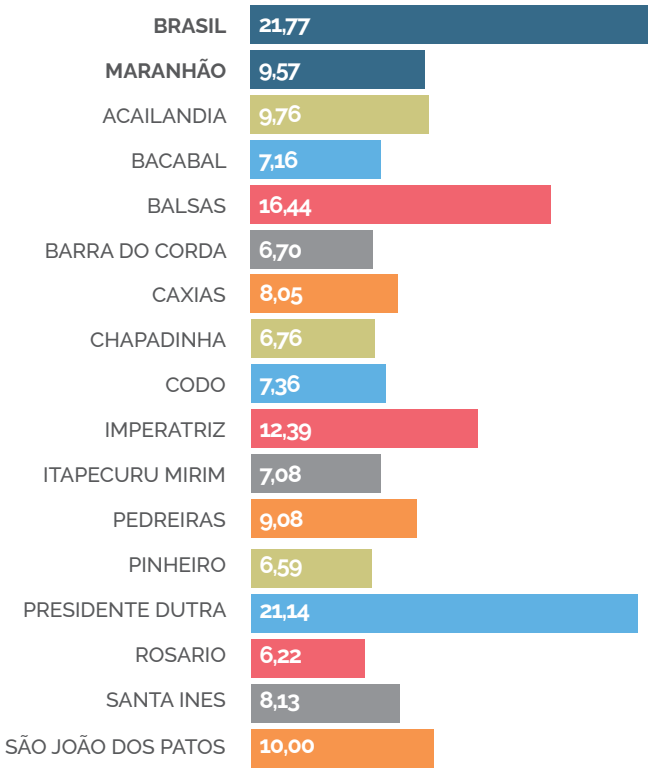
FIGURA 102.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e maranhenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

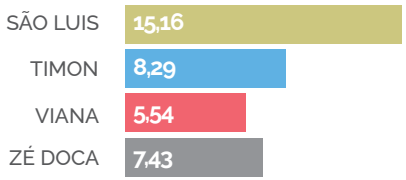


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região de Presidente Dutra apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo quase quatro vezes a média do PIB *per capita* da região de Viana, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes. Todas as médias de PIB das regiões de saúde maranhenses foram inferiores à média nacional (Figura 103).

FIGURA 103.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e maranhenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

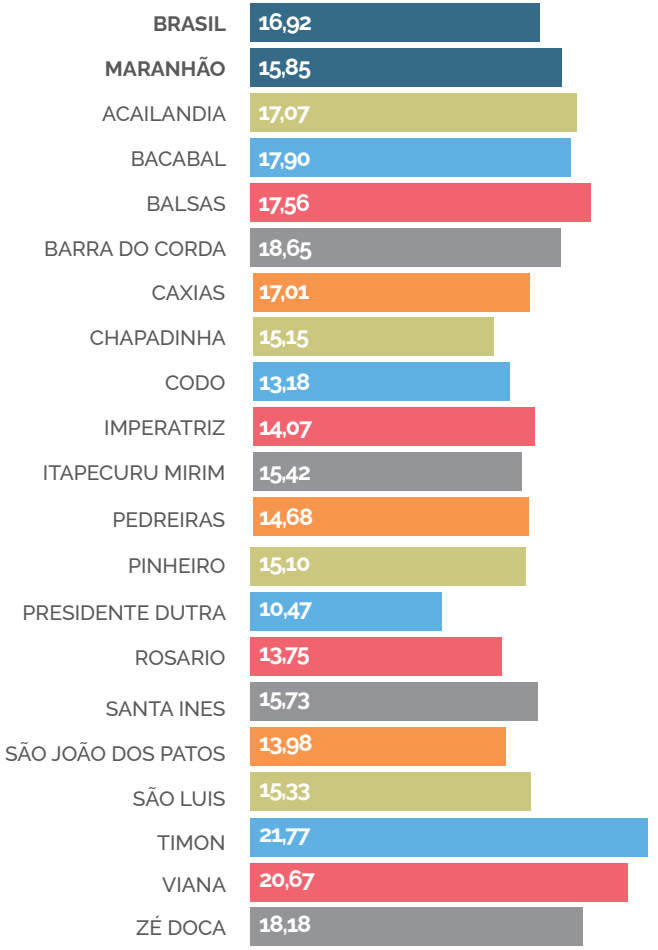
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto a média do PIB *per capita* do Maranhão ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Destaca-se que o estado do Maranhão apresentou o menor PIB per capta médio, entre as 27 unidades federativas. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Maranhão em 2016 foi de 70,6 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos e a menor entre os estados brasileiros (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios maranhenses em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região de Presidente Dutra e o maior na região de Timon (Figura 104). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 104.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e maranhenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

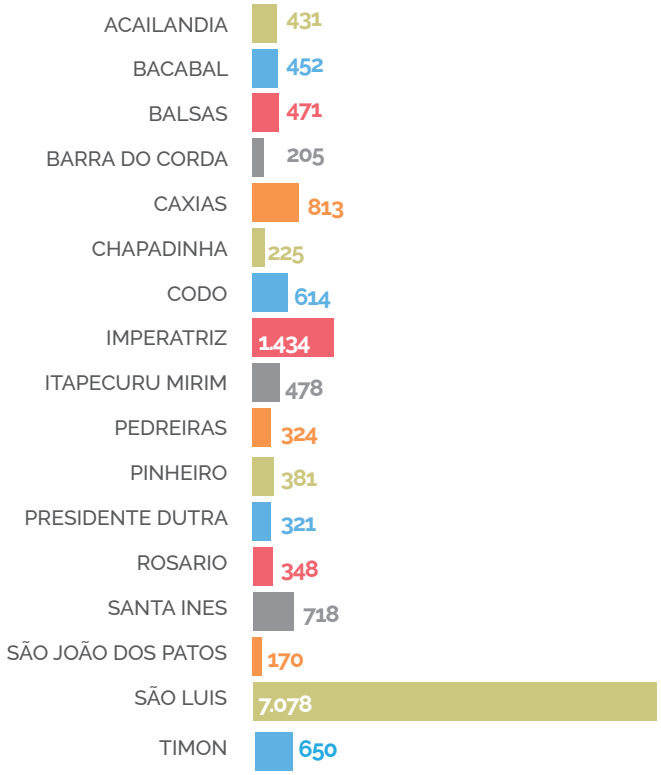


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Maranhão possui 15.573 profissionais de nível superior em saúde, considerando o conjunto de municípios participantes. Quase a metade destes profissionais atua na região de São Luís e a região de Viana apresentou o menor número de profissionais de nível superior em saúde (Figura 105).

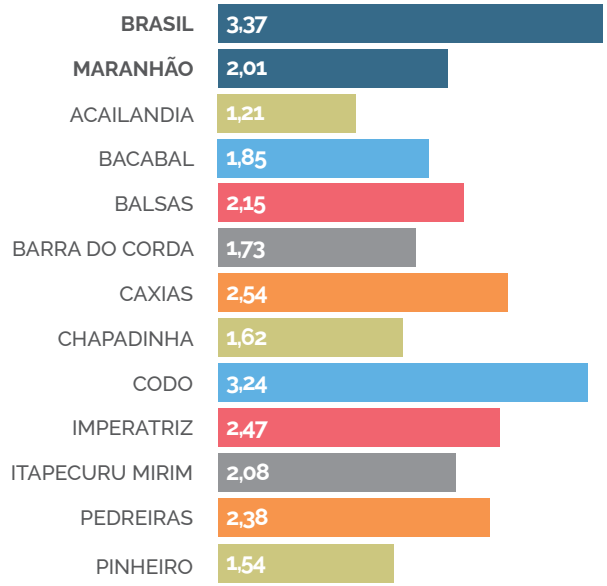
FIGURA 105.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios do Maranhão participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

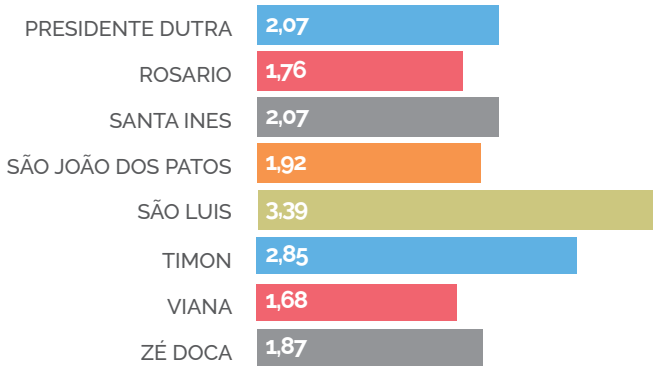


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média destes profissionais por mil habitantes, o maior valor também é observado na região de São Luís, única região com média acima da nacional. A menor média de profissionais de saúde por mil habitantes foi na região de Açailândia, com valores muito abaixo da média nacional, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 106).

FIGURA 106.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e maranhenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

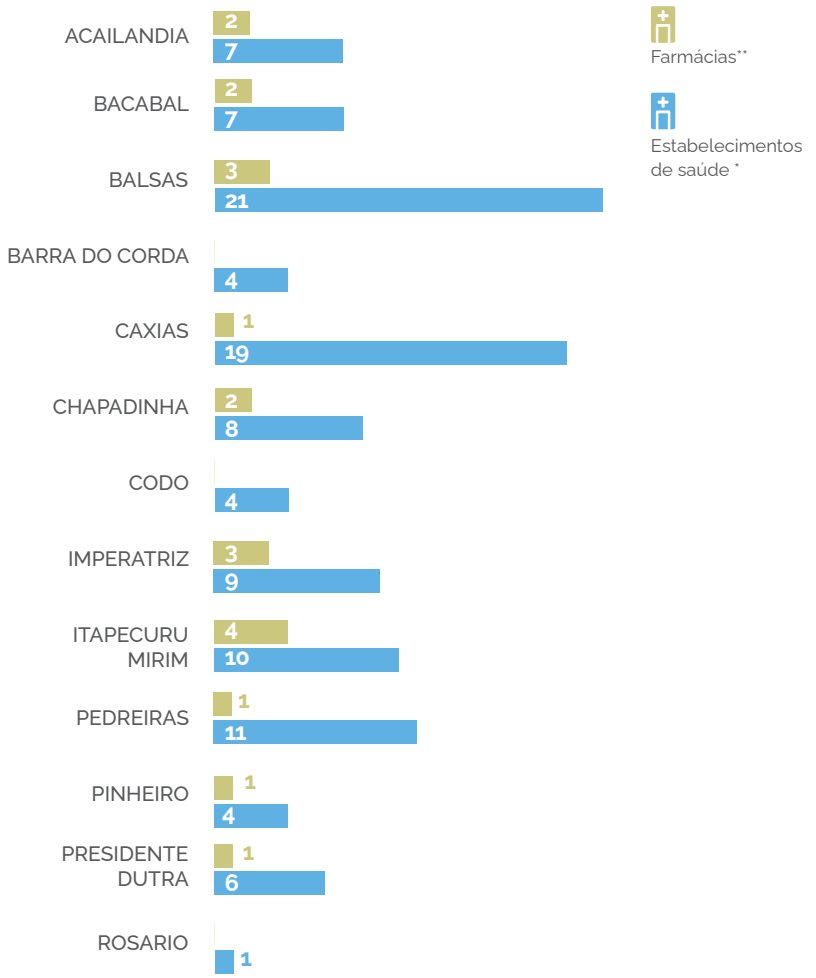


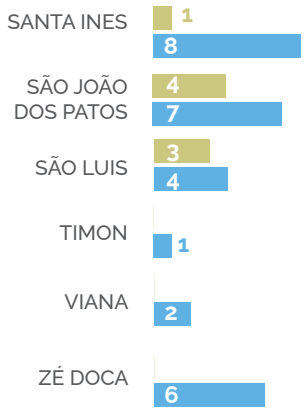


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região de Caxias apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e as regiões de Rosário e Timon, o menor. Em relação ao número de farmácias, o maior valor foi observado nas regiões de Itapecuru Mirim e São Joãos dos Patos e as regiões de Barra do Corda, Codó, Rosário, Timon, Viana e Zé Doca não possuíam nenhuma farmácia no cadastro nacional (Figura 107).

FIGURA 107.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios do Maranhão participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





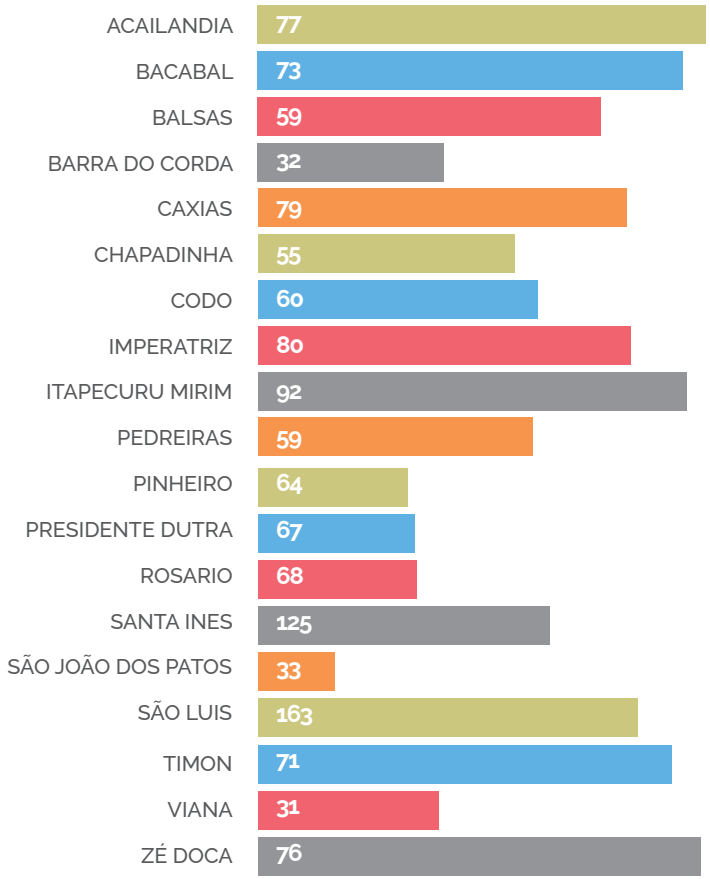
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 1.364 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é a de São Luís e o menor número foi observado na região de Viana (Figura 108).

FIGURA 108.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios do Maranhão participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

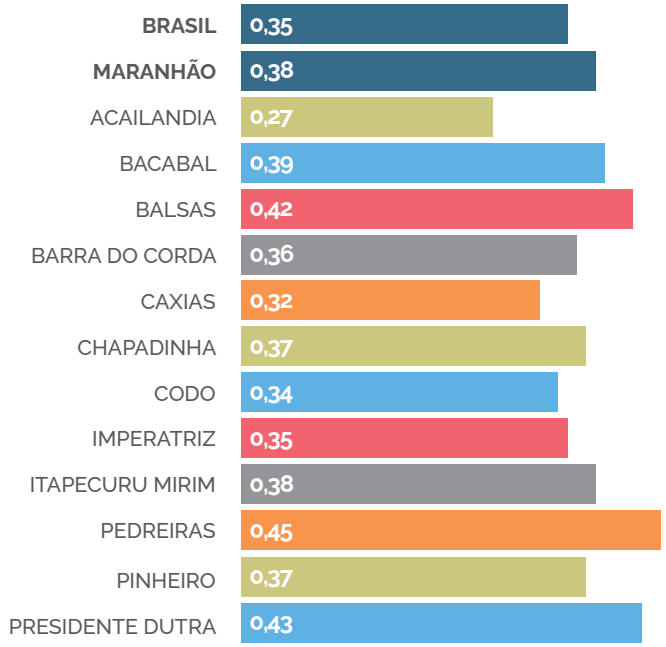


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Em contrapartida, quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na região de Pedreiras e a região de São Luís apresentou a menor média de ESF por mil habitantes entre as regiões maranhenses. A média estadual foi superior à Nacional (Figura 109). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

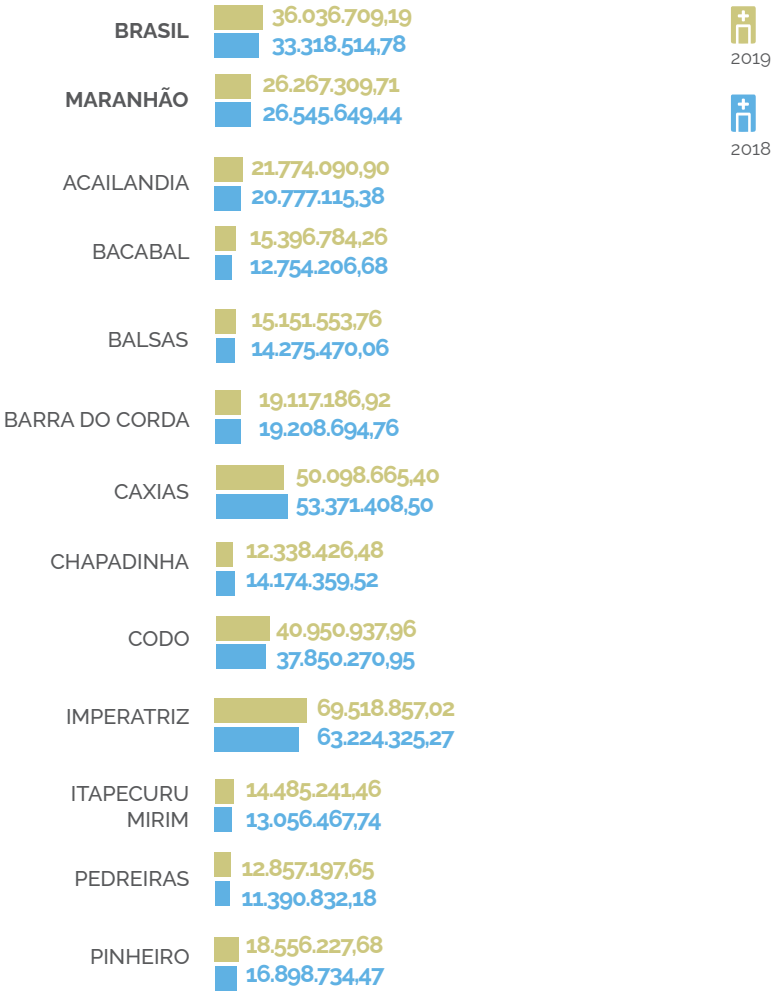
FIGURA 109.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e maranhenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região de São Luís, tanto em 2018 quanto em 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios da região de São João dos Patos, em ambos os anos. No geral, a média da despesa total em saúde nas regiões maranhenses oscilou no período, sendo o maior crescimento observado na região de Imperatriz e o maior decréscimo em São Luís. No estado houve queda ne média da despesa total em saúde em 2019 quando comparada a 2018 (Figura 110).

FIGURA 110.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e maranhenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

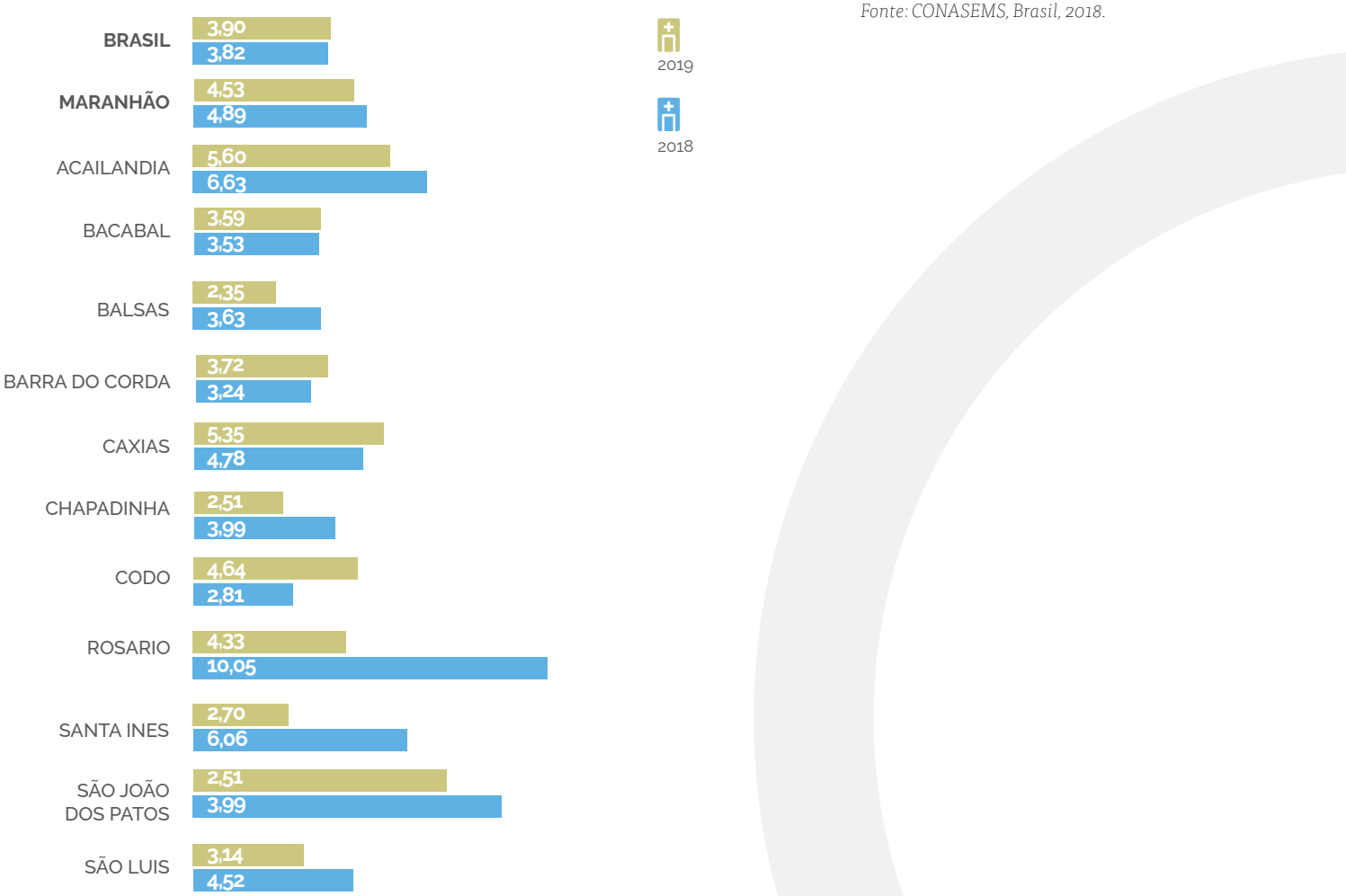


*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias também foram observadas na região de Rosário em 2018 e em Viana em 2019, ambas acima da média nacional. Com exceção das regiões de Bacabal, Caxias e Codó, os percentuais das despesas com medicamentos nas regiões de saúde maranhenses diminuíram no período. As maiores quedas foram observadas nas regiões de Rosário e Santa Inês. Apesar da queda, o percentual médio da despesa com medicamentos na despesa total em saúde do Maranhão foi superior à média nacional em ambos os anos (Figura 111).

Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 111.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e maranhenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



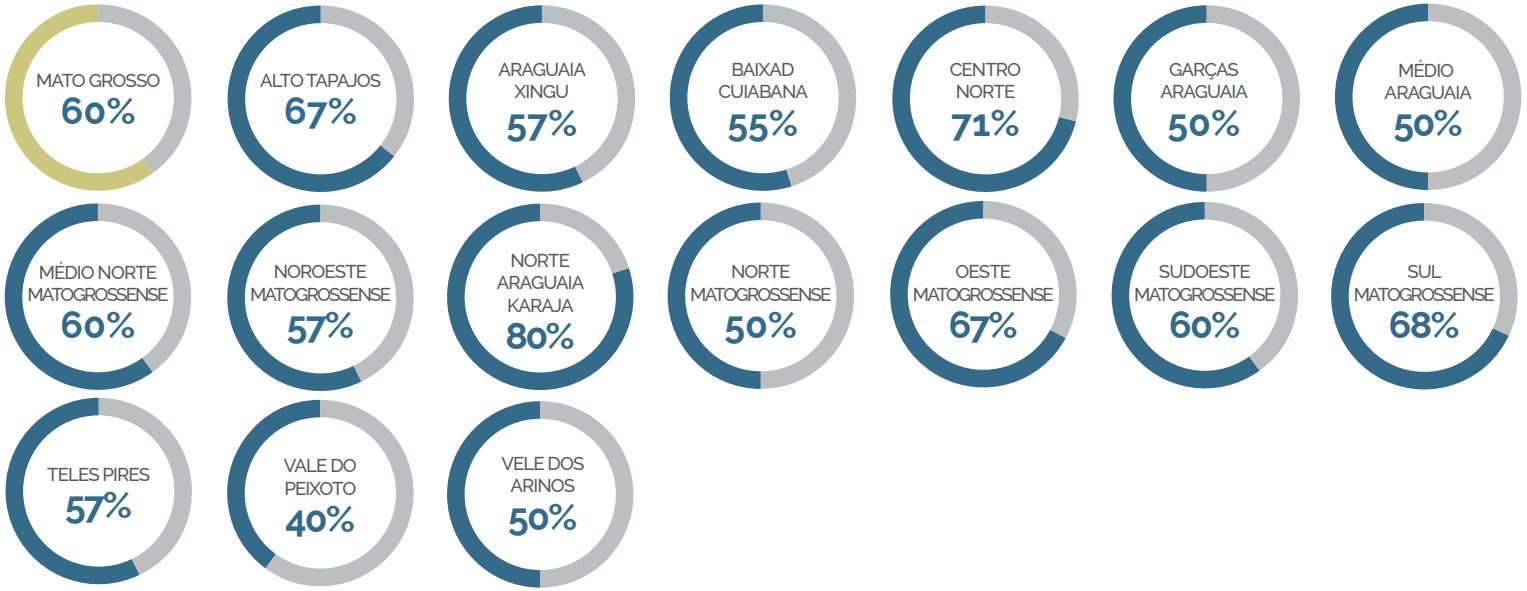
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

MATO GROSSO

Dos 141 municípios de mato-grossenses, 84 (60%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 1.956.502 habitantes, o que representa 57% da população desse estado em 2018.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 112.

FIGURA 112.
Percentual de municípios do Mato Grosso que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



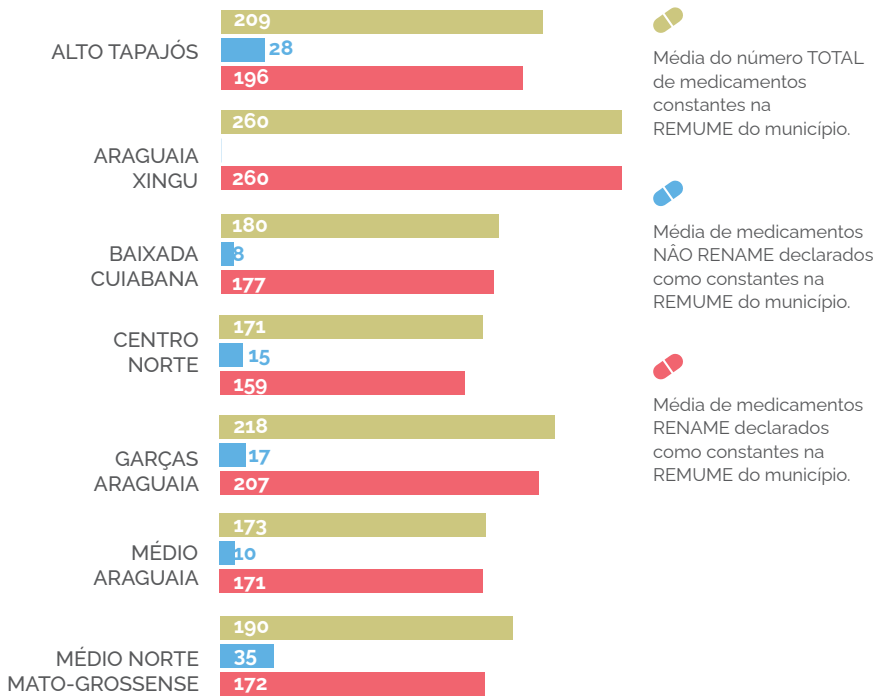
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

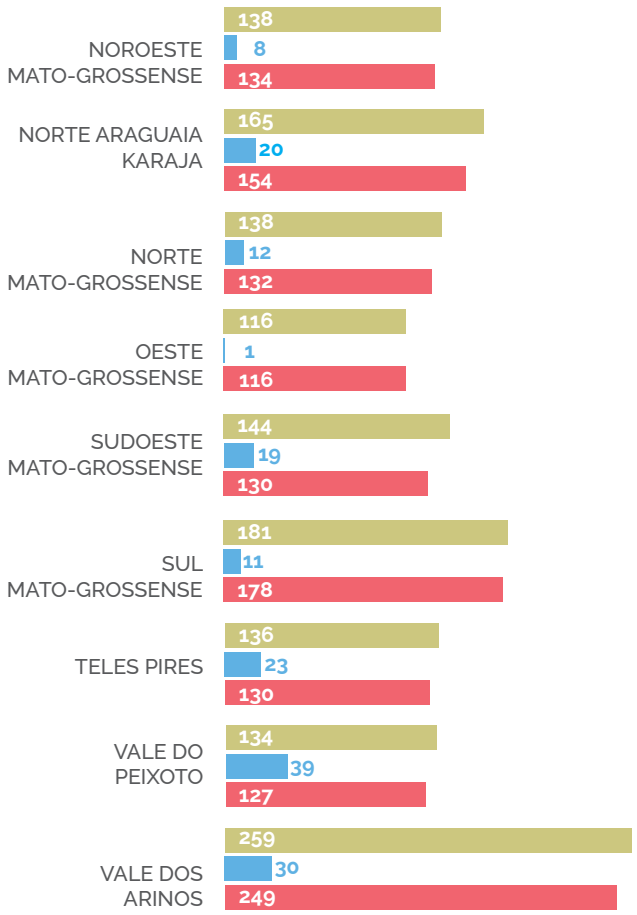
A região de saúde de Norte Araguaia Karajá apresentou maior participação, onde 80% dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na região Vale do Peixoto, onde apenas 40% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 118 na região do Noroeste Mato-grossense a 260 na região do Araguaia Xingu, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Em contrapartida, especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME***, as regiões do Médio Norte Mato-grossense e Vale dos Arinos apresentou a maior média, de 35 medicamentos. Os municípios da região do Araguaia Xingu não relataram a presença de nenhum medicamento NÃO RENAME em suas listas, o que significa que nos municípios dessa região são padronizados apenas medicamentos que integram a RENAME (Figura 113).

FIGURA 113.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA:*Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em município(s) da Sudoeste Mato-grossense, com 42 medicamentos, o máximo de 314 medicamentos foi observado na região Araguaia Xingu. Quanto aos itens NÃO RENAME o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por município(s) das regiões Médio Norte Mato-grossense, Sul Mato-grossense e Vale dos Arinos. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O(s) município(s) com menor número de medicamentos nessa categoria pertence(m) à região Centro Norte, com apenas 1 medicamento. Os municípios da região Araguaia Xingu não possuem medicamentos NÃO RENAME em suas listas.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes deste estado foram de 173, 13 e 182, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 12). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 12.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Mato Grosso participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ALTO TAPAJOS	196	192	178	221	28	28	15	40	209	199	179	261

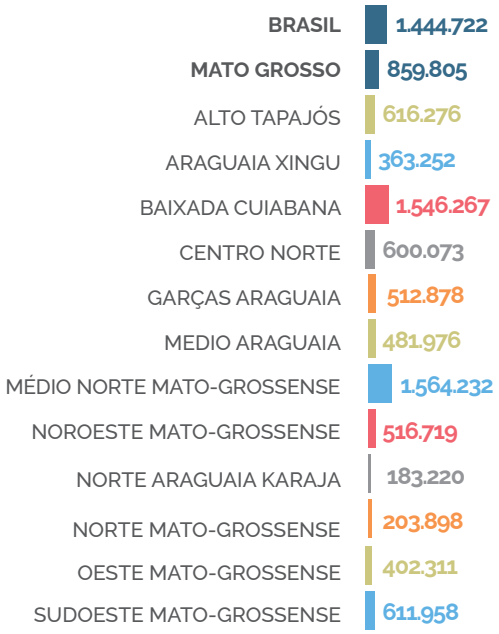
ARAGUAIA XINGU	260	276	175	314	---	---	---	---	260	276	175	314
BAIXADA CUIABANA	177	153	96	274	8	8	6	10	180	153	102	274
CENTRO NORTE	159	139	119	209	15	17	1	24	171	152	139	211
GARCAS ARAGUAIA	207	188	144	280	17	11	10	30	218	197	144	290
MEDIO ARAGUAIA	171	162	153	207	10	10	10	10	173	167	153	207
MEDIO NORTE MATO-GROSSENSE	172	163	140	222	35	46	10	50	190	180	141	268
NOROESTE MATO-GROSSENSE	134	130	121	157	8	8	2	14	138	138	121	157
NORTE ARAGUAIA KARAJA	196	191	180	220	21	21	10	32	206	207	180	230
NORTE MATO-GROSSENSE	195	190	171	223	15	15	10	20	205	191	190	233
OESTE MATO-GROSSENSE	151	133	90	228	19	16	10	30	158	146	90	247
SUDOESTE MATO-GROSSENSE	149	160	42	214	18	15	6	34	161	185	42	220
SUL MATO-GROSSENSE	171	160	105	234	17	10	2	50	183	183	107	243
TELES PIRES	166	172	135	204	12	10	3	21	176	176	148	207
VALE DO PEIXOTO	171	171	162	179	16	16	13	18	186	186	180	192
VALE DOS ARINOS	123	123	87	158	35	35	20	50	158	158	107	208
MATO GROSSO (TOTAL)	**174**	**173**	**42**	**314**	**18**	**13**	**1**	**50**	**184**	**182**	**42**	**314**

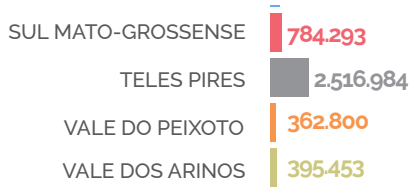
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Mato Grosso apresentou IDHM de 0,774 em 2017 acima da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,703, abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB (Produto Interno Bruto) em 2017 dos municípios da região de Teles Pires foi a maior entre as regiões mato-grossenses e superior à média nacional. A menor média do PIB nesse ano foi observada na região Norte Araguaia Karajá, com valor muito inferior à média nacional nesse mesmo ano (Figura 114).

FIGURA 114.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

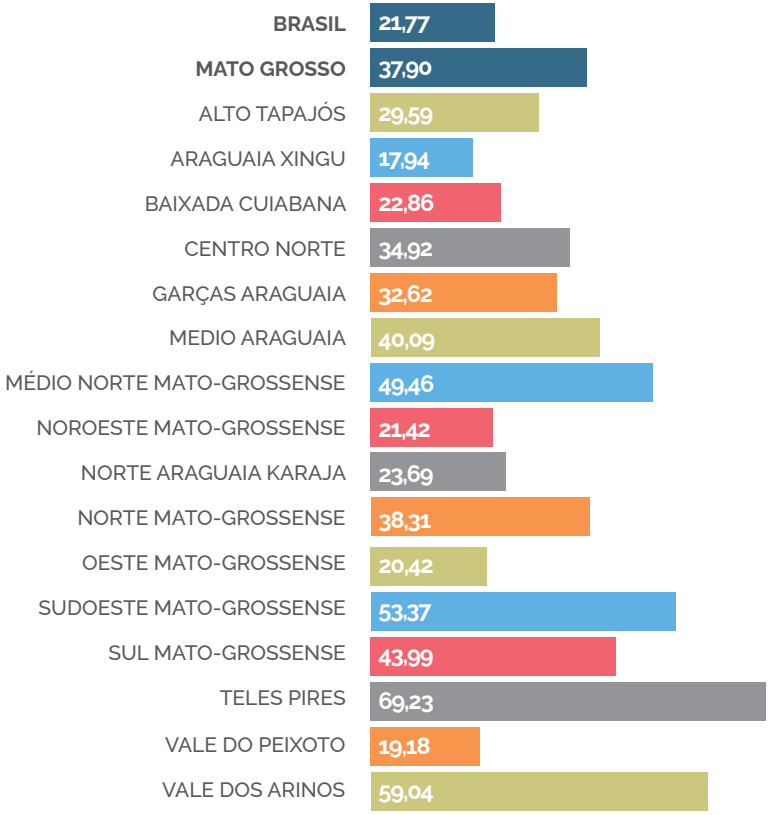




Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região de Teles Pires apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo quase quatro vezes a média do PIB *per capita* da região Araguaia Xingu, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 115).

FIGURA 115
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



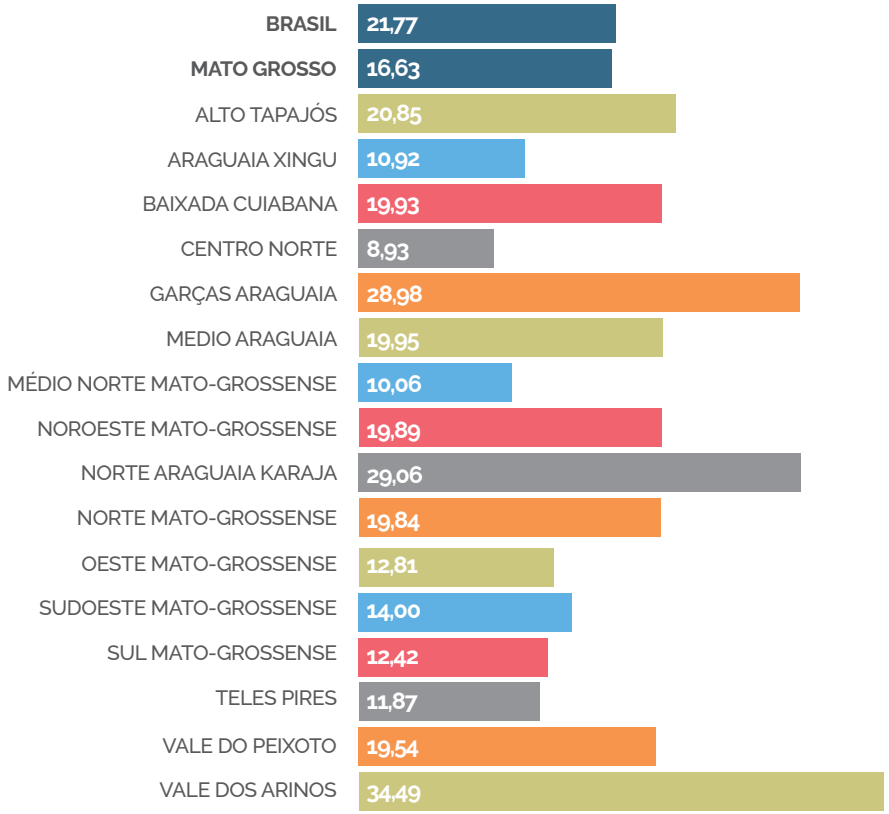
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

A média do PIB do Mato Grosso foi inferior à média nacional. Entretanto, a média do PIB *per capita* deste estado ficou acima da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Mato Grosso em 2016 foi de 74,2 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios mato-grossenses em 2017 foi ligeiramente inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região Centro Norte e o maior na região do Vale dos Arinos (Figura 116). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 116.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



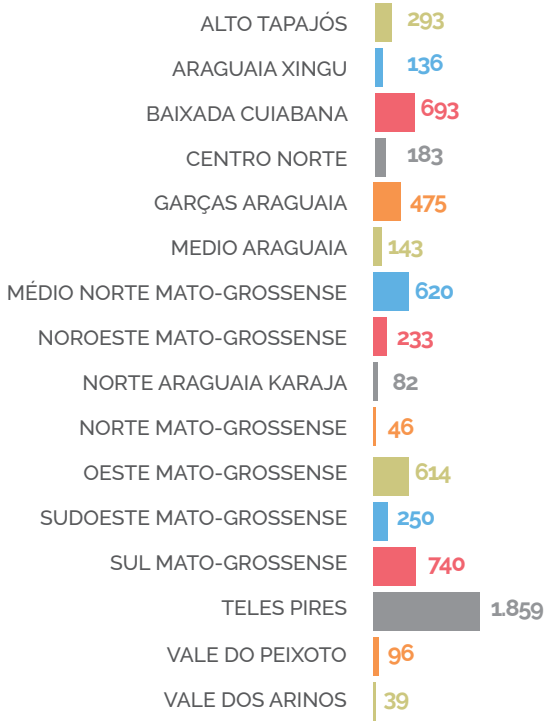
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Mato Grosso possui 6.502 profissionais de nível superior em saúde,

considerando o conjunto de municípios participantes. Quase um terço desses profissionais atua na região de Teles Pires e a região do Vale dos Arinos apresentou o menor número de profissionais de nível superior em saúde (Figura 117).

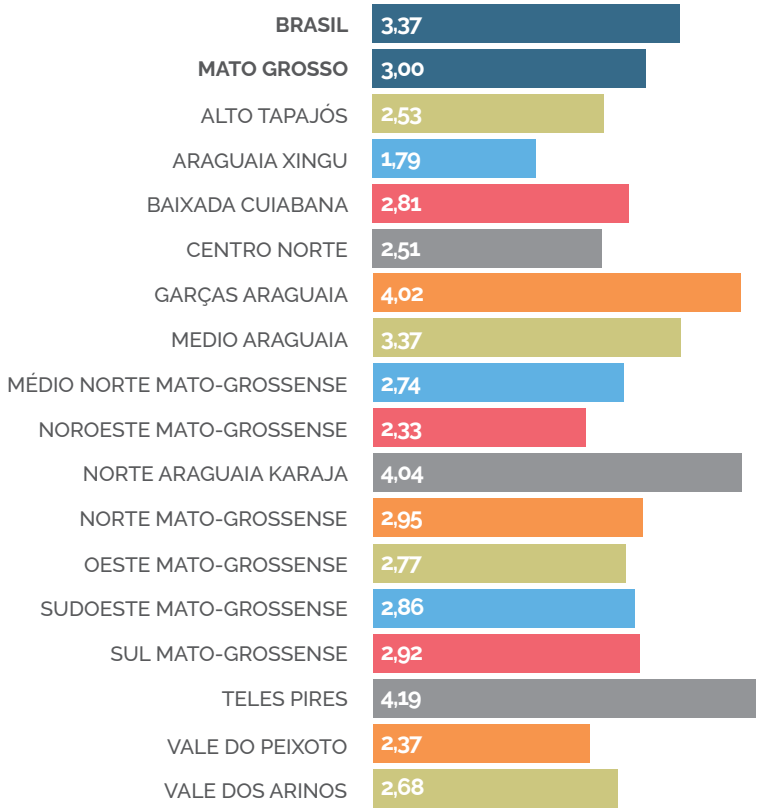
FIGURA 117.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios do Mato Grosso participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor também é observado na região de Teles Pires e o menor valor na região Araguaia Xingu, com valores muito abaixo da média nacional, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 118).

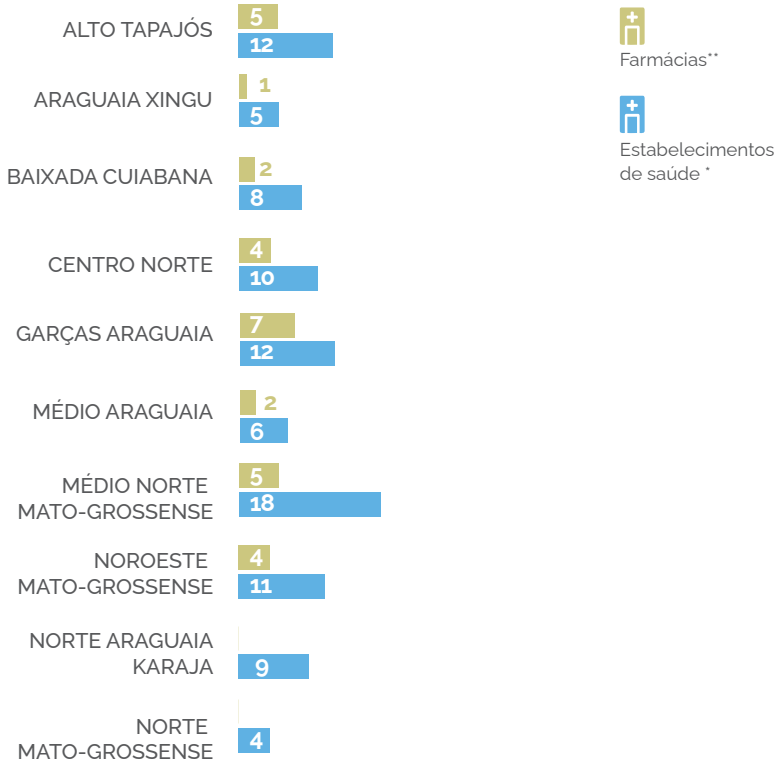
FIGURA 118.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no cnes em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região de Teles Pires apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e a região do Vale do Peixoto, o menor. Em relação ao número de farmácias, o maior valor também foi observado em Teles Pires e as regiões Norte Araguaia e Karajá, Norte Mato-grossense e Vale do Peixoto não possuíam nenhuma farmácia no cadastro nacional (Figura 119).

FIGURA 119.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios do Mato Grosso participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



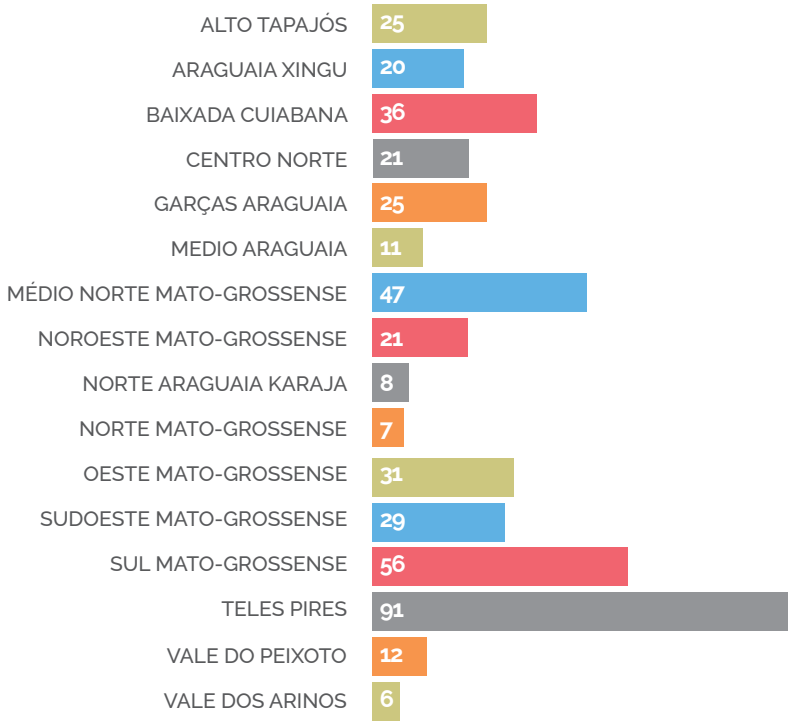
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/ unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/ essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 446 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é a de Teles Pires e o menor número foi observado na região do Vale dos Arinos (Figura 120).

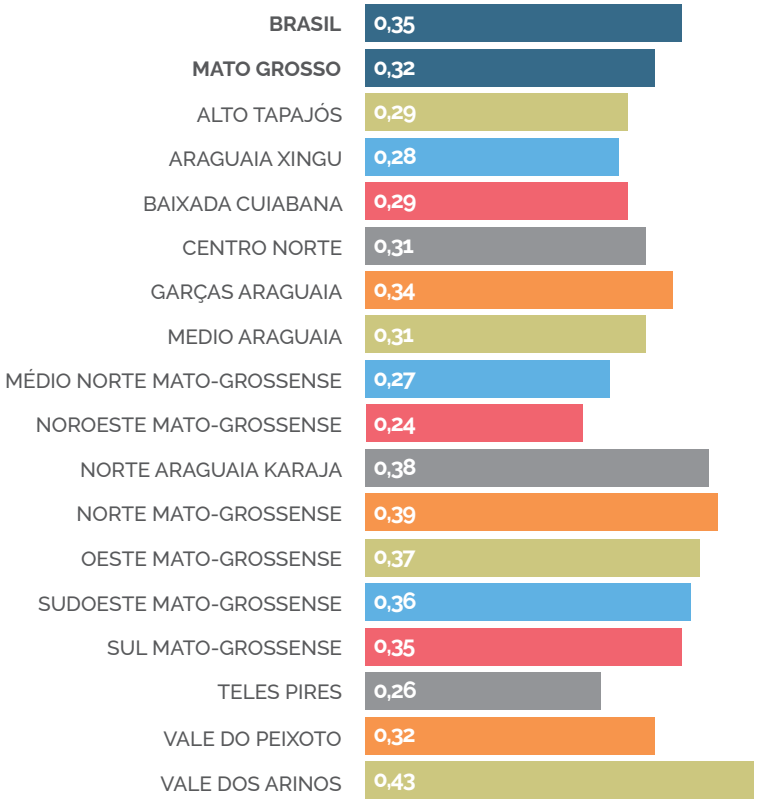
FIGURA 120.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios do Mato Grosso participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Em contrapartida, quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na região do Vale dos Arinos e a região Noroeste Mato-grossense apresentou a menor média de ESF por mil habitantes entre as regiões do estado. A média estadual foi inferior a Nacional (Figura 121). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

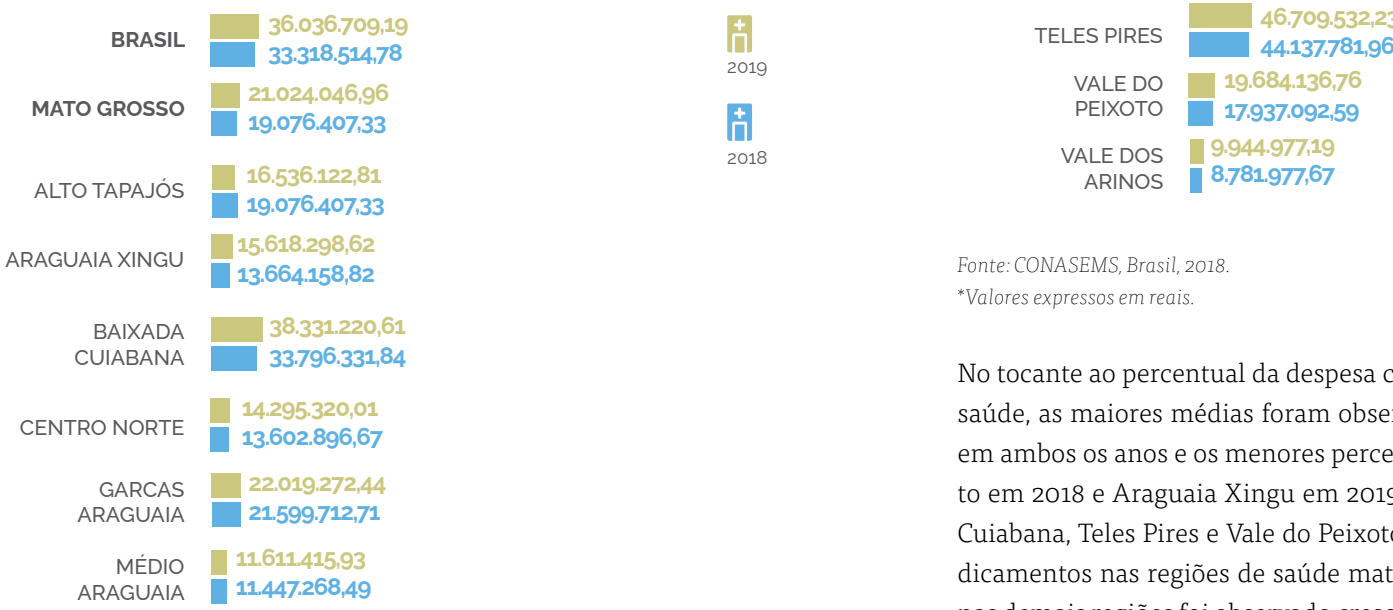
FIGURA 121.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região de Teles Pires, tanto em 2018 quanto em 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios da região Norte Araguaia Karajá em 2018 e no Norte Mato-grossense em 2019. A média da despesa total em saúde em todas as regiões mato-grossenses aumentou no período, sendo o maior crescimento observado na região Baixada Cuiabana. A média da despesa total em saúde no estado foi inferior à média nacional em ambos os anos (Figura 122).

FIGURA 122.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



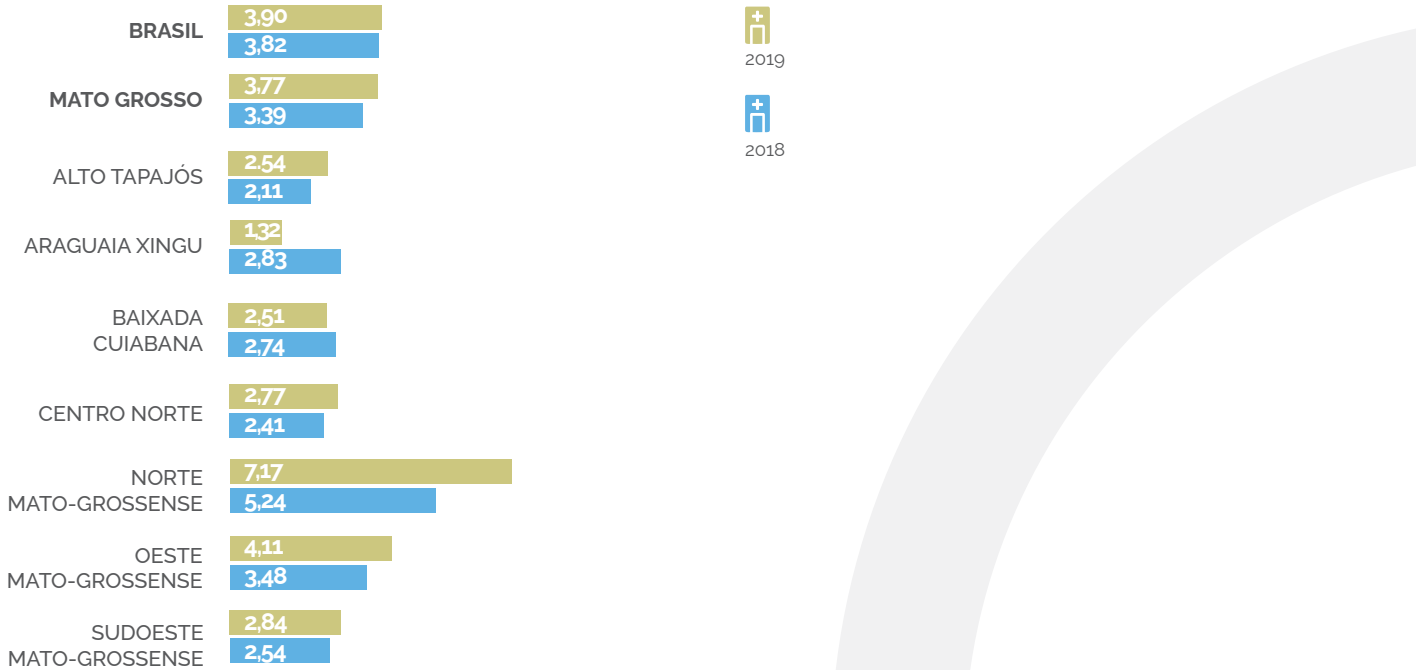
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região Norte Mato-grossense em ambos os anos e os menores percentuais médios foram em Vale do Peixoto em 2018 e Araguaia Xingu em 2019. Nas regiões Araguaia Xingu, Baixada Cuiabana, Teles Pires e Vale do Peixoto os percentuais das despesas com medicamentos nas regiões de saúde mato-grossenses diminuíram no período e nas demais regiões foi observado crescimento A maior queda foi observada na

região Araguaia Xingu e o maior crescimento na região Norte Mato-grossense. O percentual médio da despesa com medicamentos na despesa total em saúde do estado foi inferior à média nacional em ambos os anos (Figura 123).

Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 123.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



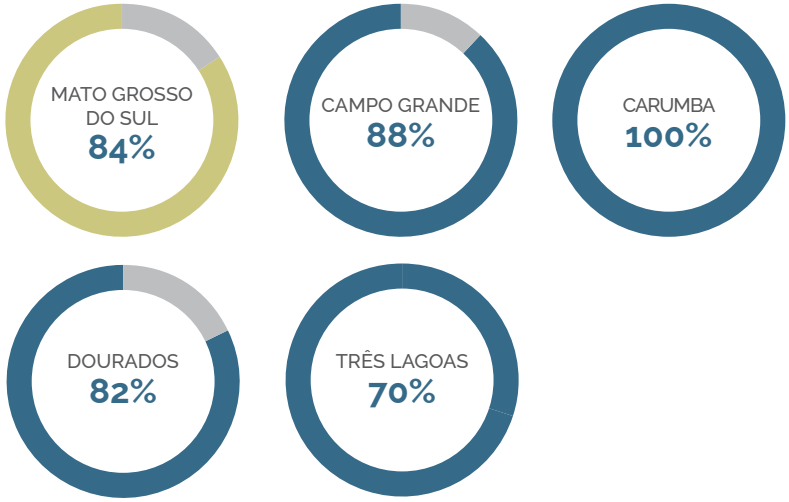
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

MATO GROSSO DO SUL

Dos 79 municípios do Mato Grosso do Sul, 66 (84%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 2.559.398 habitantes, o que representa 93% da população deste estado em 2018.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 124.

FIGURA 124.
Percentual de municípios do Mato Grosso do Sul que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



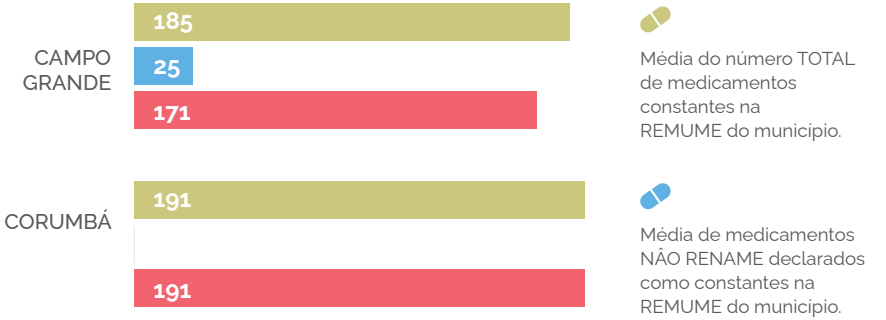
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

A região de saúde de Corumbá apresentou maior participação, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na região de Três Lagoas, onde 70% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 185 na região de Campo Grande a 197 na região de Dourados.

Em contrapartida, especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME***, a região de Três Lagoas apresentou a maior média, de 32 medicamentos. Os municípios da região de Corumbá não relataram a presença de nenhum medicamento NÃO RENAME em suas listas, o que significa que nos municípios dessa região são padronizados apenas medicamentos que integram a RENAME (Figura 125).

FIGURA 125.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios sul-mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em município(s) da região de Campo Grande, com 74 medicamentos, o máximo de 384 medicamentos também foi observado nessa região. Quanto aos itens NÃO RENAME o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por município(s) das regiões de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. Os municípios da região de Corumbá não possuem medicamentos NÃO RENAME em suas listas.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 166, 20 e 183, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa

quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 13). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 13.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Mato Grosso do Sul participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

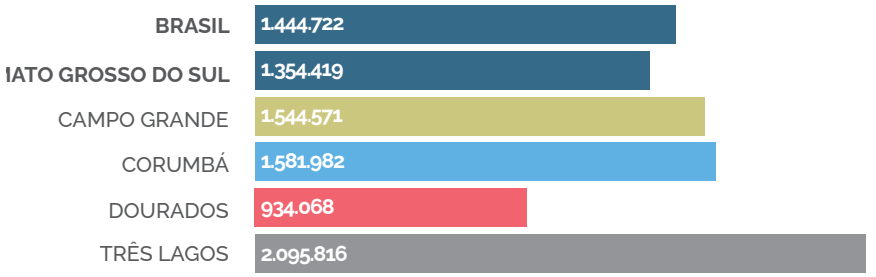
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
CAMPO GRANDE	171	168	74	348	25	23	2	50	185	176	74	384
CORUMBA	191	191	182	199	---	---	---	---	191	191	182	199
DOURADOS	179	163	63	364	22	18	5	50	197	187	85	368
TRES LAGOAS	170	162	126	226	32	50	3	50	193	165	126	276
MATO GROSSO DO SUL (TOTAL)	**175**	**166**	**63**	**364**	**24**	**20**	**2**	**50**	**191**	**183**	**74**	**384**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Mato Grosso do Sul apresentou IDHM de 0,766 em 2017 acima da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado neste mesmo ano foi de 0,679, abaixo da média brasileira (0,781) e o menor valor entre os 26 estados (Anexo VII).

A média do PIB (Produto Interno Bruto) em 2017 dos municípios da região de Teles Lagoas foi a maior entre as regiões sul-mato-grossenses e superior à média nacional. A menor média do PIB nesse ano foi observada na região de Dourados, única região do estado abaixo da média nacional nesse mesmo ano (Figura 126).

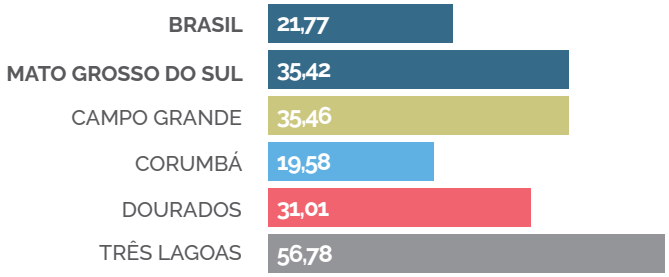
FIGURA 126.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e sul-mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região de Três Lagoas apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo quase três vezes a média do PIB *per capita* da região de Corumbá, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 127).

FIGURA 127.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e sul-mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



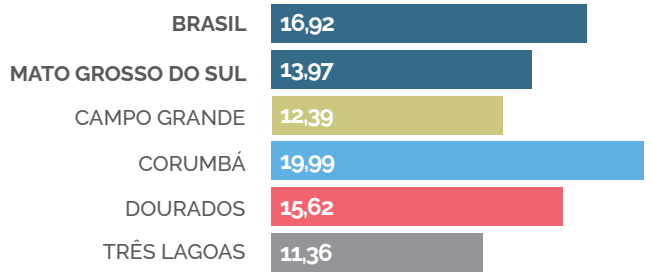
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

A média do PIB do Mato Grosso do Sul foi inferior à média nacional. Entretanto, a média do PIB *per capita* deste estado ficou acima da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Mato Grosso do Sul em 2016 foi de 75,5 anos, ligeiramente acima da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios maranhenses em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região de Três Lagoas e o maior na região de Corumbá (Figura 128). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

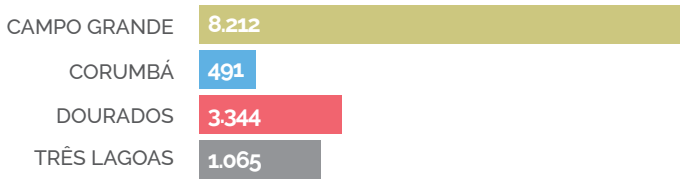
FIGURA 128.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e sul-mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Mato Grosso do Sul possui 13.112 profissionais de nível superior em saúde, considerando o conjunto de municípios participantes. A maioria desses profissionais atua na região de Campo Grande e a região de Corumbá apresentou o menor número de profissionais de nível superior em saúde (Figura 129).

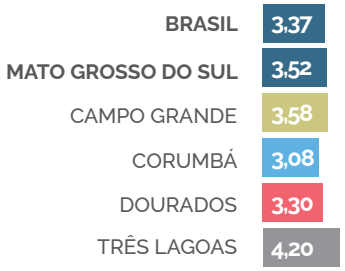
FIGURA 129.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios do Mato Grosso do Sul participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na região de Três Lagoas e o menor valor também pertence à região de Corumbá, abaixo da média nacional juntamente com a região de Dourados, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 130).

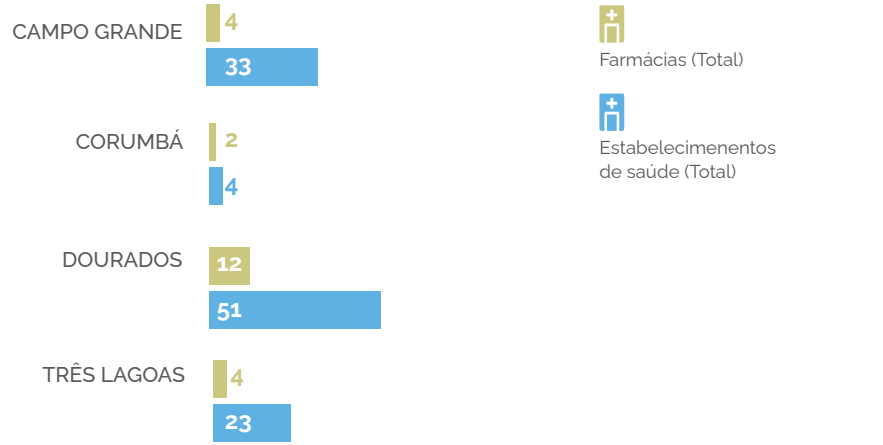
FIGURA 130.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e sul-mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região de Dourados apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e a região de Corumbá, o menor. Em relação ao número de farmácias, o mesmo foi observado nessas regiões (Figura 131).

FIGURA 131.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios do Mato Grosso do Sul participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



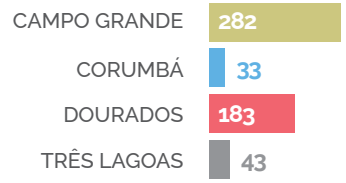
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 541 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é a de Campo Grande e o menor número foi observado na região de Corumbá (Figura 132).

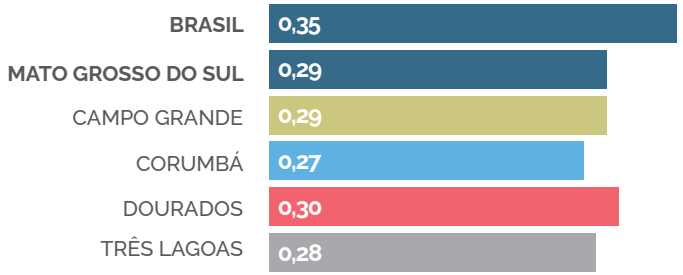
FIGURA 132.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios do Mato Grosso do Sul participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na região Dourados e a região de Corumbá apresentou a menor média de ESF por mil habitantes entre as regiões do estado. A média de todas as regiões de saúde sul-mato-grossenses foi inferior à Nacional (Figura 133). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

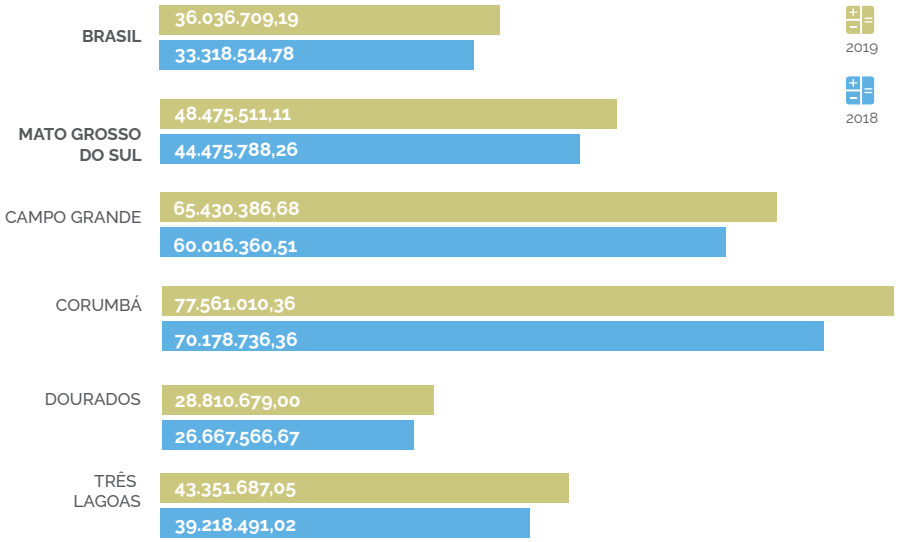
FIGURA 133.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e sul-mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região de Corumbá, tanto em 2018 quanto em 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios da região de Dourados em ambos os anos. A média da despesa total em saúde em todas as regiões sul-mato-grossenses aumentou no período, sendo o maior crescimento observado na região de Corumbá. A média da despesa total em saúde no estado foi superior à média nacional nos dois anos observados (Figura 134).

FIGURA 134.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e sul-mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

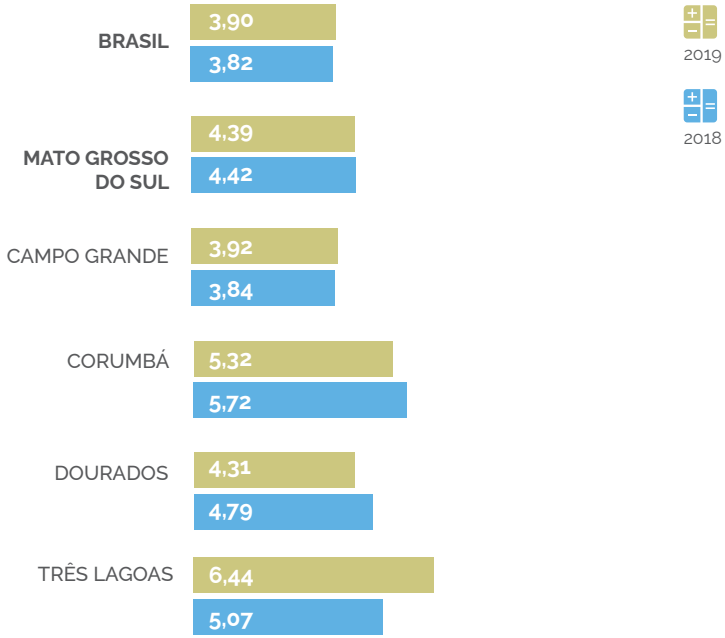


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região de Corumbá em 2018 e em Três Lagoas em 2019. Os menores percentuais médios foram na região de Campo Grande em ambos os anos. Nas regiões de Corumbá e Dourados os percentuais das despesas com medicamentos nas regiões de saúde sul-mato-grossenses diminuíram no período e nas regiões de Campo Grande e Três Lagoas foi observado crescimento. O percentual médio da despesa com medicamentos na despesa total em saúde do estado foi superior à média nacional no período (Figura 135).

Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 135.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e sul-mato-grossenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



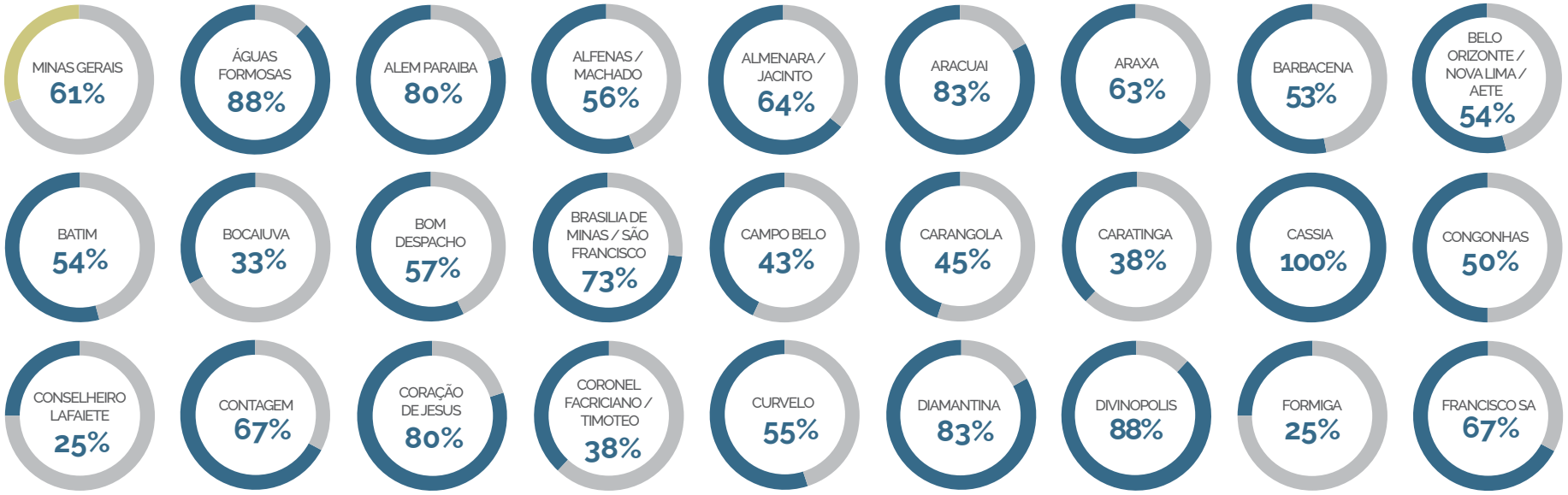
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

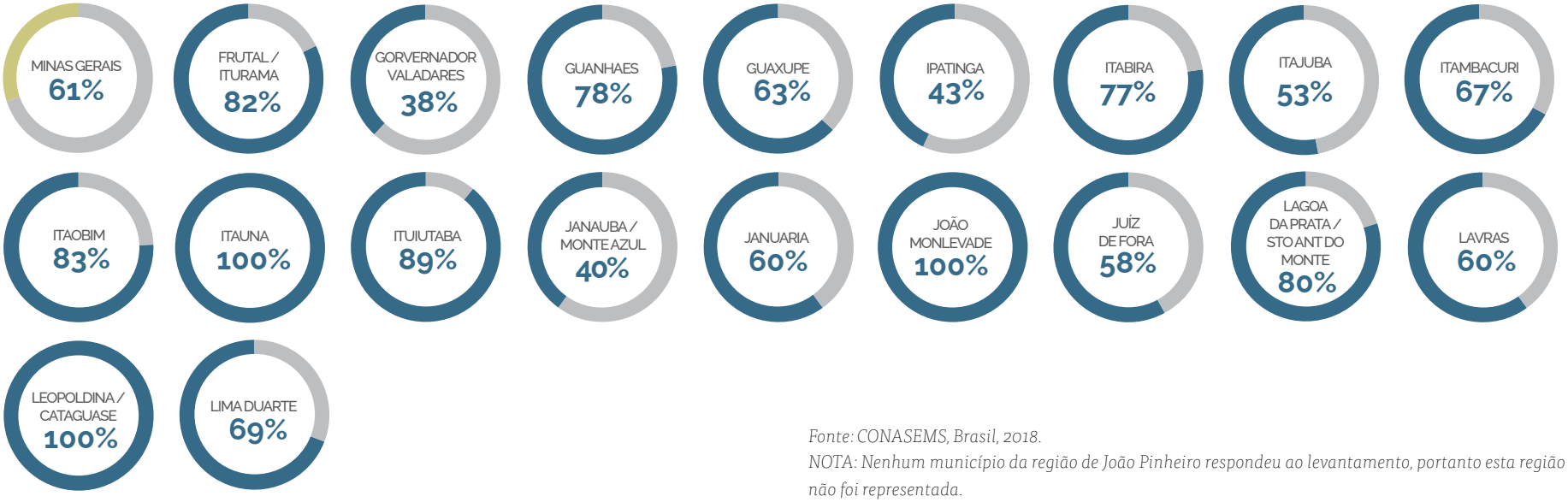
MINAS GERAIS

Dos 853 municípios de Minas Gerais, 523 (61%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 14.569.019 habitantes, o que representa 69 % da população deste estado em 2018.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 136.

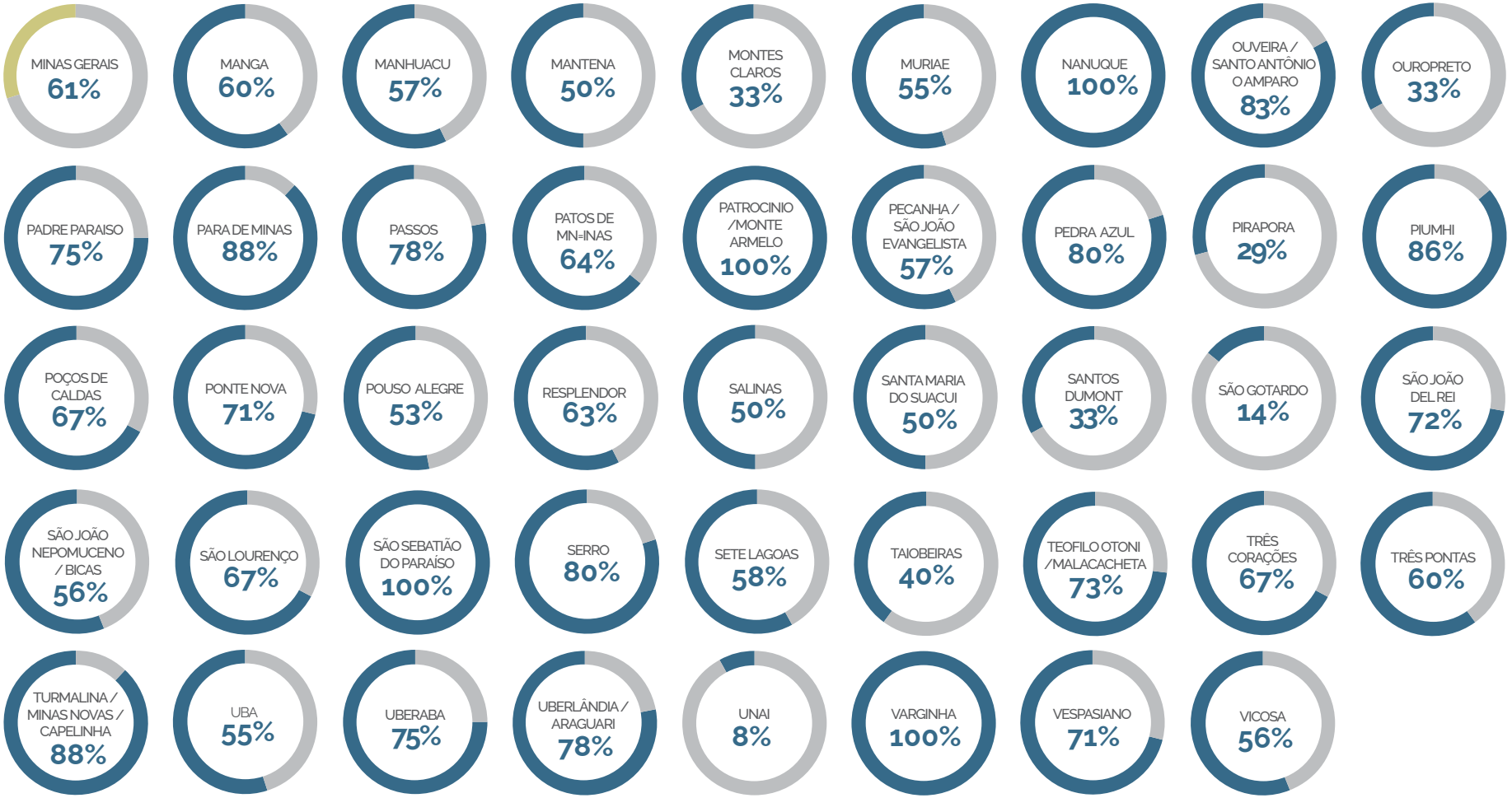
FIGURA 136.A.
Percentual de municípios de Minas Gerais que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



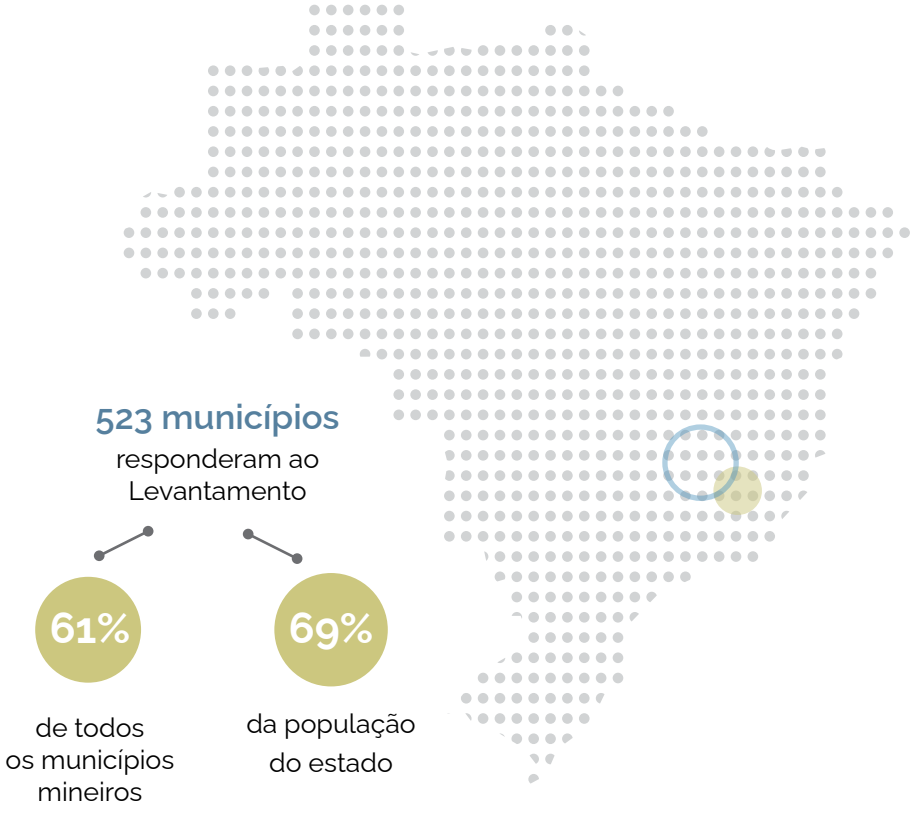


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
NOTA: Nenhum município da região de João Pinheiro respondeu ao levantamento, portanto esta região não foi representada.

FIGURA 136.B.
Percentual de municípios de Minas Gerais que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

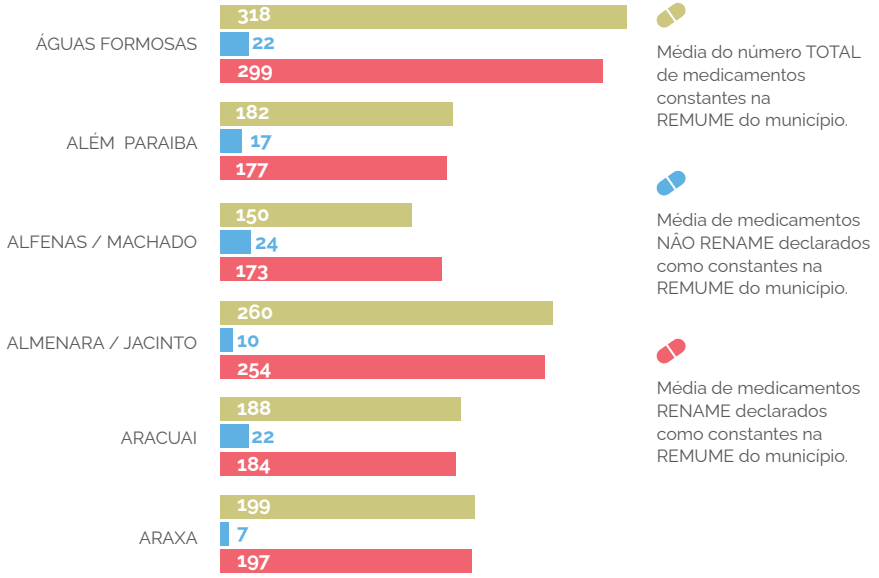


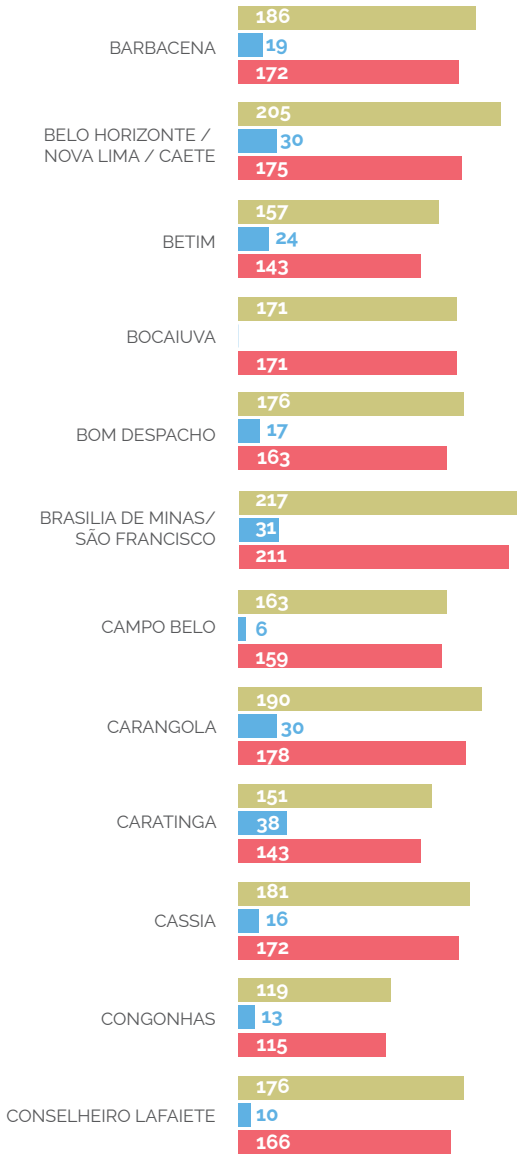
As regiões de saúde de Cássia, Itaúna, João Monlevade, Leopoldina/Cataguases, Nanuque, Patrocínio/Monte Carmelo, São Sebastião do Paraíso e Varginha apresentaram maior participação, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada nas regiões de Unaí e São Gotardo, onde apenas 8 e 14% dos municípios participaram, respectivamente. Ambas as regiões foram as únicas do estado com participação abaixo de 25%. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

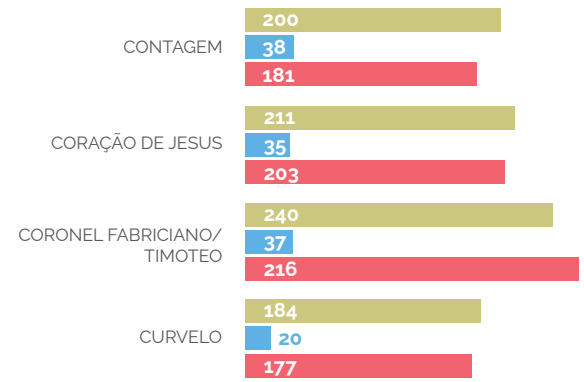
A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 79 na região de Unaí a 299 na região de Águas Formosas.

Em contrapartida, especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME***, as regiões de Guaxupé, Ouro Preto e Três Corações apresentaram a maior média, de 50 medicamentos. Os municípios das regiões de Bocaiúva, Itambacuri, Manga, Taiobeiras e Unaí não relataram a presença de nenhum medicamento NÃO RENAME em suas listas, o que significa que nos municípios dessa região são padronizados apenas medicamentos que integram a RENAME (Figura 137).

FIGURA 137A:
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde







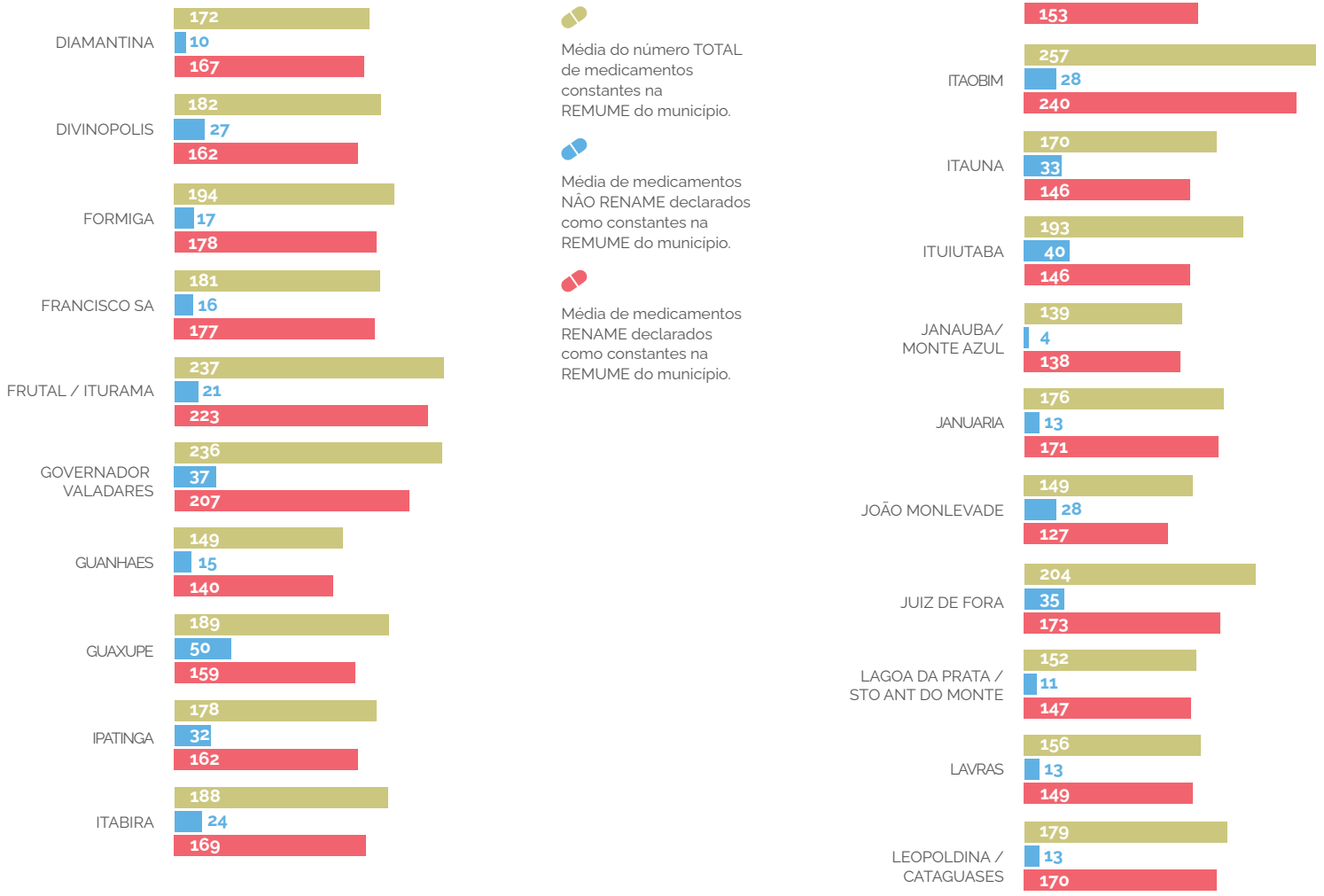
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

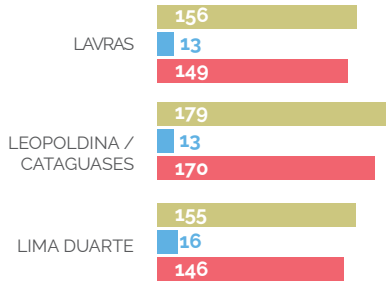
*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que* ***não*** *estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

FIGURA 137B:
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE medicamentos que compõem a REMUME dos municípios mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





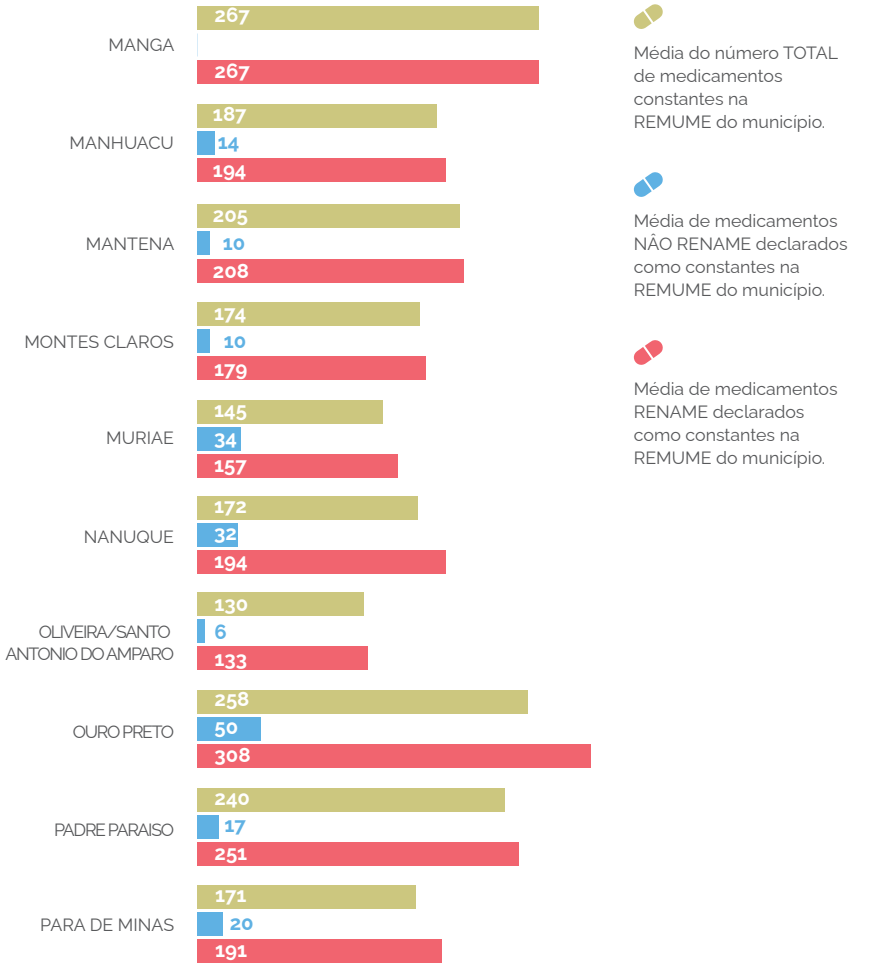
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

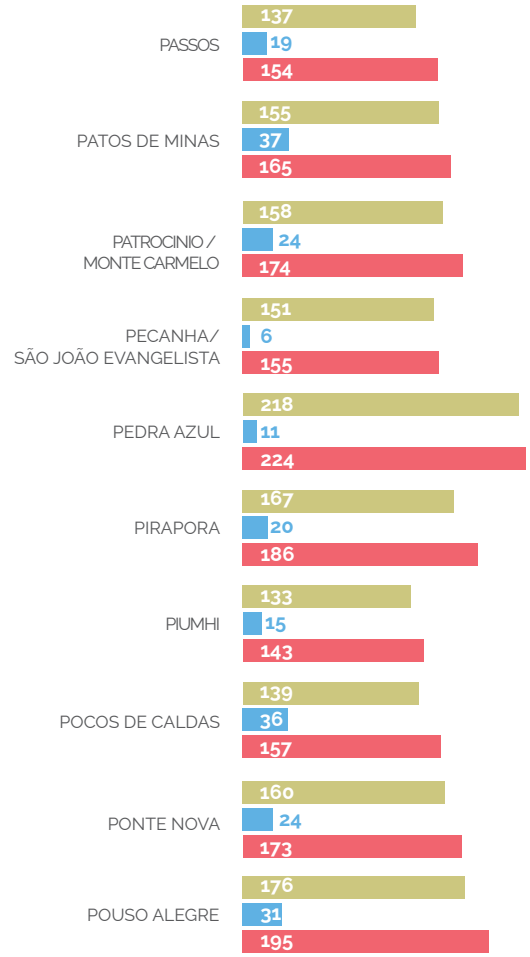
*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que* ***não*** *estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

FIGURA 137C:
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





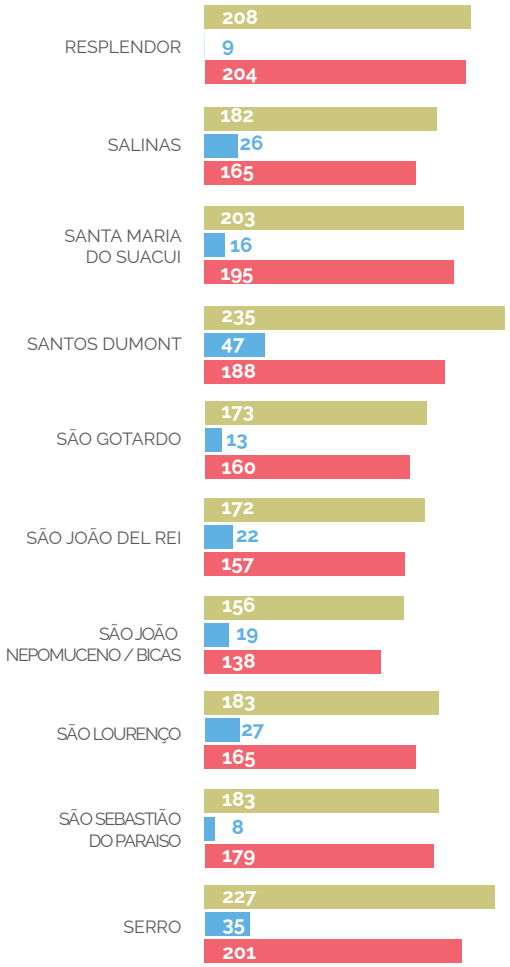
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

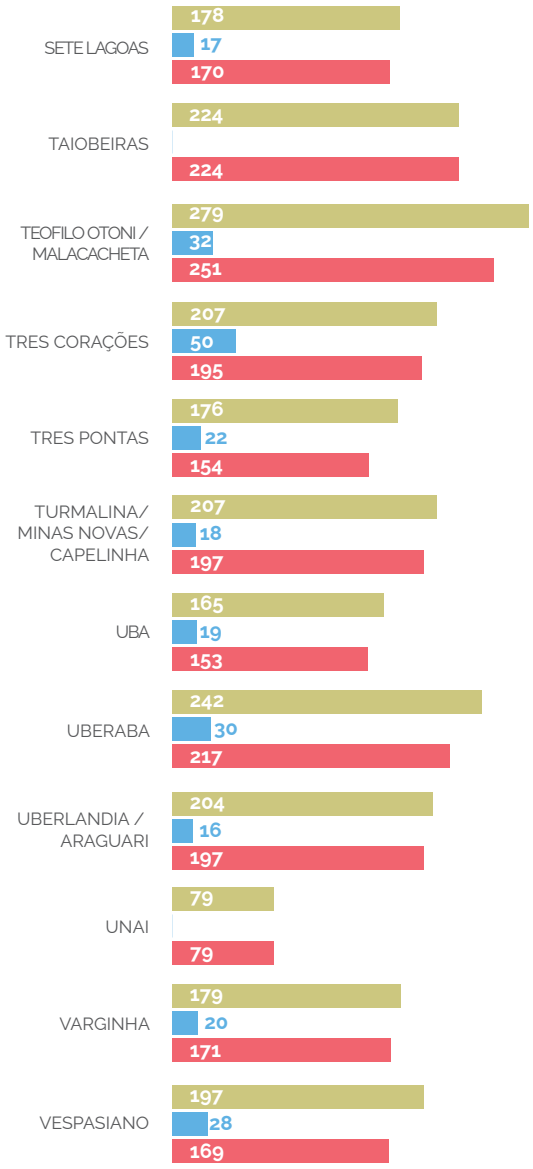
FIGURA 137D:
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Média do número TOTAL de medicamentos constantes na REMUME do município.

Média de medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município.

Média de medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município.



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em município(s) das regiões de Betim (21 medicamentos) e Viçosa (27 medicamentos). O máximo de 364 medicamentos foi observado nas regiões de Águas Formosas, Brasília de Minas/são Francisco, Coronel Fabriciano/Timóteo, Frutal/Iturama, Padre Paraíso e Sete Lagoas. Quanto aos itens NÃO RENAME o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por município(s) de 28 das 88 regiões de saúde mineiras participantes. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. Foram observados valores mínimos de 1 a 5 medicamentos NÃO RENAME em 32 das 88 regiões de saúde participantes, e os municípios das regiões de Bocaiúva, Itambacuri, Manga, Taiobeiras e Unaí não possuem medicamentos NÃO RENAME em suas listas.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 164, 20 e 176, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 14). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 14.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios de Minas Gerais participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
AGUAS FORMOSAS	299	299	232	364	22	19	4	48	318	299	243	406
ALEM PARAIBA	177	143	104	319	17	17	17	17	182	152	104	319
ALFENAS / MACHADO	137	144	51	179	24	20	18	37	150	155	51	198
ALMENARA/ JACINTO	254	287	130	357	10	10	8	13	260	287	130	367
ARACUAI	184	169	131	252	22	22	22	22	188	169	131	274
ARAXA	197	167	139	361	7	7	7	7	199	167	146	361
BARBACENA	172	160	126	239	19	17	6	50	186	191	144	245
BELO-HORIZONTE/ NOVA LIMA/ CAETE	175	162	109	242	30	28	5	50	205	212	137	261
BETIM	143	163	21	169	24	22	2	50	157	168	21	206
BOCAIUVA	171	171	159	182	---	---	---	---	171	171	159	182
BOM DESPACHO	163	143	103	263	17	5	4	41	176	166	108	263
BRASILIA DE MINAS/SAO FRANCISCO	211	195	111	364	31	31	20	41	217	195	111	364
CAMPO BELO	159	148	122	206	6	6	1	11	163	148	133	207
CARANGOLA	178	150	138	253	30	30	9	50	190	150	138	303
CARATINGA	143	163	49	222	38	38	38	38	151	163	49	222
CASSIA	172	150	139	215	16	20	5	24	181	166	155	215
CONGONHAS	115	116	102	126	13	13	13	13	119	116	102	139
CONSELHEIRO LAFAIETE	166	150	147	202	10	10	3	17	176	167	157	205
CONTAGEM	181	181	164	197	38	38	38	38	200	200	197	202
CORACAO DE JESUS	203	203	133	272	35	35	35	35	211	220	133	272
CORONEL FABRICIANO /TIMOTEO	216	154	130	364	37	37	24	49	240	179	178	364
CURVELO	177	173	147	217	20	20	10	30	184	178	147	217
DIAMANTINA	167	158	127	243	10	12	2	17	172	163	127	243
DIVINOPOLIS	162	165	127	195	27	36	4	50	182	199	133	206
FORMIGA	178	178	177	178	17	17	1	32	194	194	178	210
FRANCISCO SA	177	183	141	200	16	16	16	16	181	191	141	200
FRUTAL / ITURAMA	223	199	135	364	21	20	7	36	237	216	135	371
GOVERNADOR VALADARES	207	201	32	317	37	49	10	50	236	251	32	327
GUANHAES	140	141	127	166	15	17	2	26	149	142	129	185
GUAXUPE	159	164	120	199	50	50	49	50	189	169	148	249
IPATINGA	162	176	51	229	32	36	21	39	178	195	51	265
ITABIRA	169	159	128	293	24	24	3	50	188	181	140	293

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ITAJUBA	133	130	113	161	26	20	10	49	152	154	118	181
ITAMBACURI	153	169	48	227	---	---	---	---	153	169	48	227
ITAOBIM	240	227	144	333	28	27	7	50	257	234	144	378
ITAUNA	146	137	124	184	33	33	15	50	170	161	125	234
ITUIUTABA	178	171	119	230	40	40	29	50	193	198	119	230
JANAUBA/ MONTE AZUL	138	98	34	309	4	4	4	4	139	100	34	309
JANUARIA	171	174	135	205	13	13	13	13	176	174	148	205
JOAO MONLEVADE	127	128	121	134	28	29	13	42	149	156	129	164
JUIZ DE FORA	173	180	105	267	35	38	10	50	204	211	105	293
LAGOA DA PRATA/ STO ANT DO MONTE	147	148	132	159	11	11	2	20	152	149	132	178
LAVRAS	149	142	129	177	13	6	1	33	156	156	129	181
LEOPOLDINA / CATAGUASES	170	137	99	332	13	13	1	21	179	142	106	345
LIMA DUARTE	146	142	104	219	16	19	2	29	155	152	108	219
MANGA	267	224	214	363	---	---	---	---	267	224	214	363
MANHUACU	187	168	136	361	14	10	1	50	194	173	137	361
MANTENA	205	168	157	328	10	10	10	10	208	172	159	328
MONTES CLAROS	174	174	160	188	10	10	10	10	179	179	170	188
MURIAE	145	155	57	195	34	34	30	38	157	174	57	208
NANUQUE	172	184	135	198	32	32	20	44	194	218	135	228
OLIVEIRA/ SANTO ANTONIO DO AMPARO	130	133	74	176	6	1	1	15	133	133	75	181
OURO PRETO	258	258	258	258	50	50	50	50	308	308	308	308
PADRE PARAISO	240	199	156	364	17	17	10	24	251	223	166	364
PARA DE MINAS	171	170	132	231	20	11	1	50	191	187	133	281
PASSOS	137	117	93	251	19	15	6	50	154	123	97	301
PATOS DE MINAS	155	173	54	228	37	37	24	50	165	173	54	252
PATROCINIO / MONTE CARMELO	158	164	95	212	24	21	5	48	174	167	105	260
PECANHA/ SAO JOAO EVANGELISTA	151	173	63	194	6	7	1	10	155	179	63	201
PEDRA AZUL	218	188	138	360	11	11	1	21	224	188	139	381
PIRAPORA	167	167	165	168	20	20	6	33	186	186	174	198
PIUMHI	133	135	60	211	15	8	4	39	143	143	60	215
POCOS DE CALDAS	139	133	124	167	36	41	10	50	175	168	146	217
PONTE NOVA	160	166	41	216	24	20	3	50	173	175	41	266
POUSO ALEGRE	176	175	99	327	31	35	1	50	195	212	99	327
RESPLENDOR	204	186	140	271	9	9	7	10	208	196	140	278

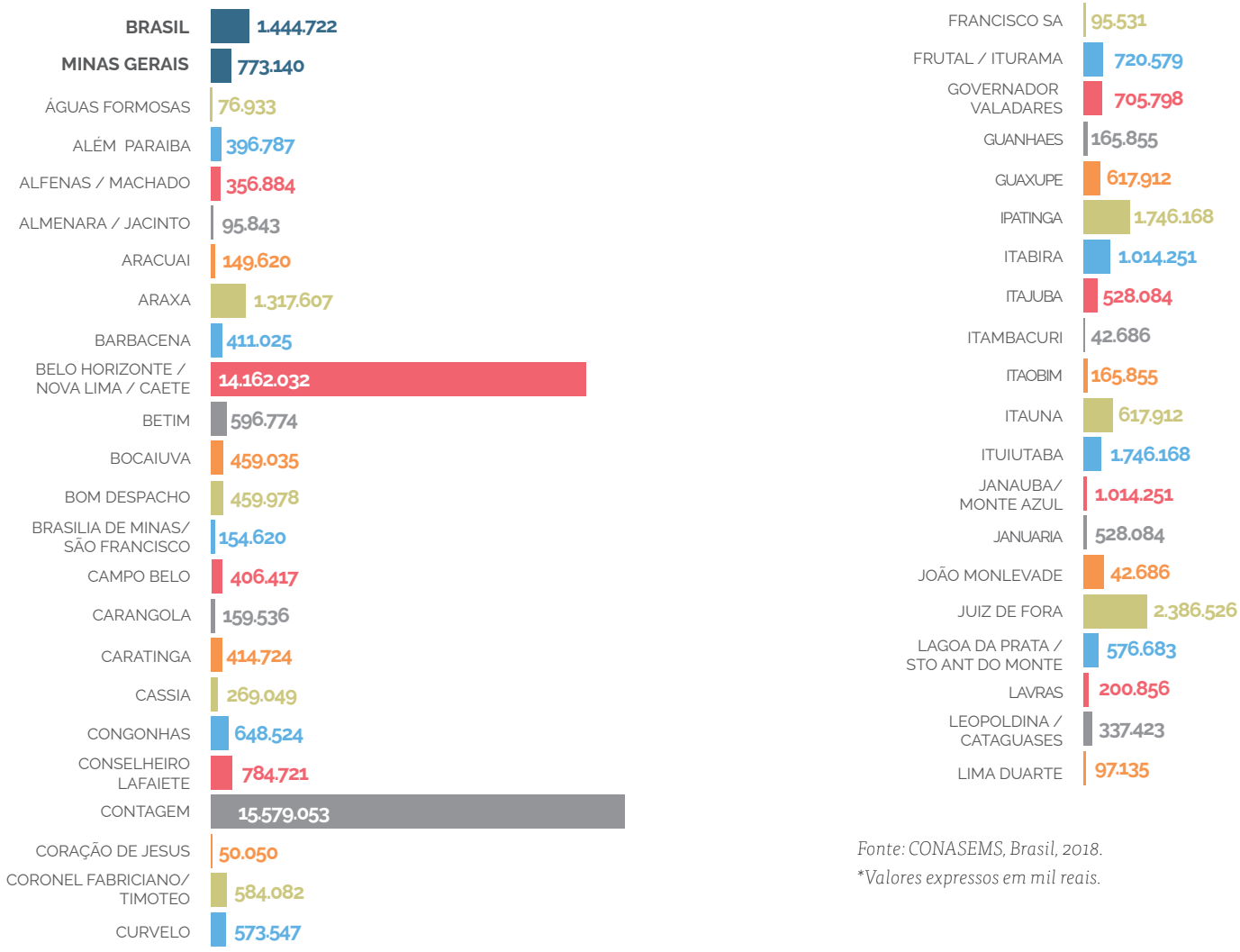
REGIÃO DE SAÚDE	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
SALINAS	165	174	118	202	26	26	8	43	182	174	161	210
SANTA MARIA DO SUACUI	195	195	159	231	16	16	16	16	203	203	159	247
SANTOS DUMONT	188	188	188	188	47	47	47	47	235	235	235	235
SAO GOTARDO	160	160	160	160	13	13	13	13	173	173	173	173
SAO JOAO DEL REI	157	137	83	361	22	17	2	50	172	150	83	411
SAO JOAO NEPOMUCENO / BICAS	138	139	108	162	19	13	10	36	156	152	135	187
SAO LOURENCO	165	127	100	362	27	24	6	50	183	147	119	412
SAO SEBASTIAO DO PARAISO	179	171	139	246	8	9	1	13	183	171	140	259
SERRO	201	193	155	261	35	40	15	50	227	237	170	263
SETE LAGOAS	170	169	32	364	17	12	6	34	178	186	32	364
TAIOBEIRAS	224	225	167	279	---	---	---	---	224	225	167	279
TEOFILO OTONI / MALACACHETA	251	255	148	351	32	50	2	50	279	291	150	401
TRES CORACOES	195	169	122	320	50	50	50	50	207	194	122	320
TRES PONTAS	154	152	134	176	22	28	7	31	176	183	162	183
TURMALINA/ MINAS NOVAS/ CAPELINHA	197	179	130	361	18	10	5	46	207	179	140	366
UBA	153	150	123	203	19	10	6	42	165	157	129	228
UBERABA	217	220	153	288	30	30	10	50	242	235	172	338
UBERLANDIA / ARAGUARI	197	190	150	271	16	20	7	20	204	197	150	271
UNAI	79	79	79	79	---	---	---	---	79	79	79	79
VARGINHA	171	175	108	220	20	20	10	30	179	175	118	250
VESPASIANO	169	168	156	193	28	39	1	50	197	212	160	232
VICOSA	131	143	27	220	16	18	4	25	141	161	27	220
MINAS GERAIS (TOTAL)	**175**	**164**	**21**	**364**	**23**	**20**	**1**	**50**	**188**	**176**	**21**	**412**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, Minas Gerais apresentou IDHM de 0,787 em 2017 acima da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,815, acima da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

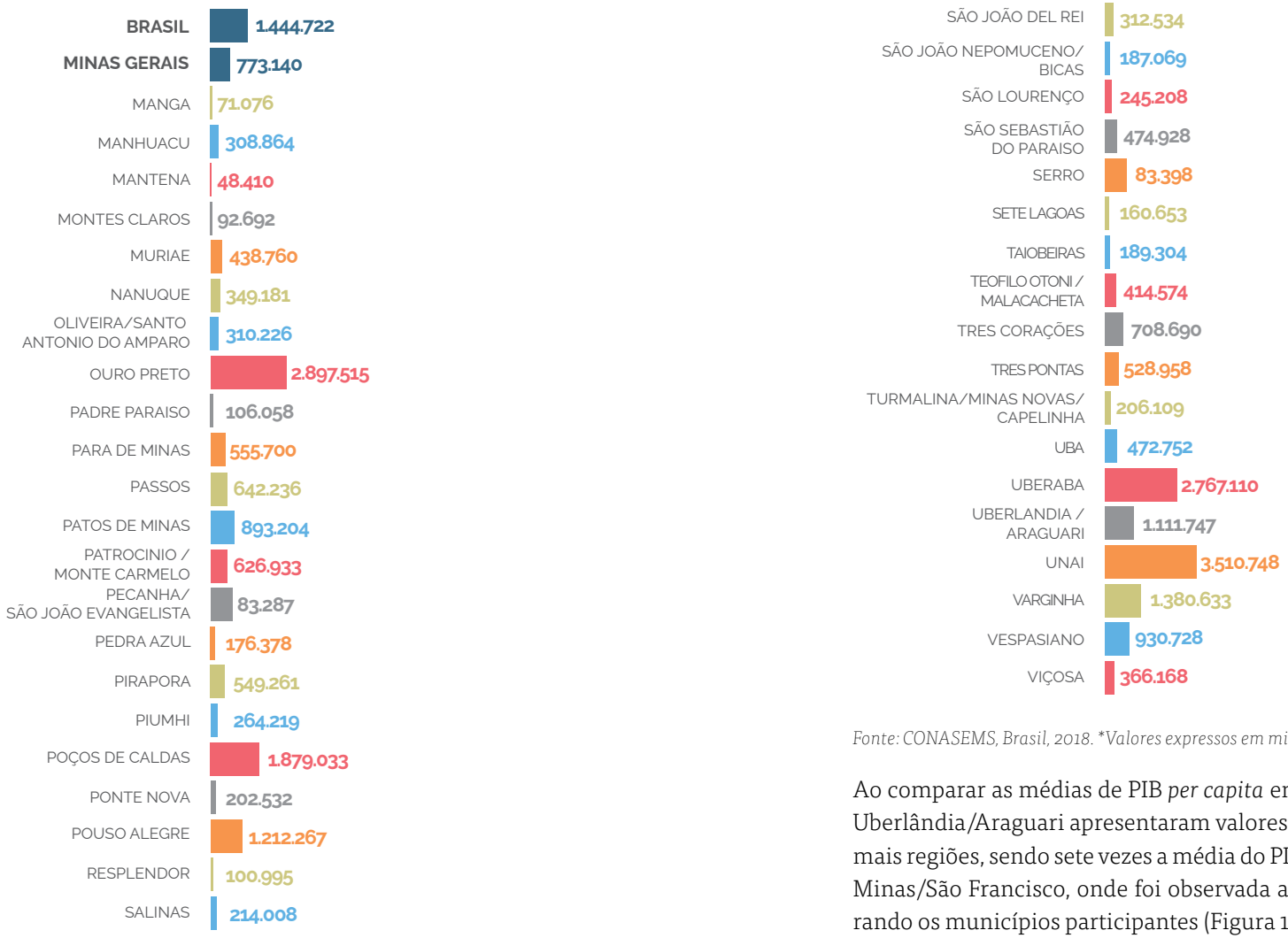
A média do PIB em 2017 dos municípios da região de Contagem foi a maior entre as regiões mineiras e, juntamente com a região de Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté apresentou valores muito superiores às demais regiões e à média nacional. A menor média do PIB nesse ano foi observada na região de Itambacuri (Figura 138).

FIGURA 138A:
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

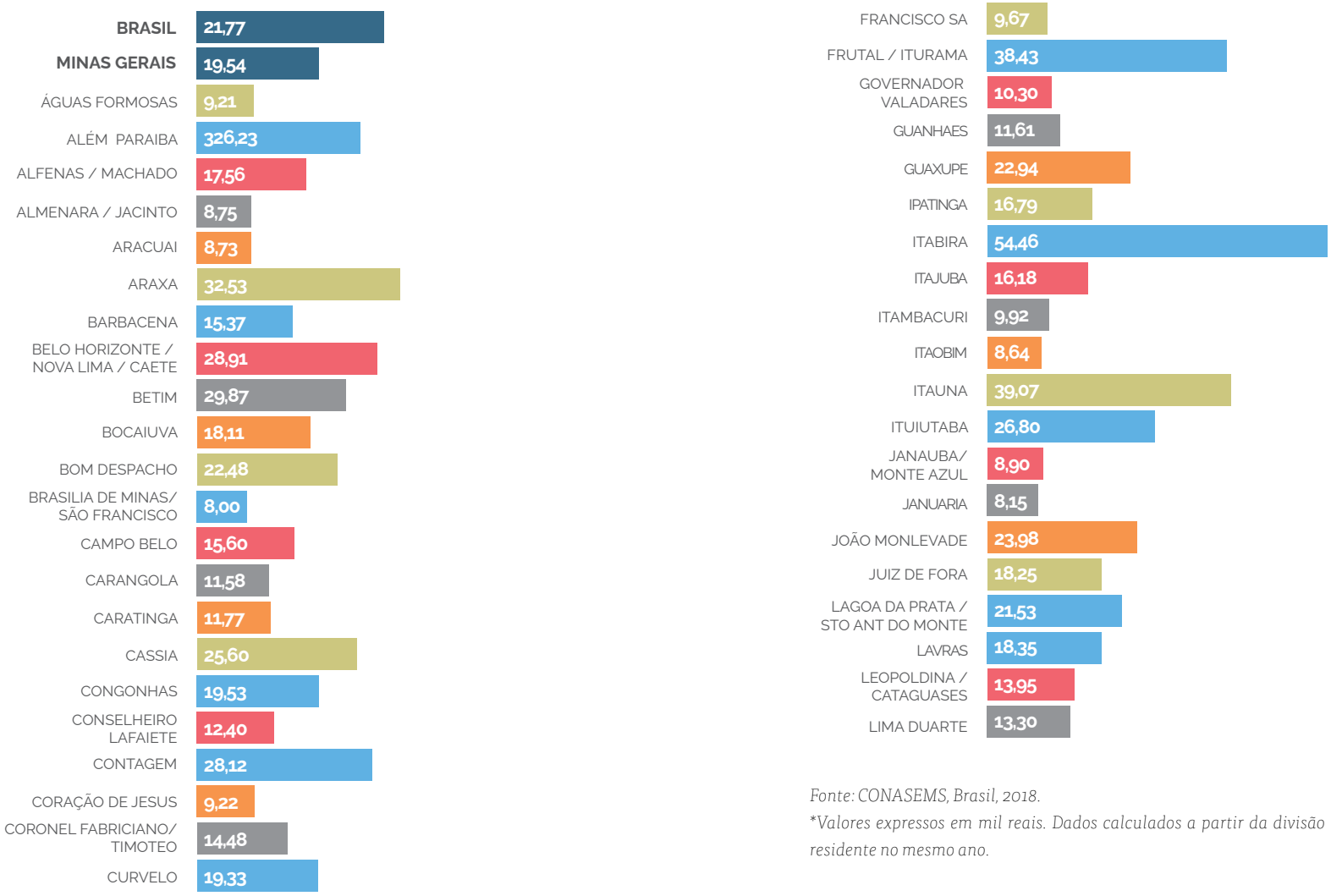
FIGURA 138B:
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em mil reais.*

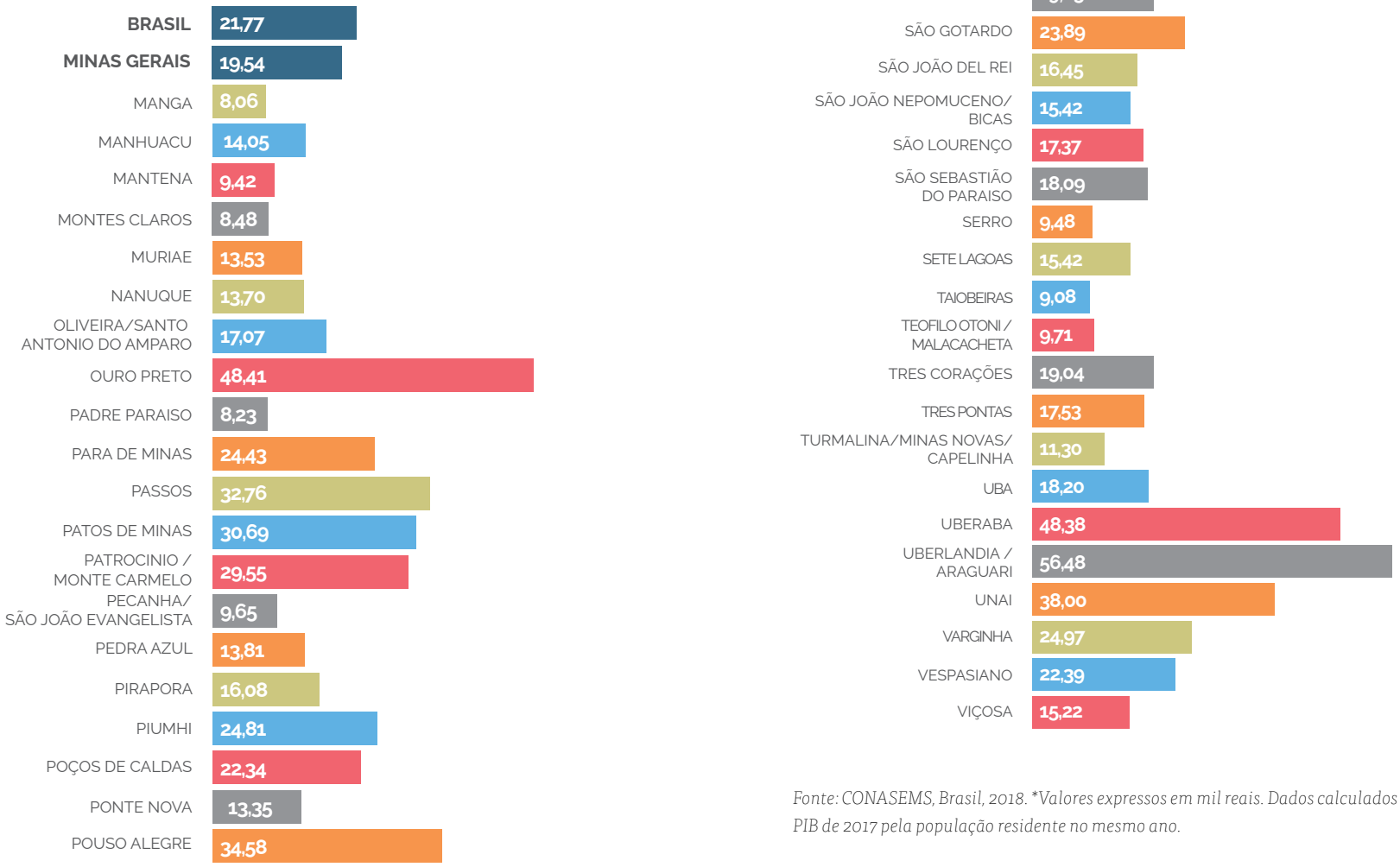
Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região de Uberlândia/Araguari apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo sete vezes a média do PIB *per capita* da região de Brasília de Minas/São Francisco, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 139).

FIGURA 139A:
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

FIGURA 139B:
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



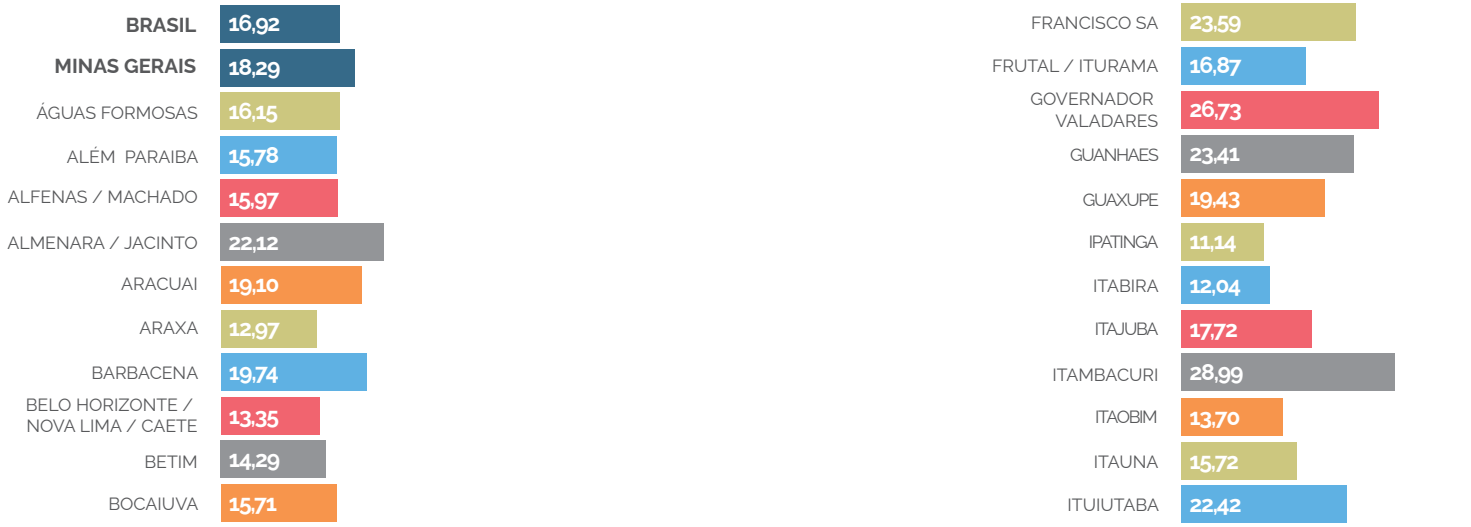
*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

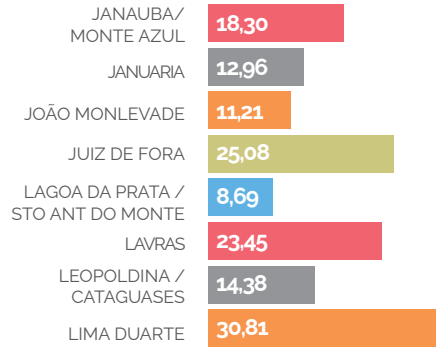
Tanto a média do PIB quanto do PIB *per capita* de Minas Gerais foi inferior à média nacional, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Minas Gerais em 2016 foi de 77,2 anos, acima da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios mineiros em 2017 também foi superior à média nacional. O menor valor médio foi observado na região de Pirapora e o maior na região de Santa Maria do Suaçuí (Figura 140). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

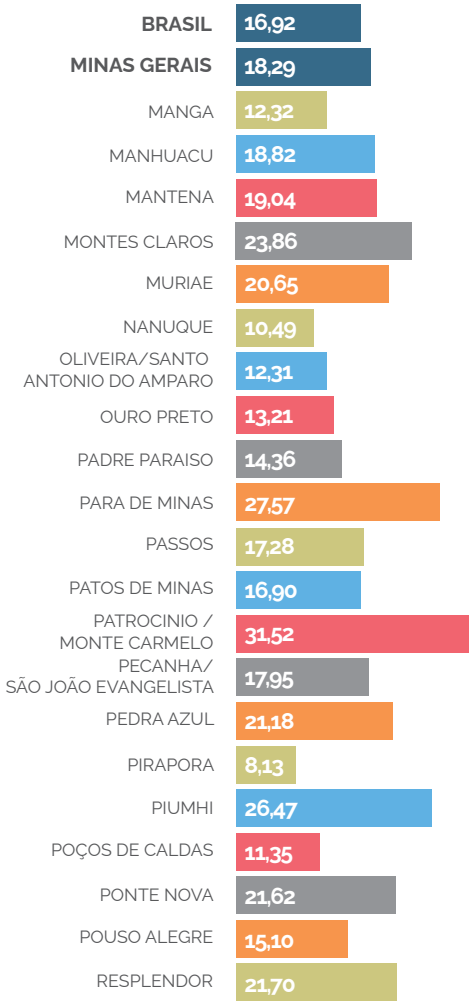
FIGURA 140A.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

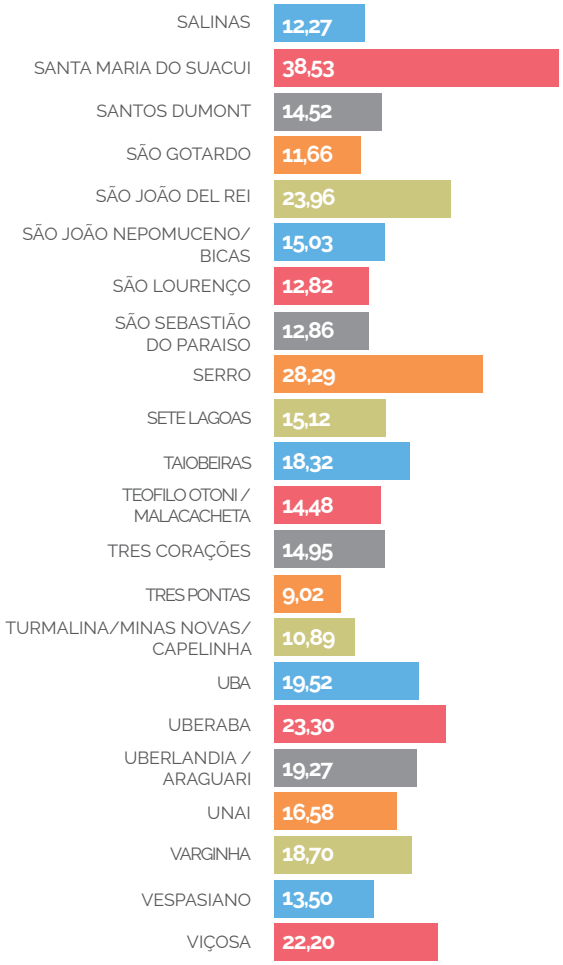




*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

FIGURA 140B.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

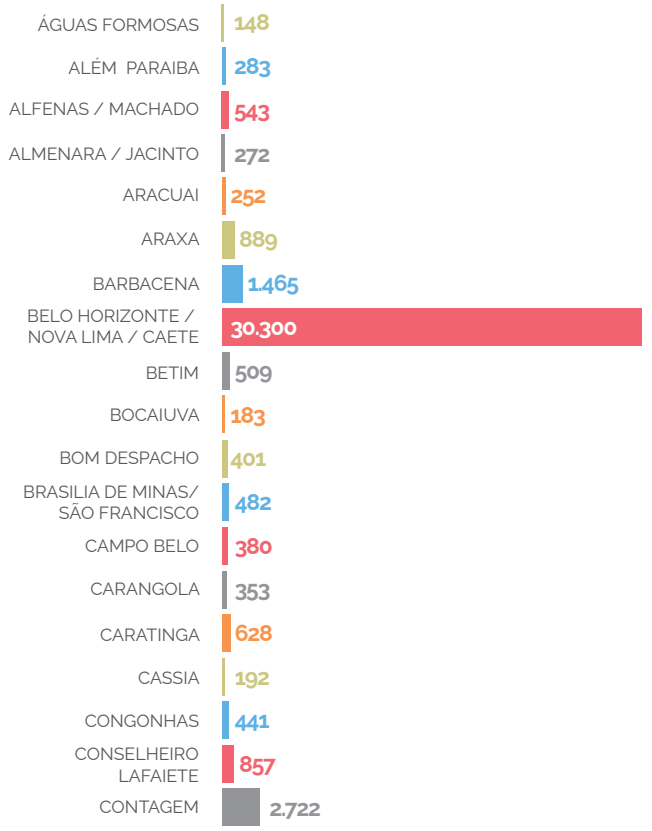


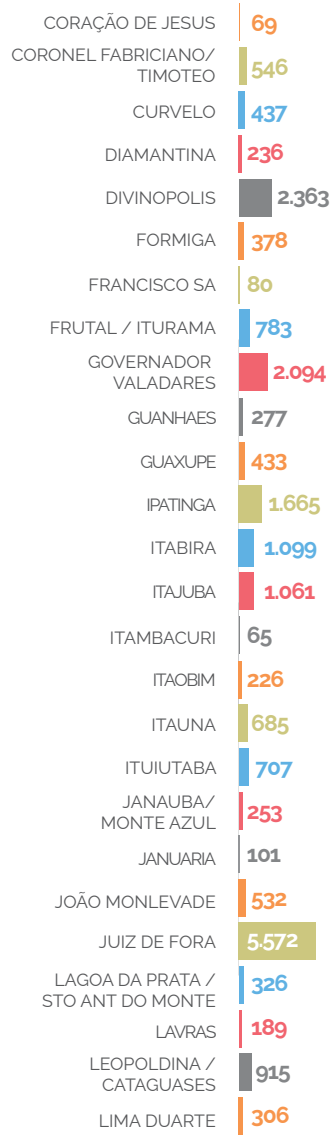


*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, Minas Gerais possui 89.708 profissionais de nível superior em saúde, considerando o conjunto de municípios participantes. Mais de um terço desses profissionais atua na região de Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté e a região de Santa Maria do Suaçuí apresentou o menor número de profissionais de nível superior em saúde (Figura 141).

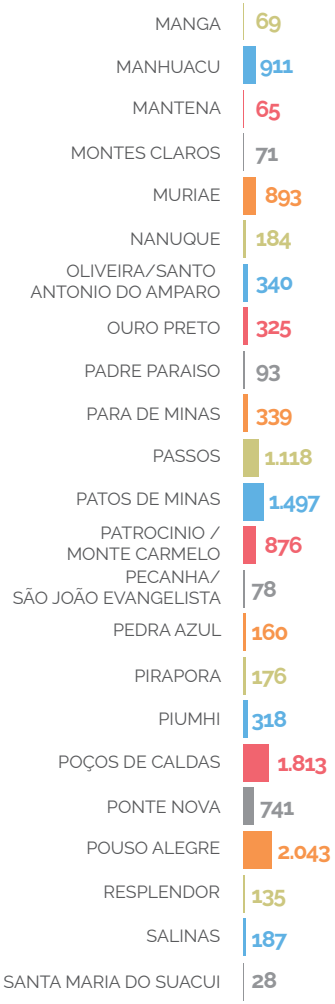
FIGURA 141A.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de Minas Gerais participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

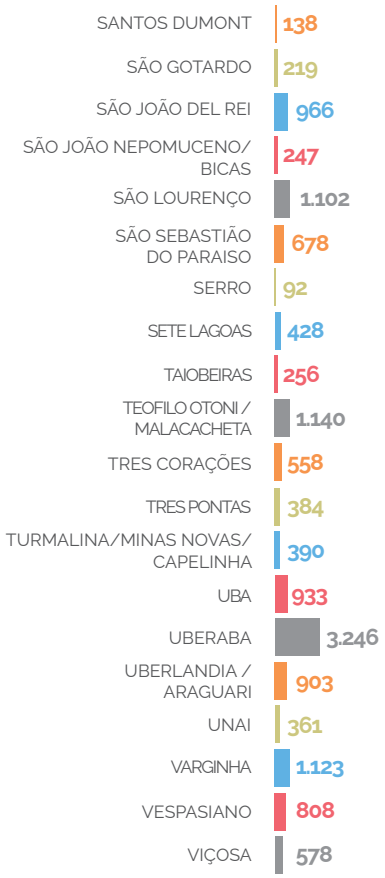




Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

FIGURA 141B.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de Minas Gerais participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

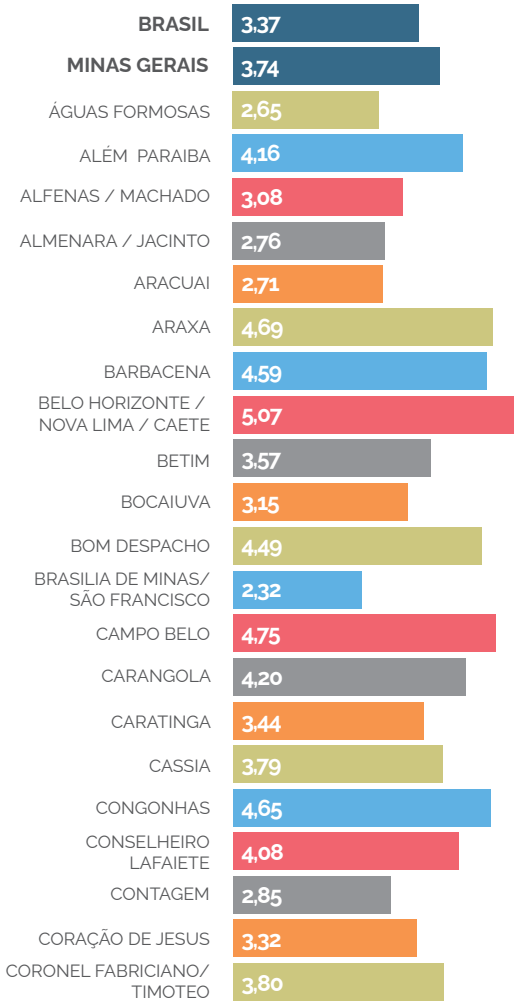


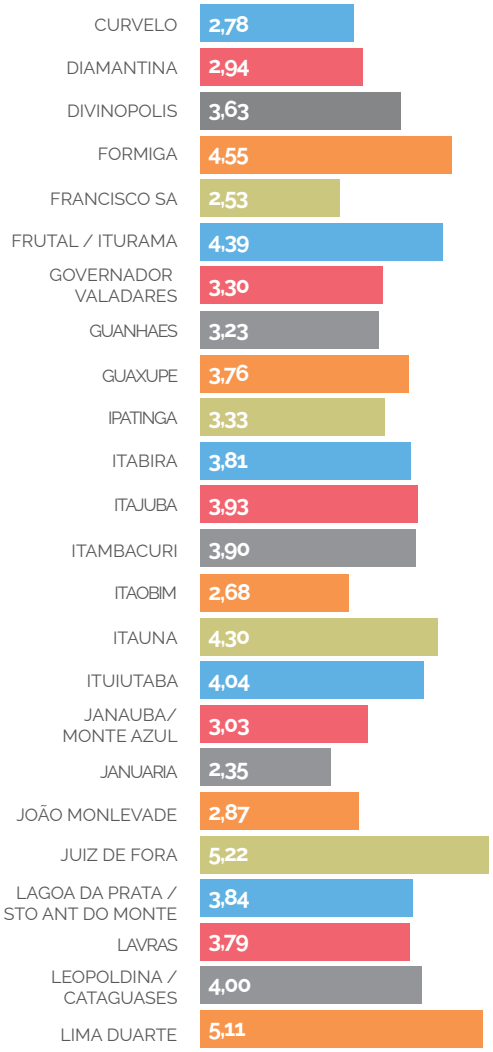


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na região de São Gotardo e o menor valor também pertence à região de Santa Maria do Suaçuí, muito abaixo da média nacional, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 142).

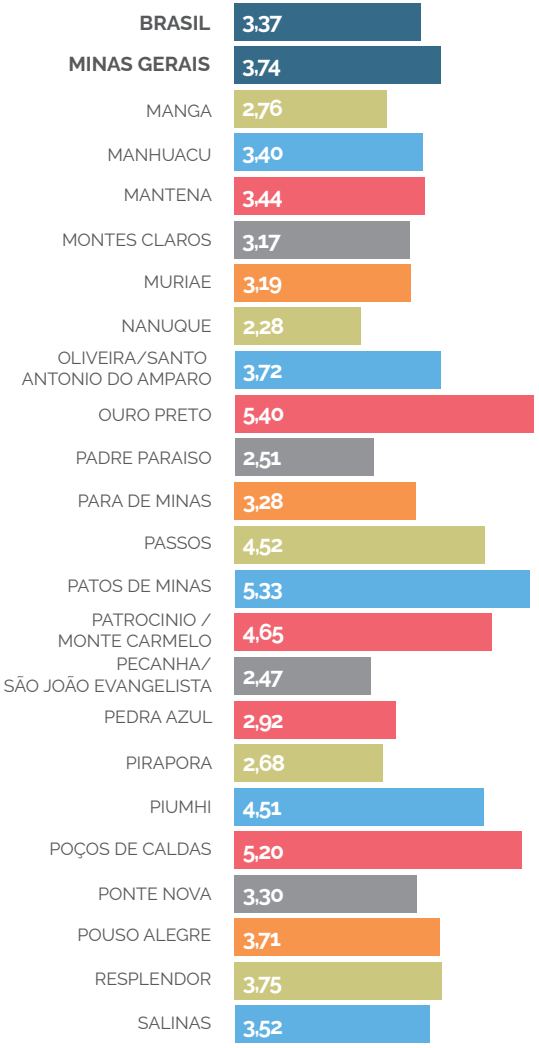
FIGURA 142A.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

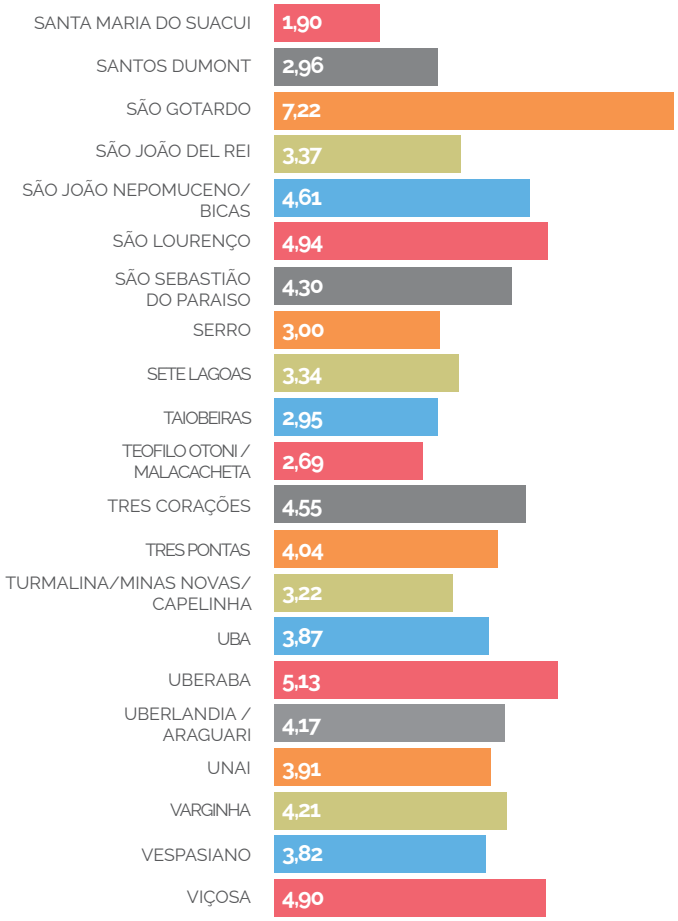




*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

FIGURA 142B.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

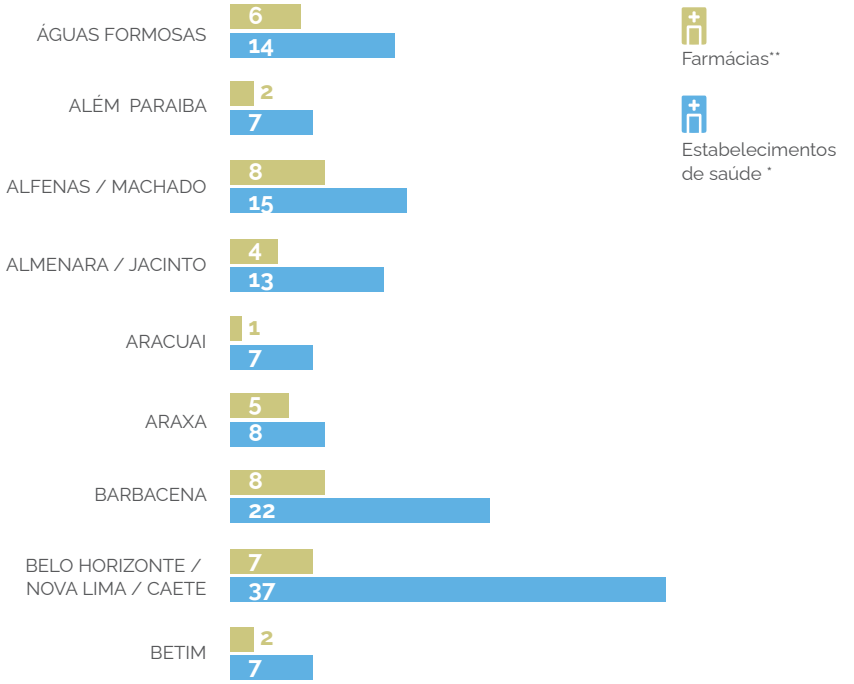


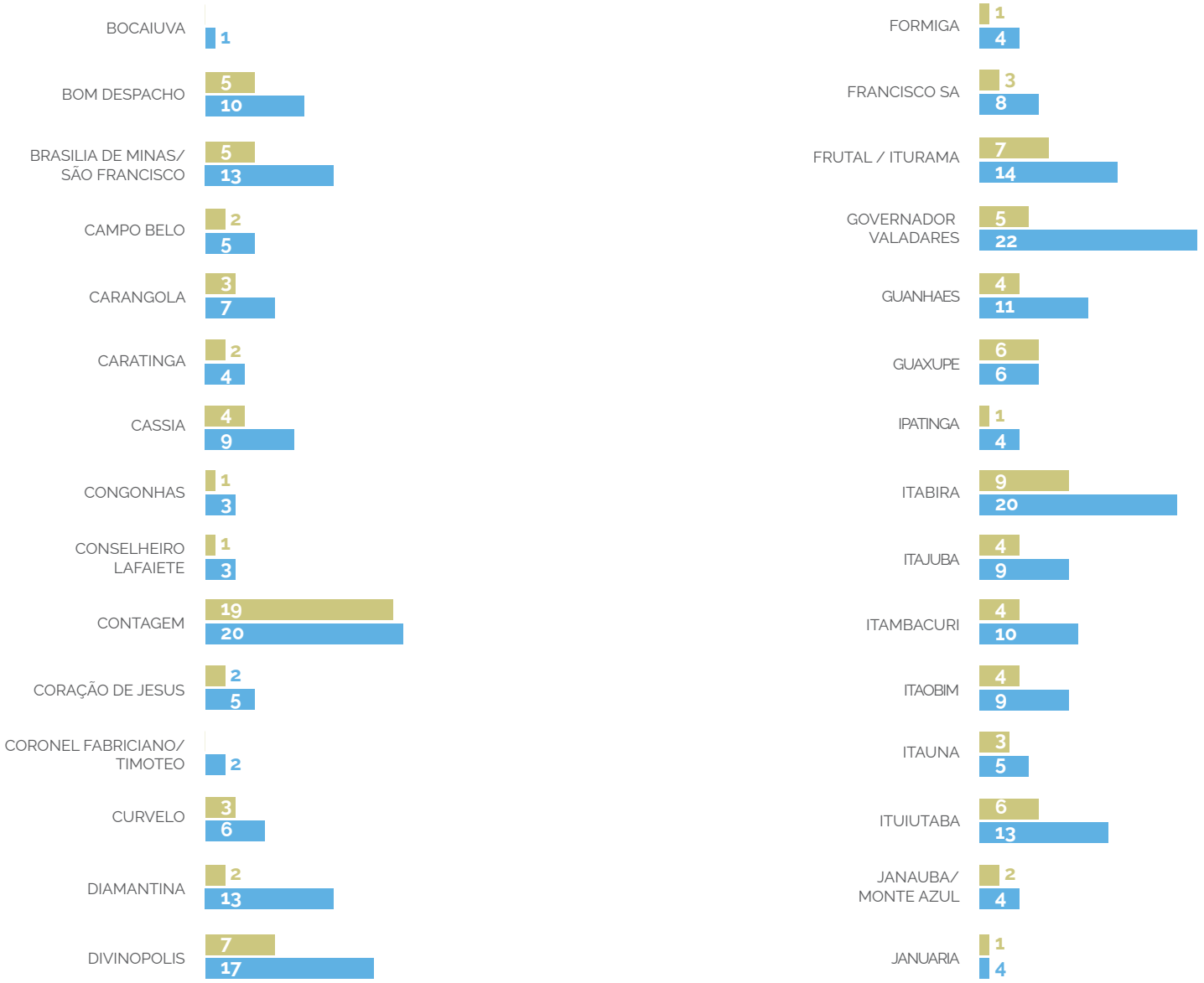


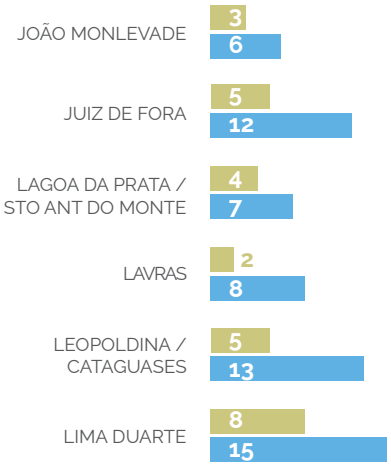
*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano*

A região de Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e as regiões de Bocaiuva, Januária e Santos Dumont, o menor. A região de Unaí não possuía nenhum estabelecimento cadastrado no CNES no período consultado. Em relação ao número de farmácias, o maior número foi observado na região de Contagem e nas regiões Bocaiuva, Coronel Fabriciano/Timóteo, Santos Dumont e Unaí não havia estabelecimentos desse tipo no cadastro nacional (Figura 143).

FIGURA 143A.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de Minas Gerais participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

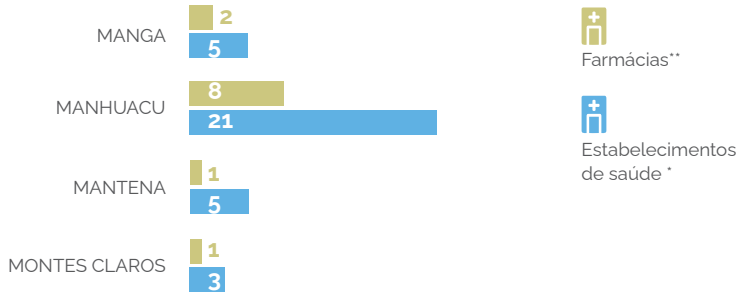


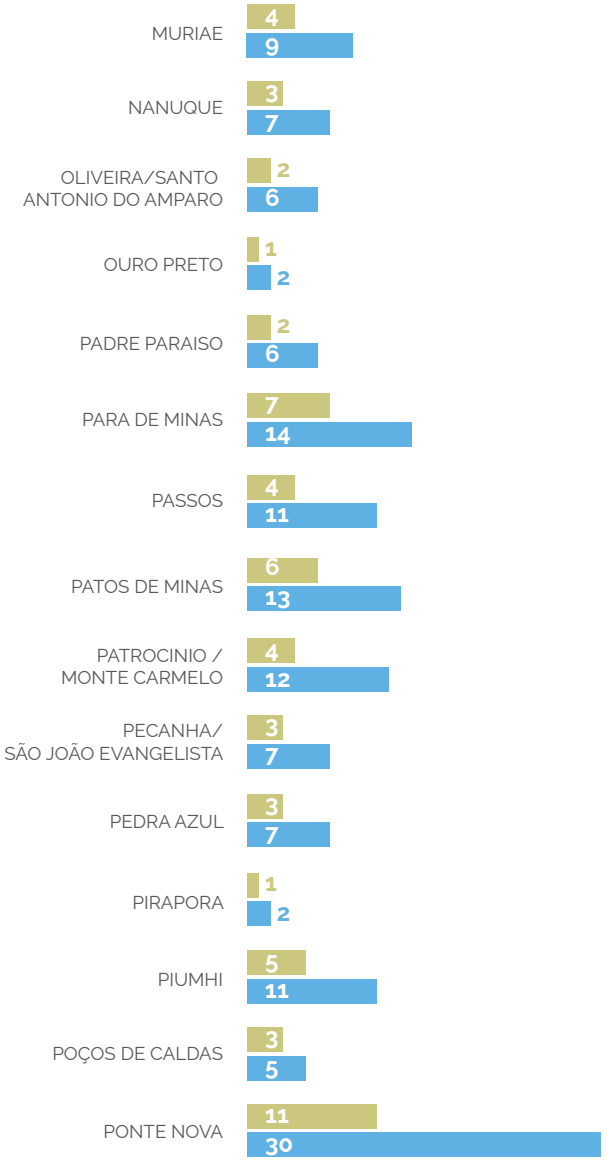

BOCAIUVA
1
BOM DESPACHO
5
10
BRASILIA DE MINAS/ SÃO FRANCISCO
5
13
CAMPO BELO
2
5
CARANGOLA
3
7
CARATINGA
2
4
CASSIA
4
9
CONGONHAS
1
3
CONSELHEIRO LAFAIETE
1
3
CONTAGEM
19
20
CORAÇÃO DE JESUS
2
5
CORONEL FABRICIANO/ TIMOTEO
2
CURVELO
3
6
DIAMANTINA
2
13
DIVINOPOLIS
7
17
FORMIGA
1
4
FRANCISCO SA
3
8
FRUTAL / ITURAMA
7
14
GOVERNADOR VALADARES
5
22
GUANHAES
4
11
GUAXUPE
6
6
IPATINGA
1
4
ITABIRA
9
20
ITAJUBA
4
9
ITAMBACURI
4
10
ITAOBIM
4
9
ITAUNA
3
5
ITUIUTABA
6
13
JANAUBA/ MONTE AZUL
2
4
JANUARIA
1
4

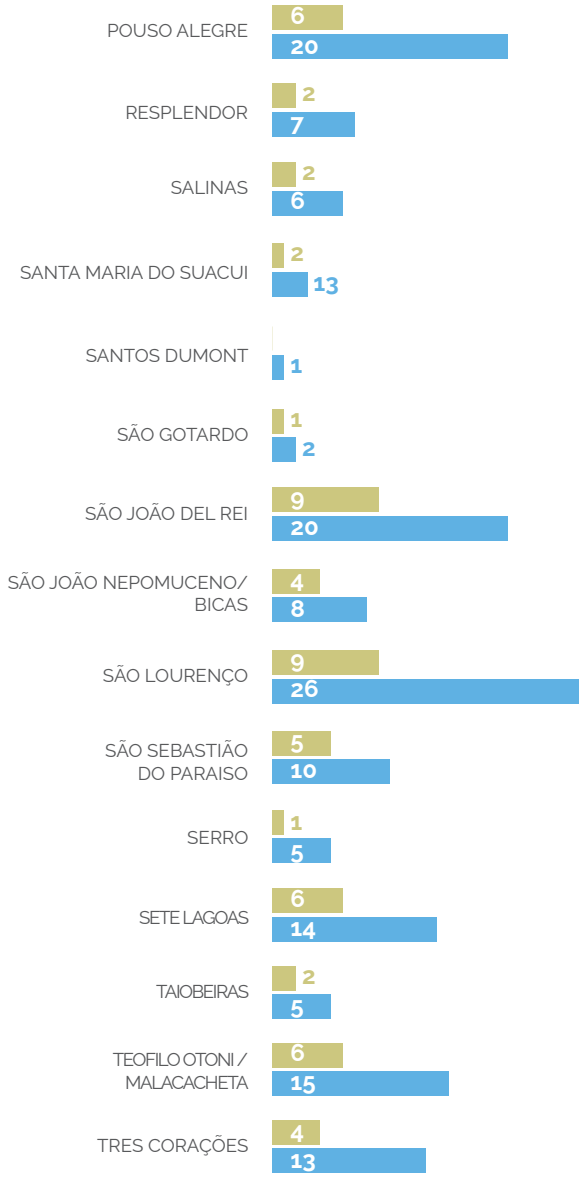


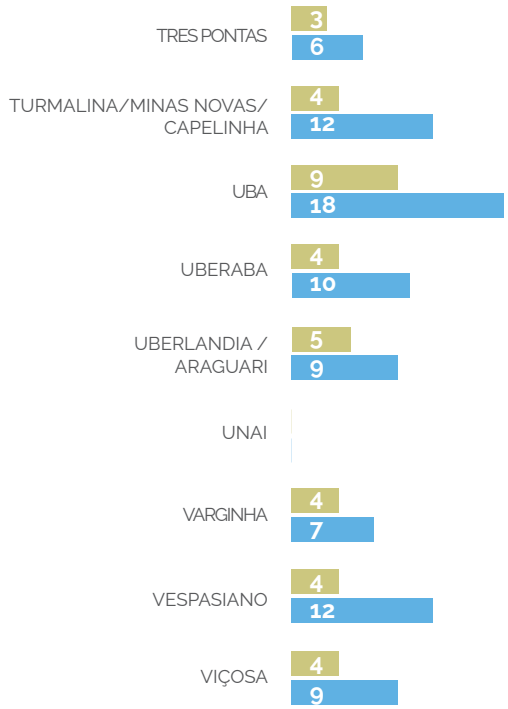
*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde. ** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

FIGURA 143B.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de Minas Gerais participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





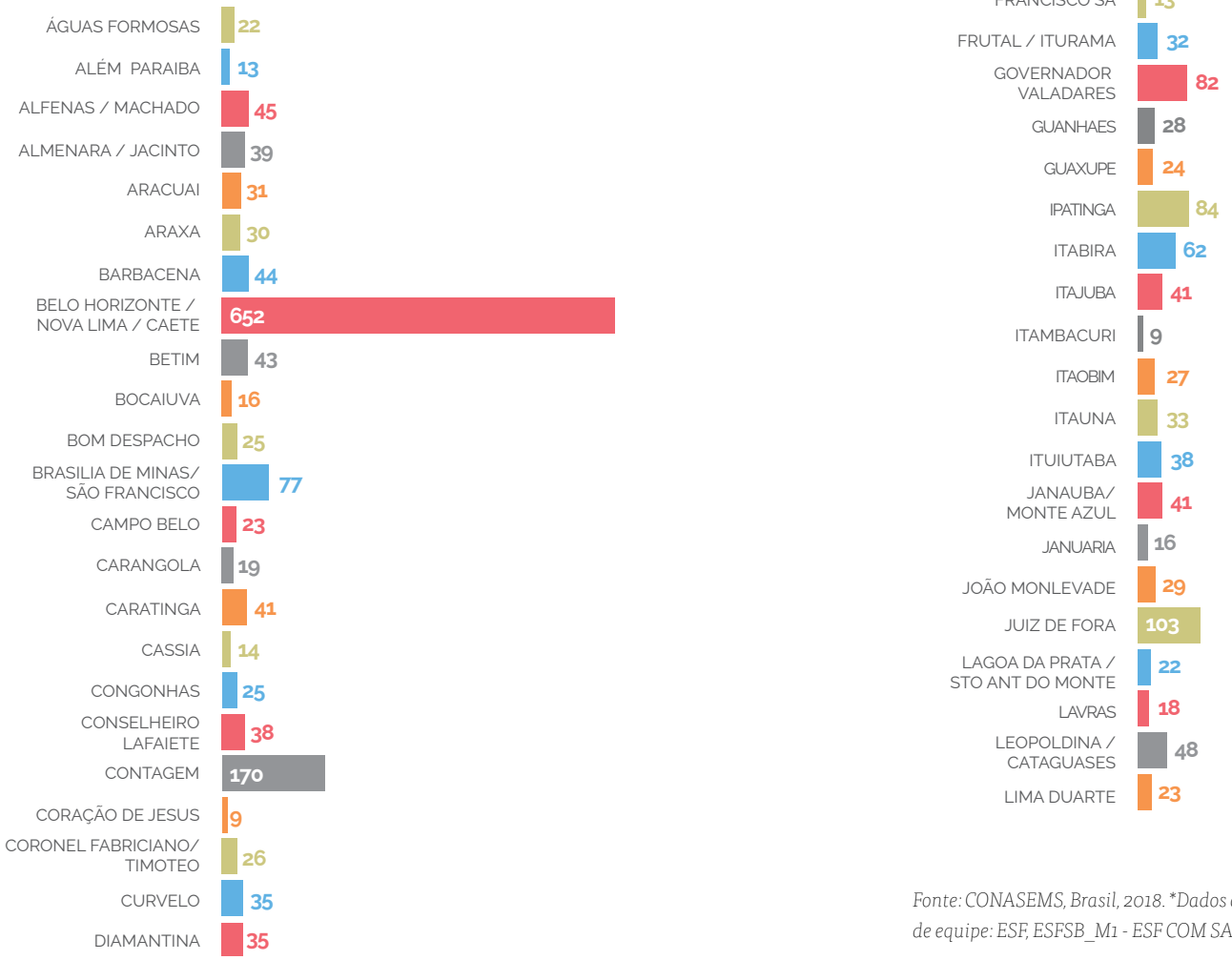




*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde. ** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/ essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

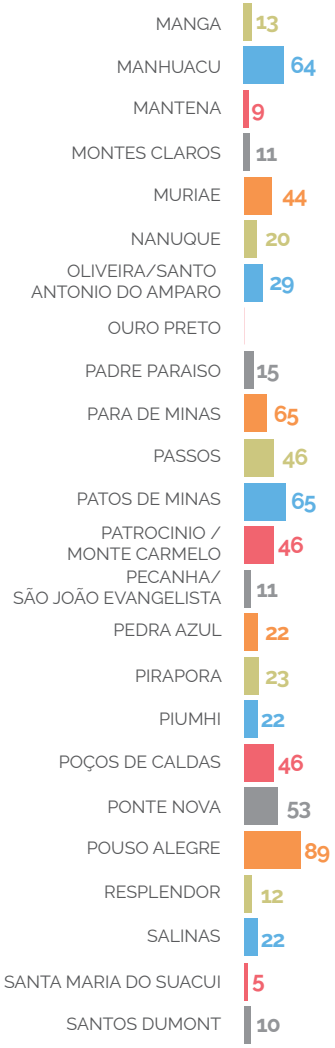
O estado possui 3.789 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é Belo Horizonte, Nova Lima/Caeté e o menor número foi observado na região de Santa Maria do Suaçuí. Na região de Ouro Preto não havia nenhuma ESF cadastrada no CNES no período consultado (Figura 144).

FIGURA 144A.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios de Minas Gerais participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

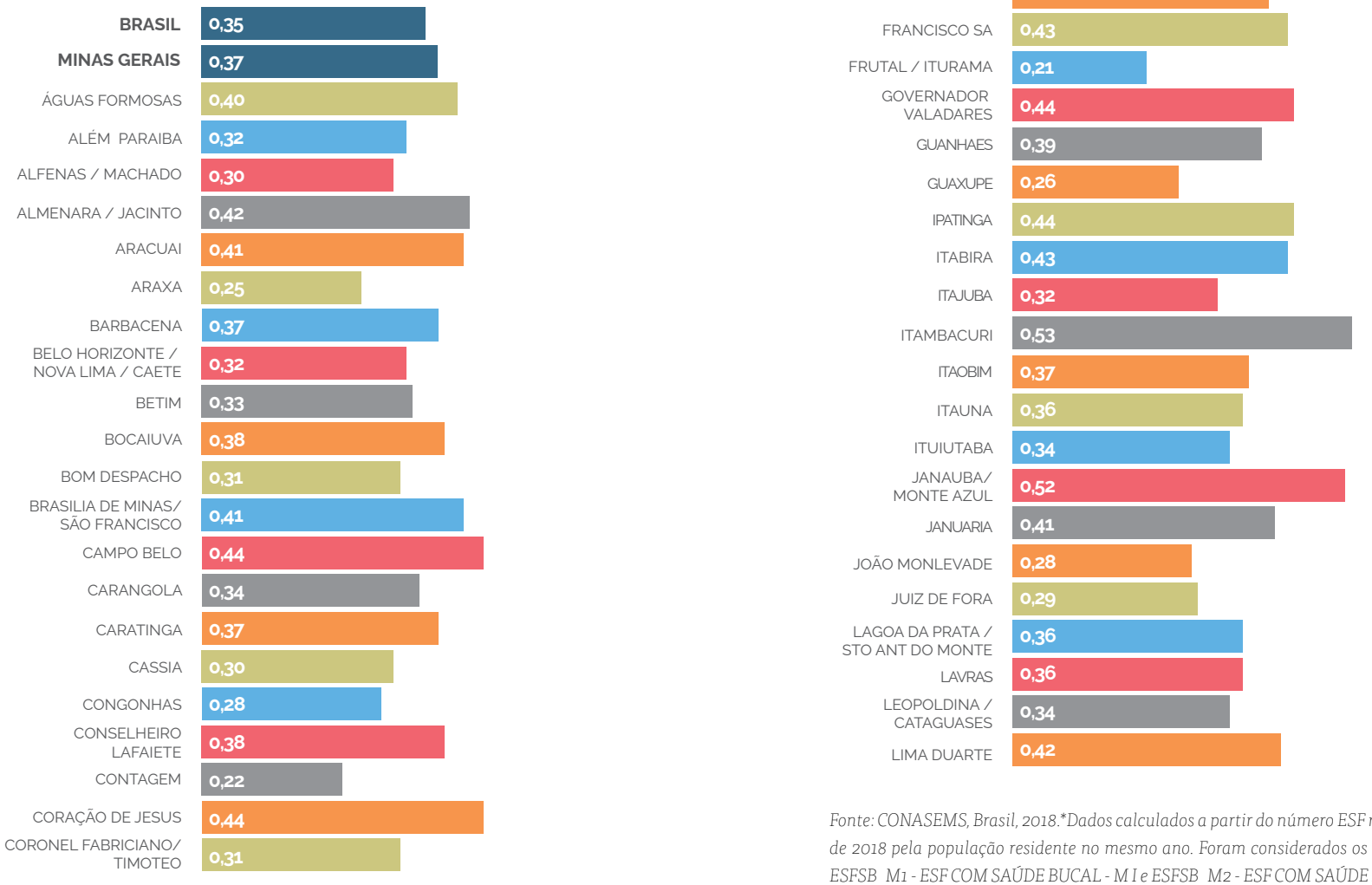
FIGURA 144B.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios de Minas Gerais participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

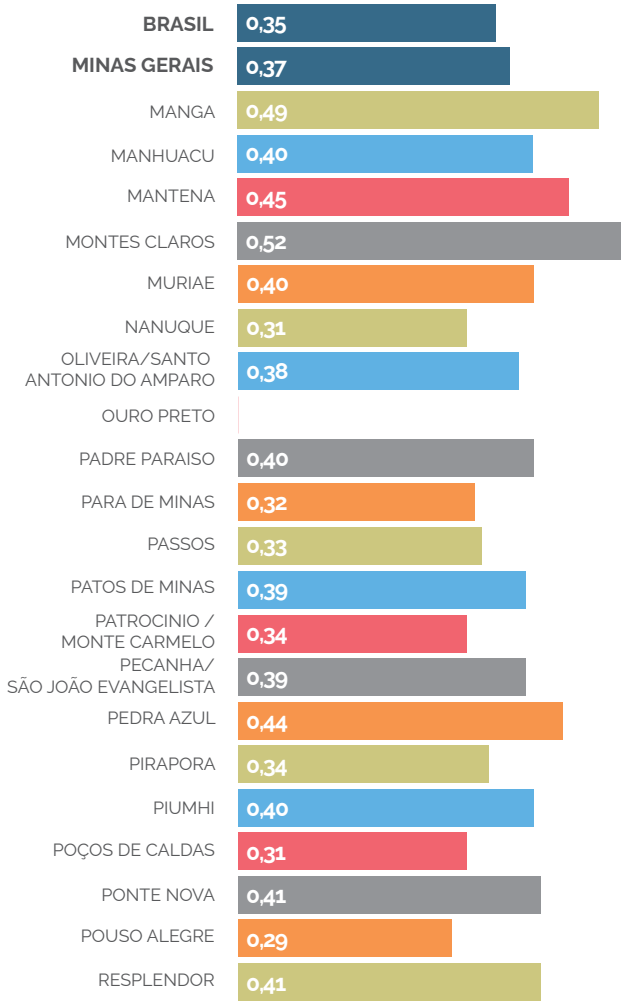
Quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na região de Itambacuri e a região de Unaí apresentou a menor média de ESF por mil habitantes entre as regiões do estado. A média de todas as regiões mineiras foi superior à nacional (Figura 145). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

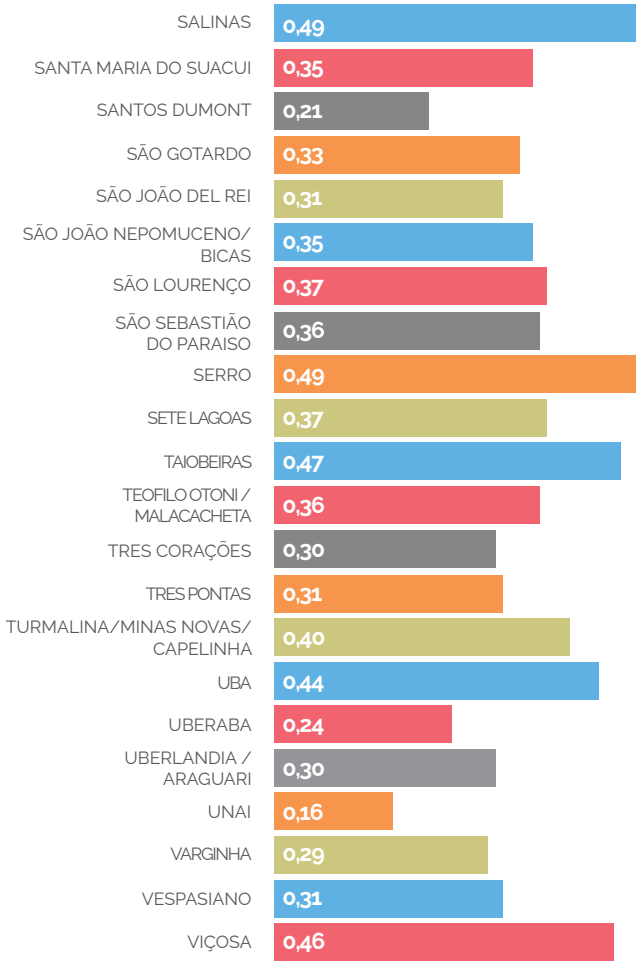
FIGURA 145A.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.*Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

FIGURA 145B.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

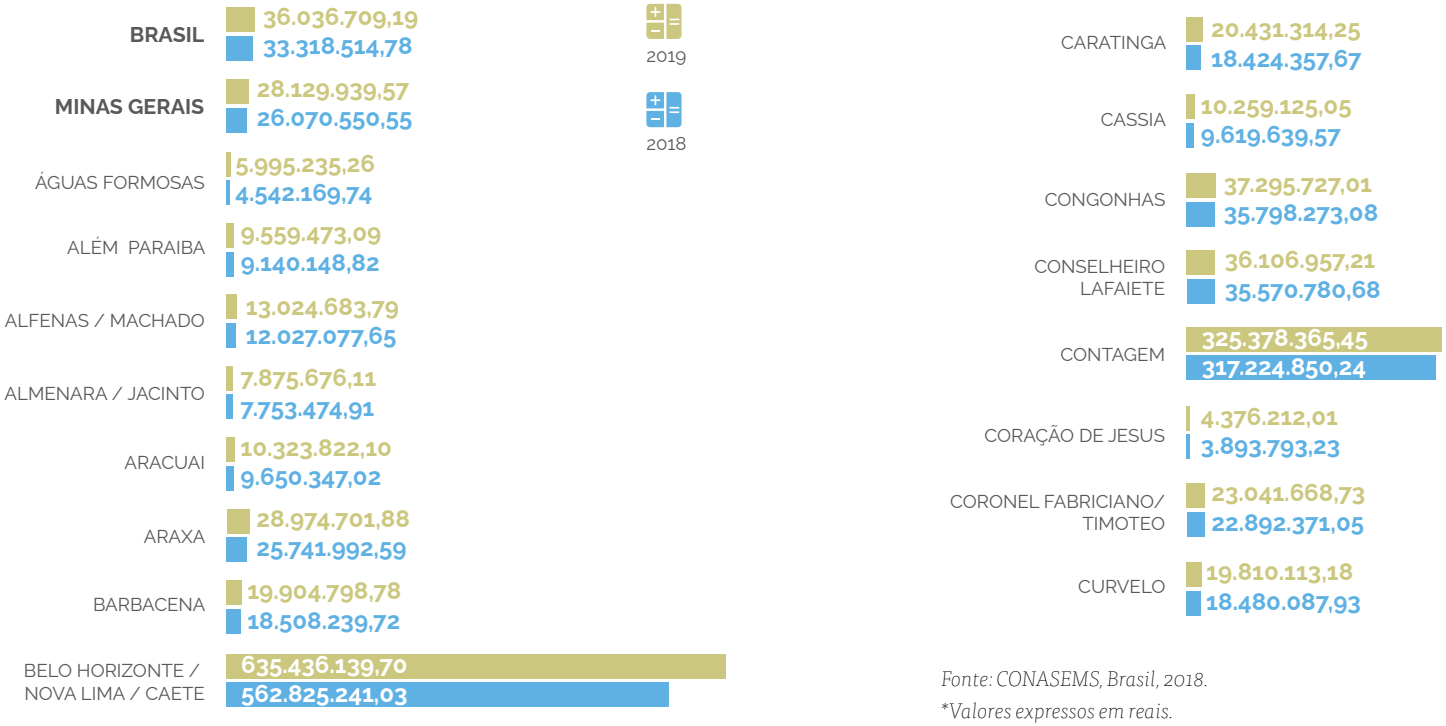




*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

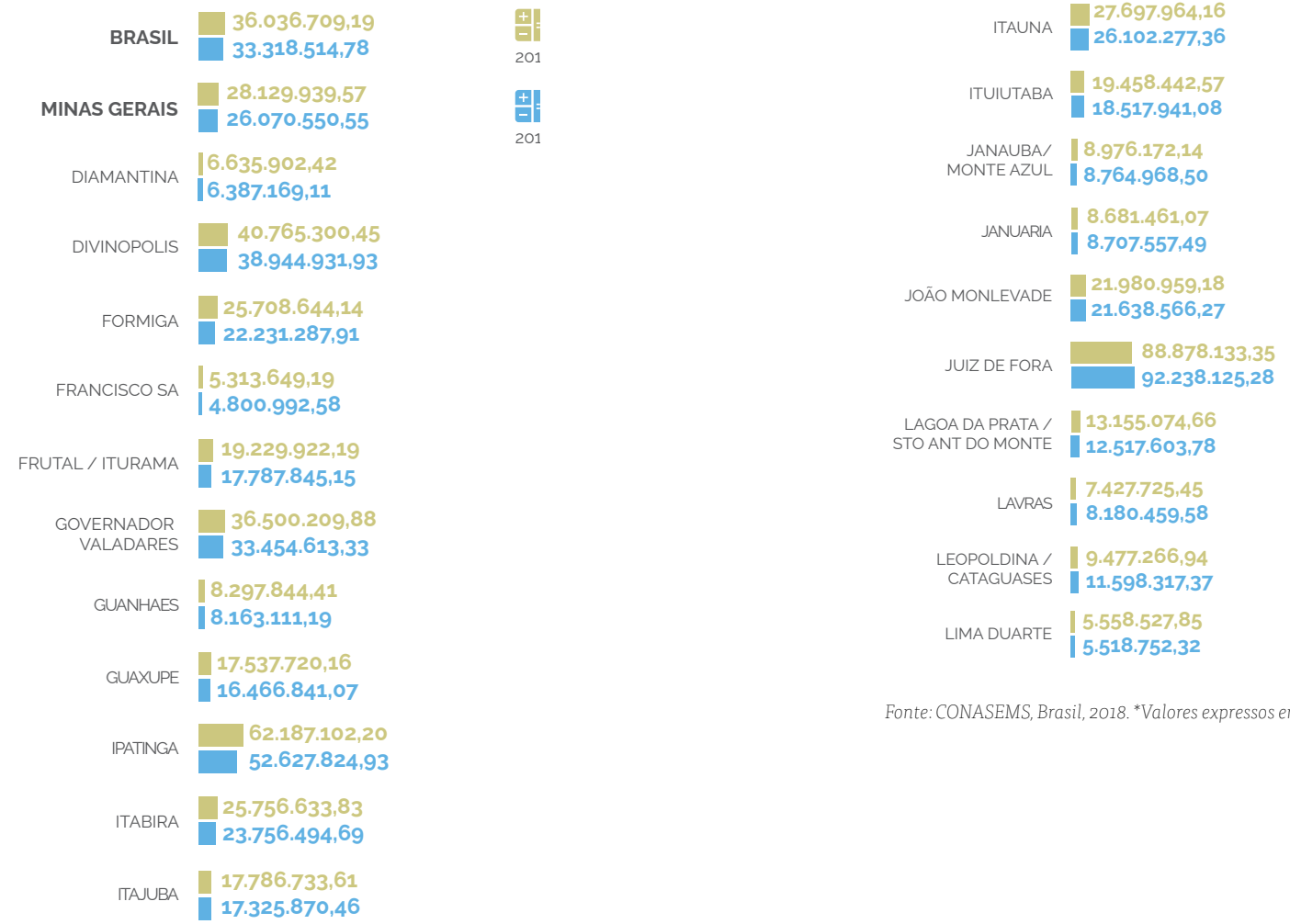
Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região de Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté, tanto em 2018 quanto em 2019. As menores médias municipais foram observadas nos municípios da região de Peçanha/São João Evangelista em 2018 e Itambacuri em 2019. A média da despesa total em saúde no estado aumentou no período, sendo contudo, inferior à média nacional nos dois anos observados (Figura 146).

FIGURA 146A:
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



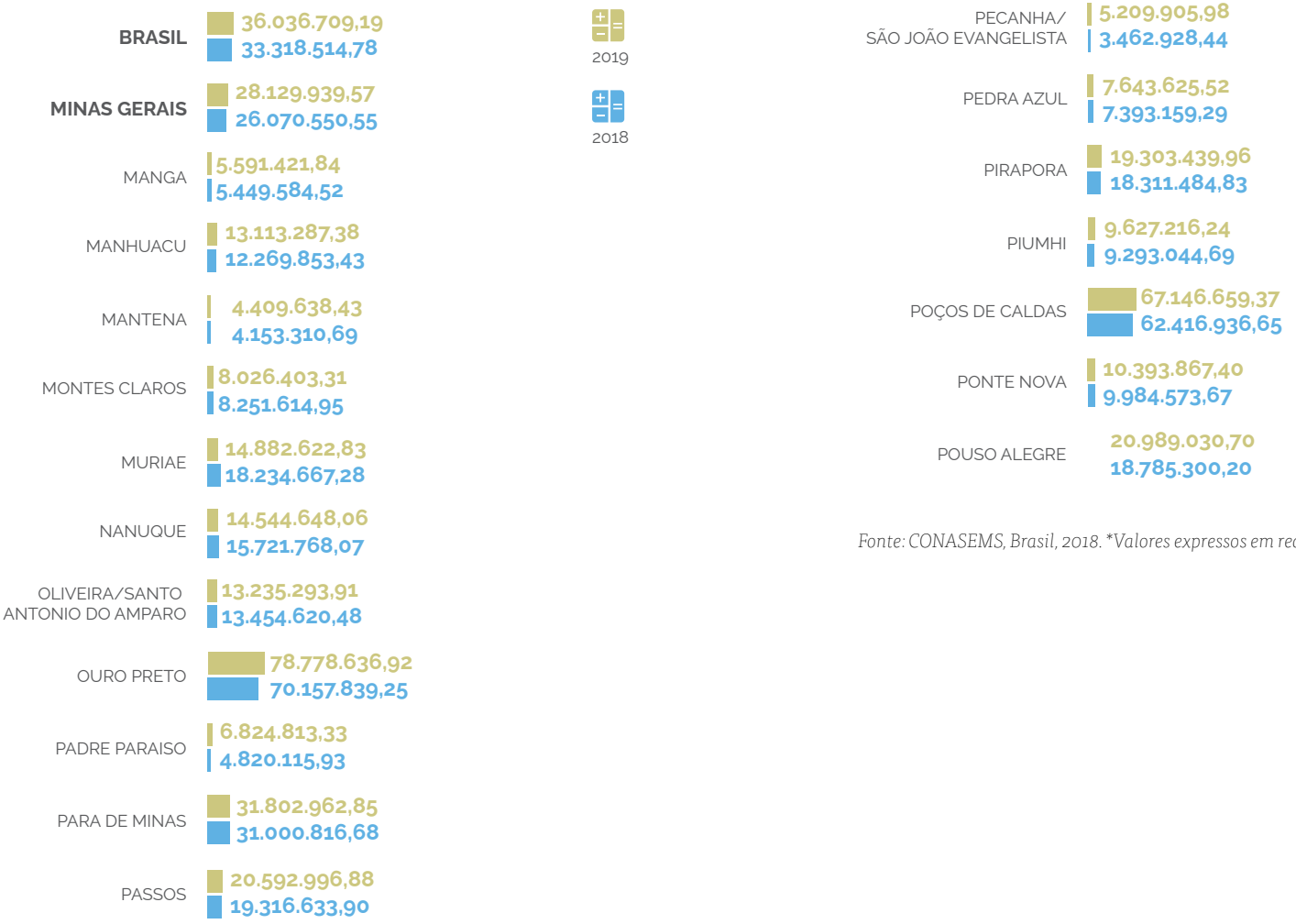
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

FIGURA 146B:
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



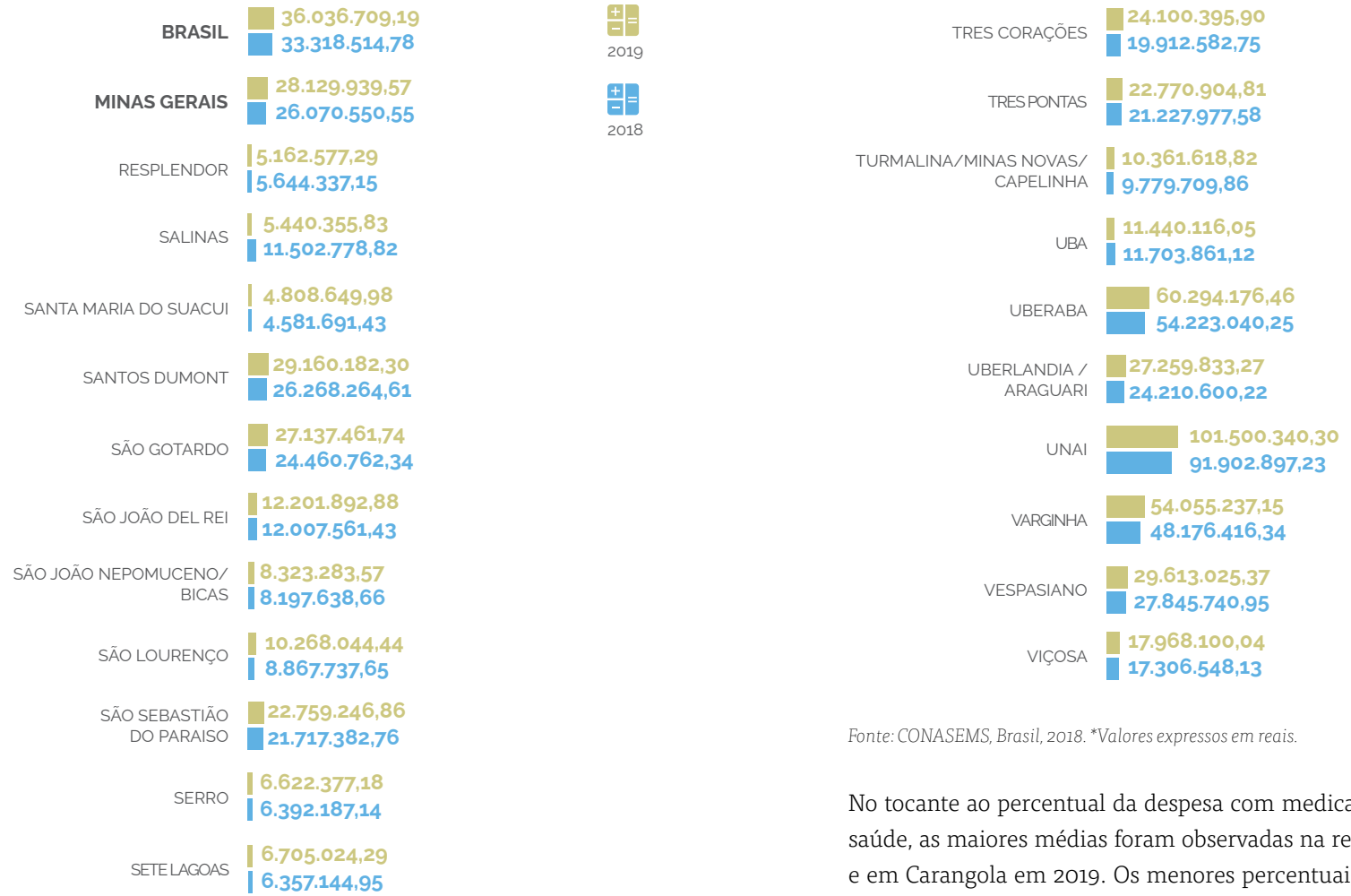
*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em reais.*

FIGURA 146C:
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em reais.*

FIGURA 146D:
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



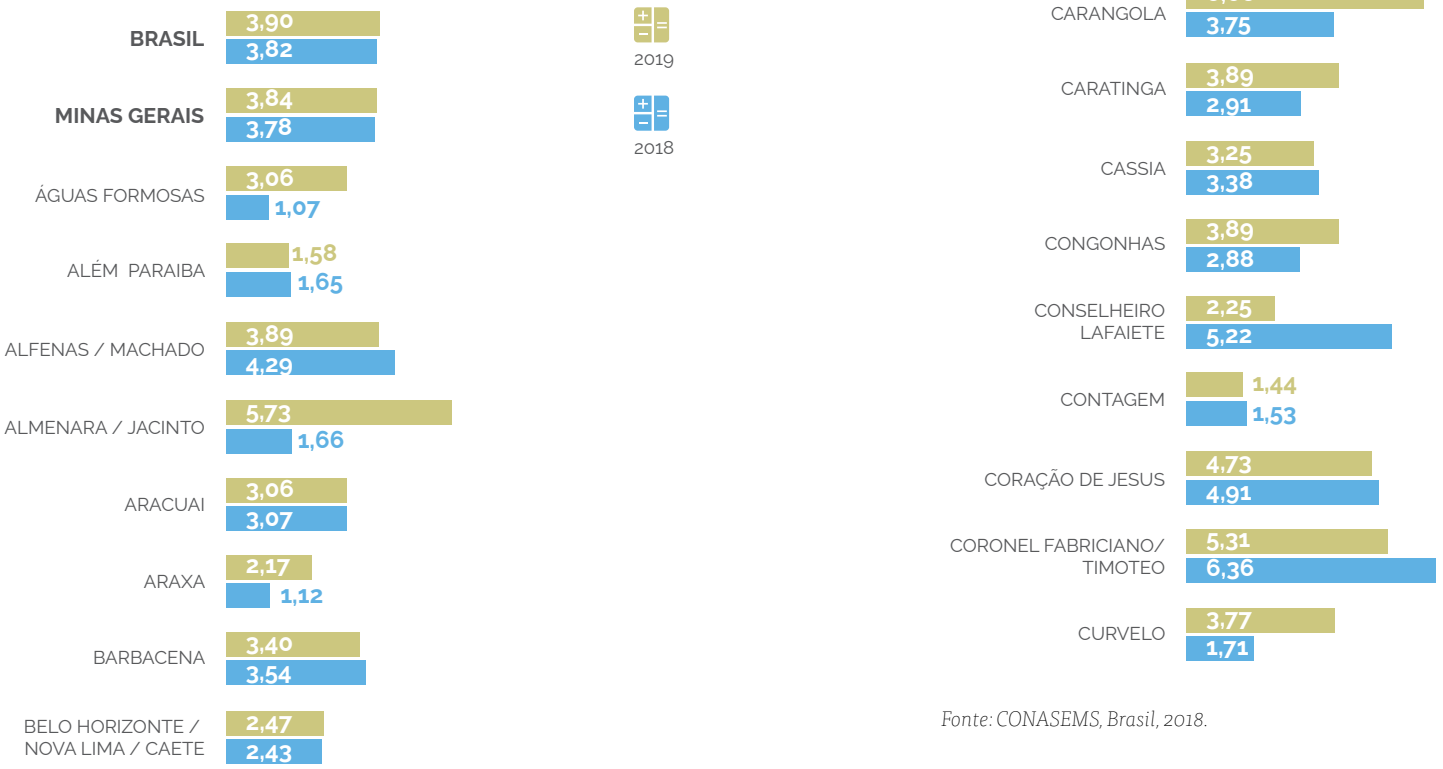
*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região de Juiz de Fora em 2018 e em Carangola em 2019. Os menores percentuais médios foram na região de Padre Paraiso em 2018, com percentual nulo, e em 2019 na região de São João Ne-

pomuceno/Bicas, com percentual inferior à 1%. O percentual médio da despesa com medicamentos na despesa total em saúde cresceu no estado neste período. Contudo, permaneceu abaixo da média nacional em ambos os anos (Figura 147).

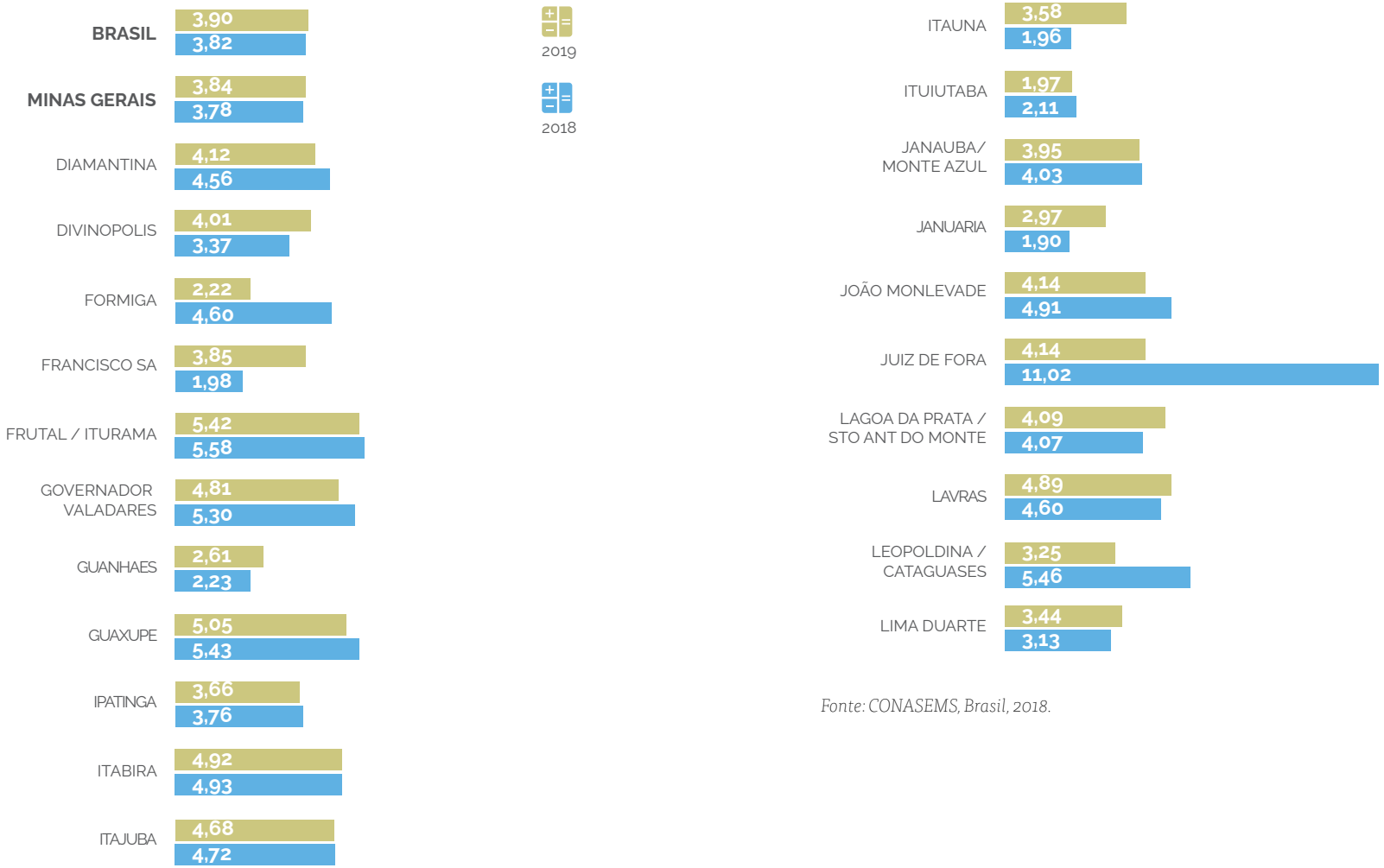
Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 147A:
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



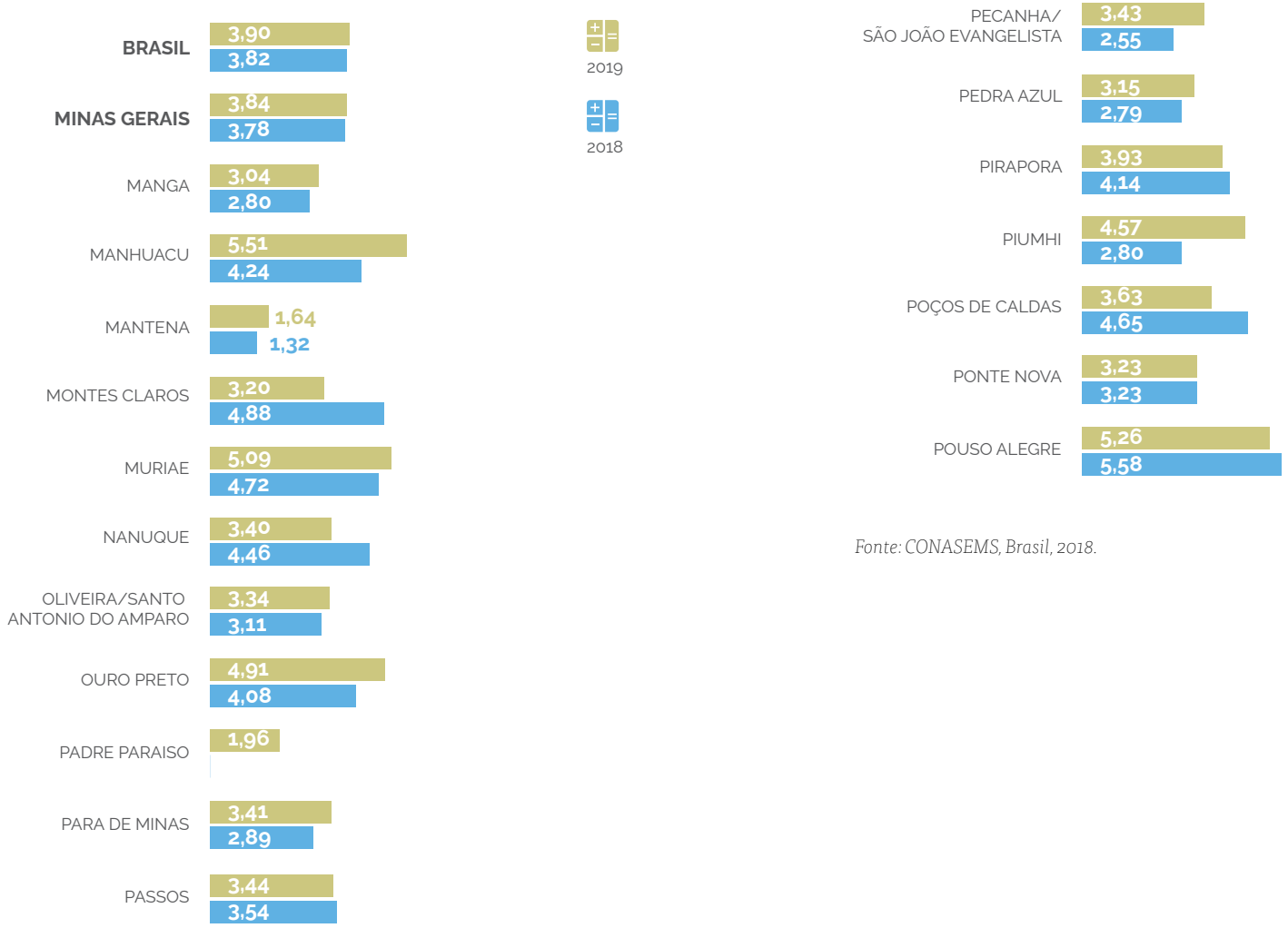
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

FIGURA 147B:
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



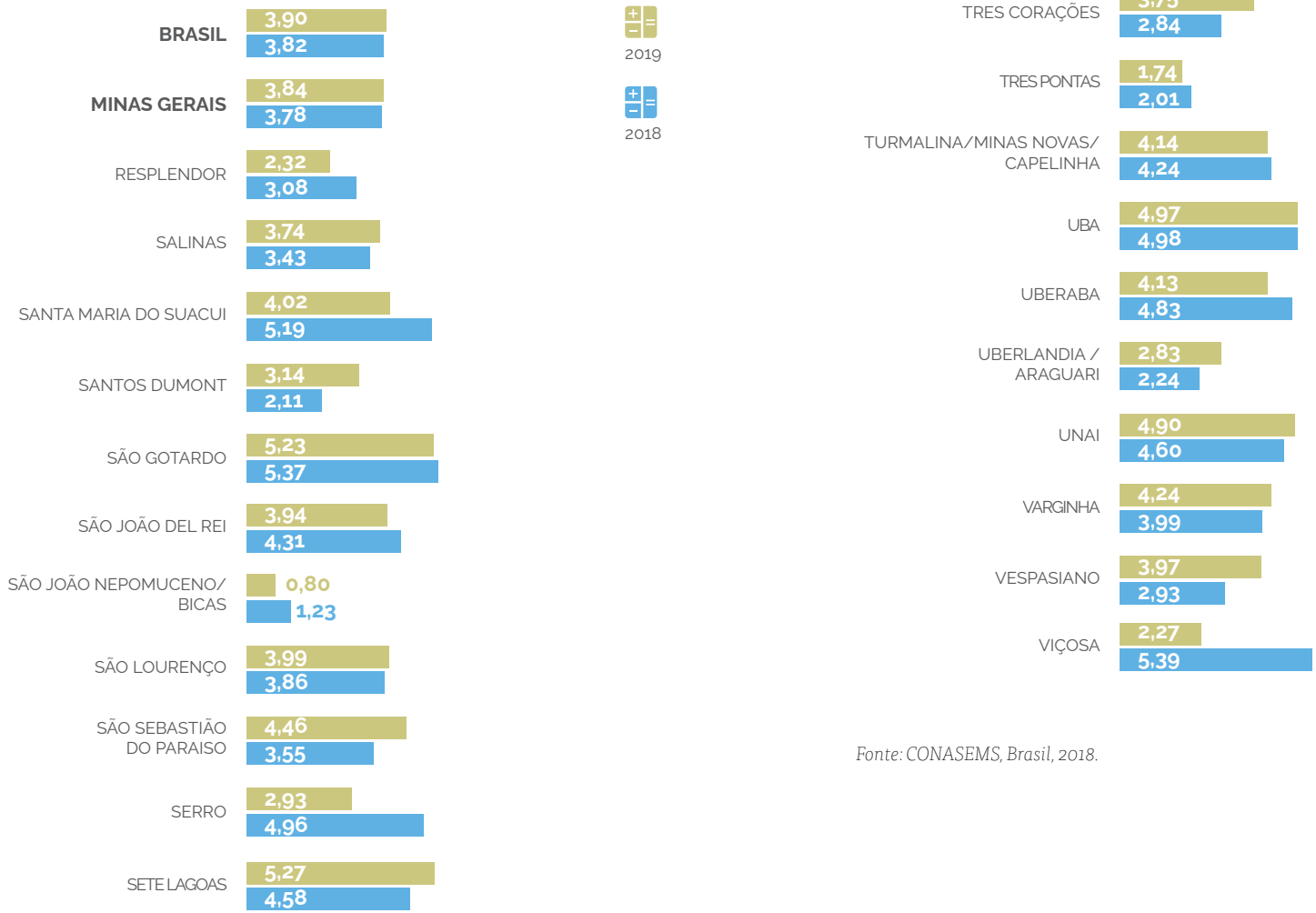
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

FIGURA 147C:
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

FIGURA 147D:
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e mineiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



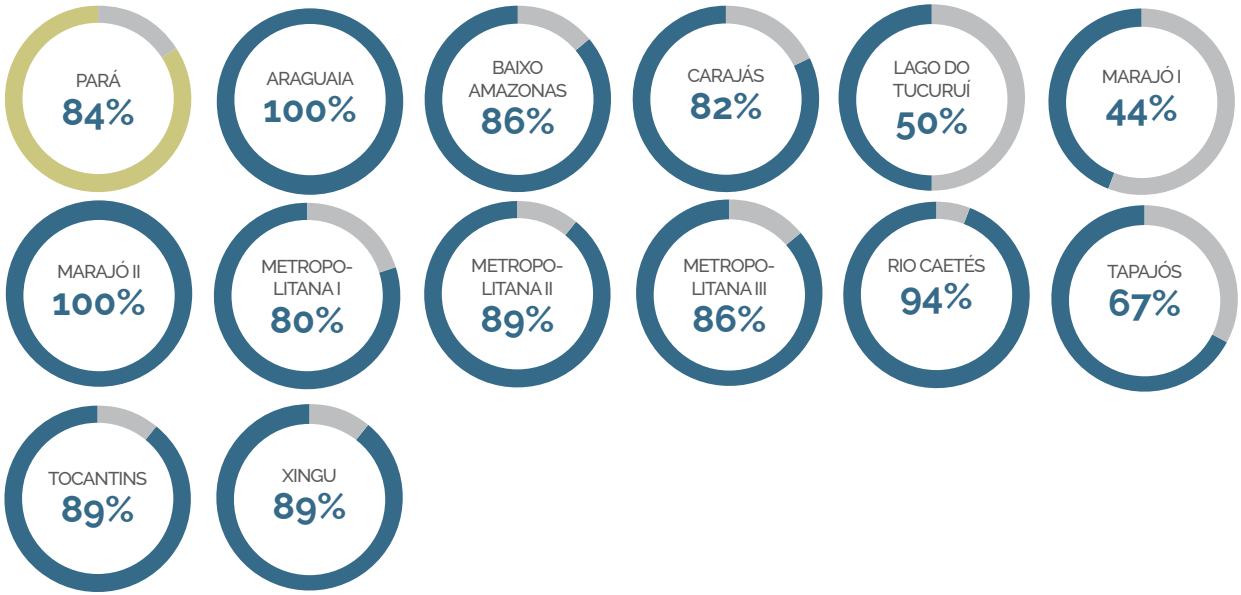
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

PARÁ

Dos 144 municípios do Pará, 121 (84%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 6.336.035 habitantes, o que representa 74% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 148.

FIGURA 148.
Percentual de municípios do Pará que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



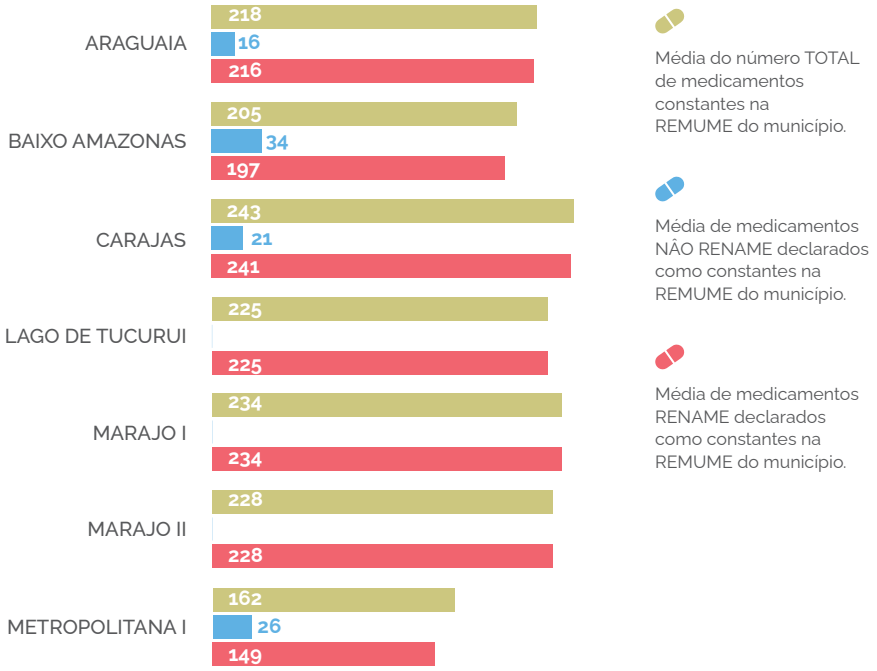
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

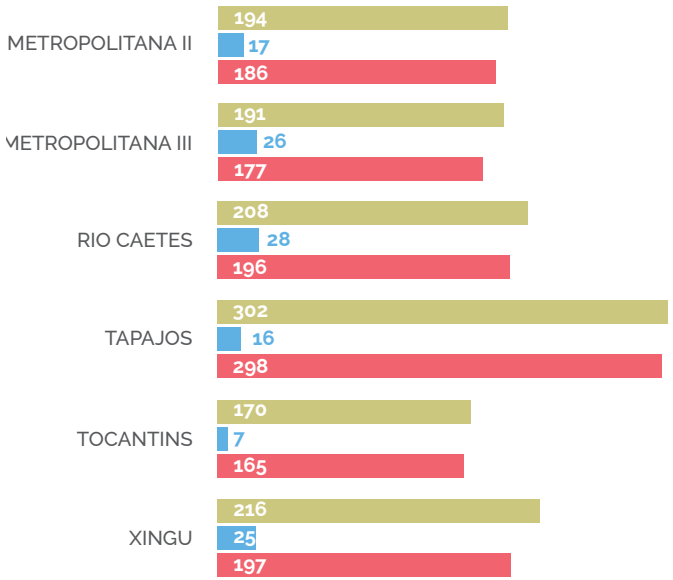
As regiões de saúde com maior participação dos municípios foram Araguaia e Marajó II, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na região Marajó I, onde apenas 44% dos municípios participou. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 162 na região Metropolitana I a 302 na região de Tapajós, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME, a região Baixo Amazonas apresentou a maior média, de 34 medicamentos. Os municípios das regiões Lago do Tucuruí, Marajó I e Marajó II não relataram a presença de nenhum medicamento NÃO RENAME em suas listas, o que significa que nos municípios dessas regiões são padronizados apenas medicamentos que integram a RENAME (Figura 149).

FIGURA 149.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios paraenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da região Metropolitana III com 41 medicamentos. O máximo de 386 medicamentos foi observado na região Rio Caetés. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por município(s) das regiões Baixo Amazonas, Metropolitana III e Rio Caetés. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O(s) município(s) com menor número de medicamentos nessa categoria pertence(m) a região Tocantins, com apenas 1 medicamento. Os municípios das regiões Lago de Tucuruí, Marajó I e Marajó II não possuem medicamentos NÃO RENAME em suas listas.

Além disso, nas regiões de Araguaia, Carajás, Marajó II, Metropolitana II, Rio Caeté e Tapajós foi declarada a inclusão do máximo de 364 medicamentos RENAME na REMUME de município(s) dessa região, ou seja, nesses municípios foram incluídos na relação municipal todos os itens do componente básico da RENAME na ocasião do levantamento.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes deste estado foram de 190, 20 e 199, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 15). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 15.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Pará participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

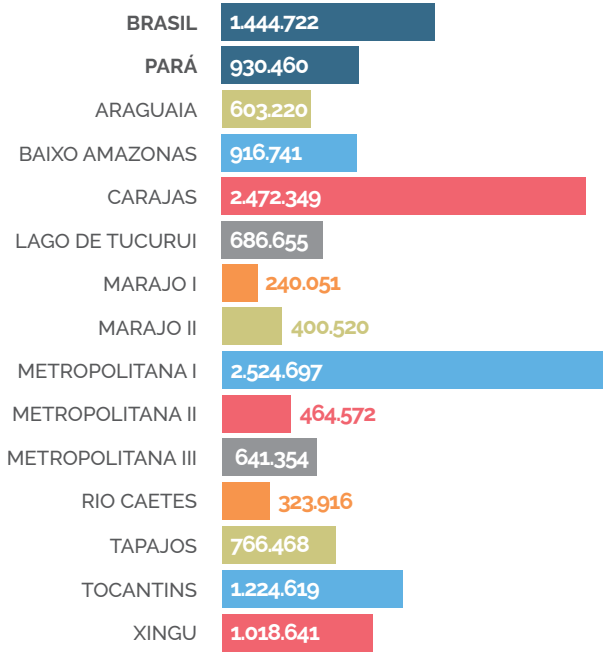
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ARAGUAIA	216	197	100	364	16	16	11	20	218	197	111	364
BAIXO AMAZONAS	197	206	113	255	34	48	4	50	205	206	142	290
CARAJAS	241	226	47	364	21	21	20	21	243	226	47	364
LAGO DE TUCURUI	225	190	167	318	---	---	---	---	225	190	167	318
MARAJO I	234	222	197	293	---	---	---	---	234	222	197	293
MARAJO II	228	216	133	364	---	---	---	---	228	216	133	364
METROPOLITANA I	149	139	127	192	26	26	5	47	162	142	127	239
METROPOLITANA II	186	149	95	364	17	19	10	21	194	168	105	364
METROPOLITANA III	177	174	41	363	26	29	2	50	191	199	41	363
RIO CAETES	196	188	72	364	28	28	5	50	208	197	104	386
TAPAJOS	298	330	167	364	16	16	16	16	302	338	167	364
TOCANTINS	165	153	58	265	7	5	1	19	170	164	63	265
XINGU	197	163	133	359	25	21	2	49	216	190	135	359
PARÁ (TOTAL)	**204**	**190**	**41**	**364**	**23**	**20**	**1**	**50**	**211**	**199**	**41**	**386**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Pará apresentou IDHM de 0,698 em 2017 abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,714, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios das regiões Metropolitana I e Carajás foi muito superior às médias estadual e nacional, sendo as mais altas observadas entre regiões de saúde do estado, e mais de dez vezes a média do PIB da região Marajó I, na qual foi observada a menor média paraense (Figura 150).

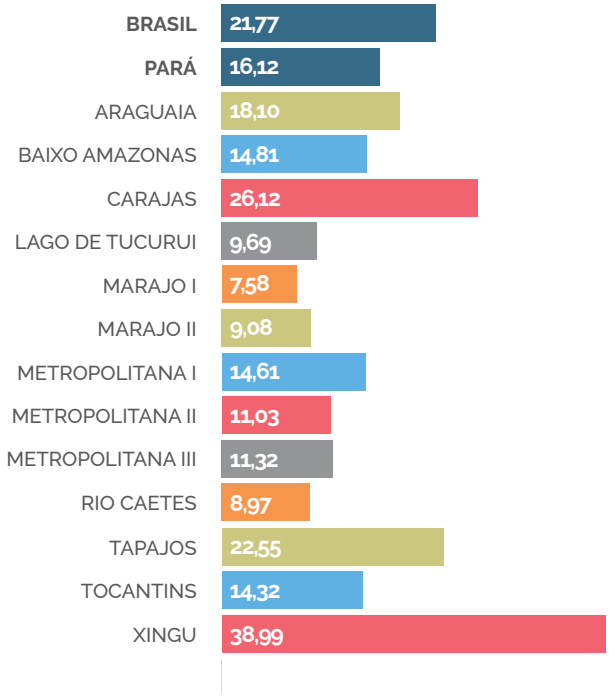
FIGURA 150.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e paraenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018 **Valores expressos em mil reais.*

Porém, ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região Xingu apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões sendo mais que cinco vezes a média do PIB *per capita* de Marajó I, região com a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 151).

FIGURA 151.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e paraenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



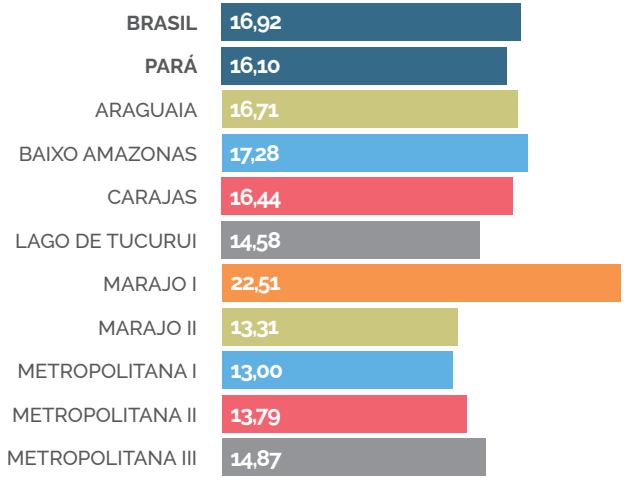
Fonte:CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

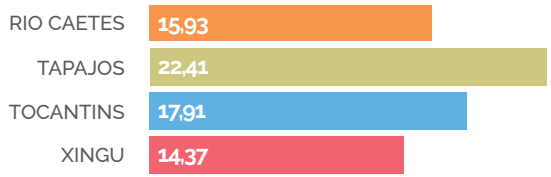
Tanto a média do PIB quanto do PIB *per capita* dos municípios do Pará ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Pará em 2016 foi de 72,1 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios paraenses em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região Metropolitana I e o maior na região Marajó I (Figura 152). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 152.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e paraenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



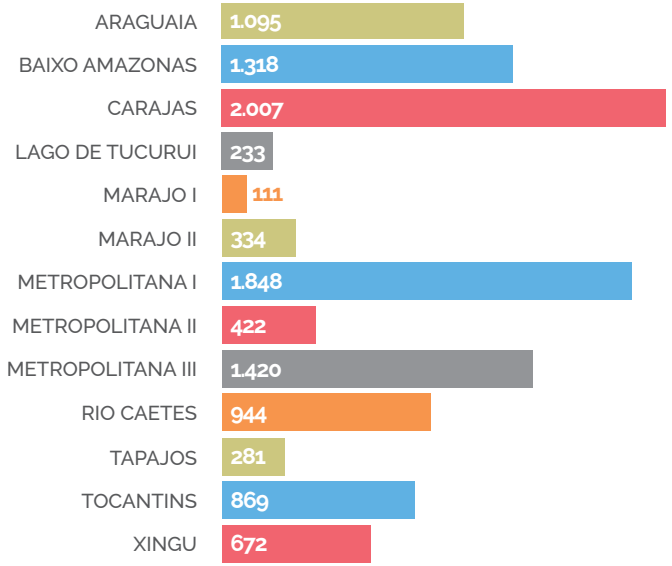


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Pará possui 11.536 profissionais de nível superior em saúde. A região Carajás apresentou o maior número, e o menor foi observado na região Marajó I (Figura 153).

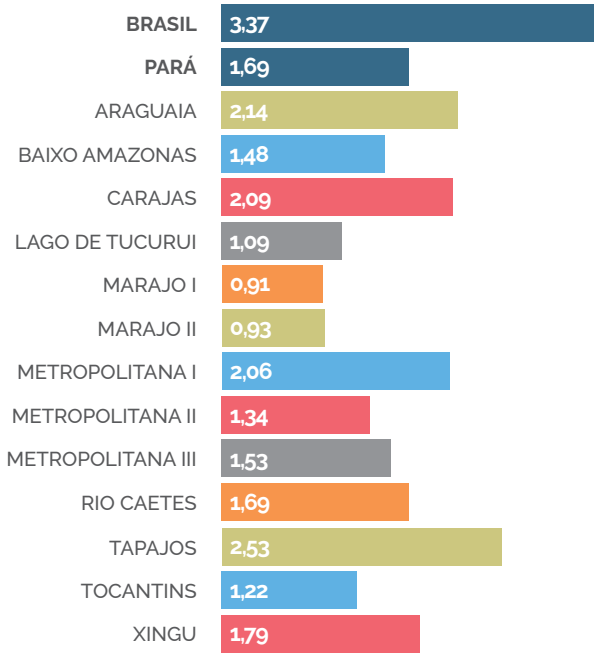
FIGURA 153.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios do Pará participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na região Tapajós e o menor na região Marajó I. Ambos, no entanto, inferiores à média nacional por mil habitantes, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 154). Vale destacar que o estado do Pará apresentou a menor média de profissional de nível superior em saúde por mil habitantes no conjunto das 27 unidades federativas.

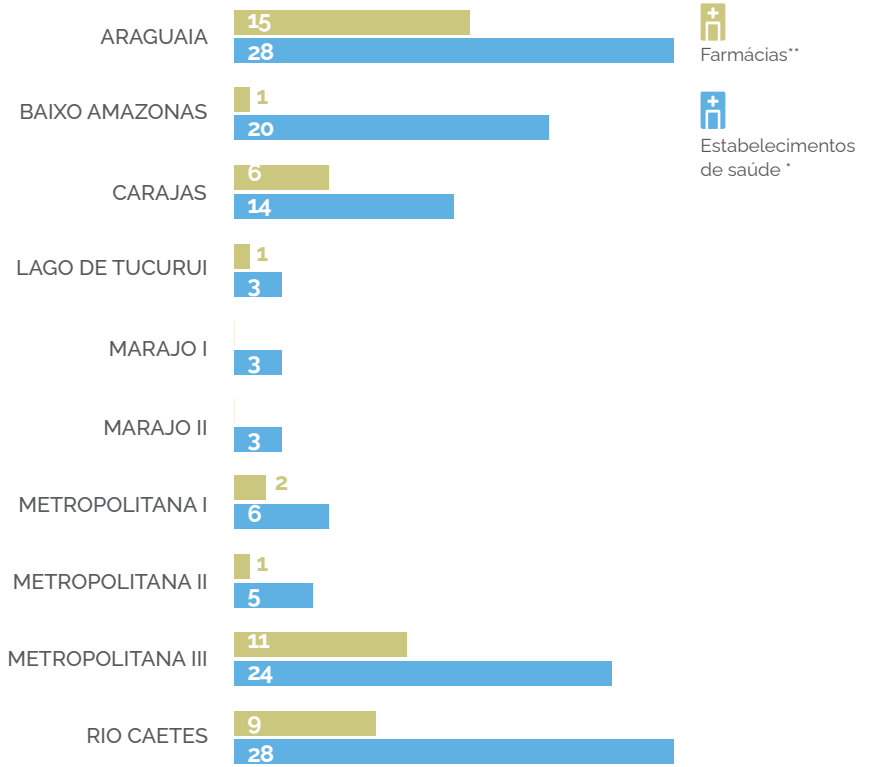
FIGURA 154.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e paraenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

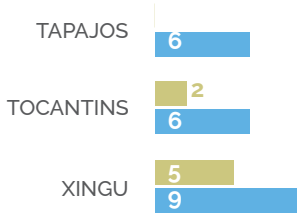


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

As regiões do Araguaia e de Rio Caetés apresentaram o maior número de estabelecimentos de saúde e as regiões de Lago do Tucuruí, Marajó I e Marajó II, o menor, com apenas 3 estabelecimento cadastrado no CNES. O maior número de farmácias foi observado na região Araguaia e as regiões Marajó I, Marajó II e Tapajós não apresentaram nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 155).

FIGURA 155.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios do Pará participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





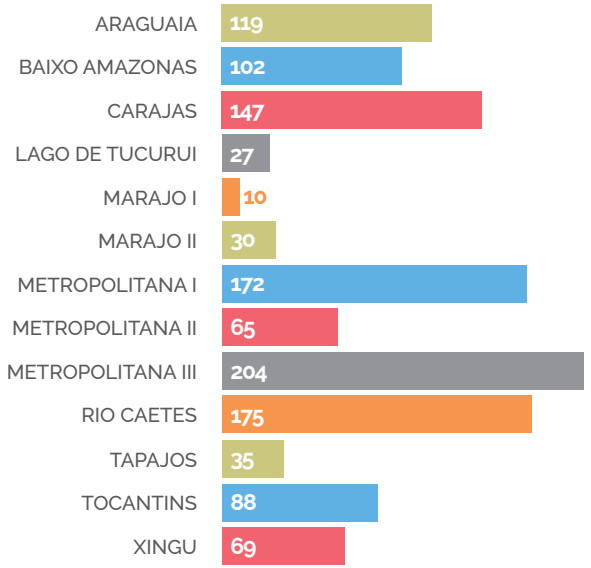
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/ unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/ essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 1243 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região com maior número de equipes é a Metropolitana III e o menor número foi observado na região Marajó I (Figura 156).

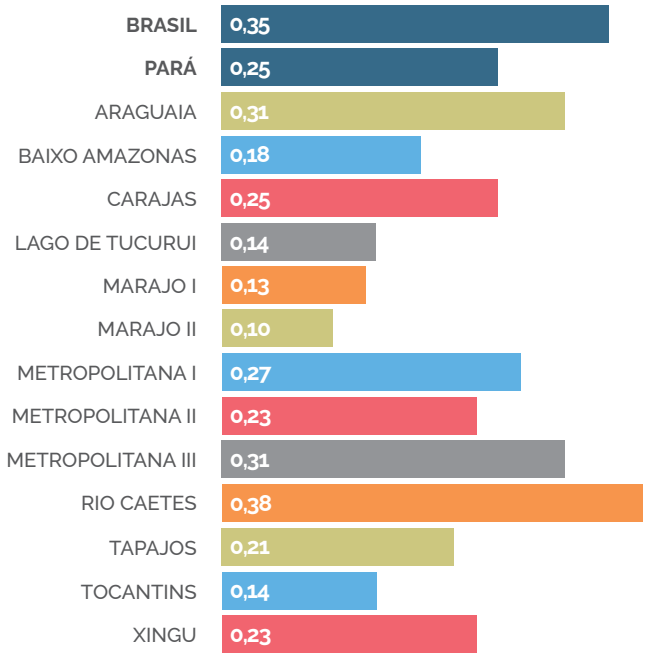
FIGURA 156.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios do Pará participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor é observado na região Rio Caetés, única com média acima da nacional. A menor média foi observada também na região Marajó I (Figura 157). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 157.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e paraenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

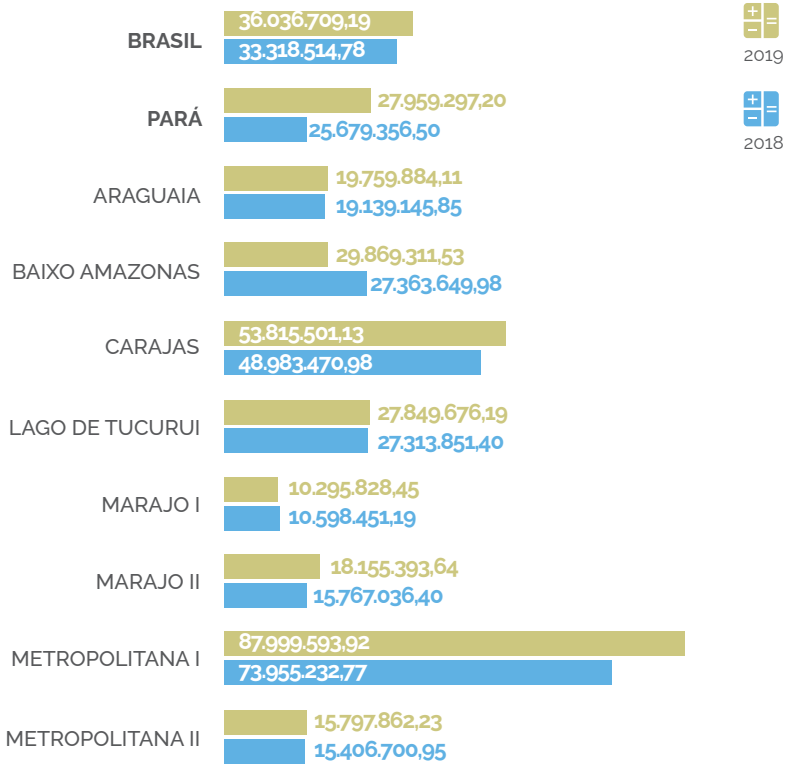


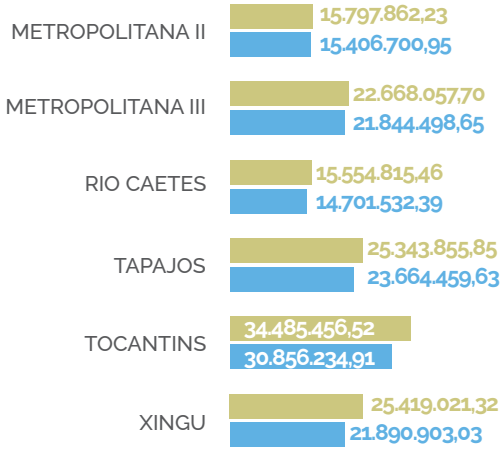
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região Metropolitana I, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores na região de Marajó I, em ambos os anos. Essa foi a única região paraense onde a despesa total em saúde regrediu no período observado (Figura 158).

FIGURA 158.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e paraenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

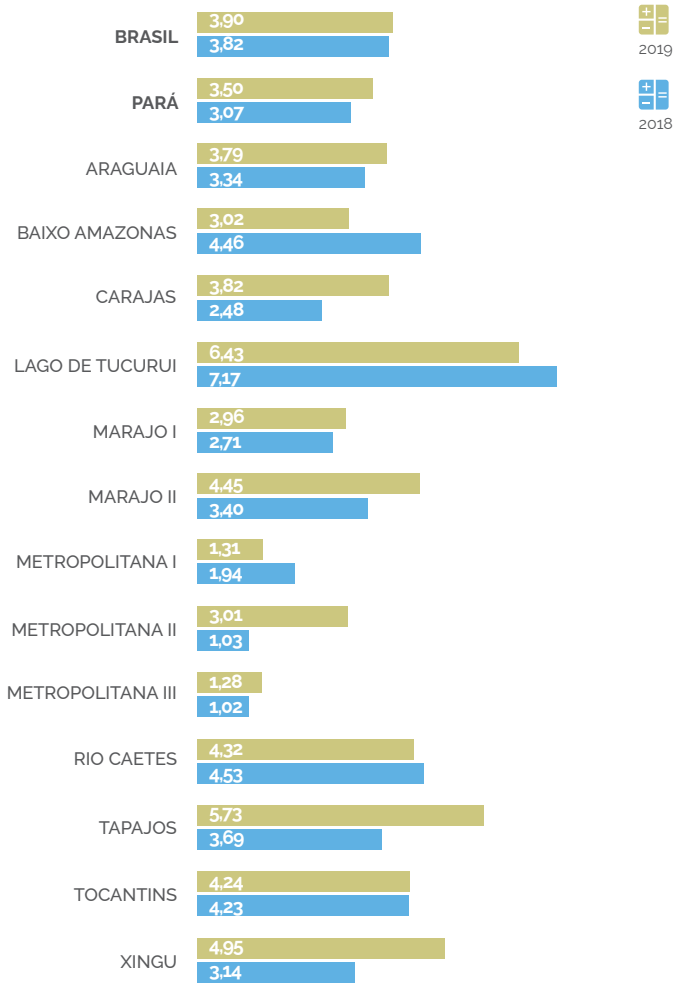




Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região de Lago de Tucuruí e as menores na região metropolitana III, tanto em 2018 quanto em 2019. No geral, o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde nas regiões do Pará oscilou no período. Maior crescimento percentual foi observado nas regiões Tapajós, Xingu e Carajás e as maiores quedas percentuais no Baixo Amazonas e Lago de Tucuruí. O percentual médio do estado ascendeu no período, contudo, ficou abaixo da média nacional (Figura 159). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 159.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e paraenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



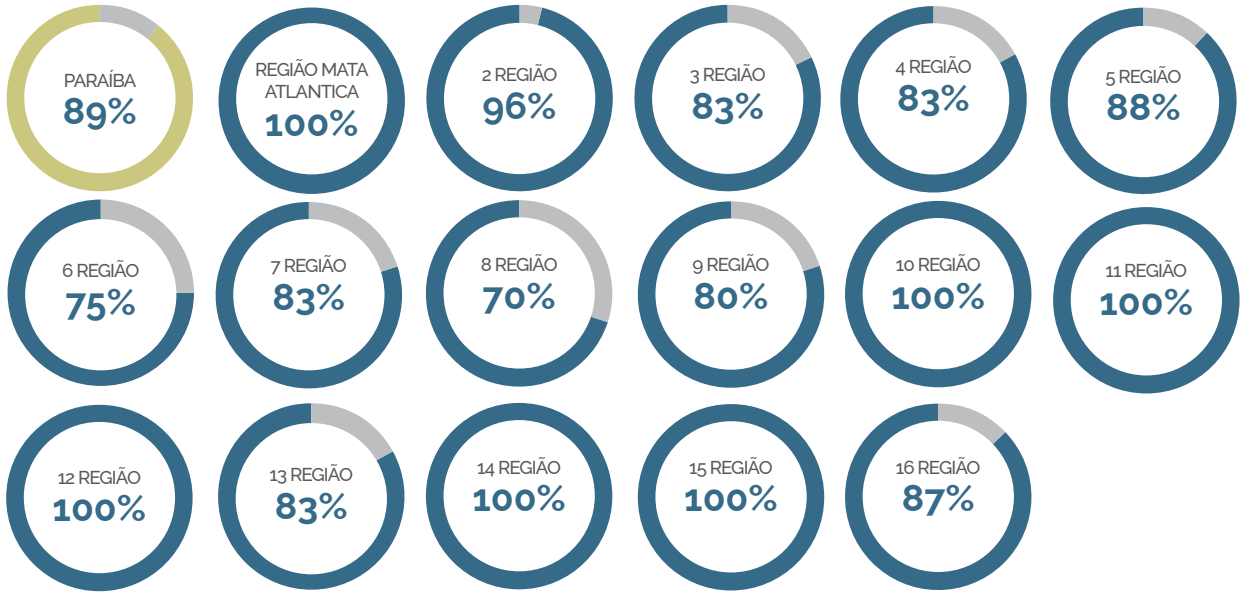
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

PARAÍBA

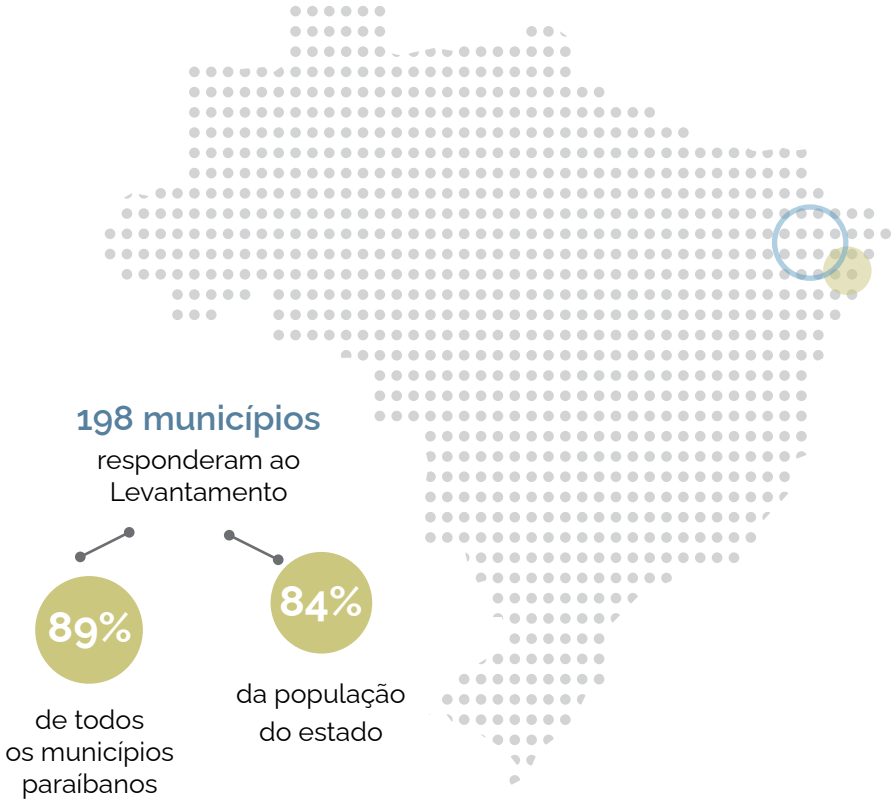
Dos 223 municípios da Paraíba, 198 (89%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 3.354.320 habitantes, o que representa 84% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 160.

FIGURA 160.
Percentual de municípios da Paraíba que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

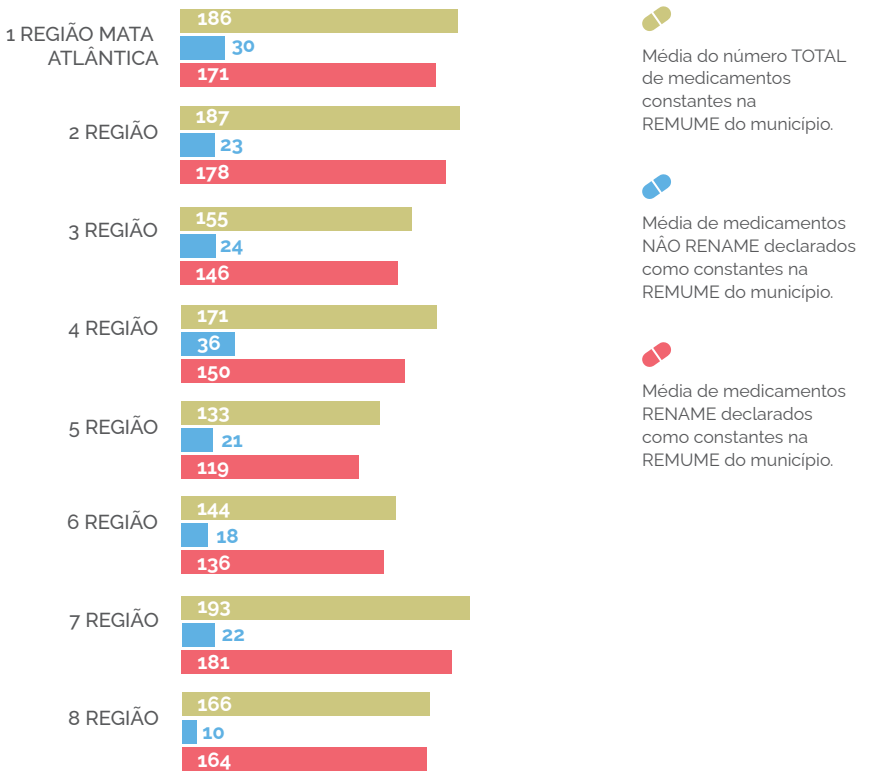


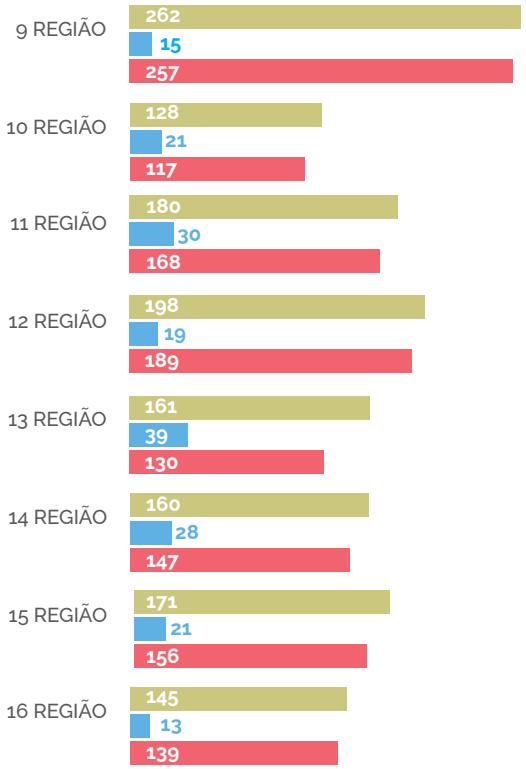
A 1ª, 10ª, 11ª, 12ª, 14ª e 15ª foram as regiões de saúde com maior participação dos municípios, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na 9ª Região, onde apenas 70% dos municípios participou. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 128 na 10ª Região a 262 na 9ª Região, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME, a 13ª Região apresentou a maior média, de 39 medicamentos e a menor média foi observada na 8ª Região, com 10 medicamentos (Figura 161).

FIGURA 161,
MÉDIA DE MEDICAMENTOS RENAME, NÃO RENAME E DO TOTAL DE medicamentos que compõem a REMUME dos municípios paraibanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da 10ª região com 24 medicamentos. O máximo de 402 medicamentos foi observado na 9ª Região. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos desta categoria foi declarado por onze das dezesseis regiões de saúde do estado. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O(s) município(s) com menor número de medicamentos nessa categoria pertence(m) à 2ª, 3ª, 5ª., 6ª e 16ª região, com apenas 1 medicamento.

Além disso, na 2ª, 7ª, 8ª, 9ª e 12ª região foi declarada a inclusão do máximo de 364 medicamentos RENAME na REMUME de município(s) dessa região. Ou seja, nesses municípios foram incluídos na relação municipal todos os itens do componente básico da RENAME na ocasião do levantamento.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 145, 17 e 159, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 16). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 16.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios da Paraíba participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

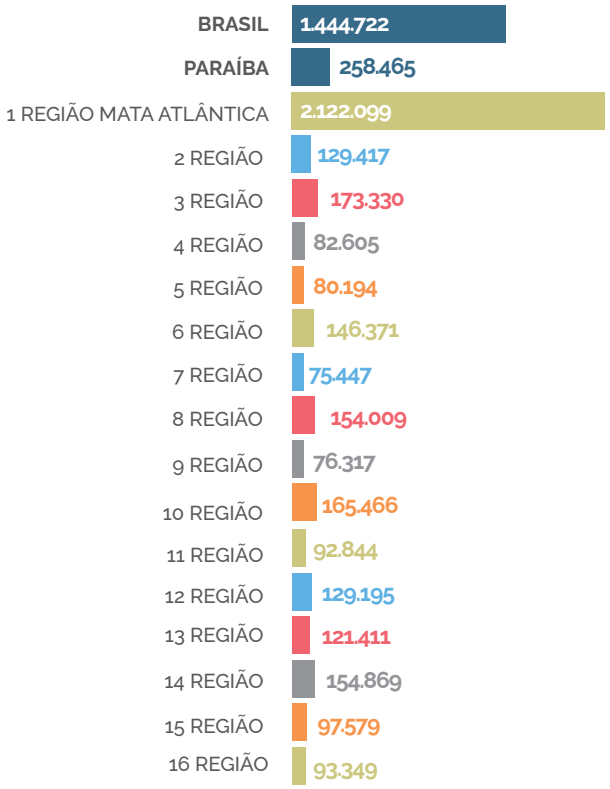
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
1 REGIAO MATA ATLANTICA	171	166	77	335	30	28	10	50	186	189	97	335
2 REGIAO	178	142	72	364	23	29	1	41	187	163	72	364
3 REGIAO	146	142	42	222	24	22	1	50	155	150	81	222
4 REGIAO	150	153	108	224	36	40	6	50	171	163	108	259
5 REGIAO	119	103	77	190	21	14	1	50	133	122	78	240
6 REGIAO	136	121	60	271	18	11	1	50	144	139	60	272
7 REGIAO	181	146	72	364	22	18	2	50	193	148	87	364
8 REGIAO	164	148	48	364	10	10	10	10	166	158	48	364
9 REGIAO	257	270	156	364	15	9	5	38	262	270	159	402
10 REGIAO	117	104	24	269	21	14	10	50	128	114	24	269
11 REGIAO	168	144	122	240	30	29	10	50	180	168	144	240
12 REGIAO	189	171	100	364	19	10	4	47	198	182	100	369
13 REGIAO	130	143	52	158	39	40	28	50	161	166	102	193
14 REGIAO	147	131	76	313	28	20	10	50	160	152	86	313
15 REGIAO	156	152	74	284	21	19	3	50	171	171	91	291
16 REGIAO	139	144	79	180	13	8	1	45	145	144	79	197
PARAÍBA (TOTAL)	**161**	**145**	**24**	**364**	**23**	**17**	**1**	**50**	**172**	**159**	**24**	**402**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, a Paraíba apresentou IDHM de 0,722 em 2017 abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,780, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da 1ª Região foi muito superior às médias estadual e nacional, sendo a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e quase trinta vezes a média do PIB da 7ª Região, na qual foi observada a menor média paraense (Figura 162).

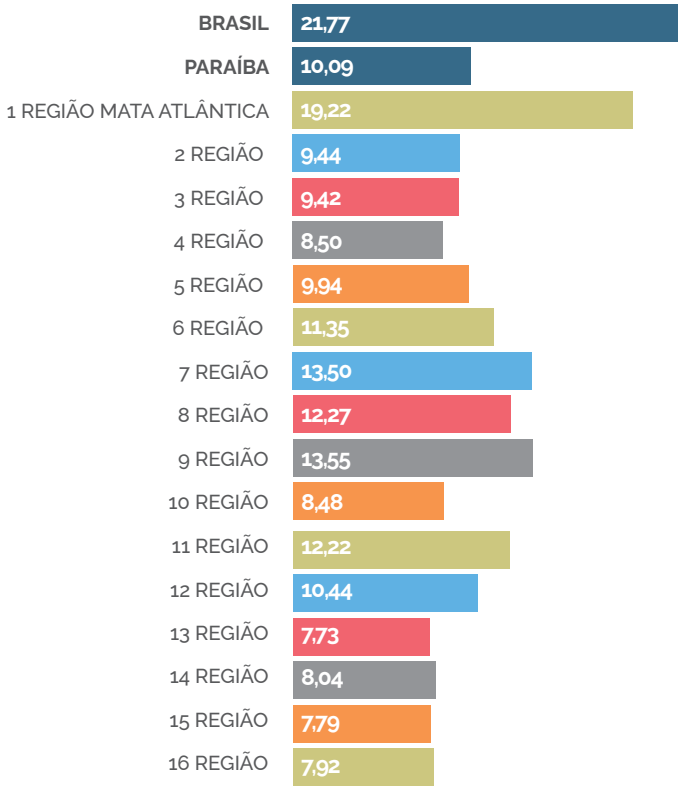
FIGURA 162.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e paraibanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da 1ª Região também apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões sendo quase três vezes a média do PIB *per capita* de 11ª Região, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 163).

FIGURA 163:
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e paraibanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



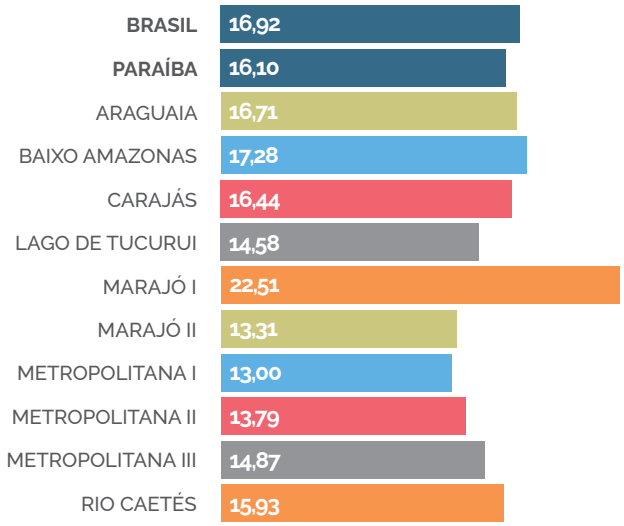
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto do PIB *per capita* dos municípios da Paraíba ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado da Paraíba em 2016 foi de 73,2 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios paraibanos em 2017 foi superior à média nacional. O menor valor foi observado na 14ª Região e o maior na 7ª Região (Figura 164). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

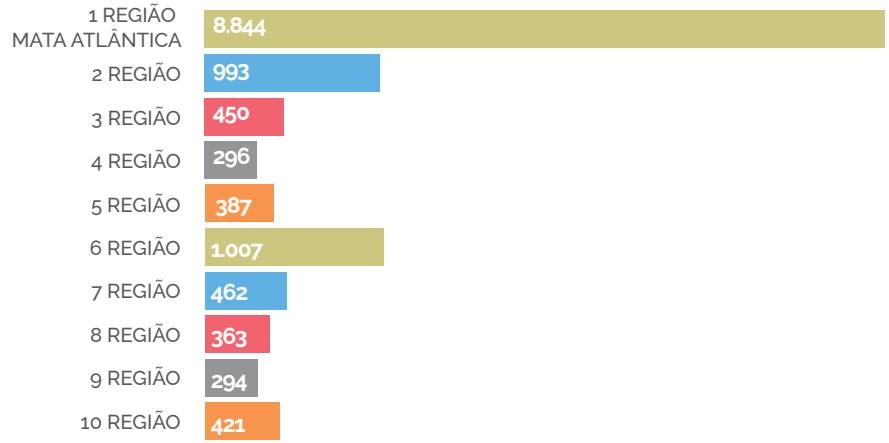
FIGURA 164.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e paraibanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

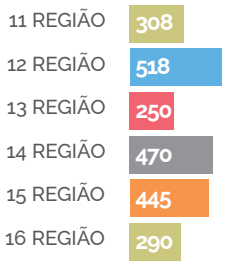


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, a Paraíba possui 15.798 profissionais de nível superior em saúde. A maioria desses profissionais atua na 1ª Região, e o menor número foi observado na 13ª Região (Figura 165).

FIGURA 165.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios da Paraíba participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

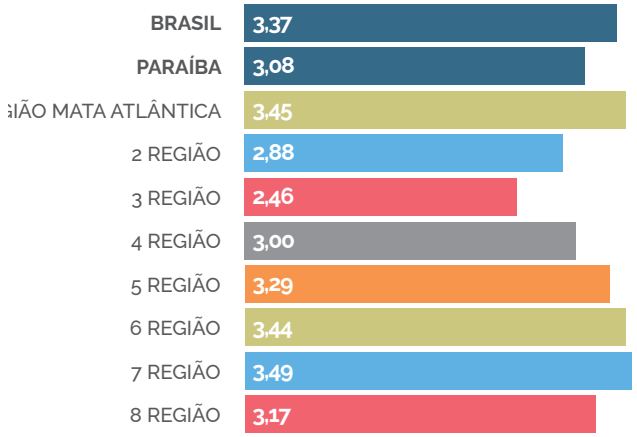


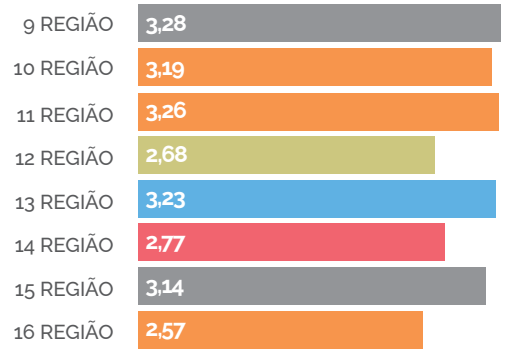


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média destes profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na 7ª Região e o menor na 3ª Região. A média estadual no ficou abaixo da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 166).

FIGURA 166.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e paraibanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

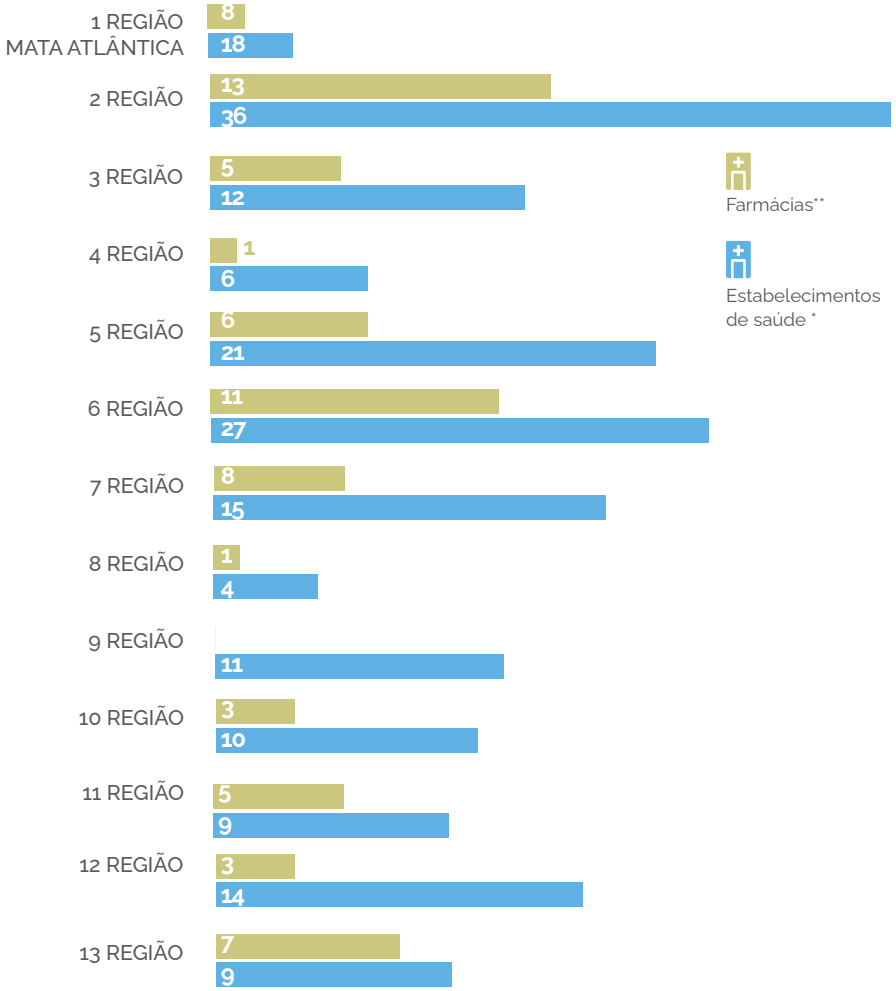




Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A 2ª Região apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e a 8ª Região, o menor, com apenas 4 estabelecimento cadastrado no CNES. O maior número de farmácias também foi observado na 2ª Região e a 9ª Região não apresentou nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 167).

FIGURA 167.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios da Paraíba participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



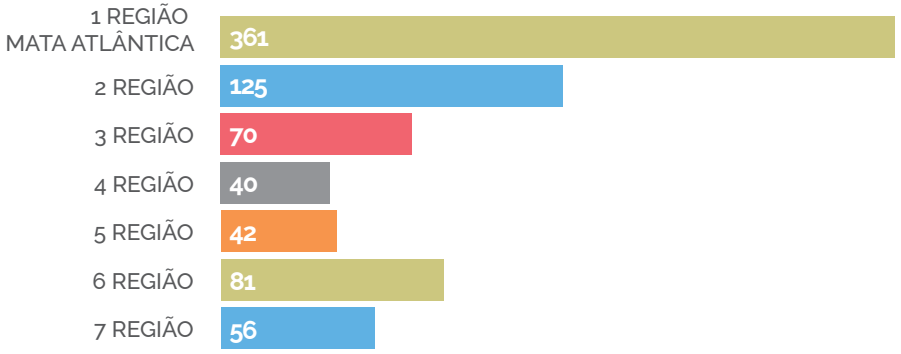
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

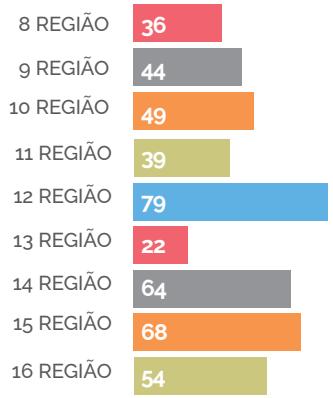
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 1230 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A 1ª Região possui o maior número de equipes, com aproximadamente um quarto do total do estado e o menor número de ESF foi observado na 13ª Região (Figura 168).

FIGURA 168.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios da Paraíba participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

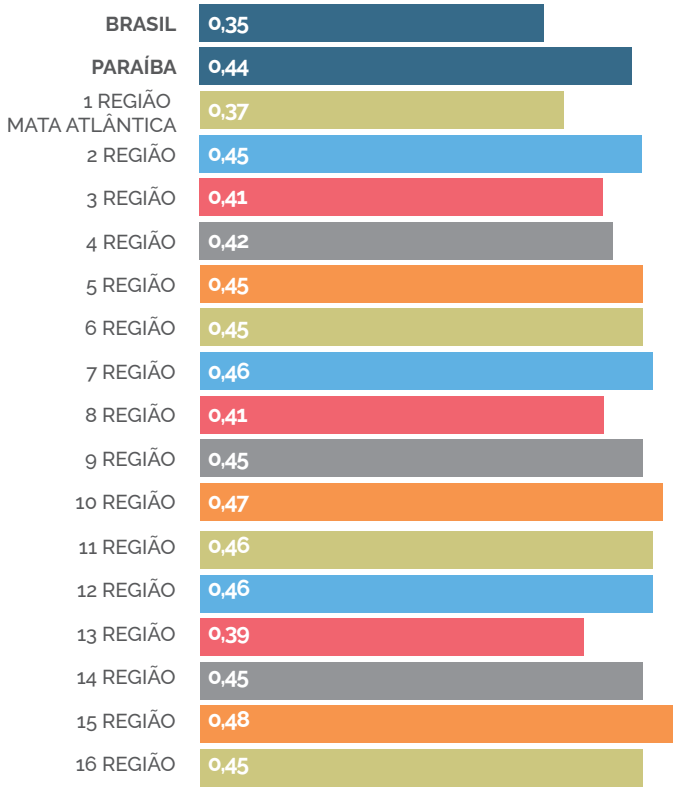




Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na 15ª região e o menor foi observado na 1ª Região. Vale ressaltar que todas as regiões de saúde da Paraíba apresentaram média de ESF por mil habitantes superiores à média nacional do período, para os municípios participantes (Figura 169). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

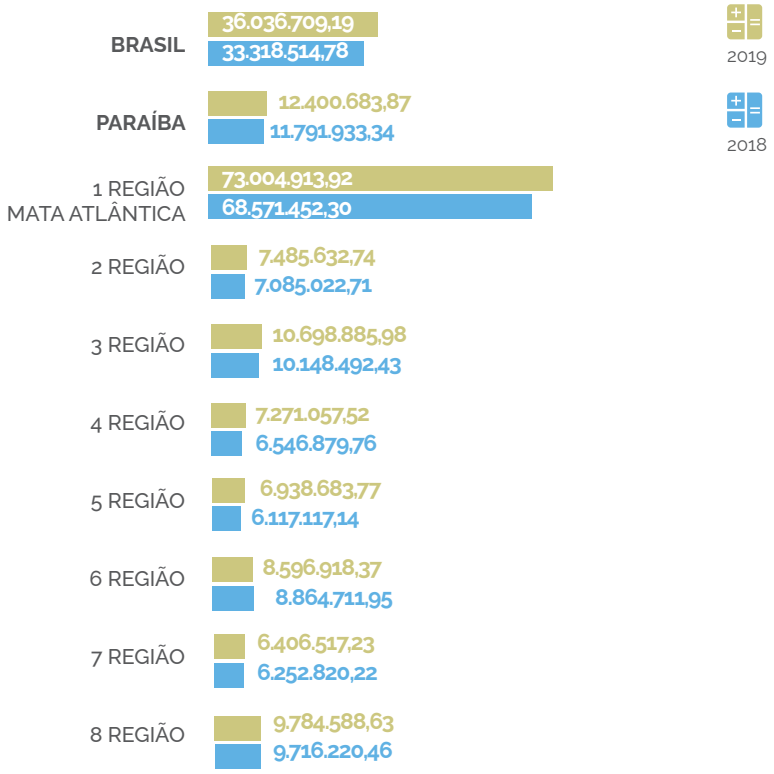
FIGURA 169.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e paraibanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

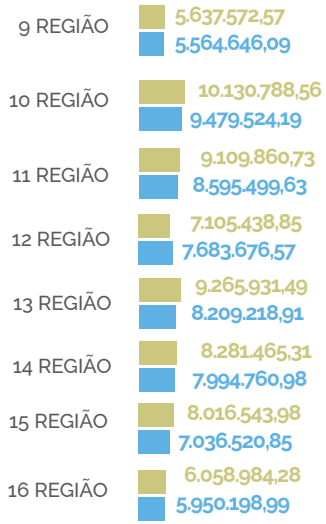


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da 1ª Região, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores na 9ª Região, em ambos os anos. No geral, a despesa total em saúde cresceu de 2018 para 2019, com exceção da 6ª e da 12ª região, onde os valores regrediram no período observado (Figura 170).

FIGURA 170:
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e paraibanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

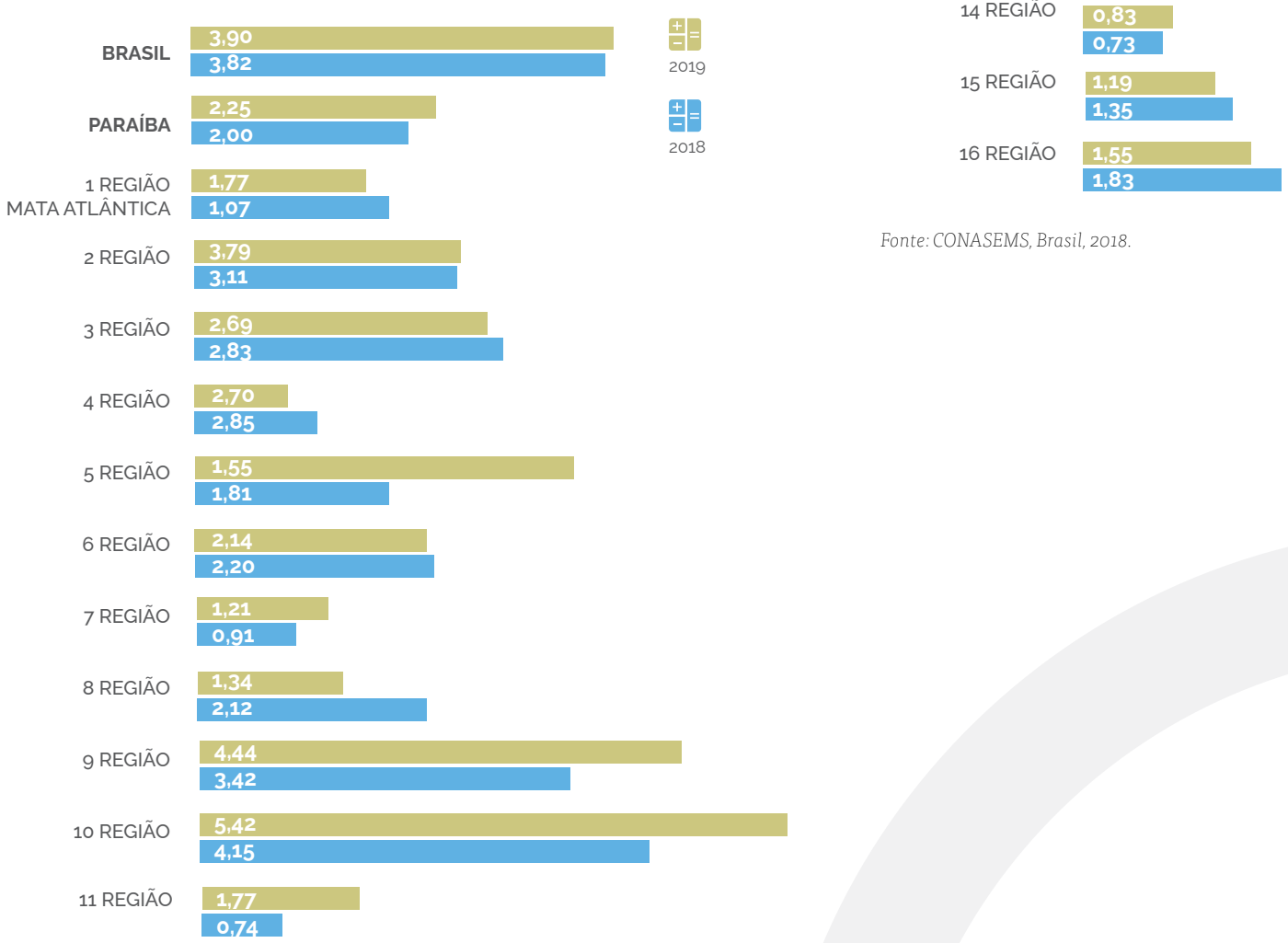




Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na 10ª Região e as menores na 14ª Região, tanto em 2018 quanto em 2019. No geral, o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde nas regiões da Paraíba oscilou no período. Maior crescimento percentual foi observado na 10ª e na 9ª região e a maior queda na 8ª Região. O percentual médio do estado ascendeu no período, contudo, ficou abaixo da média nacional (Figura 171). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 171.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e paraibanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



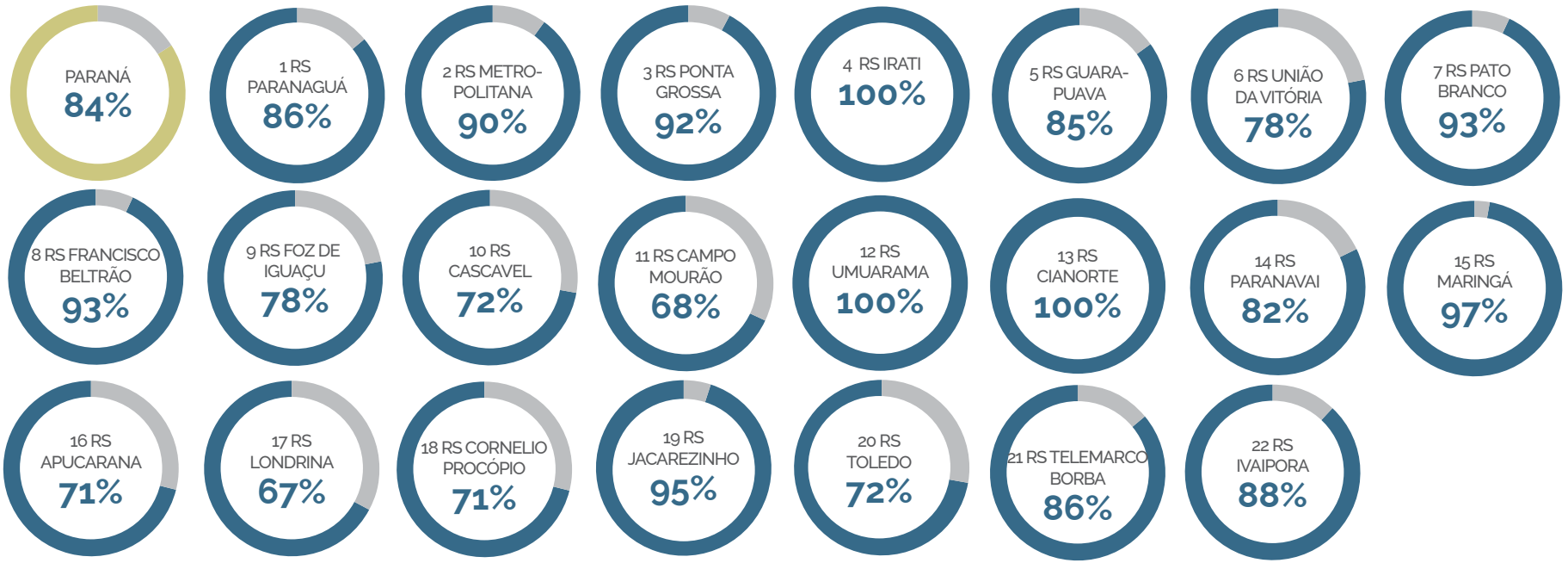
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

PARANÁ

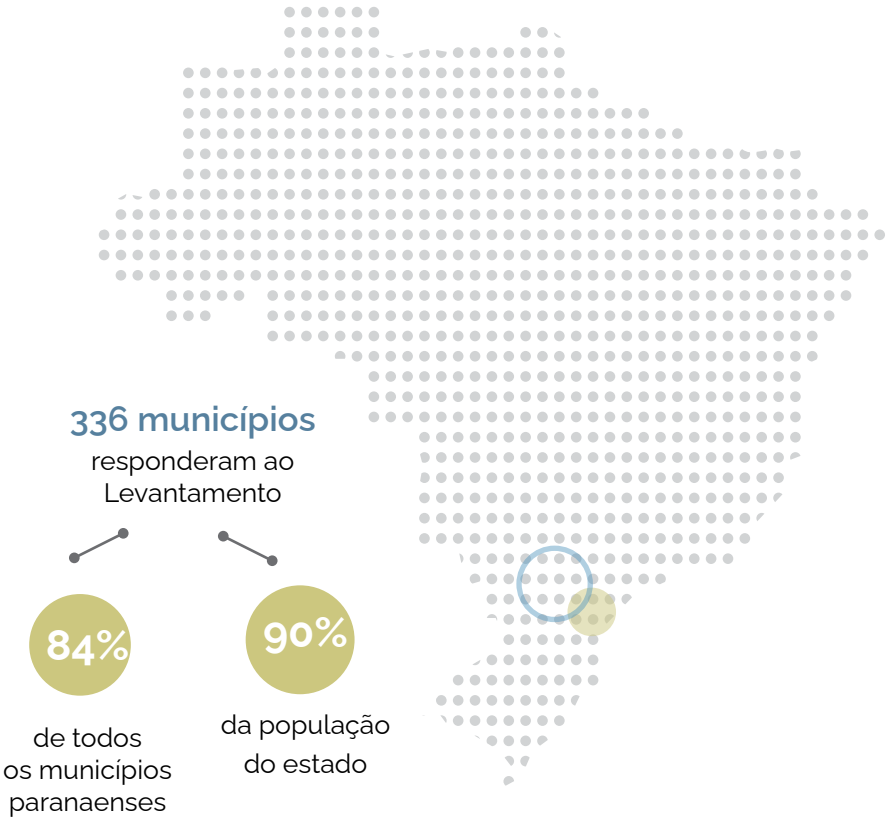
Dos 399 municípios do Paraná, 336 (84%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 10.214.823 habitantes, o que representa 90% da população deste estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 172.

FIGURA 172.
Percentual de municípios do Paraná que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

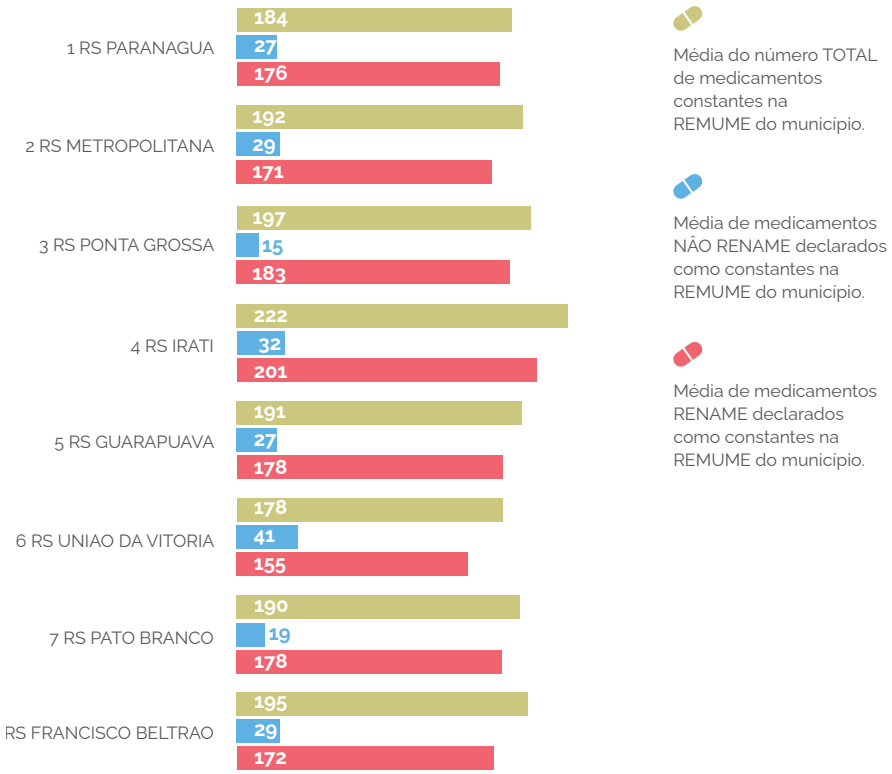


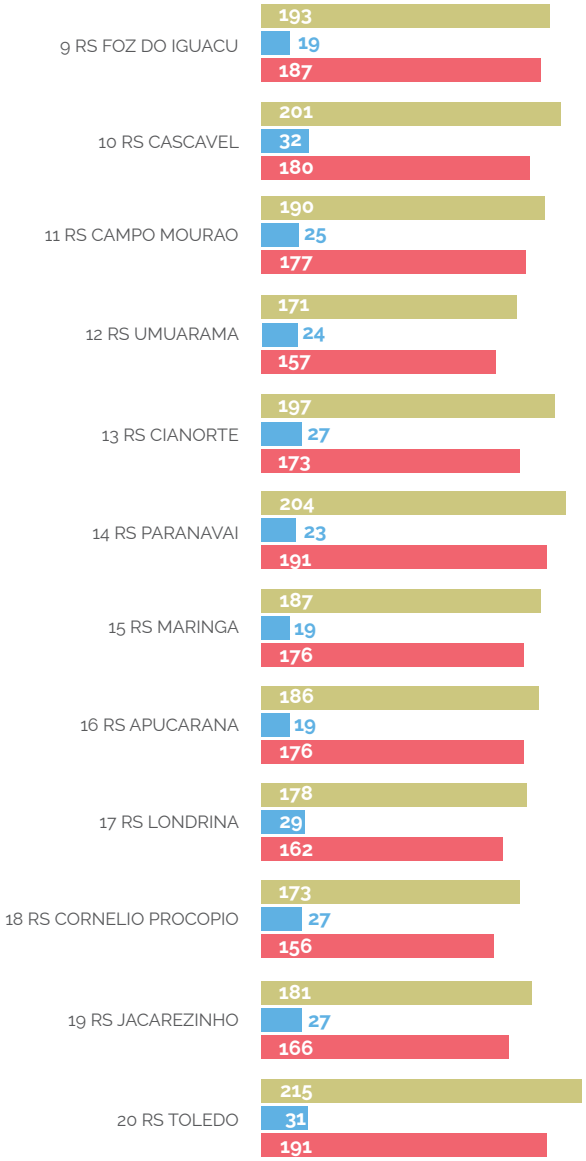
As regiões de saúde com maior participação dos municípios foram a 4ª RS Irati, 12ª RS Umuarama e a 13ª RS Cianorte, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na 17ª RS Londrina, onde 67% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

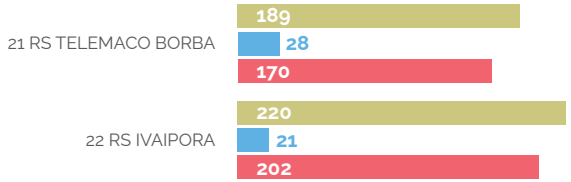
A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 171 na 12ª RS Umuarama a 222 na 4ª RS Irati, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME, a 6ª RS União da Vitória apresentou a maior média, de 41 medicamentos e a menor média foi observada na 3ª RS Ponta Grossa, com 15 medicamentos (Figura 173).

FIGURA 173.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios paranaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde







Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que* ***não*** *estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da 16ª RS Apucarana com 25 medicamentos, o máximo de 373 medicamentos foi observado na 13ª RS Cianorte. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por dezoito das vinte e duas regiões de saúde do estado. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O(s) município(s) com menor número de medicamentos nessa categoria pertence(m) à 7ª RS Pato Branco, 11ª RS Campo Mourão, 12ª RS Umuarama, 17ª RS Londrina e 22ª RS Ivaiporã, com apenas 1 medicamento.

Além disso, na 13ª RS Cianorte foi declarada a inclusão do máximo de 364 medicamentos RENAME na REMUME de município(s) dessa região. Ou seja, nesses municípios foram incluídos na relação municipal todos os itens do Componente Básico da RENAME na ocasião do levantamento.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 174, 23 e 192, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 17). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 17.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Paraná participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

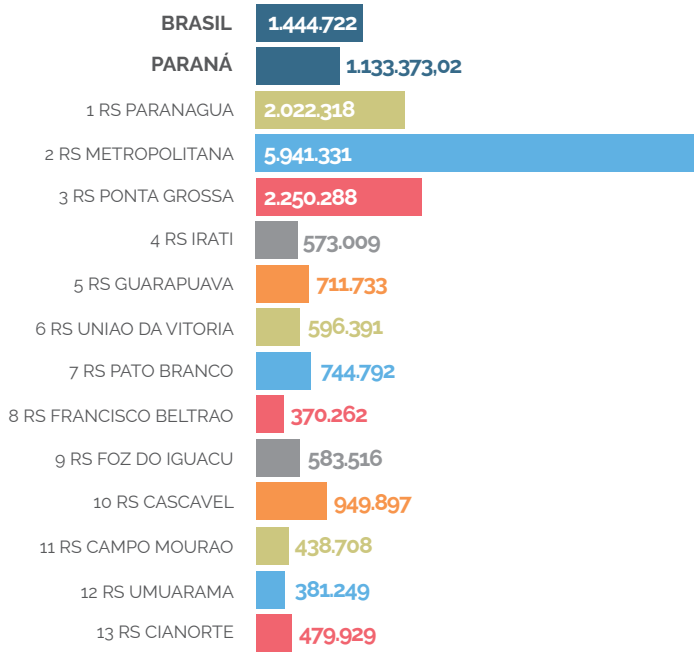
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
1 RS PARANAGUA	176	176	138	216	27	27	3	50	184	191	138	216
2 RS METROPOLITANA	171	169	122	204	29	30	2	50	192	196	126	247
3 RS PONTA GROSSA	183	184	126	324	15	14	4	40	197	206	130	328
4 RS IRATI	201	188	147	282	32	35	8	50	222	200	156	282
5 RS GUARAPUAVA	178	182	127	254	27	29	8	50	191	192	133	254
6 RS UNIAO DA VITORIA	155	179	29	212	41	50	13	50	178	179	29	262
7 RS PATO BRANCO	178	181	135	203	19	20	1	48	190	197	155	235
8 RS FRANCISCO BELTRAO	172	176	120	199	29	30	6	50	195	197	120	246
9 RS FOZ DO IGUACU	187	191	153	219	19	19	15	23	193	206	153	219
10 RS CASCAVEL	180	183	27	248	32	33	9	50	201	207	27	257
11 RS CAMPO MOURAO	177	174	153	204	25	26	1	43	190	188	153	236
12 RS UMUARAMA	157	160	96	204	24	20	1	50	171	165	96	238
13 RS CIANORTE	173	154	138	364	27	19	9	50	197	174	147	373
14 RS PARANAVAI	191	181	138	295	23	15	5	50	204	200	138	344
15 RS MARINGA	176	168	122	329	19	17	5	50	187	182	127	329
16 RS APUCARANA	164	168	25	224	34	44	10	50	189	207	25	244
17 RS LONDRINA	162	157	123	232	29	30	1	50	178	178	124	232
18 RS CORNELIO PROCOPIO	156	162	126	202	27	27	10	50	173	168	126	237
19 RS JACAREZINHO	166	167	55	214	27	25	6	50	181	184	55	253
20 RS TOLEDO	191	190	154	256	31	35	9	50	215	215	154	306
21 RS TELEMACO BORBA	170	177	137	205	28	25	10	50	189	194	137	242
22 RS IVAIPORA	202	194	135	301	21	10	1	50	220	217	135	301
PARANÁ (TOTAL)	**175**	**174**	**25**	**364**	**26**	**23**	**1**	**50**	**192**	**192**	**25**	**373**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Paraná apresentou IDHM de 0,792 em 2017, acima da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,773, abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da 2ª RS Metropolitana foi muito superior às médias estadual e nacional, sendo a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e mais que trinta vezes a média do PIB da 22ª RS Ivaiporã, na qual foi observada a menor média paranaense (Figura 174).

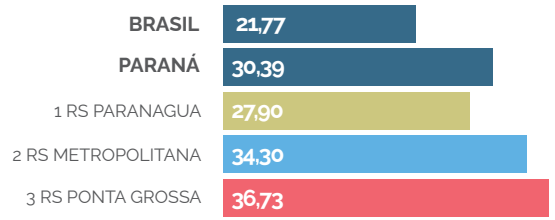
FIGURA 174.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e paranaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

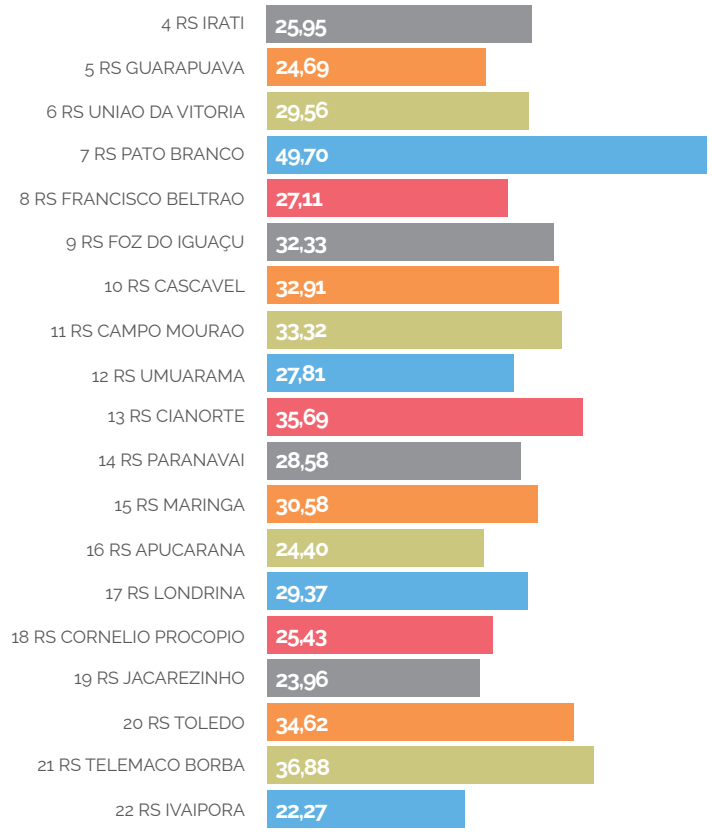


Fonte:CONASEMS, Brasil, 2018
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da 7ª RS Pato Branco apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo mais que o dobro da média do PIB *per capita* de 22ª RS Ivaiporã, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 175).

FIGURA 175.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e paranaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





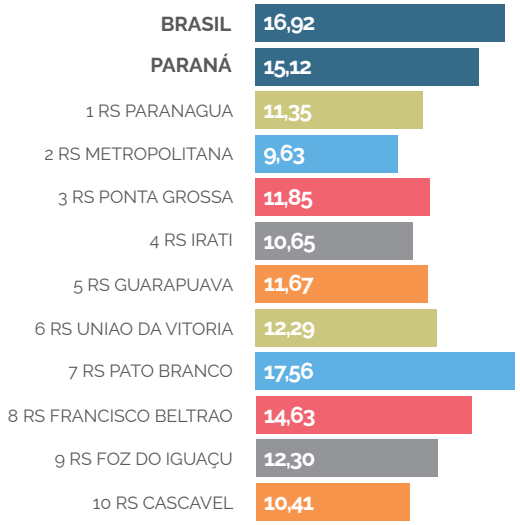
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

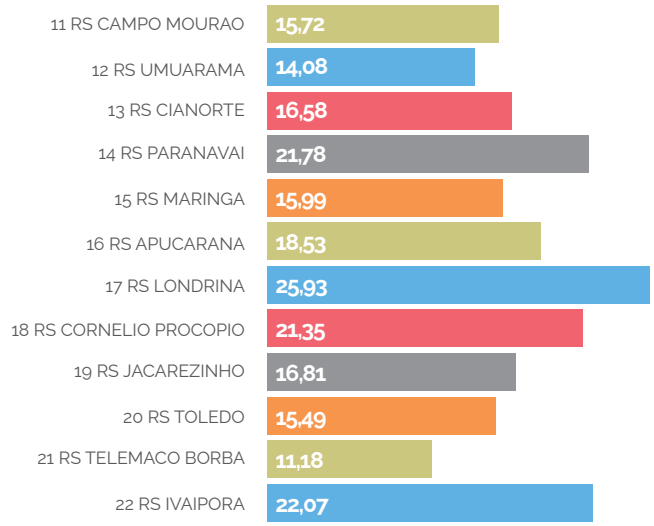
Embora a média do PIB do Paraná tenha sido inferior à média brasileira, a média do PIB *per capita* dos municípios paranaenses ficou acima da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Paraná em 2016 foi de 77,1 anos, acima da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios paranaenses em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na 2ª RS Metropolitana e o maior na 17ª RS Londrina (Figura 176). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 176.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e paranaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

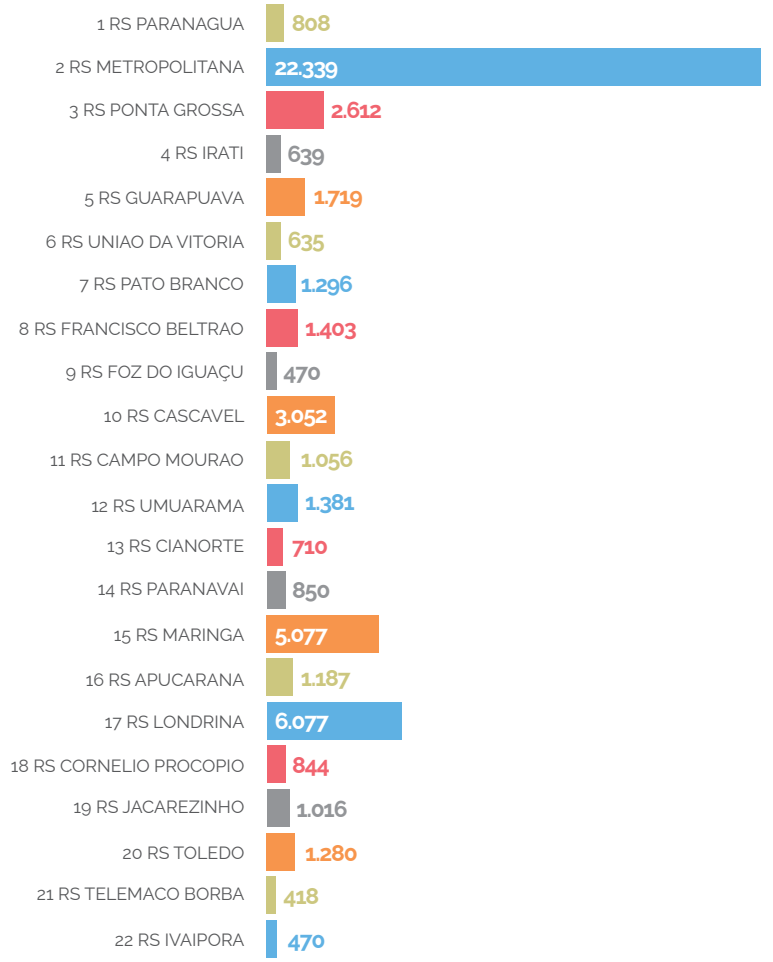




Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Paraná possui 55.344 profissionais de nível superior em saúde. O maior número de profissionais atua na 2ª RS Metropolitana e o menor número foi observado na 21ª RS Telêmaco Borba (Figura 177).

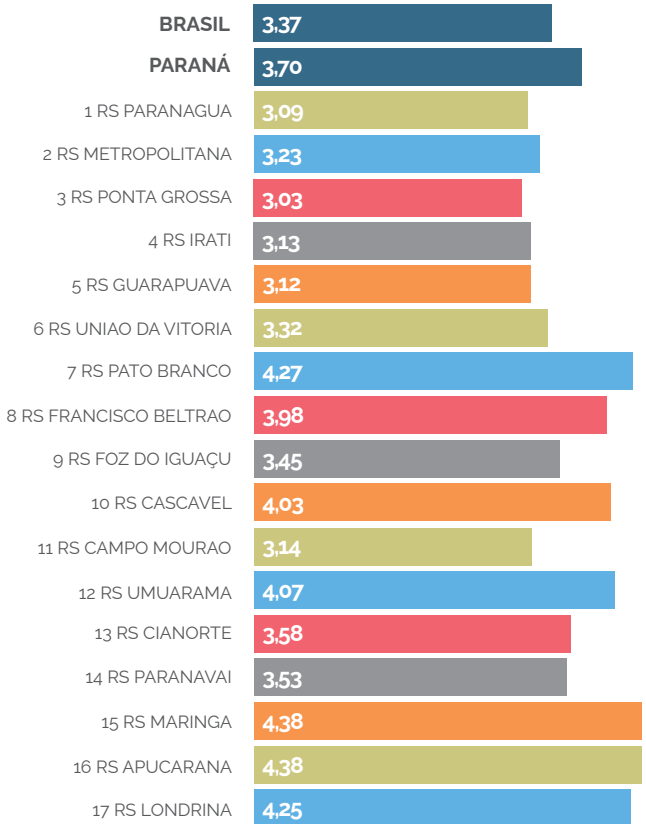
FIGURA 177.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios do Paraná participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na 17ª RS Londrina e o menor na 21ª RS Telêmaco Borba. A média estadual ficou acima da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 178).

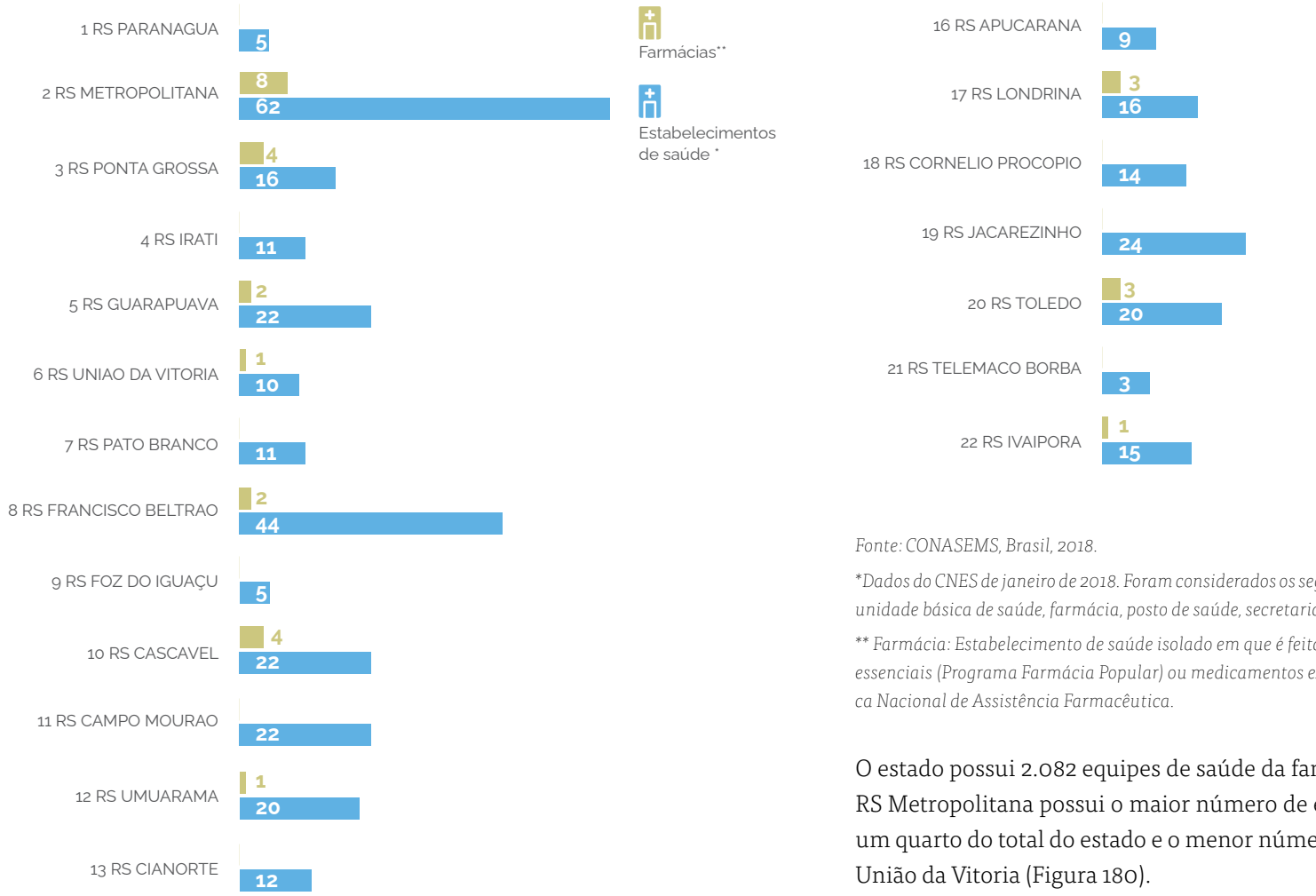
FIGURA 178.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e paranaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A 2ª RS apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e o menor número foi observado na 1ª RS Paranaguá e na 9ª RS Foz do Iguaçu, com apenas 5 estabelecimento cadastrado no CNES. O maior número de farmácias também foi observado na 2ª RS Metropolitana e metade das regiões de saúdo do Paraná não apresentou nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 179).

FIGURA 179.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios do Paraná participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



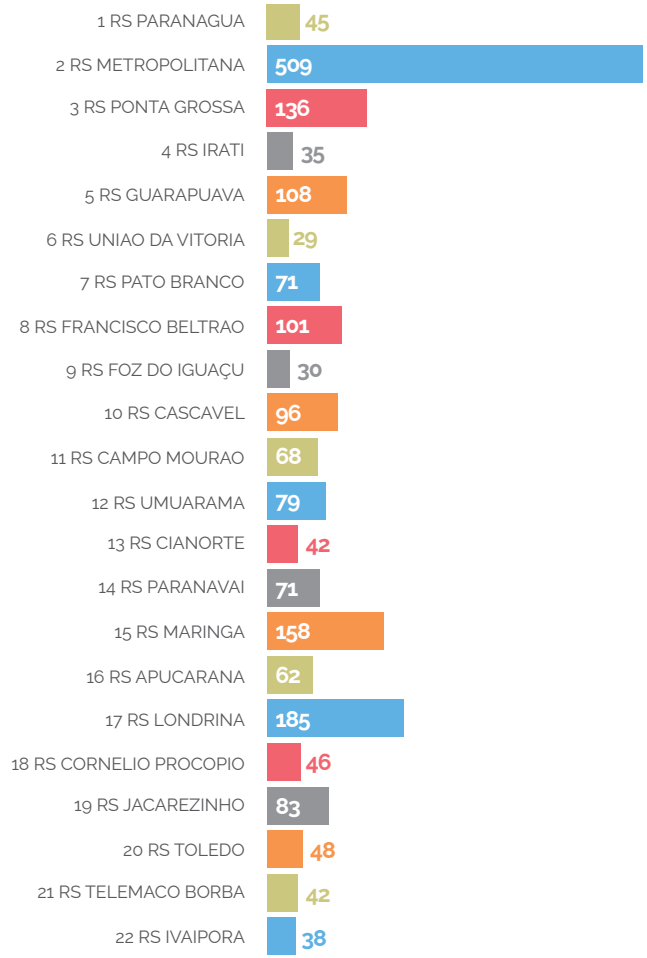
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 2.082 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A 2ª RS Metropolitana possui o maior número de equipes, com aproximadamente um quarto do total do estado e o menor número de ESF foi observado na 6ª RS União da Vitoria (Figura 180).

FIGURA 180.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios do Paraná participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

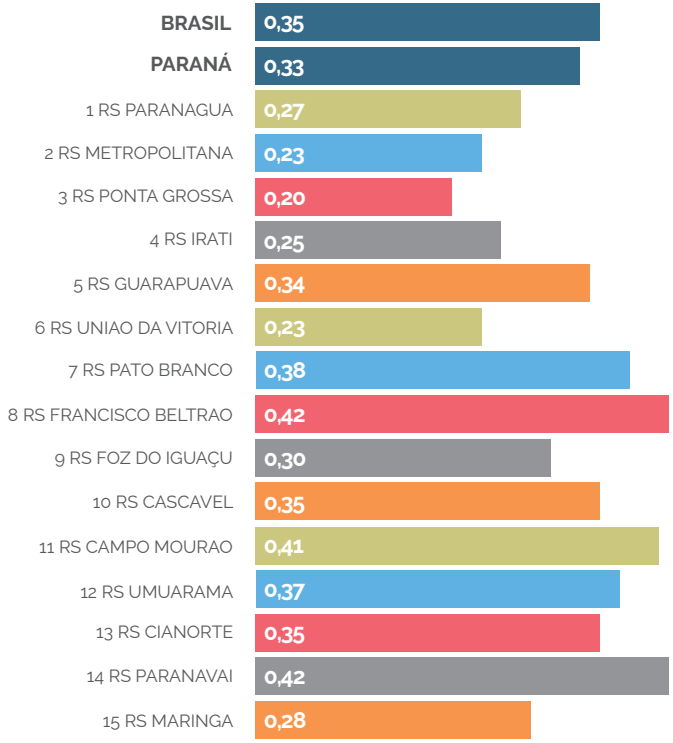


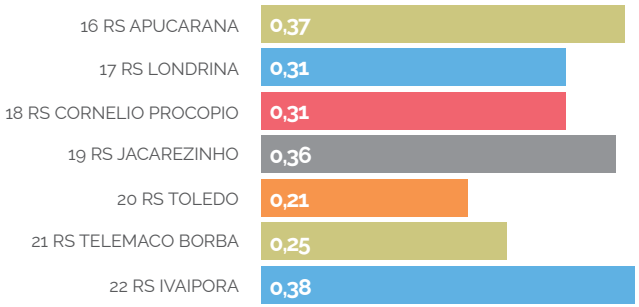
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na 8ª RS Francisco Beltrão e na 14ª RS Paranavaí; o menor foi observado na 3ª RS Ponta Grossa. Vale ressaltar que o Paraná apresentou média de ESF por mil habitantes inferior à média nacional do período, para os municípios participantes (Figura 181). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 181.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e paranaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



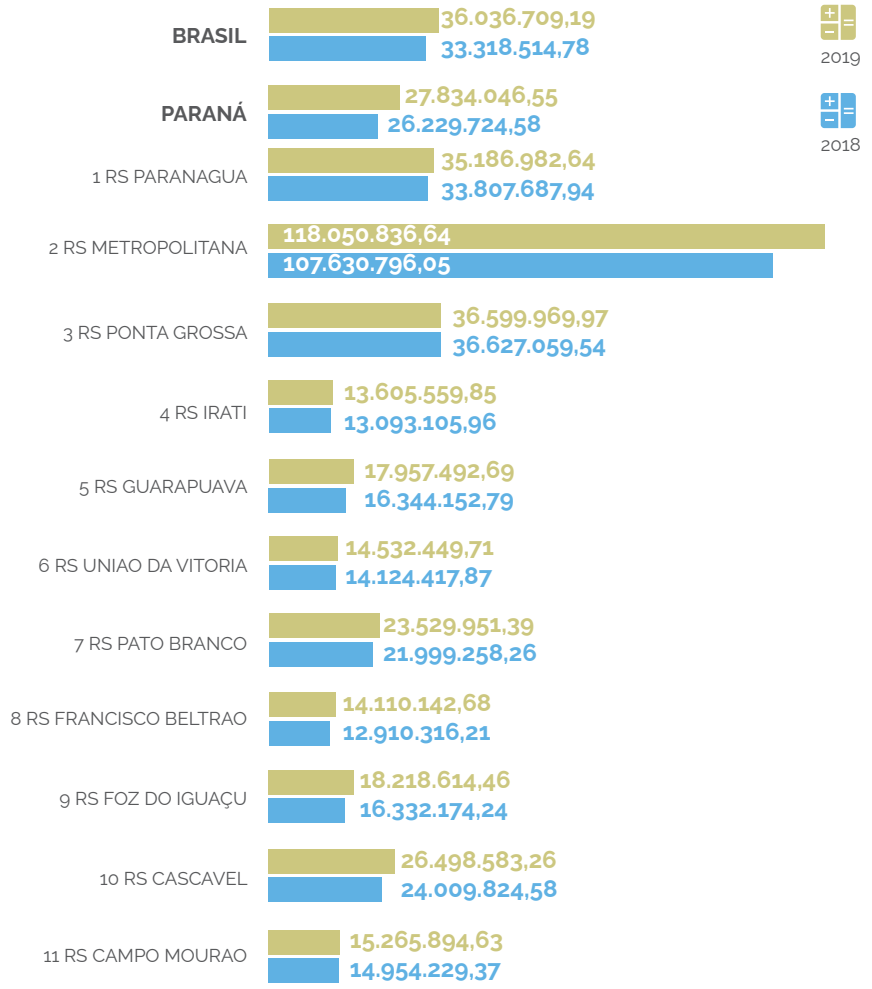


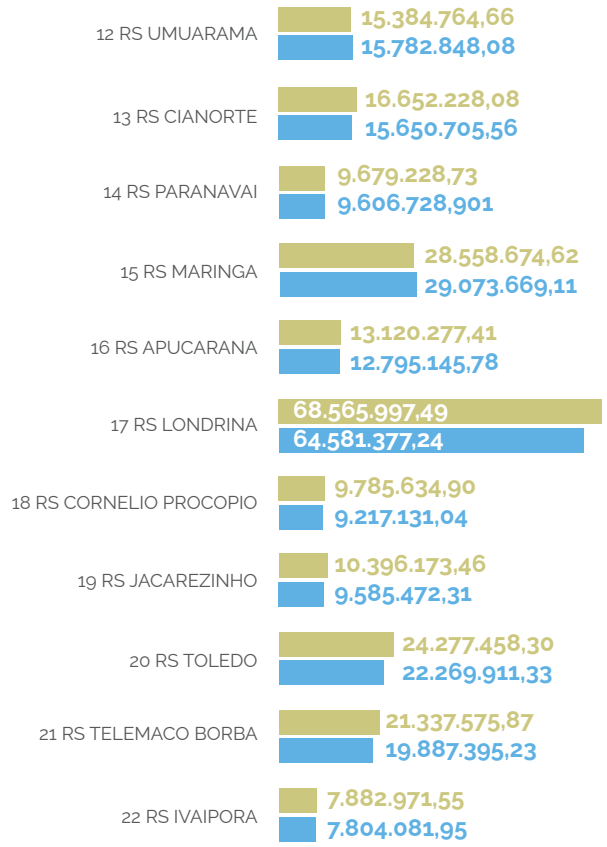
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAÚDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da 2ª RS Metropolitana, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores na 22ª RS Ivaiporã, em ambos os anos. No geral, a despesa total em saúde cresceu de 2018 para 2019, com exceção da 3ªRS Ponta Grossa e da 12ª RS Umuarama, onde os valores apresentaram leve queda no período observado (Figura 182).

FIGURA 182.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e paranaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



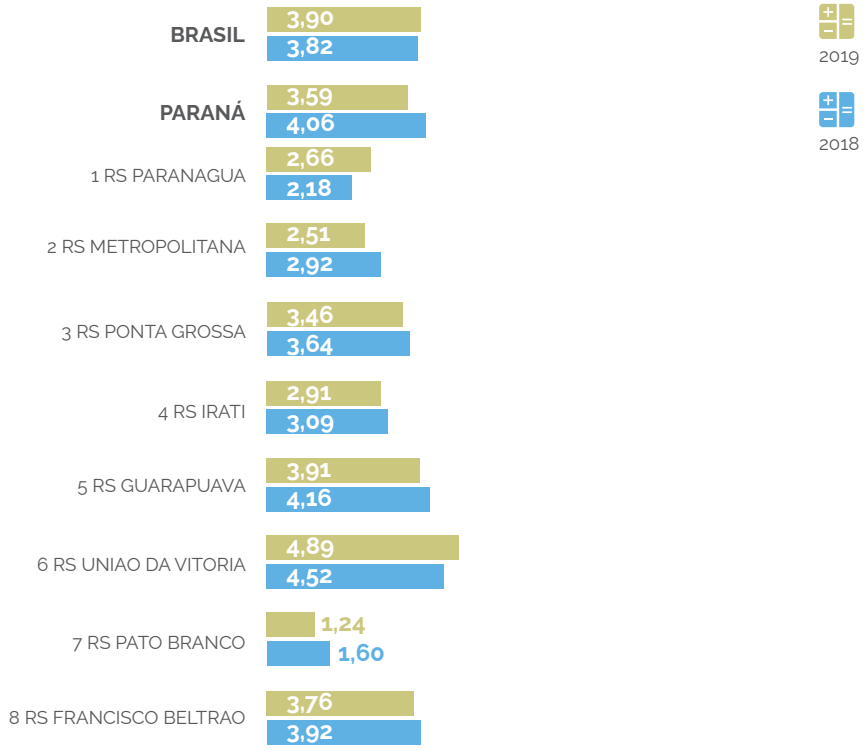


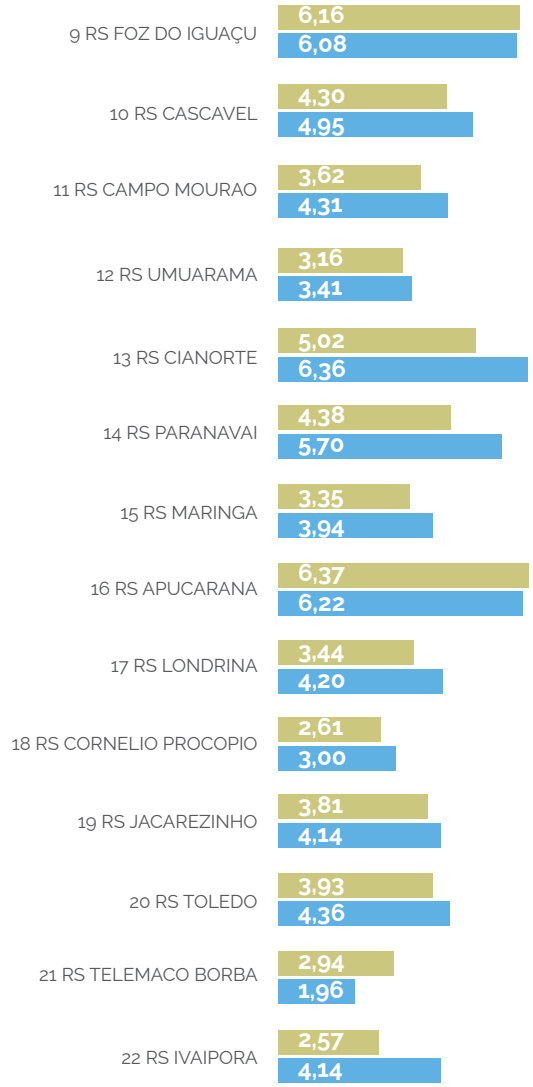
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na 13ª RS Cianorte em 2018 e na 16ª RS Apucarana em 2019; a 7ª RS Pato Branco apresentou os menores percentuais médios tanto em 2018 quanto em 2019. Maior crescimento percentual foi observado na 21ª RS Telêmaco Borba e a maior queda na 22ª RS Ivaiporã. O percentual médio do estado caiu no período, sendo que em 2018 esteve acima e em 2019 ficou abaixo da média nacional. (Figura 183). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 183.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e paranaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





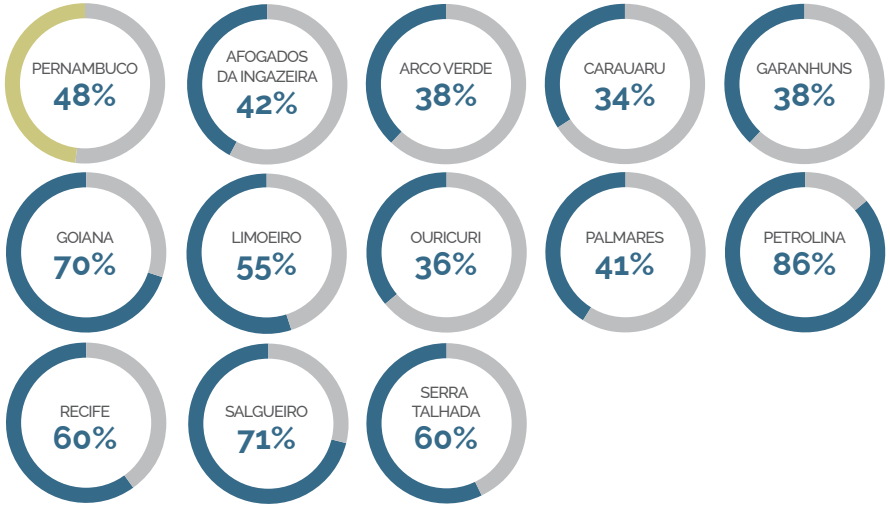
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

PERNAMBUCO

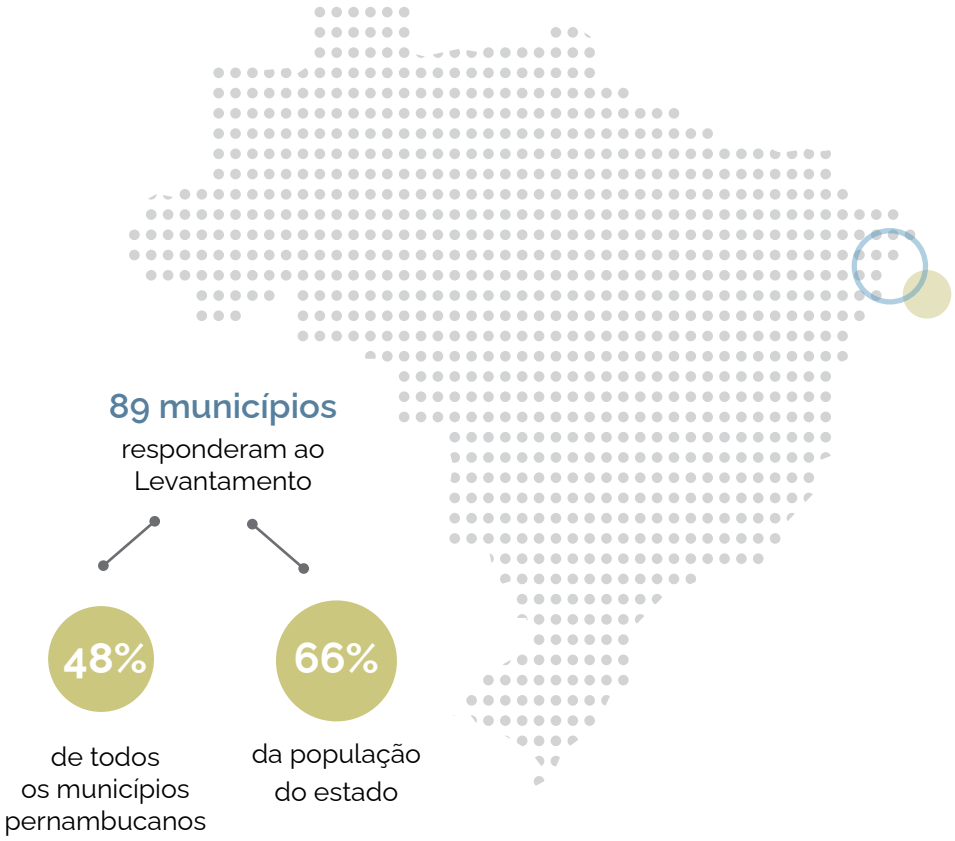
Dos 185 municípios de Pernambuco, 89 (48%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 6.235.094 habitantes, o que representa 66% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 184.

FIGURA 184.
Percentual de municípios de Pernambuco que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

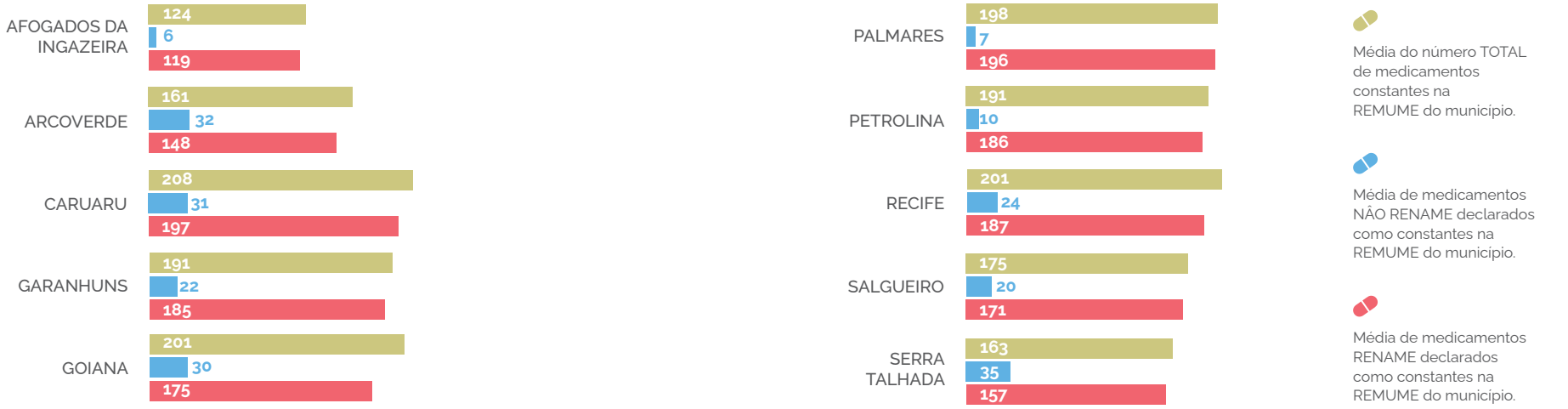


A região de saúde com maior participação dos municípios foi Petrolina, onde 86% dos municípios responderam ao levantamento. Menor participação foi observada na região de Caruaru, onde apenas 34% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 124 na região de Afogados da Ingazeira a 218 na região de Ouricuri, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME, a região de Serra Talhada apresentou a maior média, de 35 medicamentos e a menor média também foi observada na região de Afogados da Ingazeira, com 5 medicamentos (Figura 185).

FIGURA 185.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios pernambucanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que* ***não*** *estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios de Arcoverde com 37 medicamentos, o máximo de 333 medicamentos foi observado na região de Ouricuri. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por municípios das regiões de Caruaru, Goiana, Limoeiro e Recife. Vale ressaltar que este foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Por-

tanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O(s) município(s) com menor número de medicamentos nesta categoria pertence(m) às regiões de Goiana e Petrolina, com apenas 1 medicamento.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 167, 20 e 185, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 18). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 18.

Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios de Pernambuco participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

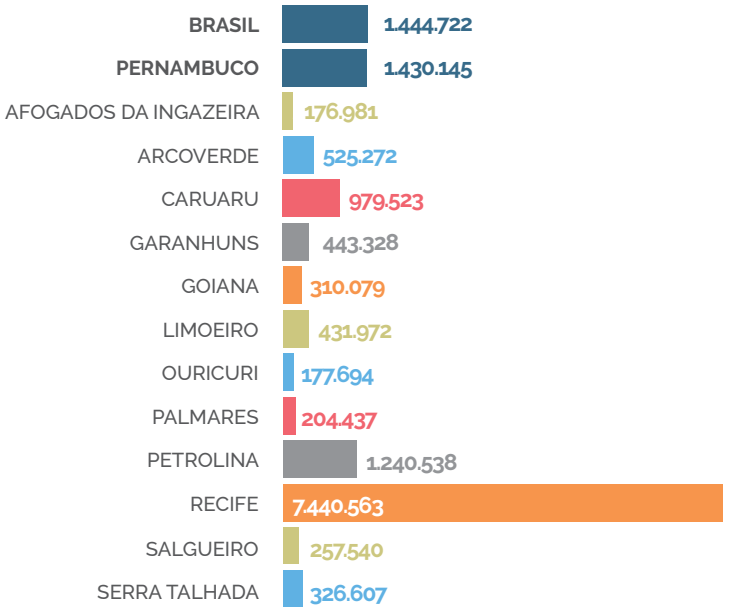
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
AFOGADOS DA INGAZEIRA	119	119	81	168	6	5	3	10	124	122	85	173
ARCOVERDE	148	167	53	207	32	32	20	44	161	187	53	214
CARUARU	197	198	37	269	31	32	10	50	208	208	37	308
GARANHUNS	185	183	125	241	22	22	4	39	191	183	125	262
GOIANA	175	165	145	215	30	34	1	50	201	215	156	248
LIMOEIRO	157	161	49	222	30	20	10	50	177	185	49	224
OURICURI	208	168	162	333	20	20	20	20	218	188	162	333
PALMARES	196	185	115	265	7	7	2	11	198	196	117	265
PETROLINA	186	173	134	297	10	13	1	16	191	173	150	297
RECIFE	187	195	124	281	24	20	10	50	201	207	124	281
SALGUEIRO	171	149	112	288	20	20	20	20	175	149	112	288
SERRA TALHADA	157	155	97	224	35	35	35	35	163	166	97	224
PERNAMBUCO (TOTAL)	**176**	**167**	**37**	**333**	**23**	**20**	**1**	**50**	**187**	**185**	**37**	**333**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, Pernambuco apresentou IDHM de 0,727 em 2017, abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,791, acima da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região de Recife foi muito superior às médias estadual e nacional, sendo a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e mais que quarenta vezes a média do PIB da região de Afogados da Ingazeira, na qual foi observada a menor média pernambucana (Figura 186).

FIGURA 186.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e pernambucanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

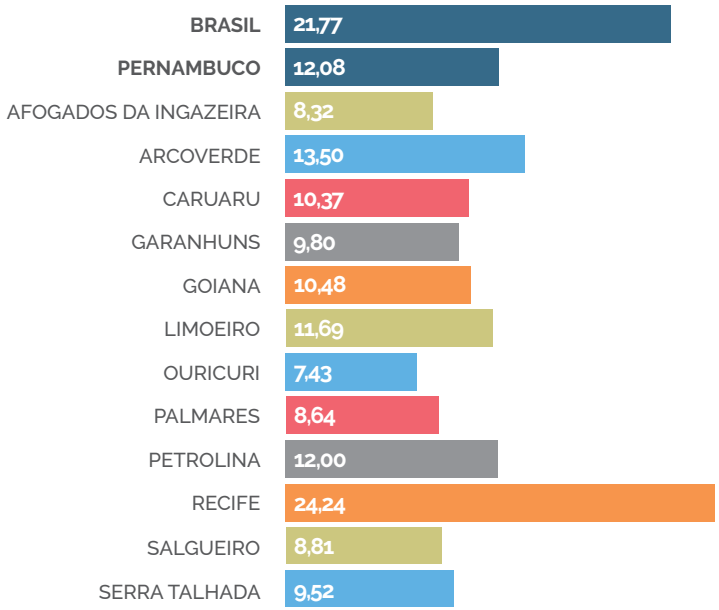


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região de Recife também apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões sendo mais que o triplo da média do PIB *per capita* da região de Ouricuri, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 187).

FIGURA 187.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e pernambucanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

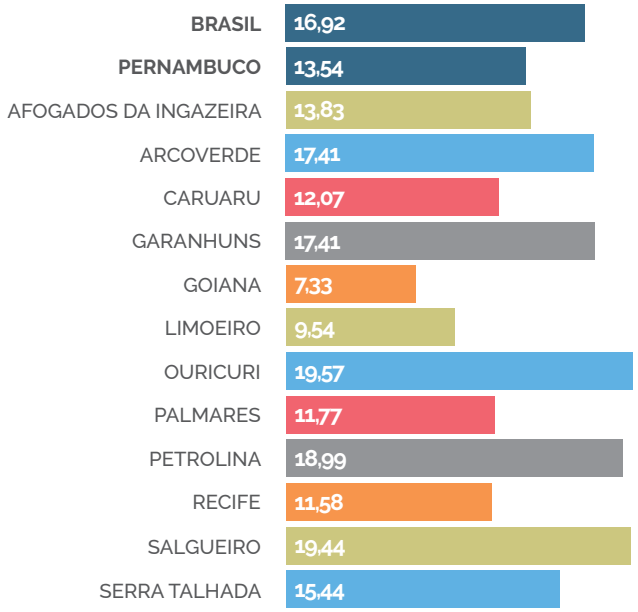
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto, a média do PIB *per capita* dos municípios pernambucanos ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado de Pernambuco em 2016 foi de 73,9 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios pernambucanos em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região de Goiana e o maior na região de Ouricuri (Figura 188). Maiores informações sobre a mo talidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 188.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e pernambucanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

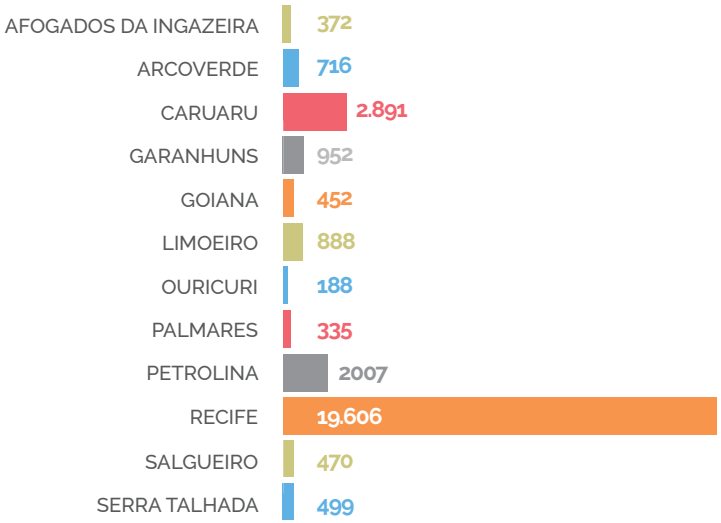


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, Pernambuco possui 29.376 profissionais de nível superior em saúde. A maioria destes profissionais atua região de Recife e o menor número foi observado região de Ouricuri (Figura 189).

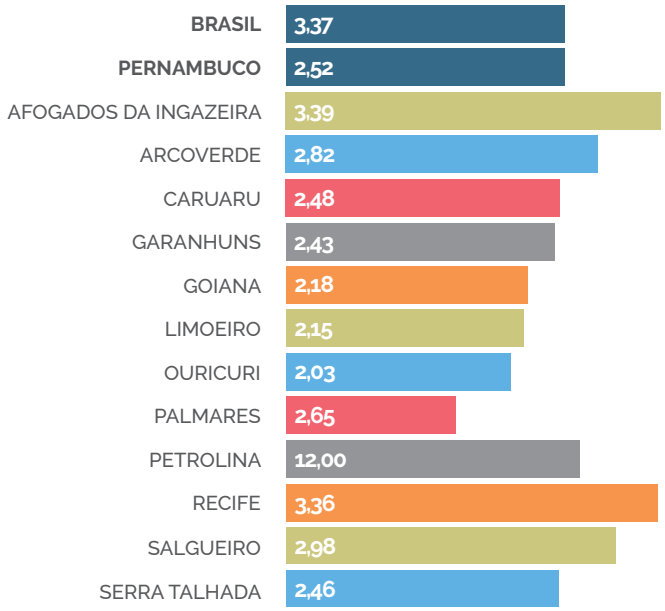
FIGURA 189.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de Pernambuco participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor é observado na região de Afogados da Ingazeira e o menor na região de Palmares. A média estadual ficou abaixo da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 190).

FIGURA 190.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e pernambucanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

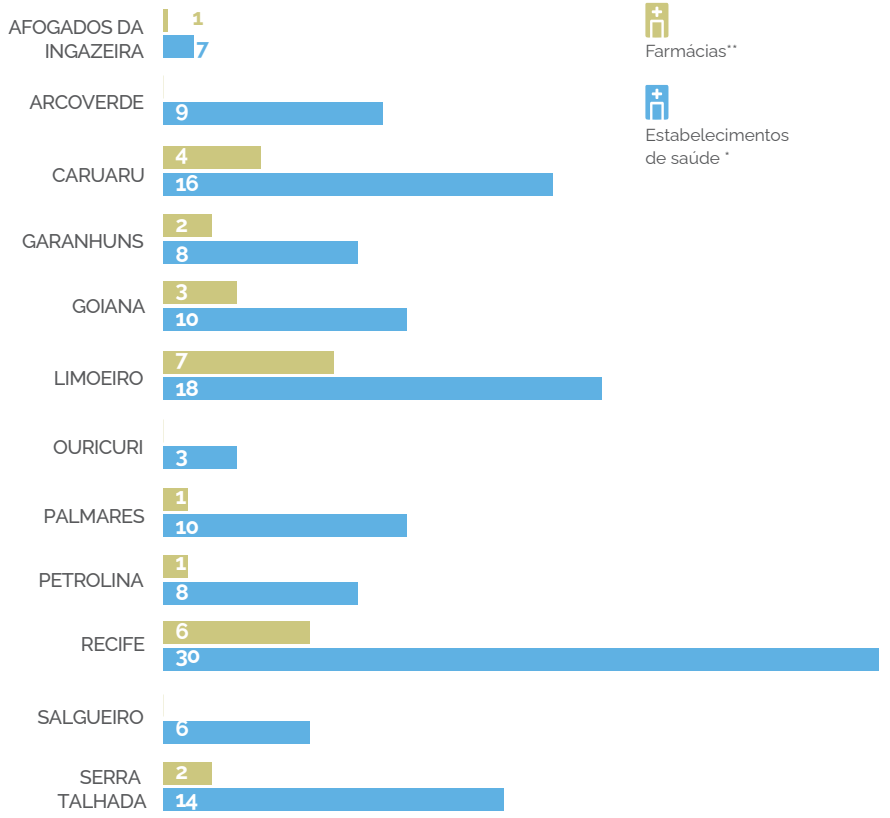


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região de Recife apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e o menor número foi observado região de Ouricuri, com apenas 3 estabelecimento cadastrado no CNES. O maior número de farmácias foi observado na região de Limoeiro e as regiões de Arcoverde, Ouricuri e Salgueiro não apresentaram nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 191).

FIGURA 191.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de Pernambuco participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



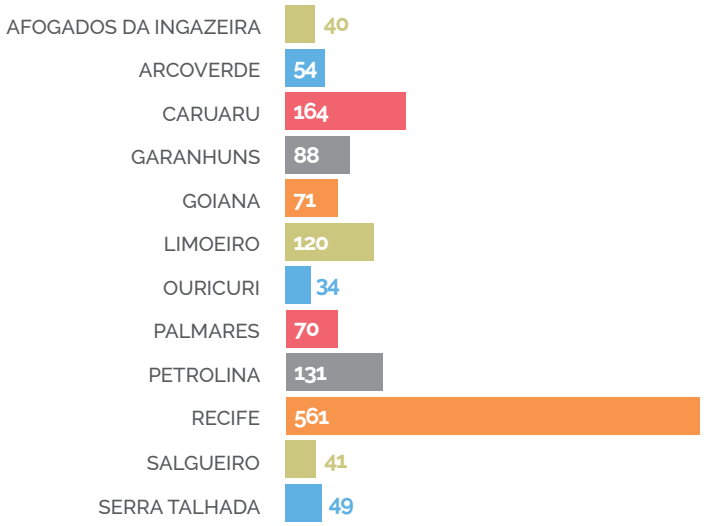
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 1.423 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região de Recife possui o maior número de equipes, com aproximadamente um quarto do total do estado e o menor número de ESF foi observado na região de Ouricuri (Figura 192).

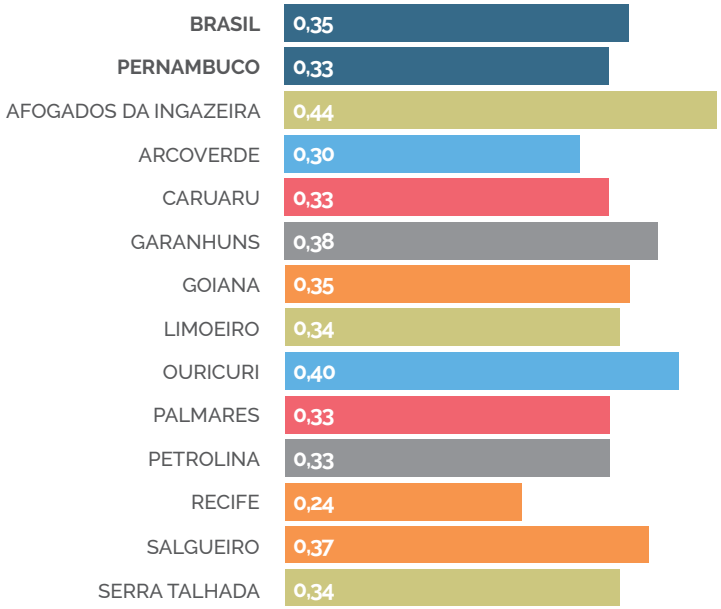
FIGURA 192.
Número de ESF (Equipes de Saúde da Família) registradas no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios de Pernambuco participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Entretanto, quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na região de Arcoverde e o menor foi observado na região de Recife. Vale ressaltar que Pernambuco apresentou média de ESF por mil habitantes inferior à média nacional do período, para os municípios participantes (Figura 193). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 193.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e pernambucanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

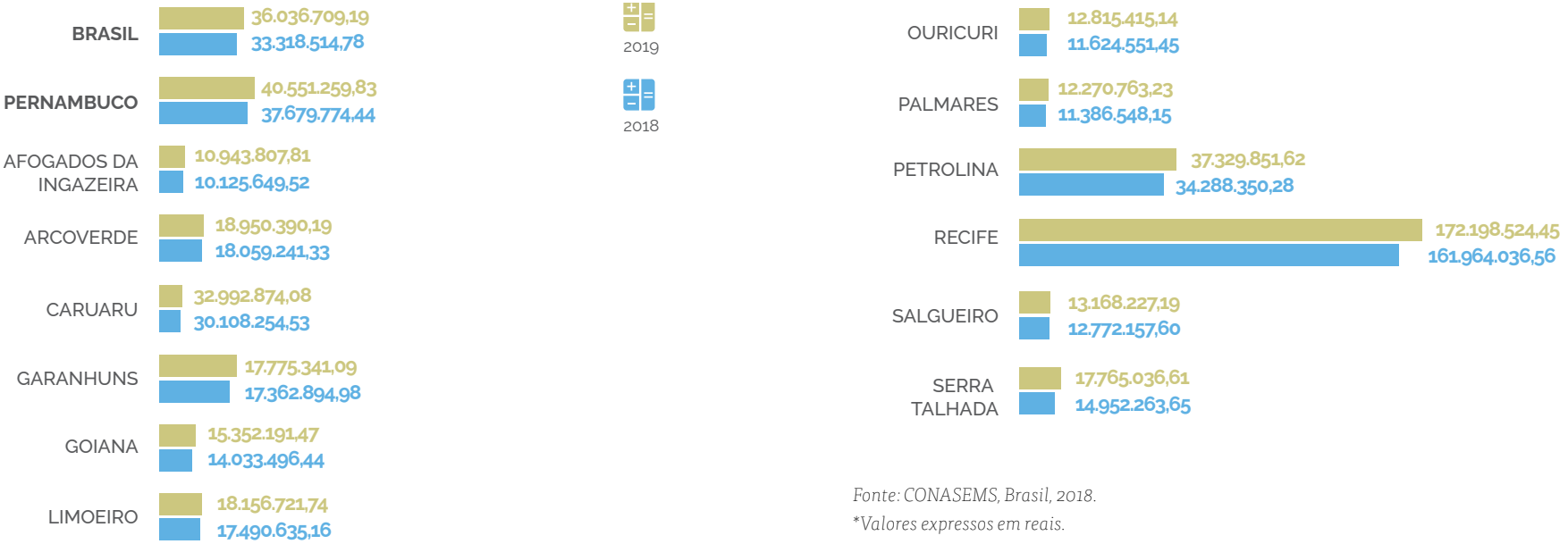


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias

foram de municípios da região de Recife, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores na região de Afogados da Ingazeira, em ambos os anos. Em todas as regiões de saúde pernambucanas, a despesa total em saúde cresceu no período observado (Figura 194).

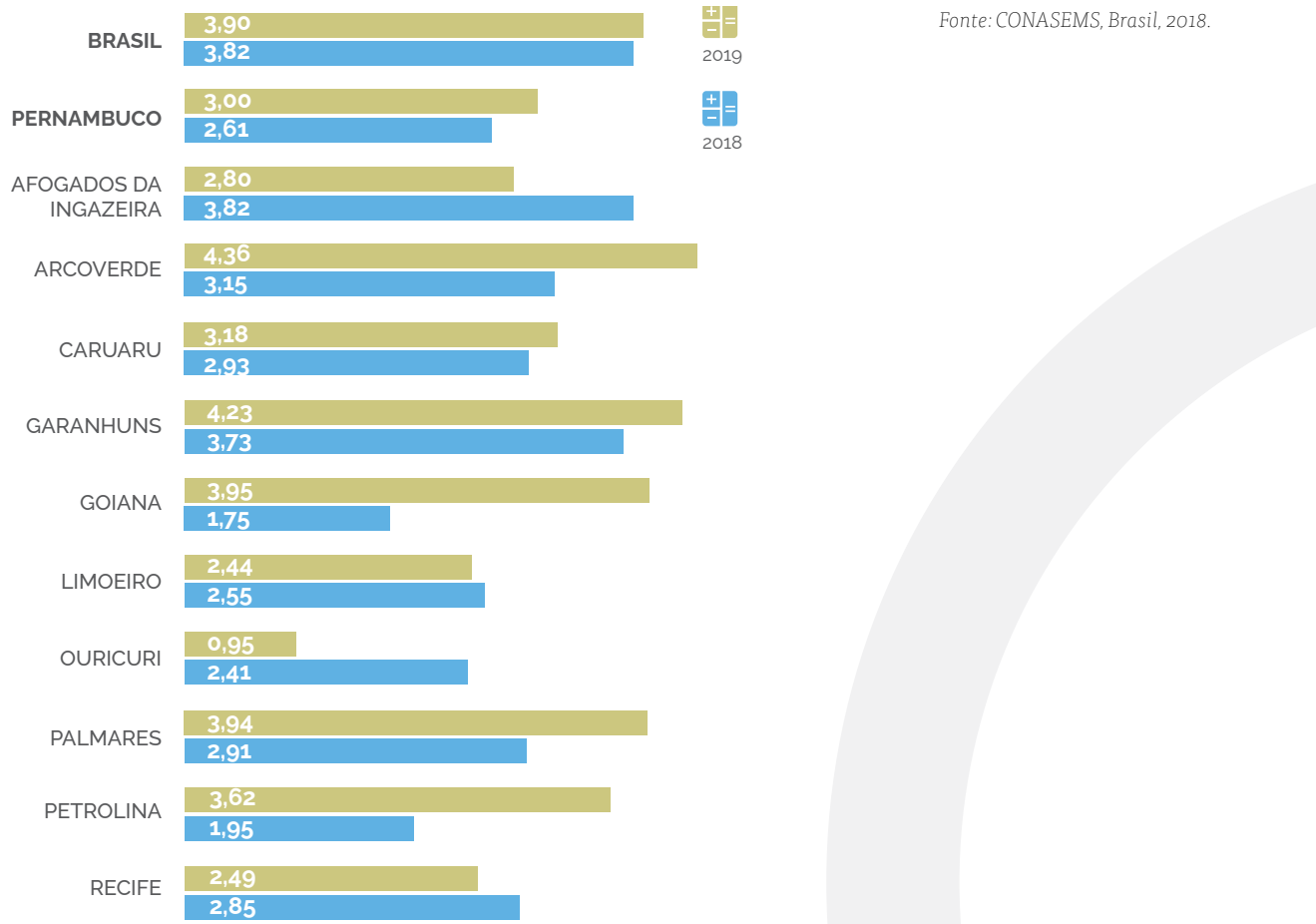
FIGURA 194.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e pernambucanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região de Afogados da Ingazeira em 2018 e na região de Arcoverde em 2019. A região de Serra Talhada apresentou a menor média percentual em 2018 e em 2019 o menor percentual médio foi observado em Ouricuri. No geral, o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde nas regiões pernambucanas oscilou no período. Maior crescimento percentual foi observado nas regiões de Goiana, Petrolina e Arco Verde e a maior queda nas regiões de Ouricuri e Afogados da Ingazeira. O percentual médio do estado cresceu no período, contudo, se manteve abaixo da média nacional (Figura 195). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 195.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e pernambucanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



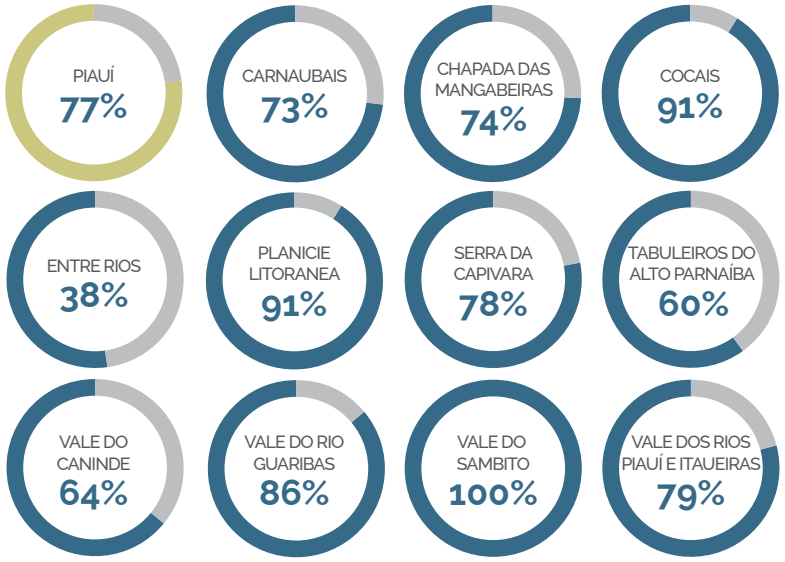
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

PIAUÍ

Dos 224 municípios do Piauí, 173 (77%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 2.865.372 habitantes, o que representa 88% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 196.

FIGURA 196.
Percentual de municípios do Piauí que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



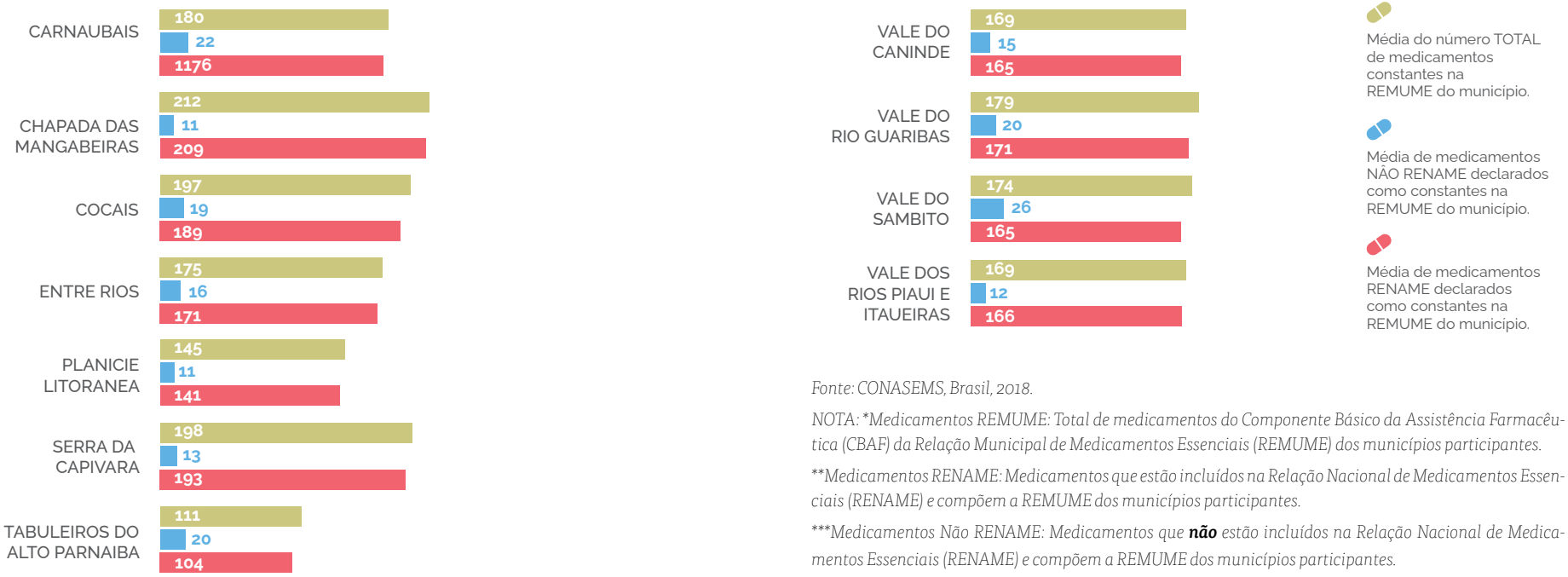
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

A região de saúde com maior participação dos municípios foi Vale do Sambito, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na região de Entre Rios, onde apenas 52% dos municípios participou. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 111 na região de Tabuleiros do Alto Parnaíba a 212 em Chapada das Mangabeiras, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME, a região do Vale do Sambito apresentou a maior média, de 26 medicamentos e a menor média foi observada nas regiões Chapada das Mangabeiras e Planície Litorânea, com 11 medicamentos. (Figura 197).

FIGURA 197.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios piauienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios de Cocais com 46 medicamentos, o máximo de 406 medicamentos foi observado na região do Vale do Rio Guaribas. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 48 medicamentos dessa categoria foi declarado também por municípios desta região. O(s) município(s) com menor número de medicamentos nessa categoria pertence(m) às regiões da Planície Litorânea e ale do Rio Guaribas, com apenas 1 medicamento.

Além disso, em oito das onze regiões de saúde piauienses foi declarada a inclusão do máximo de 364 medicamentos RENAME na REMUME de município(s)

dessa região, ou seja, nestes municípios foram incluídos na relação municipal todos os itens do componente básico da RENAME na ocasião do levantamento.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes deste estado foram de 143, 14 e 146, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 19). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 19.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios de Pernambuco participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

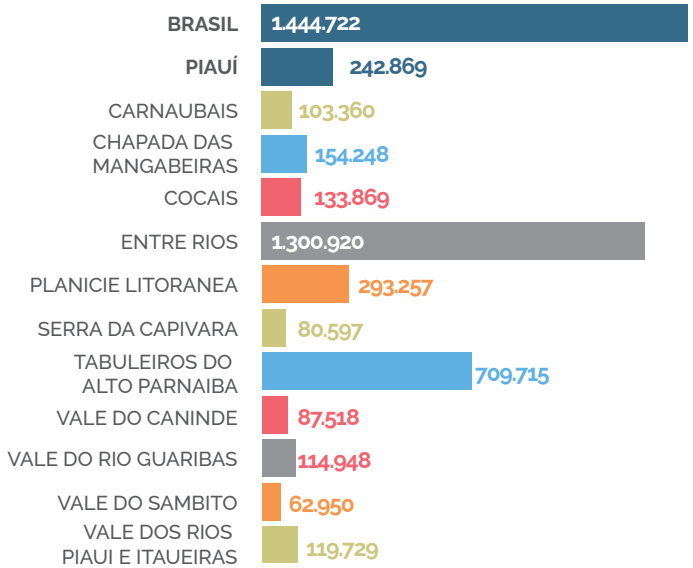
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
CARNAUBAIS	176	132	77	364	22	22	20	23	180	137	77	364
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	209	187	93	364	11	10	8	16	212	187	106	367
COCAIS	189	169	46	364	19	18	4	40	197	187	46	380
ENTRE RIOS	171	133	66	364	16	15	2	32	175	138	66	364
PLANICIE LITORANEA	141	138	48	239	11	4	1	29	145	140	48	239
SERRA DA CAPIVARA	193	150	95	364	13	12	5	24	198	156	95	364
TABULEIROS DO ALTO PARNAIBA	104	112	87	114	20	20	20	20	111	114	87	132
VALE DO CANINDE	165	138	85	364	15	15	10	19	169	138	85	374
VALE DO RIO GUARIBAS	171	140	63	364	20	14	1	48	179	140	63	406
VALE DO SAMBITO	165	167	69	364	26	32	5	47	174	167	74	364
VALE DOS RIOS PIAUI E ITAUEIRAS	166	152	56	357	12	12	5	20	169	156	57	362
PIAUÍ (TOTAL)	**175**	**143**	**46**	**364**	**17**	**14**	**1**	**48**	**180**	**146**	**46**	**406**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Piauí apresentou IDHM de 0,697 em 2017, abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,762, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB (Produto Interno Bruto) em 2017 dos municípios da região de Entre Rios foi a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e mais que vinte vezes a média do PIB da região do Vale do Sambito, na qual foi observada a menor média piauiense (Figura 198).

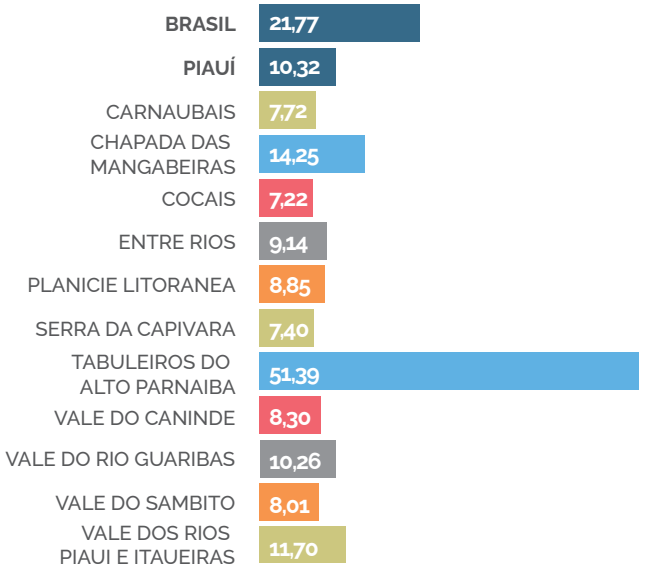
FIGURA 198.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e piauienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região de Tabuleiros do Alto Parnaíba apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo mais que sete vezes a média do PIB *per capita* da região de Cocais, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 199). Vale ressaltar que Tabuleiros do Alto Parnaíba foi a única região piauiense cuja média do PIB per capta foi superior à media nacional.

FIGURA 199.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e piauienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

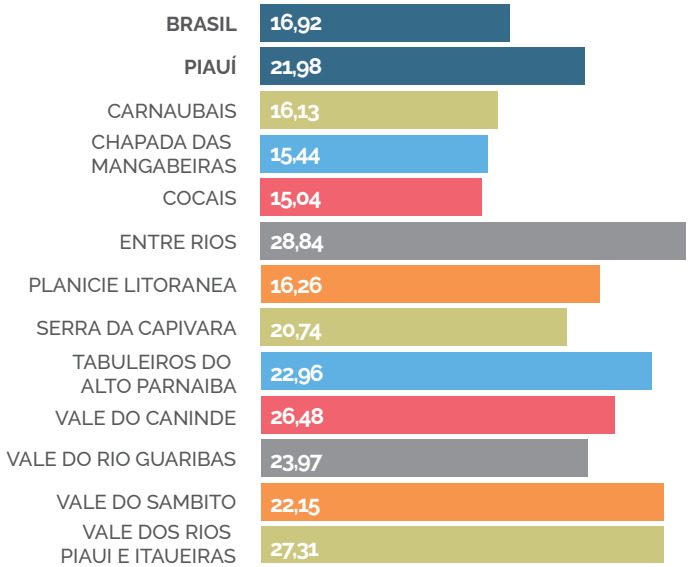
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto, a média do PIB *per capita* dos municípios piauienses ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Piauí em 2016 foi de 71,1 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios piauienses em 2017 foi superior à média nacional. O menor valor foi observado na região de Cocais e o maior na região de Entre Rios (Figura 200). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 200.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e piauienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

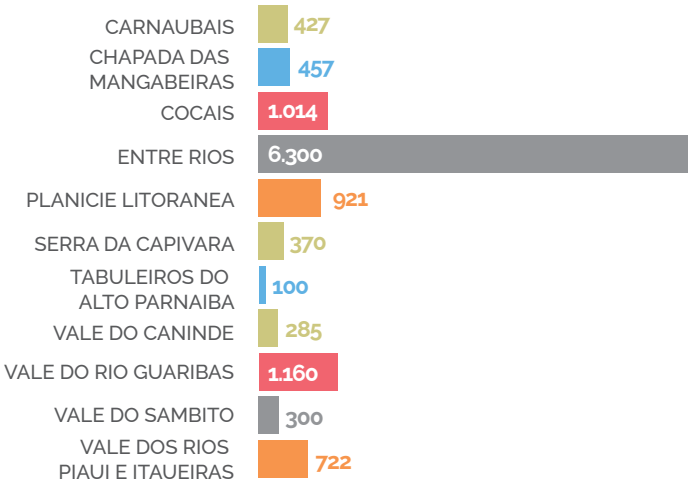


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Piauí possui 12.056 profissionais de nível superior em saúde. A maioria desses profissionais atua região de Entre Rios e o menor número foi observado região de Tabuleiros do Alto Parnaíba (Figura 201).

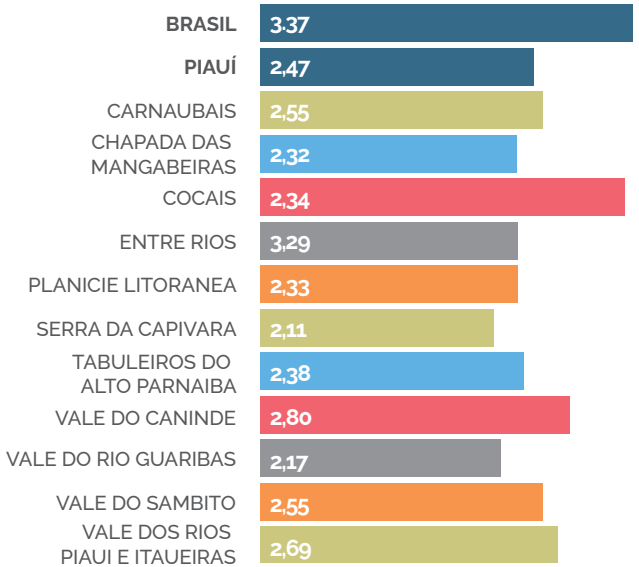
FIGURA 201.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios do Piauí participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, o maior valor também é observado na região de Entre Rios e o menor na região de Serra da Capivara. A média estadual ficou abaixo da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 202).

FIGURA 202.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e piauienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

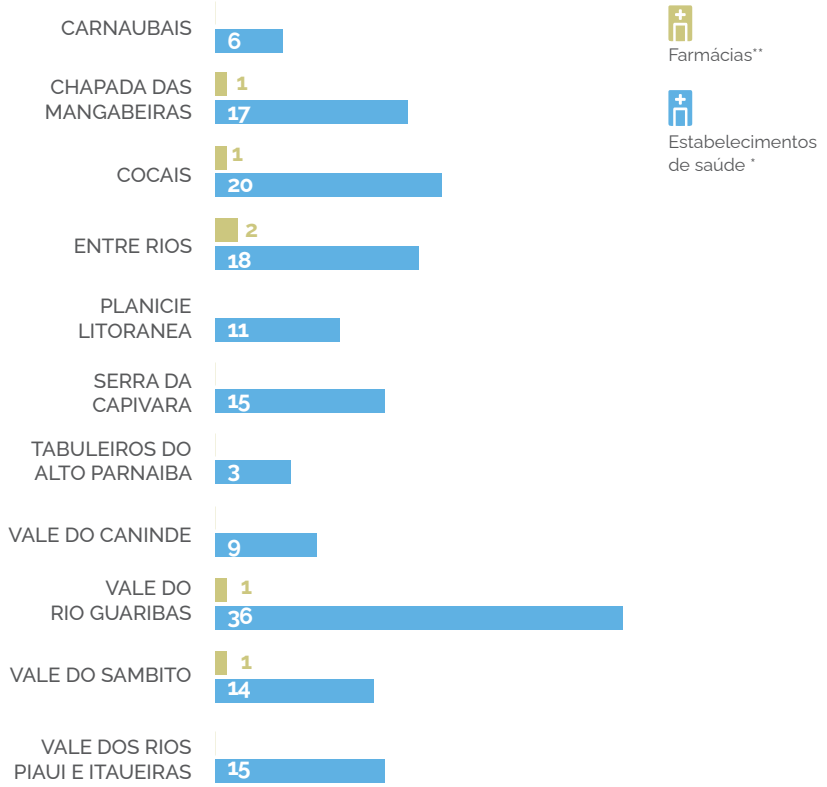


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região do Vale do Rio Guaribas apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e o menor número foi observado região de Tabuleiros do Alto Parnaíba, com apenas 3 estabelecimento cadastrado no CNES. O maior número de farmácias foi observado na região de Entre Rios e a maioria das regiões de saúde do estado não apresentou nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 203).

FIGURA 203.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios do Piauí participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



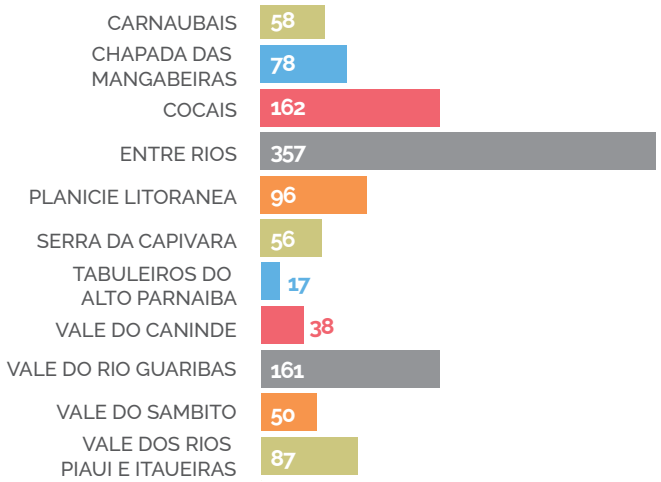
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/ unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/ essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 1.160 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região de Entre Rios possui o maior número de equipes, com aproximadamente um quarto do total do estado e o menor número de ESF foi observado na região de Tabuleiros do Alto Parnaíba (Figura 204).

FIGURA 204.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios do Piauí participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

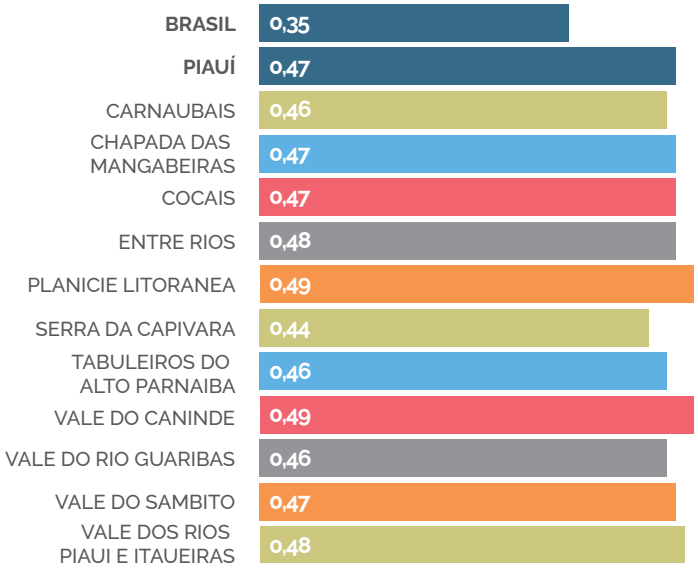


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Entretanto, quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado nas regiões da Planície Litorânea e Vale do Canindé e o menor foi observado na região de Serra da Capivara, todos, no entanto, superiores à média nacional dos municípios participantes (Figura 205). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 205.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e piauienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



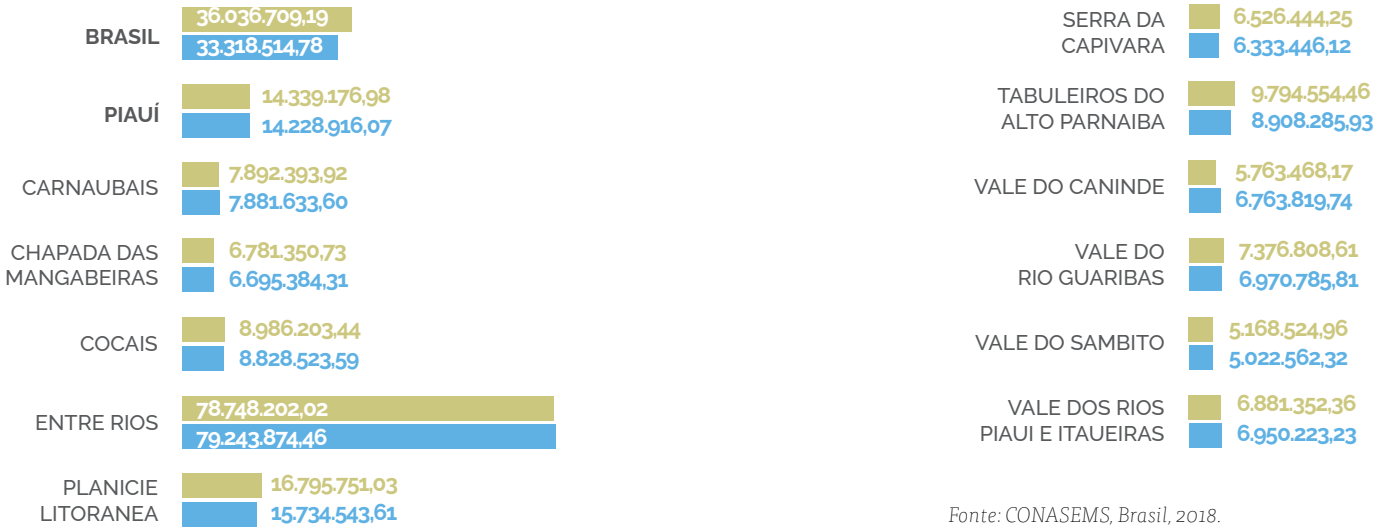
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região de Entre Rios, tanto em 2018 quanto em 2019 e

as menores na região do Vale do Sambito, em ambos os anos. Na maioria das regiões de saúde piauienses, a despesa total em saúde cresceu no período observado, com exceção das regiões do Vale do Canindé e do Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (Figura 206).

FIGURA 206.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e piauienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

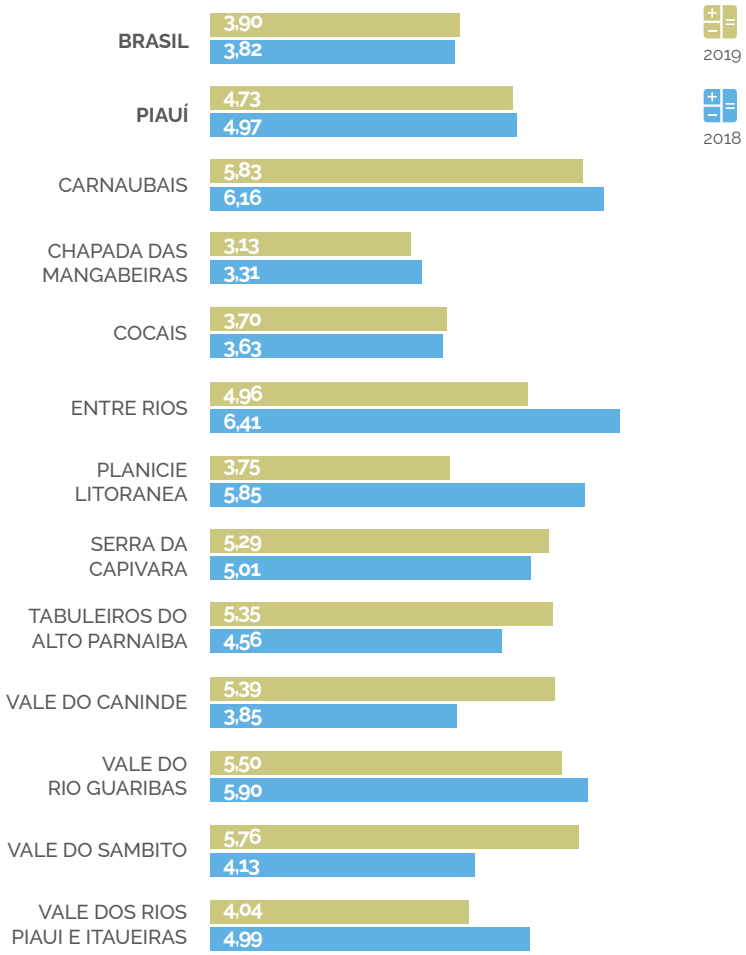


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região de Entre Rios em 2018 e na região de Carnaubais em 2019. A região de Chapada das Mangabeiras apresentou a menor média percentual em ambos os anos. No geral, o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde nas regiões piauienses oscilou no período. Maior crescimento percentual foi observado nas regiões Do Vale do Sambito e do Vale do Canindé e a maior queda nas regiões da Planície Litorânea e de Entre Rios. O percentual médio do estado diminuiu no período, contudo se manteve acima da média nacional (Figura 207). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 207.

Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e piauienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



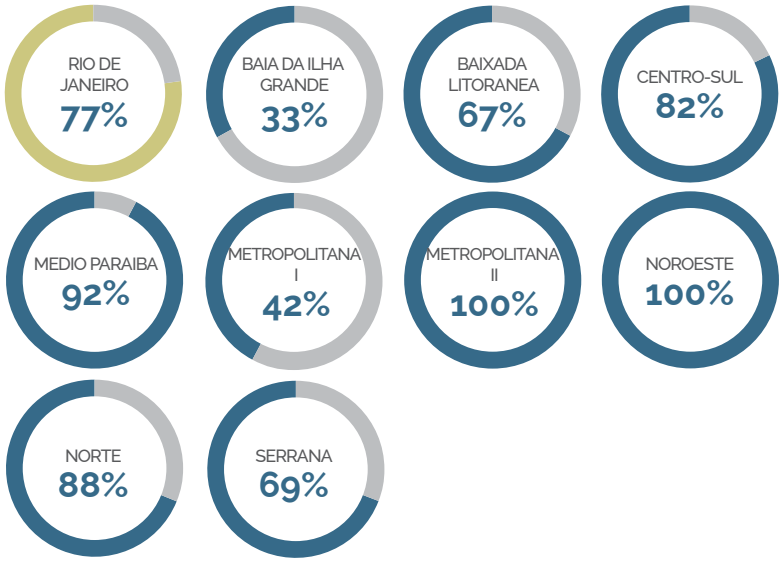
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

RIO DE JANEIRO

Dos 91 municípios do Rio de Janeiro, 71 (77%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 14.232.704 habitantes, o que representa 83% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 208.

FIGURA 208.
Percentual de municípios do Rio de Janeiro que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



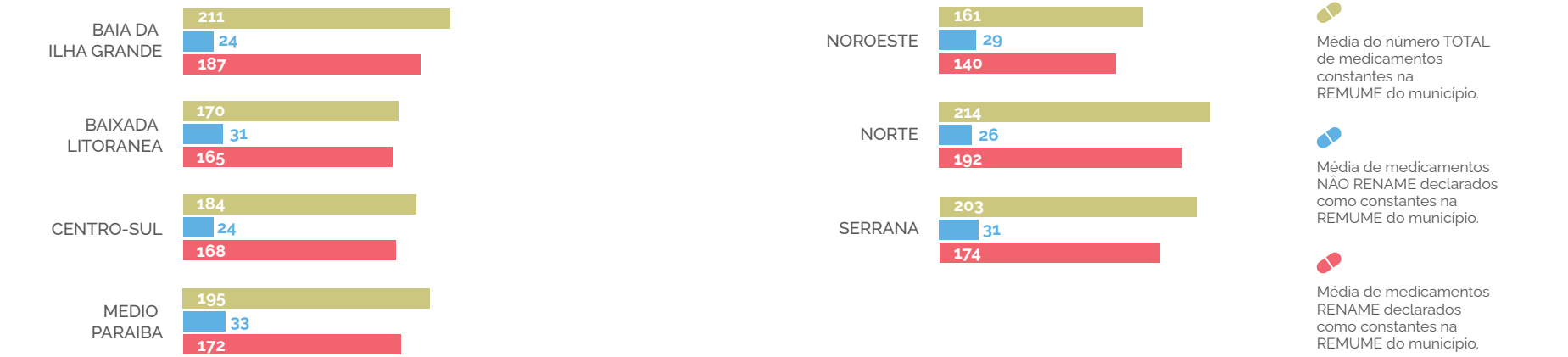
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

As regiões de saúde com maior participação dos municípios foram Metropolitana II e Noroeste, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na região Baía da Ilha Grande, onde apenas 33% dos municípios participou. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 161 na região Noroeste a 217 na região Metropolitana II, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME, a região Metropolitana II também apresentou a maior média, de 34 medicamentos e a menor média foi observada na região Metropolitana I, com 18 medicamentos (Figura 209).

FIGURA 209.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios cariocas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da Baixada Litorânea com 110 medicamentos, o máximo de 351 medicamentos foi observado na região Centro-Sul. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por seis das nove regiões de saúde cariocas. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O(s) município(s) com menor número de medicamentos nessa categoria pertence(m) à região Noroeste, com apenas 2 medicamentos.

As medianas de medicamentos RENAME, NÂO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes deste estado foram de 168, 26 e 183, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 20). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 20.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Rio de Janeiro participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

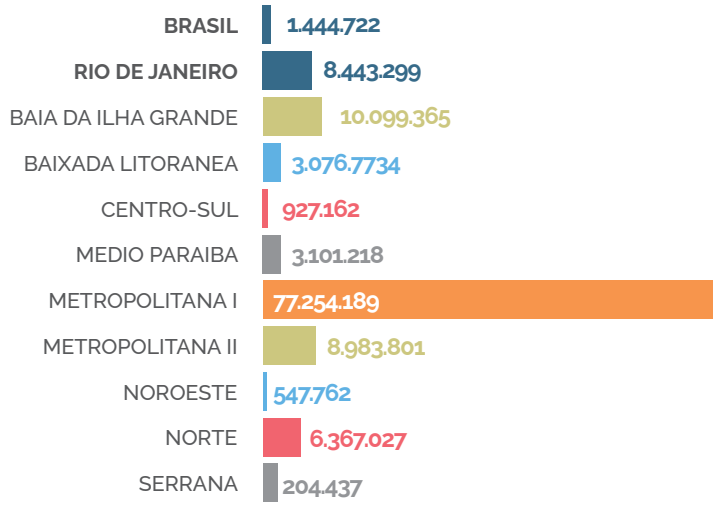
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
BAIA DA ILHA GRANDE	187	187	187	187	24	24	24	24	211	211	211	211
BAIXADA LITORANEA	165	167	110	210	31	31	31	31	170	167	110	241
CENTRO-SUL	168	143	123	351	24	19	8	50	184	160	131	351
MEDIO PARAIBA	172	175	129	219	33	38	6	50	195	179	129	268
METROPOLITANA I	184	186	159	199	18	10	3	49	198	199	168	235
METROPOLITANA II	198	213	132	273	34	39	8	50	217	219	132	273
NOROESTE	140	129	94	201	29	31	2	50	161	154	122	239
NORTE	192	205	135	227	26	19	10	50	214	215	168	275
SERRANA	174	174	101	294	31	26	12	50	203	190	118	324
RIO DE JANEIRO (TOTAL)	**170**	**168**	**94**	**351**	**29**	**26**	**2**	**50**	**191**	**183**	**110**	**351**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Rio de Janeiro apresentou IDHM de 0,796 em 2017, acima da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado neste mesmo ano foi de 0,830, também acima da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região Metropolitana I foi a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e mais que cento e quarenta vezes a média do PIB da região Noroeste, na qual foi observada a menor média carioca, e mais que cinquenta vezes a média no PIB nacional do conjunto de municípios participantes (Figura 210).

FIGURA 210.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e cariocas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

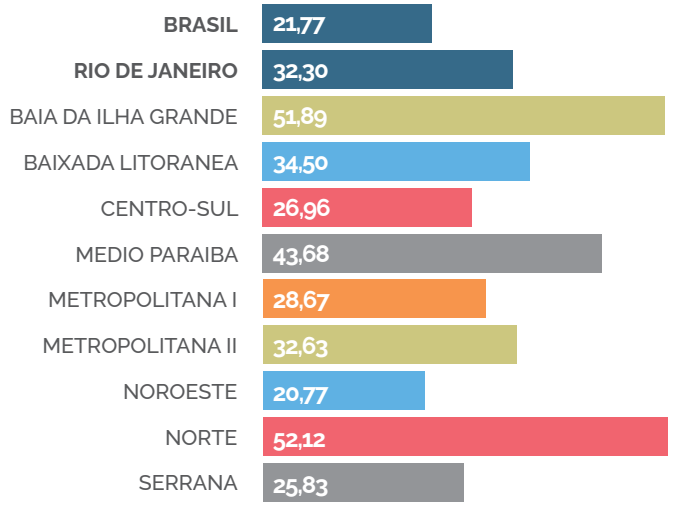


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região Norte apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo mais que o dobro da média do PIB *per capita* da região Noroeste, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 211). Vale ressaltar que a região Noroeste foi a única região carioca cuja média do PIB *per capita* foi inferior à média nacional.

FIGURA 211.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e cariocas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

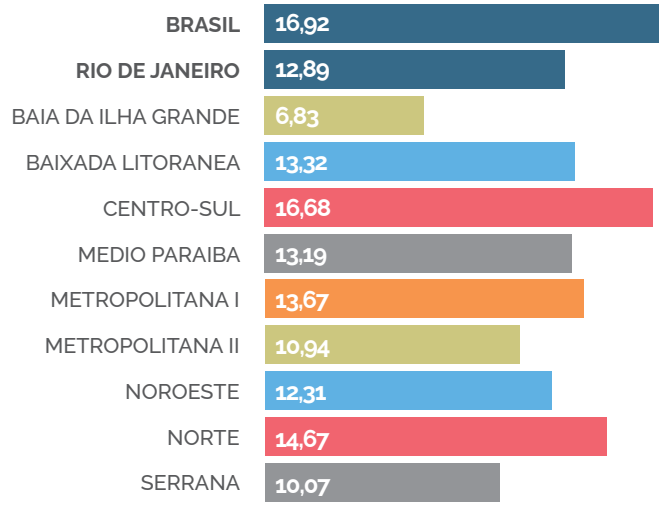
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto, a média do PIB *per capita* dos municípios cariocas ficou acima da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Rio de Janeiro em 2016 foi de 76,2 anos, acima da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios cariocas em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região da Baía da Ilha Grande e o maior na região Centro Sul (Figura 212). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 212.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e cariocas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

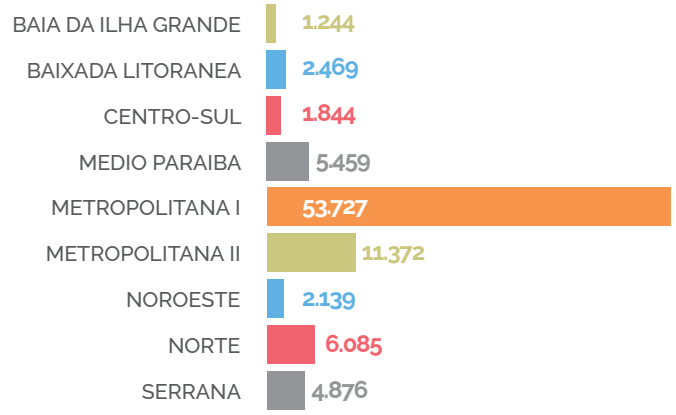


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Rio de Janeiro possui 89.215 profissionais de nível superior em saúde. A maioria desses profissionais atua região Metropolitana I e o menor número foi observado região da Baía da Ilha Grande (Figura 213).

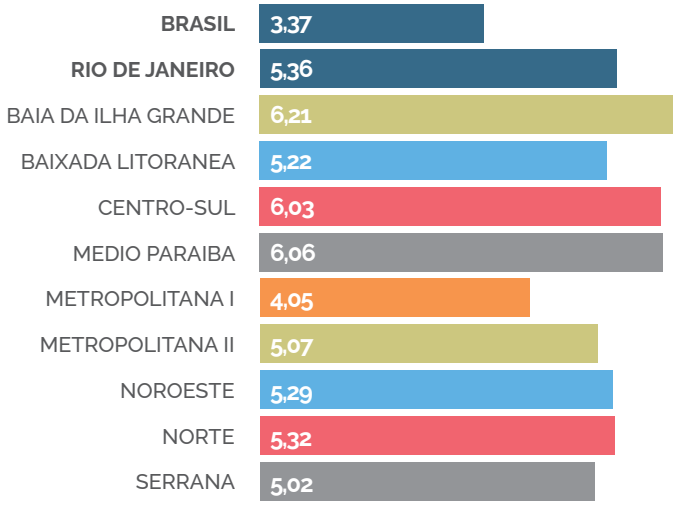
FIGURA 213.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios do Rio de Janeiro participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Entretanto, ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes, ocorre o inverso: o maior valor é observado na região da Baía da Ilha Grande e o menor na região Metropolitana I. A média estadual ficou acima da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 214).

FIGURA 214.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e cariocas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

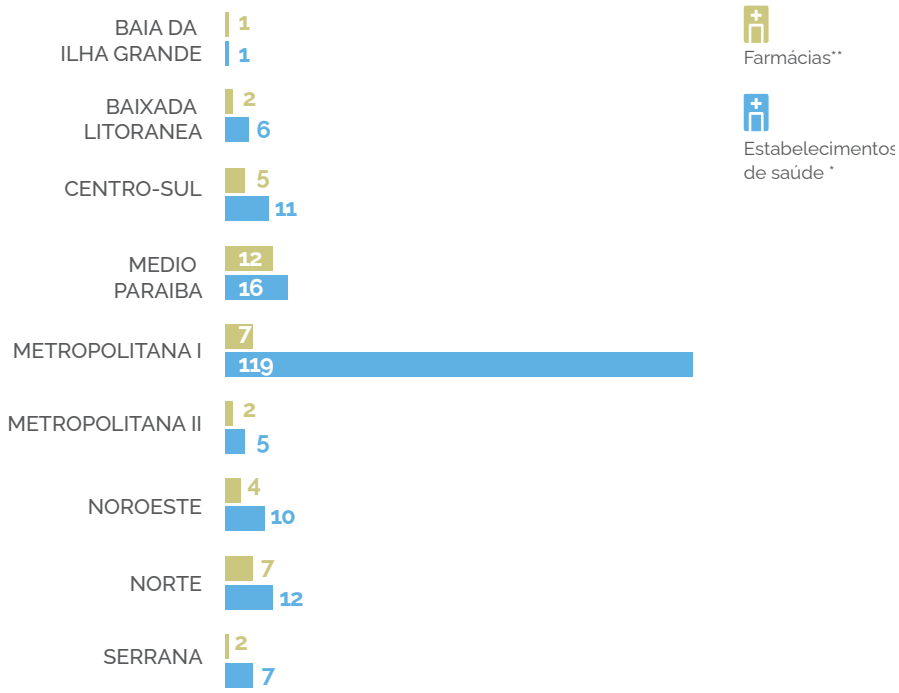


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região Metropolitana I apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e o menor número foi observado região da Baía da Ilha Grande, com apenas 1 estabelecimento cadastrado no CNES, neste caso, uma farmácia. O maior número de farmácias foi observado na região Médio Paraíba (Figura 215).

FIGURA 215.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios do Rio de Janeiro participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



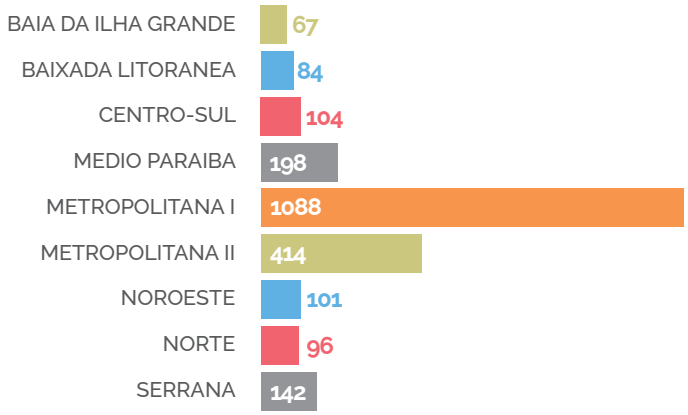
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 2.294 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. Novamente, a região Metropolitana I possui o maior número de equipes, com quase metade do total do estado e o menor número de ESF foi observado na região da Baía da Ilha Grande (Figura 216).

FIGURA 216.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios do Rio de Janeiro participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

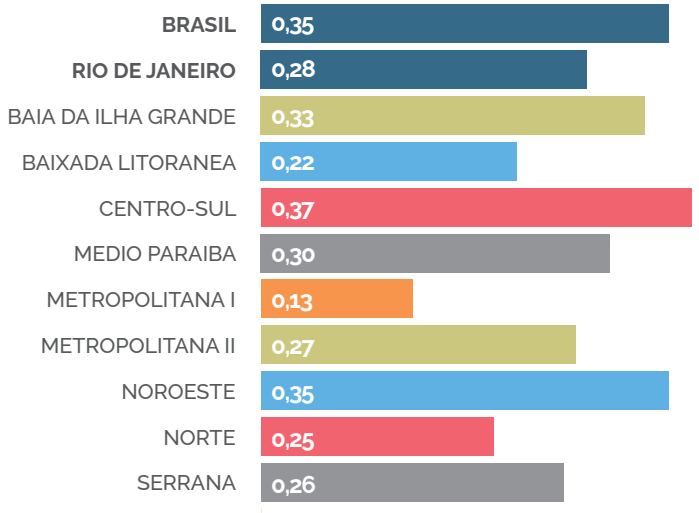


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Contudo, quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na região Centro Sul e o menor na região Metropolitana, cuja média foi muito inferior à média nacional dos municípios participantes (Figura 217). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 217.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e cariocas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

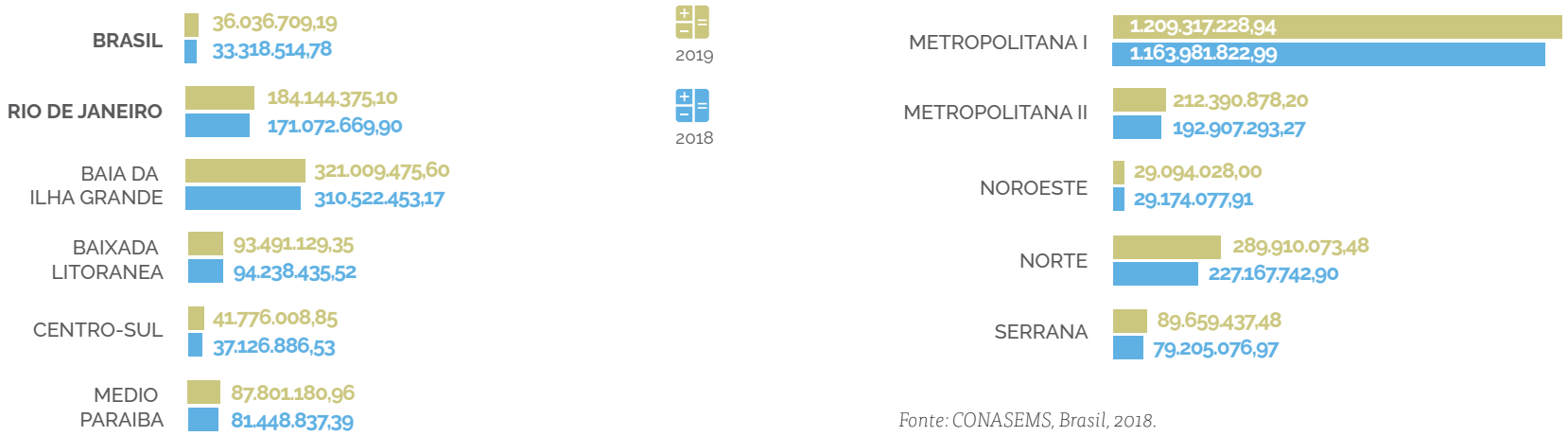


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região Metropolitana I, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores na região Noroeste, em ambos os anos. Importante destacar que a média da despesa total em saúde registrada pelos municípios do Rio de Janeiro foram as maiores no conjunto de todos os municípios participantes em 2018 e 2019. Na maioria das regiões de saúde cariocas, a despesa total em saúde cresceu no período observado, com exceção das regiões Baixada Litorânea e Noroeste (Figura 218).

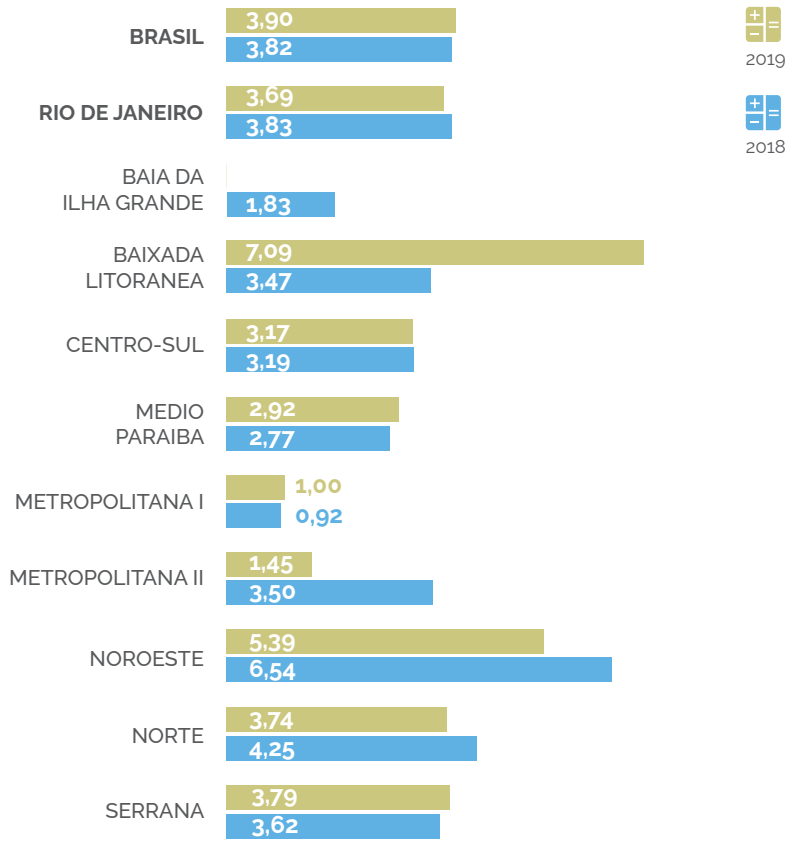
FIGURA 218.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e cariocas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região Noroeste em 2018 e na região da Baixada Litorânea em 2019. Em 2018 o menor percentual médio foi observado na região Metropolitana I, com valores inferiores a 1% do total da despesa em saúde; em 2019 o percentual da região da Baía da Ilha Grande foi igual a 0 (zero). No geral, o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde nas regiões cariocas oscilou no período. Maior crescimento percentual foi observado na região da Baixada Litorânea e a maior queda na região da Baía da Ilha Grande. O percentual médio do estado diminuiu no período, sendo que em ambos os anos foi inferior à média nacional do conjunto dos municípios participantes (Figura 219). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 219.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e cariocas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



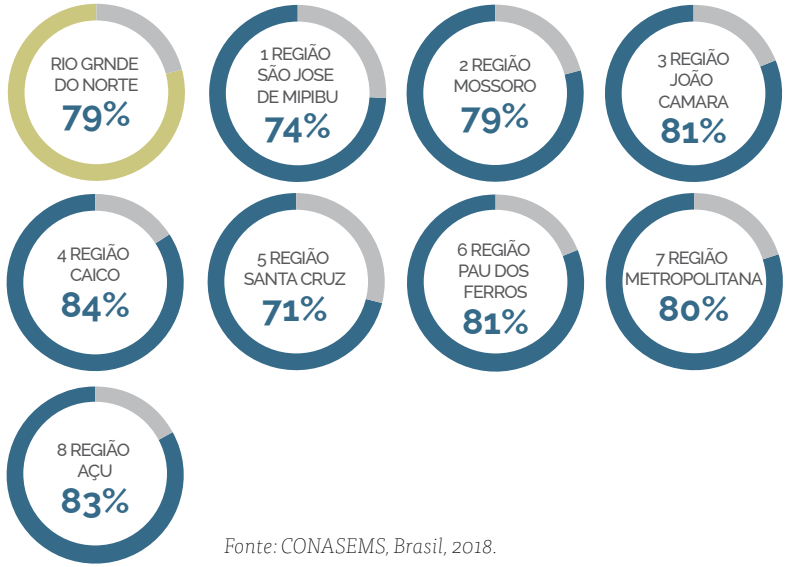
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

RIO GRANDE DO NORTE

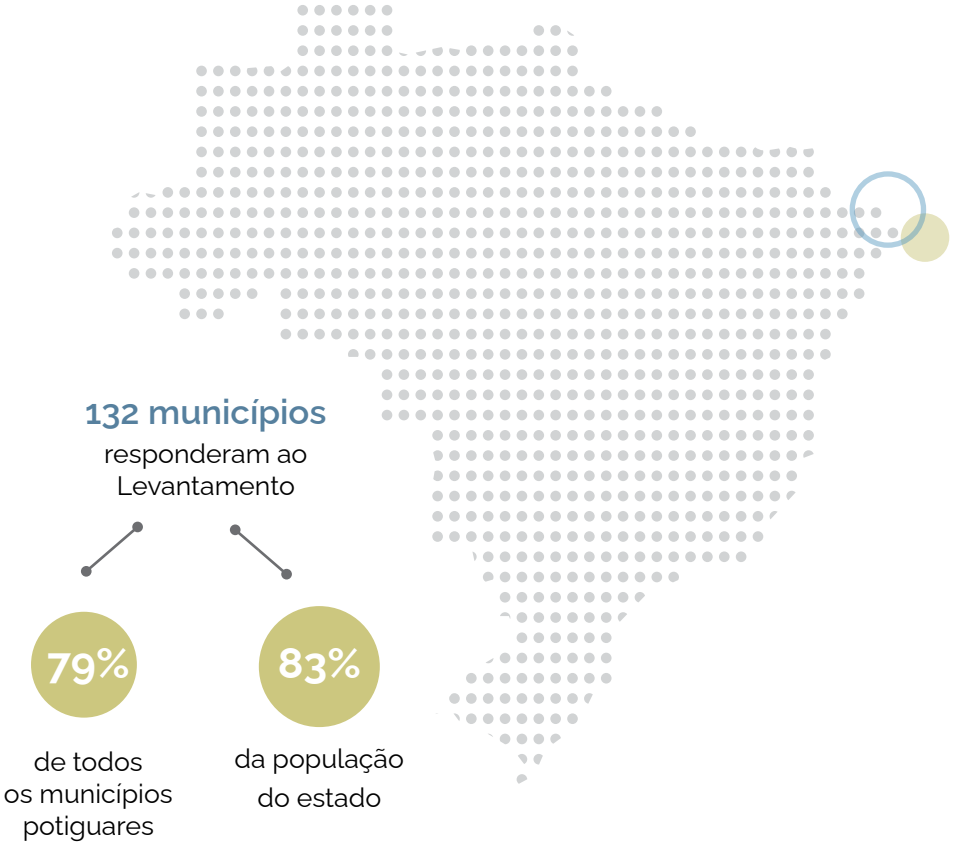
Dos 167 municípios do Rio Grande do Norte, 132 (79%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 2.899.185habitantes, o que representa 83% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 220.

FIGURA 220.
Percentual de municípios do Rio de Janeiro que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

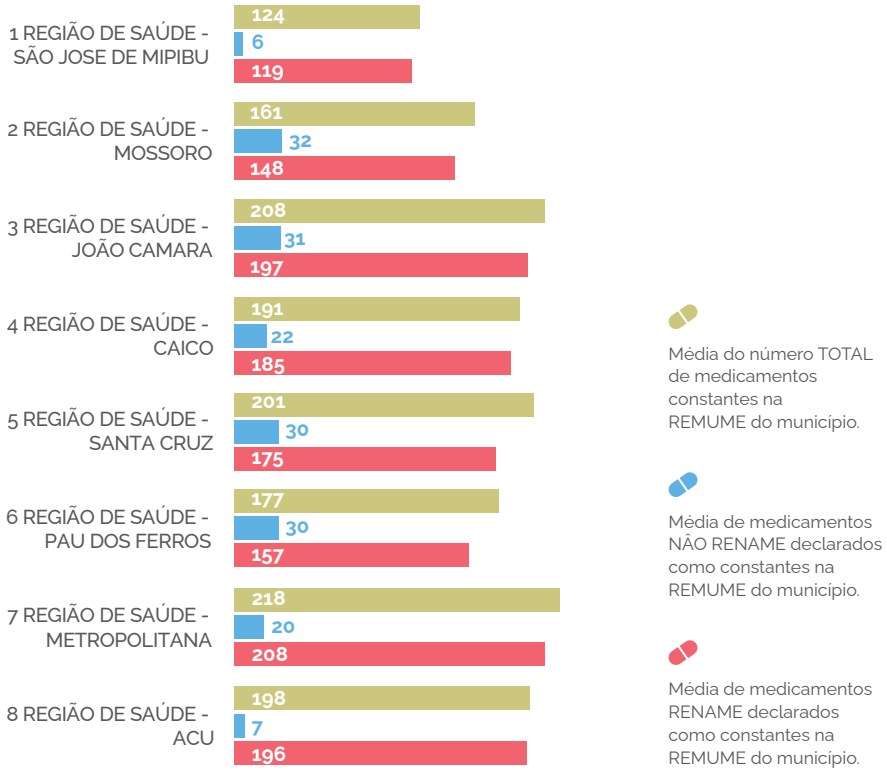


A região de saúde com maior participação dos municípios foi a 4ª: Caicó, onde 84%dos municípios responderam ao levantamento. Menor participação foi observada na 5ª região: Santa Cruz, onde 71% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 166 na 6ª região: Pau dos Ferros a 245 na 7ª região: Metropolitana, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME, a 6ª região: Pau dos Ferros apresentou a maior média, de 34 medicamentos e a menor média foi observada na 8ª região: Açu, com 18 medicamentos (Figura 221).

FIGURA 221.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios potiguares participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA:*Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da 6ª região: Pau dos Ferros com 38 medicamentos, o máximo de 395 medicamentos foi observado na 4ª região: Caicó. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por cinco das oito regiões de saúde potiguares. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O menor número de medicamentos nesta categoria foi observado em municípios da metade das regiões do estado, com apenas 1 medicamento.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 173, 21 e 185, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 21). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 21.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Rio de Janeiro participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

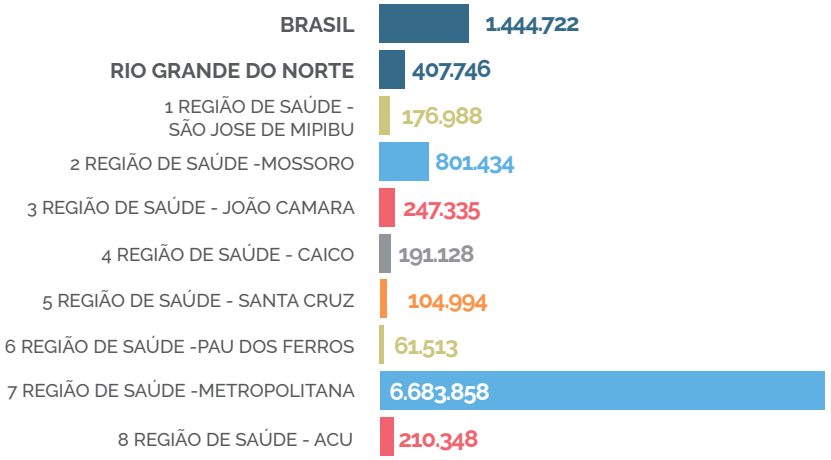
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
1 REGIAO DE SAUDE - SAO JOSE DE MIPIBU	204	175	98	362	22	19	1	50	215	205	123	362
2 REGIAO DE SAUDE - MOSSORO	160	158	100	251	23	20	8	48	174	167	119	251
3 REGIAO DE SAUDE - JOAO CAMARA	166	151	46	330	20	14	1	50	175	164	46	359
4 REGIAO DE SAUDE - CAICO	190	160	94	364	28	31	1	50	210	185	94	395
5 REGIAO DE SAUDE - SANTA CRUZ	222	203	48	364	25	24	2	50	236	230	48	364
6 REGIAO DE SAUDE - PAU DOS FERROS	151	152	37	311	34	46	1	50	166	176	38	311
7 REGIAO DE SAUDE - METROPOLITANA	226	223	179	280	25	30	6	38	245	245	209	280
8 REGIAO DE SAUDE - ACU	208	189	106	364	18	13	3	49	219	205	109	364
RIO GRANDE DO NORTE (TOTAL)	**183**	**173**	**37**	**364**	**25**	**21**	**1**	**50**	**197**	**185**	**38**	**395**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Rio Grande do Norte apresentou IDHM de 0,731 em 2017, abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,792, acima da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da 7ª região: Metropolitana foi a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e mais de cem vezes a média do PIB da 6ª região: Pau dos Ferros, na qual foi observada a menor média potiguar, e quase cinco vezes a média no PIB nacional do conjunto de municípios participantes (Figura 222).

FIGURA 222.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e potiguares participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

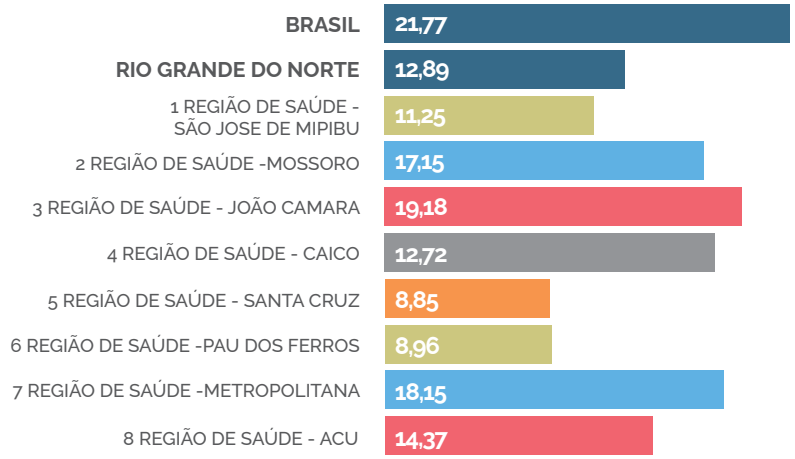


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da 3ª região: João Câmara apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões sendo mais que o dobro da média do PIB *per capita* da 5ª região: Santa Cruz, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 223). Vale ressaltar que em todas as regiões dessaúde potiguares a média do PIB *per capita* foi inferior à média nacional.

FIGURA 223.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e potiguares participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

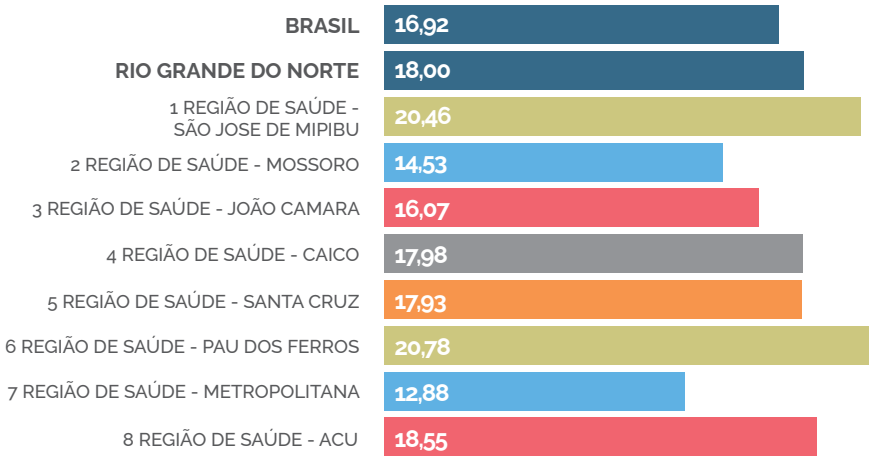
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto, a média do PIB *per capita* dos municípios potiguares ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Rio Grande do Norte em 2016 foi de 75,7 anos, acima da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios potiguares em 2017 foi superior à média nacional. O menor valor foi observado na 7ª região: Metropolitana e o maior na 6ª região: Pau dos Ferros (Figura 224). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 224.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e potiguares participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

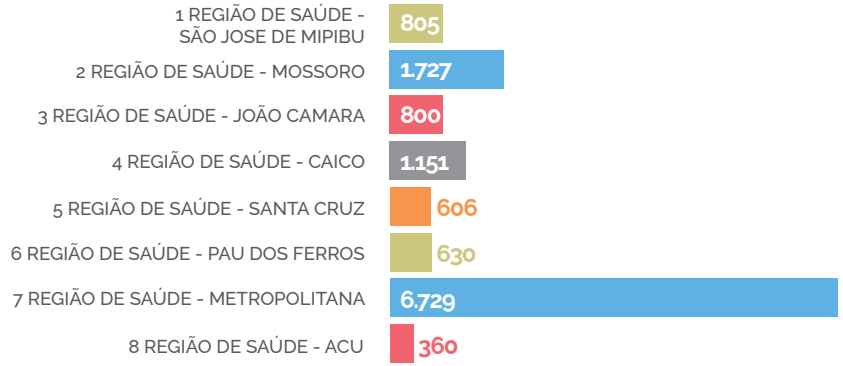


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Rio Grande do Norte possui 12.808 profissionais de nível superior em saúde. A maioria destes profissionais atua 7ª região: Metropolitana I e o menor número foi observado 8ª região: Açu (Figura 225).

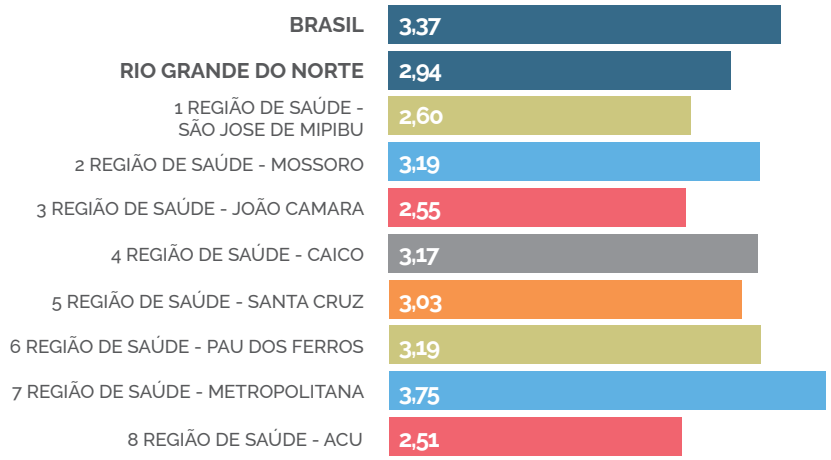
FIGURA 225
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios do Rio Grande do Norte participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

O mesmo ocorre ao analisar a média destes profissionais por mil habitantes: o maior valor é observado na 7ª região: Metropolitana e o menor na 8ª região: Açu. A média estadual ficou abaixo da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 226).

FIGURA 226.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e potiguares participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

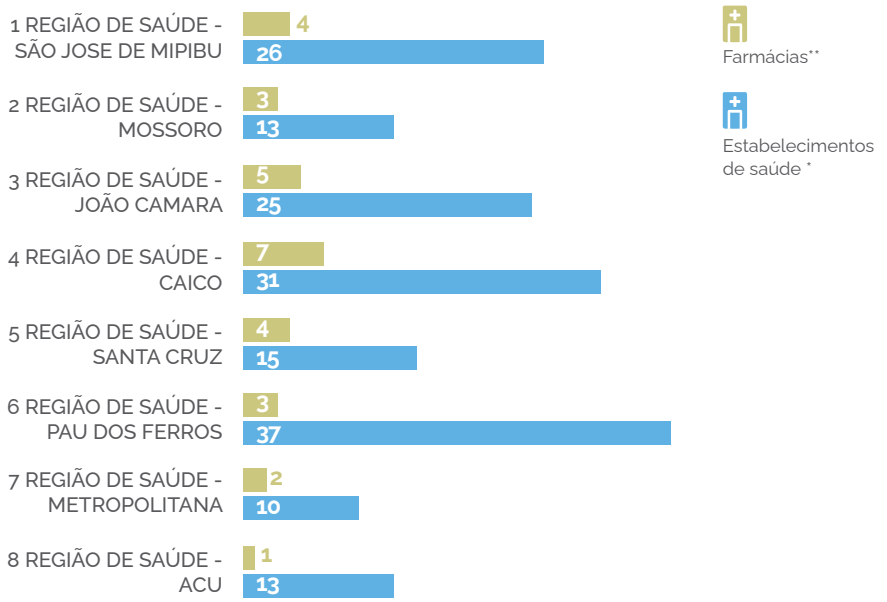


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A 6ª região Pau dos Ferros apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e o menor número foi observado 7ª região: Metropolitana. O maior número de farmácias foi observado na 4ª região: Caicó e o menor na 8ª região: Açu (Figura 227).

FIGURA 227.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios do Rio Grande do Norte participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



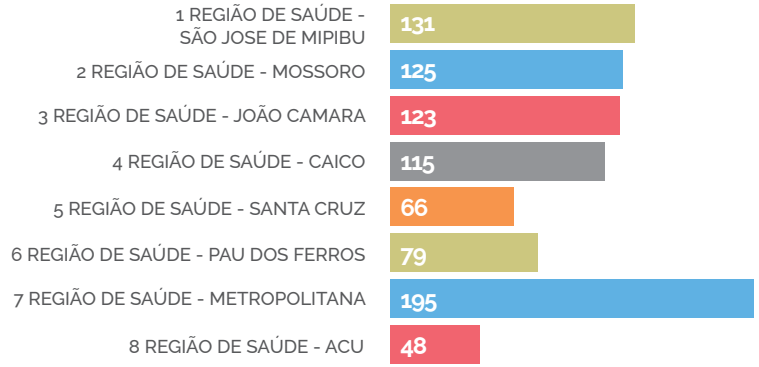
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 882 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. Novamente, a 7ª região; Metropolitana possui o maior número de equipes, e o menor número de ESF foi observado na 8ª região: Açu (Figura 228).

FIGURA 228.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios do Rio Grande do Norte participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

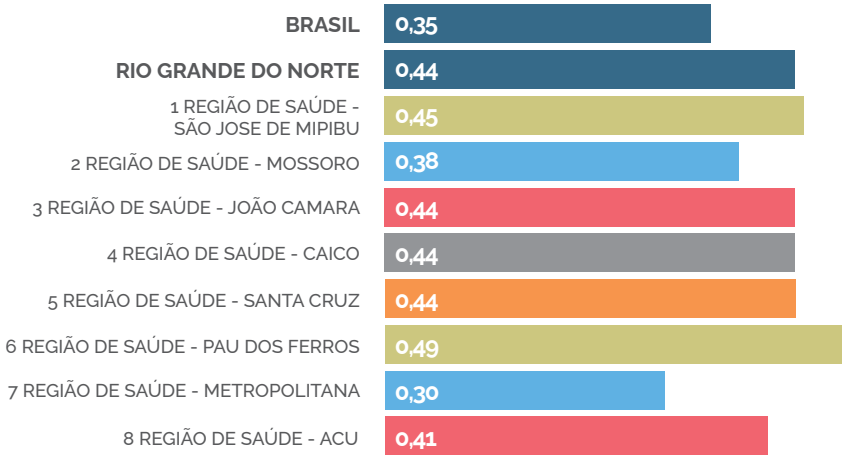


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Contudo, quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na 6ª região: Pau dos Ferros e o menor na 7ª região: Metropolitana, única região de saúde do estado cuja média foi inferior à média nacional, considerando os municípios participantes (Figura 229). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 229.
Média de ESF (Equipes de Saúde da Família) por mil habitantes nos municípios brasileiros e potiguares participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

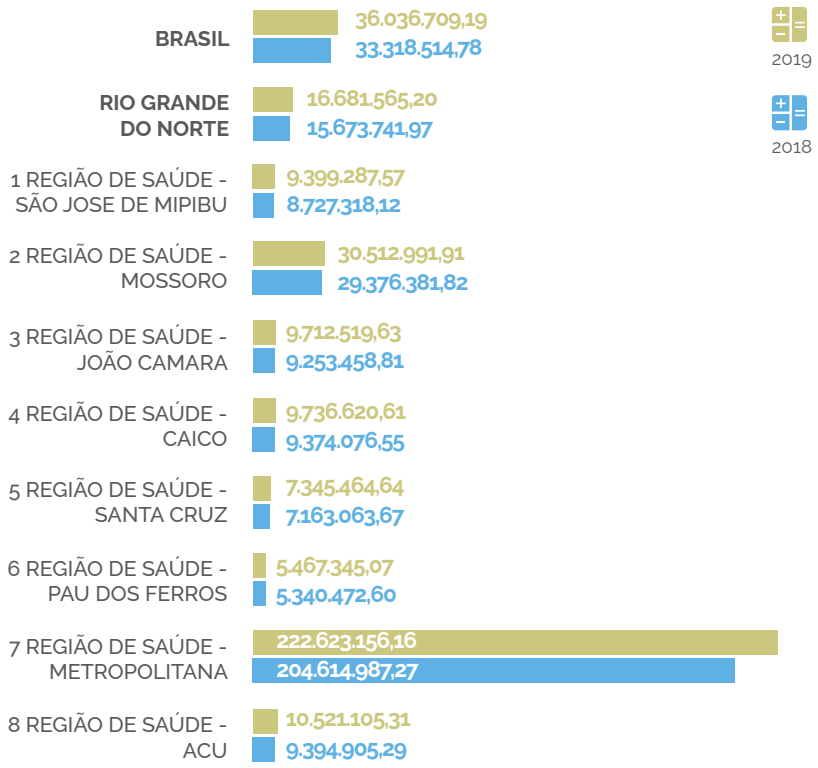


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da 7ª região: Metropolitana, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores na 6ª região: Pau dos Ferros, em ambos os anos. Em todas as regiões de saúde potiguares a despesa total em saúde cresceu no período observado (Figura 230).

FIGURA 230.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e cariocas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

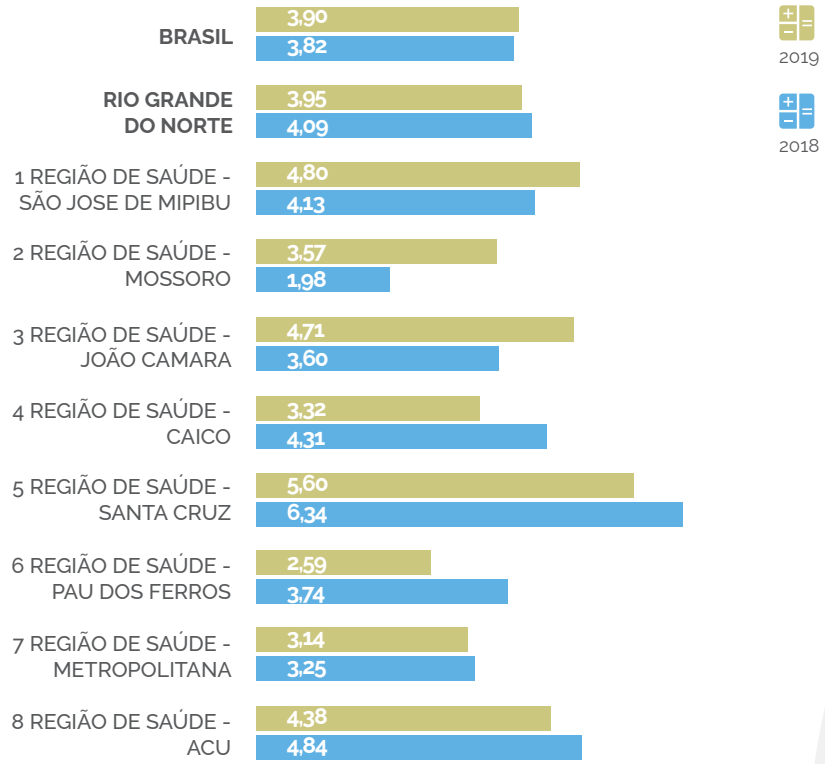


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na 5ª região: Santa Cruz, em ambos os anos. Em 2018 o menor percentual médio foi observado na 2ª região: Mossoró e em 2019 na 6ª região: Pau dos Ferros. Na maioria das regiões potiguares o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde diminuiu no período. A maior queda foi observada na 6ª região: Pau dos Ferros e o maior crescimento percentual foi observado na 2ª região: Mossoró. O percentual médio do estado diminuiu no período, contudo, permaneceu acima da média nacional do conjunto dos municípios participantes (Figura 231). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 231.

Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e potiguares participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



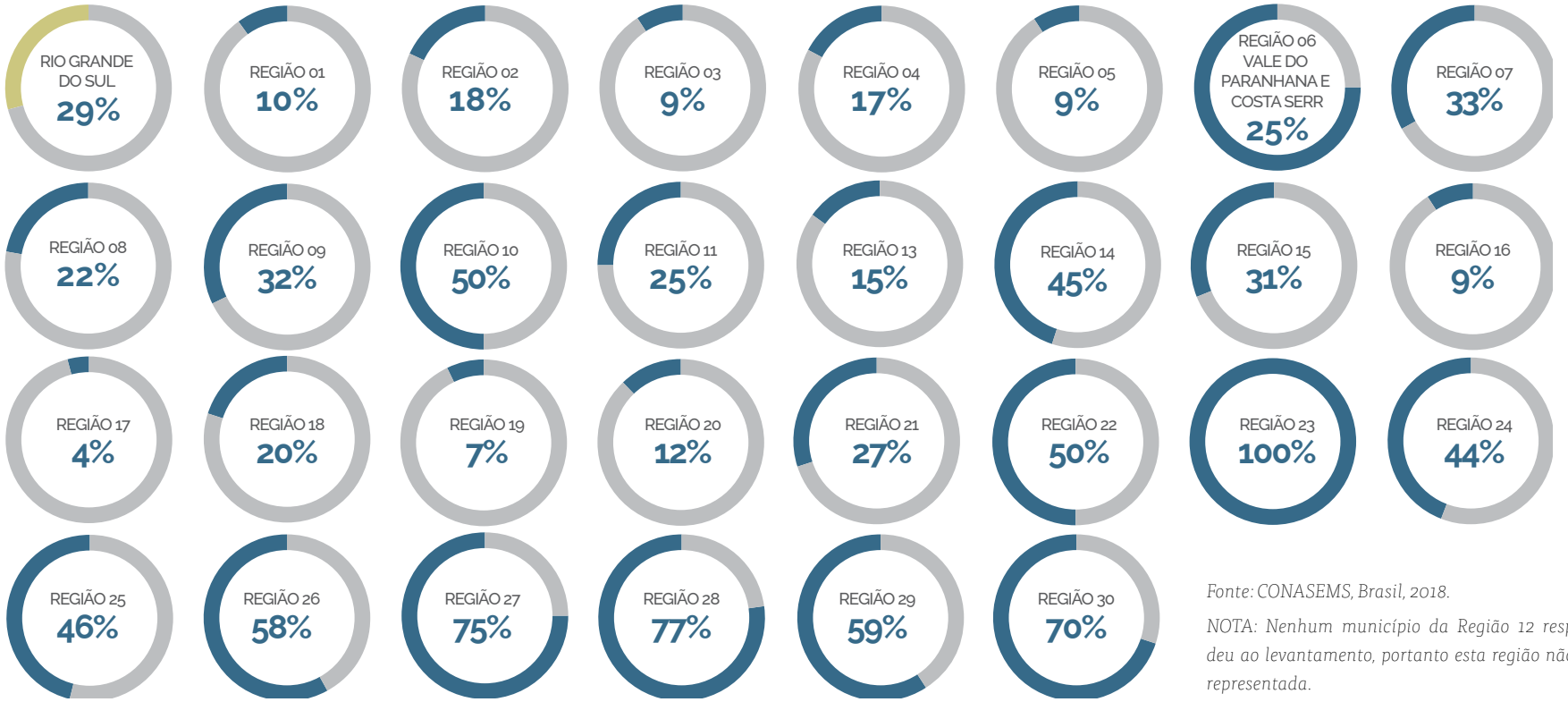
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

RIO GRANDE DO SUL

Dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, 146 (29%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 5.946.183 habitantes, o que representa 52% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 232.

FIGURA 232.
Percentual de municípios do Rio Grande do Sul que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

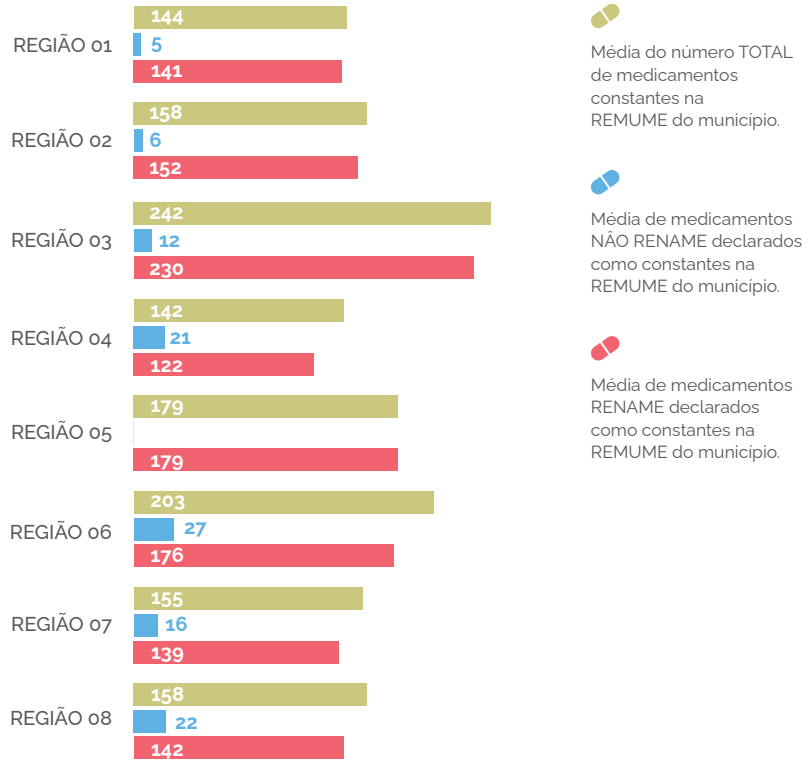
NOTA: Nenhum município da Região 12 respondeu ao levantamento, portanto esta região não foi representada.

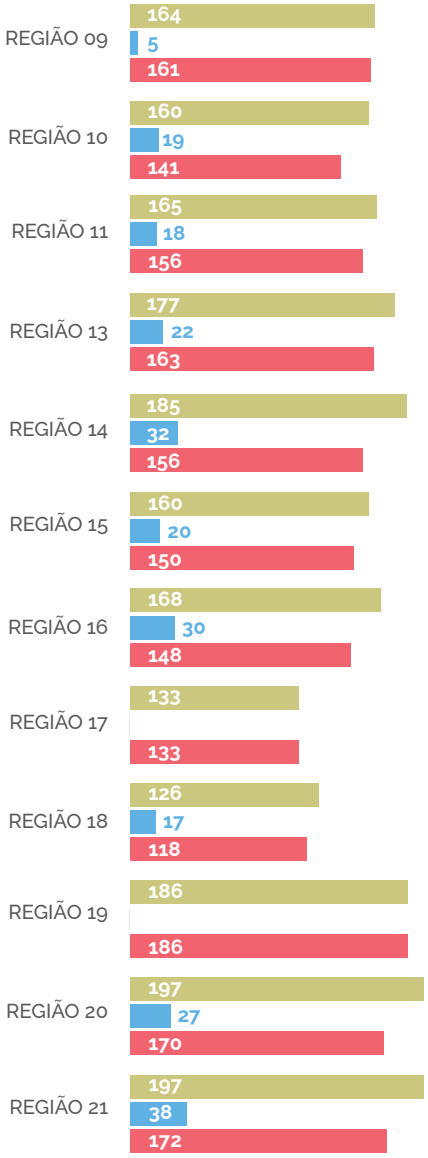
A região de saúde com maior participação dos municípios foi Região 23, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada Região 17, onde apenas 4% dos municípios participou. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

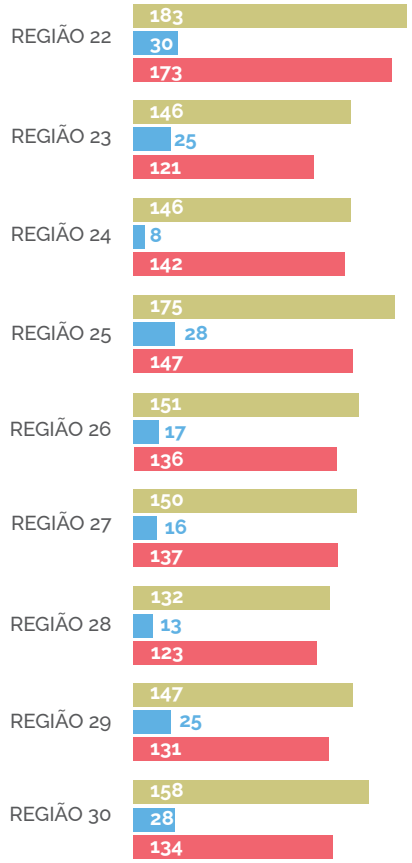
A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 113 na Região 17 a 242 na Região 3, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Especificamente quanto aos medicamentos NÃO RENAME, a Região 21 apresentou a maior média, de 38 medicamentos e a menor média foi observada nas regiões 1 e 9, com 5 medicamentos. Os municípios das regiões 5, 17 e 19 não relataram a presença de nenhum medicamento NÃO RENAME em suas listas, o que significa que nos municípios destas regiões são padronizados apenas medicamentos que integram a RENAME (Figura 233).

FIGURA 233.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios gaúchos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde







Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA:*Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que* ***não*** *estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da Região 28 com 27 medicamentos, o máximo de 263 medicamentos foi observado na Região 15. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por nove das vinte e nove regiões de saúde gaúchas participantes. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O menor número de medicamentos nesta categoria foi observado em municípios das regiões 11, 27 e 30, com apenas 1 medicamento e nas regiões 5, 17 e 19 não havia medicamentos NÃO RENAME nas relações municipais.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 144, 19 e 157, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 22). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 22.

Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios da Bahia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde.

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
REGIAO 01	141	141	137	145	5	5	5	5	144	144	142	145
REGIAO 02	152	152	90	213	6	6	2	10	158	158	92	223
REGIAO 03	230	230	230	230	12	12	12	12	242	242	242	242
REGIAO 04	122	122	120	123	21	21	14	27	142	142	137	147
REGIAO 05	179	179	179	179	---	---	---	---	179	179	179	179
REGIAO 06 - VALE DO PARANHANA E COSTA SERR	176	176	150	202	27	27	3	50	203	203	153	252
REGIAO 07	139	131	124	162	16	13	9	27	155	154	137	173
REGIAO 08	142	148	108	162	22	19	11	35	158	163	108	197
REGIAO 09	161	158	131	206	5	3	2	10	164	160	141	208
REGIAO 10	141	137	136	150	19	23	3	32	160	160	139	182
REGIAO 11	156	155	119	203	18	3	1	50	165	168	137	203
REGIAO 13	163	159	127	203	22	22	8	35	177	162	159	211
REGIAO 14	156	150	117	206	32	29	8	50	185	185	134	253
REGIAO 15	150	143	87	253	20	16	10	40	160	148	87	263
REGIAO 16	148	152	137	155	30	30	10	50	168	162	155	187
REGIAO 17	113	113	113	113	---	---	---	---	113	113	113	113
REGIAO 18	118	114	91	152	17	17	11	22	126	130	91	152
REGIAO 19	186	186	186	186	---	---	---	---	186	186	186	186
REGIAO 20	170	185	135	189	27	30	20	31	197	215	155	220

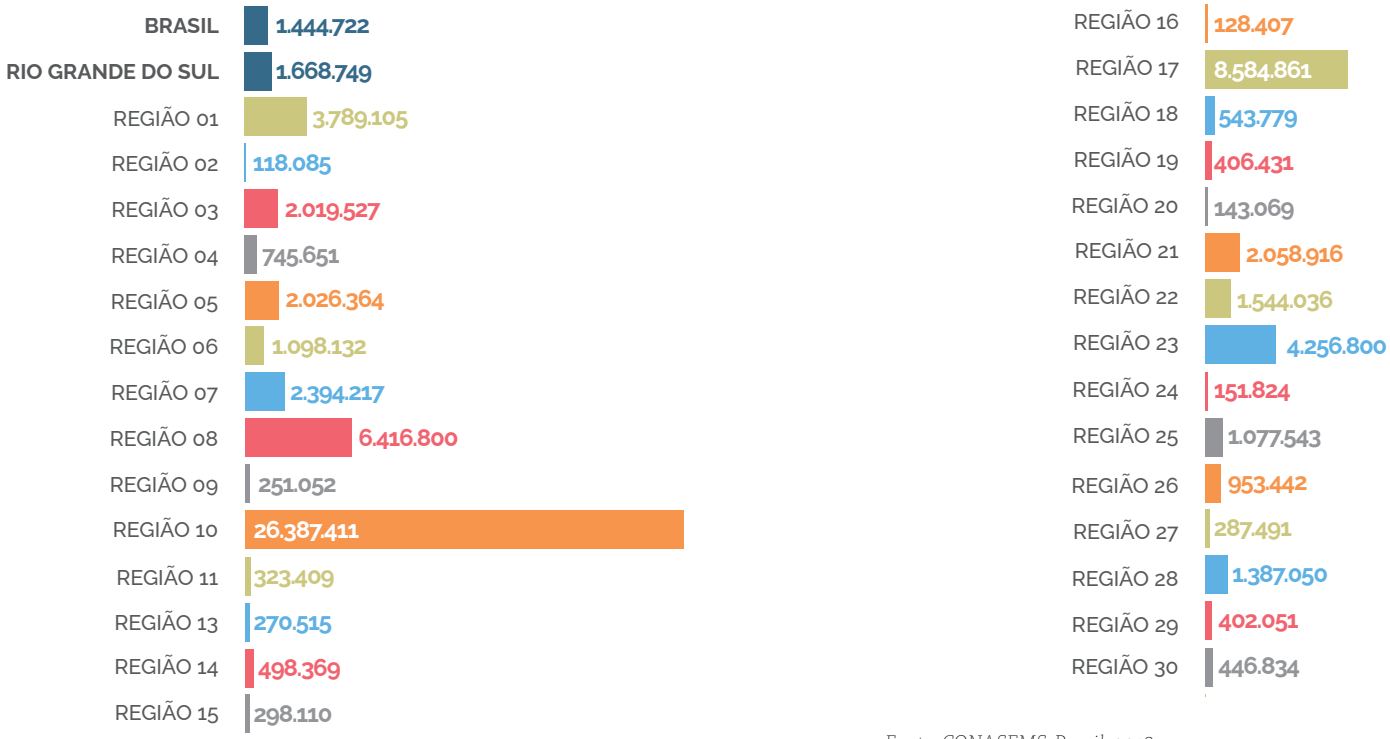
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
REGIAO 21	172	168	144	200	38	47	8	50	197	194	144	250
REGIAO 22	173	165	155	198	30	30	30	30	183	195	155	198
REGIAO 23	121	123	62	158	25	18	2	50	146	149	73	208
REGIAO 24	142	138	124	167	8	8	8	8	146	142	124	175
REGIAO 25	147	148	131	160	28	25	5	50	175	172	155	206
REGIAO 26	136	143	96	165	17	18	9	28	151	153	112	192
REGIAO 27	137	144	103	174	16	9	1	39	150	150	103	186
REGIAO 28	123	135	27	171	13	11	3	27	132	142	27	174
REGIAO 29	131	130	95	176	25	21	5	50	147	145	100	226
REGIAO 30	134	146	86	159	28	28	1	50	158	160	86	209
RIO GRANDE DO SUL (TOTAL)	**144**	**144**	**27**	**253**	**22**	**19**	**1**	**50**	**160**	**157**	**27**	**263**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, o Rio Grande do Sul apresentou IDHM de 0,787 em 2017, acima da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,781, idêntico à média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da Região 10 foi a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e mais que duzentas e vinte vezes a média da Região 2, na qual foi observada a menor média gaúcha, e mais que dezoito vezes a média no PIB nacional do conjunto de municípios participantes (Figura 234).

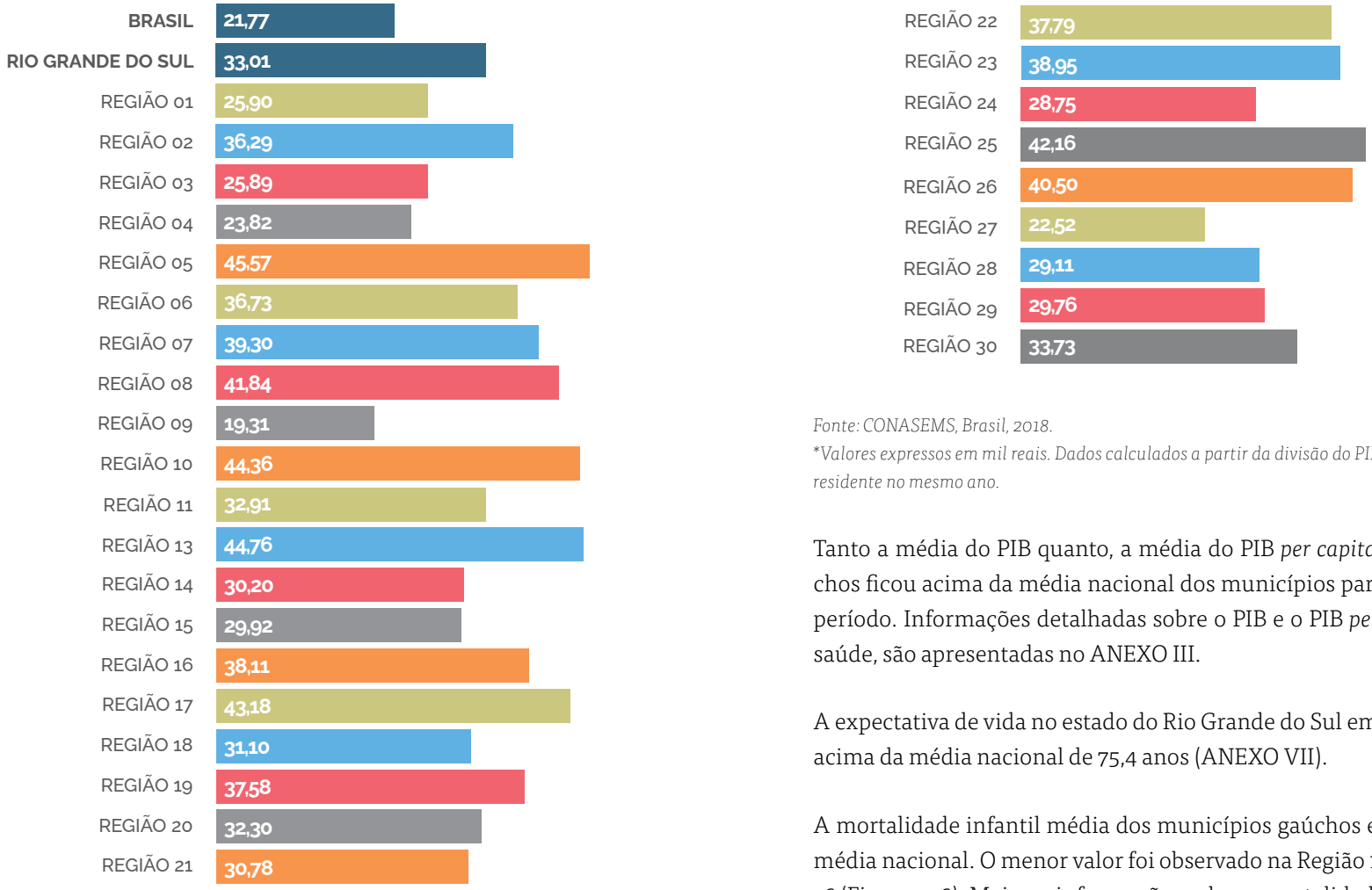
FIGURA 234.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da Região 5 apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo mais que o dobro da média do PIB *per capita* da Região 9, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 235).

FIGURA 235.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e gaúchos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



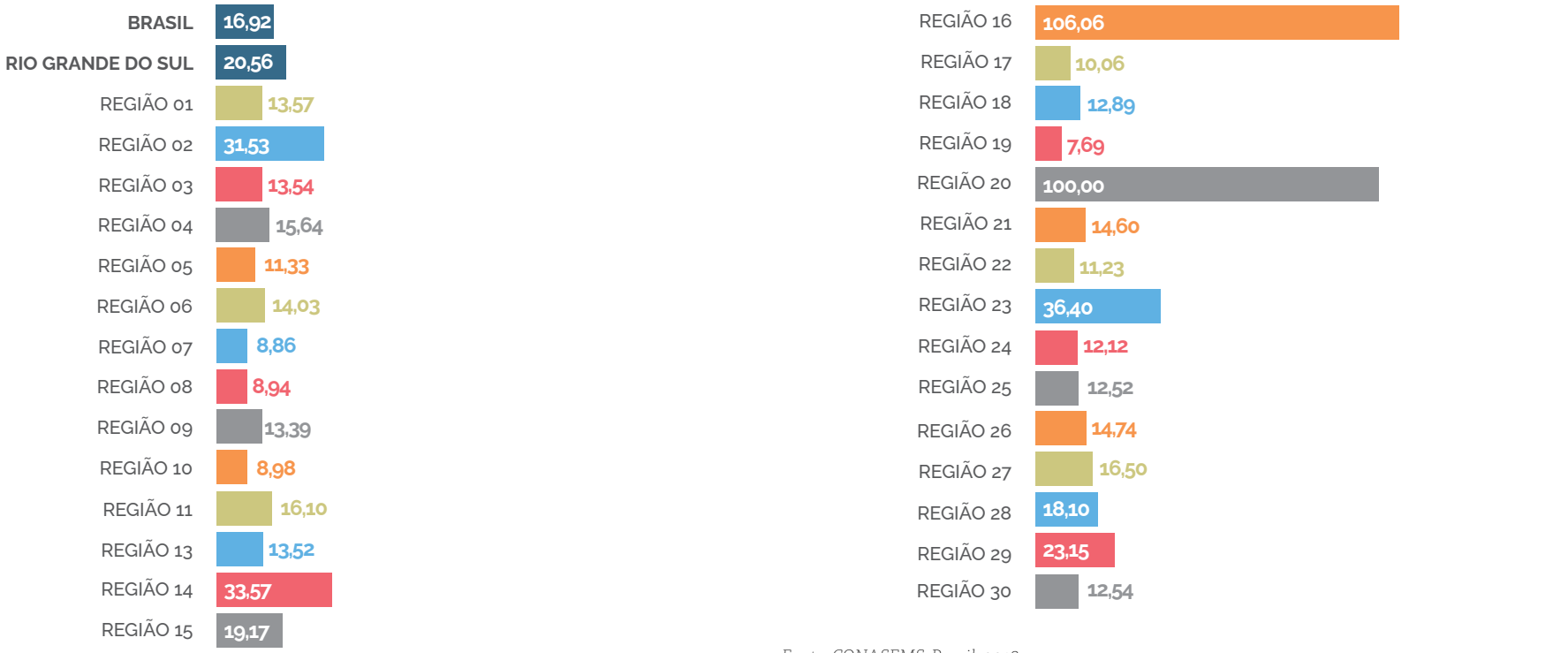
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto, a média do PIB *per capita* dos municípios gaúchos ficou acima da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado do Rio Grande do Sul em 2016 foi de 77,8 anos, acima da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios gaúchos em 2017 foi superior à média nacional. O menor valor foi observado na Região 19 e o maior na Região 16 (Figura 236). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 236.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e gaúchos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, o Rio Grande do Sul possui 42.391 profissionais de nível superior em saúde. Mais que um terço desses profissionais atua Região 10 e o menor número foi observado Região 2 (Figura 237).

FIGURA 237.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios da Bahia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

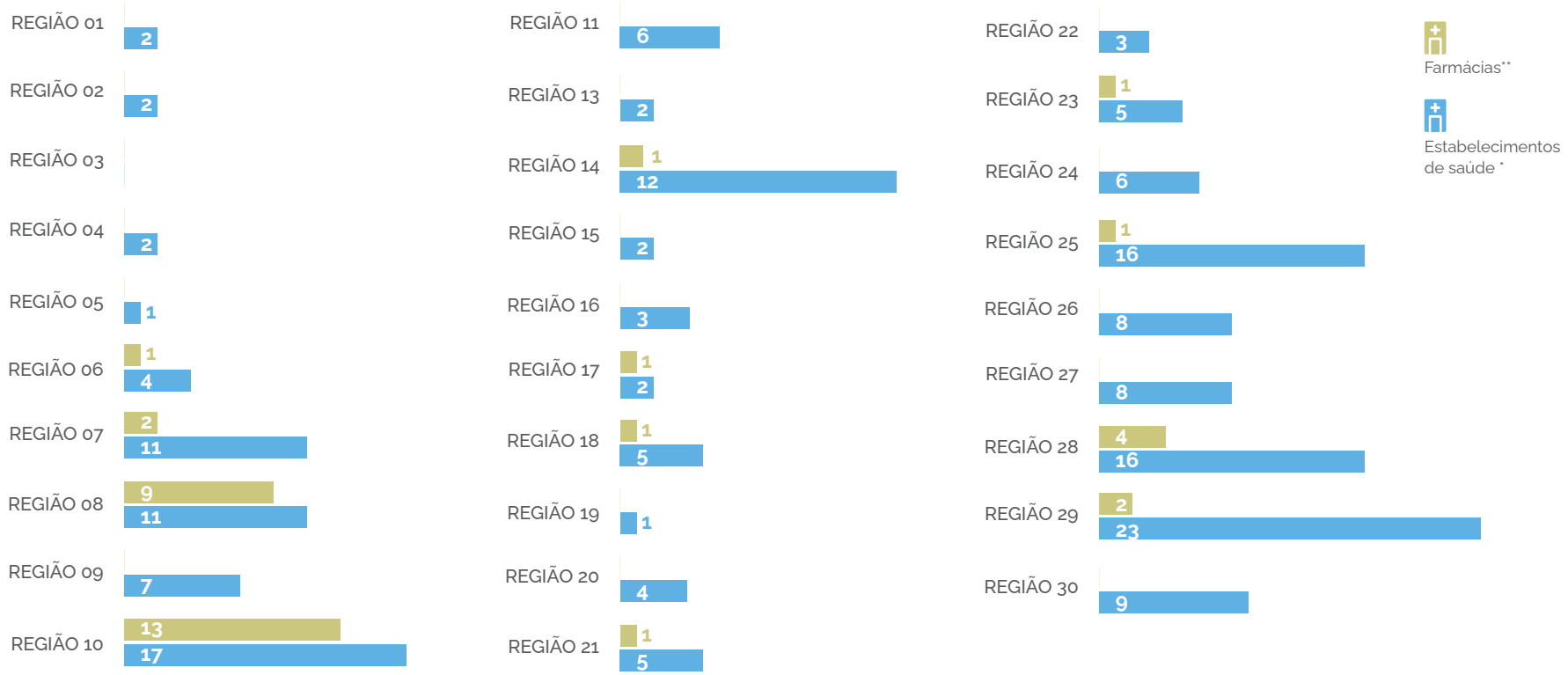
Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes o maior valor é observado na Região 10 e o menor na Região 9. A média estadual ficou acima da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 238).

FIGURA 238.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e gaúchos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A Região 29 apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e na Região 3 não foi observado nenhum estabelecimento registrado no cadastro nacional. O maior número de farmácias foi observado na Região 10 e a maioria das regiões gaúchas não possuía farmácia registrada no CNES (Figura 239).

FIGURA 239.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios da Bahia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



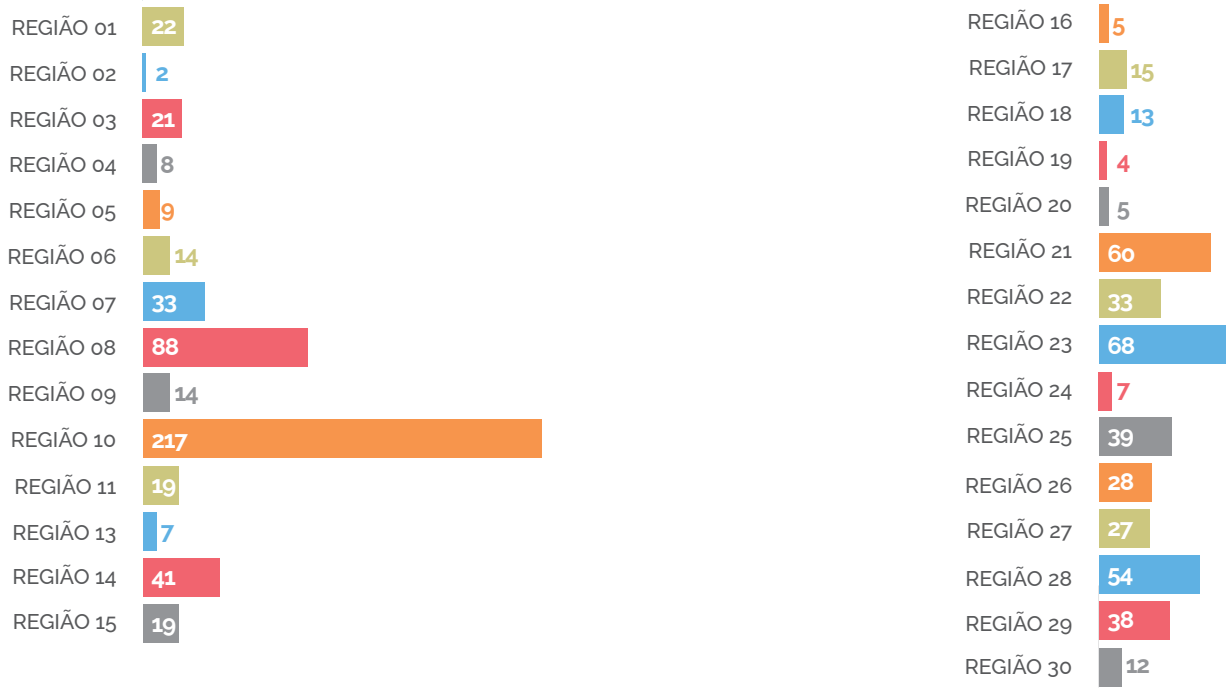
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/ unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/ essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 922 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A Região 10 possui o maior número de equipes, e o menor número de ESF foi observado na Região 2 (Figura 240).

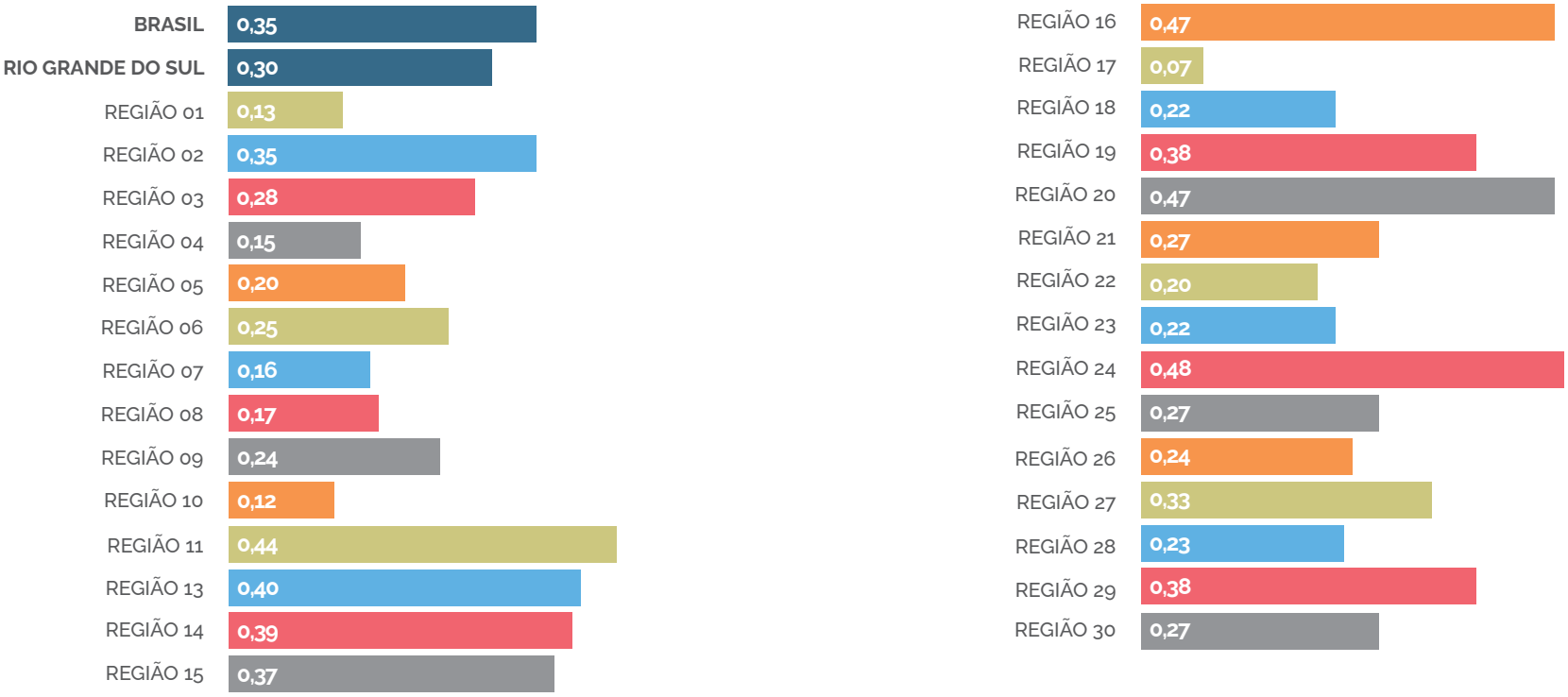
FIGURA 240.
Número de ESF (Equipes de Saúde da Família) registradas no CNES pelos municípios da Bahia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Contudo, quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na Região 24 e o menor na Região 17, cuja média foi muito inferior à média nacional, considerando os municípios participantes (Figura 241). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

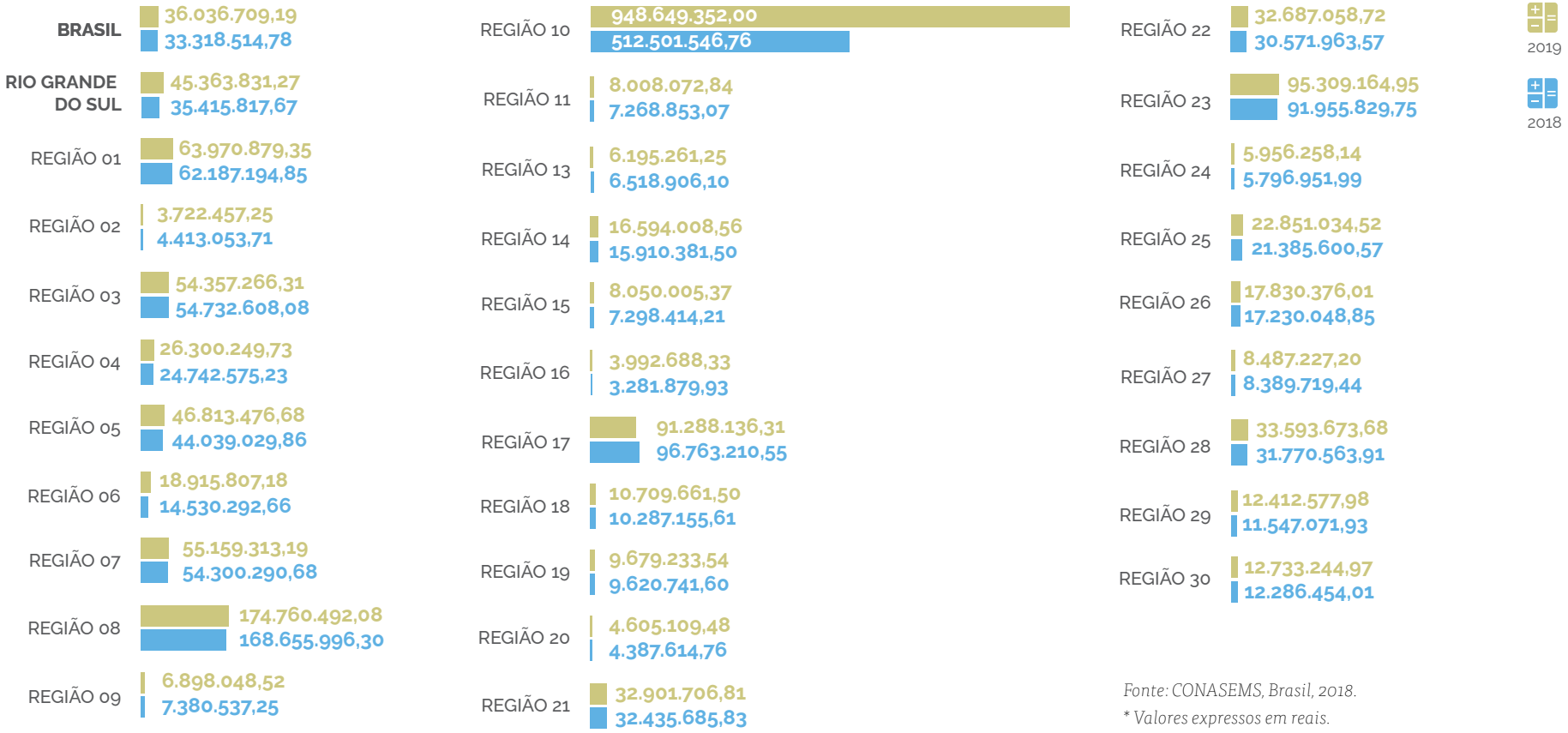
FIGURA 241.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e gaúchos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios Região 10, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores na Região 16 em 2018 e na Região 2 em 2019. Na maioria das regiões de saúde gaúchas a despesa total em saúde cresceu no período observado, com exceção das regiões 2, 9 e 13. O maior crescimento foi observado na região 10, cujo valor quase duplicou no período (Figura 242).

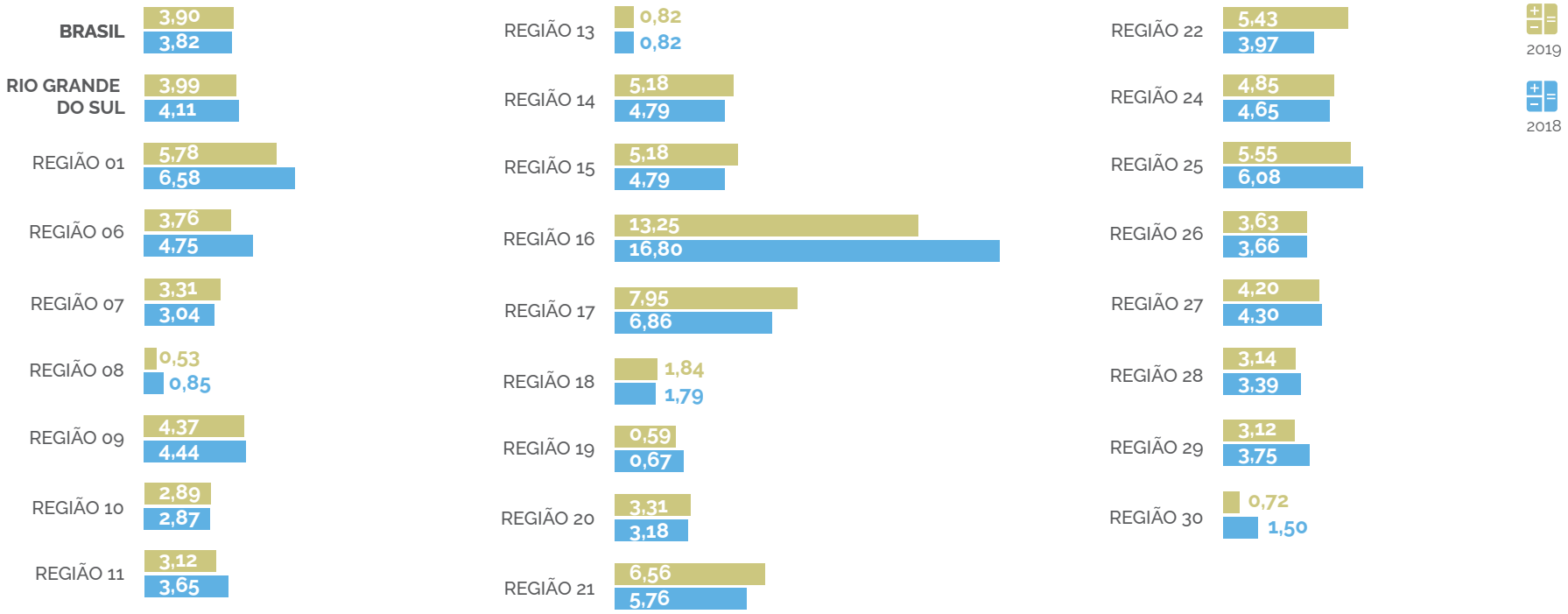
FIGURA 242.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
** Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na Região 16, em ambos os anos. Em 2018 o menor percentual médio foi observado na Região 19 e em 2019 na Região 8. Na maioria das regiões gaúchas o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde oscilou no período. A maior queda foi observada na Região 16 e o maior crescimento percentual foi observado na Região 17. O percentual médio do estado diminuiu no período, contudo, permaneceu acima da média nacional do conjunto dos municípios participantes (Figura 243). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 243.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e baianos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

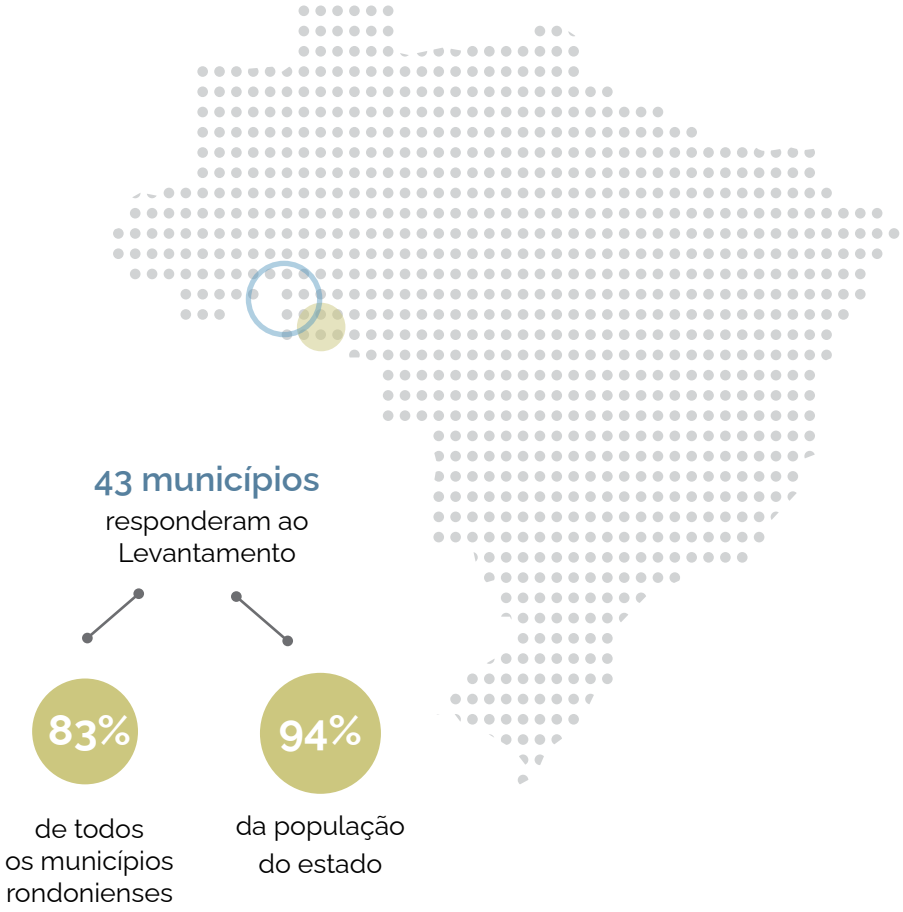
RONDÔNIA

Dos 52 municípios de Rondônia, 43 (83%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 1.653.091 habitantes, o que representa 94% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 244.

FIGURA 244.
Percentual de municípios de Rondônia que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

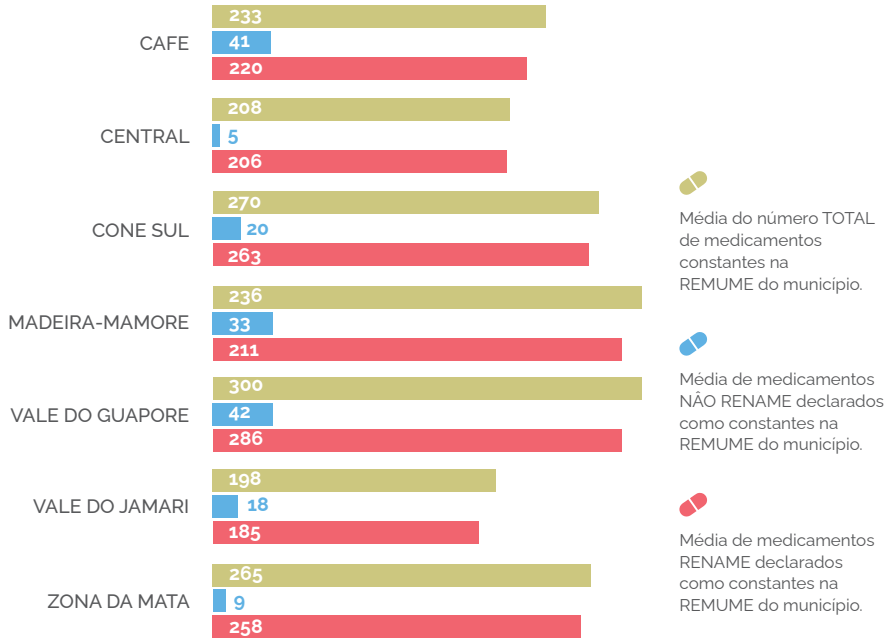


As regiões de saúde com maior participação dos municípios foram Café, Vale do Guaporé e Zona da Mata, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na região Cone Sul, onde apenas 43% dos municípios participou. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 208 na região Central a 300 na região do Vale do Guaporé, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

O mesmo aconteceu com aos medicamentos NÃO RENAME, o Vale do Guaporé apresentou a maior média, de 42 medicamentos e a menor média foi observada na região Central, com 5 medicamentos (Figura 245).

FIGURA 245.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios rondonienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da região Central, com 111 medicamentos, o máximo de 366 medicamentos foi observado na Zona da Mata. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por municípios da região Madeira-Mamoré. Vale ressaltar que este foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O menor número de medicamentos nessa categoria foi observado em municípios das regiões Central e Vale do Jamari, com apenas 1 medicamento (Tabela 23).

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes deste estado foram de 217, 10 e 231, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 23). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 23.

Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios de Rondônia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
CAFE	220	226	183	259	41	41	40	41	233	228	193	270
CENTRAL	206	202	111	325	5	4	1	10	208	212	111	325
CONE SUL	263	257	168	364	20	20	20	20	270	257	188	364
MADEIRA--MAMORE	211	208	159	270	33	47	2	50	236	234	159	317
VALE DO GUAPORE	286	291	203	364	42	42	42	42	300	333	203	364
VALE DO JAMARI	185	179	140	247	18	11	1	49	198	207	140	248
ZONA DA MATA	258	230	142	356	9	8	3	24	265	238	142	366
RONDÔNIA (TOTAL)	**224**	**217**	**111**	**364**	**18**	**10**	**1**	**50**	**234**	**231**	**111**	**366**

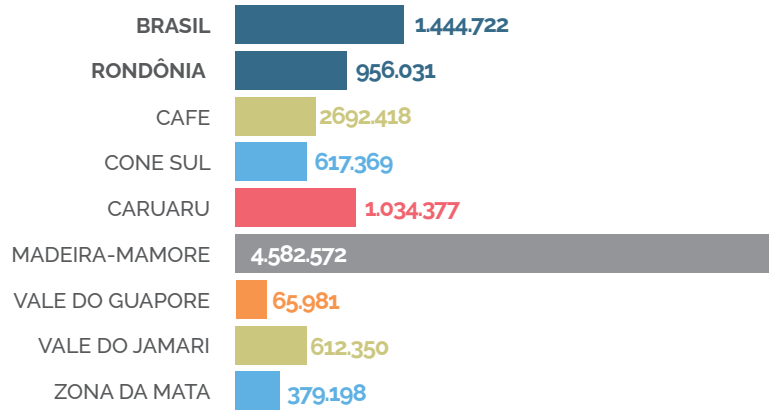
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, Rondônia apresentou IDHM de 0,725 em 2017, abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,685, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região Madeira-Mamoré foi a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e mais que dezessete vezes a média do Vale do Jamari, região na qual foi observada a menor média rondoniense, para o conjunto de municípios participantes (Figura 246).

FIGURA 246.

Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e rondonienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

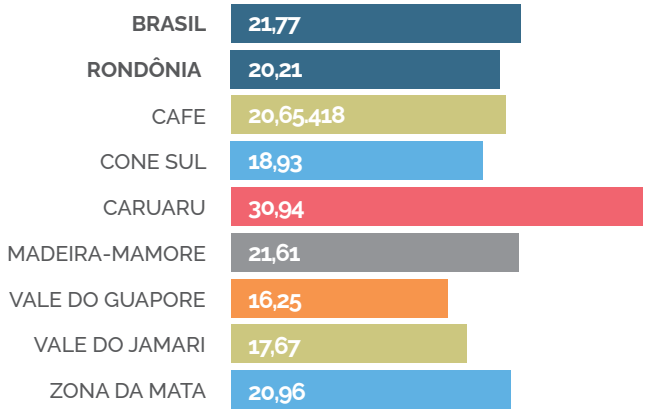


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região Cone Sul apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões sendo quase o dobro da média do PIB *per capita* da região Vale do Guaporé, onde foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 247).

FIGURA 247.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e rondonienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

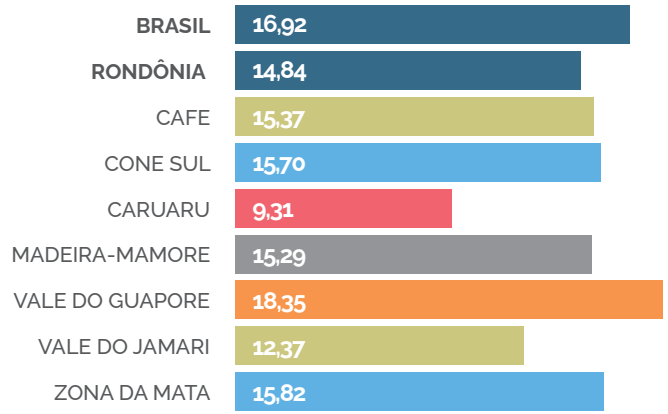
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto, a média do PIB *per capita* dos municípios rondonienses ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado de Rondônia em 2016 foi de 71,3 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios rondonienses em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região Cone Sul e o maior no Vale do Guaporé (Figura 248). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 248.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e rondonienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

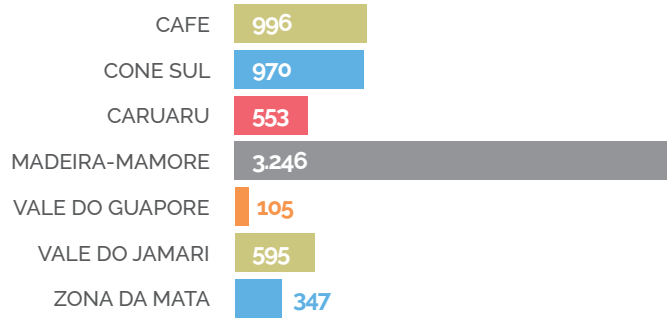


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, Rondônia possui 6.782 profissionais de nível superior em saúde. Quase a metade desses profissionais atua na região Madeira-Mamoré e o menor número foi observado no Vale do Guaporé (Figura 249).

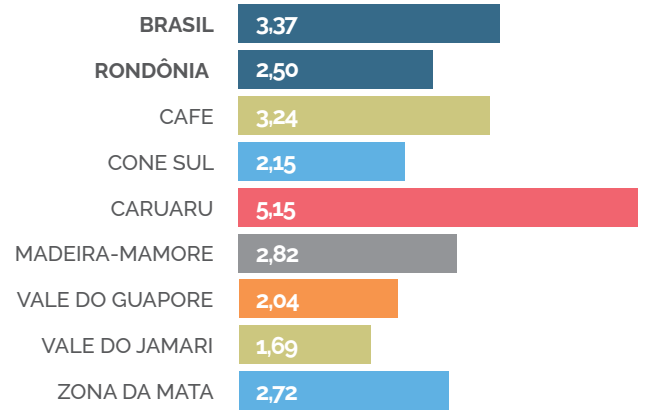
FIGURA 249.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de Rondônia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes o maior valor é observado na região Cone Sul e o menor no Vale do Jamari. A média estadual ficou abaixo da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 250).

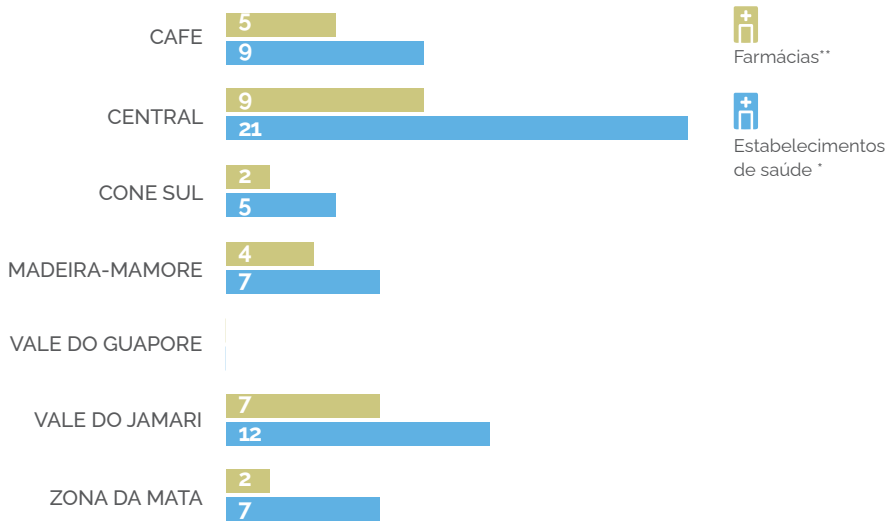
FIGURA 250.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e rondonienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região Central apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e de farmácias e a região Cone Sul o menor. Na região do Vale do Guaporé não foi observado nenhum estabelecimento no cadastro nacional (Figura 251).

FIGURA 251.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de Rondônia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



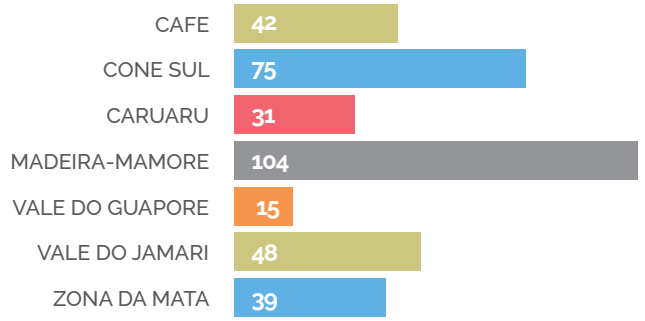
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 354 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região Madeira-Mamoré possui o maior número de equipes, e o menor número de ESF foi observado no Vale do Guaporé (Figura 252).

FIGURA 252.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios de Rondônia participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

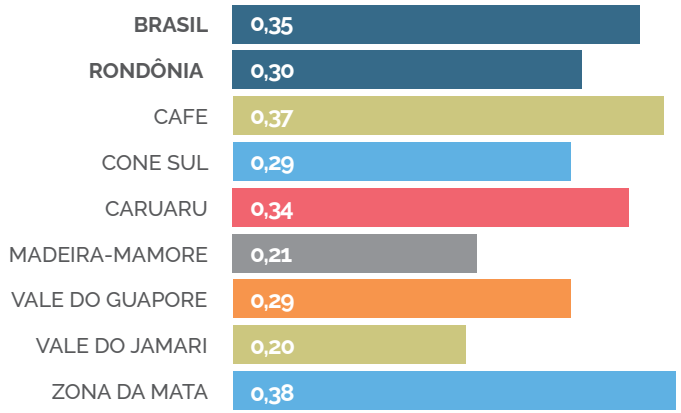


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Contudo, quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na Zona da Mata e o menor no Vale do Jamari, cuja média foi muito inferior à média nacional, considerando os municípios participantes (Figura 253). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 253.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e rondonienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

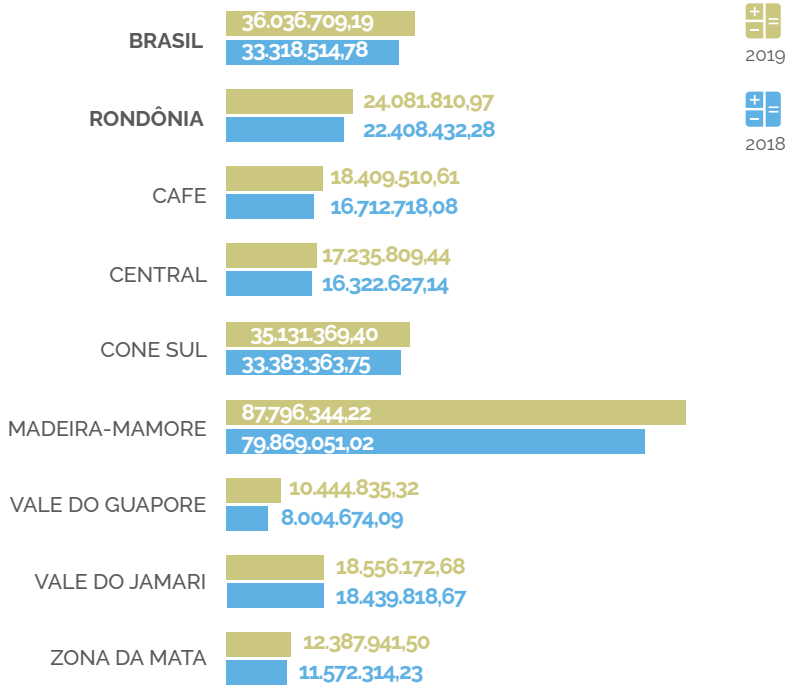


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região Madeira-Mamoré, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores no Vale do Guaporé, em ambos os anos. Em todas as regiões de saúde rondonienses a despesa total em saúde cresceu no período, sendo que o maior crescimento foi observado na região Madeira-Mamoré (Figura 254).

FIGURA 254.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e rondonienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

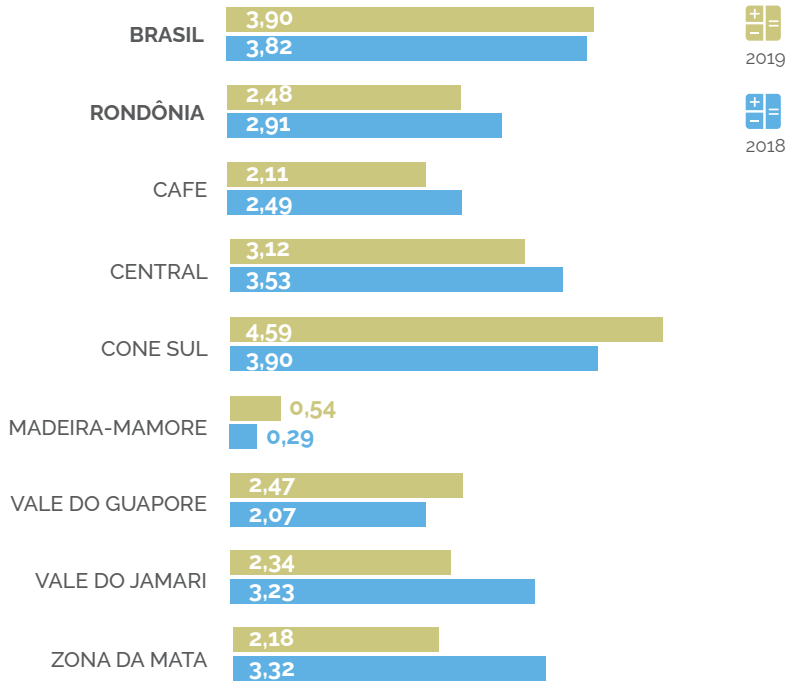


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas no Cone Sul, em ambos os anos. Tanto em 2018 quanto em 2019 o menor percentual médio foi observado na região Madeira-Mamoré. No geral, o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde oscilou no período. A maior queda foi observada

na Zona da Mata e o maior crescimento percentual foi observado no Cone Sul. O percentual médio do estado diminuiu no período, permanecendo acima da média nacional do conjunto dos municípios participantes (Figura 255). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 255.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e rondonienses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

RORAIMA

Todos os 15 municípios de Roraima responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 576.568 habitantes, o que representa 100% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 256.

FIGURA 256.
Percentual de municípios de Roraima que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

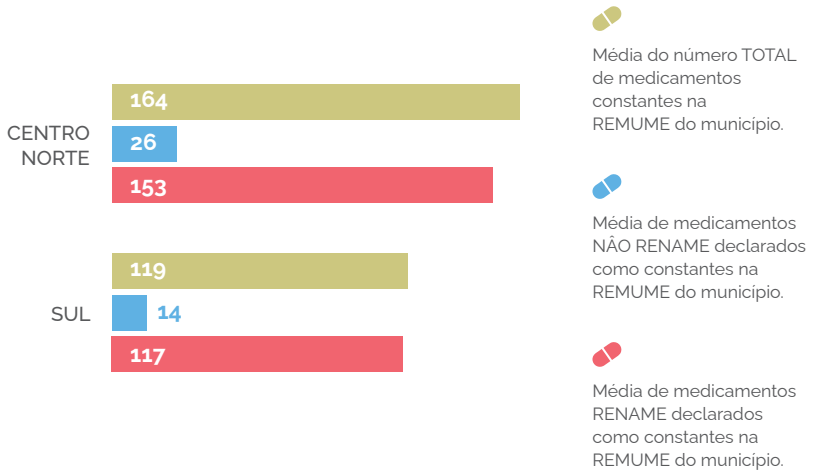
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 119 na região Sul a 164 na região Centro Norte, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

O mesmo aconteceu com aos medicamentos NÃO RENAME, o Centro Norte apresentou a maior média, de 26 medicamentos e a menor média foi observada na região Sul, com 14 medicamentos (Figura 257).

FIGURA 257.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios amapaenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da região Sul, com 76 medicamentos, o máximo de 278 medicamentos foi observado no Centro Norte. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por municípios da região Centro-Norte. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O menor número de medicamentos nesta categoria também foi observado em municípios do Centro Norte, com apenas 1 medicamento (Tabela 24).

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 130, 22 e 135, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 24). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 24.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios de Roraima participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

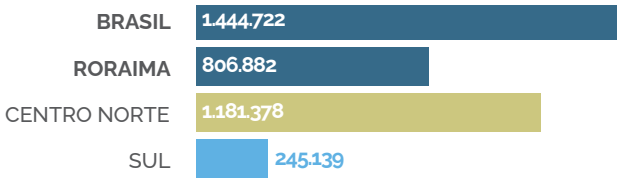
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
CENTRO NORTE	153	140	85	256	26	26	1	50	164	141	88	278
SUL	117	123	62	157	14	14	14	14	119	123	76	157
RORAIMA (TOTAL)	**138**	**130**	**62**	**256**	**23**	**22**	**1**	**50**	**146**	**135**	**76**	**278**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, Roraima apresentou IDHM de 0,752 em 2017, abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,733, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região Centro Norte foi a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e quase cinco vezes a média da região Sul (Figura 258).

FIGURA 258.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e roraimenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

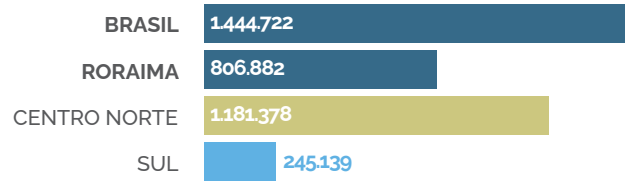


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais.*

Entretanto, ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região Sul apresentaram valores superiores aos municípios da região Centro Norte (Figura 259).

FIGURA 259.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e roraimenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

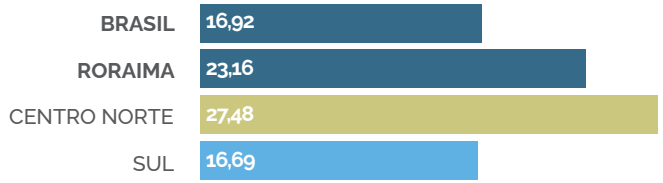
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto, a média do PIB *per capita* dos municípios roraimenses ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado de Roraima em 2016 foi de 71,5 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios roraimenses em 2017 foi superior à média nacional e a mais alta média estadual no conjunto das vinte e sete unidades federativas. O menor valor foi observado na região Sul e o maior no Centro Norte (Figura 260). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 260.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e roraimenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

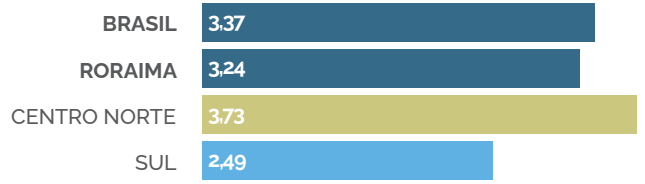
Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, Roraima possui 2.697profissionais de nível superior em saúde, sendo que mais de 90% desses profissionais atua na região Centro Norte (Figura 261).

FIGURA 261.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de Roraima participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes o maior valor também é observado na região Centro Norte, inclusive, acima da média nacional. Ainda assim, a média estadual ficou abaixo da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 262).

FIGURA 262.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e roraimenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região Centro Norte apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e de farmácias e a região Sul o menor, sendo que, nesta última, não foram observadas farmácia(s) registrada(s) no cadastro nacional (Figura 263).

FIGURA 263.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de Roraima participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 127 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região Centro Norte possui o maior número de equipes, sendo o triplo do número de ESF observado na região Sul (Figura 264).

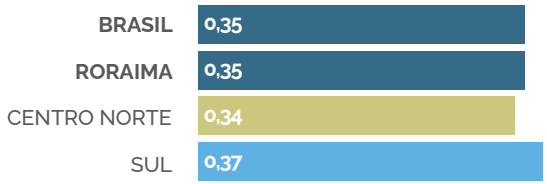
FIGURA 264.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios de Roraima participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Contudo, quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na região Sul, que foi superior à média nacional, considerando os municípios participantes (Figura 265). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 265.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e roraimenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

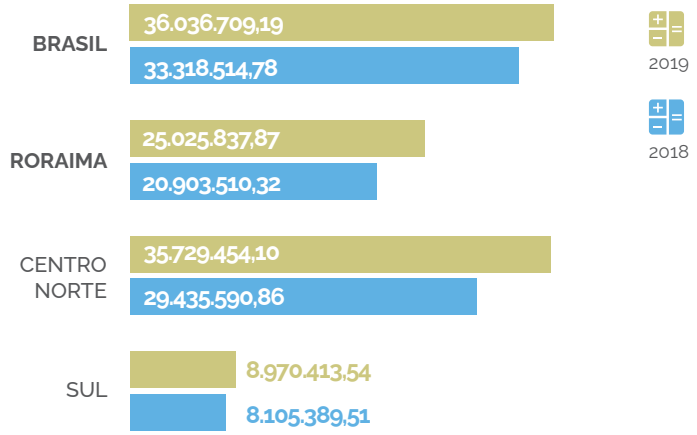


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região Centro Norte e as menores na região Sul, tanto em 2018 quanto em 2019. Em ambas as regiões a despesa total em saúde cresceu no período, sendo que o maior crescimento foi observado na região Centro Norte (Figura 266).

FIGURA 266.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e roraimenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



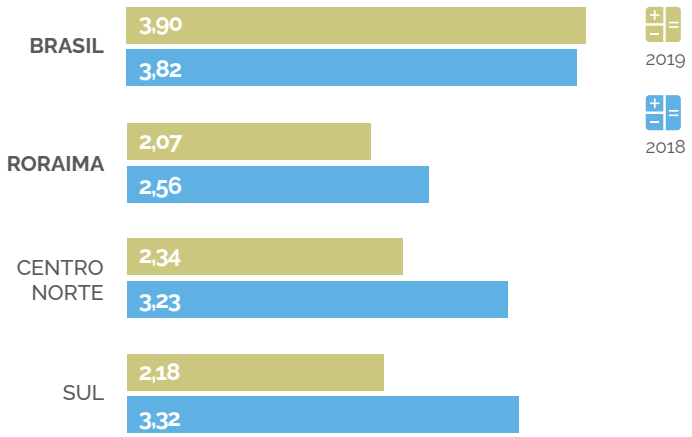
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, ambas regiões apresentaram percentuais muito similares, com queda no período, mantendo-se abaixo da média nacional do conjunto dos municípios participantes (Figura 267). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

Vale destacar que o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde do Amapá foi o segundo maior em 2018 e o maior em 2019 entre todas as Unidades Federativas (Figura 39). Especificamente a Área Sudoeste, em 2019, apresentou a terceira maior média percentual de despesa com medicamentos

entre as 444 regiões de saúde do país que participaram deste levantamento, de 11,67%. Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 267.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e roraimenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



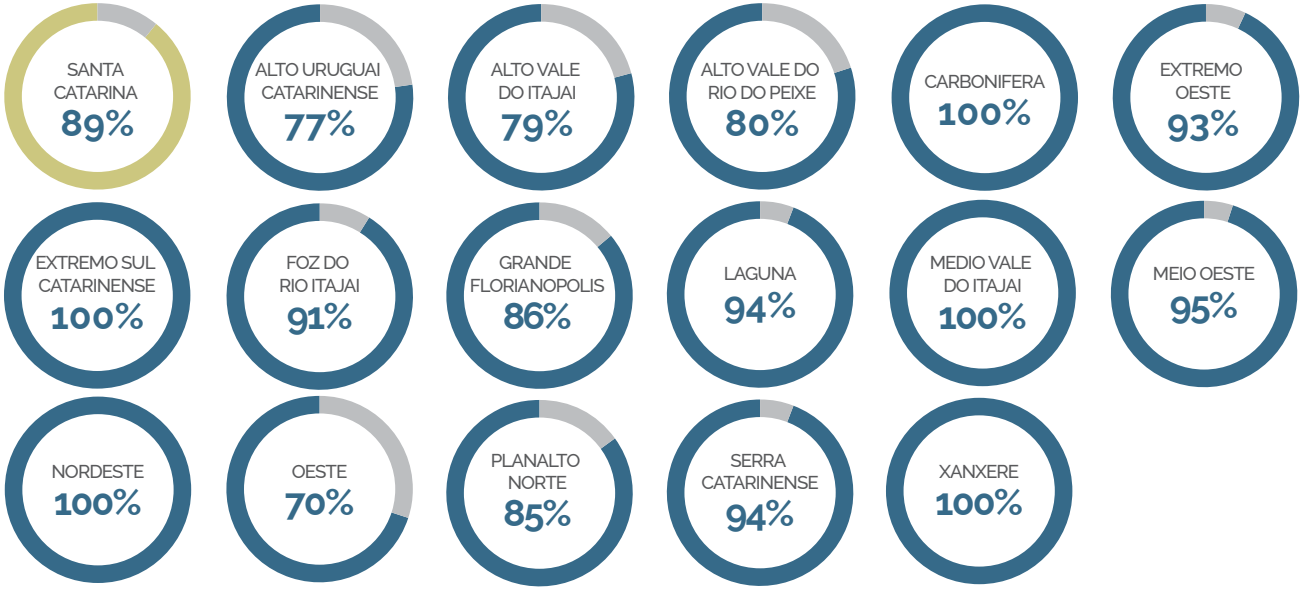
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

SANTA CATARINA

Dos 295 municípios de Santa Catarina, 263 (89%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 6.699.494 habitantes, o que representa 95% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 268.

FIGURA 268,
Percentual de municípios do Ceará que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



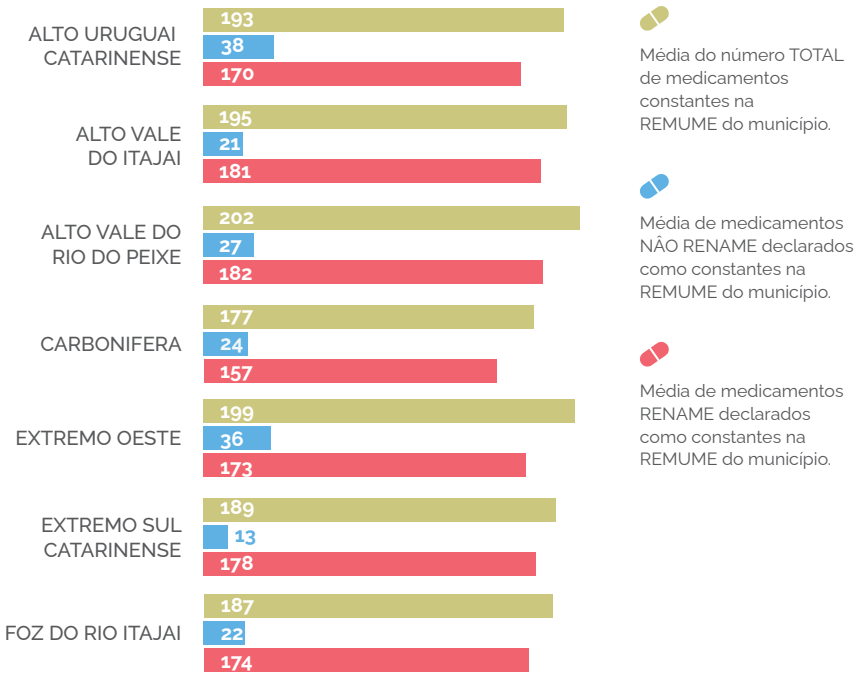
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

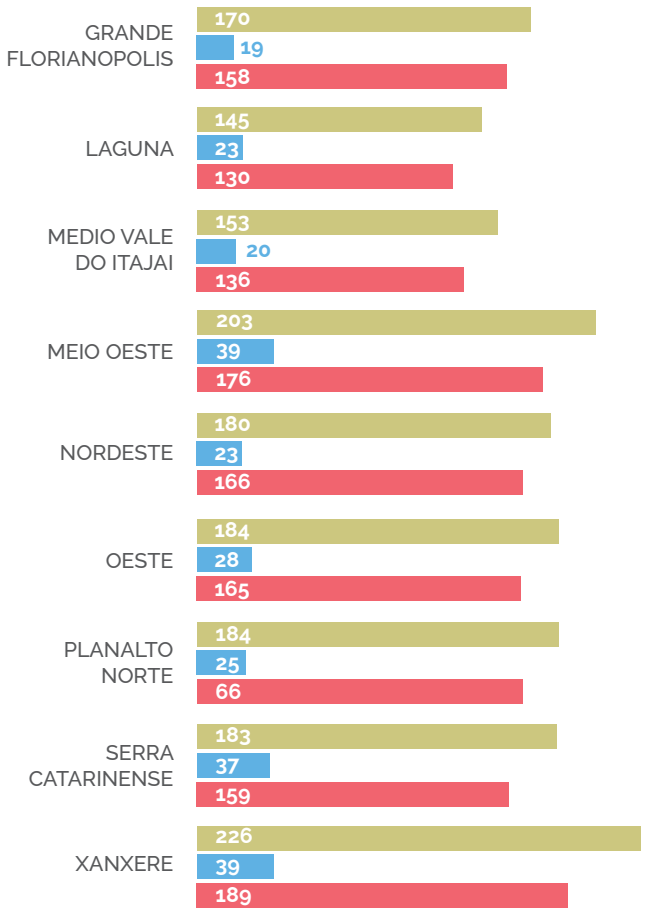
As regiões de saúde com maior participação dos municípios foram Carbonífera, Extremo Sul Catarinense, Médio Vale do Itajaí, Nordeste e Xanxerê, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na região Oeste, onde 70% dos municípios participaram. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 145 na região de Laguna a 226 na região de Xanxerê, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Quanto aos medicamentos NÃO RENAME, as regiões do Meio Oeste e de Xanxerê apresentaram a maior média, de 39 medicamentos e a menor média foi observada na região Extremo Sul Catarinense, com 13 medicamentos (Figura 269).

FIGURA 269.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde





Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da região de Laguna, com 94 medicamentos, o máximo de 414 medicamentos foi observado na região do Alto Vale do Rio do Peixe. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos desta categoria foi declarado por municípios de treze das dezesseis regiões de saúde do estado. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O menor número de medicamentos nessa categoria foi observado em municípios da região do Médio Vale do Itajaí, com apenas 1 medicamento (Tabela 25).

Além disso, nas regiões do Alto Vale do Rio do Peixe e de Xanxerê foi declarada a inclusão do máximo de 364 medicamentos RENAME na REMUME de município(s) dessa região, ou seja, nesses municípios foram incluídos na relação municipal todos os itens do componente básico da RENAME na ocasião do levantamento.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 165, 27 e 185, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 25). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 25.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios de Santa Catarina participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

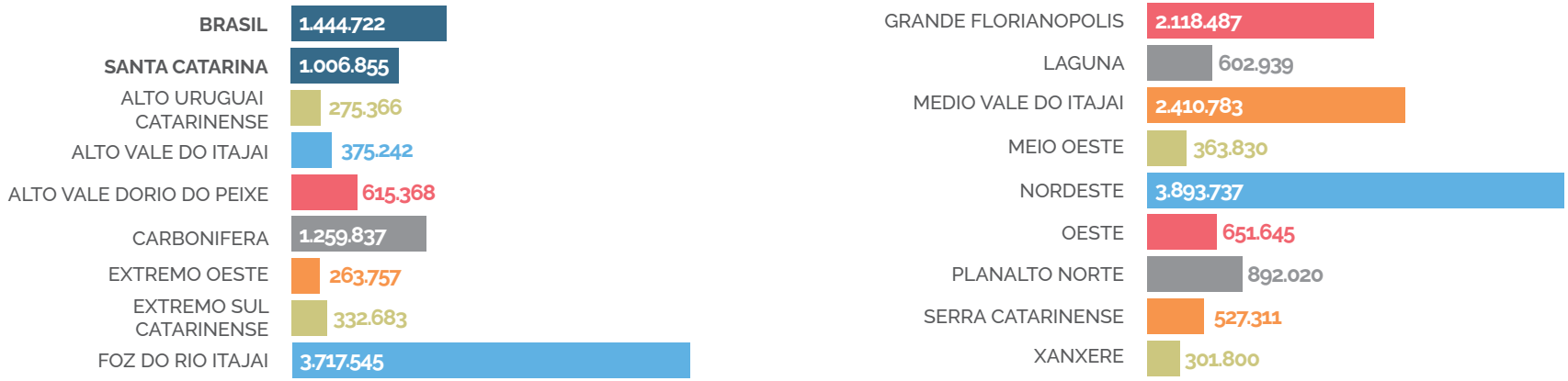
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ALTO URUGUAI CATARINENSE	170	167	134	226	38	46	10	50	193	181	147	249
ALTO VALE DO ITAJAI	181	172	112	337	21	20	4	49	195	189	130	337
ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	182	177	112	364	27	20	3	50	202	195	112	414
CARBONIFERA	157	156	126	184	24	17	4	50	177	175	140	220
EXTREMO OESTE	173	169	134	277	36	42	4	50	199	199	142	277
EXTREMO SUL CATARINENSE	178	182	149	193	13	13	8	24	189	187	165	206
FOZ DO RIO ITAJAI	174	177	141	195	22	22	2	50	187	190	141	243
GRANDE FLORIANOPOLIS	158	160	110	203	19	17	6	46	170	173	116	237
LAGUNA	130	136	73	167	23	20	3	50	145	145	94	208
MEDIO VALE DO ITAJAI	136	134	103	179	20	20	1	50	153	150	107	203
MEIO OESTE	176	167	124	261	39	49	3	50	203	209	124	264
NORDESTE	166	165	114	205	23	22	5	50	180	189	114	219
OESTE	165	165	117	201	28	25	4	50	184	193	117	215
PLANALTO NORTE	166	171	101	250	25	31	3	50	184	181	130	253
SERRA CATARINENSE	159	154	126	240	37	42	6	50	183	182	128	242
XANXERE	189	182	98	364	39	48	2	50	226	226	143	374
SANTA CATARINA (TOTAL)	**167**	**165**	**73**	**364**	**28**	**27**	**1**	**50**	**187**	**185**	**94**	**414**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, Santa Catarina apresentou IDHM de 0,808 em 2017, acima da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,760, abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região Nordeste foi a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e quase quinze vezes a média do Extremo Oeste, região na qual foi observada a menor média catarinense, para o conjunto de municípios participantes (Figura 270).

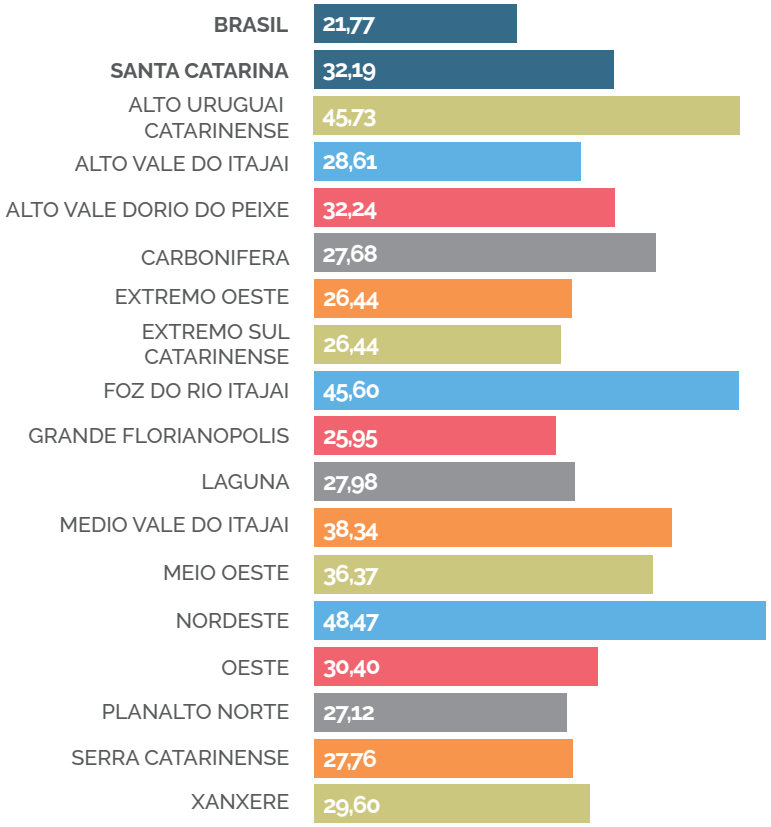
FIGURA 270.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e catarinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, novamente os municípios da região Nordeste apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões. Na região da Grande Florianópolis foi observada a menor média do estado, ainda assim, superior à média nacional, considerando os municípios participantes (Figura 271).

FIGURA 271.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e catarinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



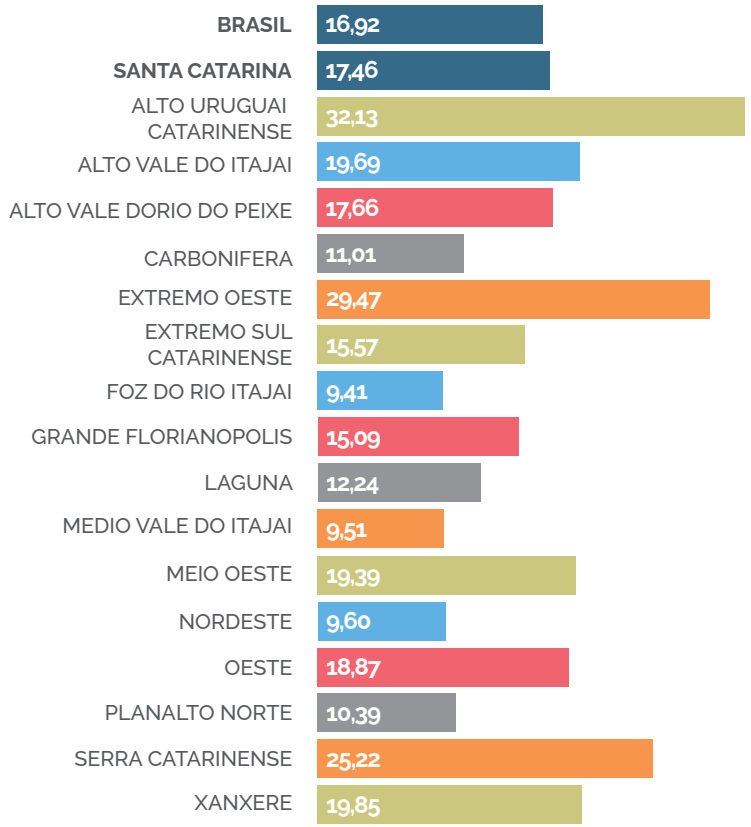
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Embora a média do PIB tenha sido inferior à média nacional dos municípios participantes, a média do PIB *per capita* dos municípios catarinenses foi superior à média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado de Santa Catarina em 2016 foi de 79,1 anos, acima da média nacional de 75,4 anos e a mais alta entre as vinte e sete unidades federativas (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios catarinenses em 2017 foi superior à média nacional oscilou muito entre as diferentes regiões de saúde do estado. O menor valor foi observado na região da Foz do Rio Itajaí e o maior no Alto Uruguai Catarinense (Figura 272). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

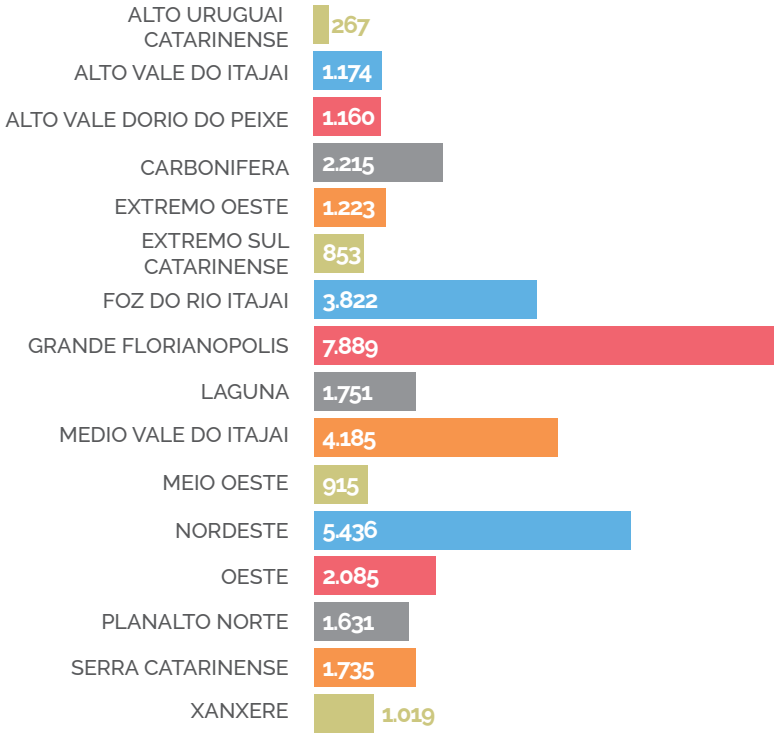
FIGURA 272.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e cearenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, Santa Catarina possui 37.360 profissionais de nível superior em saúde. O maior número destes profissionais atua na região Grande Florianópolis e o menor número foi observado no Alto Uruguai Catarinense (Figura 273).

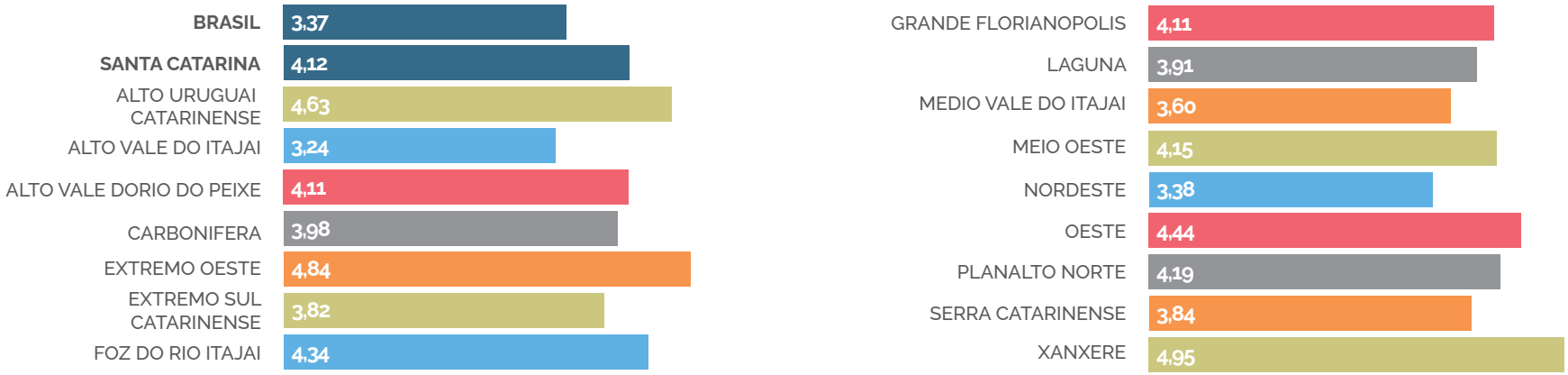
FIGURA 273.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de Santa Catarina participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes o maior valor é observado na região Xanxerê e o menor no Alto Vale do Itajaí, única região catarinense cuja média foi inferior à média nacional. A média estadual ficou acima da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 274).

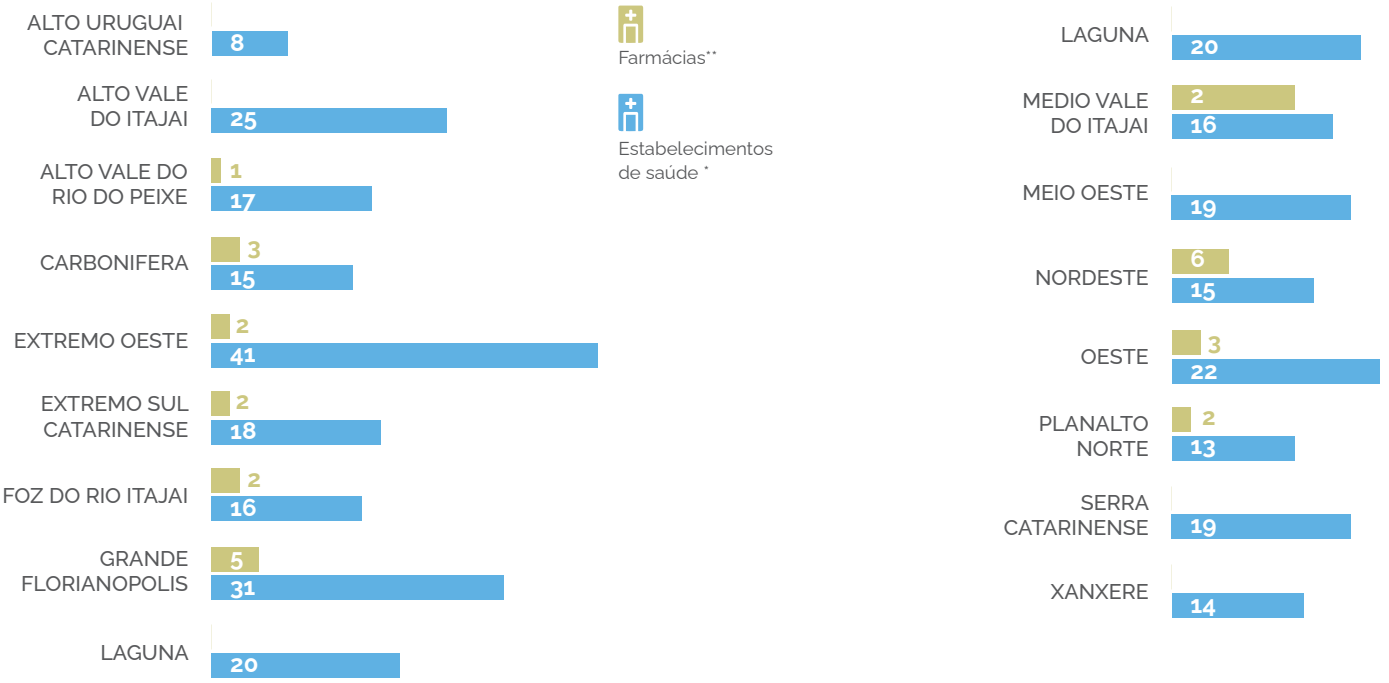
FIGURA 274.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e catarinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. **
Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.

A região Extremo Oeste apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e a região do Alto Uruguai Catarinense o menor. O maior número de farmácias foi observado na região Nordeste e nas regiões de Alto Uruguai Catarinense, Laguna, Meio Oeste, Serra Catarinense e Xanxerê não foi observada nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 275).

FIGURA 275.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de Santa Catarina participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



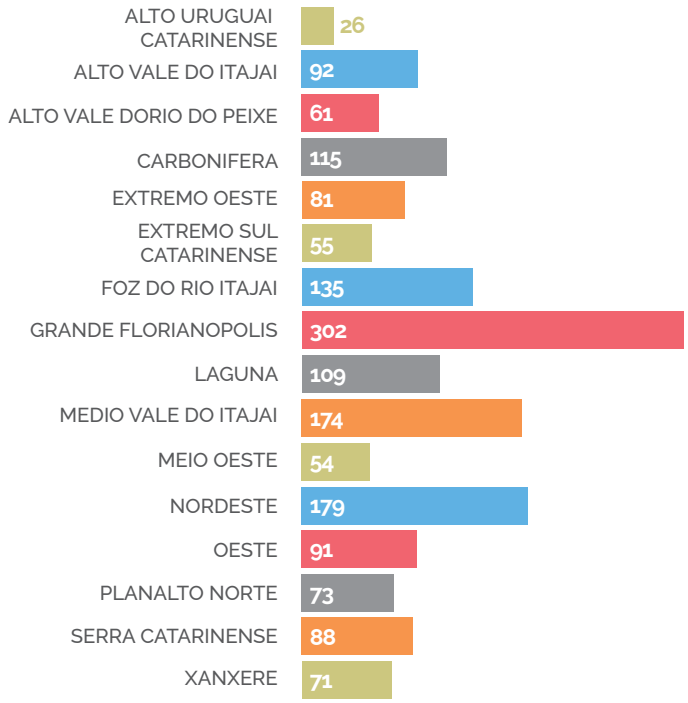
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 1.706 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. Novamente, a região da Grande Florianópolis possui o maior número de equipes, e o menor número de ESF foi observado no Alto Uruguai Catarinense (Figura 276).

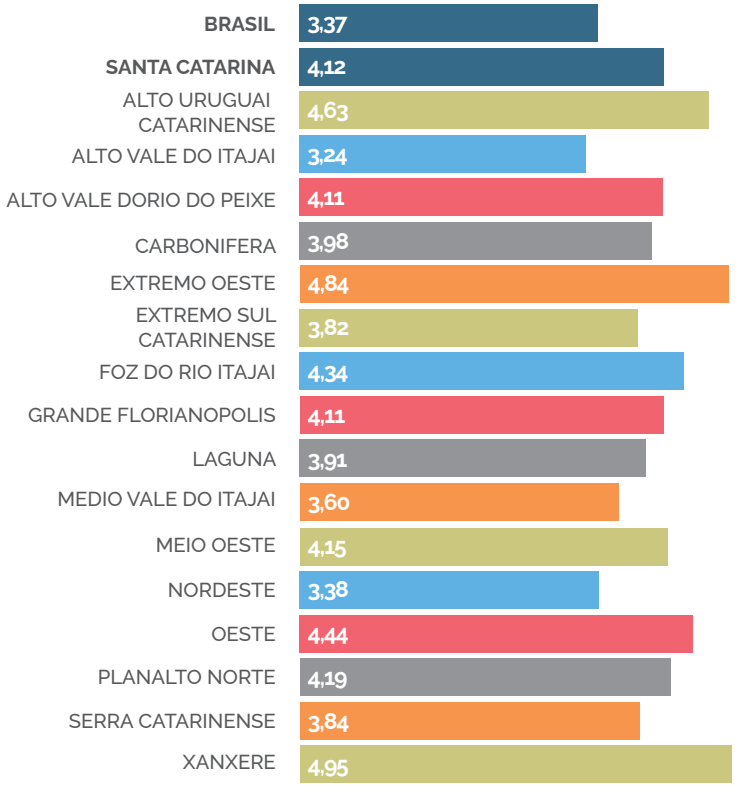
FIGURA 276.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios do Ceará participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Contudo, quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado no Alto Uruguai Catarinense e o menor na região Nordeste, cuja média foi muito inferior à média nacional, considerando os municípios participantes. A média estadual foi superior à nacional dos municípios participantes (Figura 277). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

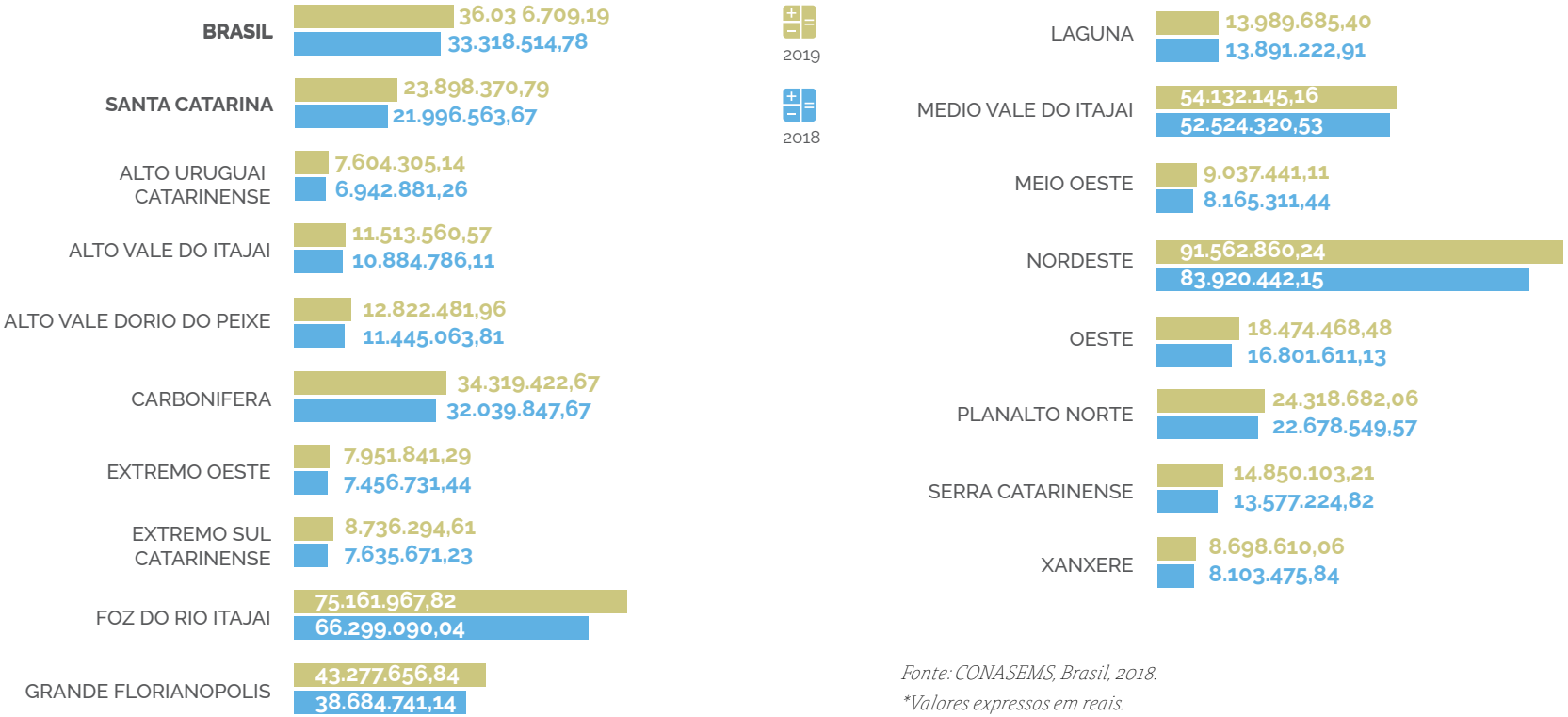
FIGURA 277.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e catarinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região Nordeste, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores no Alto Uruguai Catarinense, em ambos os anos. A média da despesa total em saúde cresceu em todas as regiões de saúde catarinenses no período (Figura 278).

FIGURA 278.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e catarinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



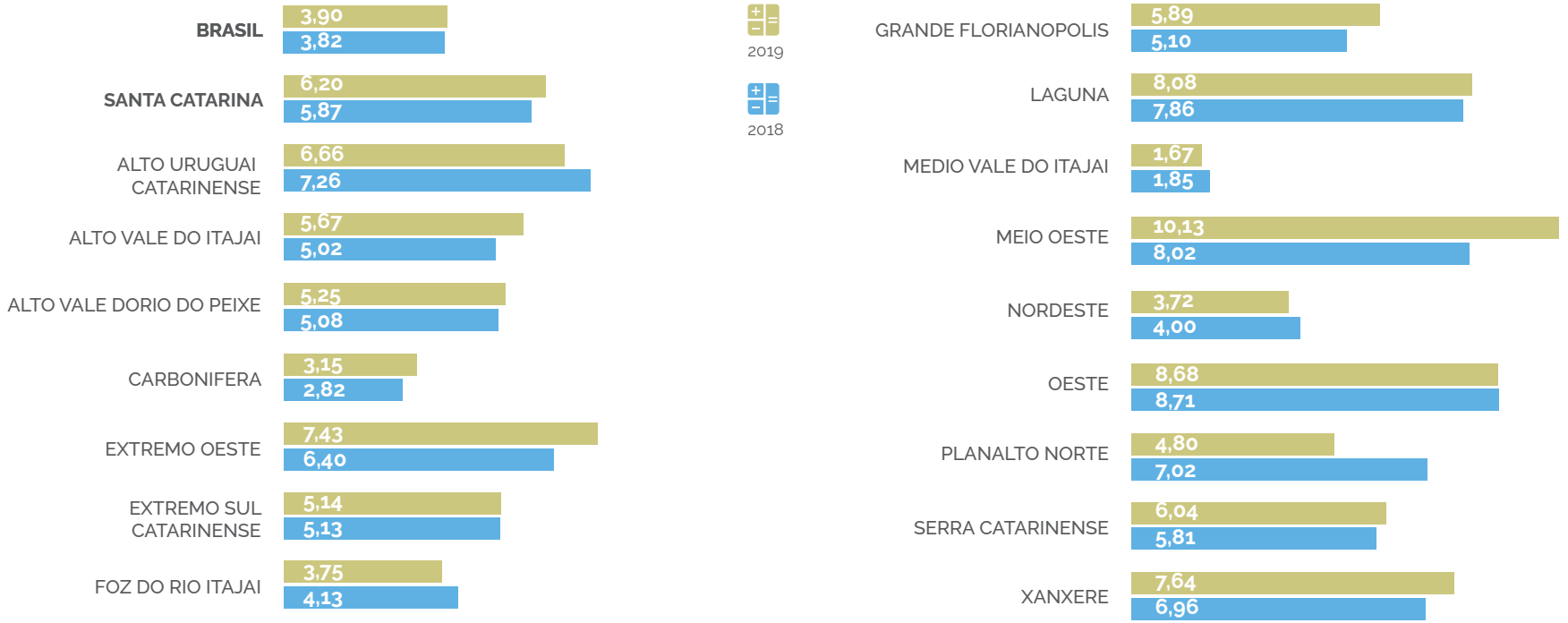
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região Oeste em 2018 e na região Meio Oeste em 2019. Em ambos os anos o menor percentual médio foi observado na região do Médio Vale do Itajaí. No geral, o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde oscilou no período, sendo que o maior crescimento foi observado na região Meio Oeste e a maior queda no

Planalto Norte. O percentual médio do estado aumentou no período, permanecendo acima da média nacional do conjunto dos municípios participantes. Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

Figura 279: Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e catarinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

FIGURA 279.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e catarinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



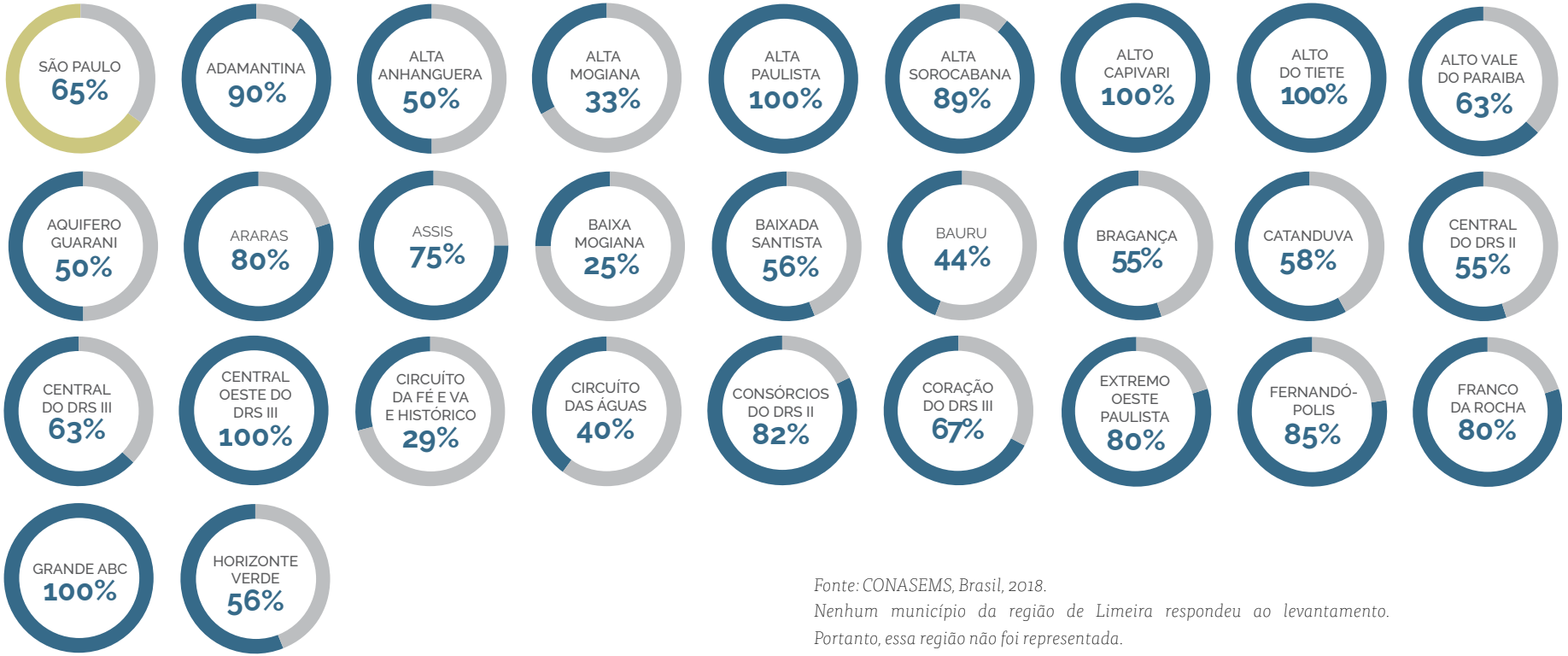
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

SÃO PAULO

Dos 645 municípios de São Paulo, 419 (65%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 38.086.252 habitantes, o que representa 84% da população desse estado.

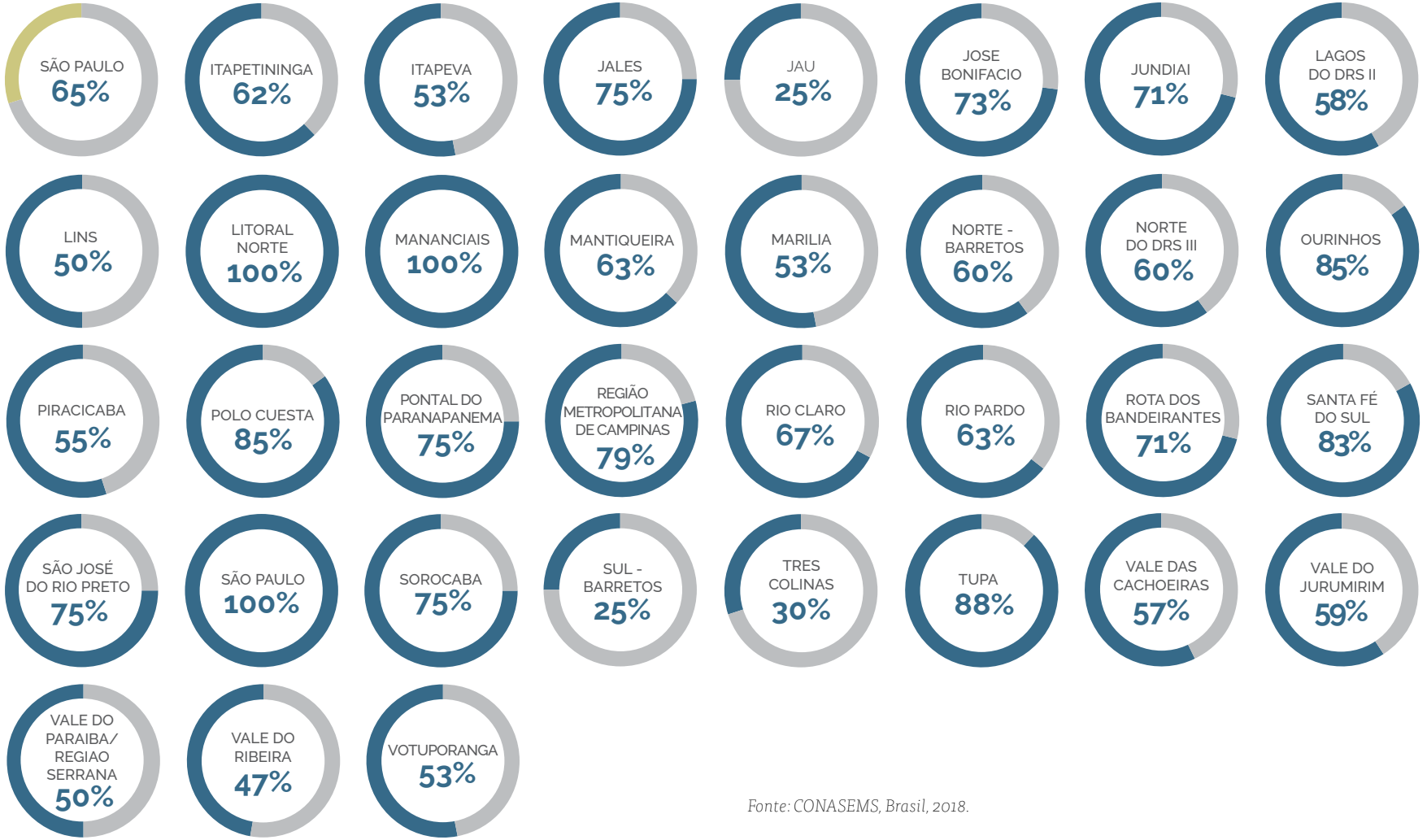
A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 280.

FIGURA 280.a.
Percentual de municípios de São Paulo que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

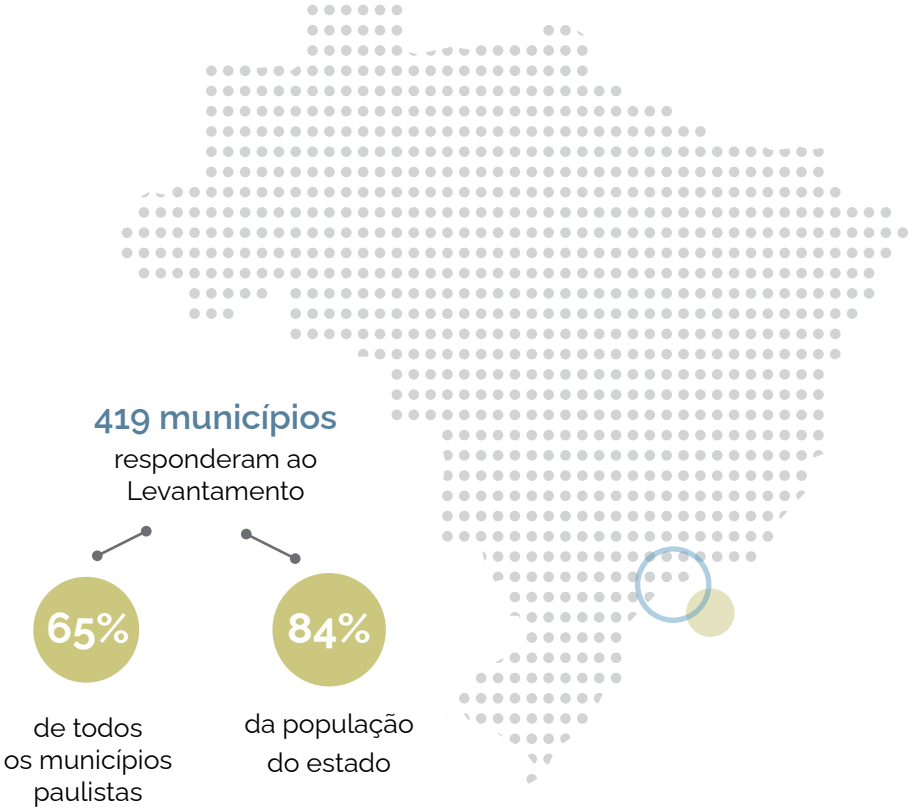


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
Nenhum município da região de Limeira respondeu ao levantamento. Portanto, essa região não foi representada.

FIGURA 280.b.
Percentual de municípios de São Paulo que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

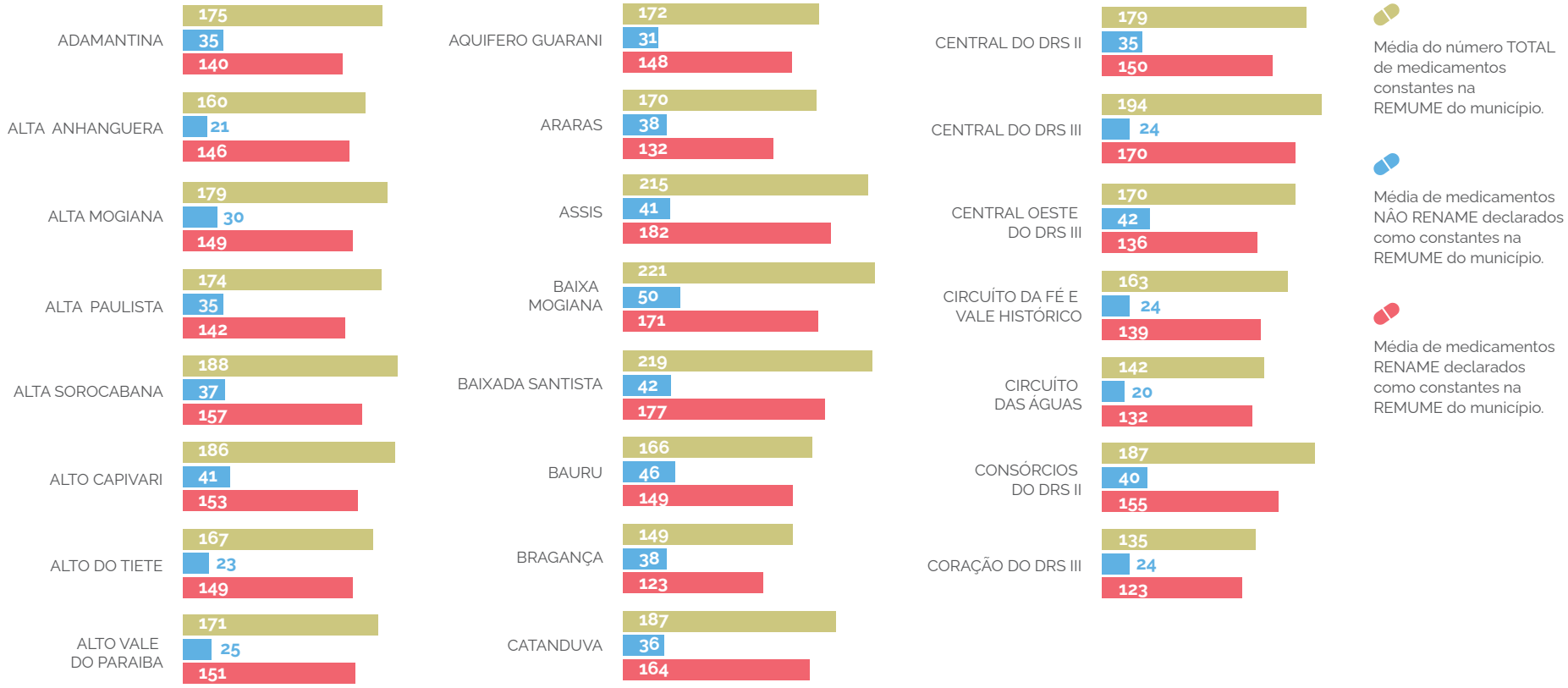


Em oito das sessenta e duas regiões de saúde paulistas participantes, a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Em cinco regiões a participação igual ou inferior a 30 %, são elas: Baixa Mogiana, Circuito da Fé e Vale Histórico, Jaú, Sul – Barretos e Três Colinas. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 123 na região de Santa Fé do Sul a 262 na região Sul – Barretos, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Quanto aos medicamentos NÃO RENAME, as regiões Sul – Barretos, Rota dos Bandeirantes, Baixa Mogiana, Itapeva, Rio Claro e Vale do Paraíba/Região Serrana apresentaram a maior média, de 50 medicamentos e a menor média foi observada no Extremo Oeste Paulista, com 13 medicamentos (Figura 281).

FIGURA 281.a.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



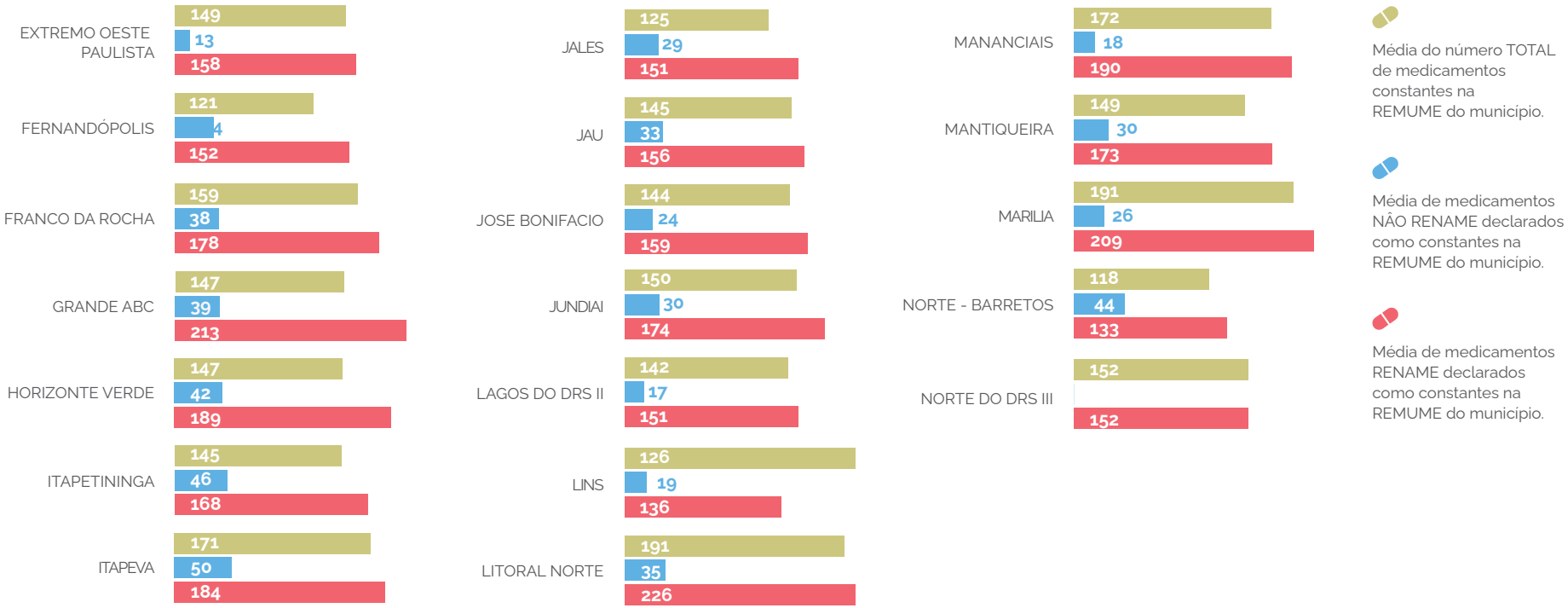
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

FIGURA 281.b.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



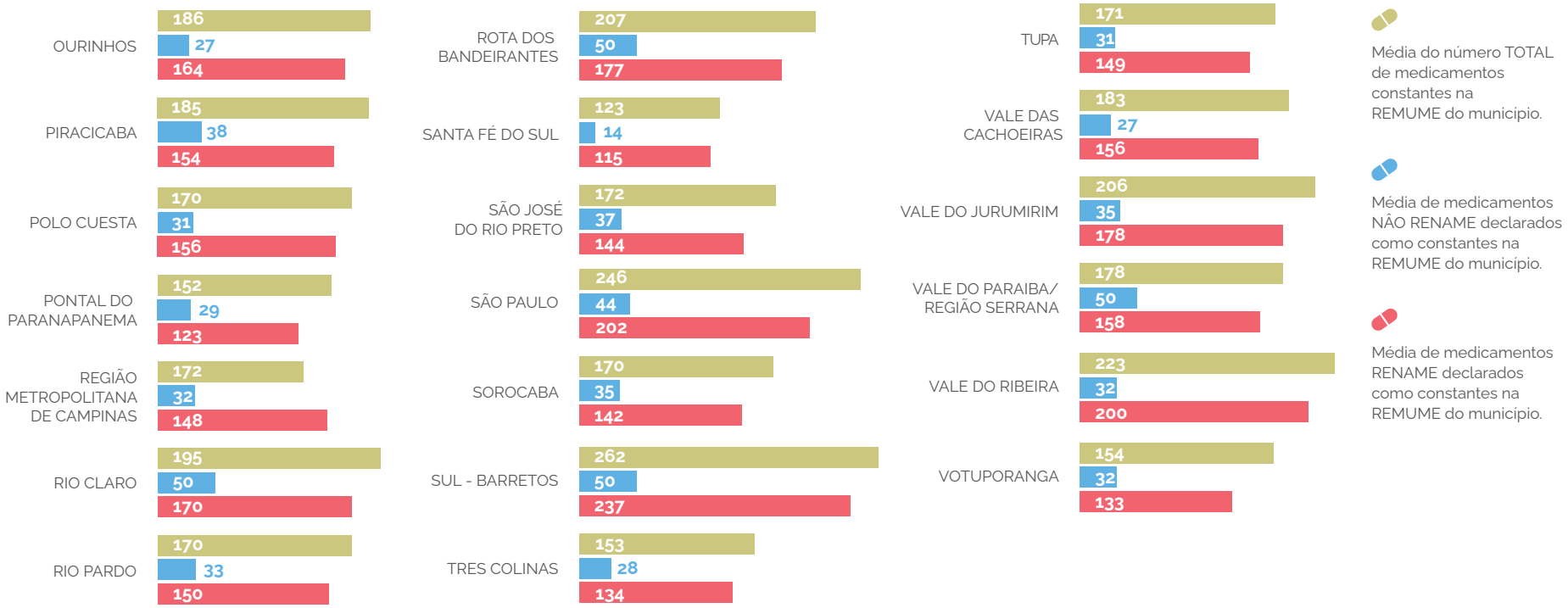
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

FIGURA 281.c.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

O número mínimo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da região Centro-Oeste do DRS III, com 20 medicamentos, o máximo de 414 medicamentos foi observado na região Sul - Barretos. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por municípios de cinquenta das sessenta e duas regiões de saúde do estado participantes. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O menor número de medicamentos nesta categoria foi observado em municípios das regiões de Marília, Alta Paulista, Rio Pardo e Alta Anhanguera, com apenas 1 medicamento. OS municípios da região Norte do DRS III não declararam nenhum medicamento NÃO RENAME em suas relações de medicamentos (Tabela 26).

Além disso, nas regiões de Alta Sorocabana, Assis e Sul – Barretos foi declarada a inclusão do máximo de 364 medicamentos RENAME na REMUME de município(s) dessa região, ou seja, nesses municípios foram incluídos na relação municipal todos os itens do componente básico da RENAME na ocasião do levantamento.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 148, 37 e 172, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 26). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 26.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios de São Paulo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ADAMANTINA	140	141	124	159	35	40	10	50	175	179	150	196
ALTA ANHANGUERA	146	151	124	163	21	21	1	40	160	152	124	203
ALTA MOGIANA	149	149	120	178	30	30	10	50	179	179	170	188
ALTA PAULISTA	142	134	97	235	35	39	1	50	174	166	112	236
ALTA SOROCABANA	157	147	83	364	37	40	10	50	188	166	126	383
ALTO CAPIVARI	153	144	129	188	41	45	25	50	186	189	154	207
ALTO DO TIETE	149	147	110	186	23	23	4	37	167	163	114	218
ALTO VALE DO PARAIBA	151	165	67	257	25	23	3	50	171	215	67	261
AQUIFERO GUARANI	148	147	101	192	31	35	3	50	172	147	115	242
ARARAS	132	125	112	164	38	46	10	50	170	169	162	179
ASSIS	182	169	122	364	41	50	23	50	215	218	146	364
BAIXA MOGIANA	171	171	171	171	50	50	50	50	221	221	221	221

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Minimo	Máximo	Média	Mediana	Minimo	Máximo	Média	Mediana	Minimo	Máximo
BAIXADA SANTISTA	177	171	157	200	42	50	29	50	219	221	195	240
BAURU	149	169	43	202	46	50	38	50	166	169	43	237
BRAGANCA	123	118	100	162	38	35	32	50	149	139	111	198
CATANDUVA	164	167	125	197	36	42	11	50	187	184	125	246
CENTRAL DO DRS II	150	138	122	192	35	34	20	50	179	172	135	242
CENTRAL DO DRS III	170	160	121	232	24	17	7	50	194	201	151	239
CENTRO OESTE DO DRS III	136	163	20	180	42	45	30	50	170	202	20	215
CIRCUITO DA FE E VALE HISTORICO	139	151	64	181	24	22	2	50	163	174	66	217
CIRCUITO DAS AGUAS	132	132	127	136	20	20	20	20	142	142	127	156
CONSORCIOS DO DRS II	155	151	113	270	40	40	15	50	187	189	121	310
CORACAO DO DRS III	123	132	55	172	24	24	12	36	135	132	91	184
EXTREMO OESTE PAULISTA	149	159	107	171	13	10	6	22	158	167	117	183
FERNANDOPOLIS	121	117	88	157	34	36	7	50	152	147	114	207
FRANCO DA ROCHA	159	166	135	169	38	38	26	50	178	167	161	218
GRANDE ABC	180	180	146	239	39	46	11	50	213	210	146	289
HORIZONTE VERDE	147	153	129	166	42	50	10	50	189	181	163	216
ITAPETININGA	145	142	119	187	46	50	32	50	168	150	130	237
ITAPEVA	171	164	118	254	50	50	50	50	184	166	118	304
JALES	125	125	104	148	29	29	7	50	151	152	104	198
JAU	145	137	112	187	33	33	33	33	156	145	137	187
JOSE BONIFACIO	144	150	101	172	24	20	2	50	159	170	101	211
JUNDIAI	150	151	122	172	30	30	9	50	174	172	161	188
LAGOS DO DRS II	142	140	107	171	17	18	4	29	151	141	107	200
LINS	126	128	103	147	19	19	13	24	136	134	127	147
LITORAL NORTE	191	190	171	215	35	40	10	50	226	233	190	249
MANANCIAIS	172	167	157	197	18	7	2	50	190	174	164	234
MANTIQUEIRA	149	140	139	172	30	34	4	47	173	174	140	205
MARILIA	191	190	125	330	26	28	1	50	209	201	130	358
NORTE - BARRETOS	118	130	29	159	44	44	37	50	133	144	29	203
NORTE DO DRS III	152	163	91	203	---	---	---	---	152	163	91	203
OURINHOS	164	162	106	229	27	29	4	50	186	192	129	255
PIRACICABA	154	152	138	174	38	37	20	50	185	183	164	224

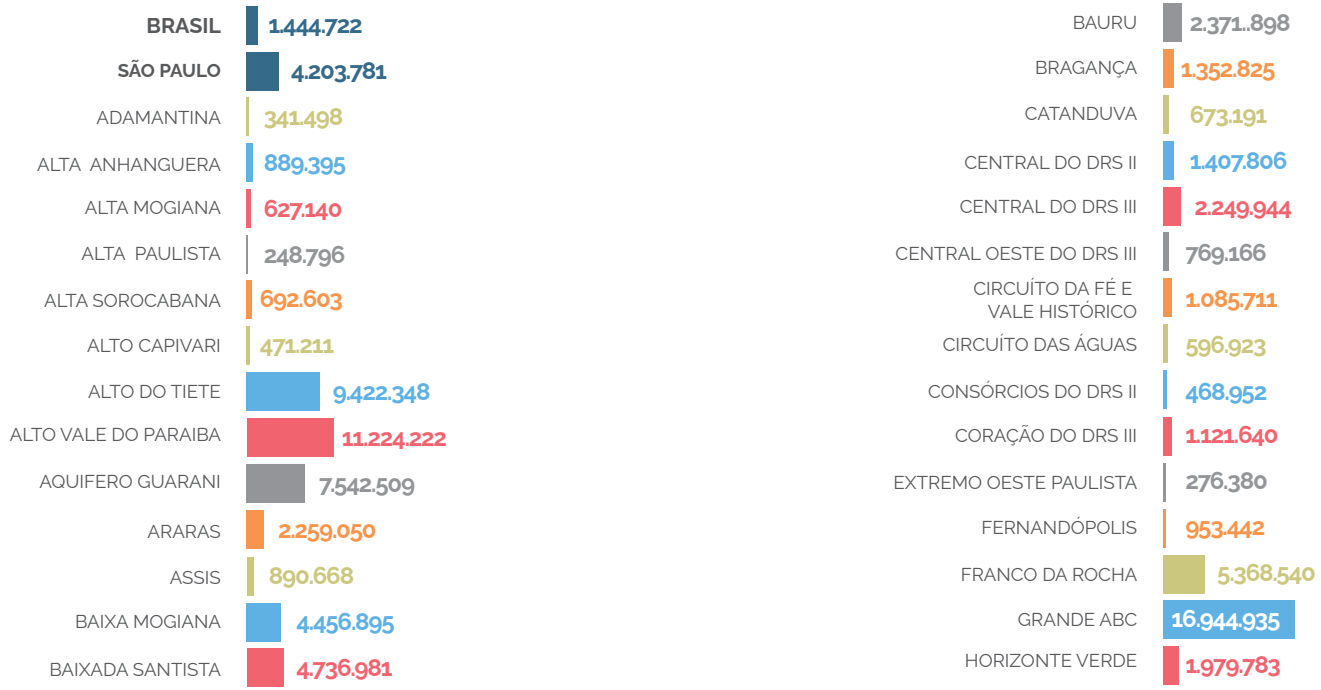
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
POLO CUESTA	156	154	104	185	31	23	19	50	170	170	123	225
PONTAL DO PARANAPANEMA	123	125	104	140	29	19	19	50	152	154	144	159
REGIAO METROPOLITANA DE CAMPINAS	148	145	89	202	32	36	6	50	172	169	105	251
RIO CLARO	170	168	151	192	50	50	50	50	195	193	151	242
RIO PARDO	150	161	116	164	33	48	1	50	170	164	117	213
ROTA DOS BANDEIRANTES	177	181	142	201	50	50	50	50	207	212	142	251
SANTA FE DO SUL	115	108	96	143	14	10	2	30	123	110	96	158
SAO JOSE DO RIO PRETO	144	136	109	186	37	40	16	50	172	160	109	236
SAO PAULO	202	202	202	202	44	44	44	44	246	246	246	246
SOROCABA	142	141	101	179	35	39	2	50	170	182	103	228
SUL - BARRETOS	237	237	109	364	50	50	50	50	262	262	109	414
TRES COLINAS	134	136	116	151	28	28	22	34	153	158	116	185
TUPA	149	137	111	254	31	28	7	50	171	165	121	254
VALE DAS CACHOEIRAS	156	155	112	203	27	28	2	50	183	181	148	223
VALE DO JURUMIRIM	178	146	111	363	35	40	6	50	206	194	121	363
VALE DO PARAIBA/ REGIAO SERRANA	158	168	84	204	50	50	50	50	178	189	84	254
VALE DO RIBEIRA	200	186	153	298	32	27	14	50	223	197	173	325
VOTUPORANGA	133	139	113	160	32	39	6	50	154	153	113	200
SÃO PAULO (TOTAL)	**152**	**148**	**20**	**364**	**33**	**37**	**1**	**50**	**177**	**172**	**20**	**414**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, São Paulo apresentou IDHM de 0,826 em 2017, acima da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,869, acima da média brasileira (0,781) e o mais alto no conjunto das vinte e sete unidades federativas (Anexo VII).

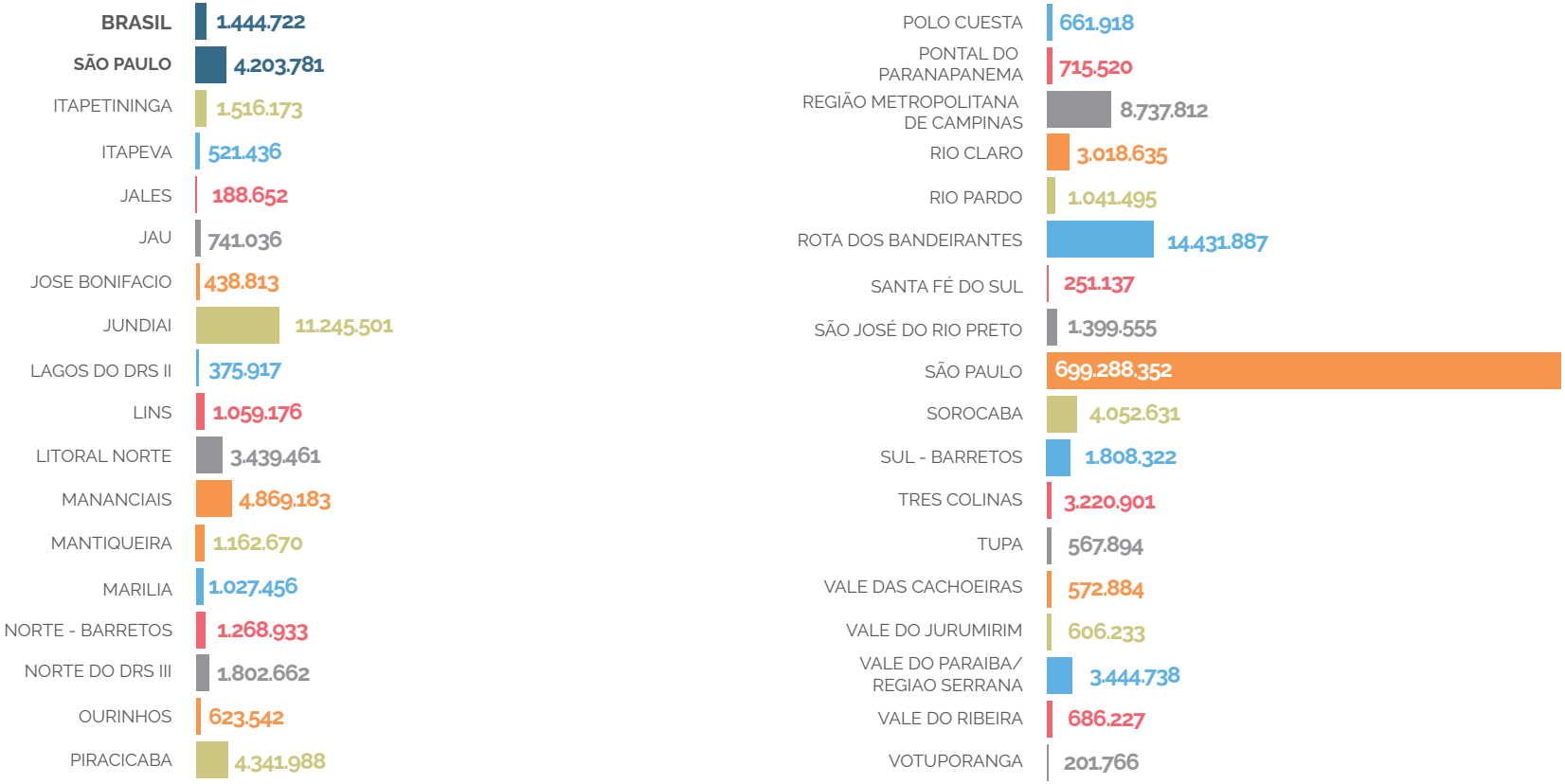
A média do PIB em 2017 dos municípios da região de São Paulo (capital) foi a mais alta observada entre regiões de saúde do estado (699.288.352 – mil reais), e mais que três mil e setecentas vezes a média da região de Jales, na qual foi observada a menor média paulista, para o conjunto de municípios participantes (Figura 282).

FIGURA 282,a.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

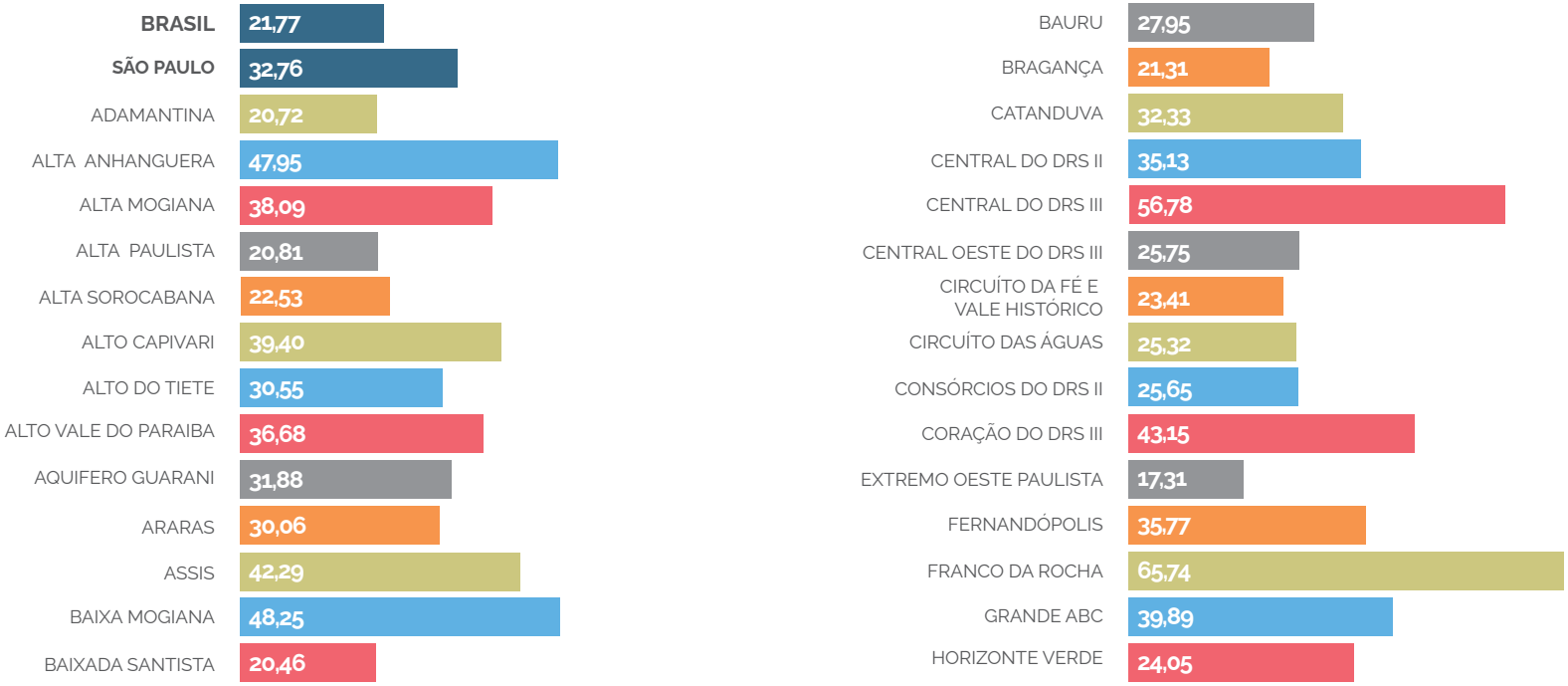
FIGURA 282,b.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

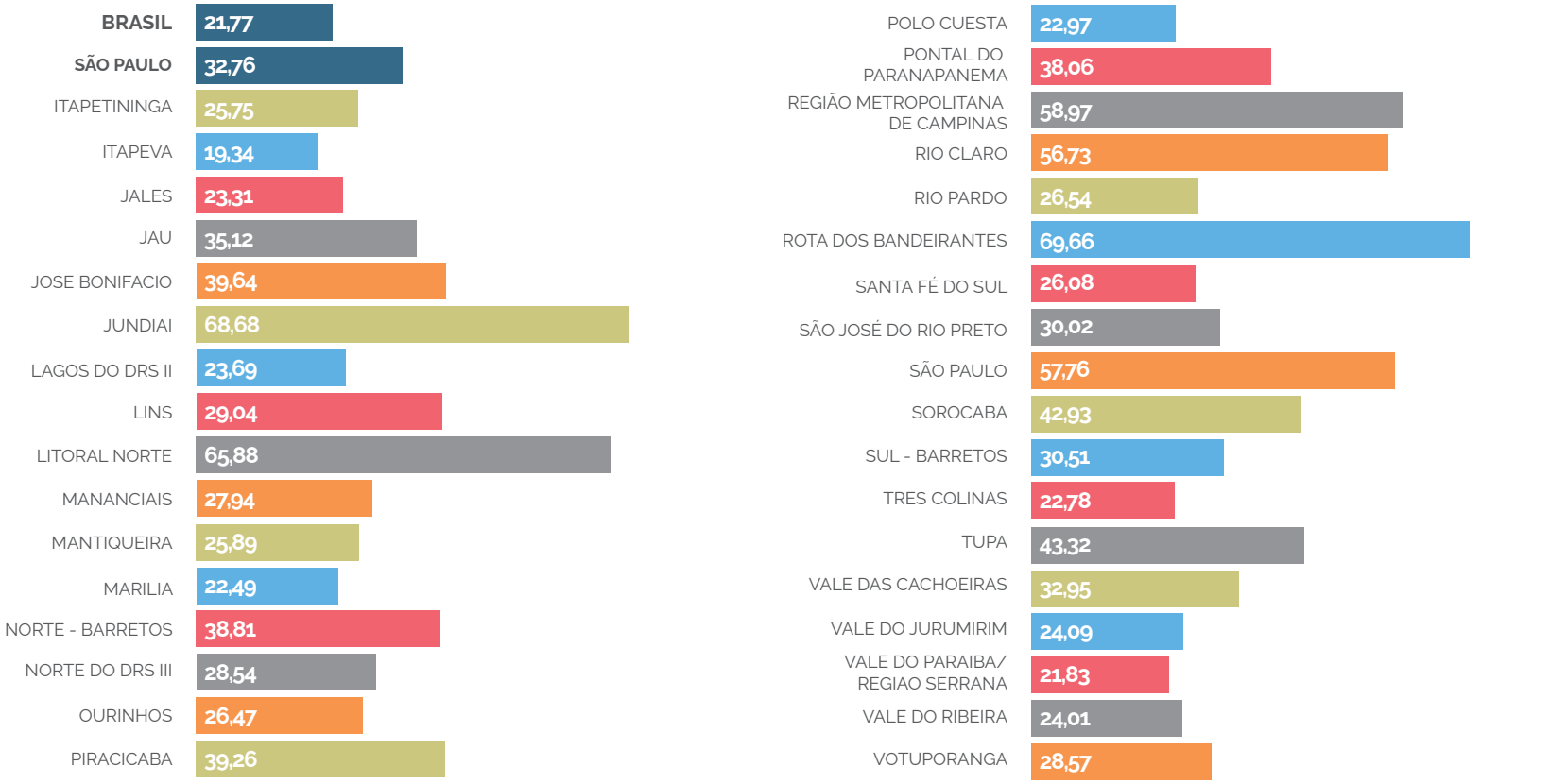
Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região da Rota dos Bandeirantes apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões, sendo quatro vezes a média da região do Extremo Oeste Paulista foi observada a menor média do estado (Figura 283).

FIGURA 283.a.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

FIGURA 283.b.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



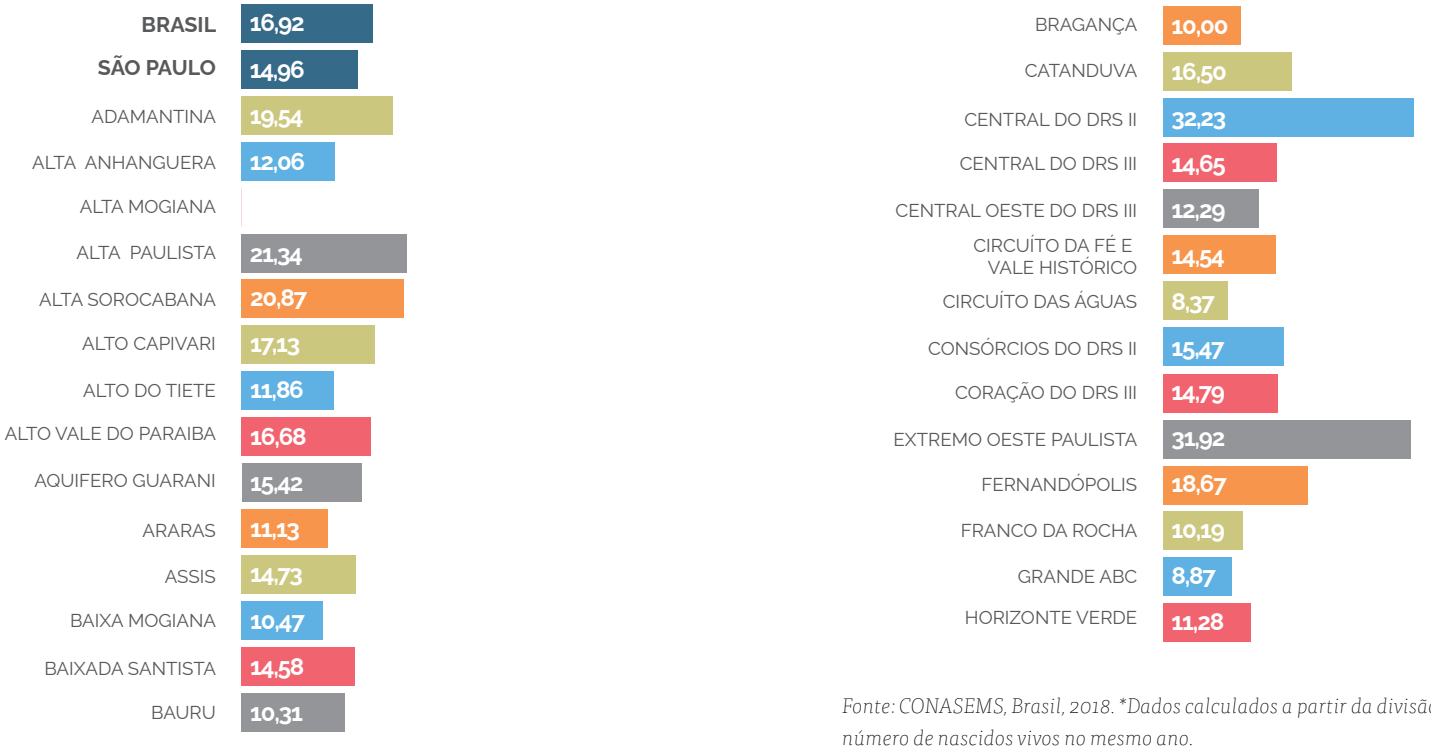
*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto a média do PIB *per capita* dos municípios paulistas foi superior à média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado de São Paulo em 2016 foi de 78,1 anos, acima da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

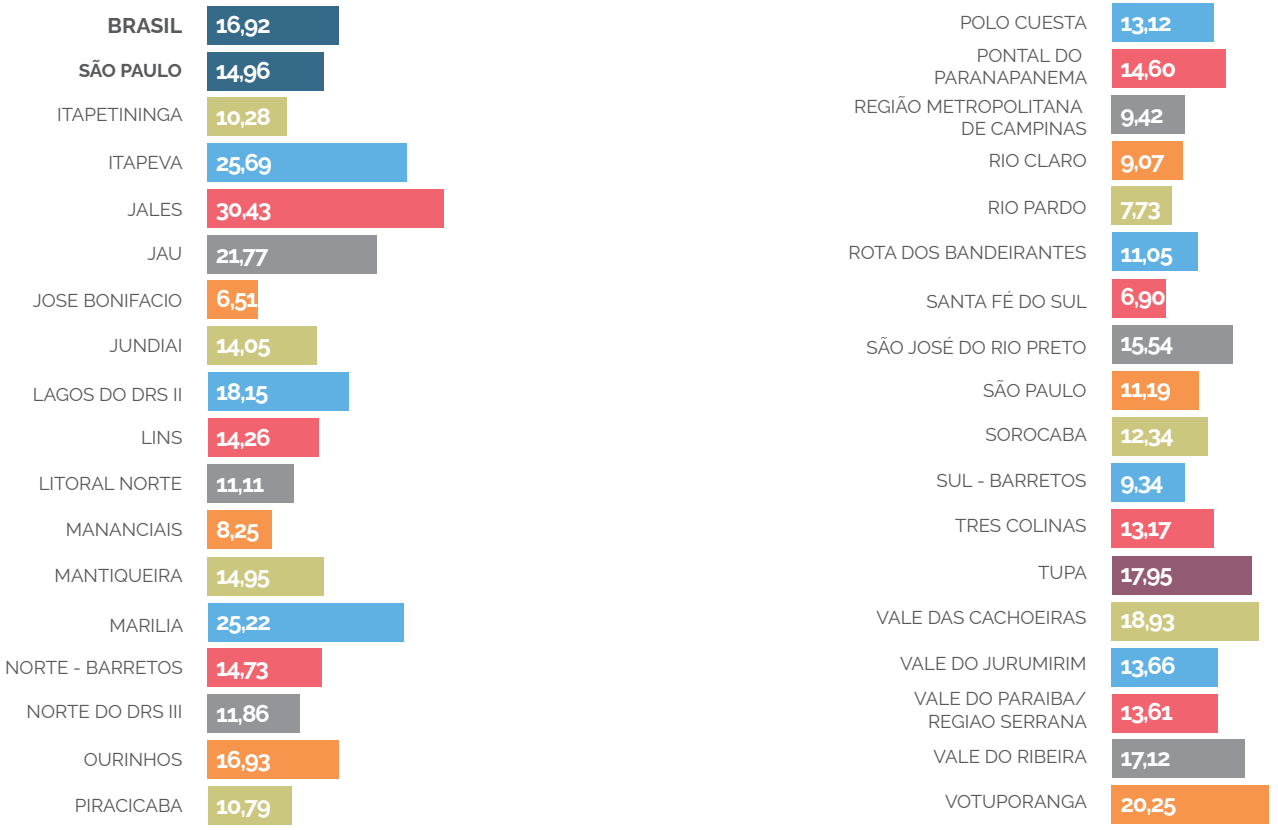
A mortalidade infantil média dos municípios paulistas em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região Alta Mogiana, onde não foram registrados óbitos infantis nos municípios participantes; a maior média foi observada na região Central do DRS II, cujo valor foi mais que o dobro da média estadual dos municípios participantes (Figura 284). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 284.a.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

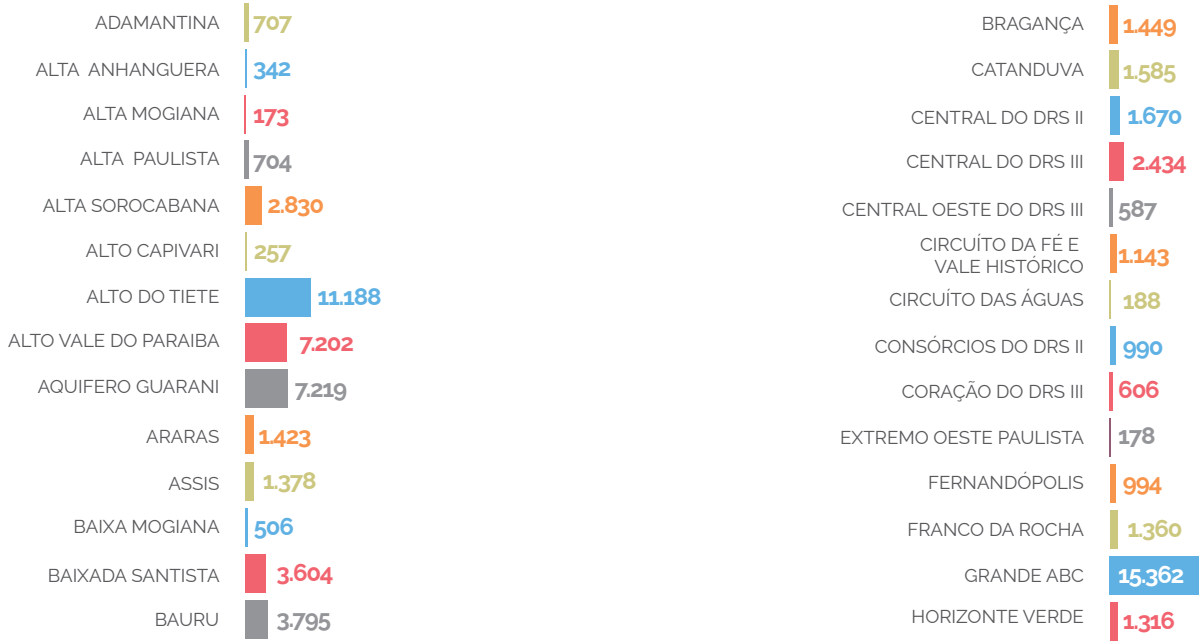
FIGURA 284.b.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

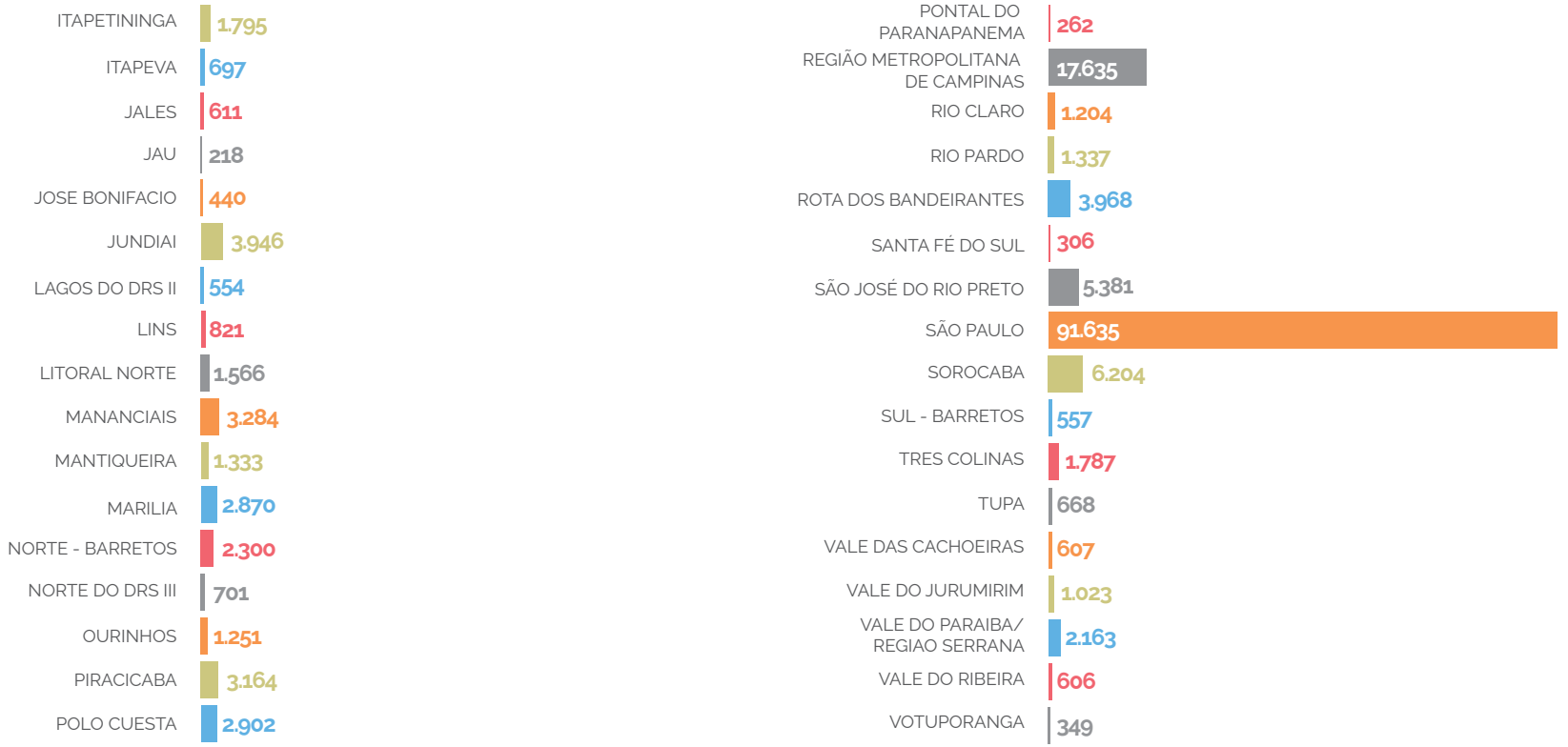
Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, São Paulo possui 235.035 profissionais de nível superior em saúde. O maior número destes profissionais (aproximadamente 40%) atua na região de São Paulo (capital) e o menor número foi observado na região Alta Mogiana (Figura 285).

FIGURA 285.a.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de São Paulo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

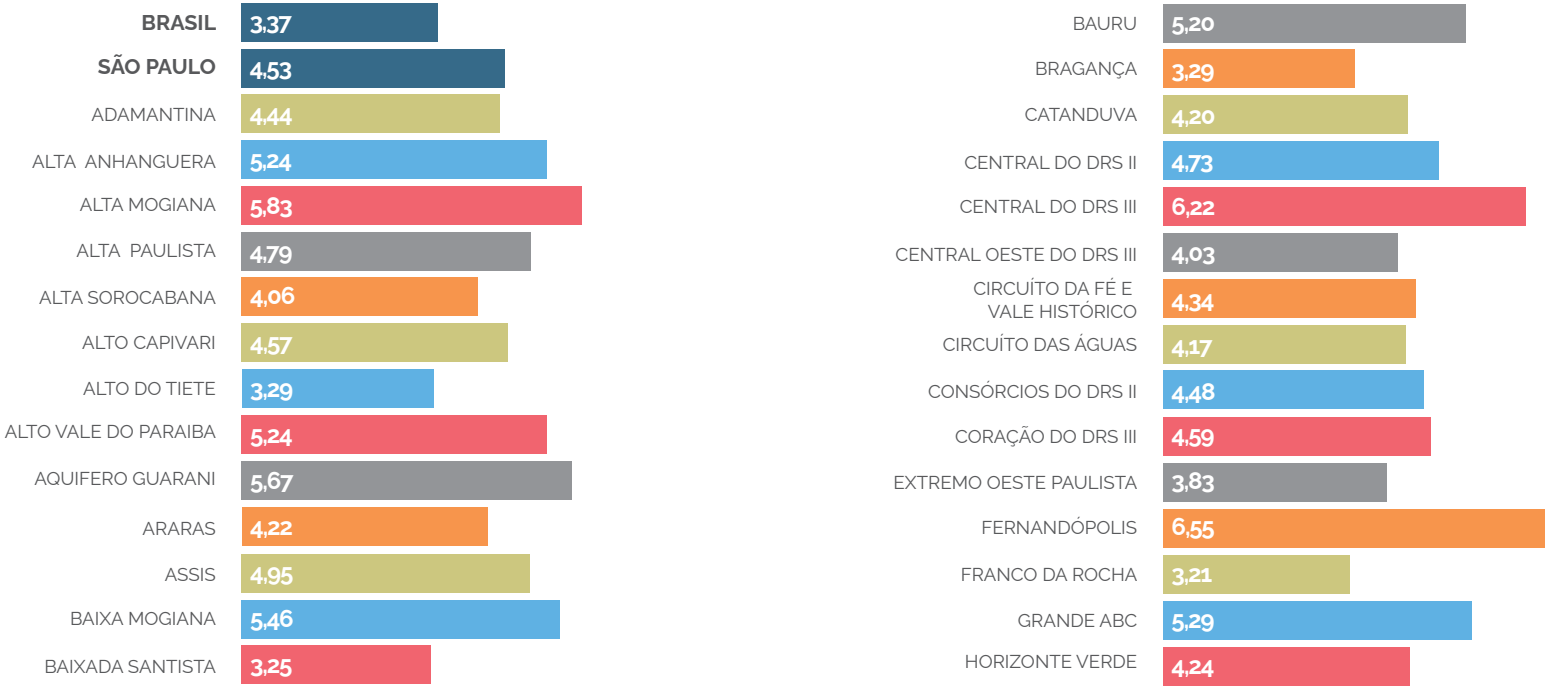
FIGURA 285.b.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de São Paulo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

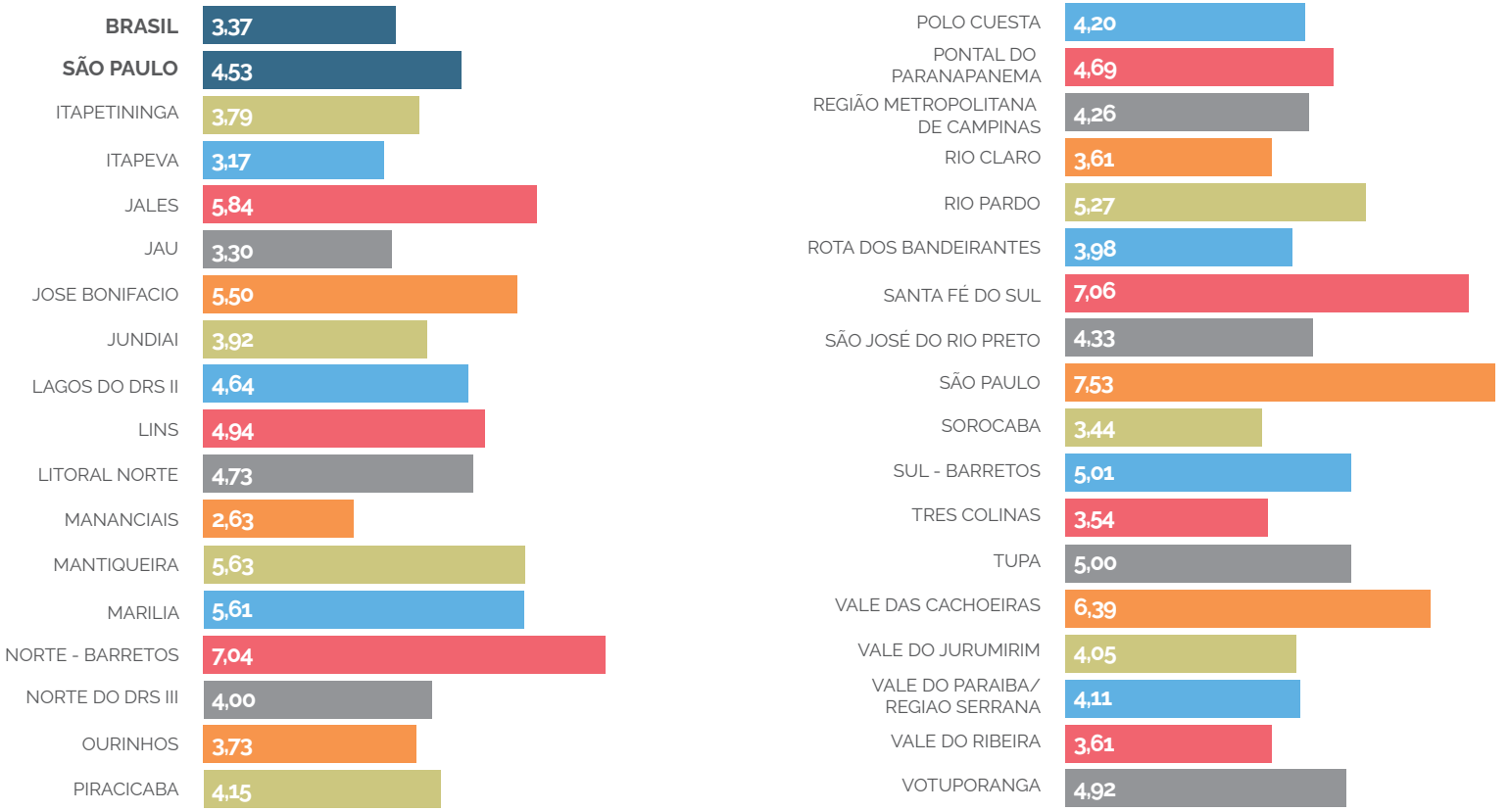
Ao analisar a média destes profissionais por mil habitantes o maior valor é observado na região de São Paulo (capital) e o menor na região de Mananciais. A média estadual ficou acima da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 286).

FIGURA 286,a.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

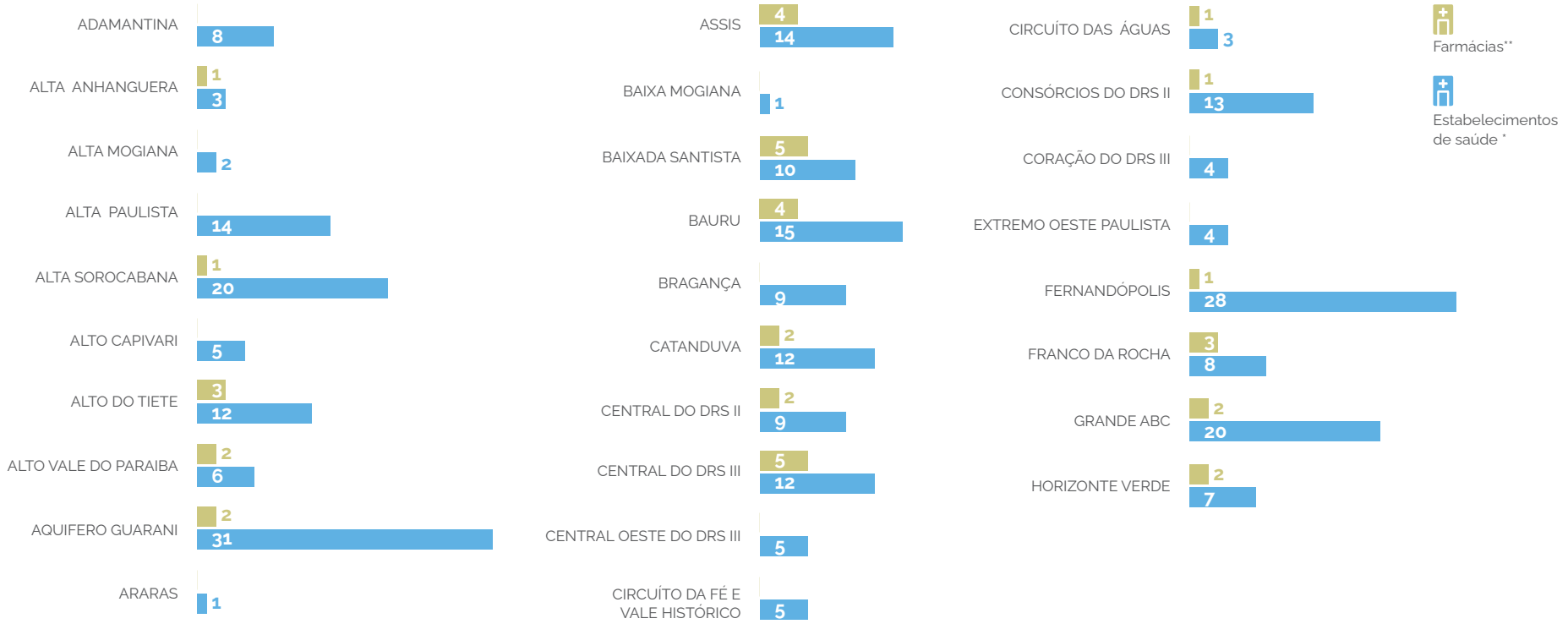
FIGURA 286,b.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região do Aquífero Guarani apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e as regiões de Araras e Baixa Mogiana o menor. O maior número de farmácias foi observado na região de São Paulo (capital) e em treze regiões de saúde não foi observada nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 287).

FIGURA 287.a.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de São Paulo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

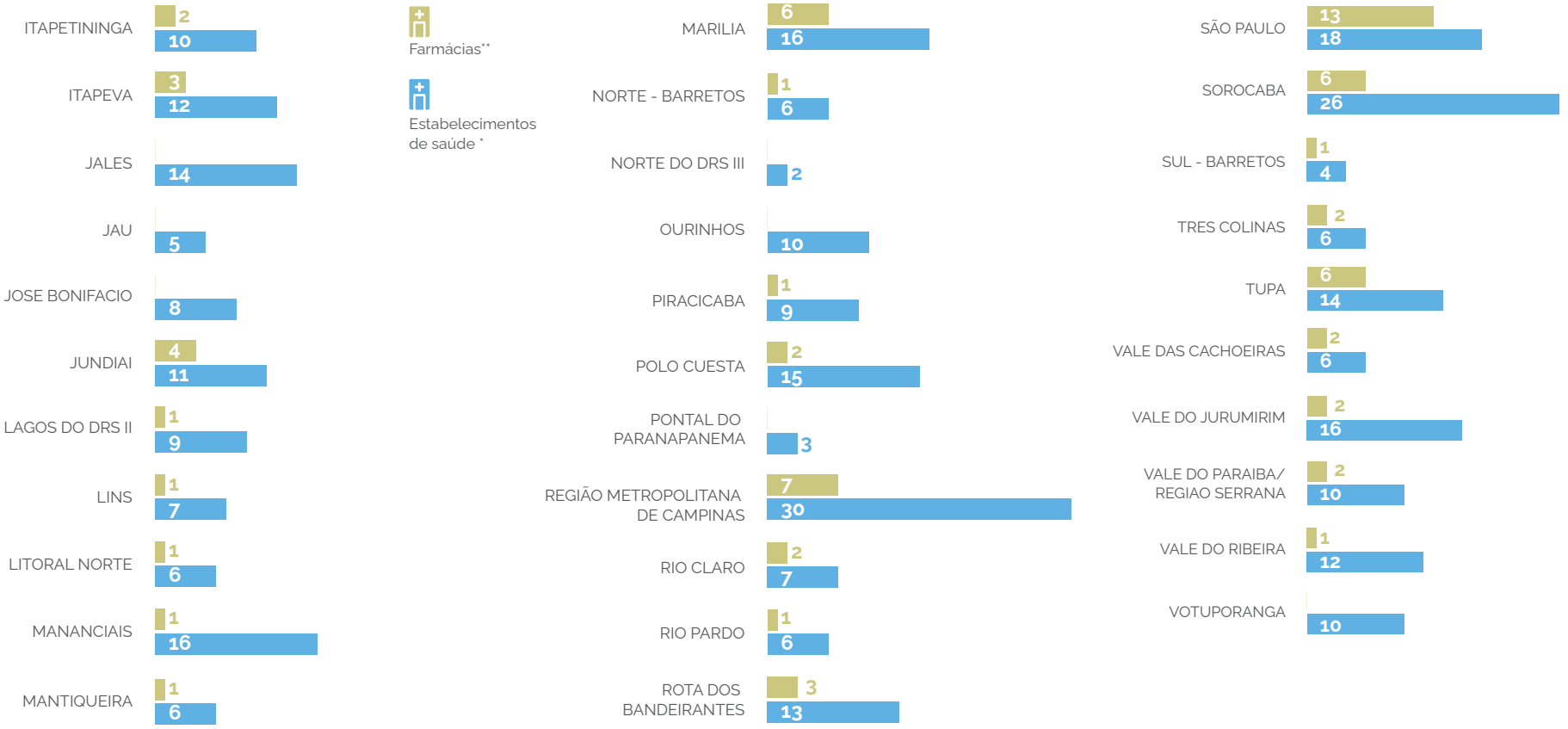


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

FIGURA 287.b.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de São Paulo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

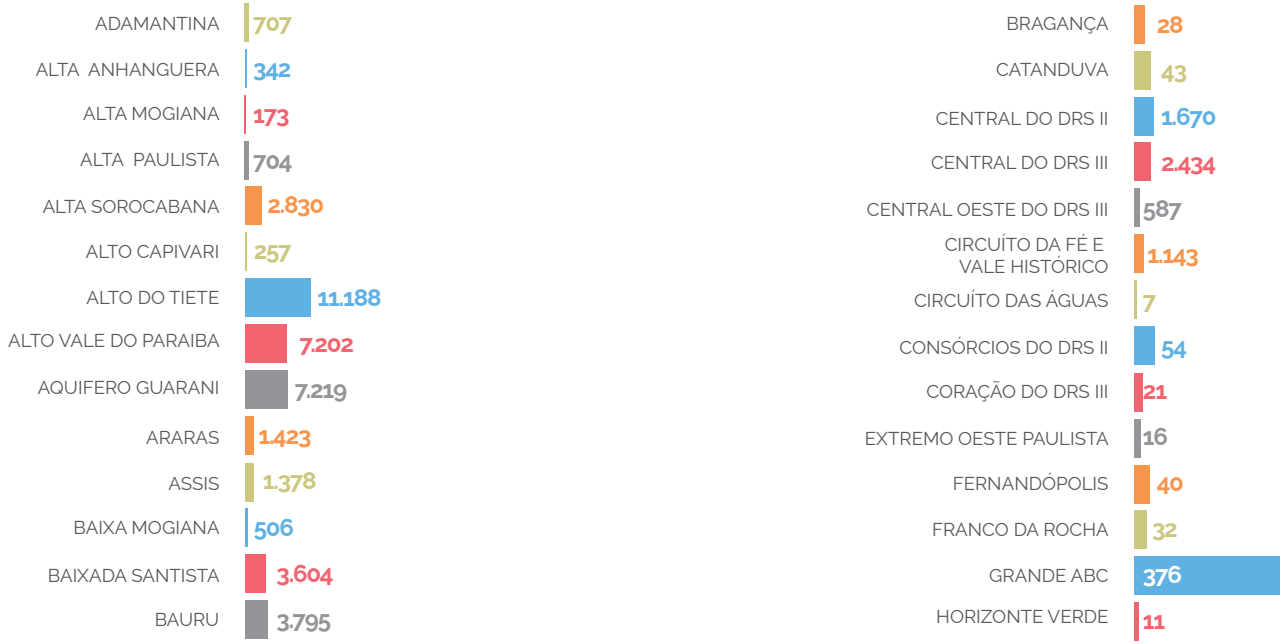


*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

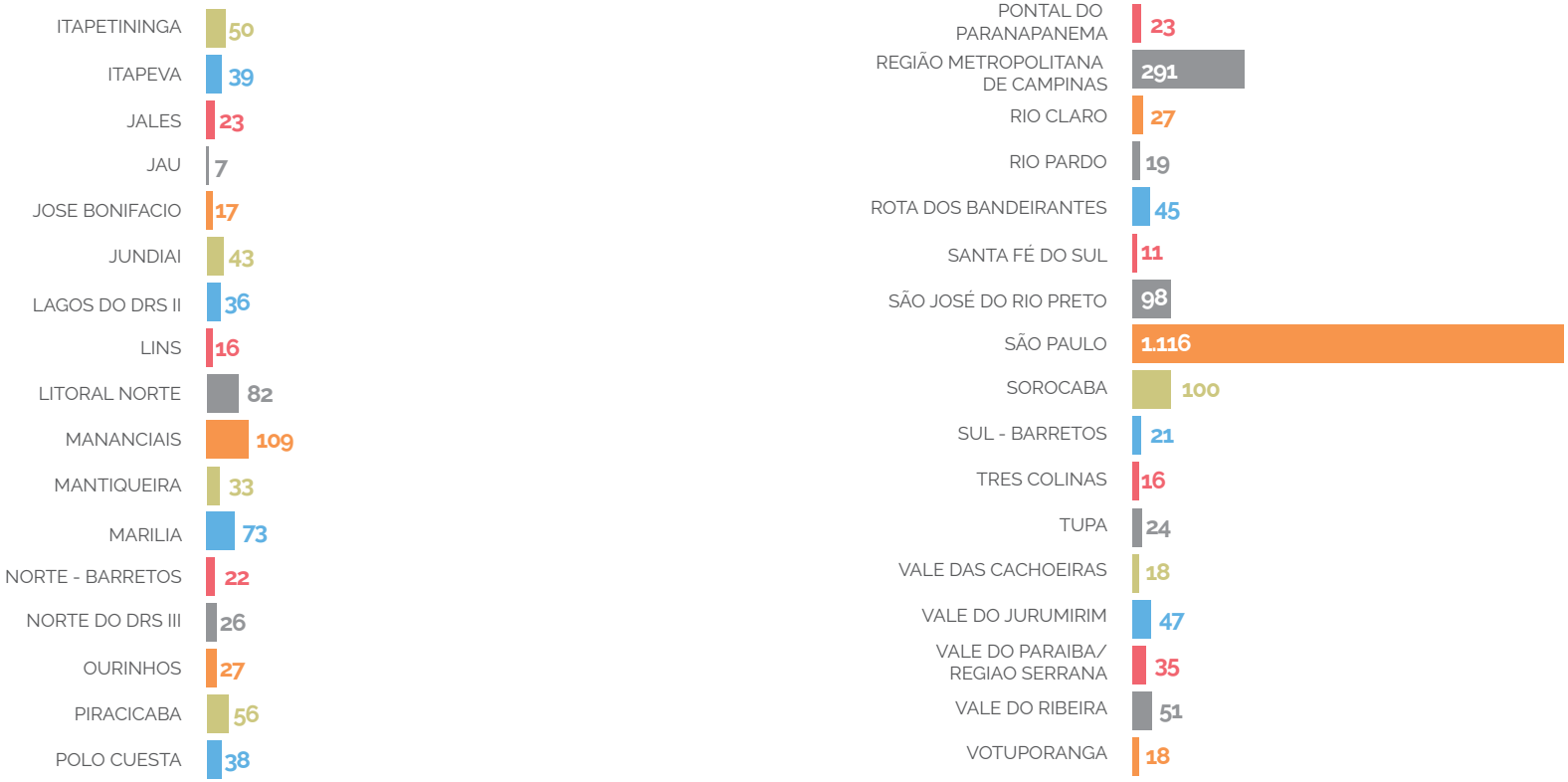
O estado possui 4.277 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região de São Paulo (capital) possui o maior número de equipes, e o menor número de ESF foi observado na região Baixa Mogiana (Figura 288).

FIGURA 288,a.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios de São Paulo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

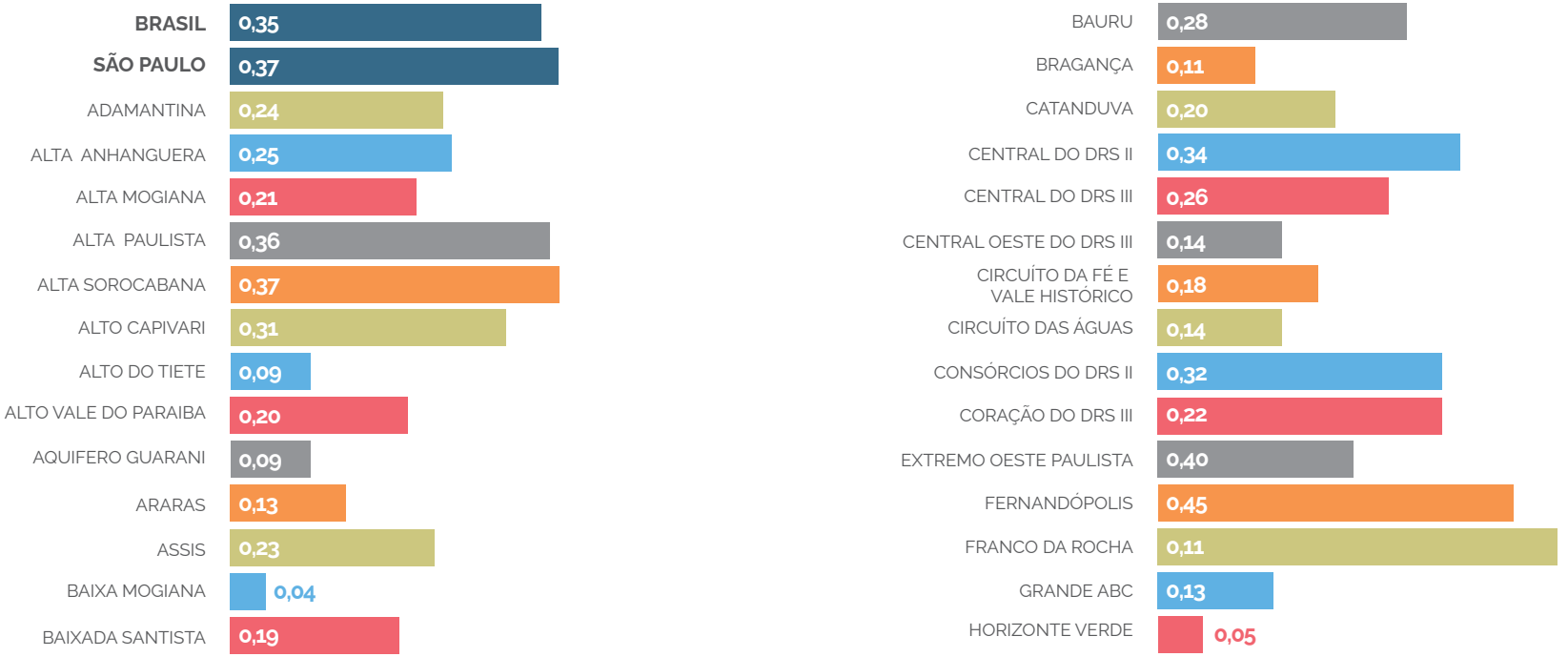
FIGURA 288,b.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios de São Paulo participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



*Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018. *Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

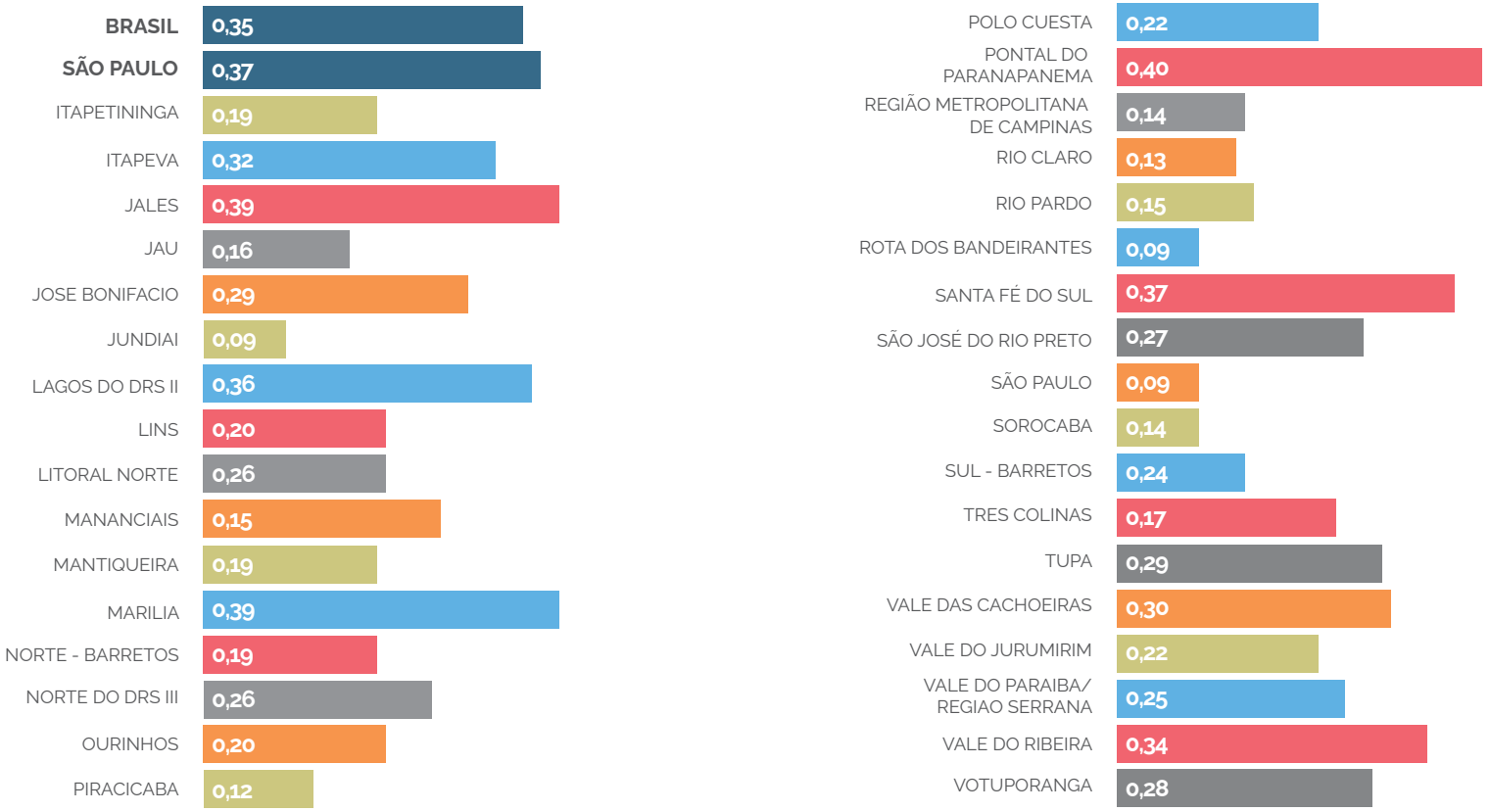
Contudo, quanto a média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na região de Fernandópolis e o menor também na região Baixa Mogiana cuja média foi muito inferior à média nacional, considerando os municípios participantes. A média estadual foi superior à nacional dos municípios participantes (Figura 289). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 289,a.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

FIGURA 289,b.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região de São Paulo (capital), tanto em 2018 (R$ 78.735.437,11) quanto em 2019 (R$ 85.155.156,18), com valores muito superiores às demais. As menores médias foram na região de Jales, em ambos os anos, sendo que a média da capital paulistana foi quase doze vezes à média desta região. No estado, a média da despesa total em saúde cresceu no período (Figura 290).

FIGURA 290,a.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

	2019	2018
BRASIL	36.036.709,19	33.318.514,78
SÃO PAULO	85.155.156,18	78.735.437,11
ADAMANTINA	12.073.682,14	12.264.206,34
ALTA ANHANGUERA	12.433.792,93	17.282.439,81
ALTA MOGIANA	15.766.312,25	14.514.902,49
ALTA PAULISTA	10.443.089,14	10.538.658,95
ALTA SOROCABANA	17.728.766,65	16.327.862,05
ALTO CAPIVARI	12.652.028,16	11.667.240,16
ALTO DO TIETE	190.792.186,69	182.343.452,23
ALTO VALE DO PARAIBA	215.112.797,51	202.524.017,14
AQUIFERO GUARANI	142.830.891,48	140.921.829,78
ARARAS	57.750.254,46	51.797.854,80
ASSIS	24.310.091,76	23.370.702,06
BAIXA MOGIANA	106.655.612,40	93.208.860,49
BAIXADA SANTISTA	207.362.233,07	191.505.515,57
BAURU	49.894.404,42	45.418.872,91
BRAGANÇA	35.055.806,03	32.850.756,09
CATANDUVA	16.734.830,79	16.122.757,44
CATANDUVA	16.734.830,79	16.122.757,44
CENTRAL DO DRS II	32.996.309,64	30.219.124,12
CENTRAL DO DRS III	71.653.091,03	64.255.451,41
CENTRAL OESTE DO DRS III	23.123.514,87	19.879.663,70
CIRCUÍTO DA FÉ E VALE HISTÓRICO	33.968.882,33	28.173.314,86
CIRCUÍTO DAS ÁGUAS	22.575.854,85	22.171.127,51
CONSÓRCIOS DO DRS II	18.399.575,38	18.313.870,56
CORAÇÃO DO DRS III	23.451.628,67	24.153.855,86

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

FIGURA 290,b.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

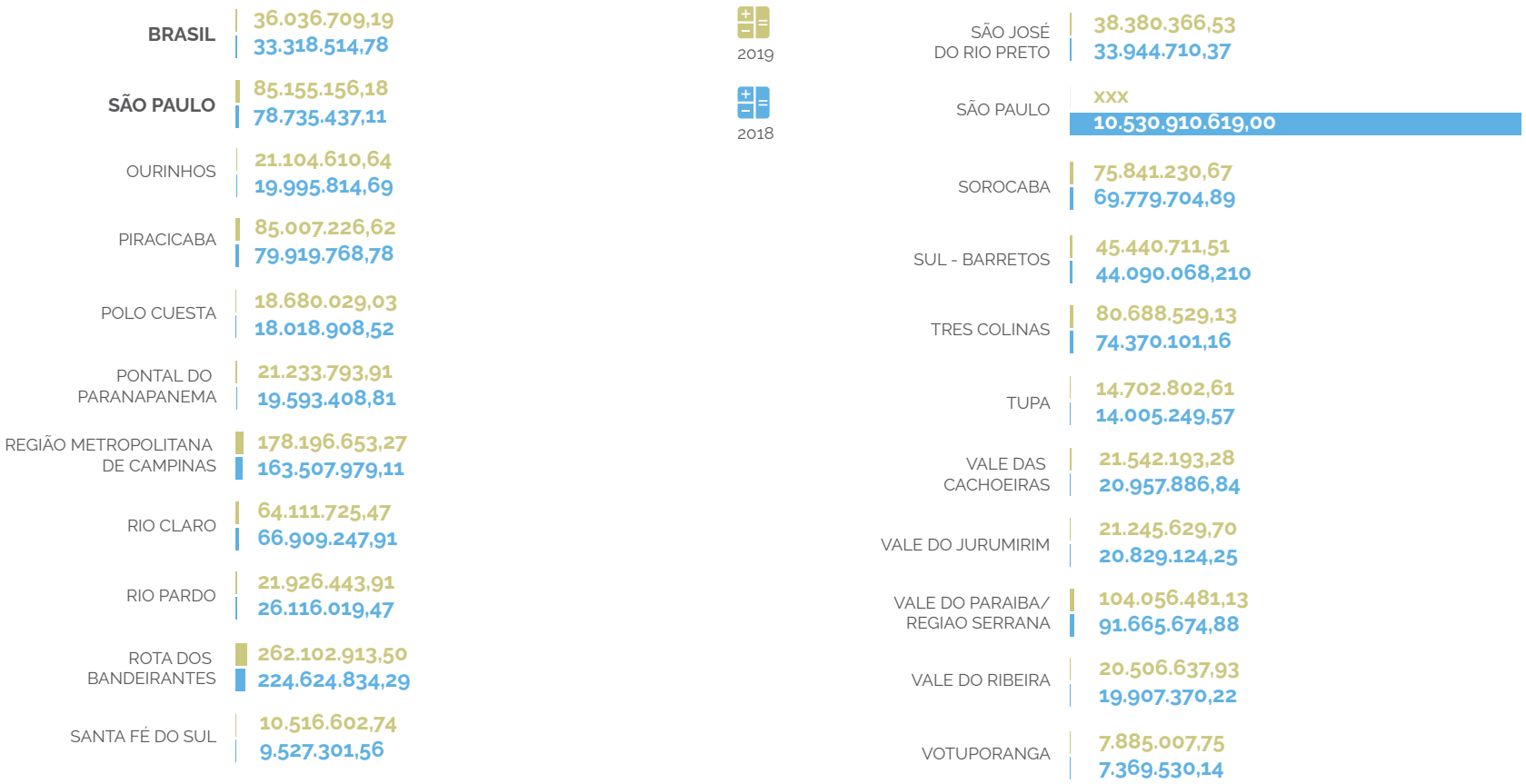
2019

2018

	2019	2018
BRASIL	36.036.709,19	33.318.514,78
SÃO PAULO	85.155.156,18	78.735.437,11
EXTREMO OESTE PAULISTA	13.439.170,56	11.468.111,48
FERNANDÓPOLIS	10.478.228,56	9.703.128,59
FRANCO DA ROCHA	70.256.162,38	61.610.069,27
GRANDE ABC	390.987.680,27	372.890.368,75
HORIZONTE VERDE	48.318.900,26	44.782.829,39
ITAPETININGA	44.084.280,04	40.846.234,32
ITAPEVA	21.683.714,31	20.280.186,02
JALES	6.680.047,18	6.647.581,89
JAU	17.162.843,77	16.796.962,54
JOSE BONIFACIO	10.842.530,47	9.835.890,82
JUNDIAI	153.316.769,75	141.915.408,41
LAGOS DO DRS II	15.387.667,66	14.246.792,24
LINS	20.382.491,95	21.248.842,20
LITORAL NORTE	136.024.309,56	129.040.143,97
MANANCIAIS	96.153.595,63	89.061.400,73
MANTIQUEIRA	32.564.460,60	30.872.208,30
MARILIA	33.616.697,79	30.199.558,62
NORTE - BARRETOS	39.584.845,50	35.929.263,69
NORTE DO DRS III	36.469.911,44	37.001.474,29

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

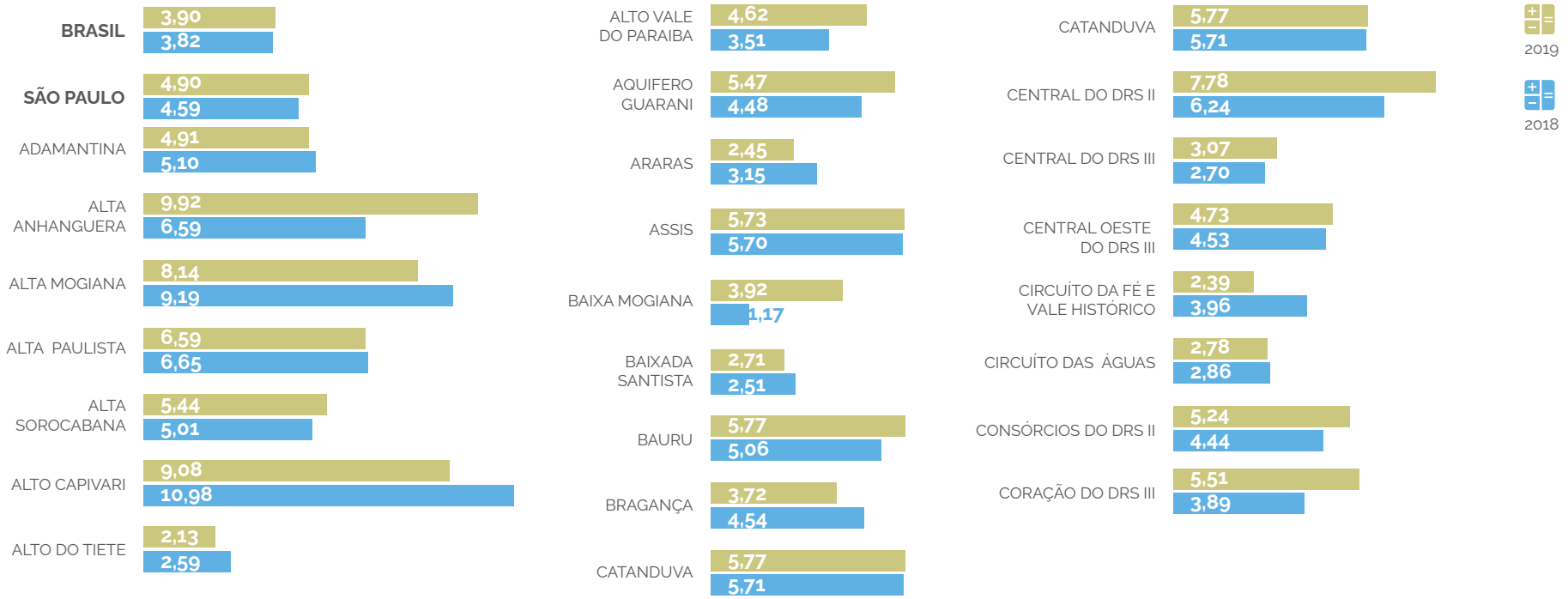
FIGURA 290,c.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e paulistas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

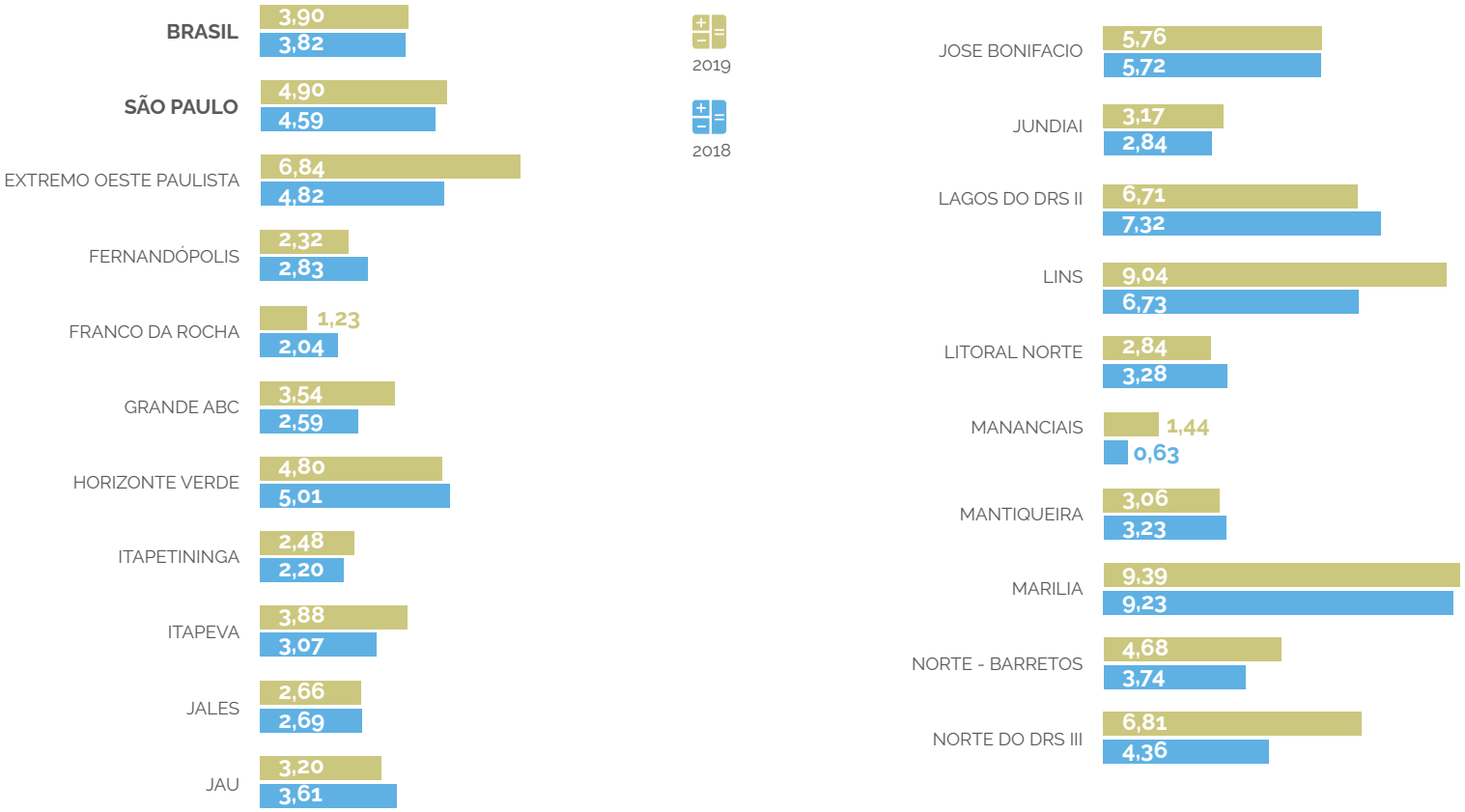
No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região Sul Barretos tanto em 2018 quanto em 2019. Em ambos os anos o menor percentual médio foi observado na região de São Paulo (capital), com valores inferiores à 1%. O percentual médio do estado aumentou no período, permanecendo acima da média nacional do conjunto dos municípios participantes (Figura 291). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 291.a,
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e catarinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



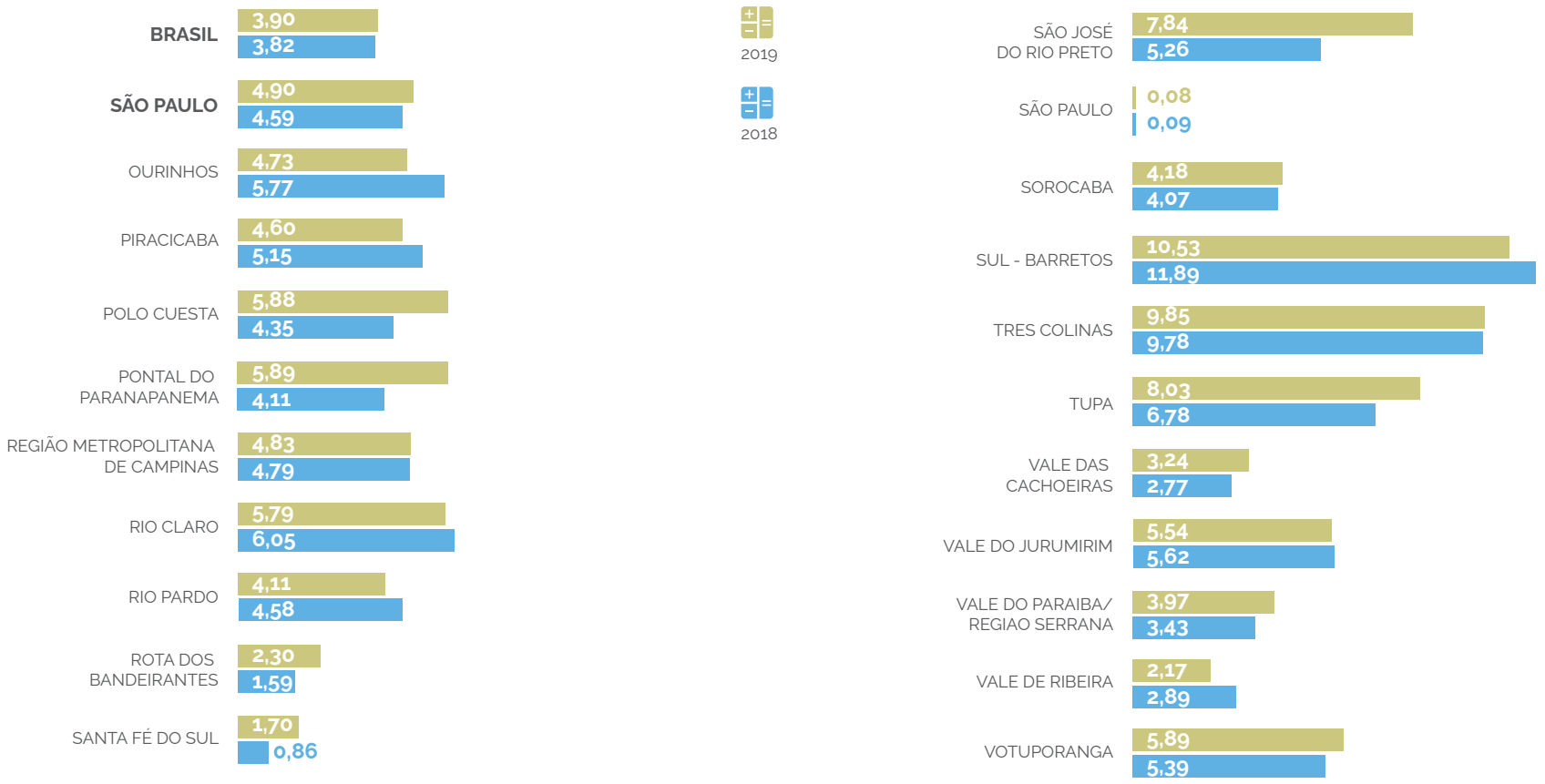
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

FIGURA 291.b,
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e catarinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

FIGURA 291.c,
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e catarinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



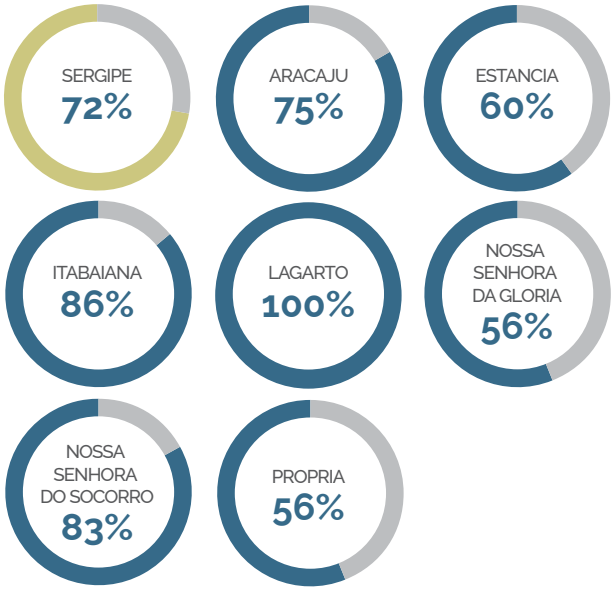
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

SERGIPE

Dos 75 municípios de Sergipe, 54 (72%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 2.013.434 habitantes, o que representa 88% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 292.

FIGURA 292.
Percentual de municípios de Sergipe que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



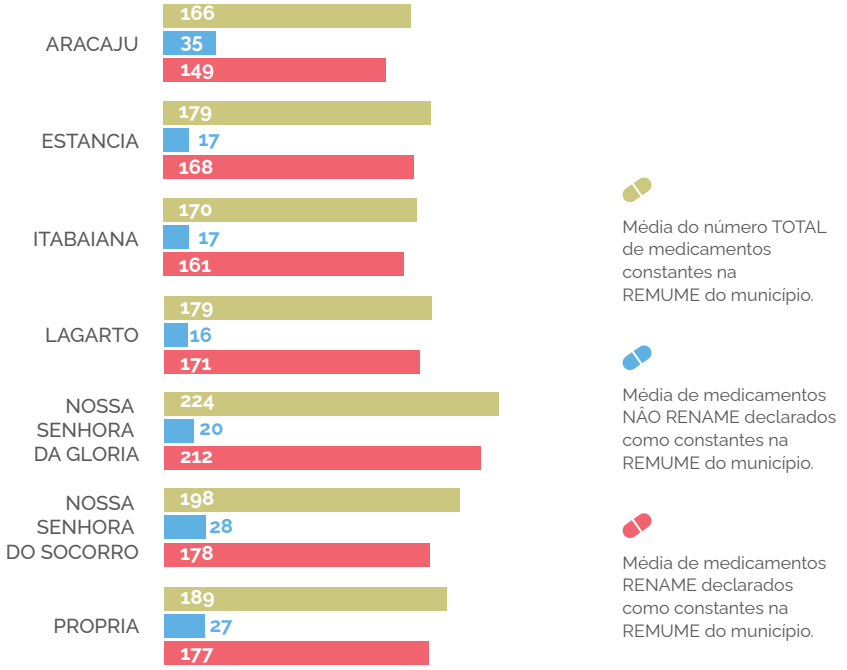
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

A região de saúde com maior participação dos municípios foi Lagarto, onde a totalidade dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada nas regiões Nossa Senhora da Glória e Propriá, onde 56% dos municípios participou. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 166 na região de Aracajú a 224 na região de Nossa Senhora da Glória, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Quanto aos medicamentos NÃO RENAME, a região de Aracajú apresentou a maior média, de 35 medicamentos e a menor média foi observada na região de Lagarto, com 16 medicamentos (Figura 293).

FIGURA 293.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios sergipanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

Tanto o número mínimo quanto o máximo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da região de Propriá, com 115 e 308 medicamentos, respectivamente. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por municípios da maioria das regiões de saúde sergipanas. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O menor número de medicamentos nessa categoria foi observado em municípios das regiões Nossa Senhora do Socorro e Propriá, com apenas 2 medicamentos (Tabela 27).

As medianas de medicamentos RENAME, NÂO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes deste estado foram de 166, 20 e 182, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 27). Maiores informações sobre o número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 27.

Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios de Sergipe participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
ARACAJU	149	146	117	183	35	28	26	50	166	160	125	215
ESTANCIA	168	149	131	240	17	12	3	40	179	170	134	260
ITABAIANA	161	155	116	227	17	11	3	50	170	159	116	277
LAGARTO	171	165	139	203	16	19	10	20	179	170	156	219
NOSSA SENHORA DA GLORIA	212	203	152	273	20	6	5	50	224	235	152	273
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	178	185	131	221	28	33	2	50	198	191	156	258
PROPRIA	177	169	115	308	27	30	2	45	189	183	115	308
SERGIPE (TOTAL)	**172**	**166**	**115**	**308**	**23**	**20**	**2**	**50**	**185**	**182**	**115**	**308**

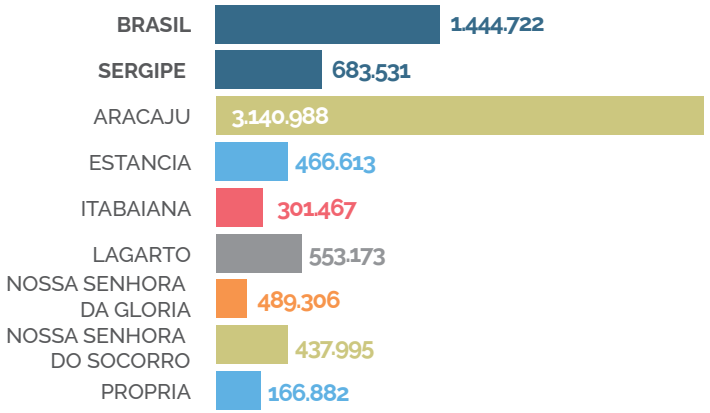
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, Sergipe apresentou IDHM de 0,702 em 2017, abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,730, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região de Aracajú foi a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e mais que dezoito vezes a média do Vale do Jamari, região na qual foi observada a menor média sergipana, para o conjunto de municípios participantes (Figura 294).

FIGURA 294.

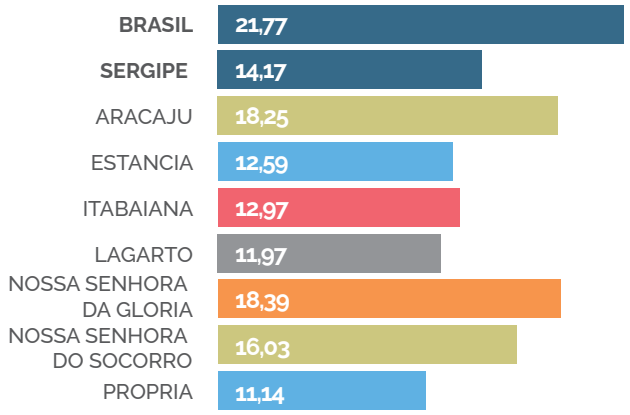
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e sergipanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da região Nossa Senhora da Glória apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões e a menor média do estado foi observada na região de Propriá, ambas no entanto, abaixo da média nacional, considerando os municípios participantes (Figura 295).

FIGURA 295.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e sergipanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

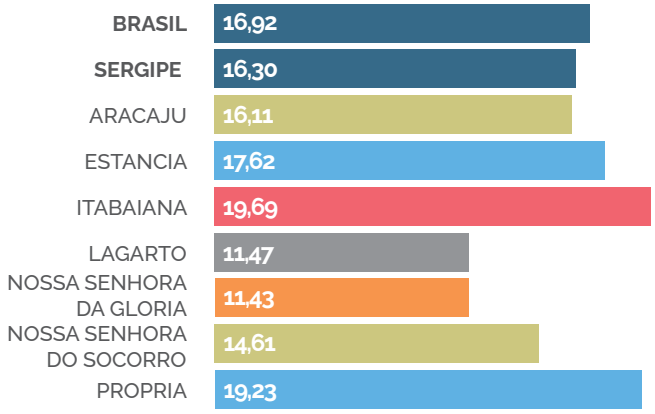
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto, a média do PIB *per capita* dos municípios sergipanos ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado de Sergipe em 2016 foi de 72,7 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios sergipanos em 2017 foi inferior à média nacional. O menor valor foi observado na região de Nossa Senhora da Glória e o maior na região de Itabaiana (Figura 296). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 296.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e sergipanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

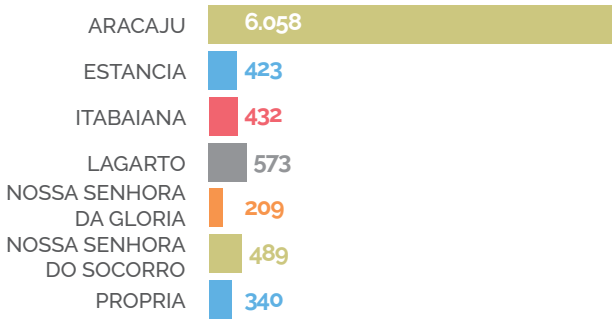


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, Sergipe possui 8.524 profissionais de nível superior em saúde. Mais que 70% desses profissionais atua na região de Aracajú e o menor número foi observado em Nossa Senhora da Glória (Figura 297).

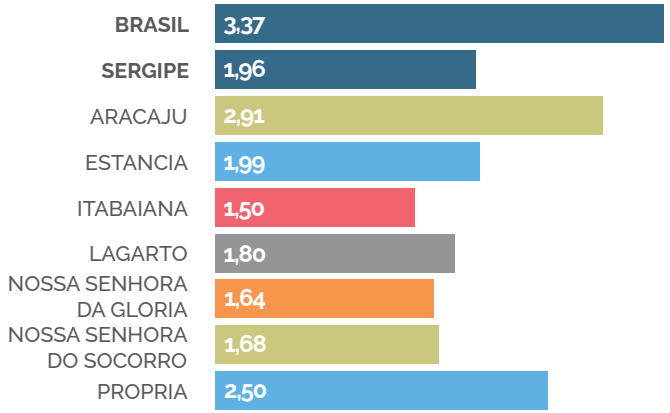
FIGURA 297.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de Sergipe participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes o maior valor também é observado na região de Aracajú, sendo que a menor média foi observada na região de Itabaiana. A média estadual ficou abaixo da média nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 298).

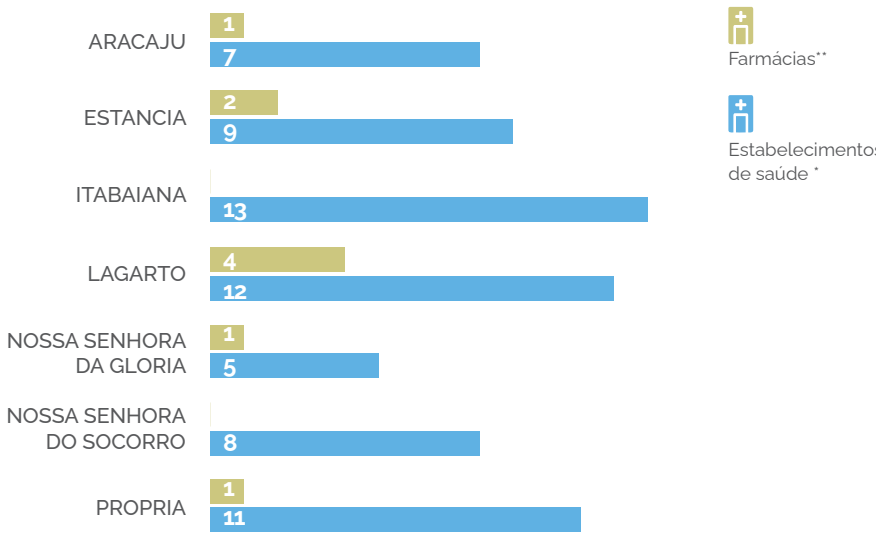
FIGURA 298.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e sergipanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região de Itabaiana apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e a região de Nossa Senhora da Glória o menor. Em relação ao número de farmácias, o maior número destes estabelecimentos foi observado em Lagarto e nas regiões de Itabaiana e Nossa Senhora do Socorro não foi observada nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 299).

FIGURA 299.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de Sergipe participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



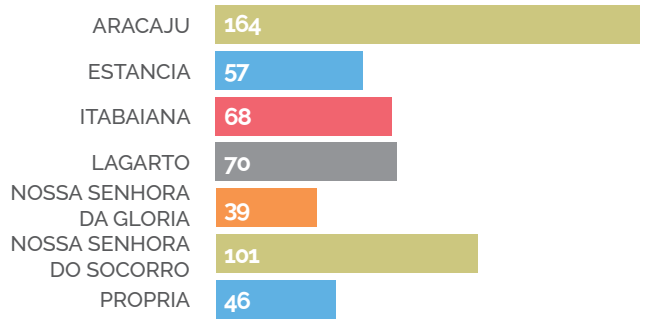
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 545 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região de Aracajú possui o maior número de equipes, e o menor número de ESF foi observado na região de Nossa Senhora da Glória (Figura 300).

FIGURA 300.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios de Sergipe participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

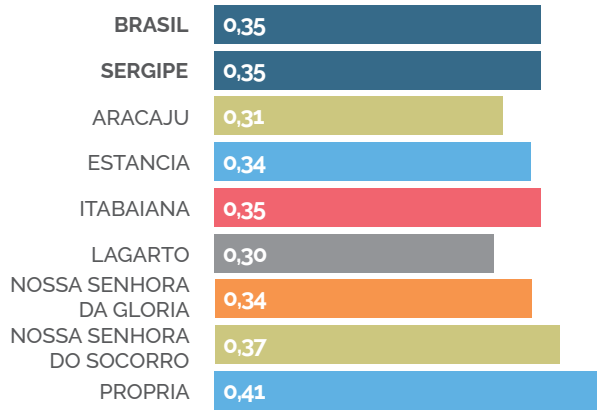


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na região de Propriá e o menor na região de Lagarto. A média estadual foi idêntica à nacional, considerando os municípios participantes (Figura 301). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 301.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e sergipanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

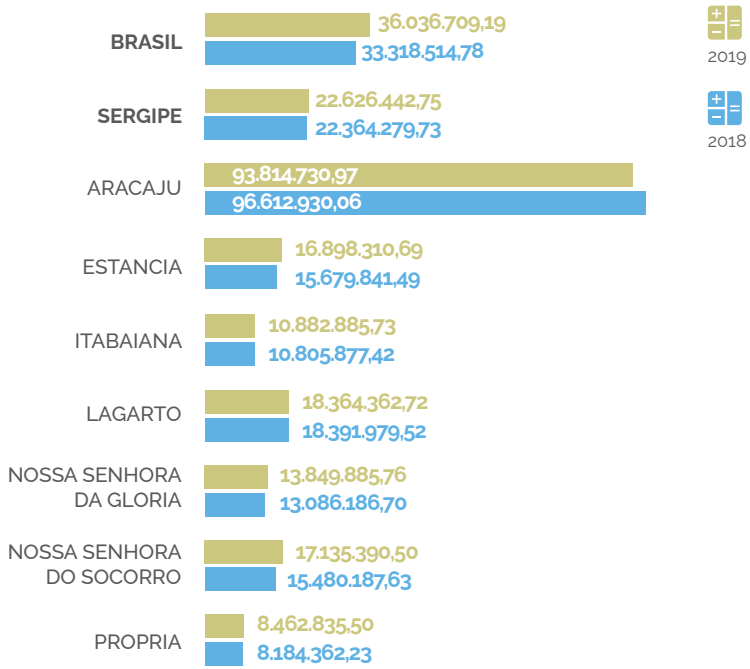


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios da região de Aracajú, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores na região de Propriá, em ambos os anos. Na maioria das regiões de saúde sergipanas a despesa total em saúde cresceu no período, contudo, na região de Aracajú e foi observada leve queda (Figura 302).

FIGURA 302.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e sergipanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

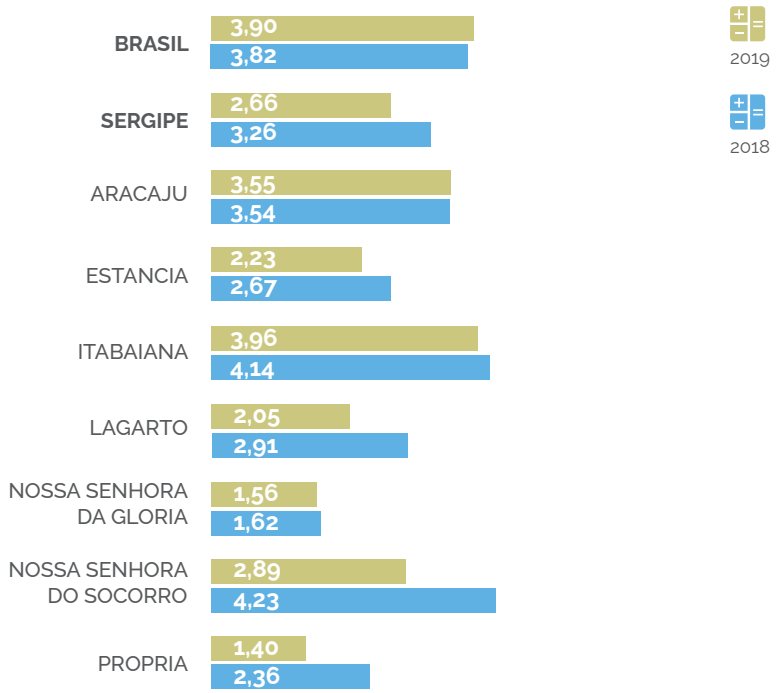


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região de Nossa Senhora do Socorro em 2018 e na região de Itabaiana em 2019. Em ambos os anos o menor percentual médio foi observado na região de Nossa Senhora da Glória. No geral, o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde

caiu no período, sendo a maior queda observada na região de Nossa Senhora do Socorro. O percentual médio do estado diminuiu no período, permanecendo abaixo da média nacional do conjunto dos municípios participantes (Figura 303). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA 303.
Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e sergipanos participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



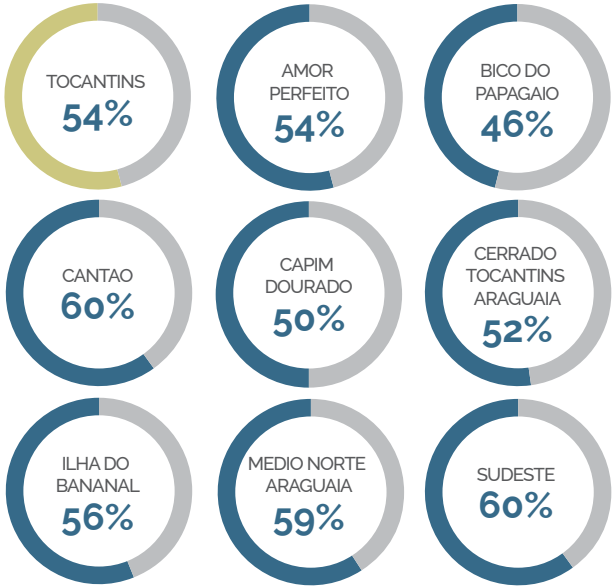
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

TOCANTINS

Dos 139 municípios de Tocantins, 75 (54%) responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Esses municípios totalizam 1.226.323 habitantes, o que representa 79% da população desse estado.

A participação dos municípios por região de saúde é ilustrada na Figura 304.

FIGURA 304.
Percentual de municípios de Tocantins que responderam ao Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



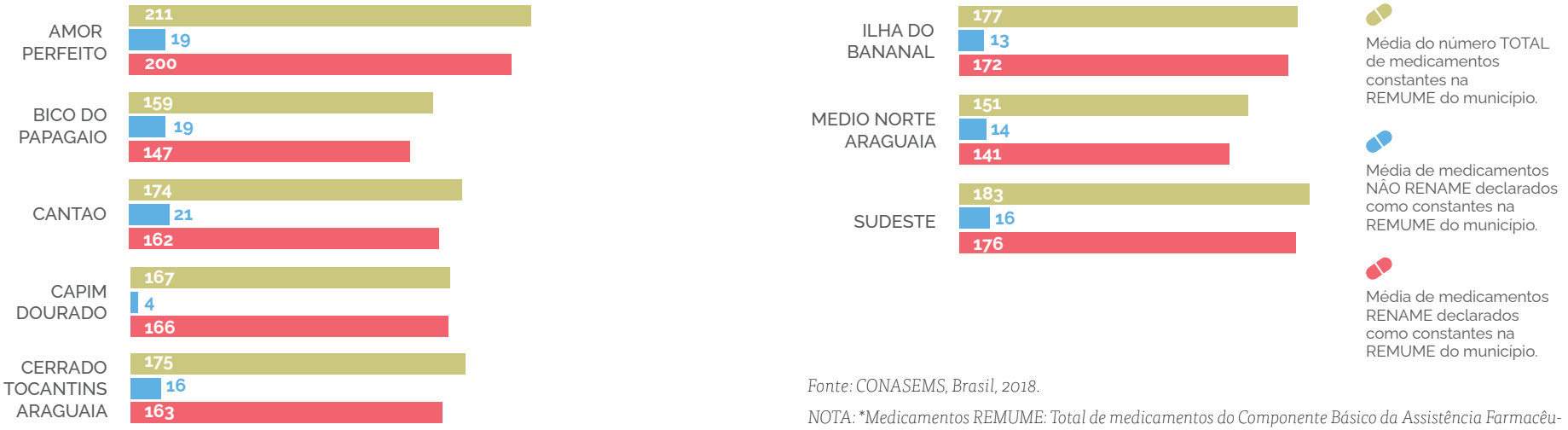
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

As regiões de saúde com maior participação dos municípios foram Cantão e Sudeste, onde 60% dos municípios respondeu ao levantamento. Menor participação foi observada na região bico do Papagaio, onde 46% dos municípios participou. A descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

A média de medicamentos na REMUME* dos municípios variou de 151 na região Médio Norte Araguaia a 211 na região Amor Perfeito, que também apresentou as maiores médias de medicamentos RENAME**.

Quanto aos medicamentos NÃO RENAME, a região de Cantão apresentou a maior média, de 21 medicamentos e a menor média foi observada na região Capim Dourado, com 4 medicamentos (Figura 305).

FIGURA 305.
Média de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios tocantinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

Tanto o número mínimo quanto o máximo de medicamentos na REMUME foi observado em municípios da região de Capim Dourado, com 70 e 364 medicamentos, respectivamente. Quanto aos itens NÃO RENAME, o máximo de 50 medicamentos dessa categoria foi declarado por municípios região Serrado Tocantins Araguaia. Vale ressaltar que esse foi o limite de medicamentos NÃO RENAME possível de ser declarado no levantamento. Portanto, nos municípios que declararam o máximo de 50 medicamentos NÃO RENAME em suas listas, esse número pode ser ainda maior. O menor número de medicamentos nessa

categoria foi observado em municípios de metade das regiões de saúde do estado, com apenas 1 medicamento (Tabela 28).

Além disso, na região de Capim Dourado foi declarada a inclusão do máximo de 364 medicamentos RENAME na REMUME de município(s) dessa região, ou seja, nesses municípios foram incluídos na relação municipal todos os itens do componente básico da RENAME na ocasião do levantamento.

As medianas de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total na REMUME para o conjunto de municípios participantes desse estado foram de 150, 10 e 154, respectivamente; o que significa que metade dos municípios tem até essa quantidade de medicamentos em suas listas (Tabela 28). Maiores informações sobre número de medicamentos que compõem a REMUME dos municípios participantes também são apresentadas no ANEXO II.

TABELA 28.
Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios do Rio de Janeiro participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

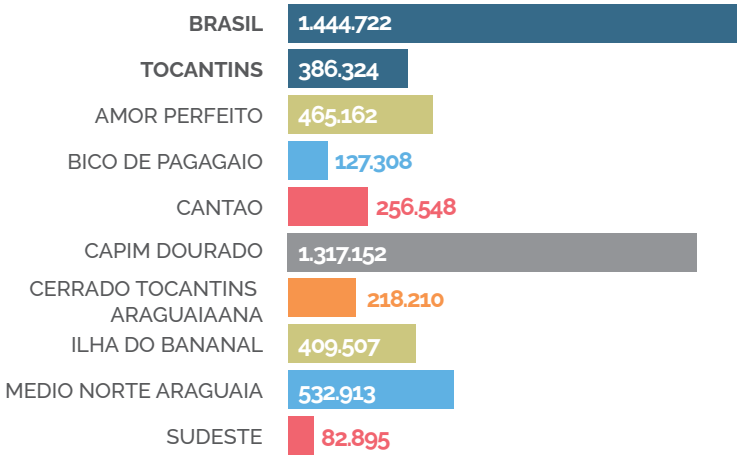
	Medicamentos RENAME na REMUME				Medicamentos NÃO RENAME na REMUME				Total de medicamentos na REMUME			
REGIÃO DE SAÚDE	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
AMOR PERFEITO	200	203	106	364	19	15	6	38	211	203	112	364
BICO DO PAPAGAIO	147	145	88	228	19	18	1	39	159	157	90	266
CANTAO	162	151	114	241	21	20	4	40	174	151	120	248
CAPIM DOURADO	166	148	70	364	4	4	1	6	167	148	70	364
CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA	163	155	125	270	16	11	1	50	175	161	128	279
ILHA DO BANANAL	172	147	94	306	13	9	7	26	177	150	94	306
MEDIO NORTE ARAGUAIA	141	140	114	171	14	5	1	42	151	148	116	193
SUDESTE	176	175	119	256	16	15	3	30	183	200	119	260
TOCANTINS (TOTAL)	**164**	**150**	**70**	**364**	**16**	**10**	**1**	**50**	**173**	**154**	**70**	**364**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Quanto às condições socioeconômicas, Tocantins apresentou IDHM de 0,743 em 2017, abaixo da média nacional, de 0,761. O índice de Gini do estado nesse mesmo ano foi de 0,718, também abaixo da média brasileira (0,781) (Anexo VII).

A média do PIB em 2017 dos municípios da região Capim Dourado foi a mais alta observada entre regiões de saúde do estado, e mais que quinze vezes a média do Sudeste, região na qual foi observada a menor média tocantinense, para o conjunto de municípios participantes (Figura 294).

FIGURA 306.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros e tocantinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

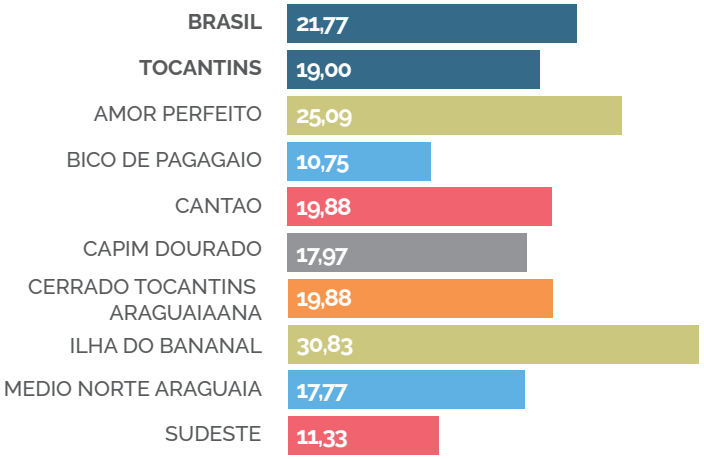


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, os municípios da Ilha do Bananal apresentaram valores superiores aos municípios das demais regiões e quase o triplo da média do PIB *per capita* do Bico do Papagaio, região na qual foi observada a menor média do estado, considerando os municípios participantes (Figura 307).

FIGURA 307.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros e tocantinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

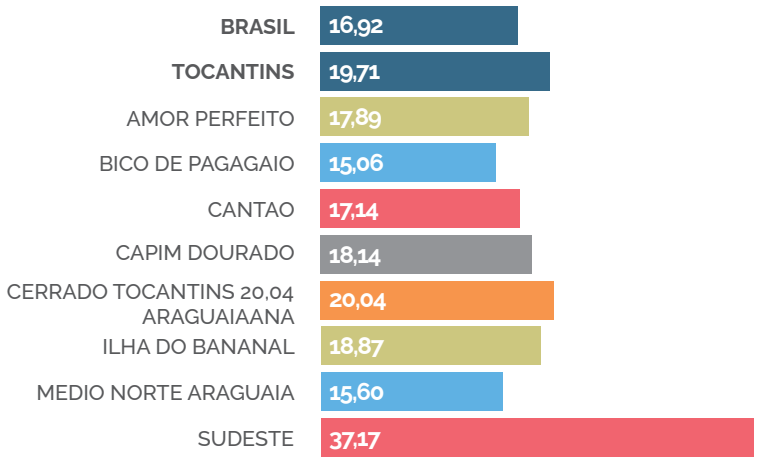
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto, a média do PIB *per capita* dos municípios tocantinenses ficou abaixo da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no estado de Tocantins em 2016 foi de 73,4 anos, abaixo da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil média dos municípios tocantinenses em 2017 foi superior à média nacional. O menor valor foi observado na região Bico do Papagaio e o maior na região Sudeste (Figura 308). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 308.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros e tocantinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

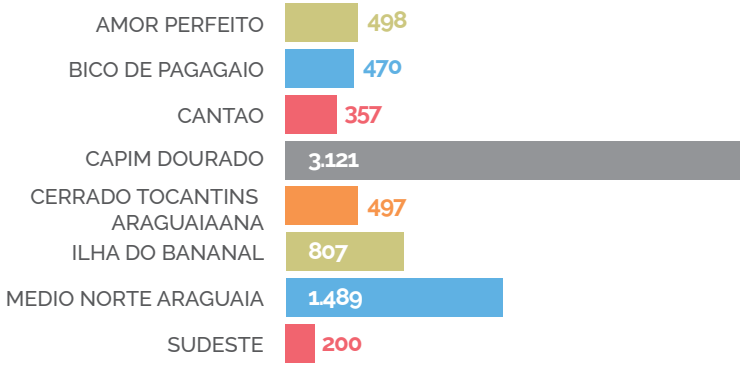


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018, Tocantins possui 7.439 profissionais de nível superior em saúde. Mais que 40% desses profissionais atua na região Capim Dourado e o menor número foi observado no Sudeste (Figura 309).

FIGURA 309.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES pelos municípios de Tocantins participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

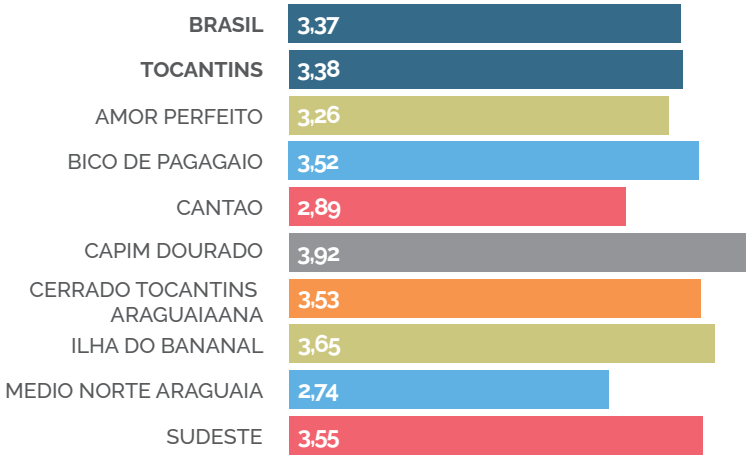


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média desses profissionais por mil habitantes o maior valor também é observado na região Capim Dourado, e a menor média foi observada na região Médio Norte Araguaia. A média estadual ficou acima da média

nacional no período, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 310).

FIGURA 310.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros e tocantinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

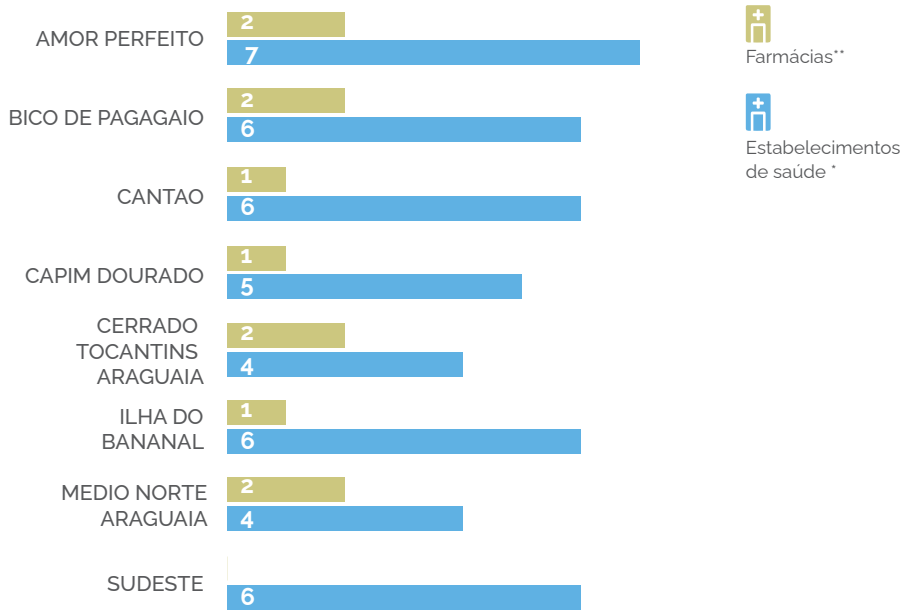


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

A região Amor Perfeito apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde e a região Médio Norte Araguaia o menor. Em relação ao número de farmácias, em metade das regiões Tocantinenses havia 2 estabelecimentos desse tipo cadastrados e na região Sudeste não foi observada nenhuma farmácia registrada no cadastro nacional (Figura 311).

FIGURA 311.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelos municípios de Tocantins participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



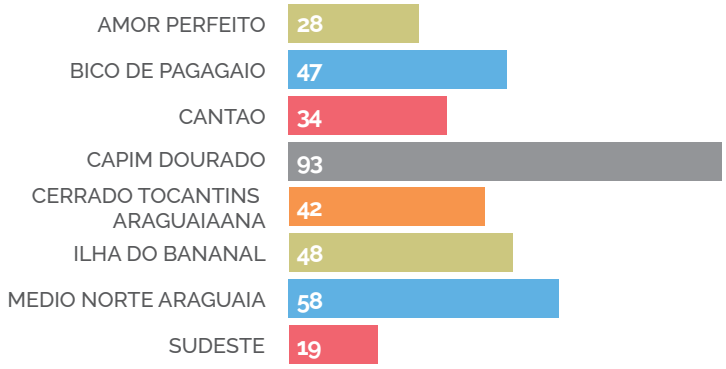
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

O estado possui 369 equipes de saúde da família cadastradas no CNES. A região Capim Dourado possui o maior número de equipes, e o menor número de ESF foi observado na região Sudeste (Figura 312).

FIGURA 312.
Número de ESF registradas no CNES pelos municípios de Tocantins participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

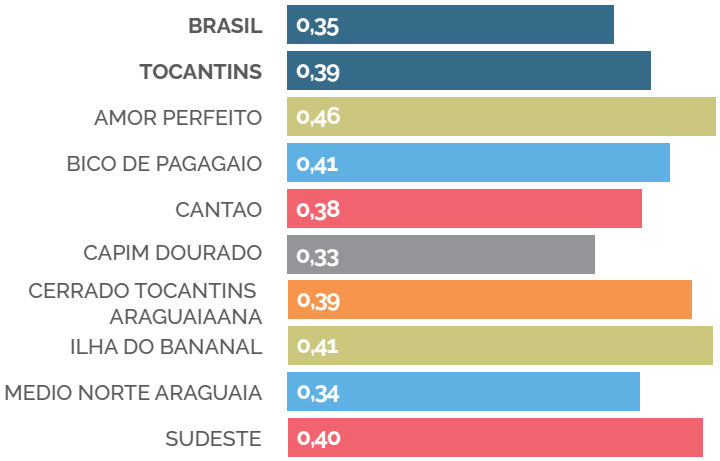


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Quanto à média de ESF por mil habitantes, o maior valor foi observado na região Amor Perfeito e o menor na região Capim Dourado. A média estadual foi idêntica à nacional, considerando os municípios participantes (Figura 313). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 313.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros e tocantinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

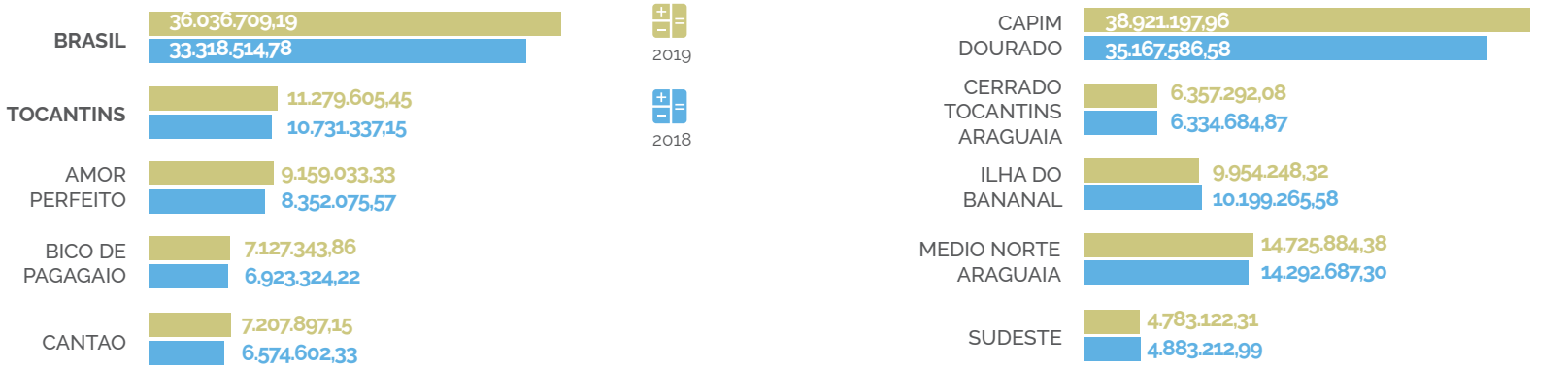


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Em relação à despesa total em saúde registrada pelos municípios no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), as maiores médias foram de municípios de Capim Dourado, tanto em 2018 quanto em 2019 e as menores na região Sudeste, em ambos os anos. Na maioria das regiões de saúde tocantinenses a despesa total em saúde cresceu no período. Contudo, nas regiões Ilha do Bananal e Sudeste foi observada leve queda (Figura 314).

FIGURA 314.
Média da despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e cariocas participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

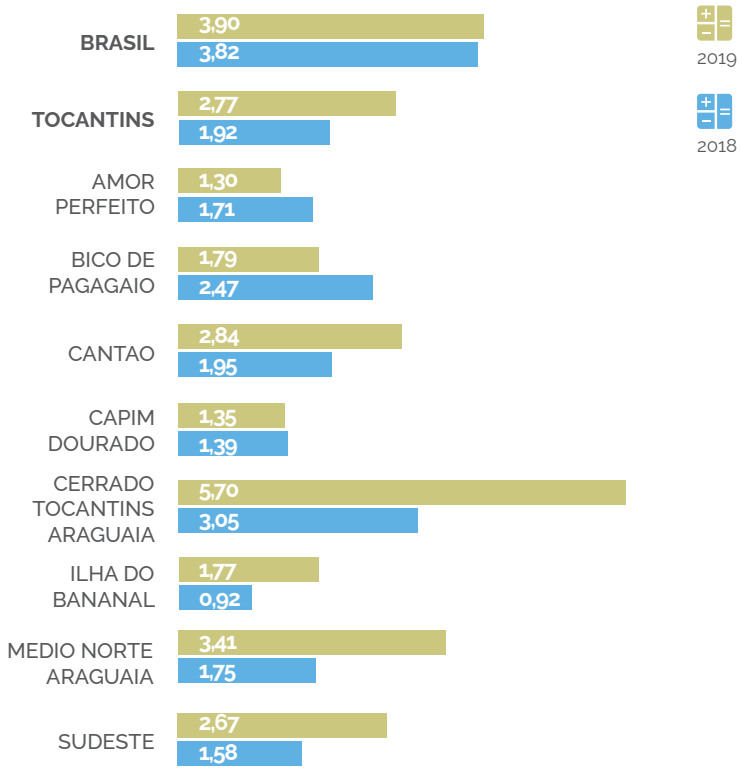


Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em reais.*

No tocante ao percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde, as maiores médias foram observadas na região Cerrado Tocantins Araguaia em ambos os anos. O menor percentual médio foi observado na região Ilha do Bananal em 2018 e em Amor Perfeito em 2019. No geral, o percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde oscilou no período, sendo o maior crescimento observado em Cerrado Tocantins Araguaia e a maior queda observada no Bico do Papagaio. O percentual médio do estado cresceu no período. Permaneceu, no entanto, abaixo da média nacional do conjunto dos municípios participantes (Figura 315). Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

FIGURA315.

Média percentual da despesa com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 e 2019 registrada no SIOPS pelos municípios brasileiros e tocantinenses participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde



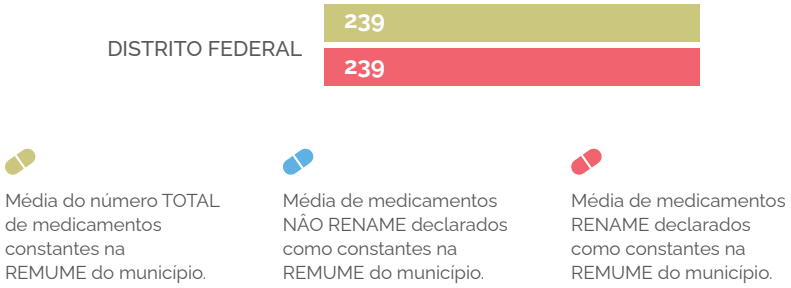
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

DISTRITO FEDERAL

A divisão territorial no Distrito Federal não é realizada por municípios, mas sim em regiões administrativas. Por essa razão, ao considerar a participação no Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF), o Distrito Federal foi considerado integralmente, sem divisões por região de saúde, com representação de 100% de sua população (2.974.703 habitantes). No cenário nacional, a descrição detalhada do número de municípios participantes e da população de abrangência é apresentada no ANEXO I.

O total de medicamentos na REMUME* do Distrito Federal foi de 239 itens, sendo que todos estes medicamentos integram a RENAME**. Portanto, não foi observada a inclusão de nenhum medicamento NÃO RENAME*** na relação de medicamentos (Figura 316).

FIGURA 316.
Número de medicamentos RENAME, NÃO RENAME e do total de medicamentos que compõem a REMUME do Distrito Federal



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

*NOTA: *Medicamentos REMUME: Total de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dos municípios participantes.*

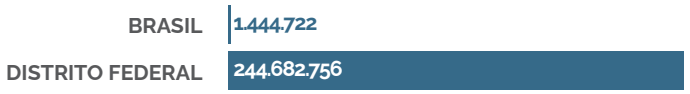
***Medicamentos RENAME: Medicamentos que estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

****Medicamentos Não RENAME: Medicamentos que **não** estão incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e compõem a REMUME dos municípios participantes.*

Quanto às condições socioeconômicas, o Distrito Federal apresentou IDHM de 0,850 em 2017, acima da média nacional, de 0,761 e o mais alto entre as vinte e sete unidades federativas do Brasil (Anexo VII).

O PIB em 2017 do Distrito Federal foi o mais alto observado entre as unidades federativas brasileiras e quase cento e setenta vezes a média do PIB dos municípios brasileiros participantes (Figura 317).

FIGURA 317.
Média do PIB* em 2017 dos municípios brasileiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, e PIB do Distrito Federal em 2017



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais.*

Ao comparar as médias de PIB *per capita* em 2017, o Distrito Federal apresentou valores muito superiores aos municípios brasileiros participantes (Figura 318).

FIGURA 318.
Média do PIB *per capita** em 2017 dos municípios brasileiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME e PIB *per capita* do Distrito Federal em 2017

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Valores expressos em mil reais. Dados calculados a partir da divisão do PIB de 2017 pela população residente no mesmo ano.*

Tanto a média do PIB quanto, a média do PIB *per capita* do Distrito Federal ficou acima da média nacional dos municípios participantes, no mesmo período. Informações detalhadas sobre o PIB e o PIB *per capita*, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO III.

A expectativa de vida no Distrito Federal em 2016 foi de 78,1 anos, acima da média nacional de 75,4 anos (ANEXO VII).

A mortalidade infantil do Distrito Federal em 2017 foi inferior à média nacional e a menor taxa no conjunto das vinte e sete unidades federativas (Figura 319). Maiores informações sobre a mortalidade infantil nos municípios, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO IV.

FIGURA 319.
Média da mortalidade infantil em 2017 nos municípios brasileiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME e mortalidade infantil do Distrito Federal em 2017

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir da divisão do número de óbitos infantis pelo número de nascidos vivos no mesmo ano.*

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES) de 2018. O Distrito Federal possui 19.772 profissionais de nível superior em saúde (Figura 320).

FIGURA 320.
Número de profissionais de nível superior em saúde registrados no CNES –pelo Distrito Federal em janeiro de 2018

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

Ao analisar a média destes profissionais por mil habitantes o valor é quase o dobro da média nacional, considerando os municípios participantes do levantamento (Figura 321).

FIGURA321.
Média de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes nos municípios brasileiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME e número de profissionais de nível superior em saúde por mil habitantes no Distrito Federal

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados calculados a partir do número de profissionais registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano.*

O Distrito Federal apresentou doze estabelecimentos de saúde registrados no CNES em janeiro de 2018. Destes, um terço eram farmácias (Figura 322).

FIGURA 322.
Número total de estabelecimento de saúde e farmácias registrados no CNES pelo Distrito Federal em janeiro de 2018

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes estabelecimentos: Centro de saúde/unidade básica de saúde, farmácia, posto de saúde, secretaria de saúde.*

*** Farmácia: Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.*

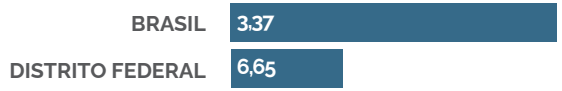
O Distrito Federal possui 344 equipes de saúde da família cadastradas no CNES (Figura 323).

FIGURA 323.
Número de ESF (Equipes de Saúde da Família) registradas no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pelos municípios do Amapá participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por região de saúde

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados do CNES de janeiro de 2018. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Quanto a média de ESF por mil habitantes, o Distrito Federal ficou abaixo da média nacional, cujo valor é quase o triplo do valor apresentado pelo DF no mesmo período (Figura 324). Maiores informações sobre os números de profissionais, estabelecimentos de saúde e ESF, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO V.

FIGURA 324.
Média de ESF por mil habitantes nos municípios brasileiros participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME e número de ESF por mil habitantes no Distrito Federal



Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.
**Dados calculados a partir do número ESF registrados no CNES em janeiro de 2018 pela população residente no mesmo ano. Foram considerados os seguintes tipos de equipe: ESF, ESFSB_M1 - ESF COM SAUDE BUCAL - M I e ESFSB_M2 - ESF COM SAUDE BUCAL - M II.*

Não foram observados registros do Distrito Federal no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS) nos anos de 2018 e 2019. Maiores informações sobre a despesa total em saúde e despesa com medicamentos no cenário nacional, por região de saúde, são apresentadas no ANEXO VI.

DISCUSSÃO

INDICADORES DEMOGRÁFICOS 393

MEDICAMENTOS INCLUÍDOS NA RENAME, NÃO INCLUÍDOS NA RENAME E TOTAL DECLARADOS COMO CONSTANTES NA REMUME DOS MUNICÍPIOS 393

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DE SAÚDE 396

INDICADORES DE SERVIÇOS NOS MUNICÍPIOS 398

DESPESAS TOTAIS EM SAÚDE, DESPESAS COM MEDICAMENTOS E PERCENTUAIS DAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS NAS DESPESAS TOTAIS EM SAÚDE EM 2018 E 2019 400

ACESSO, UTILIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: REFLEXÕES 403

MEDICAMENTOS ESSENCIAIS: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS 405

REFERÊNCIAS 408

Medicamentos incluídos na RENAME, não incluídos na RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios

Observou-se uma média de 171 Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município (Mediana = 162; Mínimo = 20; Máximo = 364), uma média de 24 Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município (Mediana = 20; Mínimo = 1; Máximo = 50) e um total de 184 medicamentos declarados como constantes na REMUME do município (Mediana = 176; Mínimo = 20; Máximo = 414) (Anexo II).

É importante relembrar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que os seus países membros adotem uma Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e que funcione como orientadora para o processo de organização dos serviços estaduais e municipais. Os medicamentos essenciais são aqueles que satisfazem às necessidades prioritárias de saúde da população. São selecionados com a devida relevância à saúde pública, com evidências sobre eficácia e segurança e custo-efetividade comparativa. Devem estar disponíveis nos sistemas de saúde, em todos os momentos, em quantidades adequadas, nas formas farmacêuticas apropriadas, com qualidade assegurada e informação adequada e a um preço que o indivíduo e a comunidade possam pagar (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2018).

Sabe-se que a maioria das intervenções em saúde envolve o uso de medicamentos, que é determinante para a obtenção dos resultados terapêuticos. Desse modo, a garantia do acesso e a promoção do uso de medicamentos com qualidade, são considerados requisitos fundamentais para assegurar a efetividade das intervenções em saúde atreladas ao seu uso (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2016a). Outrossim, a garantia de acesso aos medicamentos é particularmente importante no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), que se caracteriza como porta de entrada no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo parte integrante do processo de promoção, recuperação e prevenção das doenças mais prevalentes na população. Os serviços farmacêuticos na Atenção Primária à Saúde (APS) buscam garantir a atenção integral, contínua e compatível com as demandas em saúde de uma população, tendo o medicamento como um dos elementos essenciais (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2013).

Os medicamentos selecionados devem atender a critérios que garantam qualidade, eficácia e segurança. O conjunto desses medicamentos visa atender às demandas das populações vinculadas aos seus respectivos territórios, assegurando ganhos terapêuticos e econômicos, além de contribuir para a racionalidade na prescrição e o uso correto dos medicamentos (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2016).

No Brasil, a atual lista de medicamentos essenciais foi publicada no ano de 2021 – regulamentada pela Portaria nº 3.435 de 8 de dezembro de 2021 – que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) 2022 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) 2018 (BRASIL, 2021 – regulamentada pela Portaria nº 3.435 de 8 de dezembro de 2021). Cumpre recordar que a Rename é a lista de medicamentos selecionados e padronizados oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que é orientadora para o processo de organização dos serviços de seleção, programação e aquisição. É importante frisar que para ser incluído na Rename, é necessário que o medicamento atenda a critérios que garantam segurança e eficácia em relação ao seu uso. Trata-se, portanto, de um instrumento que permite padronizar e definir os medicamentos a serem adquiridos, conforme demanda epidemiológica, em quantidade e qualidade que propiciem ganhos terapêuticos e econômicos, contribuindo para a racionalidade na prescrição e no uso dos medicamentos (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2016).

Destaca-se que o acesso aos medicamentos pode ser entendido como o resultado da logística da Assistência Farmacêutica; ou seja, seleção, programação, aquisição, distribuição e dispensação por meio de serviços farmacêuticos de

qualidade. Cabe ressaltar que é preconizada uma assistência farmacêutica plena, integrada à Atenção Primária a Saúde (APS) – com enfoque não apenas em seus componentes técnico-gerenciais; mas também, nos técnico-assistenciais – de modo a promover o uso apropriado de medicamentos, fundamental para a efetividade dos tratamentos e minimização dos riscos, impactando positivamente na resolubilidade das ações em saúde (MENDES *et al,* 2014).

Compreende-se que a Assistência Farmacêutica (AF) é composta pela Gestão Técnica da Assistência Farmacêutica e a Gestão Clínica do Medicamento. O processo de utilização de medicamentos nos serviços de saúde ocorre por meio de etapas bem definidas e integradas ao processo do cuidado. As ações técnico-gerenciais dão suporte à prescrição e dispensação dos medicamentos. Elas são estruturadas para dar conta da logística do medicamento. Caracterizam-se como um conjunto de atividades farmacêuticas interdependentes e focadas na qualidade, no acesso e no uso de medicamentos com qualidade; ou seja, no planejamento, seleção, programação, aquisição, distribuição, armazenamento e dispensação dos medicamentos por meio de serviços farmacêuticos qualificados (SOLER *et al*., 2010; GOMES *et al*., 2010; MENDES *et al*., 2014). O fornecimento de medicamentos no âmbito da Atenção Primária a Saúde (APS) é parte integrante do processo de promoção da saúde, prevenção das doenças e recuperação/paliação dos agravos na população.

A disponibilidade de medicamentos essenciais nas unidades de dispensação (Farmácias e/ou Dispensários), em quantidade e qualidade necessárias, pode ser entendida como o resultado de atividades técnico-gerenciais da Assistência Farmacêutica (AF) e influenciada pelas características da organização dos serviços públicos de saúde, no nível local, em função da diversidade administrativa existente entre os municípios, além de fatores associados às condições geográficas e epidemiológicas das diferentes regiões do Brasil.

A Organização Pan-Americana da Saúde (2015) preconiza a disponibilidade mínima de 80% de medicamentos essenciais. Utiliza-se do conceito de medicamentos traçadores para avaliar a disponibilidade dos medicamentos nas Unidades de Dispensação (UD). Estudos realizados no Brasil, de modo geral, apresentam um perfil diferenciado do preconizado. Medicamentos traçadores são os selecionados dentro de um determinado conjunto de medicamentos para a avaliação em questão. Eles podem ser selecionados por classe, por demanda ou por importância de uso (DIEHL; SANTOS; SCHAEFER, 2016).

Mendes *et al.* (2014), no estudo "Disponibilidade de medicamentos nas unidades básicas de saúde e fatores relacionados: uma abordagem transversal", encontraram uma disponibilidade média de medicamentos de 58,5% nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Ela é baixa em todos os estratos populacionais, mostrando-se inversamente associada com a organização geral da unidade de saúde em geral e da assistência farmacêutica em particular.

Guimarães (2015), no estudo "Medicamentos essenciais nos serviços de saúde na Atenção Básica: avaliação pelo programa de melhoria do acesso e da qualidade", encontrou que a média de disponibilidade para o conjunto dos medicamentos essenciais traçadores investigados foi de 51,41%. Nem todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) que disseram ter o medicamento em estoque, o tinham em quantidade suficiente para atender as demandas da população.

Álvares *et al.* (2017), no estudo "Acesso aos medicamentos pelos usuários da Atenção Primária no Sistema Único de Saúde", observaram baixos níveis de disponibilidade de medicamentos na Atenção Primária à Saúde (APS) (46,3% a 64,3%) entre usuários que declararam ter acesso total a medicamentos por meio de unidades dispensadoras do SUS, o que pode comprometer a integralidade da atenção à saúde. A maior frequência de usuários que declararam ter acesso total foi na região Sudeste, e a menor, na região Centro-Oeste. Outros-

sim, 45,3% dos indivíduos relataram ter tido acesso total (recebeu todos os medicamentos receitados no SUS), porém, com maior proporção na região Sul (48,1%) e menor na região Norte (37%).

Nascimento *et al.* (2017), no estudo "Disponibilidade de Medicamentos Essenciais na Atenção Primária do Sistema Único de Saúde", encontraram uma disponibilidade média dos medicamentos traçadores na Atenção Primária a Saúde (APS) na ordem de 52,9%, com diferenças entre regiões e estratos amostrais. Quando analisados todos os medicamentos, exceto os fitoterápicos, o índice elevou para 62,5%.

Rocha (2019), no estudo "Fatores que podem influenciar a disponibilidade dos Medicamentos Essenciais na Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS)", observou que a disponibilidade média de medicamentos traçadores padronizados, em âmbito nacional, foi de 83,3%, e as médias foram superiores a 80% nos três estratos de municípios (capitais, municípios de maior e menor porte). Os valores superiores a outros estudos pode ser explicado pelo viés de ter sido considerada apenas a disponibilidade de medicamentos traçadores padronizados nos municípios; ou seja, nem todo município avaliado no estudo teve sua disponibilidade balizada pelo número total dos itens de verificação.

De acordo com Karnikowski *et al.* (2017), no estudo "Caracterização da seleção de medicamentos para a atenção primária no Brasil", a capacidade da REMUME de atender as necessidades locais por medicamentos pode ser considerada bastante baixa, na perspectiva de 13% dos médicos da atenção primária, 29,7% dos responsáveis da assistência farmacêutica e, de 70,9% dos profissionais que realizam dispensação de medicamentos.

Em tempo, sabe-se que cabe ao gestor municipal a decisão de elencar os medicamentos mais adequados ao perfil epidemiológico local. Portanto, não se pode afastar a possibilidade de que a baixa disponibilidade de alguns itens tenha sido compensada pela oferta de outros medicamentos com a mesma indicação. Em contrapartida, também não se descarta a possibilidade de haver padronização de medicamentos diferentes dos traçadores, que acabam não atendendo, em quantidade e qualidade, às demandas da população adscrita.

Indicadores socioeconômicos e de saúde

A média do Produto Interno Bruto (PIB) 2017 foi de R$1.444.722.000,00 (Mínimo = R$ 14.725.000; Máximo = R$ 699.288.352.000) e o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) foi de R$21.770,00 (Mínimo = R$ 4.350; Máximo = R$ 292.400) para os municípios participantes (Anexo III). De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a média do PIB *per capita* entre 2011 e 2013 foi de R$ 15.861,38, sendo o mínimo R$ 3.047,03 e o máximo R$ 704.340,00.

Gramani (2017), em seu estudo "A desigualdade socioeconômica afeta mais municípios menos favorecidos?", apresenta a renda média *per capita** em função de percentuais de municípios por região; a saber: Cluster 1 (Norte: 49,0% dos municípios tem renda *per capita* de R$ 414,4; Nordeste: 12,0% dos municípios tem renda *per capita* de R$ 331,5; Centro-oeste: 63,0% dos municípios tem renda *per capita* de R$ 591,5; Sudeste: 73,0% dos municípios tem renda *per capita* de R$ 586,8; Sul: 59,0% dos municípios tem renda *per capita* de R$ 703,9). Cluster 2 (Norte: 47,0% dos municípios têm renda *per capita* de R$ 302,4; Nordeste: 88,0% dos municípios têm renda *per capita* de R$ 271,1; Centro-oeste: 11,0% dos municípios têm renda *per capita* de R$ 555,5; Sudeste: 13,0% dos municípios têm renda *per capita* de R$ 543,4; Sul: 21,0% dos municípios têm renda *per capita* de R$ 652,6). Cluster 3 (Norte: 4,0% dos municípios têm renda *per capita* de R$ 396,3; Nordeste: 1,0% dos municípios têm renda *per capita* de R$ 418,3; Centro-oeste: 26,0% dos municípios têm renda *per capita* de R$ 669,3;

Sudeste: 14,0% dos municípios têm renda *per capita* de R$ 669,3; Sul: 20,0% dos municípios têm renda *per capita* de R$ 771,7). Por fim, ao analisar o panorama da Educação Básica no Brasil, que se caracteriza, por um lado, pelo elevado desenvolvimento econômico e, por outro, pela alta desigualdade socioeconômica, os resultados mostram discrepâncias significativas na influência de variáveis socioeconômicas quanto ao resultado educacional, dependendo da prosperidade de cada cluster. As discrepâncias socioeconômicas entre as regiões do Brasil são alarmantes e também influenciam o SUS.

*Embora a média nacional de rendimento domiciliar *per capita* fosse de R$ 668 em 2010, 25% da população recebiam até R$ 188 e metade dos brasileiros recebia até R$ 375, menos do que o salário-mínimo naquele ano (R$ 510) (IBGE, 2010).

A média da mortalidade infantil foi de 16,92 (Mínimo = 1,77; Máximo = 200,00) no ano de 2017 para os municípios participantes (Anexo IV).

Maia, Souza e Mendes (2020), no estudo "Determinantes individuais e contextuais associados à mortalidade infantil nas capitais brasileiras: uma abordagem multinível", registram que os principais determinantes da mortalidade infantil foram os fatores biológicos (baixo peso ao nascer, prematuridade, malformação congênita, asfixia grave/moderada e raça/cor), mediados pelos socioeconômicos maternos (escolaridade, estado civil e ocupação), e pela insuficiência de pré-natal. Outrossim, realizar baixo número de consultas pré-natais representou risco para a mortalidade infantil independentemente da qualidade do serviço, à exceção das capitais da Região Sul. Na interação entre renda e pré-natal, observou-se que realizar poucas consultas e nascer em cidades com alta renda representaram risco maior quando comparados aos nascimentos em capitais de baixa renda (OR = 0,68). A análise multinível evidenciou desigualdades regionais nos modelos de risco e reiterou a importância dos determinantes biológicos com mediação dos fatores socioeconômicos e assistenciais na mortalidade infantil.

Silva *et al.* (2019), no estudo "Desigualdades socioeconômicas: uma análise sobre os determinantes da taxa de mortalidade infantil nos municípios brasileiros" registram que as variáveis socioeconômicas apresentaram influência na determinação da mortalidade infantil, mostrando-se relevantes para a melhoria do *status* de saúde da população brasileira. Porém, a renda apresenta um efeito mais persistente sobre os óbitos infantis se comparada às variáveis educacionais e à fecundidade nos municípios brasileiros. Para a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), o índice global mostrou que há evidências de autocorrelação espacial positiva, indicando que os municípios que possuem alta (baixa) Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) estão circundados por municípios que possuem alta (baixa) TMI, revelando assim um efeito de contágio ou transbordamento da TMI.

A média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para o Brasil em 2017, para os municípios participantes, foi de 0,761. Oscilou entre 0,683 para Alagoas e 0,826 para São Paulo (Anexo V).

A média do Índice de Gini para o Brasil em 2017, para os municípios participantes, foi de 0,781. Oscilou entre 0,679 para Mato Grosso do Sul e 0,869 para São Paulo (Anexo V).

A Expectativa de Vida (número médio de anos de vida esperados), para os municípios participantes – para um recém-nascido mantido o padrão de mortalidade existente na população residente para o ano de 2016 –, teve uma média de 75,4 para o Brasil. Oscilou entre 70,6 para o Maranhão e 79,1 para Santa Catarina (Anexo V).

Campello *et al.* (2018), no estudo "Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás", analisaram avanços na redução das desigualdades no Brasil durante o período de 2003 a 2015, para além da perspectiva de renda. Os dados refletem que, embora transformações relevantes tenham ocorrido, o

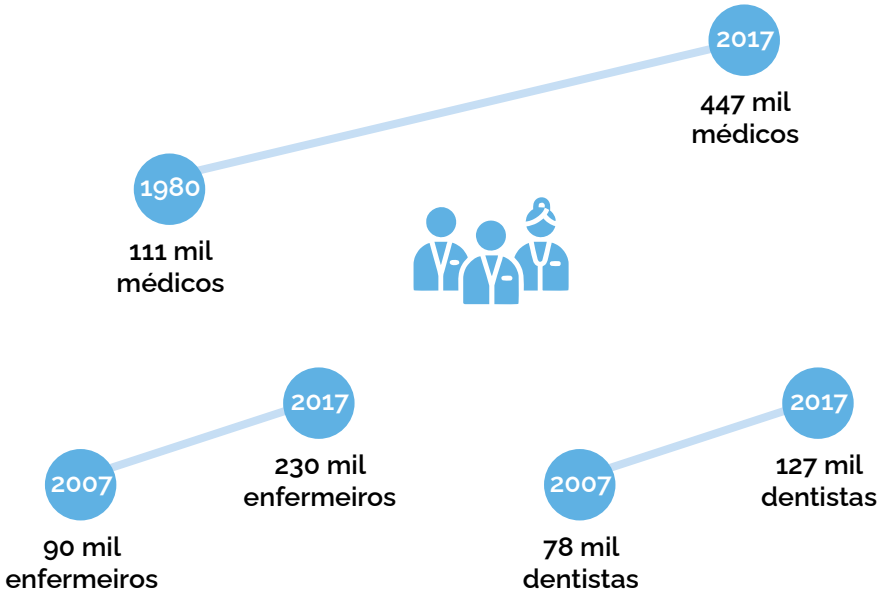
Brasil persiste como um dos países mais desiguais do mundo. Entretanto, ao analisar os dados de acesso a bens e serviços dos 5% e dos 20% mais pobres disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os achados se contrapõem ao lugar comum de que só se promoveu acesso à renda e ao consumo dos mais pobres no período estudado, inexistindo alterações significativas no quadro de acesso a direitos básicos, políticas públicas de educação, saúde e de infraestrutura.

Indicadores de serviços nos municípios

De acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), os municípios participantes deste estudo, registraram ano de 2018: um total de 856.818 Profissionais de Saúde (média de 230 por município; 3,37/1000 habitantes); um total de 5.441 Estabelecimentos de Saúde (média de 2 por município); um total de 1. 282 Farmácias (média de 1 farmácia por município); um total de 32.980 Equipes de Saúde da Família (média de 9 por município; 0,35/1000 habitantes) (Anexo VI).

Miranda, Mendes e Silva (2017), no estudo "O desafio da organização do Sistema Único de Saúde universal e resolutivo no pacto federativo brasileiro", registram que os sistemas de saúde universais são considerados os que melhor respondem às necessidades da população. Entretanto, o subfinanciamento desafia sua consolidação, com um percentual quase inalterado dos gastos federais como proporção do PIB, apesar do crescimento real dos gastos totais com o setor da saúde entre 2000 e 2012, reflexo do crescimento econômico. Trata-se de uma estabilidade que não responde às necessidades crescentes do sistema de saúde. No Brasil, o pacto federativo e a organização do SUS com base no município, na sua maioria com menos de 30 mil habitantes, dificulta a organização das redes de saúde e compromete a resolutividade do sistema, entendimento que reforça a necessidade de conformação de territórios de base populacional.

De acordo com Viacava *et al.* (2018), no estudo "SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos", o total de estabelecimentos de saúde aumentou de 21.532 para 129.544. São marcantes os incrementos das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Clínicas Médicas (CM), os primeiros ao longo de todo o período com estabilização nos anos mais recentes e os outros, especialmente a partir da década de 1990. O número de hospitais variou pouco, com um aumento de 5.660 (1981) para 6.794 (2017). Os prontos-socorros e as unidades de Serviço de Apoio a Diagnóstico Terapêutico (SADT) são pouco expressivos no início do período. Porém, os SADT crescem a parti dos anos 1990.



O número de médicos aumentou de cerca de 111 mil em 1980 para 447 mil em 2017. O CNES registra que o número de enfermeiros aumentou: de cerca de 90 mil em 2007 para 230 mil em 2017. O número de dentistas também: de 78 mil em 2007 para 127 mil em 10 anos. A razão de médicos por mil habitantes

também aumentou notadamente, como consequência de um crescimento do número de profissionais em ritmo superior ao da população. Em 1980, a razão era inferior a 1 médico por mil habitantes (0,94). Atingiu em 2017 a marca de 2,15 médicos por mil habitantes. O maior crescimento se deu entre 2005 e 2015, com um aumento de 1,6 para 2,15, ligeiramente superior à variação nos 25 anos anteriores (VIACAVA *et al*., 2018).

Os enfermeiros passaram a ser a categoria com mais profissionais na Atenção Primária a Saúde (APS) a partir de 2008, apresentando um contínuo crescimento. O total de médicos diminuiu entre 2005 e 2008, mesmo num contexto de crescimento dos médicos da Estratégia Saúde da Família (ESF). Entre 2009 e 2012, houve certa estabilização, e a partir de 2013 o número de médicos cresceu especialmente em função do aumento dos médicos da Estratégia Saúde da Família (ESF). Esse incremento esteve relacionado à implantação do Programa Mais Médicos pelo Governo Federal a partir de 2013. Quanto aos dentistas, mesmo com a diminuição do número de profissionais que atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS), houve um incremento desses profissionais na Atenção Primária a Saúde (APS) (VIACAVA *et al.*, 2018).

Houve, também, uma ampliação da participação de outros profissionais, atribuída à implantação de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Defende-se a importância dessa diversificação para ampliação da qualidade e diversidade do cuidado, com vistas à almejada integralidade. Aponta-se que o acréscimo do número de profissionais de saúde reflete a expansão da atenção e traz distinções em relação a outros setores econômicos. Nesses, a incorporação de tecnologias implica a redução dos postos de trabalho. No setor saúde, mesmo com a ampliação do uso de diversas tecnologias nas últimas décadas, houve um importante incremento dos profissionais. Um dos desafios nesse cenário é a multiplicidade de formas de contratação, muitas delas precárias, já que não houve uma uniformização da política de recursos humanos, o que resulta em dificuldades para a contratação e a manutenção de profissionais em muitas localidades. Assim, é fundamental destacar as marcantes desigualdades regionais no que se refere à disponibilidade de profissionais, que faz parte do amplo conjunto de persistentes desigualdades sociais, econômicas e espaciais (VIACAVA *et al.*, 2018).

Álvares *et al.* (2017), no estudo "Acesso aos medicamentos pelos usuários da Atenção Primária no Sistema Único de Saúde", registram que a acessibilidade geográfica às unidades dispensadoras na Atenção Primária a Saúde (APS) apresenta resultados divergentes, de acordo com a perspectiva dos usuários. Embora a maioria dos usuários tenha declarado ser fácil ou muito fácil chegar à Unidade Básica de Saúde (UBS), quase um quarto dos usuários relatou que a UBS era longe de sua residência. Vale ressaltar que a organização por população adscrita – ou seja, da população da área de abrangência de uma unidade de saúde, adotada na Atenção Primária à Saúde (APS) – deveria minimizar os problemas de "acessibilidade geográfica".

Araújo *et al.* (2017), no estudo "Organização dos serviços farmacêuticos no Sistema Único de Saúde em regiões de saúde", demonstram a existência de pelo menos um serviço gerencial de apoio à rede de saúde além do armazenamento de medicamentos em todas as regiões (> 90%). E de forma irregular entre as Regiões, há a oferta de pelo menos um serviço assistencial nos pontos de atenção pelos profissionais farmacêuticos, ocorrendo em maior proporção na Região Sudeste (74,3%) e menor no Nordeste (43,3%). Os resultados reforçam a necessidade da efetiva estruturação da assistência farmacêutica nas Redes de Atenção à Saúde (RAS), superando uma visão restritiva das suas atividades, que valoriza quase que exclusivamente seu componente logístico de apoio à rede em detrimento da clínica. É igualmente importante ampliar e aprimorar o acesso da população aos medicamentos e qualificar o cuidado em saúde ofertado aos usuários do sistema.

Em adição, para as dimensões do acesso: acessibilidade geográfica, adequação, aceitabilidade, capacidade aquisitiva – na perspectiva dos usuários –, apresentam-se compatíveis com países desenvolvidos com indicadores, situando-se entre 70% e 90% de conformidade. No entanto, o acesso aos medicamentos ainda é fortemente comprometido pela baixa disponibilidade de Medicamentos Essenciais em unidades públicas de saúde, confirmando que esse ainda não ocorre de forma universal, equânime e resolutiva à população e continua sendo um desafio para o SUS (ÁLVARES *et al.*, 2017).

De acordo com Lopes (2016), no estudo "Análise da equidade da Política Nacional de Medicamentos no período de 1998 a 2013", houve uma substancial expansão da cobertura da oferta gratuita de medicamentos no Brasil, que foi de 27,2%, em 1998, para 46%, em 2008. Ademais, identificou-se que a cobertura da oferta gratuita de medicamentos receitados e de uso contínuo foi maior entre os grupos populacionais considerados vulneráveis, como não brancos, não alfabetizados, residentes na zona rural, sem planos de saúde e com menor renda familiar *per capita*, sobressaindo-se um percentual ainda maior de cobertura entre pessoas com piores condições de saúde.

Despesas totais em saúde, despesas com medicamentos e percentuais das despesas com medicamentos nas despesas totais em saúde em 2018 e 2019

De acordo com os registros do Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), tem-se para os municípios participantes: Despesa total em saúde em 2018 (Média = R$ 33.318.514,78; Mínimo = R$ 0,00; Máximo = 10.530.910.619,00); Despesa total em saúde em 2019 (Média = R$ 36.036.709,19; Mínimo = R$ 1.237.803,17; Máximo = 11.479.823.584,00); Despesa com medicamentos em 2018 (Média = R$ 915.243,97; Mínimo = R$ 0,00; Máximo = 213.938.198,12); Despesa com medicamentos em 2019 (Média = R$ 1.008.333,23; Mínimo = 0,00; Máximo = 229.615.847,58); % das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018 (Média = R$ 3,82; Mínimo = 0,00; Máximo = 46,89); % das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019 (Média = R$ 3,90; Mínimo = 0,00; Máximo = 36,95) (Anexo VII).

Araújo, Gonçalves e Machado (2017), no estudo "Os municípios brasileiros e os gastos próprios com saúde: algumas associações", revelam alguns padrões de uso dos recursos; ou seja, considerando doze tipos de gastos provenientes do orçamento municipal, no ano de 2010, o gasto *per capita* mediano foi de R$ 228,89. As despesas com **pagamento de pessoal e encargos sociais** apresentaram uma mediana de R$ 173,71, o que representou 75,9% do gasto total com saúde e indica uma forte prevalência desses nos gastos dos municípios com recursos próprios. **Serviços médicos, hospitalares, odontológicos e laboratoriais,** ou seja, despesas com o pagamento de serviços sob a gestão do Município, contratados ou conveniados com o SUS, representaram um segundo tipo de despesa que mereceu destaque. Porém, apresentaram uma mediana de apenas R$ 16,38, muito abaixo do valor central previamente analisado (ARAÚJO; GONÇALVES; MACHADO, 2017).

O gasto mediano *per capita* com **pessoal e encargos sociais** dos municípios até 20.000 habitantes é relativamente muito elevado. Coloca-se próximo ao gasto daqueles que têm acima de 400.001 habitantes, respectivamente de R$ 186,09 e R$ 185,53. Cabe ressaltar que o primeiro possui maior variação dentre os municípios do porte populacional. Com exceção dos municípios com até 20.000 habitantes, a tendência foi de aumento da mediana conforme se avançava no tamanho da população. Os municípios com até 20.000 habitantes também apresentaram um gasto *per capita* mediano maior em todos os demais componentes analisados, exceto com **serviços médicos, hospitalares, laboratoriais e odontológicos**. Os municípios com até 20.000 habitantes apresentaram gas-

tos superiores apenas aos municípios com 20.001 a 50.000 habitantes. Aqueles com população maior do que 400.001 habitantes tiveram mediana de R$ 87,25, quase o dobro da mediana dos municípios com o segundo maior gasto com pagamento de serviços (ARAÚJO; GONÇALVES; MACHADO, 2017).

A distribuição muito aproximada também é observada nas despesas com **equipamento e material permanente**, com mediana *per capita* e variação mais elevada nos municípios de menor porte. Quando se analisa o gasto total com recursos próprios em saúde, segundo o porte populacional do município, observa-se que ele decresce conforme a população diminui. Mais uma vez, a exceção são os municípios até 20.000 habitantes, que representam 70,80% dos municípios brasileiros. Aqueles com população entre 200.001 e 400.000 habitantes e acima de 400.001 habitantes representam apenas 1,44% e 0,95% dos municípios, respectivamente, mas concentram a maior parte da população e a rede de serviço mais especializada em saúde. O gasto mediano do primeiro é R$ 264,69, enquanto o do segundo ficou em R$ 291,88 (ARAÚJO; GONÇALVES; MACHADO, 2017).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), em sua publicação "Pesquisa de orçamentos familiares (POF) 2017-2018: primeiros resultados", a participação das despesas com assistência à saúde apresentou resultado mais elevado que o nacional (8,0%) na Região Sudeste (8,5%). Num patamar abaixo, encontrava-se a Região Sul com 7,3%. A Região Norte registrou a menor participação (5,4%). As participações desse grupo nas situações urbana e rural do país, bem como nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, foram iguais a média nacional.

As participações do grupo **assistência à saúde** mostraram crescimento entre as pesquisas. No campo do Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), o Brasil registrou POF (1974-1975): 4,2%; POF (2002-2003): 6,5%; POF (2008-2009): 7,2%; POF (2017-2018): 8,0%. Esta tendência também pode ser observada quando são analisadas as situações urbana e rural (IBGE, 2019).

As participações das despesas com assistência à saúde foram similares, 5,9% e 5,6%. No entanto, a composição desses gastos difere bastante. Para a classe até R$ 1.908,00, os medicamentos pesam 4,2%; ou seja, correspondem a 71,2% do dispêndio com saúde. A participação do gasto com medicamentos para a classe oposta é de 1,4%. Por outro lado, a participação correspondente ao plano/seguro de saúde foi de 2,9% na classe com rendimentos acima de R$ 2.3850,00, tendo alcançado 0,4% na classe oposta (IBGE, 2019).

Figueredo et al. (2018), no estudo "Gastos público e privado com saúde no Brasil e países selecionados" analisou os indicadores dos gastos público e privado no Brasil e países selecionados no período de 2000 a 2014. O Brasil foi o país com menor participação do gasto público em saúde, diferentemente do que ocorreu em países com sistemas de saúde similares, universais e públicos. Os dados demonstraram que o gasto com a saúde privada é relevante no orçamento familiar. Tais achados apontam para uma redução do papel do Estado como provedor e financiador das ações e serviços públicos de saúde. Como resultado das medidas de austeridade, percebeu-se queda nos gastos com saúde, por exemplo, na porcentagem do Produto Interno Bruto dedicado à saúde, estabilizada ou diminuída ligeiramente em países da Europa. No Brasil, com a implantação do 'novo regime fiscal', espera-se que os gastos públicos com saúde apresentem maior redução, dada a severidade da política de austeridade.

Quanto aos **medicamentos** a despesa mediana decresce até os municípios com 200.000 habitantes, elevando-se gradativamente nos demais portes populacionais. Sobre os gastos com **medicamentos de distribuição gratuita**, não se observa essa mesma distribuição. Destacam-se os gastos dos pequenos municípios (R$ 9,42) e certa aproximação nos gastos dos demais, com que-

da acentuada no gasto *per capita* naqueles com mais de 400.001 habitantes (ARAÚJO; GONÇALVES; MACHADO, 2017).

O estudo "Vigitel Brasil: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica do uso e fontes de obtenção dos medicamentos para tratamento da hipertensão e diabetes nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, 2011 a 2013" (BRASIL, 2015), informa que é relevante destacar o papel do Sistema Único de Saúde como principal provedor da Assistência Farmacêutica no País. Foi possível verificar que aproximadamente 60% dos medicamentos para controle da hipertensão arterial e mais de 70% dos medicamentos para diabetes foram obtidos de forma gratuita pela população adulta (≥18 anos), ou seja, por intermédio da Unidade de Saúde ou pelo Programa Farmácia Popular. Nas farmácias ou drogarias privadas, por sua vez, a obtenção de medicamentos se deu, na maior parte, por indivíduos com maior escolaridade e que possuíam plano de saúde. Tais resultados são semelhantes aos dados recentemente divulgados pelo Inquérito Populacional da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do uso Racional de Medicamentos no Brasil. Uma parcela expressiva dos custos ligados ao tratamento de doenças crônicas se deve ao uso de medicamentos.

Dados das Contas Satélites (IBGE; Coordenação de Contas Nacionais, 2018) mostram enorme disparidade nos dados de consumo final de medicamentos pelas famílias no período 2010-2015 (IBGE 2018; 2019). Em relação ao PIB, o peso dos medicamentos distribuídos pelo governo (suprimidas as despesas categorizadas como consumo intermediário, envolvidas na produção de serviços, com medicamentos utilizados em estabelecimentos de saúde, como por exemplo, vacinas, soros, uso hospitalar, além da parte do Programa Aqui Tem Farmácia Popular) foram, em média, 0,2% nos seis anos (BERMUDEZ; COSTA; NORONHA, 2020).

Ainda, de acordo com Bermudez, Costa e Noronha (2020), o peso do que é financiado diretamente pelas famílias foi 1,5%. Demonstrados de outra forma, as despesas de consumo final com medicamentos das famílias, segundo as contas nacionais, vis-à-vis ao governo têm um peso muito maior para a primeira, na ordem de 90% contra os 10% restantes. Esse desequilíbrio ainda indica a existência de problemas de acesso aos medicamentos no Brasil, em que pesem os avanços observados antes da instalação da crise econômica e política.

De acordo com Vieira (2018), o gasto do SUS com medicamentos passou de R$ 14,3 bilhões em 2010 para quase R$ 20 bilhões em 2015 (crescimento de 40%), caindo para R$ 18,6 bilhões em 2016 (-7% nos últimos dois anos), em termos reais, como provável consequência da crise econômica sobre a capacidade de gasto dos entes subnacionais e do maior protagonismo do Ministério da Saúde na aquisição de medicamentos e no financiamento da oferta de produtos farmacêuticos por meio do programa Farmácia Popular do Brasil.

Entre 2010 e 2016, essas despesas do SUS registraram crescimento de 30%. O importante aumento do gasto com medicamentos nos últimos sete anos ocorreu devido a esforço especial do Ministério da Saúde. Ele passou a executar diretamente a maior parcela do seu orçamento para a aquisição desses produtos. Os componentes especializados e estratégicos - assim como o programa Farmácia Popular do Brasil - são os dominantes em termos de volume de recursos, cujo aumento pode estar sendo dirigido principalmente pela incorporação de novos medicamentos e pela judicialização da saúde, no caso dos componentes (VIEIRA, 2018).

A participação do gasto federal com medicamentos no gasto com ações e serviços públicos de saúde subiu de 11% em 2010 para 16% em 2016. A tendência de aumento e os fatores que atuam para a elevação das despesas sinalizam a possibilidade concreta de o gasto com medicamentos passar a comprometer

parcelas mais significativas do orçamento do Ministério da Saúde, o que poderá reduzir a disponibilidade de recursos para a oferta de outros bens e serviços de saúde à população, dada a vigência do teto de gasto no governo federal, instituído por meio da Emenda Constitucional no 95/2016 (VIEIRA, 2018).

De acordo com Vieira (2019), no Brasil, as despesas de consumo final de medicamentos alcançaram a cifra de R$ 103,4 bilhões em 2015, sendo R$ 92,5 bilhões (89,5%) das famílias e R$ 10,9 bilhões (10,5%) do governo. Embora esses números sejam insuficientes para chegar a conclusões sobre o acesso, eles revelam a expressiva participação das famílias brasileiras no gasto com medicamentos no país, que tem se mantido ao redor de 90% do total de despesas com o consumo final de medicamentos.

Sabe-se que o crescimento das despesas foi interrompido nos últimos anos e o gasto do SUS passou a ter variação negativa, reduzindo 17% em 2017 em relação a 2015, o que fez com que o gasto com medicamentos do sistema voltasse ao patamar de 2014. Por esfera de governo, a queda foi mais proeminente para os estados (-64%) e municípios (-43%). Foi mitigada pela União, que apresentou redução de apenas 2% no período, compensando, em parte, a queda do gasto das outras esferas. Para o governo federal, os achados demonstram um crescimento contínuo dos valores alocados de 2010 a 2016, de R$ 10,5 bilhões para R$ 16,1 bilhões (53%), e a queda de 9,9% entre 2016 e 2017, de R$ 16,1 bilhões para R$ 14,5 bilhões (VIEIRA, 2019).

Silva e Oliveira (2019), no estudo "A judicialização da saúde, o acesso a medicamentos e a responsabilidade dos entes federativos", apontam quatro aspectos que contribuem para a vulnerabilidade das ações de assistência farmacêutica do SUS: 1) subfinanciamento, 2) a pressão pela incorporação de tecnologias novas e seus preços altos, 3) os riscos de desabastecimentos de tecnologias antigas e essenciais e 4) "judicialização da saúde", que promove impacto significante ao orçamento público. Isso acontece não só por gerar altos gastos para o ente municipal – que possuem receitas orçamentárias limitadas quando comparadas aos demais entes da Federação – mas pelo fato de que os valores gastos com a judicialização não são previstos para o exercício financeiro.

Como visto pelos dados de gasto, o esforço do SUS, no financiamento dos medicamentos, foi grande nos últimos anos, particularmente do governo federal. Algumas questões que precisam ser respondidas são: a) o quanto esse aumento das despesas resultou em ampliação da cobertura populacional em termos de acesso gratuito a medicamentos? e b) a redução do gasto observada entre 2015 e 2017 comprometeu o acesso da população a esses produtos?

Os gastos com medicamentos representam uma boa relação custo-benefício nos sistemas de saúde. Além do valor terapêutico de novos produtos, muitos medicamentos relativamente baratos retardam ou previnem complicações de diversas doenças e reduzem o uso de serviços de saúde mais caros. Estima-se que a não adesão ao tratamento custe 125 bilhões de euros nos países europeus e 105 bilhões de dólares nos Estados Unidos (OECD, 2018).

Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos: Reflexões

A Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM) foi um estudo transversal de base populacional com amostra probabilística em três estágios da população residente nos domicílios localizados na zona urbana do Brasil. O trabalho de campo foi desenvolvido entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014. O instrumento de coleta de dados incluiu questões relativas a: informações do domicílio, dos moradores e dos entrevistados; doenças crônicas e medicamentos utilizados; uso de serviços

de saúde; doenças e eventos agudos tratados com medicamentos; uso de contraceptivos; uso de serviços de farmácia; comportamentos que podem afetar o uso de medicamentos; bulas e embalagens; estilo de vida e planos de saúde (BERMUDEZ; BARROS, 2016).

Foram realizadas 41.433 entrevistas em 20.404 domicílios e 576 conglomerados que correspondem a 586 setores censitários distribuídos nas cinco regiões do Brasil, segundo oito domínios definidos por grupos de idade e sexo. As variáveis independentes utilizadas foram sexo, idade, classificação econômica e região do País. Foram calculados prevalências e intervalos de confiança de 95% (IC95%) e aplicado teste *Qui-quadrado de Pearson* para avaliação das diferenças entre os grupos, considerando o nível de significância de 5% (BERMUDEZ; BARROS, 2016; BERTOLDI *et al*., 2016).

Sobre o perfil sociodemográfico dos usuários de medicamentos no Brasil foi observado uma prevalência global de uso de medicamentos de 50,7% (IC 95% 49,3–52,2), sendo 39,3% (IC 95% 37,5–41,1) no sexo masculino e 61,0% (IC 95% 59,3–62,6) no sexo feminino. Percebeu-se aumento nas prevalências de uso com a idade (exceto de zero a quatro anos). As menores prevalências de uso ocorreram no grupo mais pobre e na região Norte do País. A prevalência de uso de medicamentos para doenças crônicas foi de 24,3% (IC 95% 23,3–25,4) e para doenças agudas foi de 33,7% (IC 95% 32,1–35,4) (BERTOLDI *et al*., 2016).

Quanto ao acesso e uso de medicamentos para hipertensão arterial no Brasil foi encontrada uma prevalência de hipertensão arterial de 23,7% (IC 95% 22,8–24,6). Das pessoas com a condição, 93,8% (IC 95% 92,8–94,8) tinham indicação de tratamento com medicamentos e, destes, 94,6% (IC 95% 93,5–95,5) estavam usando os medicamentos no momento da entrevista. O acesso total aos medicamentos foi de 97,9% (IC 95% 97,3–98,4); o acesso parcial, de 1,9% (IC 95% 1,4–2,4); e o acesso nulo, de 0,2% (IC 95% 0,1–0,4). Dos medicamentos utilizados para tratar a hipertensão, 56,0% (IC 95% 52,6–59,2) foram obtidos no SUS, 16,0% (IC 95% 14,3–17,9), no Programa Farmácia Popular, 25,7% (IC 95% 23,4–28,2) pago do próprio bolso e 2,3% (IC 95% 1,8–2,9) em outros locais. Os cinco fármacos mais utilizados foram, em ordem descrente, hidroclorotiazida, losartana, captopril, enalapril e atenolol. Do total de tratados, 36,1% (IC 95% 34,1–37,1) estavam usando dois fármacos e 13,5% (IC 95% 12,3–14,9) utilizavam três ou mais fármacos (MENGUE *et al*., 2016).

Sobre o acesso gratuito ao tratamento medicamentoso para doenças crônicas, cerca de metade dos adultos e idosos que tiveram acesso total ao tratamento de doenças crônicas no Brasil, obtiveram todos os medicamentos que necessitavam gratuitamente (47,5%; IC 95% 45,1–50,0). As prevalências de acesso gratuito foram maiores entre os homens (51,4%; IC 95% 48,1–54,8), na faixa etária de 40-59 anos (51,1%; IC 95% 48,1–54,2) e nas classes sociais mais pobres (53,9%; IC 95% 50,2–57,7). Grande parte dos medicamentos que atuam no sistema cardiovascular, como os diuréticos (78,0%; IC 95% 75,2–80,5), betabloqueadores (62,7%; IC 95% 59,4–65,8) e os agentes que atuam no sistema renina-angiotensina (73,4%; IC 95% 70,8–75,8) foram obtidos de forma gratuita. Os medicamentos que atuam no sistema respiratório como os agentes contra doenças obstrutivas das vias aéreas (60,0%; IC 95% 52,7–66,9) foram na sua maioria pagos do próprio bolso (TAVARES *et al*., 2016).

A prevalência de pelo menos um medicamento de uso crônico entre idosos foi de 93,0%. Do total de idosos, 18,0% utilizavam pelo menos cinco medicamentos (polifarmácia). A polifarmácia foi maior entre os mais idosos (20,0%); na região Sul (25,0%), nos que avaliaram a própria saúde como ruim (35,0%), nos obesos (26,0%), nos que referiram ter plano de saúde (23,0%) ou internação no último ano (31,0%) e entre os que referiram qualquer uma das doenças investigadas, particularmente diabetes (36,0%) e doenças cardíacas (43,0%). No modelo final de risco para polifarmácia permaneceram idade, região, per-

cepção de saúde, posse de plano de saúde, internação no último ano e todas as doenças investigadas exceto acidente vascular cerebral (RAMOS *et al*., 2016).

A prevalência da automedicação no Brasil foi de 16,1% (IC 95% 15,0–17,5). Foi maior na região Nordeste (23,8%; IC 95% 21,6–26,2). Após análise ajustada, automedicação mostrou-se associada a ser do sexo feminino, pertencer às faixas etárias 10-19 anos, 20-29 anos, 40-59 anos e 60 anos ou mais, residir na região Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, e ter uma ou duas ou mais doenças crônicas. Os analgésicos e os relaxantes musculares foram os grupos terapêuticos mais utilizados por automedicação, sendo a dipirona o fármaco mais consumido. No geral, a maioria dos medicamentos usados por automedicação foram classificados como isentos de prescrição (65,5%) (ARRAIS *et al.*, 2016).

A prevalência de uso de genéricos foi de 45,5% (IC 95% 43,7–47,3). Não houve diferença por escolaridade, as prevalências foram maiores no sexo feminino (47,0%; IC95% 44,9–49,0) em relação ao masculino (43,1%; IC95% 40,5–45,8) e foram crescentes com o aumento da idade. Maiores usos de genéricos foram encontrados na classe econômica C (47,0%; IC95% 44,9–49,1) e nas regiões Sul (50,6%; IC95% 46,6-54,6) e Sudeste (49,9%; IC95% 46,8–53,0). Observou-se ainda que os genéricos representaram 37,3% dos medicamentos disponibilizados pelo SUS (BERTOLDI *et al.*, 2016).

A partir da consolidação e análise dos dados da PNAUM, com investimentos na ordem de R$ 9,4 milhões pelo Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (SCTIE), o Ministério da Saúde intenciona avançar e aprimorar a implementação, o monitoramento e a avaliação contínua da Política Nacional de Medicamentos e da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, a partir de uma abordagem integradora com a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (GADELHA *et al*., 2016).

A Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (PNAUM) constitui um marco significativo na composição do leque de pesquisas de âmbito nacional que vêm sendo desenvolvidas no Brasil, além de ser um registro histórico, que possibilitará acompanhar o efeito de mudanças decorrentes de políticas de austeridade econômica que se colocam no horizonte (BERMUDEZ; BARROS, 2016).

As mudanças decorrentes de políticas de austeridade econômica reforçam o compromisso técnico e político com os conceitos de eficácia do fármaco, efetividade do medicamento e eficiência do tratamento; ou seja, o da sustentabilidade da AF no Brasil. Faz reflexionar sobre a necessidade de fortalecer o debate sobre as múltiplas variáveis inerentes ao processo saúde-doença, que perpassam o capital social dos brasileiros e o capital humano dos atores que fazem o SUS.

Avançar e aprimorar a implementação, o monitoramento e a avaliação contínua da Política Nacional de Medicamentos e da Política Nacional de Assistência Farmacêutica decorre do fortalecimento do processo de governança, planejamento estratégico e gestão por resultados; em especial da gestão do conhecimento dentro das Instituições de Ensino Superior (formadores dos trabalhadores da saúde), que desconhecem a estrutura, a organização, o processo de trabalho, o monitoramento e a avaliação do SUS.

Medicamentos Essenciais: Divergências e Convergências

O trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) abordou recomendações relacionadas aos desafios quanto a incorporação de medicamentos no SUS, pela CONITEC. Destacaremos as principais (VIEIRA, 2019):

> Incorporação de medicamentos frente à disponibilidade de recursos no SUS: É primordial considerar os potenciais efeitos indesejados em um cenário restritivo, dado pelo congelamento de gastos, que pode afetar a oferta e a cobertura das ações e dos serviços de saúde e a qualidade assistencial no SUS. Outrossim, os gastos com medicamentos no mundo têm crescido, principalmente em algumas áreas terapêuticas, como oncologia e de certas doenças raras, e muitas vezes esses novos medicamentos atendem a pequenos grupos populacionais e exigem preços altos. Embora possam atender bem às necessidades reprimidas, geralmente têm preços que podem não ser justificados pelos benefícios que conferem à saúde. Isso traz a discussão sobre a necessidade de fortalecimento da avaliação tecnológica em saúde, além do compromisso em estudos sobre o acesso a medicamentos no SUS.

> Integralidade e universalidade da Assistência Farmacêutica no SUS: Apesar da publicação desde 2011 de marcos normativos que afetam a Lei 8.080 de 1990, que trazem pressupostos a respeito do acesso universal e igualitário à AF no SUS, ainda persistem diversos problemas, dentre eles a judicialização e também a fragmentação do cuidado. É indispensável respeitar esses dois princípios éticos do SUS, a despeito dos problemas de compreensão de que pode ser tudo para todos, em cenário onde o "céu é o limite". Deve ser debatida e refletida a importância do direito à saúde, fato indelével e fruto de muitas lutas na arena social brasileira. No entanto, a discussão que envolve sua dimensão coletiva e que impõe o estabelecimento de prioridades e escolhas pautadas em evidências e na transparência precisa chegar de forma sincera e equilibrada à sociedade.

> Integração das decisões de incorporação de medicamentos aos demais elementos da política de medicamentos e de saúde: Os debates e decisões sobre políticas precisam ser pautados por informações oficiais sobre atividades da indústria, dos "reais custos" de P&D, dos preços dos medicamentos e de produtos futuros. Dada a complexidade do sistema farmacêutico e do processo de incorporação de tecnologias é preciso promover compatibilidade entre a incorporação e a política de saúde. A Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e, em especial, a Política Nacional Medicamentos (PNM) apontam em seus eixos e suas diretrizes para a importância da RENAME como instrumento racionalizador das ações no âmbito da AF e da adoção do conceito dos Medicamentos Essenciais como balizadores da provisão de medicamentos.

> Participação social no processo decisório: é preciso fundamentar as complexas discussões ligadas aos processos de incorporação tecnológica de medicamentos com a sociedade e que envolva os atributos e nexos da integralidade, bem como a perspectiva da realidade e a escassez de recursos financeiros. Essa mobilização fortalece o controle social, que vai além da já notável e fundamental participação via conselhos e conferências de saúde. O público em geral, desde pacientes, gestores, Judiciário, dentre outros, precisa de uma melhor compreensão dos custos envolvidos no desenvolvimento de novos medicamentos, como são expressos, a magnitude dos retornos aos investidores e às empresas que ganham com essas atividades, além da formação de preços desses produtos que incidirá nos gastos. E mais: conhecer de forma simplificada os critérios que pavimentam a Avaliação Tecnológica em Saúde (ATS). Não obstante, no processo da tomada de decisão de incorporação tecnológica no SUS foi estabelecida a possibilidade de realização de consultas e audiências públicas como estratégia de participação de segmentos sociais, numa perspectiva de ampliação da participação da sociedade.

Em tempo, Vieira (2019) no faz reflexionar sobre a garantia de produtos de última geração para poucos cidadãos e deixar muitos deles sem acesso a Medica-

mentos Essenciais, o que claramente impele a sociedade a ponderar sobre tais fatos. Ou seja, traz importantes desafios éticos para lidar com esse debate. O equilíbrio entre a garantia de novos medicamentos direcionados a grupos populacionais, às custas da universalidade pode trazer consequências negativas importantes. Isso requer um debate franco e ético, que envolva toda a sociedade e que traduza para a mesma o que implica o cumprimento de seus direitos, como também, as responsabilidades do Estado.

Cabe salientar que o Estado não necessariamente deve arcar com e fornecer todos os medicamentos. Porém, os governos precisam garantir que os mecanismos de financiamento, públicos, privados ou ambos, sejam conduzidos de modo a garantir o acesso universal aos Medicamentos Essenciais (VELÁSQUEZ; MADRID; QUICK, 1998).

Nesta direção, revisitar os fundamentos da essencialidade é estratégico para o SUS no momento presente. Além da associação de estratégias ligadas a critérios transparentes sobre P&D, patentes e tantos outros fundamentos que estruturam a AF, o acesso qualificado e o uso apropriado de medicamentos, estão fora da governabilidade dos entes públicos, mas precisam ser retomados constantemente (BERMUDEZ et al., 2018).

É inegável o caráter estratégico que os medicamentos possuem para viabilizar o acesso oportuno à saúde. Ele faz parte dos componentes das políticas públicas de saúde e é um elemento fundamental, principalmente nos países em que o acesso da população a esses produtos seja um direito de cidadania garantido pelo Estado. Isso possibilita a compreensão de que desenvolver uma Política de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica é questão central para a sustentação de sistemas de saúde universais, como o SUS.

Fernandes (2020), em seu estudo "A dignidade da pessoa humana: acesso a medicamentos e sua adequação", registra que apesar de estarmos no terceiro milênio, ainda não se tem proporcionado a todos os cidadãos, principalmente àqueles mais necessitados, o pleno direito de acesso aos Medicamentos Essenciais, fato que lhes afeta a dignidade da pessoa humana.

Por fim, no Brasil, elementos marcantes advindos da crise econômica, da austeridade, somados a questões atreladas ao congelamento de gastos no setor público por 20 anos impõem uma pesada responsabilidade para todos os setores, no sentido de se avaliar elementos de sustentabilidade do sistema de saúde, que historicamente já tem sido subfinanciado.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, J.; GUERRA-JUNIOR A.A.; ARAÚJO, V.E.; ALMEIDA, A.M.; DIAS, C.Z.; OLIVEIRA, B.A.; et al. Acesso aos medicamentos pelos usuários da atenção primária no Sistema Único de Saúde. Rev Saúde Pública. 2017;51 Supl. 2:20s. ISSN: 1518-8787. https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2017051007139

ARAUJO, C.E.L.; GONCALVES, G.Q.; MACHADO, J.A. Os municípios brasileiros e os gastos próprios com saúde: algumas associações. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 953-963, Mar. 2017. https://doi.org/10.1590/1413-81232017223.15542016.

ARAUJO, S.Q.; et al. Organização dos serviços farmacêuticos no Sistema Único de Saúde em regiões de saúde. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1181-1191, Apr. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017224.27042016.

ARRAIS, P.S.D.; FERNANDES, M.E.P.; DAL PIZZOL, T.S.; RAMOS, L.R.; MENGUE, S.S.; LUIZA, V.L.; et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. Rev Saúde Publica. 2016;50(supl. 2):13s. DOI:10.1590/S1518-8787.2016050006117

BERMUDEZ, J.A.Z.; et al. Assistência Farmacêutica nos 30 anos do SUS na perspectiva da integralidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 6, p. 1937–1949, 2018. https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.09022018.

BERMUDEZ, J.A.Z.; BARROS, M.B.A. Perfil do acesso e da utilização de medicamentos da população brasileira – contribuições e desafios da PNAUM – Inquérito Domiciliar. Rev Saúde Publica. 2016;50(supl. 2):2s. DOI:10.1590/S1518-8787.201605000SUPL2AP

BERMUDEZ, J.A..Z.; COSTA, Jorge Carlos Santos da; NORONHA, José Carvalho de (org.). Desafios do acesso a medicamentos no Brasil [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Edições Livres, 2020. 190 p. ISBN: 978-65-87663-00-5

BERTOLDI, A.D.; ARRAIS; P.S.D.; TAVARES, N.U.L.; RAMOS, L.R.; LUIZA, V.L.; MENGUE, S.S.; et al. Utilização de medicamentos genéricos na população brasileira: uma avaliação da PNAUM 2014. Rev Saúde Publica. 2016;50(supl. 2):11s. DOI:10.1590/S1518-8787.2016050006120

BERTOLDI, A.D.; et al. Perfil sociodemográfico dos usuários de medicamentos no Brasil: resultados da PNAUM 2014. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 50, supl. 2, 5s, 2016. https://doi.org/10.1590/s1518-8787.2016050006119.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Vigitel Brasil: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica do uso e fontes de obtenção dos medicamentos para tratamento da hipertensão e diabetes nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, 2011 a 2013. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 64 p.: il. ISBN 978-85-334-2291-9

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: Rename 2022. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022, 181 p. ISBN 978-65-5993-140-8

CAMPELLO, T.; et al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe3, pág. 54-66, novembro de 2018. https://doi.org/10.1590/0103-11042018s305

DIEHL, E.E.; SANTOS, R.I.; SCHAEFER, S.C. (Org.). Logística de medicamentos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 152 p.: il., graf., tabs. ISBN 978-85-328-0767-0

FERNANDES, D.A. A dignidade da pessoa humana: acesso a medicamentos e sua adequação. Revista de Direito. Viçosa. v.12 n.01, pag. 1-29. 2020 DOI: doi.org/10.32361/2020120110371 ISSN 2527-0389.

FIGUEIREDO, J.O.; et al. Gastos público e privado com saúde no Brasil e países selecionados. Saúde debate, Rio de Janeiro, v.42, n.spe2, p.37-47, Out. 2018. https://doi.org/10.1590/0103-11042018s203.

GADELHA, C.A.G.; COSTA. K.S.; NASCIMENTO-JÚNIOR, J.M.; SOEIRO, O.M.; MENGUE, S.S.; MOTTA, M.L.; et al. PNAUM: abordagem integradora da Assistência Farmacêutica, Ciência, Tecnologia e Inovação. Rev Saúde Publica. 2016;50(supl. 2):3s. DOI:10.1590/S1518-8787.2016050006153

GOMES, C.A.P.; FONSECA, A.L.; ROSA, M.B., MACHADO, M.C.; FASSY, M.F.; SILVA, R.M.C.; et al. A assistência farmacêutica na atenção à saúde. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Ezequiel Neves; 2010.

GRAMANI, M.C. A desigualdade socioeconômica afeta mais municípios menos favorecidos?. Cafajeste Pesqui. São Paulo, v. 47, n. 164, pág. 470-494, junho de 2017. http://dx.doi.org/10.1590/198053144220.

GUIMARÃES, C.D.B. Medicamentos essenciais nos serviços de saúde na atenção básica: avaliação pelo programa de melhoria do acesso e da qualidade. Goiânia. 2015. Dissertação (Mestrado). ROSSO, C. F. W (Orientadora). Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal de Goiás. Goiás.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contas Nacionais Número 63 - 2016. Rio de Janeiro, IBGE: 2018. 24p. ISSN 1415-9813

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 69 p. ISBN 978-85-240-4505-9

KARNIKOWSKI, M.G.O.; GALATO, D.; MEINERS, M.M.M.A.; SILVA, E.V.; GERLACK, L.F.; BÓS, A.J.G.; et al. Caracterização da seleção de medicamentos para a atenção primária no Brasil. Rev Saúde Publica 2017;51 Supl. 2:9s. DOI: https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2017051007065

LOPES, F.A.D. Análise da equidade da política nacional de medicamentos no período de 1998 a 2013. Belo Horizonte, 2016. Dissertação (Mestrado). FAHEL, Murilo (Orientador). Programa de Mestrado em Administração Pública. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Fundação João Pinheiro. 175 p.: il.:

MAIA, L.T.S.; SOUZA, W.V.; MENDES, A.C.G. Determinantes individuais e contextuais associados à mortalidade infantil nas capitais brasileiras: uma abordagem multinível. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, e00057519, 2020. https://doi.org/10.1590/0102-311x00057519

MENDES, L.V.; CAMPOS, M.R.; CHAVES, G.C.; SILVA, R.M.; FREITAS, P.S.; COSTA, K.S.; LUIZA, V.L. Disponibilidade de medicamentos nas unidades básicas de saúde e fatores relacionados: uma abordagem transversal. Saúde Debate. Outubro, 2014; 38: 109-123.

MENGUE, S.S.; BERTOLDI, A.D.; RAMOS, L.R.; FARIAS, M.R.; OLIVEIRA, M.A.; TAVARES, N.U.L.; et al. Acesso e uso de medicamentos para hipertensão arterial no Brasil. Rev. Saúde Pública. 2016;50(supl. 2):8s. DOI:10.1590/S1518-8787.2016050006154

MIRANDA, G.M.D.; MENDES, A.C.G.; SILVA, A.L.A. O desafio da organização do Sistema Único de Saúde universal e resolutivo no pacto federativo brasileiro. Saúde soc., São Paulo, v. 26, n. 2, p. 329-335, Jun. 2017. https://doi.org/10.1590/s0104-12902017168321.

NASCIMENTO, R.C.R.M.; et al. Disponibilidade de medicamentos essenciais na atenção primária do Sistema Único de Saúde. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 51, supl. 2, 10s, 2017. https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2017051007062

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). Servicios farmacéuticos basados en la atención primaria de salud: documento de posición de la OPS/OMS. Washington, DC: OPS; 2013.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OPAS/OMS). Brasil. Planejamento, Programação e Aquisição: prever para prover. Brasília: OPAS/OMS; 2016 (a), Vol. 1, nº 10.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD/EU/2018). Health at a Glance: Europe 2018: State of Health in the EU Cycle, OECD Publishing, Paris. https://doi.org/10.1787/health_glance_eur-2018-en

RAMOS, L.R.; TAVARES, N.U.L.; BERTOLDI, A.D.; FARIAS, M.R.; OLIVEIRA, M.A.; LUIZA, V.L.; et al. Polifarmácia e polimorbidade em idosos no Brasil: um desafio em saúde pública. Rev Saúde Publica. 2016;50(supl. 2):9s. DOI:10.1590/S1518-8787.2016050006145

ROCHA, W.H. Fatores que podem influenciar a disponibilidade dos medicamentos essenciais na Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Medicamentos e Assistência Farmacêutica. 2019. 82 f.: il.

SILVA, J.H.L.; OLIVEIRA, M.G.R. A judicialização da saúde, o acesso a medicamentos e a responsabilidade dos entes federativos. Revista Raízes no Direito. Faculdade Evangélica Raízes, Anápolis, v. 8, n. 2, p. 98-111, ago./dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.29287/2318-2288.2019v8i2.p98-111

SILVA, V.A.; DE MOURA, F.R.; ESPERIDIÃO, F.; BAPTISTA, C.H.M.S. Desigualdades socioeconômicas: uma análise sobre os determinantes da taxa de mortalidade infantil nos municípios brasileiros. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 13, n. 1, p. 73-97, 12 jun. 2019. e-ISSN: 2447-7990

SOLER, O; ROSA, M.B.; FONSECA, A.L.; FASSY, M.F.; MACHADO, M.C.; SILVA, R.M.C., et al. Assistência farmacêutica clínica na atenção primária à saúde por meio do programa saúde da família. Rev. Bras Farm. 2010; 91(1): 37-45.

TAVARES, N.U.L.; LUIZA, V.L.; OLIVEIRA, M.A.; COSTA, K.S.; MENGUE, S.S.; ARRAIS, P.S.D.; et al. Acesso gratuito a medicamentos para tratamento de doenças crônicas no Brasil. Ver Saúde Publica. 2016;50(supl. 2):7s. DOI:10.1590/S1518-8787.2016050006118

VELÁSQUEZ, G.; MADRID, Y.; QUICK, J. D. Reforma sanitaria y finaciación de los medicamentos. Ginebra: OMS, Serie "Economía de la Salud y Medicamentos", No. 6. 1998. WHO/DAP/98.3

VIACAVA, F.; et al. SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1751-1762, Jun. 2018. https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.06022018.

VIEIRA, F.S. Evolução do gasto com medicamentos do sistema único de saúde no período de 2010 a 2016, Texto para Discussão, No. 2356, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018. Brasília. http://hdl.handle.net/10419/177572

VIEIRA, F.S. Desafios do estado quanto à incorporação de medicamentos no Sistema Único de Saúde. Texto para discussão (2500). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, Brasília, agosto de 2019. ISSN 1415-4765.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO model list of essential medicines, list 20 (March 2017, amended in August 2017). World Health Organization. Https://apps.who.int/iris/handle/10665/273826

CONCLUSÃO E ANEXOS

CONCLUSÃO 413

ANEXOS

Anexo I: Frequência absoluta e relativa dos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, acompanhado do total, média, mediana, mínima e máxima da população residente no ano de 2018, por UF e região de saúde 414

Anexo II: Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos incluídos na RENAME, não incluídos na RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por UF e região de saúde 433

Anexo III: Média, valor mínimo e máximo de PIB e PIB *per capita* em 2017 dos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por UF e região de saúde 453

Anexo IV: Média, valor mínimo e máximo da mortalidade infantil em 2017 nos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por UF e região de saúde 472

Anexo V: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2017, Índice de Gini em 2017 por Unidade Federativa e Expectativa de vida - Número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, por Unidade Federativa 490

Anexo VI: Número de profissionais de nível superior em saúde (total, média e por mil habitantes), estabelecimentos de saúde (total e média), farmácias (total e média) e Equipes de Saúde da Família (total, média e por mil habitantes)* registrados no CNES pelos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por UF e região de saúde 496

Anexo VII: Média, valor mínimo e máximo das despesas totais em saúde, despesas com medicamentos e percentuais das despesas com medicamentos nas despesas totais em saúde em 2018 e 2019 registradas no SIOPS pelos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por UF e região de saúde 516

Após a institucionalização do SUS – como sistema público de saúde – a AF vem se consolidando como estratégica para a qualidade da saúde pública e coletiva no Brasil. A Política Nacional de Medicamentos (PNM), assim como a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) forneceram as bases para ações estratégicas da AF na busca pela ampliação do acesso a medicamentos. Também proporcionaram uma articulação e integração dessas ações dentro do sistema de saúde de forma humanizada, com qualidade e controle social, perpassadas pela orientação do financiamento, planejamento, estruturação e organização.

Dos 5.570 municípios brasileiros, 3.725 (67%) municípios participaram do estudo. Isso significa que 164.376.977 habitantes responderam ao Levantamento Nacional sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Observou-se, nesses municípios, uma média de 171 Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município, uma média de 24 Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município e um total de 184 medicamentos declarados como constantes na REMUME do município.

Infere-se que a estruturação do campo da AF no SUS vem permitindo, ao longo dos anos, pavimentar o processo instalado de promoção de cidadania, coerente com os princípios constitucionais do direito à saúde. Os avanços na promoção do acesso a medicamentos e tecnologias em saúde obtidos com a instituição do SUS se tornaram exemplo para outros países, mesmo com as limitações inerentes a um país em via de desenvolvimento, populoso, com dimensões continentais, mas com um sistema de saúde que tem a universalidade, integralidade e equidade como princípios.

O nosso desafio é assegurar que esse sistema universal, solidário e gratuito que é o SUS, seja abrangente, sustentável e capaz de assegurar o acesso às tecnologias – em especial, os medicamentos –, essenciais para confrontar nossa carga de doenças, ao mesmo tempo olhando prospectivamente para o futuro da Saúde Pública e Coletiva no Brasil, em conformidade com o que está previsto no terceiro item dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030.

ANEXO I

Frequência absoluta e relativa dos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, acompanhado do total, média, mediana, mínima e máxima da população residente no ano de 2018, por UF e região de saúde (em ordem alfabética)

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
AC	ALTO ACRE	4	100	70.318	17.580	18.585	7.300	25.848
AC	BAIXO ACRE E PURUS	8	73	491.133	61.392	12.566	6.362	401.155
AC	JURUÁ E TARAUACÁ/ ENVIRA	4	57	160.007	40.002	30.307	11.720	87.673
AL	1ª REGIÃO DE SAÚDE	11	92	1.254.211	114.019	15.792	5.826	1.012.382
AL	2ª REGIÃO DE SAÚDE	7	78	141.753	20.250	24.649	7.036	34.415
AL	3ª REGIÃO DE SAÚDE	7	64	105.720	15.103	12.615	4.175	28.137
AL	4ª REGIÃO DE SAÚDE	7	78	125.104	17.872	17.124	2.911	47.000
AL	5ª REGIÃO DE SAÚDE	6	86	176.682	29.447	25.950	6.680	56.579
AL	6ª REGIÃO DE SAÚDE	5	63	154.236	30.847	17.805	4.729	63.516
AL	7ª REGIÃO DE SAÚDE	14	82	439.946	31.425	18.195	5.117	230.417
AL	8ª REGIÃO DE SAÚDE	7	88	152.489	21.784	13.337	5.337	73.096
AL	9ª REGIÃO DE SAÚDE	13	93	226.617	17.432	13.818	4.985	47.486
AL	10ª REGIÃO DE SAÚDE	4	57	74.293	18.573	19.270	10.527	25.226
AM	ALTO SOLIMÕES	3	33	145.023	48.341	42.020	38.515	64.488
AM	BAIXO AMAZONAS	3	60	152.848	50.949	20.899	18.781	113.168
AM	MANAUS, ENTORNO E ALTO RIO NEGRO	7	58	2.364.088	337.727	36.721	27.364	2.145.444
AM	MÉDIO AMAZONAS	2	33	25.493	12.747	12.747	9.110	16.383
AM	REGIONAL JURUÁ	3	50	79.332	26.444	28.076	16.416	34.840
AM	REGIONAL PURUS	1	20	33.976	33.976	33.976	33.976	33.976
AM	RIO MADEIRA	2	40	80.144	40.072	40.072	25.237	54.907

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
AM	TRIÂNGULO	3	50	76.806	25.602	13.387	3.265	60.154
AP	ÁREA CENTRAL	6	86	549.891	91.649	11.761	5.387	493.634
AP	ÁREA NORTE	4	80	57.504	14.376	12.942	4.993	26.627
AP	ÁREA SUDOESTE	4	100	205.867	51.467	35.326	15.605	119.610
BA	ALAGOINHAS	12	67	275.456	22.955	18.659	6.445	54.424
BA	BARREIRAS	15	100	455.542	30.369	13.872	3.555	153.831
BA	BRUMADO	18	86	334.389	18.577	14.043	4.086	67.048
BA	CAMAÇARI	6	100	617.003	102.834	62.850	25.630	293.723
BA	CRUZ DAS ALMAS	7	78	190.605	27.229	20.679	14.717	62.871
BA	FEIRA DE SANTANA	21	75	1.015.247	48.345	14.625	4.487	609.913
BA	GUANAMBI	18	86	389.907	21.662	15.932	9.427	84.014
BA	IBOTIRAMA	8	89	173.748	21.719	16.559	8.542	53.231
BA	ILHÉUS	5	63	93.015	18.603	19.484	11.079	27.891
BA	IRECÊ	15	79	338.536	22.569	17.150	11.114	72.386
BA	ITABERABA	11	79	200.399	18.218	13.153	3.808	64.325
BA	ITABUNA	10	45	359.245	35.925	17.925	5.902	212.740
BA	ITAPETINGA	9	75	185.512	20.612	16.451	5.604	75.470
BA	JACOBINA	17	89	368.383	21.670	17.389	8.990	80.394
BA	JEQUIÉ	22	85	450.005	20.455	10.781	3.757	155.800
BA	JUAZEIRO	6	60	354.913	59.152	29.486	16.752	215.183
BA	PAULO AFONSO	6	67	191.472	31.912	16.347	7.862	117.014
BA	PORTO SEGURO	5	63	322.876	64.575	30.413	10.306	146.625
BA	RIBEIRA DO POMBAL	10	67	247.510	24.751	21.793	13.076	52.956
BA	SALVADOR	8	80	3.297.606	412.201	51.838	11.978	2.857.329
BA	SANTA MARIA DA VITÓRIA	11	85	274.084	24.917	18.746	5.668	68.609
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	17	77	364.340	21.432	14.516	4.050	100.605

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
BA	SEABRA	10	91	171.904	17.190	15.280	8.767	43.941
BA	SENHOR DO BONFIM	7	78	251.879	35.983	20.204	14.690	78.588
BA	SERRINHA	14	74	460.053	32.861	26.489	8.430	80.411
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	10	77	430.414	43.041	25.406	8.581	158.445
BA	VALENÇA	12	100	310.574	25.881	19.401	6.631	95.858
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	19	100	641.560	33.766	16.608	3.577	338.885
CE	1ª REGIÃO FORTALEZA	2	50	2.722.810	1.361.405	1.361.405	79.563	2.643.247
CE	10ª REGIÃO LIMOEIRO DO NORTE	8	73	205.673	25.709	19.552	11.359	59.278
CE	11ª REGIÃO SOBRAL	15	63	327.751	21.850	20.352	7.553	43.695
CE	12ª REGIÃO ACARAÚ	6	86	207.440	34.573	29.860	19.587	62.557
CE	13ª REGIÃO TIANGUÁ	8	100	317.423	39.678	37.122	17.747	75.140
CE	14ª REGIÃO TAUÁ	3	75	83.656	27.885	17.303	7.836	58.517
CE	15ª REGIÃO CRATÉUS	9	82	248.355	27.595	25.731	10.901	74.982
CE	16ª REGIÃO CAMOCIM	4	80	144.269	36.067	34.859	11.143	63.408
CE	17ª REGIÃO ICÓ	2	29	27.743	13.872	13.872	6.272	21.471
CE	19ª REGIÃO BREJO SANTO	3	33	97.913	32.638	28.466	22.593	46.854
CE	2ª REGIÃO CAUCAIA	5	50	494.109	98.822	34.097	14.814	363.982
CE	20ª REGIÃO CRATO	3	23	190.958	63.653	40.704	18.882	131.372
CE	21ª REGIÃO JUAZEIRO DO NORTE	6	100	426.591	71.099	31.473	4.469	271.926
CE	22ª REGIÃO CASCAVEL	2	29	97.056	48.528	48.528	25.557	71.499
CE	3ª REGIÃO MARACANAÚ	4	50	192.492	48.123	24.998	15.399	127.098
CE	4ª REGIÃO BATURITÉ	2	25	46.921	23.461	23.461	11.346	35.575
CE	5ª REGIÃO CANINDÉ	1	17	20.786	20.786	20.786	20.786	20.786
CE	6ª REGIÃO ITAPIPOCA	5	71	226.471	45.294	21.725	13.669	128.135

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
CE	7ª REGIÃO ARACATI	2	50	90.441	45.221	45.221	16.357	74.084
CE	9ª REGIÃO RUSSAS	3	60	157.055	52.352	62.069	18.102	76.884
DF	DISTRITO FEDERAL	1	100	2.974.703	2.974.703	2.974.703	2.974.703	2.974.703
ES	CENTRAL	17	94	623.393	36.670	15.194	7.798	170.364
ES	METROPOLITANA	19	95	2.207.049	116.160	25.732	10.619	507.598
ES	NORTE	13	93	382.224	29.402	23.014	5.552	128.542
ES	SUL	19	73	522.587	27.505	14.566	4.338	207.324
GO	CENTRAL	20	77	1.833.532	91.677	6.304	2.388	1.495.705
GO	CENTRO SUL	12	48	171.402	14.284	11.617	3.759	29.448
GO	ENTORNO NORTE	5	63	156.779	31.356	7.939	5.676	119.506
GO	ENTORNO SUL	6	86	778.040	129.673	119.180	57.759	207.070
GO	ESTRADA DE FERRO	6	33	106.139	17.690	3.725	1.137	89.087
GO	NORDESTE I	4	80	37.703	9.426	7.262	3.416	19.764
GO	NORDESTE II	10	91	100.612	10.061	7.723	2.977	36.375
GO	NORTE	5	38	104.318	20.864	22.067	3.431	45.151
GO	OESTE I	16	100	114.096	7.131	3.323	1.557	31.563
GO	OESTE II	13	100	115.117	8.855	3.589	1.361	33.470
GO	PIRINEUS	7	70	114.061	16.294	19.614	3.753	27.288
GO	RIO VERMELHO	11	65	148.073	13.461	6.678	2.041	42.163
GO	SAO PATRÍCIO I	13	65	130.995	10.077	8.931	1.852	22.533
GO	SAO PATRÍCIO II	5	63	91.206	18.241	5.269	2.612	69.072
GO	SERRA DA MESA	6	67	66.404	11.067	4.998	2.923	40.217
GO	SUDOESTE I	14	78	395.177	28.227	12.706	1.555	229.651
GO	SUDOESTE II	9	90	225.183	25.020	8.573	3.116	99.674
GO	SUL	11	92	244.127	22.193	8.102	1.872	103.652
MA	AÇAILÂNDIA	8	100	294.988	36.874	20.275	11.652	111.757

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
MA	BACABAL	7	64	184.460	26.351	16.148	7.810	104.633
MA	BALSAS	8	62	173.236	21.655	11.633	4.651	93.826
MA	BARRA DO CORDA	3	50	101.205	33.735	16.432	15.897	68.876
MA	CAXIAS	3	43	242.027	80.676	49.246	28.557	164.224
MA	CHAPADINHA	6	46	159.538	26.590	18.150	13.223	58.311
MA	CODÓ	3	50	210.666	70.222	65.044	23.025	122.597
MA	IMPERATRIZ	5	31	344.430	68.886	18.068	9.209	258.016
MA	ITAPECURÚ MIRIM	9	64	260.367	28.930	21.872	11.124	67.673
MA	PEDREIRAS	8	62	125.896	15.737	11.560	6.011	39.267
MA	PINHEIRO	7	41	202.023	28.860	21.260	10.206	82.990
MA	PRESIDENTE DUTRA	8	50	156.916	19.615	15.653	7.642	41.621
MA	ROSÁRIO	7	58	180.592	25.799	15.654	9.382	61.828
MA	SANTA INÊS	11	85	363.170	33.015	31.894	5.826	88.590
MA	SAO JOÃO DOS PATOS	6	40	87.950	14.658	15.067	5.627	23.827
MA	SAO LUÍS	3	60	1.301.325	433.775	176.321	30.337	1.094.667
MA	TIMON	2	50	202.778	101.389	101.389	34.805	167.973
MA	VIANA	5	45	93.924	18.785	19.307	5.617	38.203
MA	ZÉ DOCA	9	53	189.198	21.022	21.399	3.506	51.471
MG	AGUAS FORMOSAS	7	88	54.976	7.854	6.646	2.626	19.166
MG	ALÉM PARAÍBA	4	80	52.015	13.004	7.167	2.361	35.321
MG	ALFENAS / MACHADO	9	56	171.979	19.109	14.955	7.670	41.844
MG	ALMENARA/JACINTO	9	64	97.698	10.855	10.226	4.825	25.305
MG	ARACUAÍ	5	83	79.337	15.867	11.995	7.645	36.705
MG	ARAXÁ	5	63	152.673	30.535	15.356	3.573	105.083
MG	BARBACENA	8	53	180.294	22.537	5.932	2.438	136.392
MG	BELO HORIZONTE/ NOVA LIMA/ CAETÉ	7	54	2.677.720	382.531	19.858	4.904	2.501.576

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
MG	BETIM	7	54	133.250	19.036	7.386	4.955	42.246
MG	BOCAIÚVA	2	33	55.960	27.980	27.980	6.018	49.942
MG	BOM DESPACHO	4	57	80.545	20.136	13.436	3.508	50.166
MG	BRASÍLIA DE MINAS/SÃO FRANCISCO	11	73	202.739	18.431	12.139	5.975	56.163
MG	CAMPO BELO	3	43	69.460	23.153	12.660	2.934	53.866
MG	CARANGOLA	5	45	61.439	12.288	7.954	2.475	32.988
MG	CARATINGA	5	38	133.190	26.638	6.491	5.362	91.503
MG	CÁSSIA	5	100	50.286	10.057	7.098	4.810	17.739
MG	CONGONHAS	3	50	76.642	25.547	15.214	7.232	54.196
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	3	25	150.943	50.314	17.618	5.786	127.539
MG	CONTAGEM	2	67	838.085	419.043	419.043	179.015	659.070
MG	CORAÇÃO DE JESUS	4	80	21.006	5.252	4.643	4.124	7.597
MG	CORONEL FABRICIANO/ TIMÓTEO	3	38	117.423	39.141	4.894	3.124	109.405
MG	CURVELO	6	55	137.450	22.908	8.922	3.109	79.625
MG	DIAMANTINA	10	83	90.284	9.028	5.222	3.004	34.527
MG	DIVINÓPOLIS	7	88	325.893	46.556	12.218	6.684	235.977
MG	FORMIGA	2	25	71.311	35.656	35.656	3.771	67.540
MG	FRANCISCO SA	4	67	32.307	8.077	6.155	4.844	15.153
MG	FRUTAL / ITURAMA	9	82	169.325	18.814	11.968	3.103	58.962
MG	GOVERNADOR VALADARES	9	38	329.075	36.564	5.420	3.219	278.685
MG	GUANHÃES	7	78	83.702	11.957	10.537	2.617	34.057
MG	GUAXUPÉ	5	63	110.153	22.031	19.025	4.709	51.750
MG	IPATINGA	6	43	322.338	53.723	8.564	4.835	261.344
MG	ITABIRA	10	77	199.352	19.935	7.990	1.520	119.186

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
MG	ITAJUBÁ	8	53	170.991	21.374	12.691	2.558	96.389
MG	ITAMBACURI	4	67	17.094	4.274	3.788	3.627	5.891
MG	ITAOBIM	5	83	73.884	14.777	14.956	4.889	21.096
MG	ITAÚNA	4	100	123.297	30.824	12.158	6.421	92.561
MG	ITUIUTABA	8	89	184.145	23.018	14.067	2.677	104.067
MG	JANAÚBA/MONTE AZUL	6	40	83.133	13.856	7.018	5.008	37.950
MG	JANUÁRIA	3	60	40.683	13.561	11.453	11.088	18.142
MG	JOÃO MONLEVADE	5	100	138.981	27.796	17.393	10.248	79.387
MG	JUIZ DE FORA	7	58	594.971	84.996	3.433	2.702	564.310
MG	LAGOA DA PRATA/STO. ANT. DO MONTE	4	80	87.938	21.985	16.184	3.969	51.601
MG	LAVRAS	6	60	64.658	10.776	5.046	2.757	26.709
MG	LEOPOLDINA / CATAGUASES	10	100	182.689	18.269	6.704	2.751	74.691
MG	LIMA DUARTE	9	69	59.238	6.582	5.109	1.808	16.671
MG	MANGÁ	3	60	25.606	8.535	5.733	4.861	15.012
MG	MANHUAÇU	13	57	207.601	15.969	8.333	2.775	89.256
MG	MANTENA	4	50	20.605	5.151	5.391	3.377	6.446
MG	MONTES CLAROS	2	33	21.147	10.574	10.574	7.590	13.557
MG	MURIAÉ	6	55	147.594	24.599	8.187	3.629	108.113
MG	NANUQUE	3	100	68.531	22.844	19.007	8.685	40.839
MG	OLIVEIRA/SANTO ANTONIO DO AMPARO	5	83	86.049	17.210	11.439	6.535	41.529
MG	OURO PRETO	1	33	60.142	60.142	60.142	60.142	60.142
MG	PADRE PARAÍSO	3	75	39.099	13.033	12.681	6.366	20.052
MG	PARA DE MINAS	7	88	155.018	22.145	5.480	3.144	99.770
MG	PASSOS	7	78	185.335	26.476	16.014	4.190	113.998

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
MG	PATOS DE MINAS	7	64	214.636	30.662	7.627	4.134	150.833
MG	PATROCÍNIO / MONTE CARMELO	9	100	194.398	21.600	6.972	1.389	90.041
MG	PEÇANHA/SAO JOÃO EVANGELISTA	4	57	33.369	8.342	5.663	4.498	17.545
MG	PEDRA AZUL	4	80	53.880	13.470	11.430	6.702	24.319
MG	PIRAPORA	2	29	67.161	33.581	33.581	27.988	39.173
MG	PIUMHI	6	86	68.025	11.338	7.829	1.521	34.456
MG	POÇOS DE CALDAS	4	67	224.758	56.190	27.582	3.483	166.111
MG	PONTE NOVA	15	71	163.561	10.904	5.454	2.661	59.605
MG	POUSO ALEGRE	17	53	383.392	22.552	11.525	4.673	148.862
MG	RESPLENDOR	5	63	36.260	7.252	5.522	3.328	17.398
MG	SALINAS	3	50	50.799	16.933	5.273	4.177	41.349
MG	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	2	50	15.067	7.534	7.534	4.938	10.129
MG	SANTOS DUMONT	1	33	46.555	46.555	46.555	46.555	46.555
MG	SÃO GOTARDO	1	14	30.324	30.324	30.324	30.324	30.324
MG	SÃO JOÃO DEL REI	13	72	210.264	16.174	10.081	2.982	89.653
MG	SAO JOÃO NEPOMUCENO / BICAS	5	56	60.205	12.041	12.725	2.959	26.272
MG	SÃO LOURENÇO	16	67	216.495	13.531	14.180	1.848	45.488
MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	6	100	125.578	20.930	9.436	7.042	70.450
MG	SERRO	4	80	32.769	8.192	4.085	3.606	20.993
MG	SETE LAGOAS	14	58	130.216	9.301	7.774	2.341	31.583
MG	TAIOBEIRAS	4	40	73.218	18.305	15.852	7.656	33.858
MG	TEÓFILO OTONI / MALACACHETA	8	73	254.019	31.752	17.259	5.446	140.235
MG	TRÊS CORAÇÕES	4	67	115.350	28.838	14.691	7.056	78.913

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
MG	TRÊS PONTAS	3	60	78.040	26.013	12.303	9.191	56.546
MG	TURMALINA/MINAS NOVAS/CAPELINHA	7	88	120.310	17.187	15.368	4.915	37.856
MG	UBÁ	11	55	222.599	20.236	7.991	2.258	114.265
MG	UBERABA	6	75	402.663	67.111	17.009	3.951	330.361
MG	UBERLÂNDIA / ARAGUARI	7	78	194.913	27.845	15.280	3.057	116.691
MG	UNAÍ	1	8	92.430	92.430	92.430	92.430	92.430
MG	VARGINHA	5	100	199.814	39.963	25.332	3.534	134.477
MG	VESPASIANO	5	71	192.280	38.456	37.473	4.274	63.789
MG	VIÇOSA	5	56	98.392	19.678	4.579	3.100	78.286
MS	CAMPO GRANDE	30	88	1.450.235	48.341	20.089	3.044	885.711
MS	CORUMBÁ	2	100	133.774	66.887	66.887	22.968	110.806
MS	DOURADOS	27	82	765.202	28.341	12.868	3.583	220.965
MS	TRÊS LAGOAS	7	70	210.187	30.027	15.257	7.625	119.465
MT	ALTO TAPAJÓS	4	67	86.795	21.699	13.051	9.078	51.615
MT	ARAGUAIA XINGU	4	57	76.545	19.136	18.959	8.281	30.347
MT	BAIXADA CUIABANA	6	55	351.045	58.508	14.832	2.676	282.009
MT	CENTRO NORTE	5	71	71.773	14.355	15.338	6.056	21.904
MT	GARÇAS ARAGUAIA	5	50	90.296	18.059	5.487	3.119	60.661
MT	MÉDIO ARAGUAIA	4	50	42.670	10.668	8.797	3.765	21.311
MT	MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE	6	60	194.260	32.377	22.544	3.136	101.764
MT	NOROESTE MATO-GROSSENSE	4	57	90.841	22.710	20.621	8.695	40.905
MT	NORTE ARAGUAIA KARAJÁ	4	80	22.947	5.737	4.617	2.099	11.615
MT	NORTE MATO-GROSSENSE	3	50	18.300	6.100	3.901	3.699	10.700

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
MT	OESTE MATO-GROSSENSE	8	67	159.943	19.993	5.176	2.725	93.882
MT	SUDOESTE MATO-GROSSENSE	6	60	101.278	16.880	12.495	3.973	45.093
MT	SUL MATO-GROSSENSE	13	68	215.309	16.562	13.163	956	61.038
MT	TELES PIRES	8	57	375.037	46.880	28.639	3.330	139.935
MT	VALE DO PEIXOTO	2	40	44.469	22.235	22.235	9.862	34.607
MT	VALE DOS ARINOS	2	50	14.994	7.497	7.497	5.429	9.565
PA	ARAGUAIA	15	100	557.913	37.194	27.241	3.310	124.763
PA	BAIXO AMAZONAS	12	86	700.922	58.410	32.218	14.197	302.667
PA	CARAJÁS	14	82	823.179	58.799	29.516	7.382	275.086
PA	LAGO DE TUCURUÍ	3	50	218.123	72.708	74.602	39.857	103.664
PA	MARAJÓ I	4	44	127.251	31.813	32.022	23.424	39.783
PA	MARAJÓ II	7	100	316.184	45.169	32.991	27.415	101.891
PA	METROPOLITANA I	4	80	737.280	184.320	95.505	20.704	525.566
PA	METROPOLITANA II	8	89	331.184	41.398	42.115	12.040	69.746
PA	METROPOLITANA III	19	86	833.680	43.878	29.917	6.059	198.294
PA	RIO CAETÉS	15	94	520.549	34.703	22.842	6.664	126.436
PA	TAPAJÓS	4	67	185.257	46.314	37.631	8.899	101.097
PA	TOCANTINS	8	89	649.806	81.226	71.672	28.583	156.292
PA	XINGÚ	8	89	334.707	41.838	35.836	14.987	113.195
PB	1ª REGIÃO MATA ATLÂNTICA	14	100	1.300.465	92.890	21.753	4.477	800.323
PB	10ª REGIÃO	9	100	117.083	13.009	6.585	2.749	69.161
PB	11ª REGIÃO	7	100	84.666	12.095	11.092	3.908	23.215
PB	12ª REGIÃO	14	100	175.405	12.529	11.328	4.500	28.389
PB	13ª REGIÃO	5	83	57.267	11.453	4.679	3.087	32.749
PB	14ª REGIÃO	11	100	151.394	13.763	8.460	5.242	44.657

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
PB	15ª REGIÃO	14	100	150.743	10.767	7.412	1.951	43.917
PB	16ª REGIÃO	13	87	124.767	9.597	7.371	2.532	18.429
PB	2ª REGIÃO	24	96	295.700	12.321	7.537	3.141	58.492
PB	3ª REGIÃO	10	83	174.818	17.482	17.014	4.516	33.003
PB	4ª REGIÃO	10	83	94.200	9.420	6.528	2.990	20.343
PB	5ª REGIÃO	15	88	106.854	7.124	4.140	1.786	33.007
PB	6ª REGIÃO	18	75	202.822	11.268	4.400	1.929	106.984
PB	7ª REGIÃO	15	83	125.079	8.339	6.186	3.089	24.653
PB	8ª REGIÃO	7	70	96.017	13.717	7.732	1.791	33.796
PB	9ª REGIÃO	12	80	97.040	8.087	4.533	2.547	20.053
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	5	42	97.013	19.403	19.491	4.554	37.111
PE	ARCOVERDE	5	38	180.854	36.171	25.417	22.566	73.844
PE	CARUARU	11	34	708.414	64.401	21.314	7.756	356.872
PE	GARANHUNS	8	38	280.035	35.004	19.255	7.139	138.983
PE	GOIANA	7	70	200.249	28.607	25.278	14.365	50.956
PE	LIMOEIRO	11	55	376.699	34.245	23.833	10.768	82.872
PE	OURICURI	4	36	94.637	23.659	22.729	11.270	37.909
PE	PALMARES	9	41	220.590	24.510	23.149	12.023	42.434
PE	PETROLINA	6	86	472.575	78.763	26.695	14.827	343.865
PE	RECIFE	12	60	3.316.853	276.404	97.166	21.579	1.637.834
PE	SALGUEIRO	5	71	122.170	24.434	19.133	9.983	60.604
PE	SERRA TALHADA	6	60	165.005	27.501	13.968	4.869	85.774
PI	CARNAUBAIS	11	73	128.560	11.687	6.388	2.979	46.770
PI	CHAPADA DAS MANGABEIRAS	17	74	164.147	9.656	8.264	4.316	26.575
PI	COCAIS	21	91	355.471	16.927	8.661	4.356	63.694
PI	ENTRE RIOS	16	52	1.067.004	66.688	9.551	1.250	861.442

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
PI	PLANÍICIE LITORÂNEA	10	91	259.650	25.965	8.357	5.395	152.653
PI	SERRA DA CAPIVARA	14	78	131.865	9.419	5.475	4.568	34.535
PI	TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	3	60	37.240	12.413	11.497	4.286	21.457
PI	VALE DO CANINDÉ	9	64	85.178	9.464	5.258	2.756	36.971
PI	VALE DO RIO GUARIBAS	36	86	343.228	9.534	6.411	2.642	78.002
PI	VALE DO SAMBITO	14	100	106.776	7.627	5.252	2.449	20.906
PI	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	22	79	186.253	8.466	4.507	2.700	59.840
PR	1 RS PARANAGUÁ	6	86	259.953	43.326	22.824	7.679	153.666
PR	10 RS CASCAVEL	18	72	477.500	26.528	9.386	3.454	324.476
PR	11 RS CAMPO MOURÃO	17	68	238.373	14.022	7.285	2.209	94.212
PR	12 RS UMUARAMA	21	100	275.719	13.129	6.101	1.732	110.590
PR	13 RS CIANORTE	11	100	158.969	14.452	8.599	2.158	81.393
PR	14 RS PARANAVAÍ	23	82	226.649	9.854	5.146	1.343	87.813
PR	15 RS MARINGÁ	29	97	824.271	28.423	5.559	1.624	417.010
PR	16 RS APUCARANA	12	71	217.813	18.151	8.173	2.848	121.198
PR	17 RS LONDRINA	14	67	887.039	63.360	14.021	1.816	563.943
PR	18 RS CORNÉLIO PROCÓPIO	15	71	182.647	12.176	7.507	3.385	47.847
PR	19 RS JACAREZINHO	21	95	276.635	13.173	7.420	2.781	45.728
PR	2 RS METROPOLITANA	26	90	3.557.170	136.814	28.536	5.983	1.917.185
PR	20 RS TOLEDO	13	72	299.775	23.060	5.975	3.682	138.572
PR	21 RS TELÊMACO BORBA	6	86	175.439	29.240	21.382	12.936	78.135
PR	22 RS IVAIPORÃ	14	88	111.713	7.980	4.464	2.151	32.035
PR	3 RS PONTA GROSSA	11	92	616.718	56.065	25.291	4.821	348.043
PR	4 RS IRATI	9	100	173.762	19.307	13.595	5.690	60.357
PR	5 RS GUARAPUAVA	17	85	429.584	25.270	13.283	3.292	180.334

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
PR	6 RS UNIÃO DA VITÓRIA	7	78	153.628	21.947	13.735	5.837	57.111
PR	7 RS PATO BRANCO	14	93	244.975	17.498	8.889	3.033	81.893
PR	8 RS FRANCISCO BELTRÃO	25	93	309.080	12.363	6.818	2.538	89.942
PR	9 RS FOZ DO IGUAÇÚ	7	78	117.411	16.773	10.961	4.426	45.812
RJ	BAÍA DA ILHA GRANDE	1	33	200.407	200.407	200.407	200.407	200.407
RJ	BAIXADA LITORÂNEA	6	67	502.910	83.818	38.268	27.762	222.528
RJ	CENTRO-SUL	9	82	278.554	30.950	25.493	12.471	81.453
RJ	MÉDIO PARAÍBA	11	92	877.599	79.782	28.999	9.222	271.998
RJ	METROPOLITANA I	5	42	8.126.547	1.625.309	243.657	103.960	6.688.927
RJ	METROPOLITANA II	7	100	2.101.414	300.202	157.789	21.773	1.077.687
RJ	NOROESTE	14	100	346.923	24.780	15.410	7.134	102.626
RJ	NORTE	7	88	912.305	130.329	38.626	16.039	503.424
RJ	SERRANA	11	69	886.045	80.550	21.806	5.574	305.687
RN	1ª REGIÃO DE SAÚDE SÃO JOSÉ DE MIPIBU	20	74	288.363	14.418	11.809	2.127	43.640
RN	2ª REGIÃO DE SAÚDE MOSSORÓ	11	79	450.176	40.925	12.997	4.071	294.076
RN	3ª REGIÃO DE SAÚDE JOÃO CÂMARA	21	81	313.957	14.950	10.789	2.617	73.099
RN	4ª REGIÃO DE SAÚDE CAICÓ	21	84	285.945	13.616	8.119	2.228	67.554
RN	5ª REGIÃO DE SAÚDE SANTA CRUZ	15	71	160.331	10.689	9.026	2.731	39.355
RN	6ª REGIÃO DE SAÚDE PAU DOS FERROS	30	81	182.465	6.082	4.252	1.712	30.183
RN	7ª REGIÃO DE SAÚDE METROPOLITANA	4	80	1.086.707	271.677	90.423	28.222	877.640
RN	8ª REGIÃO DE SAÚDE AÇÚ	10	83	131.241	13.124	7.857	3.039	57.644
RO	CAFÉ	6	100	171.275	28.546	20.905	2.939	84.813

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
RO	CENTRAL	11	79	293.648	26.695	11.665	4.384	127.907
RO	CONE SUL	3	43	116.083	38.694	16.444	2.191	97.448
RO	MADEIRA-MAMORÉ	4	80	621.054	155.264	37.770	25.983	519.531
RO	VALE DO GUAPORÉ	3	100	49.557	16.519	17.855	11.860	19.842
RO	VALE DO JAMARI	8	89	265.321	33.165	22.613	6.190	106.168
RO	ZONA DA MATA	8	100	136.153	17.019	10.989	3.119	54.702
RR	CENTRO NORTE	9	100	488.009	54.223	15.580	10.325	375.374
RR	SUL	6	100	88.559	14.760	10.775	7.860	29.533
RS	REGIÃO 01	2	10	296.341	148.171	148.171	15.836	280.505
RS	REGIÃO 02	2	18	5.872	2.936	2.936	2.354	3.518
RS	REGIÃO 03	1	9	74.173	74.173	74.173	74.173	74.173
RS	REGIÃO 04	2	17	54.729	27.365	27.365	2.725	52.004
RS	REGIÃO 05	1	9	45.557	45.557	45.557	45.557	45.557
RS	REGIÃO 06 - VALE DO PARANHANA E COSTA SERR	2	25	58.083	29.042	29.042	21.633	36.450
RS	REGIÃO 07	5	33	335.702	67.140	23.880	4.739	234.947
RS	REGIÃO 08	4	22	557.761	139.440	102.550	7.705	344.957
RS	REGIÃO 09	6	32	73.467	12.245	10.234	7.454	24.078
RS	REGIÃO 10	3	50	1.616.396	538.799	129.307	7.988	1.479.101
RS	REGIÃO 11	6	25	54.632	9.105	4.354	1.665	33.668
RS	REGIÃO 13	3	15	17.528	5.843	6.706	2.268	8.554
RS	REGIÃO 14	10	45	138.761	13.876	6.153	2.091	72.919
RS	REGIÃO 15	8	31	69.334	8.667	4.848	2.223	31.120
RS	REGIÃO 16	3	9	10.813	3.604	2.287	1.899	6.627
RS	REGIÃO 17	1	4	201.767	201.767	201.767	201.767	201.767
RS	REGIÃO 18	4	20	63.878	15.970	15.495	5.055	27.834

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
RS	REGIÃO 19	1	7	10.593	10.593	10.593	10.593	10.593
RS	REGIÃO 20	3	12	14.108	4.703	1.798	1.727	10.583
RS	REGIÃO 21	6	27	341.301	56.884	35.247	2.010	210.005
RS	REGIÃO 22	3	50	164.390	54.797	38.589	4.858	120.943
RS	REGIÃO 23	6	100	612.993	102.166	28.516	1.708	504.069
RS	REGIÃO 24	4	44	21.500	5.375	3.445	3.220	11.391
RS	REGIÃO 25	11	46	257.440	23.404	9.824	1.734	119.049
RS	REGIÃO 26	7	58	157.031	22.433	13.846	3.020	71.570
RS	REGIÃO 27	9	75	113.312	12.590	7.399	3.660	33.702
RS	REGIÃO 28	10	77	327.209	32.721	19.175	3.479	129.427
RS	REGIÃO 29	16	59	164.568	10.286	4.058	1.668	82.951
RS	REGIÃO 30	7	70	86.944	12.421	4.455	2.094	33.820
SC	ALTO URUGUAI CATARINENSE	10	77	62.703	6.270	4.376	1.590	17.506
SC	ALTO VALE DO ITAJAÍ	22	79	267.362	12.153	7.166	2.336	70.100
SC	ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	16	80	280.329	17.521	6.656	1.784	77.863
SC	CARBONÍFERA	12	100	433.675	36.140	17.093	3.891	213.023
SC	EXTREMO OESTE	28	93	227.218	8.115	5.016	1.586	40.090
SC	EXTREMO SUL CATARINENSE	15	100	200.339	13.356	8.338	2.066	67.578
SC	FOZ DO RIO ITAJAÍ	10	91	618.078	61.808	27.138	12.609	215.895
SC	GRANDE FLORIANÓPOLIS	19	86	1.140.655	60.034	12.080	2.862	492.977
SC	LAGUNA	17	94	355.665	20.921	11.423	2.137	104.937
SC	MÉDIO VALE DO ITAJAÍ	14	100	782.458	55.890	17.407	4.013	352.460
SC	MEIO OESTE	19	95	168.645	8.876	4.534	2.245	35.930
SC	NORDESTE	13	100	1.023.135	78.703	20.728	3.707	583.144
SC	OESTE	19	70	316.988	16.684	4.333	1.537	216.654

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
SC	PLANALTO NORTE	11	85	336.254	30.569	19.218	6.311	83.576
SC	SERRA CATARINENSE	17	94	285.876	16.816	7.081	2.363	157.743
SC	XANXERÊ	21	100	200.114	9.529	3.575	1.437	50.309
SE	ARACAJÚ	6	75	810.796	135.133	31.934	3.904	648.939
SE	ESTÂNCIA	6	60	178.894	29.816	22.461	9.538	68.804
SE	ITABAIANA	12	86	235.107	19.592	13.303	3.913	94.696
SE	LAGARTO	6	100	259.261	43.210	32.036	19.800	103.576
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	5	56	119.065	23.813	28.497	11.606	34.412
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	10	83	289.484	28.948	11.374	3.307	181.503
SE	PRÓPRIA	9	56	120.827	13.425	8.519	5.880	29.559
SP	ADAMANTINA	9	90	133.734	14.859	14.130	2.435	35.023
SP	ALTA ANHANGUERA	3	50	62.852	20.951	11.779	7.386	43.687
SP	ALTA MOGIANA	2	33	34.693	17.347	17.347	4.447	30.246
SP	ALTA PAULISTA	12	100	135.211	11.268	7.768	1.499	46.536
SP	ALTA SOROCABANA	17	89	393.534	23.149	4.892	2.227	227.072
SP	ALTO CAPIVARI	5	100	59.416	11.883	8.124	3.103	29.688
SP	ALTO DO TIETÊ	11	100	3.000.319	272.756	116.530	17.022	1.365.899
SP	ALTO VALE DO PARAÍBA	5	63	1.072.191	214.438	93.488	14.717	713.943
SP	AQUÍFERO GUARANI	5	50	788.681	157.736	27.514	7.602	694.534
SP	ARARAS	4	80	267.627	66.907	65.116	4.461	132.934
SP	ASSIS	9	75	239.727	26.636	14.812	2.663	103.666
SP	BAIXA MOGIANA	1	25	92.715	92.715	92.715	92.715	92.715
SP	BAIXADA SANTISTA	5	56	1.168.470	233.694	318.107	67.548	363.173
SP	BAURU	8	44	510.911	63.864	11.004	1.832	374.272
SP	BRAGANÇA	6	55	251.008	41.835	22.743	10.378	141.398

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
SP	CATANDUVA	11	58	222.222	20.202	12.328	2.456	121.210
SP	CENTRAL DO DRS II	6	55	237.663	39.611	5.725	1.255	195.874
SP	CENTRAL DO DRS III	5	63	298.012	59.602	14.824	4.720	233.744
SP	CENTRO OESTE DO DRS III	5	100	145.637	29.127	16.345	11.013	59.451
SP	CIRCUITO DA FÉ E VALE HISTÓRICO	5	29	215.659	43.132	21.639	10.621	88.276
SP	CIRCUITO DAS ÁGUAS	2	40	47.600	23.800	23.800	18.599	29.001
SP	CONSÓRCIOS DO DRS II	14	82	256.532	18.324	5.776	2.012	122.359
SP	CORACÃO DO DRS III	4	67	111.312	27.828	23.329	8.868	55.787
SP	EXTREMO OESTE PAULISTA	4	80	59.248	14.812	5.779	3.685	44.006
SP	FERNANDÓPOLIS	11	85	111.422	10.129	3.848	1.912	68.823
SP	FRANCO DA ROCHA	4	80	448.149	112.037	99.252	75.638	174.008
SP	GRANDE ABC	7	100	2.771.554	395.936	420.934	50.241	833.240
SP	HORIZONTE VERDE	5	56	274.842	54.968	39.714	21.110	124.453
SP	ITAPETININGA	8	62	418.718	52.340	28.914	5.918	162.231
SP	ITAPEVA	8	53	170.709	21.339	11.186	3.326	93.892
SP	JALES	12	75	86.590	7.216	2.472	1.539	49.011
SP	JAÚ	3	25	59.923	19.974	13.833	9.963	36.127
SP	JOSÉ BONIFÁCIO	8	73	94.754	11.844	6.110	3.571	36.655
SP	JUNDIAÍ	5	71	727.732	145.546	83.735	48.966	414.810
SP	LAGOS DO DRS II	7	58	110.033	15.719	11.667	3.883	29.418
SP	LINS	4	50	104.195	26.049	11.627	3.432	77.510
SP	LITORAL NORTE	4	100	331.301	82.825	88.672	34.333	119.625
SP	MANANCIAIS	8	100	1.142.239	142.780	121.264	15.667	285.570
SP	MANTIQUEIRA	5	63	202.096	40.419	35.954	8.137	90.637
SP	MARÍLIA	10	53	335.858	33.586	5.056	1.704	237.130

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
SP	NORTE - BARRETOS	6	60	207.661	34.610	10.787	4.134	121.344
SP	NORTE DO DRS III	3	60	148.532	49.511	56.984	8.846	82.702
SP	OURINHOS	11	85	237.586	21.599	9.297	4.542	112.711
SP	PIRACICABA	6	55	520.828	86.805	26.154	3.380	400.949
SP	POLO CUESTA	11	85	283.001	25.727	11.099	5.204	144.820
SP	PONTAL DO PARANAPANEMA	3	75	58.212	19.404	18.178	17.015	23.019
SP	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	15	79	2.558.446	170.563	70.998	14.579	1.194.094
SP	RIO CLARO	4	67	256.523	64.131	22.163	7.401	204.797
SP	RIO PARDO	5	63	173.823	34.765	30.237	7.830	68.788
SP	ROTA DOS BANDEIRANTES	5	71	784.260	156.852	136.517	18.604	271.306
SP	SANTA FÉ DO SUL	5	83	41.740	8.348	2.510	1.911	32.076
SP	SAO JOSÉ DO RIO PRETO	15	75	613.123	40.875	9.125	4.339	456.245
SP	SÃO PAULO	1	100	12.176.866	12.176.866	12.176.866	12.176.866	12.176.866
SP	SOROCABA	15	75	1.365.245	91.016	36.280	3.315	671.186
SP	SUL - BARRETOS	2	25	96.211	48.106	48.106	18.775	77.436
SP	TRÊS COLINAS	3	30	362.586	120.862	7.504	4.682	350.400
SP	TUPÃ	7	88	117.406	16.772	9.462	1.811	65.477
SP	VALE DAS CACHOEIRAS	4	57	87.610	21.903	11.522	2.542	62.024
SP	VALE DO JURUMIRIM	10	59	229.630	22.963	15.563	3.441	90.063
SP	VALE DO PARAÍBA/REGIÃO SERRANA	5	50	341.094	68.219	6.794	4.903	311.854
SP	VALE DO RIBEIRA	7	47	159.879	22.840	18.908	7.687	56.249
SP	VOTUPORANGA	9	53	70.901	7.878	7.316	2.153	13.115
TO	AMOR PERFEITO	7	54	83.173	11.882	5.378	1.106	52.700
TO	BICO DO PAPAGAIO	11	46	125.175	11.380	9.078	2.528	35.346

		Municípios participantes		População residente em 2018				
UF	Região de Saúde	Número	%	Total	Média	Mediana	Mínima	Máxima
TO	CANTÃO	9	60	101.457	11.273	7.016	2.564	50.602
TO	CAPIM DOURADO	7	50	342.053	48.865	6.468	2.811	291.855
TO	CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA	12	52	119.306	9.942	5.728	1.860	34.990
TO	ILHA DO BANANAL	10	56	149.151	14.915	5.359	1.946	85.737
TO	MÉDIO NORTE ARAGUAIA	10	59	246.777	24.678	9.377	2.556	177.517
TO	SUDESTE	9	60	59.231	6.581	3.108	1.892	21.850
	Total	**3725**	**67**	**164.376.977**	**44.128**	**12.791**	**956**	**12.176.866**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

ANEXO II

Média, mediana, número mínimo e máximo de medicamentos incluídos na RENAME, não incluídos na RENAME e total declarados como constantes na REMUME dos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por UF e região de saúde (em ordem alfabética)

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
AC	ALTO ACRE	175	144	83	330	34	35	26	40	201	157	118	370
AC	BAIXO ACRE E PURUS	129	102	24	364	22	13	9	43	138	107	24	373
AC	JURUÁ E TARAUACÁ/ ENVIRA	120	109	81	181	10	10	10	10	122	109	81	191
AL	1ª REGIÃO DE SAÚDE	200	202	109	305	24	20	5	43	215	207	109	341
AL	10ª REGIÃO DE SAÚDE	177	187	139	197	27	27	14	40	191	199	139	226
AL	2ª REGIÃO DE SAÚDE	196	183	140	302	25	25	9	40	203	183	140	342
AL	3ª REGIÃO DE SAÚDE	156	134	104	274	29	29	9	50	169	163	110	274
AL	4ª REGIÃO DE SAÚDE	142	135	129	160	19	18	8	33	158	161	138	186
AL	5ª REGIÃO DE SAÚDE	167	162	134	208	16	20	3	20	177	171	137	228
AL	6ª REGIÃO DE SAÚDE	196	200	160	230	20	20	10	30	204	204	170	230
AL	7ª REGIÃO DE SAÚDE	187	175	131	348	30	20	7	50	203	189	131	348
AL	8ª REGIÃO DE SAÚDE	160	163	109	185	18	19	6	30	170	171	109	208
AL	9ª REGIÃO DE SAÚDE	202	210	118	300	38	50	9	50	237	256	150	350
AM	ALTO SOLIMÕES	249	239	144	364	7	8	3	10	256	247	154	367
AM	BAIXO AMAZONAS	277	262	218	352	---	---	---	---	277	262	218	352
AM	MANAUS, ENTORNO E ALTO RIO NEGRO	144	135	99	198	22	26	10	31	153	150	125	198
AM	MÉDIO AMAZONAS	267	267	169	364	---	---	---	---	267	267	169	364
AM	REGIONAL JURUÁ	115	133	73	140	8	8	8	8	118	133	73	148

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
AM	REGIONAL PURUS	204	204	204	204	---	---	---	---	204	204	204	204
AM	RIO MADEIRA	204	204	176	232	---	---	---	---	204	204	176	232
AM	TRIÂNGULO	161	141	137	206	9	9	8	10	167	149	137	216
AP	ÁREA CENTRAL	172	146	46	363	29	29	26	32	182	158	72	363
AP	ÁREA NORTE	222	200	123	364	18	18	18	18	226	209	124	364
AP	ÁREA SUDOESTE	137	118	84	226	41	41	32	49	157	134	84	275
BA	ALAGOINHAS	180	172	122	283	21	21	2	50	191	180	122	288
BA	BARREIRAS	211	180	107	360	14	15	3	23	215	183	107	360
BA	BRUMADO	213	181	103	357	22	20	1	49	225	198	103	372
BA	CAMAÇARI	208	207	174	246	11	11	5	17	211	210	174	246
BA	CRUZ DAS ALMAS	156	152	117	216	12	10	8	19	163	160	117	226
BA	FEIRA DE SANTANA	182	171	96	275	7	3	1	30	185	179	96	279
BA	GUANAMBI	169	160	85	270	15	10	2	49	176	171	95	280
BA	IBOTIRAMA	145	135	92	226	11	11	8	14	148	137	92	226
BA	ILHÉUS	194	174	38	363	2	2	2	2	195	176	38	365
BA	IRECÊ	198	174	108	363	15	7	1	50	202	175	108	363
BA	ITABERABA	192	188	93	309	21	19	4	43	200	218	97	309
BA	ITABUNA	244	227	143	357	9	8	2	17	248	237	143	362
BA	ITAPETINGA	162	162	114	195	3	3	3	3	163	162	114	195
BA	JACOBINA	177	159	84	322	3	2	1	7	177	159	84	322
BA	JEQUIÉ	174	181	36	279	12	12	3	26	178	185	36	292
BA	JUAZEIRO	236	221	156	363	11	11	11	11	238	226	156	363
BA	PAULO AFONSO	119	118	91	158	13	13	5	20	123	118	91	178
BA	PORTO SEGURO	252	226	168	334	5	5	2	8	254	228	176	334
BA	RIBEIRA DO POMBAL	176	172	105	340	23	22	9	40	185	174	105	340
BA	SALVADOR	202	199	119	263	8	9	4	13	208	211	119	273

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
BA	SANTA MARIA DA VITÓRIA	204	214	114	350	18	10	4	50	216	229	138	350
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	193	171	140	364	10	10	1	27	199	182	140	364
BA	SEABRA	159	152	112	215	22	15	4	50	174	158	112	247
BA	SENHOR DO BONFIM	184	180	147	246	16	8	5	36	191	183	147	246
BA	SERRINHA	207	210	135	310	17	15	1	40	216	210	135	311
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	193	178	132	338	15	14	9	23	199	179	132	356
BA	VALENÇA	184	196	88	256	10	10	2	18	187	200	88	274
BA	VITORIA DA CONQUISTA	188	168	114	363	12	8	1	42	196	176	117	372
CE	1ª REGIÃO FORTALEZA	156	156	134	177	30	30	30	30	171	171	164	177
CE	10ª REGIÃO LIMOEIRO DO NORTE	157	150	141	200	20	20	20	20	159	155	141	200
CE	11ª REGIÃO SOBRAL	179	162	106	362	---	---	---	---	179	162	106	362
CE	12ª REGIÃO ACARAÚ	169	171	119	207	23	30	1	38	181	184	151	207
CE	13ª REGIÃO TIANGUÁ	179	170	137	222	22	20	6	40	187	190	143	222
CE	14ª REGIÃO TAUÁ	163	156	138	195	2	2	2	2	164	156	138	197
CE	15ª REGIÃO CRATÉUS	160	149	67	316	4	4	4	4	160	149	67	316
CE	16ª REGIÃO CAMOCIM	166	153	136	221	20	20	20	20	171	163	136	221
CE	17ª REGIÃO ICÓ	126	126	111	141	50	50	50	50	151	151	111	191
CE	19ª REGIÃO BREJO SANTO	144	148	134	150	10	10	10	10	147	148	134	160
CE	2ª REGIÃO CAUCAIA	160	151	116	204	---	---	---	---	160	151	116	204
CE	20ª REGIÃO CRATO	154	163	133	167	---	---	---	---	154	163	133	167
CE	21ª REGIÃO JUAZEIRO DO NORTE	162	162	137	194	15	15	15	15	164	166	137	194
CE	22ª REGIÃO CASCAVEL	156	156	154	158	10	10	10	10	161	161	158	164

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
CE	3ª REGIÃO MARACANAÚ	136	136	109	161	2	2	2	2	136	136	109	163
CE	4ª REGIÃO BATURITÉ	170	170	149	190	50	50	50	50	195	195	149	240
CE	5ª REGIÃO CANINDÉ	307	307	307	307	---	---	---	---	307	307	307	307
CE	6ª REGIÃO ITAPIPOCA	158	160	109	188	13	13	13	13	160	160	109	201
CE	7ª REGIÃO ARACATI	139	139	137	140	---	---	---	---	139	139	137	140
CE	9ª REGIÃO RUSSAS	139	140	112	166	6	6	5	6	143	140	118	171
DF	DISTRITO FEDERAL	239	239	239	239	---	---	---	---	239	239	239	239
ES	CENTRAL	140	129	105	200	20	10	3	50	150	142	105	223
ES	METROPOLITANA	152	148	28	210	33	39	4	50	176	182	28	253
ES	NORTE	152	154	103	200	30	31	2	50	179	174	138	226
ES	SUL	161	159	84	245	27	24	6	50	181	168	94	274
GO	CENTRAL	153	149	86	307	12	6	1	50	158	156	86	307
GO	CENTRO SUL	153	155	95	237	28	25	10	50	167	167	95	237
GO	ENTORNO NORTE	166	134	116	269	4	4	4	4	167	134	116	269
GO	ENTORNO SUL	181	177	134	237	6	5	2	10	184	181	134	237
GO	ESTRADA DE FERRO	119	96	55	239	23	13	5	50	130	121	55	244
GO	NORDESTE I	208	170	130	363	---	---	---	---	208	170	130	363
GO	NORDESTE II	188	174	92	363	6	5	5	8	190	177	92	363
GO	NORTE	224	185	149	364	30	30	30	30	230	185	149	364
GO	OESTE I	138	116	82	243	9	7	1	27	141	118	82	261
GO	OESTE II	167	138	98	346	16	10	6	46	175	152	109	352
GO	PIRINEUS	159	162	49	264	32	29	20	49	178	162	49	313
GO	RIO VERMELHO	197	171	81	363	18	18	9	30	207	186	90	367
GO	SAO PATRÍCIO I	172	132	100	364	23	10	10	50	177	148	100	364
GO	SAO PATRÍCIO II	170	162	107	306	27	27	3	50	181	168	107	306

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
GO	SERRA DA MESA	176	145	94	356	23	17	10	40	195	159	94	396
GO	SUDOESTE I	193	145	121	364	29	40	1	50	211	189	121	365
GO	SUDOESTE II	166	168	89	266	32	30	7	50	184	186	89	266
GO	SUL	155	153	47	328	28	23	10	50	173	170	47	368
MA	AÇAILÂNDIA	184	150	76	364	27	20	12	50	194	175	76	364
MA	BACABAL	164	158	82	342	20	20	5	35	170	158	87	342
MA	BALSAS	157	128	73	364	3	3	3	3	157	128	73	364
MA	BARRA DO CORDA	107	114	42	166	50	50	50	50	124	114	92	166
MA	CAXIAS	167	166	119	216	13	10	4	24	180	176	123	240
MA	CHAPADINHA	172	161	71	308	3	3	3	3	173	161	71	311
MA	CODÓ	178	170	112	252	8	8	4	11	183	181	116	252
MA	IMPERATRIZ	146	92	76	249	17	12	7	33	156	104	76	267
MA	ITAPECURU MIRIM	154	132	82	250	20	17	13	34	165	147	102	250
MA	PEDREIRAS	132	96	58	364	12	13	2	19	138	102	77	364
MA	PINHEIRO	116	88	43	364	1	1	1	1	116	88	43	364
MA	PRESIDENTE DUTRA	130	103	81	262	19	16	4	48	144	130	81	262
MA	ROSÁRIO	178	140	40	364	11	11	10	12	181	140	40	364
MA	SANTA INÊS	130	145	62	201	23	17	1	50	136	145	63	221
MA	SAO JOÃO DOS PATOS	127	124	82	197	39	39	39	39	134	124	82	197
MA	SAO LUÍS	249	238	220	290	30	30	30	30	259	268	220	290
MA	TIMON	159	159	155	163	---	---	---	---	159	159	155	163
MA	VIANA	116	86	63	208	18	18	18	18	119	103	63	208
MA	ZÉ DOCA	114	96	49	212	25	25	20	30	120	96	49	212
MG	ÁGUAS FORMOSAS	299	299	232	364	22	19	4	48	318	299	243	406
MG	ALÉM PARAÍBA	177	143	104	319	17	17	17	17	182	152	104	319
MG	ALFENAS / MACHADO	137	144	51	179	24	20	18	37	150	155	51	198

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
MG	ALMENARA/JACINTO	254	287	130	357	10	10	8	13	260	287	130	367
MG	ARACUAÍ	184	169	131	252	22	22	22	22	188	169	131	274
MG	ARAXÁ	197	167	139	361	7	7	7	7	199	167	146	361
MG	BARBACENA	172	160	126	239	19	17	6	50	186	191	144	245
MG	BELO HORIZONTE/ NOVA LIMA/ CAETÉ	175	162	109	242	30	28	5	50	205	212	137	261
MG	BETIM	143	163	21	169	24	22	2	50	157	168	21	206
MG	BOCAIÚVA	171	171	159	182	---	---	---	---	171	171	159	182
MG	BOM DESPACHO	163	143	103	263	17	5	4	41	176	166	108	263
MG	BRASÍLIA DE MINAS/ SÃO FRANCISCO	211	195	111	364	31	31	20	41	217	195	111	364
MG	CAMPO BELO	159	148	122	206	6	6	1	11	163	148	133	207
MG	CARANGOLA	178	150	138	253	30	30	9	50	190	150	138	303
MG	CARATINGA	143	163	49	222	38	38	38	38	151	163	49	222
MG	CÁSSIA	172	150	139	215	16	20	5	24	181	166	155	215
MG	CONGONHAS	115	116	102	126	13	13	13	13	119	116	102	139
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	166	150	147	202	10	10	3	17	176	167	157	205
MG	CONTAGEM	181	181	164	197	38	38	38	38	200	200	197	202
MG	CORAÇÃO DE JESUS	203	203	133	272	35	35	35	35	211	220	133	272
MG	CORONEL FABRICIA-NO/TIMÓTEO	216	154	130	364	37	37	24	49	240	179	178	364
MG	CURVELO	177	173	147	217	20	20	10	30	184	178	147	217
MG	DIAMANTINA	167	158	127	243	10	12	2	17	172	163	127	243
MG	DIVINÓPOLIS	162	165	127	195	27	36	4	50	182	199	133	206
MG	FORMIGA	178	178	177	178	17	17	1	32	194	194	178	210
MG	FRANCISCO SÁ	177	183	141	200	16	16	16	16	181	191	141	200

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
MG	FRUTAL / ITURAMA	223	199	135	364	21	20	7	36	237	216	135	371
MG	GOVERNADOR VALADARES	207	201	32	317	37	49	10	50	236	251	32	327
MG	GUANHÃES	140	141	127	166	15	17	2	26	149	142	129	185
MG	GUAXUPÉ	159	164	120	199	50	50	49	50	189	169	148	249
MG	IPATINGA	162	176	51	229	32	36	21	39	178	195	51	265
MG	ITABIRA	169	159	128	293	24	24	3	50	188	181	140	293
MG	ITAJUBÁ	133	130	113	161	26	20	10	49	152	154	118	181
MG	ITAMBACURI	153	169	48	227	---	---	---	---	153	169	48	227
MG	ITAOBIM	240	227	144	333	28	27	7	50	257	234	144	378
MG	ITAÚNA	146	137	124	184	33	33	15	50	170	161	125	234
MG	ITUIUTABA	178	171	119	230	40	40	29	50	193	198	119	230
MG	JANAÚBA/MONTE AZUL	138	98	34	309	4	4	4	4	139	100	34	309
MG	JANUÁRIA	171	174	135	205	13	13	13	13	176	174	148	205
MG	JOÃO MONLEVADE	127	128	121	134	28	29	13	42	149	156	129	164
MG	JUIZ DE FORA	173	180	105	267	35	38	10	50	204	211	105	293
MG	LAGOA DA PRATA/STO ANT DO MONTE	147	148	132	159	11	11	2	20	152	149	132	178
MG	LAVRAS	149	142	129	177	13	6	1	33	156	156	129	181
MG	LEOPOLDINA / CATAGUASES	170	137	99	332	13	13	1	21	179	142	106	345
MG	LIMA DUARTE	146	142	104	219	16	19	2	29	155	152	108	219
MG	MANGA	267	224	214	363	---	---	---	---	267	224	214	363
MG	MANHUAÇU	187	168	136	361	14	10	1	50	194	173	137	361
MG	MANTENA	205	168	157	328	10	10	10	10	208	172	159	328
MG	MONTES CLAROS	174	174	160	188	10	10	10	10	179	179	170	188

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
MG	MURIAE	145	155	57	195	34	34	30	38	157	174	57	208
MG	NANUQUE	172	184	135	198	32	32	20	44	194	218	135	228
MG	OLIVEIRA/SANTO ANTONIO DO AMPARO	130	133	74	176	6	1	1	15	133	133	75	181
MG	OURO PRETO	258	258	258	258	50	50	50	50	308	308	308	308
MG	PADRE PARAÍSO	240	199	156	364	17	17	10	24	251	223	166	364
MG	PARÁ DE MINAS	171	170	132	231	20	11	1	50	191	187	133	281
MG	PASSOS	137	117	93	251	19	15	6	50	154	123	97	301
MG	PATOS DE MINAS	155	173	54	228	37	37	24	50	165	173	54	252
MG	PATROCÍNIO / MONTE CARMELO	158	164	95	212	24	21	5	48	174	167	105	260
MG	PEÇANHA/SAO JOÃO EVANGELISTA	151	173	63	194	6	7	1	10	155	179	63	201
MG	PEDRA AZUL	218	188	138	360	11	11	1	21	224	188	139	381
MG	PIRAPORA	167	167	165	168	20	20	6	33	186	186	174	198
MG	PIUMHI	133	135	60	211	15	8	4	39	143	143	60	215
MG	POÇOS DE CALDAS	139	133	124	167	36	41	10	50	175	168	146	217
MG	PONTE NOVA	160	166	41	216	24	20	3	50	173	175	41	266
MG	POUSO ALEGRE	176	175	99	327	31	35	1	50	195	212	99	327
MG	RESPLENDOR	204	186	140	271	9	9	7	10	208	196	140	278
MG	SALINAS	165	174	118	202	26	26	8	43	182	174	161	210
MG	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	195	195	159	231	16	16	16	16	203	203	159	247
MG	SANTOS DUMONT	188	188	188	188	47	47	47	47	235	235	235	235
MG	SÃO GOTARDO	160	160	160	160	13	13	13	13	173	173	173	173
MG	SÃO JOÃO DEL REI	157	137	83	361	22	17	2	50	172	150	83	411
MG	SÃO JOÃO NEPOMUCENO / BICAS	138	139	108	162	19	13	10	36	156	152	135	187

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
MG	SÃO LOURENÇO	165	127	100	362	27	24	6	50	183	147	119	412
MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	179	171	139	246	8	9	1	13	183	171	140	259
MG	SERRO	201	193	155	261	35	40	15	50	227	237	170	263
MG	SETE LAGOAS	170	169	32	364	17	12	6	34	178	186	32	364
MG	TAIOBEIRAS	224	225	167	279	---	---	---	---	224	225	167	279
MG	TEÓFILO OTONI / MALACACHETA	251	255	148	351	32	50	2	50	279	291	150	401
MG	TRÊS CORAÇÕES	195	169	122	320	50	50	50	50	207	194	122	320
MG	TRÊS PONTAS	154	152	134	176	22	28	7	31	176	183	162	183
MG	TURMALINA/MINAS NOVAS/CAPELINHA	197	179	130	361	18	10	5	46	207	179	140	366
MG	UBÁ	153	150	123	203	19	10	6	42	165	157	129	228
MG	UBERABA	217	220	153	288	30	30	10	50	242	235	172	338
MG	UBERLÂNDIA / ARAGUARI	197	190	150	271	16	20	7	20	204	197	150	271
MG	UNAÍ	79	79	79	79	---	---	---	---	79	79	79	79
MG	VARGINHA	171	175	108	220	20	20	10	30	179	175	118	250
MG	VESPASIANO	169	168	156	193	28	39	1	50	197	212	160	232
MG	VICOSA	131	143	27	220	16	18	4	25	141	161	27	220
MS	CAMPO GRANDE	171	168	74	348	25	23	2	50	185	176	74	384
MS	CORUMBÁ	191	191	182	199	---	---	---	---	191	191	182	199
MS	DOURADOS	179	163	63	364	22	18	5	50	197	187	85	368
MS	TRÊS LAGOAS	170	162	126	226	32	50	3	50	193	165	126	276
MT	ALTO TAPAJÓS	196	192	178	221	28	28	15	40	209	199	179	261
MT	ARAGUAIA XINGU	260	276	175	314	---	---	---	---	260	276	175	314
MT	BAIXADA CUIABANA	177	153	96	274	8	8	6	10	180	153	102	274

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
MT	CENTRO NORTE	159	139	119	209	15	17	1	24	171	152	139	211
MT	GARÇAS ARAGUAIA	207	188	144	280	17	11	10	30	218	197	144	290
MT	MÉDIO ARAGUAIA	171	162	153	207	10	10	10	10	173	167	153	207
MT	MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE	172	163	140	222	35	46	10	50	190	180	141	268
MT	NOROESTE MATO-GROSSENSE	134	130	121	157	8	8	2	14	138	138	121	157
MT	NORTE ARAGUAIA KARAJÁ	196	191	180	220	21	21	10	32	206	207	180	230
MT	NORTE MATO-GROSSENSE	195	190	171	223	15	15	10	20	205	191	190	233
MT	OESTE MATO-GROSSENSE	151	133	90	228	19	16	10	30	158	146	90	247
MT	SUDOESTE MATO-GROSSENSE	149	160	42	214	18	15	6	34	161	185	42	220
MT	SUL MATO-GROSSENSE	171	160	105	234	17	10	2	50	183	183	107	243
MT	TELES PIRES	166	172	135	204	12	10	3	21	176	176	148	207
MT	VALE DO PEIXOTO	171	171	162	179	16	16	13	18	186	186	180	192
MT	VALE DOS ARINOS	123	123	87	158	35	35	20	50	158	158	107	208
PA	ARAGUAIA	216	197	100	364	16	16	11	20	218	197	111	364
PA	BAIXO AMAZONAS	197	206	113	255	34	48	4	50	205	206	142	290
PA	CARAJÁS	241	226	47	364	21	21	20	21	243	226	47	364
PA	LAGO DE TUCURUÍ	225	190	167	318	---	---	---	---	225	190	167	318
PA	MARAJÓ I	234	222	197	293	---	---	---	---	234	222	197	293
PA	MARAJÓ II	228	216	133	364	---	---	---	---	228	216	133	364
PA	METROPOLITANA I	149	139	127	192	26	26	5	47	162	142	127	239
PA	METROPOLITANA II	186	149	95	364	17	19	10	21	194	168	105	364
PA	METROPOLITANA III	177	174	41	363	26	29	2	50	191	199	41	363

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
PA	RIO CAETÉS	196	188	72	364	28	28	5	50	208	197	104	386
PA	TAPAJÓS	298	330	167	364	16	16	16	16	302	338	167	364
PA	TOCANTINS	165	153	58	265	7	5	1	19	170	164	63	265
PA	XINGU	197	163	133	359	25	21	2	49	216	190	135	359
PB	1 REGIÃO MATA ATLANTICA	171	166	77	335	30	28	10	50	186	189	97	335
PB	10 REGIÃO	117	104	24	269	21	14	10	50	128	114	24	269
PB	11 REGIÃO	168	144	122	240	30	29	10	50	180	168	144	240
PB	12 REGIÃO	189	171	100	364	19	10	4	47	198	182	100	369
PB	13 REGIÃO	130	143	52	158	39	40	28	50	161	166	102	193
PB	14 REGIÃO	147	131	76	313	28	20	10	50	160	152	86	313
PB	15 REGIÃO	156	152	74	284	21	19	3	50	171	171	91	291
PB	16 REGIÃO	139	144	79	180	13	8	1	45	145	144	79	197
PB	2 REGIÃO	178	142	72	364	23	29	1	41	187	163	72	364
PB	3 REGIÃO	146	142	42	222	24	22	1	50	155	150	81	222
PB	4 REGIÃO	150	153	108	224	36	40	6	50	171	163	108	259
PB	5 REGIÃO	119	103	77	190	21	14	1	50	133	122	78	240
PB	6 REGIÃO	136	121	60	271	18	11	1	50	144	139	60	272
PB	7 REGIÃO	181	146	72	364	22	18	2	50	193	148	87	364
PB	8 REGIÃO	164	148	48	364	10	10	10	10	166	158	48	364
PB	9 REGIÃO	257	270	156	364	15	9	5	38	262	270	159	402
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	119	119	81	168	6	5	3	10	124	122	85	173
PE	ARCOVERDE	148	167	53	207	32	32	20	44	161	187	53	214
PE	CARUARU	197	198	37	269	31	32	10	50	208	208	37	308
PE	GARANHUNS	185	183	125	241	22	22	4	39	191	183	125	262

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
PE	GOIANA	175	165	145	215	30	34	1	50	201	215	156	248
PE	LIMOEIRO	157	161	49	222	30	20	10	50	177	185	49	224
PE	OURICURI	208	168	162	333	20	20	20	20	218	188	162	333
PE	PALMARES	196	185	115	265	7	7	2	11	198	196	117	265
PE	PETROLINA	186	173	134	297	10	13	1	16	191	173	150	297
PE	RECIFE	187	195	124	281	24	20	10	50	201	207	124	281
PE	SALGUEIRO	171	149	112	288	20	20	20	20	175	149	112	288
PE	SERRA TALHADA	157	155	97	224	35	35	35	35	163	166	97	224
PI	CARNAUBAIS	176	132	77	364	22	22	20	23	180	137	77	364
PI	CHAPADA DAS MANGABEIRAS	209	187	93	364	11	10	8	16	212	187	106	367
PI	COCAIS	189	169	46	364	19	18	4	40	197	187	46	380
PI	ENTRE RIOS	171	133	66	364	16	15	2	32	175	138	66	364
PI	PLANÍCIE LITORÂNEA	141	138	48	239	11	4	1	29	145	140	48	239
PI	SERRA DA CAPIVARA	193	150	95	364	13	12	5	24	198	156	95	364
PI	TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	104	112	87	114	20	20	20	20	111	114	87	132
PI	VALE DO CANINDÉ	165	138	85	364	15	15	10	19	169	138	85	374
PI	VALE DO RIO GUARIBAS	171	140	63	364	20	14	1	48	179	140	63	406
PI	VALE DO SAMBITO	165	167	69	364	26	32	5	47	174	167	74	364
PI	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	166	152	56	357	12	12	5	20	169	156	57	362
PR	1 RS PARANAGUÁ	176	176	138	216	27	27	3	50	184	191	138	216
PR	10 RS CASCAVEL	180	183	27	248	32	33	9	50	201	207	27	257
PR	11 RS CAMPO MOURÃO	177	174	153	204	25	26	1	43	190	188	153	236
PR	12 RS UMUARAMA	157	160	96	204	24	20	1	50	171	165	96	238
PR	13 RS CIANORTE	173	154	138	364	27	19	9	50	197	174	147	373

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
PR	14 RS PARANAVAÍ	191	181	138	295	23	15	5	50	204	200	138	344
PR	15 RS MARINGÁ	176	168	122	329	19	17	5	50	187	182	127	329
PR	16 RS APUCARANA	164	168	25	224	34	44	10	50	189	207	25	244
PR	17 RS LONDRINA	162	157	123	232	29	30	1	50	178	178	124	232
PR	18 RS CORNÉLIO PROCÓPIO	156	162	126	202	27	27	10	50	173	168	126	237
PR	19 RS JACAREZINHO	166	167	55	214	27	25	6	50	181	184	55	253
PR	2 RS METROPOLITANA	171	169	122	204	29	30	2	50	192	196	126	247
PR	20 RS TOLEDO	191	190	154	256	31	35	9	50	215	215	154	306
PR	21 RS TELÊMACO BORBA	170	177	137	205	28	25	10	50	189	194	137	242
PR	22 RS IVAIPORÃ	202	194	135	301	21	10	1	50	220	217	135	301
PR	3 RS PONTA GROSSA	183	184	126	324	15	14	4	40	197	206	130	328
PR	4 RS IRATI	201	188	147	282	32	35	8	50	222	200	156	282
PR	5 RS GUARAPUAVA	178	182	127	254	27	29	8	50	191	192	133	254
PR	6 RS UNIÃO DA VITORIA	155	179	29	212	41	50	13	50	178	179	29	262
PR	7 RS PATO BRANCO	178	181	135	203	19	20	1	48	190	197	155	235
PR	8 RS FRANCISCO BELTRÃO	172	176	120	199	29	30	6	50	195	197	120	246
PR	9 RS FOZ DO IGUAÇU	187	191	153	219	19	19	15	23	193	206	153	219
RJ	BAIA DA ILHA GRANDE	187	187	187	187	24	24	24	24	211	211	211	211
RJ	BAIXADA LITORÂNEA	165	167	110	210	31	31	31	31	170	167	110	241
RJ	CENTRO-SUL	168	143	123	351	24	19	8	50	184	160	131	351
RJ	MEDIO PARAÍBA	172	175	129	219	33	38	6	50	195	179	129	268
RJ	METROPOLITANA I	184	186	159	199	18	10	3	49	198	199	168	235
RJ	METROPOLITANA II	198	213	132	273	34	39	8	50	217	219	132	273
RJ	NOROESTE	140	129	94	201	29	31	2	50	161	154	122	239

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
RJ	NORTE	192	205	135	227	26	19	10	50	214	215	168	275
RJ	SERRANA	174	174	101	294	31	26	12	50	203	190	118	324
RN	1ª REGIÃO DE SAÚDE - SÃO JOSÉ DE MIPIBU	204	175	98	362	22	19	1	50	215	205	123	362
RN	2ª REGIÃO DE SAÚDE - MOSSORÓ	160	158	100	251	23	20	8	48	174	167	119	251
RN	3ª REGIÃO DE SAÚDE - JOÃO CÂMARA	166	151	46	330	20	14	1	50	175	164	46	359
RN	4ª REGIÃO DE SAÚDE - CAICÓ	190	160	94	364	28	31	1	50	210	185	94	395
RN	5ª REGIÃO DE SAÚDE - SANTA CRUZ	222	203	48	364	25	24	2	50	236	230	48	364
RN	6ª REGIÃO DE SAÚDE - PAU DOS FERROS	151	152	37	311	34	46	1	50	166	176	38	311
RN	7ª REGIÃO DE SAÚDE - METROPOLITANA	226	223	179	280	25	30	6	38	245	245	209	280
RN	8ª REGIÃO DE SAÚDE - AÇU	208	189	106	364	18	13	3	49	219	205	109	364
RO	CAFÉ	220	226	183	259	41	41	40	41	233	228	193	270
RO	CENTRAL	206	202	111	325	5	4	1	10	208	212	111	325
RO	CONE SUL	263	257	168	364	20	20	20	20	270	257	188	364
RO	MADEIRA-MAMORÉ	211	208	159	270	33	47	2	50	236	234	159	317
RO	VALE DO GUAPORÉ	286	291	203	364	42	42	42	42	300	333	203	364
RO	VALE DO JAMARI	185	179	140	247	18	11	1	49	198	207	140	248
RO	ZONA DA MATA	258	230	142	356	9	8	3	24	265	238	142	366
RR	CENTRO NORTE	153	140	85	256	26	26	1	50	164	141	88	278
RR	SUL	117	123	62	157	14	14	14	14	119	123	76	157
RS	REGIÃO 01	141	141	137	145	5	5	5	5	144	144	142	145
RS	REGIÃO 02	152	152	90	213	6	6	2	10	158	158	92	223

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
RS	REGIÃO 03	230	230	230	230	12	12	12	12	242	242	242	242
RS	REGIÃO 04	122	122	120	123	21	21	14	27	142	142	137	147
RS	REGIÃO 05	179	179	179	179	---	---	---	---	179	179	179	179
RS	REGIÃO 06 - VALE DO PARANHANA E COSTA SERR	176	176	150	202	27	27	3	50	203	203	153	252
RS	REGIÃO 07	139	131	124	162	16	13	9	27	155	154	137	173
RS	REGIÃO 08	142	148	108	162	22	19	11	35	158	163	108	197
RS	REGIÃO 09	161	158	131	206	5	3	2	10	164	160	141	208
RS	REGIÃO 10	141	137	136	150	19	23	3	32	160	160	139	182
RS	REGIÃO 11	156	155	119	203	18	3	1	50	165	168	137	203
RS	REGIÃO 13	163	159	127	203	22	22	8	35	177	162	159	211
RS	REGIÃO 14	156	150	117	206	32	29	8	50	185	185	134	253
RS	REGIÃO 15	150	143	87	253	20	16	10	40	160	148	87	263
RS	REGIÃO 16	148	152	137	155	30	30	10	50	168	162	155	187
RS	REGIÃO 17	113	113	113	113	---	---	---	---	113	113	113	113
RS	REGIÃO 18	118	114	91	152	17	17	11	22	126	130	91	152
RS	REGIÃO 19	186	186	186	186	---	---	---	---	186	186	186	186
RS	REGIÃO 20	170	185	135	189	27	30	20	31	197	215	155	220
RS	REGIÃO 21	172	168	144	200	38	47	8	50	197	194	144	250
RS	REGIÃO 22	173	165	155	198	30	30	30	30	183	195	155	198
RS	REGIÃO 23	121	123	62	158	25	18	2	50	146	149	73	208
RS	REGIÃO 24	142	138	124	167	8	8	8	8	146	142	124	175
RS	REGIÃO 25	147	148	131	160	28	25	5	50	175	172	155	206
RS	REGIÃO 26	136	143	96	165	17	18	9	28	151	153	112	192
RS	REGIÃO 27	137	144	103	174	16	9	1	39	150	150	103	186

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
RS	REGIÃO 28	123	135	27	171	13	11	3	27	132	142	27	174
RS	REGIÃO 29	131	130	95	176	25	21	5	50	147	145	100	226
RS	REGIÃO 30	134	146	86	159	28	28	1	50	158	160	86	209
SC	ALTO URUGUAI CATARINENSE	170	167	134	226	38	46	10	50	193	181	147	249
SC	ALTO VALE DO ITAJAÍ	181	172	112	337	21	20	4	49	195	189	130	337
SC	ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	182	177	112	364	27	20	3	50	202	195	112	414
SC	CARBONÍFERA	157	156	126	184	24	17	4	50	177	175	140	220
SC	EXTREMO OESTE	173	169	134	277	36	42	4	50	199	199	142	277
SC	EXTREMO SUL CATARINENSE	178	182	149	193	13	13	8	24	189	187	165	206
SC	FOZ DO RIO ITAJAÍ	174	177	141	195	22	22	2	50	187	190	141	243
SC	GRANDE FLORIANÓPOLIS	158	160	110	203	19	17	6	46	170	173	116	237
SC	LAGUNA	130	136	73	167	23	20	3	50	145	145	94	208
SC	MEDIO VALE DO ITAJAÍ	136	134	103	179	20	20	1	50	153	150	107	203
SC	MEIO OESTE	176	167	124	261	39	49	3	50	203	209	124	264
SC	NORDESTE	166	165	114	205	23	22	5	50	180	189	114	219
SC	OESTE	165	165	117	201	28	25	4	50	184	193	117	215
SC	PLANALTO NORTE	166	171	101	250	25	31	3	50	184	181	130	253
SC	SERRA CATARINENSE	159	154	126	240	37	42	6	50	183	182	128	242
SC	XANXERÊ	189	182	98	364	39	48	2	50	226	226	143	374
SE	ARACAJÚ	149	146	117	183	35	28	26	50	166	160	125	215
SE	ESTÂNCIA	168	149	131	240	17	12	3	40	179	170	134	260
SE	ITABAIANA	161	155	116	227	17	11	3	50	170	159	116	277
SE	LAGARTO	171	165	139	203	16	19	10	20	179	170	156	219

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	212	203	152	273	20	6	5	50	224	235	152	273
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	178	185	131	221	28	33	2	50	198	191	156	258
SE	PROPRIÁ	177	169	115	308	27	30	2	45	189	183	115	308
SP	ADAMANTINA	140	141	124	159	35	40	10	50	175	179	150	196
SP	ALTA ANHANGUERA	146	151	124	163	21	21	1	40	160	152	124	203
SP	ALTA MOGIANA	149	149	120	178	30	30	10	50	179	179	170	188
SP	ALTA PAULISTA	142	134	97	235	35	39	1	50	174	166	112	236
SP	ALTA SOROCABANA	157	147	83	364	37	40	10	50	188	166	126	383
SP	ALTO CAPIVARI	153	144	129	188	41	45	25	50	186	189	154	207
SP	ALTO DO TIETÊ	149	147	110	186	23	23	4	37	167	163	114	218
SP	ALTO VALE DO PARAÍBA	151	165	67	257	25	23	3	50	171	215	67	261
SP	AQUÍFERO GUARANI	148	147	101	192	31	35	3	50	172	147	115	242
SP	ARARAS	132	125	112	164	38	46	10	50	170	169	162	179
SP	ASSIS	182	169	122	364	41	50	23	50	215	218	146	364
SP	BAIXA MOGIANA	171	171	171	171	50	50	50	50	221	221	221	221
SP	BAIXADA SANTISTA	177	171	157	200	42	50	29	50	219	221	195	240
SP	BAURU	149	169	43	202	46	50	38	50	166	169	43	237
SP	BRAGANÇA	123	118	100	162	38	35	32	50	149	139	111	198
SP	CATANDUVA	164	167	125	197	36	42	11	50	187	184	125	246
SP	CENTRAL DO DRS II	150	138	122	192	35	34	20	50	179	172	135	242
SP	CENTRAL DO DRS III	170	160	121	232	24	17	7	50	194	201	151	239
SP	CENTRO OESTE DO DRS III	136	163	20	180	42	45	30	50	170	202	20	215
SP	CIRCUITO DA FÉ E VALE HISTÓRICO	139	151	64	181	24	22	2	50	163	174	66	217

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
SP	CIRCUITO DAS ÁGUAS	132	132	127	136	20	20	20	20	142	142	127	156
SP	CONSÓRCIOS DO DRS II	155	151	113	270	40	40	15	50	187	189	121	310
SP	CORAÇÃO DO DRS III	123	132	55	172	24	24	12	36	135	132	91	184
SP	EXTREMO OESTE PAULISTA	149	159	107	171	13	10	6	22	158	167	117	183
SP	FERNANDÓPOLIS	121	117	88	157	34	36	7	50	152	147	114	207
SP	FRANCO DA ROCHA	159	166	135	169	38	38	26	50	178	167	161	218
SP	GRANDE ABC	180	180	146	239	39	46	11	50	213	210	146	289
SP	HORIZONTE VERDE	147	153	129	166	42	50	10	50	189	181	163	216
SP	ITAPETININGA	145	142	119	187	46	50	32	50	168	150	130	237
SP	ITAPEVA	171	164	118	254	50	50	50	50	184	166	118	304
SP	JALES	125	125	104	148	29	29	7	50	151	152	104	198
SP	JAÚ	145	137	112	187	33	33	33	33	156	145	137	187
SP	JOSÉ BONIFÁCIO	144	150	101	172	24	20	2	50	159	170	101	211
SP	JUNDIAÍ	150	151	122	172	30	30	9	50	174	172	161	188
SP	LAGOS DO DRS II	142	140	107	171	17	18	4	29	151	141	107	200
SP	LINS	126	128	103	147	19	19	13	24	136	134	127	147
SP	LITORAL NORTE	191	190	171	215	35	40	10	50	226	233	190	249
SP	MANANCIAIS	172	167	157	197	18	7	2	50	190	174	164	234
SP	MANTIQUEIRA	149	140	139	172	30	34	4	47	173	174	140	205
SP	MARÍLIA	191	190	125	330	26	28	1	50	209	201	130	358
SP	NORTE - BARRETOS	118	130	29	159	44	44	37	50	133	144	29	203
SP	NORTE DO DRS III	152	163	91	203	---	---	---	---	152	163	91	203
SP	OURINHOS	164	162	106	229	27	29	4	50	186	192	129	255
SP	PIRACICABA	154	152	138	174	38	37	20	50	185	183	164	224
SP	POLO CUESTA	156	154	104	185	31	23	19	50	170	170	123	225

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
SP	PONTAL DO PARANAPANEMA	123	125	104	140	29	19	19	50	152	154	144	159
SP	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	148	145	89	202	32	36	6	50	172	169	105	251
SP	RIO CLARO	170	168	151	192	50	50	50	50	195	193	151	242
SP	RIO PARDO	150	161	116	164	33	48	1	50	170	164	117	213
SP	ROTA DOS BANDEIRANTES	177	181	142	201	50	50	50	50	207	212	142	251
SP	SANTA FÉ DO SUL	115	108	96	143	14	10	2	30	123	110	96	158
SP	SAO JOSÉ DO RIO PRETO	144	136	109	186	37	40	16	50	172	160	109	236
SP	SÃO PAULO	202	202	202	202	44	44	44	44	246	246	246	246
SP	SOROCABA	142	141	101	179	35	39	2	50	170	182	103	228
SP	SUL - BARRETOS	237	237	109	364	50	50	50	50	262	262	109	414
SP	TRÊS COLINAS	134	136	116	151	28	28	22	34	153	158	116	185
SP	TUPÃ	149	137	111	254	31	28	7	50	171	165	121	254
SP	VALE DAS CACHOEIRAS	156	155	112	203	27	28	2	50	183	181	148	223
SP	VALE DO JURUMIRIM	178	146	111	363	35	40	6	50	206	194	121	363
SP	VALE DO PARAÍBA/ REGIÃO SERRANA	158	168	84	204	50	50	50	50	178	189	84	254
SP	VALE DO RIBEIRA	200	186	153	298	32	27	14	50	223	197	173	325
SP	VOTUPORANGA	133	139	113	160	32	39	6	50	154	153	113	200
TO	AMOR PERFEITO	200	203	106	364	19	15	6	38	211	203	112	364
TO	BICO DO PAPAGAIO	147	145	88	228	19	18	1	39	159	157	90	266
TO	CANTÃO	162	151	114	241	21	20	4	40	174	151	120	248
TO	CAPIM DOURADO	166	148	70	364	4	4	1	6	167	148	70	364
TO	CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA	163	155	125	270	16	11	1	50	175	161	128	279

		Medicamentos RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Medicamentos NÃO RENAME declarados como constantes na REMUME do município				Total de medicamentos declarados como constantes na REMUME do município			
UF	Região de Saúde	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
TO	ILHA DO BANANAL	172	147	94	306	13	9	7	26	177	150	94	306
TO	MÉDIO NORTE ARAGUAIA	141	140	114	171	14	5	1	42	151	148	116	193
TO	SUDESTE	176	175	119	256	16	15	3	30	183	200	119	260
	Total	**171**	**162**	**20**	**364**	**24**	**20**	**1**	**50**	**184**	**176**	**20**	**414**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

ANEXO III

Média, valor mínimo e máximo de PIB e PIB *per capita* em 2017 dos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por UF e região de saúde (em ordem alfabética)

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
AC	ALTO ACRE	286715	91741	435911	16,67	12,73	25,14
AC	BAIXO ACRE E PURUS	1176825	71271	8151494	15,02	10,01	21,26
AC	JURUA E TARAUACÁ/ ENVIRA	516422	112709	1287722	12,03	9,93	15,59
AL	1ª REGIÃO DE SAÚDE	2385452	66881	21827917	16,42	9,94	36,36
AL	10ª REGIÃO DE SAÚDE	127800	72058	189406	6,72	6,02	7,40
AL	2ª REGIÃO DE SAÚDE	315678	142315	677485	16,80	11,92	24,03
AL	3ª REGIÃO DE SAÚDE	305687	45641	807040	23,60	8,89	74,05
AL	4ª REGIÃO DE SAÚDE	220450	31857	765632	10,62	7,96	16,04
AL	5ª REGIÃO DE SAÚDE	312783	140786	495628	12,12	7,90	21,80
AL	6ª REGIÃO DE SAÚDE	586021	108647	1378288	19,61	13,93	23,97
AL	7ª REGIÃO DE SAÚDE	436690	40064	4100975	10,21	7,34	17,51
AL	8ª REGIÃO DE SAÚDE	198634	48451	778610	8,34	5,69	10,49
AL	9ª REGIÃO DE SAÚDE	136566	33318	513982	7,06	5,86	10,66
AM	ALTO SOLIMÕES	325587	235365	461733	6,74	6,19	7,26
AM	BAIXO AMAZONAS	453255	125587	1092092	7,73	6,79	9,59
AM	MANAUS, ENTORNO E ALTO RIO NEGRO	10758744	160472	73201651	13,03	5,78	34,36
AM	MÉDIO AMAZONAS	197175	96289	298060	14,01	10,45	17,57
AM	REGIONAL JURUÁ	278346	115818	433725	9,87	7,09	12,43
AM	REGIONAL PURUS	364600	364600	364600	10,67	10,67	10,67
AM	RIO MADEIRA	339484	183026	495942	8,18	7,29	9,07

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
AM	TRIÂNGULO	331055	61964	744800	13,54	12,01	14,74
AP	ÁREA CENTRAL	1874370	65752	9994877	25,02	12,71	68,75
AP	ÁREA NORTE	206595	62942	394500	15,06	12,54	19,06
AP	ÁREA SUDOESTE	797385	184443	1909860	14,68	12,00	17,89
BA	ALAGOINHAS	261428	51384	843779	9,78	5,76	20,20
BA	BARREIRAS	978501	71545	4804729	22,94	5,13	69,98
BA	BRUMADO	225418	38274	1699701	8,98	5,41	24,39
BA	CAMAÇARI	5617745	304292	23103227	35,10	11,54	77,82
BA	CRUZ DAS ALMAS	324757	115543	934530	10,21	5,98	14,39
BA	FEIRA DE SANTANA	928649	38277	13657295	11,86	5,01	67,94
BA	GUANAMBI	236380	72152	1263761	8,76	5,47	16,41
BA	IBOTIRAMA	179606	61962	369461	8,19	6,40	12,29
BA	ILHÉUS	191427	76408	264895	9,55	6,55	11,91
BA	IRECÊ	209818	84589	1080881	7,98	5,56	14,51
BA	ITABERABA	175036	53250	867835	8,33	5,61	15,11
BA	ITABUNA	528813	52720	3984074	9,39	6,59	18,02
BA	ITAPETINGA	242173	42997	1082015	9,64	7,12	13,96
BA	JACOBINA	213060	60367	1269590	7,87	5,74	15,18
BA	JEQUIÉ	241006	36764	2557370	8,47	5,78	19,66
BA	JUAZEIRO	842271	129503	3700882	10,97	6,18	20,71
BA	PAULO AFONSO	576292	42151	2887776	10,00	5,10	23,92
BA	PORTO SEGURO	1285815	265473	2820578	19,66	10,73	34,85
BA	RIBEIRA DO POMBAL	213017	91407	537633	7,93	5,76	10,99
BA	SALVADOR	9375187	126888	62717483	20,25	9,82	43,14
BA	SANTA MARIA DA VITÓRIA	395611	45732	1264890	15,78	6,70	45,89

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	277131	31281	2094611	9,90	6,22	20,93
BA	SEABRA	188626	58448	470809	11,22	5,76	39,14
BA	SENHOR DO BONFIM	390991	112355	1108435	9,24	6,23	15,09
BA	SERRINHA	290502	48745	851147	8,29	5,41	13,55
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	746182	222441	2311886	17,83	10,85	46,97
BA	VALENÇA	329131	62440	1435290	11,71	7,35	34,22
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	474209	44298	6482663	8,10	5,05	18,59
CE	1ª REGIÃO FORTALEZA	31892384	2205364	61579403	25,65	23,44	27,87
CE	10ª REGIÃO LIMOEIRO DO NORTE	359287	130333	916869	13,55	8,56	19,54
CE	11ª REGIÃO SOBRAL	182283	49702	444117	8,48	6,51	18,30
CE	12ª REGIÃO ACARAÚ	415863	229840	770020	12,22	7,39	18,68
CE	13ª REGIÃO TIANGUÁ	447496	119636	1247939	10,44	6,79	16,70
CE	14ª REGIÃO TAUÁ	251179	53340	595530	7,73	6,09	10,25
CE	15ª REGIÃO CRATÉUS	234761	78714	745267	8,04	6,87	10,01
CE	16ª REGIÃO CAMOCIM	302792	77391	663552	7,79	6,76	10,54
CE	17ª REGIÃO ICÓ	113495	45671	181319	7,92	7,33	8,52
CE	19ª REGIÃO BREJO SANTO	257848	179624	371079	7,96	7,89	8,00
CE	2ª REGIÃO CAUCAIA	1977845	114647	5860370	22,57	7,79	63,84
CE	20ª REGIÃO CRATO	693285	194779	1537562	10,26	8,59	11,77
CE	21ª REGIÃO JUAZEIRO DO NORTE	1067148	38617	4427525	12,10	7,18	17,41
CE	22ª REGIÃO CASCAVEL	534106	172254	895957	9,69	6,78	12,61
CE	3ª REGIÃO MARACANAÚ	504573	150035	1367885	9,99	7,86	12,22

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
CE	4ª REGIÃO BATURITÉ	258414	148412	368416	11,81	10,42	13,20
CE	5ª REGIÃO CANINDÉ	130464	130464	130464	6,31	6,31	6,31
CE	6ª REGIÃO ITAPIPOCA	534147	86787	1560065	11,35	6,39	21,00
CE	7ª REGIÃO ARACATI	716495	157606	1275383	13,50	9,69	17,32
CE	9ª REGIÃO RUSSAS	707169	149920	1129321	12,27	8,35	14,77
DF	DISTRITO FEDERAL	244682756	244682756	244682756	80,50	80,50	80,50
ES	CENTRAL	1059726	93144	5480107	20,74	10,00	52,90
ES	METROPOLITANA	3566626	134017	20255652	22,58	11,70	55,78
ES	NORTE	462508	72082	2113167	14,40	10,30	18,23
ES	SUL	786905	67070	4766819	33,53	11,70	292,40
GO	CENTRAL	2768325	27901	49023142	19,18	11,27	33,44
GO	CENTRO SUL	466696	47474	1120650	30,57	9,74	54,74
GO	ENTORNO NORTE	607636	137394	2306355	23,30	9,09	38,99
GO	ENTORNO SUL	1892812	653340	3391349	17,23	9,09	41,44
GO	ESTRADA DE FERRO	495872	17203	2336725	33,69	15,28	74,65
GO	NORDESTE I	149489	32064	261584	14,92	9,53	24,81
GO	NORDESTE II	131056	38926	494435	13,65	9,34	23,52
GO	NORTE	495028	62537	921704	22,28	16,86	29,71
GO	OESTE I	153201	34871	656957	22,53	11,92	42,37
GO	OESTE II	267648	25375	965226	26,22	12,89	80,56
GO	PIRINEUS	312403	93080	781339	20,10	12,67	36,42
GO	RIO VERMELHO	342968	32218	1263846	24,71	13,74	56,74
GO	SAO PATRÍCIO I	199469	37825	531303	18,89	13,60	26,46
GO	SAO PATRÍCIO II	471399	58515	1326891	31,36	13,54	78,48
GO	SERRA DA MESA	308591	39302	804990	33,88	13,27	119,63
GO	SUDOESTE I	1147548	39094	9498289	39,57	15,12	91,02

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
GO	SUDOESTE II	1092937	133355	4510376	53,69	16,23	113,85
GO	SUL	869558	39113	4144601	39,26	18,89	107,84
MA	AÇAILÂNDIA	459413	95467	2202287	9,76	6,92	19,78
MA	BACABAL	235449	50609	1137995	7,16	5,31	11,01
MA	BALSAS	527266	51872	3046413	16,44	6,96	32,14
MA	BARRA DO CORDA	280042	78765	671916	6,70	4,92	9,71
MA	CAXIAS	747084	187980	1714089	8,05	6,64	10,54
MA	CHAPADINHA	183952	58242	395613	6,76	4,35	8,68
MA	CODÓ	513322	183227	957336	7,36	6,20	7,96
MA	IMPERATRIZ	1468328	62007	6599567	12,39	6,67	25,92
MA	ITAPECURU MIRIM	222670	58484	595835	7,08	4,48	17,15
MA	PEDREIRAS	160572	43246	564179	9,08	6,18	14,71
MA	PINHEIRO	219840	67398	830416	6,59	5,26	10,08
MA	PRESIDENTE DUTRA	338951	47292	1613453	21,14	5,75	113,45
MA	ROSÁRIO	168648	57128	459506	6,22	4,98	7,36
MA	SANTA INÊS	294299	46893	1225219	8,13	5,83	13,92
MA	SAO JOÃO DOS PATOS	125331	39864	180197	10,00	6,57	23,80
MA	SAO LUÍS	10645929	213934	29727650	15,16	6,93	27,23
MA	TIMON	1001426	200198	1802654	8,29	5,82	10,75
MA	VIANA	100176	35188	188144	5,54	4,85	6,43
MA	ZÉ DOCA	148704	42453	387438	7,43	5,26	13,11
MG	ÁGUAS FORMOSAS	76933	30648	227089	9,21	6,93	11,70
MG	ALÉM PARAÍBA	396787	31686	922183	26,23	12,13	54,14
MG	ALFENAS / MACHADO	356884	124663	962423	17,56	14,48	22,96
MG	ALMENARA/JACINTO	95843	40115	225088	8,75	7,44	13,70
MG	ARAÇUAÍ	149620	69762	392695	8,73	7,58	10,51

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
MG	ARAXÁ	1317607	94327	5141111	32,53	21,15	49,30
MG	BARBACENA	411025	28654	2683459	15,37	7,46	35,32
MG	BELO HORIZONTE/ NOVA LIMA/ CAETÉ	14162032	59008	88951168	28,91	10,50	98,86
MG	BETIM	596774	62145	1988403	23,87	12,25	51,16
MG	BOCAIUVA	459035	120834	797235	18,11	15,89	20,33
MG	BOM DESPACHO	459978	95479	1211510	22,48	15,24	26,60
MG	BRASÍLIA DE MINAS/ SÃO FRANCISCO	154620	42359	494981	8,00	6,43	11,66
MG	CAMPO BELO	406417	40507	983869	15,60	13,22	18,07
MG	CARANGOLA	159536	34960	516515	11,58	8,69	15,39
MG	CARATINGA	414724	49942	1608693	11,77	8,72	17,52
MG	CÁSSIA	269049	118130	624531	25,60	16,52	46,01
MG	CONGONHAS	648524	118742	1646174	19,53	11,81	30,57
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	784721	68283	2125977	12,40	8,92	16,69
MG	CONTAGEM	15579053	2170053	28988053	28,12	12,23	44,02
MG	CORAÇÃO DE JESUS	50050	33985	78651	9,22	7,73	10,52
MG	CORONEL FABRICIANO/TIMÓTEO	584082	38715	1648593	14,48	7,94	20,56
MG	CURVELO	573547	33663	1667559	19,33	10,46	52,63
MG	DIAMANTINA	102788	27660	403726	10,99	7,59	20,88
MG	DIVINÓPOLIS	1167087	213424	6036935	26,74	18,90	45,79
MG	FORMIGA	870466	120845	1620086	27,89	23,68	32,10
MG	FRANCISCO SA	95531	36224	254158	9,67	7,18	16,68
MG	FRUTAL / ITURAMA	720579	111341	1842323	38,43	23,22	61,93
MG	GOVERNADOR VALADARES	705798	27006	5886910	10,30	8,14	20,96

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
MG	GUANHÃES	165855	27821	617546	11,61	8,38	18,13
MG	GUAXUPÉ	617912	98136	1914080	22,94	16,07	36,60
MG	IPATINGA	1746168	54514	9662783	16,79	9,70	36,99
MG	ITABIRA	1014251	18768	5220378	54,46	9,76	289,93
MG	ITAJUBÁ	528084	26040	3010826	16,18	9,96	31,04
MG	ITAMBACURI	42686	36654	52809	9,92	8,77	11,32
MG	ITAOBIM	141266	32087	255007	8,64	6,50	11,83
MG	ITAÚNA	1090566	105243	3028868	39,07	16,03	87,45
MG	ITUIUTABA	644682	75011	2895226	26,80	21,87	36,72
MG	JANAÚBA/MONTE AZUL	126164	39050	335614	8,90	7,19	13,67
MG	JANUÁRIA	116028	74049	189501	8,15	6,76	10,27
MG	JOÃO MONLEVADE	776346	218505	2589634	23,98	13,56	34,94
MG	JUIZ DE FORA	2386526	29837	15985712	18,25	10,70	34,96
MG	LAGOA DA PRATA/STO ANT DO MONTE	576683	68001	1631037	21,53	15,78	31,85
MG	LAVRAS	200856	58624	478385	18,35	9,91	22,31
MG	LEOPOLDINA / CATAGUASES	337423	32167	1579995	13,95	9,20	21,25
MG	LIMA DUARTE	97135	21378	250830	13,30	8,74	18,24
MG	MANGA	71076	36848	126220	8,06	7,54	8,56
MG	MANHUAÇU	308864	31309	2385010	14,05	10,73	26,92
MG	MANTENA	48410	35929	56105	9,42	8,55	10,39
MG	MONTES CLAROS	92692	62592	122792	8,48	8,01	8,95
MG	MURIAÉ	438760	37688	2100138	13,53	10,07	19,35
MG	NANUQUE	349181	83623	643887	13,70	9,49	16,20
MG	OLIVEIRA/SANTO ANTONIO DO AMPARO	310226	96294	848005	17,07	13,46	22,55

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
MG	OURO PRETO	2897515	2897515	2897515	48,41	48,41	48,41
MG	PADRE PARAÍSO	106058	62976	168829	8,23	6,79	9,52
MG	PARÁ DE MINAS	555700	38520	2602636	24,43	11,67	48,71
MG	PASSOS	642236	123213	2387740	32,76	17,76	92,87
MG	PATOS DE MINAS	893204	92905	4378966	30,69	17,69	50,50
MG	PATROCÍNIO / MONTE CARMELO	626933	27312	2707529	29,55	19,26	47,06
MG	PEÇANHA/SÃO JOÃO EVANGELISTA	83287	43966	179187	9,65	8,82	10,03
MG	PEDRA AZUL	176378	87806	272990	13,81	9,26	18,69
MG	PIRAPORA	549261	420003	678519	16,08	14,82	17,34
MG	PIUMHI	264219	42003	866679	24,81	16,80	40,15
MG	POÇOS DE CALDAS	1879033	49056	6365940	22,34	13,87	38,33
MG	PONTE NOVA	202532	29918	1649724	13,35	7,90	27,33
MG	POUSO ALEGRE	1121267	55966	7529547	34,58	10,29	219,24
MG	RESPLENDOR	100995	36709	221895	13,65	9,28	22,11
MG	SALINAS	214008	37556	553718	10,50	8,66	13,29
MG	SANTA MARIA DO SUAÇUI	63886	54604	73167	9,06	6,96	11,16
MG	SANTOS DUMONT	905917	905917	905917	19,05	19,05	19,05
MG	SÃO GOTARDO	737380	737380	737380	23,89	23,89	23,89
MG	SÃO JOÃO DEL REI	312534	36479	2033659	16,45	10,35	26,86
MG	SÃO JOÃO NEPOMUCENO / BICAS	187069	46508	413880	15,42	11,81	19,35
MG	SÃO LOURENÇO	245280	30419	976870	17,37	9,90	35,69
MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	474928	109705	1937431	18,09	14,05	27,47
MG	SERRO	83398	31828	224580	9,48	7,28	11,58

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
MG	SETE LAGOAS	160653	36241	737149	15,42	8,90	24,50
MG	TAIOBEIRAS	189304	57235	439553	9,08	7,38	13,00
MG	TEÓFILO OTONI / MA-LACACHETA	414574	71282	2365624	9,71	6,24	16,67
MG	TRÊS CORAÇÕES	708690	89610	2216413	19,04	12,61	28,06
MG	TRÊS PONTAS	528958	148753	1254491	17,53	14,86	21,97
MG	TURMALINA/MINAS NOVAS/CAPELINHA	206109	43958	605890	11,30	6,09	16,00
MG	UBÁ	472752	27033	2861452	18,20	7,91	52,15
MG	UBERABA	2767110	127978	13152651	48,38	31,47	64,12
MG	UBERLÂNDIA / ARAGUARI	1111747	47834	4091891	56,48	15,58	175,53
MG	UNAÍ	3510748	3510748	3510748	38,00	38,00	38,00
MG	VARGINHA	1380633	59147	5442563	24,97	16,49	40,51
MG	VESPASIANO	930728	61250	1661110	22,39	14,24	26,90
MG	VIÇOSA	366168	48714	1557426	15,22	10,47	19,87
MS	CAMPO GRANDE	1544571	87570	27034851	35,46	16,85	115,50
MS	CORUMBÁ	1581982	294751	2869213	19,58	13,05	26,11
MS	DOURADOS	934068	109308	8327408	31,01	12,84	69,00
MS	TRÊS LAGOAS	2095816	262160	10131705	56,78	34,41	99,27
MT	ALTO TAPAJÓS	616276	175185	1491333	29,59	13,94	54,83
MT	ARAGUAIA XINGU	363252	111806	724695	17,94	13,89	24,59
MT	BAIXADA CUIABANA	1546267	69893	7892654	22,86	15,60	28,80
MT	CENTRO NORTE	600073	115519	1957070	34,92	10,58	91,91
MT	GARÇAS ARAGUAIA	512878	69023	1754165	32,62	16,55	57,09
MT	MÉDIO ARAGUAIA	481976	68833	1161807	40,09	18,83	56,11
MT	MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE	1564232	67840	3014931	49,46	17,95	103,55

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
MT	NOROESTE MATO-GROSSENSE	516719	135697	1020697	21,42	10,76	33,22
MT	NORTE ARAGUAIA KARAJÁ	183220	29644	559803	23,69	13,84	49,58
MT	NORTE MATO-GROSSENSE	203898	146257	288435	38,31	27,68	46,58
MT	OESTE MATO-GROSSENSE	402311	56858	1816006	20,42	16,40	24,93
MT	SUDOESTE MATO-GROSSENSE	611958	88274	1238836	53,37	20,69	190,24
MT	SUL MATO-GROSSENSE	784293	19543	3490426	43,99	11,37	94,55
MT	TELES PIRES	2516984	409147	5731413	69,23	34,92	177,21
MT	VALE DO PEIXOTO	362800	225749	499851	19,18	14,86	23,50
MT	VALE DOS ARINOS	395453	386230	404675	59,04	41,49	76,60
PA	ARAGUAIA	603220	74386	1699978	18,10	11,16	27,96
PA	BAIXO AMAZONAS	916741	120940	4835188	14,81	8,50	28,88
PA	CARAJÁS	2472349	80570	18431904	26,12	8,45	113,46
PA	LAGO DE TUCURUÍ	686655	373567	846501	9,69	8,19	11,38
PA	MARAJÓ I	240051	165754	358261	7,58	6,66	9,39
PA	MARAJÓ II	400520	169796	743286	9,08	5,91	18,84
PA	METROPOLITANA I	2581697	165802	6979135	14,61	8,09	22,85
PA	METROPOLITANA II	464572	79043	932152	11,03	6,72	17,61
PA	METROPOLITANA III	641354	42207	3757159	11,32	6,30	26,81
PA	RIO CAETÉS	323916	41219	1115895	8,97	5,71	14,41
PA	TAPAJÓS	766468	327630	1770652	22,55	7,32	40,65
PA	TOCANTINS	1224619	306527	4815194	14,32	6,18	39,73
PA	XINGU	1018641	240049	3088045	38,99	7,40	209,80
PB	1ª REGIÃO MATA ATLÂNTICA	2122099	43860	19737917	19,22	7,27	56,64

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
PB	10ª REGIÃO	165466	26081	1085479	9,34	7,53	15,61
PB	11ª REGIÃO	92844	29102	212921	7,43	6,38	9,06
PB	12ª REGIÃO	129195	40960	425345	9,60	7,78	14,92
PB	13ª REGIÃO	121411	28149	381253	9,47	8,10	11,64
PB	14ª REGIÃO	154869	46842	625132	10,46	7,68	21,87
PB	15ª REGIÃO	97579	21694	465617	8,77	7,32	11,73
PB	16ª REGIÃO	93349	24161	233668	9,68	7,10	17,90
PB	2ª REGIÃO	129417	30886	947205	9,44	7,22	16,09
PB	3ª REGIÃO	173330	41686	408020	9,42	7,30	12,27
PB	4ª REGIÃO	82605	26563	190736	8,50	7,79	9,42
PB	5ª REGIÃO	80194	18615	495886	9,94	7,69	14,89
PB	6ª REGIÃO	146371	18678	1711982	9,79	6,59	15,88
PB	7ª REGIÃO	75447	29071	273881	8,90	7,37	15,60
PB	8ª REGIÃO	154009	23009	425736	10,10	8,00	12,74
PB	9ª REGIÃO	76317	25579	175935	9,36	7,64	10,66
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	176981	34028	405163	8,32	6,93	10,95
PE	ARCOVERDE	525272	155277	1078385	13,50	6,73	29,87
PE	CARUARU	979523	60416	6877208	10,37	6,99	19,31
PE	GARANHUNS	443328	51417	2342967	9,80	7,22	16,90
PE	GOIANA	310079	106851	647078	10,48	7,69	13,63
PE	LIMOEIRO	431972	62146	1318990	11,69	5,78	15,95
PE	OURICURI	177694	81064	281832	7,43	6,54	9,35
PE	PALMARES	204437	76813	289182	8,64	6,41	12,36
PE	PETROLINA	1240538	150432	5990719	12,00	8,56	17,45
PE	RECIFE	7440563	207892	51859618	24,24	9,28	115,09
PE	SALGUEIRO	257540	67423	792726	8,81	6,46	13,11

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
PE	SERRA TALHADA	326607	53447	1337330	9,52	6,68	15,63
PI	CARNAUBAIS	103360	22113	544346	7,72	6,33	11,81
PI	CHAPADA DAS MANGABEIRAS	154248	30626	873676	14,25	6,59	35,36
PI	COCAIS	133869	31910	657160	7,22	5,83	10,48
PI	ENTRE RIOS	1300920	14725	19113870	9,14	6,12	22,48
PI	PLANÍCIE LITORÂNEA	293257	43691	2037540	8,85	7,20	13,53
PI	SERRA DA CAPIVARA	80597	27875	407774	7,40	5,34	11,96
PI	TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	709715	123308	1261292	51,39	29,19	65,45
PI	VALE DO CANINDÉ	87518	25414	401082	8,30	6,38	11,01
PI	VALE DO RIO GUARIBAS	114948	17237	1425586	10,26	6,15	57,55
PI	VALE DO SAMBITO	62950	20291	223638	8,01	6,50	10,86
PI	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	119729	22698	1019283	11,70	6,71	51,70
PR	1 RS PARANAGUÁ	2022318	106909	9856374	27,90	13,49	64,43
PR	10 RS CASCAVEL	949897	53943	11374861	32,91	15,17	78,30
PR	11 RS CAMPO MOURÃO	483708	67054	3435760	33,32	17,63	46,55
PR	12 RS UMUARAMA	381249	41432	3284406	27,81	13,72	62,23
PR	13 RS CIANORTE	479929	49616	2716202	35,69	22,67	118,80
PR	14 RS PARANAVAÍ	282220	42286	2648763	28,58	17,72	56,81
PR	15 RS MARINGÁ	966763	49230	16906177	30,58	15,47	57,86
PR	16 RS APUCARANA	574227	67284	4474057	24,40	15,78	37,76
PR	17 RS LONDRINA	2197750	44811	19235188	29,37	14,78	57,80
PR	18 RS CORNÉLIO PROCÓPIO	328460	77827	1447867	25,43	14,85	44,96
PR	19 RS JACAREZINHO	330272	78694	1178814	23,96	17,59	42,41

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
PR	2 RS METROPOLITANA	5941331	114081	84702357	34,30	11,34	123,48
PR	20 RS TOLEDO	891734	73392	5929258	34,62	18,30	57,28
PR	21 RS TELÊMACO BORBA	1246711	213394	3836532	36,88	14,98	76,83
PR	22 RS IVAIPORÃ	180260	51121	755258	22,27	16,09	34,32
PR	3 RS PONTA GROSSA	2250288	120304	14533645	36,73	24,88	57,64
PR	4 RS IRATI	573009	174486	1794165	29,95	15,48	48,02
PR	5 RS GUARAPUAVA	711733	87245	5606255	24,69	16,43	45,37
PR	6 RS UNIÃO DA VITÓRIA	596391	170272	1530300	29,56	19,88	46,12
PR	7 RS PATO BRANCO	744792	94198	3598922	49,70	22,52	165,07
PR	8 RS FRANCISCO BELTRÃO	370262	49973	3069186	27,11	17,54	40,30
PR	9 RS FOZ DO IGUAÇU	583516	81599	1822777	32,33	18,40	48,85
RJ	BAÍA DA ILHA GRANDE	10099365	10099365	10099365	51,89	51,89	51,89
RJ	BAIXADA LITORÂNEA	3076734	462197	8593977	34,50	17,16	53,08
RJ	CENTRO-SUL	927162	261760	3714351	26,96	16,52	46,78
RJ	MÉDIO PARAÍBA	3101218	243737	11304596	43,68	16,85	151,72
RJ	METROPOLITANA I	77254189	1615348	337594462	28,67	13,51	51,78
RJ	METROPOLITANA II	8983801	448698	27471324	32,63	15,63	74,76
RJ	NOROESTE	547762	133876	2705103	20,77	15,20	27,05
RJ	NORTE	6367027	367975	21088777	52,12	17,77	133,28
RJ	SERRANA	2460106	160870	12811831	25,83	15,90	42,96
RN	1ª REGIÃO DE SAÚDE - SÃO JOSÉ DE MIPIBU	176988	21960	762405	11,25	6,74	25,32
RN	2ª REGIÃO DE SAÚDE - MOSSORÓ	801434	60893	6166119	17,15	11,31	25,89
RN	3ª REGIÃO DE SAÚDE - JOÃO CÂMARA	247335	25462	1046277	19,18	6,95	69,00

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
RN	4ª REGIÃO DE SAÚDE - CAICÓ	191128	25976	1145089	12,72	8,64	21,85
RN	5ª REGIÃO DE SAÚDE - SANTA CRUZ	104994	29806	562201	8,85	6,70	14,17
RN	6ª REGIÃO DE SAÚDE - PAU DOS FERROS	61513	15769	493167	8,96	7,32	16,19
RN	7ª REGIÃO DE SAÚDE - METROPOLITANA	6683858	387210	23454683	18,15	13,67	26,50
RN	8ª REGIÃO DE SAÚDE - AÇU	210348	31962	893973	14,37	8,42	28,77
RO	CAFÉ	692418	63356	2127523	20,65	15,20	28,29
RO	CENTRAL	617369	83415	3026759	18,93	13,52	26,88
RO	CONE SUL	1034377	99026	2555582	30,94	25,01	41,09
RO	MADEIRA-MAMORÉ	4582572	473026	16514535	21,61	16,37	31,79
RO	VALE DO GUAPORÉ	265981	215992	341413	16,25	12,41	19,01
RO	VALE DO JAMARI	612350	140788	2296074	17,67	14,44	21,79
RO	ZONA DA MATA	379198	102393	1297525	20,96	16,60	31,40
RR	CENTRO NORTE	1181378	116530	8939317	17,02	11,85	26,92
RR	SUL	245139	119354	531363	17,09	13,93	20,04
RS	REGIÃO 01	3789105	426060	7152149	25,90	25,69	26,11
RS	REGIÃO 02	118085	59453	176716	36,29	24,10	48,48
RS	REGIÃO 03	2019527	2019527	2019527	25,89	25,89	25,89
RS	REGIÃO 04	746651	51729	1441573	23,82	17,85	29,78
RS	REGIÃO 05	2026364	2026364	2026364	45,57	45,57	45,57
RS	REGIÃO 06 - VALE DO PARANHANA E COSTA SERR	1098132	602431	1593833	36,73	27,79	45,66
RS	REGIÃO 07	2394217	122892	7829272	39,30	27,05	52,06
RS	REGIÃO 08	6416800	282987	18947513	41,84	22,48	55,10

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
RS	REGIÃO 09	251052	114248	590487	19,31	14,60	24,85
RS	REGIÃO 10	26387411	339676	73862306	44,36	38,96	49,74
RS	REGIÃO 11	323409	49999	1134868	32,91	25,91	40,02
RS	REGIÃO 13	270515	111208	406480	44,76	41,44	46,83
RS	REGIÃO 14	498369	82105	2810212	30,20	15,75	38,63
RS	REGIÃO 15	298110	42093	1050979	29,92	12,94	70,93
RS	REGIÃO 16	128407	85248	206014	38,11	30,46	43,16
RS	REGIÃO 17	8584861	8584861	8584861	43,18	43,18	43,18
RS	REGIÃO 18	543779	96032	964817	31,10	18,83	39,66
RS	REGIÃO 19	406431	406431	406431	37,58	37,58	37,58
RS	REGIÃO 20	143069	49152	300105	32,30	27,46	41,38
RS	REGIÃO 21	2058916	58530	9215701	30,78	20,14	49,67
RS	REGIÃO 22	1544036	262135	3006499	37,97	24,60	55,08
RS	REGIÃO 23	4256800	46470	21717020	38,95	23,26	52,38
RS	REGIÃO 24	151824	72833	305269	28,75	22,42	43,15
RS	REGIÃO 25	1077543	42523	5531266	42,16	23,89	56,04
RS	REGIÃO 26	953442	84070	3161847	40,50	27,65	50,04
RS	REGIÃO 27	287491	74321	815749	22,52	15,83	33,65
RS	REGIÃO 28	1387050	76100	8238767	29,11	19,38	64,65
RS	REGIÃO 29	402051	41915	3662790	29,76	16,86	56,68
RS	REGIÃO 30	446834	68074	1289617	33,73	19,58	47,85
SC	ALTO URUGUAI CATARINENSE	275366	45913	812693	45,73	18,52	159,24
SC	ALTO VALE DO ITAJAÍ	375242	55138	2571376	28,61	20,15	39,35
SC	ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	615368	43148	3073698	32,24	18,43	47,63
SC	CARBONÍFERA	1259837	212942	7146731	36,66	17,17	55,80

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
SC	EXTREMO OESTE	263757	34045	1449262	27,68	16,38	50,56
SC	EXTREMO SUL CATARINENSE	332683	85967	1724538	26,44	12,87	45,74
SC	FOZ DO RIO ITAJAI	3717545	570948	21913882	45,60	21,71	103,07
SC	GRANDE FLORIANOPOLIS	2118487	46437	19512519	25,95	12,69	42,26
SC	LAGUNA	602939	48259	3514932	27,98	17,17	51,60
SC	MEDIO VALE DO ITAJAÍ	2410783	112894	16008744	38,34	23,84	59,35
SC	MEIO OESTE	363830	54235	1964428	36,37	14,01	83,56
SC	NORDESTE	3893737	165937	27378205	48,47	18,23	111,32
SC	OESTE	651645	34931	8890178	30,40	15,07	52,24
SC	PLANALTO NORTE	892020	139328	2992809	27,12	18,77	38,00
SC	SERRA CATARINENSE	527311	50134	5074152	27,76	18,25	46,15
SC	XANXERÊ	301800	39369	1603411	29,60	14,79	40,45
SE	ARACAJÚ	3140988	41478	16373280	18,25	10,20	30,29
SE	ESTÂNCIA	466613	84117	1633878	12,59	8,77	23,58
SE	ITABAIANA	301467	41004	1805072	12,97	9,11	18,96
SE	LAGARTO	553173	175015	1505153	11,97	8,68	14,46
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	489306	106329	1632436	18,39	8,62	55,58
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	437995	31130	2597290	16,03	9,39	42,94
SE	PROPRIÁ	166882	52110	484995	11,14	8,49	16,26
SP	ADAMANTINA	341498	43299	1054541	20,72	13,59	35,57
SP	ALTA ANHANGUERA	889395	359307	1781347	47,95	30,87	71,86
SP	ALTA MOGIANA	627140	178048	1076232	38,09	35,79	40,39
SP	ALTA PAULISTA	248796	27941	1166835	20,81	10,46	30,13
SP	ALTA SOROCABANA	692603	37723	7806813	22,53	12,41	43,17

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
SP	ALTO CAPIVARI	471211	150435	1323712	39,40	30,22	49,34
SP	ALTO DO TIETÊ	9422348	200622	55743650	30,55	11,87	61,46
SP	ALTO VALE DO PARAÍBA	11224222	246568	39829404	36,68	15,03	56,64
SP	AQUÍFERO GUARANI	7542509	217510	35315843	31,88	23,24	51,76
SP	ARARAS	2259050	117879	5284021	30,06	23,81	40,25
SP	ASSIS	890668	92409	3303948	42,29	27,29	83,99
SP	BAIXA MOGIANA	4456895	4456895	4456895	48,25	48,25	48,25
SP	BAIXADA SANTISTA	4736981	1346872	8589741	20,46	14,44	27,22
SP	BAURU	2371898	36487	13771753	27,95	10,48	55,94
SP	BRAGANÇA	1352825	112807	6162799	21,31	11,12	44,12
SP	CATANDUVA	673191	54347	3974659	32,33	9,30	78,17
SP	CENTRAL DO DRS II	1407806	39726	6970533	35,13	20,36	58,04
SP	CENTRAL DO DRS III	2249944	87132	9009108	56,78	18,63	177,21
SP	CENTRO OESTE DO DRS III	769166	278225	1481596	25,75	17,22	32,12
SP	CIRCUITO DA FÉ E VALE HISTÓRICO	1085711	243538	2439667	23,41	11,11	27,73
SP	CIRCUITO DAS ÁGUAS	596923	472984	720861	25,32	25,08	25,55
SP	CONSÓRCIOS DO DRS II	468952	38854	3146638	25,65	12,33	68,79
SP	CORAÇÃO DO DRS III	1121640	273148	1975018	43,15	20,91	66,79
SP	EXTREMO OESTE PAULISTA	276380	54210	853036	17,31	13,63	21,50
SP	FERNANDÓPOLIS	359238	34008	1930276	35,77	16,16	101,52
SP	FRANCO DA ROCHA	5368540	1464628	15003191	65,74	8,54	202,96
SP	GRANDE ABC	16944935	610938	44680389	39,89	12,37	82,12
SP	HORIZONTE VERDE	1979783	840208	5362996	34,05	22,68	43,73
SP	ITAPETININGA	1516173	100567	4458857	25,75	13,66	39,11

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
SP	ITAPEVA	521436	39033	2371573	19,34	11,20	29,93
SP	JALES	188652	33181	1394460	23,31	16,16	33,92
SP	JAÚ	741036	213334	1387795	35,12	21,48	45,67
SP	JOSÉ BONIFÁCIO	438813	99735	1389991	39,64	24,25	57,45
SP	JUNDIAÍ	11245501	1922194	41227953	68,68	22,36	107,39
SP	LAGOS DO DRS II	375917	59608	817570	23,69	13,22	35,84
SP	LINS	1059176	76270	3573980	29,04	21,29	46,40
SP	LITORAL NORTE	3439461	1964761	6153610	65,88	22,25	184,49
SP	MANANCIAIS	4869183	206752	11713049	27,94	13,37	48,68
SP	MANTIQUEIRA	1162670	153773	2923319	25,89	18,97	32,45
SP	MARÍLIA	1027456	46064	7719607	22,49	9,67	38,11
SP	NORTE - BARRETOS	1268933	152695	4443581	38,81	14,62	57,55
SP	NORTE DO DRS III	1802662	117041	3821843	28,54	13,39	46,43
SP	OURINHOS	623542	71536	2999648	26,47	15,18	43,32
SP	PIRACICABA	4341988	125146	21896872	39,26	34,58	55,11
SP	POLO CUESTA	661918	112344	4290669	22,97	12,14	45,23
SP	PONTAL DO PARANAPANEMA	715520	412278	1255100	38,06	20,91	70,53
SP	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	8737812	908165	59053563	58,97	20,80	209,32
SP	RIO CLARO	3018635	386254	9418391	56,73	21,96	97,25
SP	RIO PARDO	1041495	123341	2228392	26,54	15,71	32,30
SP	ROTA DOS BANDEIRANTES	14431887	396159	47553589	69,66	21,80	177,75
SP	SANTA FÉ DO SUL	251137	36621	1013729	26,08	18,51	31,88
SP	SAO JOSÉ DO RIO PRETO	1399555	100658	16493968	30,02	18,92	65,08
SP	SÃO PAULO	699288352	699288352	699288352	57,76	57,76	57,76

		PIB 2017*			PIB *per capita* 2017*		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
SP	SOROCABA	4052631	103933	31852858	42,93	14,29	135,19
SP	SUL - BARRETOS	1808322	356142	3260501	30,51	19,09	41,93
SP	TRÊS COLINAS	3220901	86851	9409310	22,78	18,70	27,10
SP	TUPÃ	567894	47754	1760413	43,32	23,97	112,90
SP	VALE DAS CACHOEIRAS	572884	139851	1479439	32,95	21,28	53,98
SP	VALE DO JURUMIRIM	606233	79652	2621040	24,09	14,70	38,63
SP	VALE DO PARAÍBA/ REGIÃO SERRANA	3444738	54614	16799723	21,83	10,29	54,55
SP	VALE DO RIBEIRA	686227	78283	1950928	24,01	10,06	54,22
SP	VOTUPORANGA	201766	48813	328002	28,57	17,55	58,75
TO	AMOR PERFEITO	465162	19566	2627604	25,09	10,74	49,74
TO	BICO DO PAPAGAIO	127308	30608	383398	10,75	7,87	12,74
TO	CANTÃO	256548	48530	1196353	19,88	11,59	39,29
TO	CAPIM DOURADO	1317152	38403	8246273	17,97	9,16	28,75
TO	CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA	218210	40866	666116	19,88	9,66	50,13
TO	ILHA DO BANANAL	409507	33687	2155992	30,83	10,92	77,49
TO	MÉDIO NORTE ARAGUAIA	532913	35273	4013612	17,77	9,53	29,54
TO	SUDESTE	82895	18994	299061	11,33	9,22	13,76
	Total	**1444722**	**14725**	**699288352**	**21,77**	**4,35**	**292,40**

**Valores expressos em mil reais.*

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

ANEXO IV

Média, valor mínimo e máximo da mortalidade infantil em 2017 nos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por UF e região de saúde (em ordem alfabética)

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
AC	ALTO ACRE	9,80	3,28	17,54
AC	BAIXO ACRE E PURUS	15,78	6,51	26,82
AC	JURUA E TARAUACÁ/ENVIRA	14,20	8,38	22,97
AL	1ª REGIÃO DE SAÚDE	9,86	5,33	15,54
AL	10ª REGIÃO DE SAÚDE	14,96	11,83	20,69
AL	2ª REGIÃO DE SAÚDE	21,37	6,80	61,22
AL	3ª REGIÃO DE SAÚDE	14,87	5,41	20,08
AL	4ª REGIÃO DE SAÚDE	17,89	7,18	27,78
AL	5ª REGIÃO DE SAÚDE	18,28	7,41	37,50
AL	6ª REGIÃO DE SAÚDE	12,51	6,58	17,29
AL	7ª REGIÃO DE SAÚDE	15,91	7,09	24,17
AL	8ª REGIÃO DE SAÚDE	18,79	10,87	35,09
AL	9ª REGIÃO DE SAÚDE	18,96	7,35	38,89
AM	ALTO SOLIMÕES	19,74	18,02	22,93
AM	BAIXO AMAZONAS	17,40	12,54	22,91
AM	MANAUS, ENTORNO E ALTO RIO NEGRO	21,95	4,22	74,43
AM	MÉDIO AMAZONAS	9,62	8,13	11,11
AM	REGIONAL JURUÁ	22,05	12,27	36,30
AM	REGIONAL PURUS	14,27	14,27	14,27
AM	RIO MADEIRA	15,54	9,85	21,23
AM	TRIÂNGULO	16,39	12,42	18,72

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
AP	ÁREA CENTRAL	19,48	6,10	37,74
AP	ÁREA NORTE	18,93	6,67	25,13
AP	ÁREA SUDOESTE	22,15	9,84	36,50
BA	ALAGOINHAS	17,28	4,61	36,59
BA	BARREIRAS	20,13	10,17	39,22
BA	BRUMADO	17,34	6,84	37,04
BA	CAMAÇARI	15,97	12,10	19,34
BA	CRUZ DAS ALMAS	16,09	10,68	22,73
BA	FEIRA DE SANTANA	15,47	3,73	31,53
BA	GUANAMBI	14,91	3,73	29,24
BA	IBOTIRAMA	23,14	13,84	29,41
BA	ILHÉUS	20,09	17,24	24,69
BA	IRECÊ	15,55	4,17	31,09
BA	ITABERABA	15,24	7,81	24,00
BA	ITABUNA	22,09	14,49	30,61
BA	ITAPETINGA	21,20	13,89	33,33
BA	JACOBINA	13,06	4,85	24,39
BA	JEQUIÉ	20,17	5,92	40,00
BA	JUAZEIRO	18,43	7,46	25,86
BA	PAULO AFONSO	20,65	10,81	33,33
BA	PORTO SEGURO	13,68	5,83	17,65
BA	RIBEIRA DO POMBAL	13,18	5,21	23,88
BA	SALVADOR	16,64	9,35	30,04
BA	SANTA MARIA DA VITÓRIA	13,45	4,22	18,96
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	15,56	6,58	47,17
BA	SEABRA	20,41	8,04	37,43

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
BA	SENHOR DO BONFIM	16,73	10,42	24,59
BA	SERRINHA	12,10	4,61	20,75
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	12,69	5,46	23,89
BA	VALENÇA	16,23	5,43	27,78
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	16,87	5,49	32,61
CE	1ª REGIÃO FORTALEZA	14,65	13,54	15,76
CE	10ª REGIÃO LIMOEIRO DO NORTE	18,17	11,35	32,26
CE	11ª REGIÃO SOBRAL	16,53	5,78	33,71
CE	12ª REGIÃO ACARAÚ	12,56	2,82	22,10
CE	13ª REGIÃO TIANGUÁ	16,54	8,19	26,01
CE	14ª REGIÃO TAUÁ	10,06	8,19	11,11
CE	15ª REGIÃO CRATÉUS	16,59	3,50	24,79
CE	16ª REGIÃO CAMOCIM	13,86	8,89	22,36
CE	17ª REGIÃO ICÓ	19,53	11,28	27,78
CE	19ª REGIÃO BREJO SANTO	10,96	6,95	14,29
CE	2ª REGIÃO CAUCAIA	15,99	9,26	19,74
CE	20ª REGIÃO CRATO	10,16	8,55	12,10
CE	21ª REGIÃO JUAZEIRO DO NORTE	11,30	9,09	15,27
CE	22ª REGIÃO CASCAVEL	17,97	14,96	20,98
CE	3ª REGIÃO MARACANAÚ	12,45	2,42	17,03
CE	4ª REGIÃO BATURITÉ	10,26	8,25	12,27
CE	5ª REGIÃO CANINDÉ	23,03	23,03	23,03
CE	6ª REGIÃO ITAPIPOCA	16,71	11,08	23,12
CE	7ª REGIÃO ARACATI	12,07	12,07	12,07
CE	9ª REGIÃO RUSSAS	12,44	9,27	17,29
DF	DISTRITO FEDERAL	11,08	11,08	11,08

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
ES	CENTRAL	13,00	4,95	25,42
ES	METROPOLITANA	10,24	3,13	20,16
ES	NORTE	15,51	5,24	28,57
ES	SUL	10,17	5,62	16,39
GO	CENTRAL	21,12	4,76	76,92
GO	CENTRO SUL	15,67	4,83	24,49
GO	ENTORNO NORTE	14,61	5,45	26,09
GO	ENTORNO SUL	10,39	4,55	16,10
GO	ESTRADA DE FERRO	25,05	12,44	45,45
GO	NORDESTE I	19,78	18,13	21,43
GO	NORDESTE II	20,01	5,57	27,78
GO	NORTE	11,75	1,77	30,30
GO	OESTE I	41,61	8,00	200,00
GO	OESTE II	33,04	6,06	100,00
GO	PIRINEUS	13,47	6,94	19,61
GO	RIO VERMELHO	13,48	5,10	22,83
GO	SAO PATRÍCIO I	10,33	3,39	16,46
GO	SAO PATRÍCIO II	23,79	12,75	44,44
GO	SERRA DA MESA	12,25	8,50	16,00
GO	SUDOESTE I	16,37	9,62	29,41
GO	SUDOESTE II	12,49	9,39	15,33
GO	SUL	26,68	6,96	62,50
MA	AÇAILÂNDIA	17,05	6,99	23,26
MA	BACABAL	17,90	6,21	34,09
MA	BALSAS	17,56	9,35	24,24
MA	BARRA DO CORDA	18,65	6,60	27,70

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
MA	CAXIAS	17,01	9,60	20,79
MA	CHAPADINHA	15,15	9,17	24,92
MA	CODÓ	13,18	10,55	16,26
MA	IMPERATRIZ	14,07	3,68	21,92
MA	ITAPECURU MIRIM	15,42	5,60	22,83
MA	PEDREIRAS	14,68	5,05	38,17
MA	PINHEIRO	15,10	2,85	26,55
MA	PRESIDENTE DUTRA	10,47	4,26	16,85
MA	ROSÁRIO	13,75	9,62	17,09
MA	SANTA INÊS	15,73	8,67	29,63
MA	SÃO JOÃO DOS PATOS	13,98	6,80	29,85
MA	SAO LUÍS	15,33	11,95	17,36
MA	TIMON	21,77	14,59	28,96
MA	VIANA	20,67	15,75	23,67
MA	ZÉ DOCA	18,18	7,41	34,65
MG	ÁGUAS FORMOSAS	16,15	10,64	22,22
MG	ALÉM PARAÍBA	15,78	11,90	19,66
MG	ALFENAS / MACHADO	15,97	5,38	24,22
MG	ALMENARA/JACINTO	22,12	10,47	31,91
MG	ARACUAÍ	19,10	11,90	29,13
MG	ARAXÁ	12,97	5,41	30,30
MG	BARBACENA	19,74	9,43	40,82
MG	BELO HORIZONTE/ NOVA LIMA/ CAETÉ	13,35	8,13	29,41
MG	BETIM	14,29	6,85	19,61
MG	BOCAIÚVA	15,71	14,49	16,92
MG	BOM DESPACHO	13,39	10,45	16,81

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
MG	BRASÍLIA DE MINAS/SÃO FRANCISCO	15,97	7,58	24,10
MG	CAMPO BELO	8,14	8,06	8,21
MG	CARANGOLA	16,55	7,52	34,48
MG	CARATINGA	13,62	3,91	21,03
MG	CÁSSIA	16,39	16,39	16,39
MG	CONGONHAS	24,22	16,88	32,26
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	32,90	13,25	69,77
MG	CONTAGEM	9,30	8,61	9,99
MG	CORACAO DE JESUS	38,14	25,00	51,28
MG	CORONEL FABRICIANO/TIMOTEO	22,14	9,80	34,48
MG	CURVELO	22,82	8,85	45,45
MG	DIAMANTINA	15,40	8,87	22,22
MG	DIVINOPOLIS	8,59	3,82	13,62
MG	FORMIGA	15,11	15,11	15,11
MG	FRANCISCO SA	23,59	14,93	45,45
MG	FRUTAL / ITURAMA	16,87	6,00	37,04
MG	GOVERNADOR VALADARES	26,73	11,91	50,85
MG	GUANHAES	23,41	6,40	33,33
MG	GUAXUPE	19,43	3,80	32,79
MG	IPATINGA	11,14	2,97	16,81
MG	ITABIRA	12,04	6,91	14,71
MG	ITAJUBA	17,72	5,26	30,30
MG	ITAMBACURI	28,99	28,99	28,99
MG	ITAOBIM	13,70	12,00	16,39
MG	ITAÚNA	15,72	11,31	23,81
MG	ITUIUTABA	22,42	10,43	41,67

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
MG	JANAÚBA/MONTE AZUL	18,03	6,94	29,70
MG	JANUÁRIA	12,96	7,46	18,45
MG	JOÃO MONLEVADE	11,21	4,35	17,24
MG	JUIZ DE FORA	25,08	10,32	41,67
MG	LAGOA DA PRATA/STO ANT DO MONTE	8,69	2,80	14,93
MG	LAVRAS	23,45	17,05	31,75
MG	LEOPOLDINA / CATAGUASES	14,38	6,14	31,50
MG	LIMA DUARTE	30,81	9,01	47,62
MG	MANGA	12,32	5,03	19,61
MG	MANHUAÇU	18,82	7,94	50,63
MG	MANTENA	19,04	13,51	24,39
MG	MONTES CLAROS	23,86	21,74	25,97
MG	MURIAÉ	20,65	6,45	40,00
MG	NANUQUE	10,49	8,73	13,33
MG	OLIVEIRA/SANTO ANTONIO DO AMPARO	12,31	10,15	15,63
MG	OURO PRETO	13,21	13,21	13,21
MG	PADRE PARAÍSO	14,36	5,49	21,58
MG	PARÁ DE MINAS	27,57	12,73	64,52
MG	PASSOS	17,28	4,39	44,94
MG	PATOS DE MINAS	16,90	10,10	22,94
MG	PATROCÍNIO / MONTE CARMELO	31,52	11,66	111,11
MG	PEÇANHA/SAO JOÃO EVANGELISTA	17,95	16,67	19,23
MG	PEDRA AZUL	21,18	16,72	25,64
MG	PIRAPORA	8,13	5,48	10,78
MG	PIUMHI	26,47	11,55	45,11
MG	POÇOS DE CALDAS	11,35	10,86	11,83

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
MG	PONTE NOVA	21,62	6,99	40,82
MG	POUSO ALEGRE	15,10	7,36	32,52
MG	RESPLENDOR	21,70	19,51	25,97
MG	SALINAS	12,27	10,25	14,29
MG	SANTA MARIA DO SUAÇUI	38,53	32,61	44,44
MG	SANTOS DUMONT	14,52	14,52	14,52
MG	SÃO GOTARDO	11,66	11,66	11,66
MG	SÃO JOAO DEL REI	23,96	9,90	61,22
MG	SÃO JOAO NEPOMUCENO / BICAS	15,03	13,61	17,75
MG	SÃO LOURENCO	12,82	6,17	15,87
MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	12,86	5,42	25,00
MG	SERRO	28,29	15,15	50,85
MG	SETE LAGOAS	15,12	8,40	26,67
MG	TAIOBEIRAS	18,32	11,49	24,39
MG	TEÓFILO OTONI / MALACACHETA	14,48	5,06	26,09
MG	TRÊS CORAÇÕES	14,95	7,41	20,73
MG	TRÊS PONTAS	9,02	6,76	11,28
MG	TURMALINA/MINAS NOVAS/CAPELINHA	10,89	8,30	15,77
MG	UBÁ	19,52	11,24	35,71
MG	UBERABA	23,30	8,38	41,67
MG	UBERLÂNDIA / ARAGUARI	19,27	7,17	39,77
MG	UNAÍ	16,58	16,58	16,58
MG	VARGINHA	18,70	10,23	25,64
MG	VESPASIANO	13,50	7,79	19,23
MG	VIÇOSA	22,20	12,15	32,26
MS	CAMPO GRANDE	12,39	5,04	29,41

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
MS	CORUMBÁ	19,99	17,48	22,50
MS	DOURADOS	15,62	4,15	45,45
MS	TRÊS LAGOAS	11,36	6,33	27,27
MT	ALTO TAPAJÓS	20,85	18,99	24,59
MT	ARAGUAIA XINGU	10,92	8,62	13,94
MT	BAIXADA CUIABANA	19,93	4,07	48,78
MT	CENTRO NORTE	8,93	4,90	11,24
MT	GARÇAS ARAGUAIA	28,98	24,23	33,86
MT	MÉDIO ARAGUAIA	19,95	6,33	39,60
MT	MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE	10,06	5,43	13,25
MT	NOROESTE MATO-GROSSENSE	19,89	12,16	27,62
MT	NORTE ARAGUAIA KARAJÁ	29,06	15,38	38,46
MT	NORTE MATO-GROSSENSE	19,84	10,10	29,41
MT	OESTE MATO-GROSSENSE	12,81	9,80	16,59
MT	SUDOESTE MATO-GROSSENSE	14,00	7,41	21,20
MT	SUL MATO-GROSSENSE	12,42	3,07	26,53
MT	TELES PIRES	11,87	6,62	19,23
MT	VALE DO PEIXOTO	19,54	12,76	26,32
MT	VALE DOS ARINOS	34,49	28,99	40,00
PA	ARAGUAIA	16,71	8,90	27,97
PA	BAIXO AMAZONAS	17,28	6,87	26,50
PA	CARAJÁS	16,44	6,07	28,17
PA	LAGO DE TUCURUÍ	14,58	11,01	18,34
PA	MARAJÓ I	22,51	15,87	36,65
PA	MARAJÓ II	13,31	7,23	17,79
PA	METROPOLITANA I	13,00	11,59	13,98

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
PA	METROPOLITANA II	13,79	8,28	18,60
PA	METROPOLITANA III	14,87	6,17	24,27
PA	RIO CAETÉS	15,93	3,33	30,04
PA	TAPAJÓS	22,41	17,71	30,69
PA	TOCANTINS	17,91	10,21	30,93
PA	XINGU	14,37	6,48	23,87
PB	1ª REGIÃO MATA ATLÂNTICA	14,94	6,19	29,41
PB	10ª REGIÃO	21,21	11,90	31,75
PB	11ª REGIÃO	19,06	9,09	30,08
PB	12ª REGIÃO	15,22	3,62	27,78
PB	13ª REGIÃO	21,15	4,57	38,46
PB	14ª REGIÃO	12,73	5,95	20,83
PB	15ª REGIÃO	22,65	4,05	40,00
PB	16ª REGIÃO	19,84	5,52	28,85
PB	2ª REGIÃO	17,75	6,85	44,12
PB	3ª REGIÃO	19,03	4,91	40,82
PB	4ª REGIÃO	13,45	7,19	21,28
PB	5ª REGIÃO	19,43	4,42	46,51
PB	6ª REGIÃO	21,41	4,37	52,63
PB	7ª REGIÃO	27,32	5,67	46,51
PB	8ª REGIÃO	16,65	7,75	28,57
PB	9ª REGIÃO	23,53	8,62	62,50
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	13,83	7,54	22,30
PE	ARCOVERDE	17,41	7,79	27,63
PE	CARUARU	12,07	3,26	17,70
PE	GARANHUNS	17,47	11,76	29,13

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
PE	GOIANA	7,33	4,89	13,33
PE	LIMOEIRO	9,54	3,80	13,55
PE	OURICURI	19,57	15,20	25,00
PE	PALMARES	11,77	4,15	22,56
PE	PETROLINA	18,99	8,76	28,34
PE	RECIFE	11,58	7,24	17,86
PE	SALGUEIRO	19,44	14,18	32,26
PE	SERRA TALHADA	15,44	9,03	26,46
PI	CARNAUBAIS	16,13	12,82	21,74
PI	CHAPADA DAS MANGABEIRAS	15,44	6,21	30,30
PI	COCAIS	15,04	4,50	41,67
PI	ENTRE RIOS	28,84	3,77	96,77
PI	PLANÍCIE LITORÂNEA	16,26	8,40	31,78
PI	SERRA DA CAPIVARA	22,96	10,42	40,82
PI	TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	20,74	20,00	21,48
PI	VALE DO CANINDÉ	26,48	9,80	52,63
PI	VALE DO RIO GUARIBAS	23,97	9,17	65,22
PI	VALE DO SAMBITO	22,15	6,97	54,05
PI	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	27,31	12,20	57,97
PR	1 RS PARANAGUÁ	11,35	5,08	17,32
PR	10 RS CASCAVEL	10,41	3,89	18,87
PR	11 RS CAMPO MOURÃO	15,72	6,35	23,81
PR	12 RS UMUARAMA	14,08	6,49	34,01
PR	13 RS CIANORTE	16,58	6,76	41,67
PR	14 RS PARANAVAÍ	21,78	3,89	40,82
PR	15 RS MARINGÁ	15,99	7,36	48,78

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
PR	16 RS APUCARANA	18,53	3,70	34,09
PR	17 RS LONDRINA	25,93	9,01	66,67
PR	18 RS CORNÉLIO PROCÓPIO	21,35	8,13	43,48
PR	19 RS JACAREZINHO	16,81	3,88	80,00
PR	2 RS METROPOLITANA	9,63	4,15	17,96
PR	20 RS TOLEDO	15,49	9,71	27,78
PR	21 RS TELÊMACO BORBA	11,18	6,60	22,47
PR	22 RS IVAIPORÃ	22,07	13,70	34,48
PR	3 RS PONTA GROSSA	11,85	5,43	18,40
PR	4 RS IRATI	10,65	5,81	19,61
PR	5 RS GUARAPUAVA	11,67	4,61	24,39
PR	6 RS UNIÃO DA VITÓRIA	12,29	9,50	14,81
PR	7 RS PATO BRANCO	17,56	10,00	27,78
PR	8 RS FRANCISCO BELTRÃO	14,63	3,27	33,18
PR	9 RS FOZ DO IGUAÇU	12,30	5,24	21,74
RJ	BAÍA DA ILHA GRANDE	6,83	6,83	6,83
RJ	BAIXADA LITORÂNEA	13,32	7,36	24,93
RJ	CENTRO-SUL	16,68	8,26	38,67
RJ	MEDIO PARAÍBA	13,19	9,73	19,80
RJ	METROPOLITANA I	13,67	11,22	16,21
RJ	METROPOLITANA II	10,94	6,51	16,69
RJ	NOROESTE	12,31	6,41	27,40
RJ	NORTE	14,67	11,04	20,57
RJ	SERRANA	10,07	4,39	18,05
RN	1ª REGIÃO DE SAÚDE - SÃO JOSÉ DE MIPIBU	20,46	3,68	51,02
RN	2ª REGIÃO DE SAÚDE - MOSSORÓ	14,53	4,10	30,12

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
RN	3ª REGIÃO DE SAÚDE - JOÃO CÂMARA	16,07	2,99	36,76
RN	4ª REGIÃO DE SAÚDE - CAICÓ	17,98	7,91	54,05
RN	5ª REGIÃO DE SAÚDE - SANTA CRUZ	17,93	6,80	25,64
RN	6ª REGIÃO DE SAÚDE - PAU DOS FERROS	20,78	4,84	33,33
RN	7ª REGIÃO DE SAÚDE - METROPOLITANA	12,88	7,60	15,82
RN	8ª REGIÃO DE SAÚDE - AÇU	18,55	8,08	40,40
RO	CAFÉ	15,37	7,50	31,75
RO	CENTRAL	15,70	6,67	38,06
RO	CONE SUL	9,31	3,61	15,02
RO	MADEIRA-MAMORÉ	15,29	7,56	21,38
RO	VALE DO GUAPORÉ	18,35	10,64	32,41
RO	VALE DO JAMARI	12,37	5,75	20,66
RO	ZONA DA MATA	15,82	5,19	39,22
RR	CENTRO NORTE	27,48	11,93	47,19
RR	SUL	16,69	8,20	44,23
RS	REGIÃO 01	13,57	8,26	18,87
RS	REGIÃO 02	31,53	28,57	34,48
RS	REGIÃO 03	13,51	13,51	13,51
RS	REGIÃO 04	15,64	15,64	15,64
RS	REGIÃO 05	11,33	11,33	11,33
RS	REGIÃO 06 - VALE DO PARANHANA E COSTA SERR	14,03	13,51	14,55
RS	REGIÃO 07	8,86	4,42	11,07
RS	REGIÃO 08	8,94	5,13	11,76
RS	REGIÃO 09	13,39	10,34	18,40
RS	REGIÃO 10	8,98	8,98	8,98
RS	REGIÃO 11	16,10	9,17	20,62

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
RS	REGIÃO 13	13,52	13,16	13,89
RS	REGIÃO 14	33,57	12,54	121,21
RS	REGIÃO 15	19,17	5,03	38,46
RS	REGIÃO 16	106,06	45,45	166,67
RS	REGIÃO 17	10,06	10,06	10,06
RS	REGIÃO 18	12,89	10,15	15,63
RS	REGIÃO 19	7,69	7,69	7,69
RS	REGIÃO 20	100,00	100,00	100,00
RS	REGIÃO 21	14,60	6,85	24,62
RS	REGIÃO 22	11,23	4,82	17,64
RS	REGIÃO 23	36,40	8,22	142,86
RS	REGIÃO 24	12,12	12,12	12,12
RS	REGIÃO 25	12,52	3,18	22,73
RS	REGIÃO 26	14,74	4,65	37,04
RS	REGIÃO 27	16,50	6,17	26,32
RS	REGIÃO 28	18,10	7,60	48,78
RS	REGIÃO 29	23,15	4,01	41,67
RS	REGIÃO 30	12,54	7,63	18,87
SC	ALTO URUGUAI CATARINENSE	32,13	8,06	55,56
SC	ALTO VALE DO ITAJAÍ	19,69	4,29	72,73
SC	ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	17,66	3,30	44,12
SC	CARBONÍFERA	11,01	3,23	21,90
SC	EXTREMO OESTE	29,47	2,78	97,56
SC	EXTREMO SUL CATARINENSE	15,57	10,91	20,69
SC	FOZ DO RIO ITAJAÍ	9,41	3,42	16,06
SC	GRANDE FLORIANÓPOLIS	15,09	5,68	52,63

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
SC	LAGUNA	12,24	4,23	23,44
SC	MÉDIO VALE DO ITAJAÍ	9,51	1,98	15,04
SC	MEIO OESTE	19,39	5,85	44,44
SC	NORDESTE	9,60	6,83	14,29
SC	OESTE	18,87	6,45	35,09
SC	PLANALTO NORTE	10,39	2,57	19,84
SC	SERRA CATARINENSE	25,22	8,70	64,52
SC	XANXERÊ	19,85	2,33	38,46
SE	ARACAJÚ	16,11	13,73	19,06
SE	ESTÂNCIA	17,62	12,77	32,26
SE	ITABAIANA	19,69	5,24	58,82
SE	LAGARTO	11,47	5,03	21,49
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	11,43	6,58	16,48
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	14,61	10,03	21,51
SE	PROPRIÁ	19,23	7,58	35,71
SP	ADAMANTINA	19,54	5,85	38,46
SP	ALTA ANHANGUERA	12,06	4,26	24,39
SP	ALTA MOGIANA			
SP	ALTA PAULISTA	21,34	10,18	43,48
SP	ALTA SOROCABANA	20,87	4,03	45,45
SP	ALTO CAPIVARI	17,13	6,71	22,96
SP	ALTO DO TIETÊ	11,86	5,32	18,19
SP	ALTO VALE DO PARAÍBA	16,68	4,72	48,78
SP	AQUÍFERO GUARANI	15,42	9,19	20,16
SP	ARARAS	11,13	9,07	12,20
SP	ASSIS	14,73	7,69	19,16

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
SP	BAIXA MOGIANA	10,47	10,47	10,47
SP	BAIXADA SANTISTA	14,58	7,20	18,51
SP	BAURU	10,31	5,81	12,98
SP	BRAGANÇA	10,00	2,74	17,54
SP	CATANDUVA	16,50	6,29	55,56
SP	CENTRAL DO DRS II	32,23	11,02	76,92
SP	CENTRAL DO DRS III	14,65	10,46	17,65
SP	CENTRO OESTE DO DRS III	12,29	8,33	14,15
SP	CIRCUITO DA FÉ VALE HISTÓRICO	14,54	4,15	37,59
SP	CIRCUITO DAS ÁGUAS	8,37	8,37	8,37
SP	CONSÓRCIOS DO DRS II	15,47	5,59	28,57
SP	CORAÇÃO DO DRS III	14,79	5,36	31,25
SP	EXTREMO OESTE PAULISTA	31,92	11,21	52,63
SP	FERNANDÓPOLIS	18,67	17,65	20,00
SP	FRANCO DA ROCHA	10,19	7,54	13,52
SP	GRANDE ABC	8,87	6,54	12,41
SP	HORIZONTE VERDE	11,28	4,41	18,40
SP	ITAPETININGA	10,28	5,96	15,60
SP	ITAPEVA	25,69	8,01	47,62
SP	JALES	30,43	9,69	66,67
SP	JAÚ	21,77	13,42	32,47
SP	JOSÉ BONIFÁCIO	6,51	4,26	10,87
SP	JUNDIAÍ	14,05	10,55	16,62
SP	LAGOS DO DRS II	18,15	3,83	42,25
SP	LINS	14,26	10,66	17,86
SP	LITORAL NORTE	11,11	7,75	14,15

		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
SP	MANANCIAIS	8,25	4,42	13,30
SP	MANTIQUEIRA	14,95	4,18	25,32
SP	MARÍLIA	25,22	9,55	45,45
SP	NORTE - BARRETOS	14,73	10,42	20,41
SP	NORTE DO DRS III	11,86	7,90	16,67
SP	OURINHOS	16,93	5,29	29,85
SP	PIRACICABA	10,79	5,15	16,13
SP	POLO CUESTA	13,12	3,64	22,90
SP	PONTAL DO PARANAPANEMA	14,60	13,04	16,67
SP	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	9,42	6,24	15,27
SP	RIO CLARO	9,07	3,16	11,81
SP	RIO PARDO	7,73	5,67	11,18
SP	ROTA DOS BANDEIRANTES	11,05	8,32	15,09
SP	SANTA FÉ DO SUL	6,90	6,90	6,90
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	15,54	4,02	32,61
SP	SÃO PAULO	11,19	11,19	11,19
SP	SOROCABA	12,34	7,23	20,33
SP	SUL - BARRETOS	9,43	8,97	9,88
SP	TRÊS COLINAS	13,17	8,80	17,54
SP	TUPÃ	17,95	10,34	28,57
SP	VALE DAS CACHOEIRAS	18,93	14,75	25,64
SP	VALE DO JURUMIRIM	13,66	4,10	21,62
SP	VALE DO PARAÍBA/REGIÃO SERRANA	13,61	8,20	21,51
SP	VALE DO RIBEIRA	17,12	6,31	30,10
SP	VOTUPORANGA	20,25	9,09	51,28
TO	AMOR PERFEITO	17,89	12,05	33,33

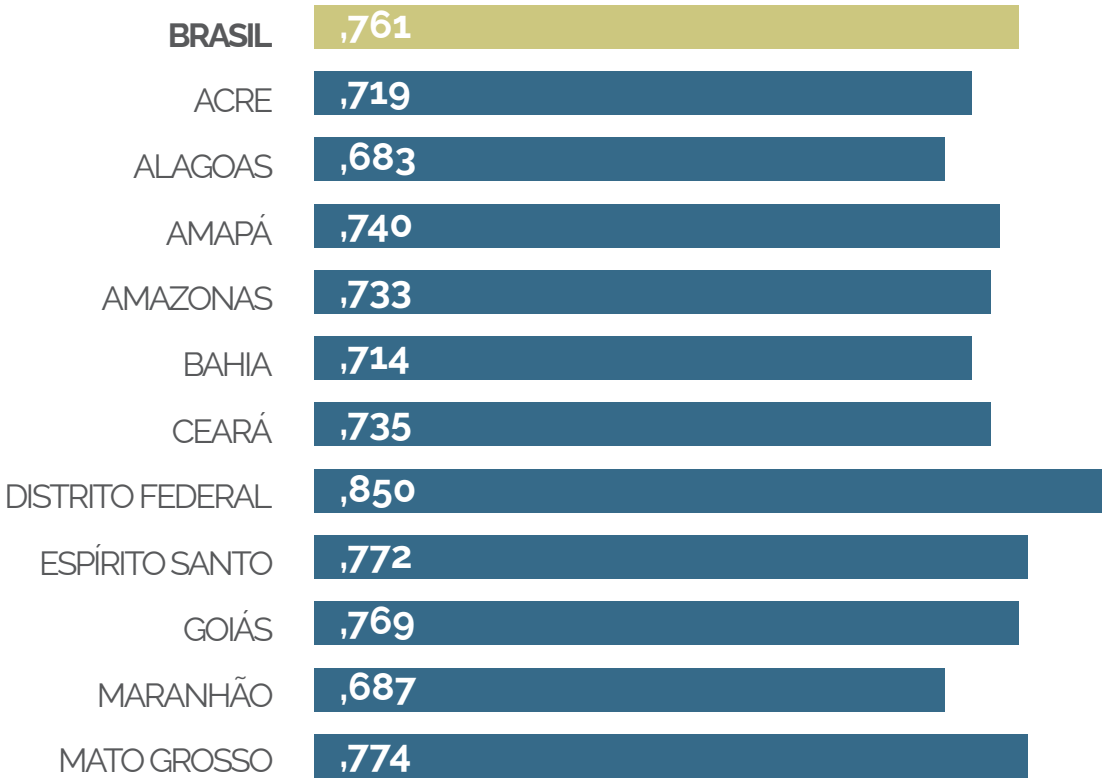
		Mortalidade infantil em 2017		
UF	Região de Saúde	Média	Mínimo	Máximo
TO	BICO DO PAPAGAIO	15,06	6,10	30,30
TO	CANTÃO	17,14	9,17	37,04
TO	CAPIM DOURADO	18,14	6,10	28,99
TO	CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA	20,04	11,11	41,67
TO	ILHA DO BANANAL	18,87	7,94	41,24
TO	MÉDIO NORTE ARAGUAIA	15,60	4,42	33,33
TO	SUDESTE	37,17	4,93	90,91
	Total	**16,92**	**1,77**	**200,00**

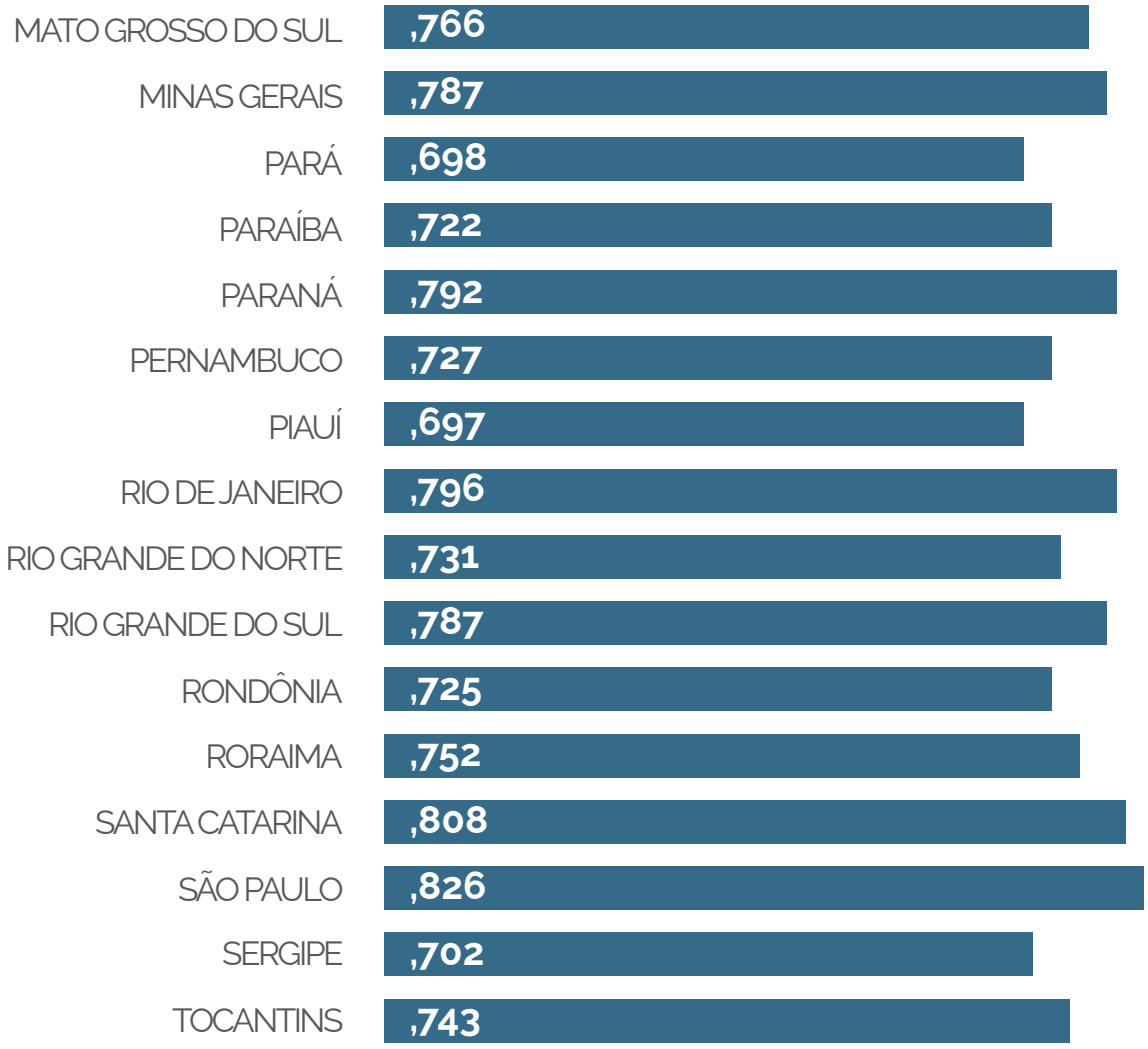
Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

ANEXO V

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2017, Índice de Gini em 2017 por Unidade Federativa e Expectativa de vida - Número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, por Unidade Federativa

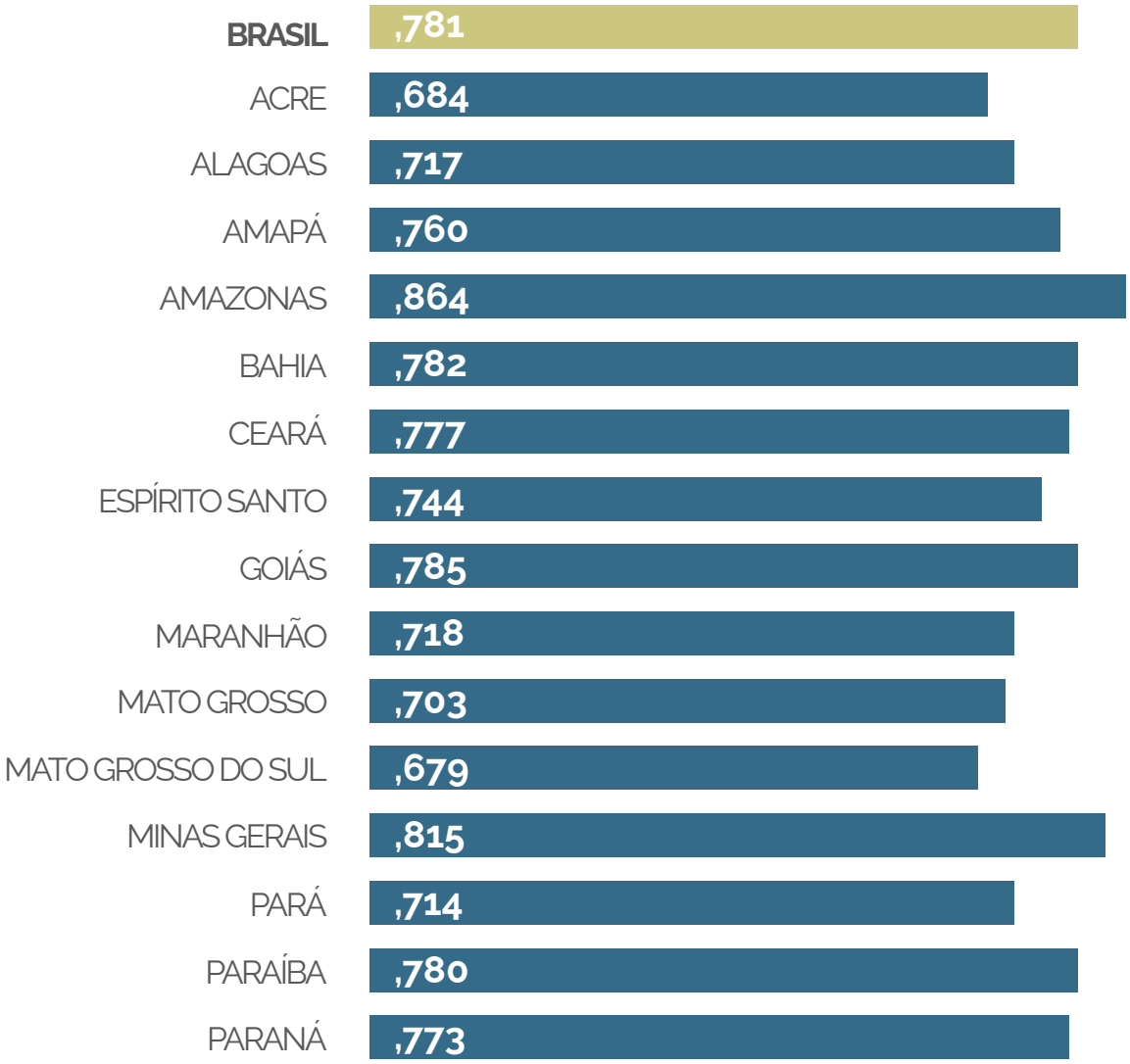
FIGURA.
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2017 por Unidade Federativa.

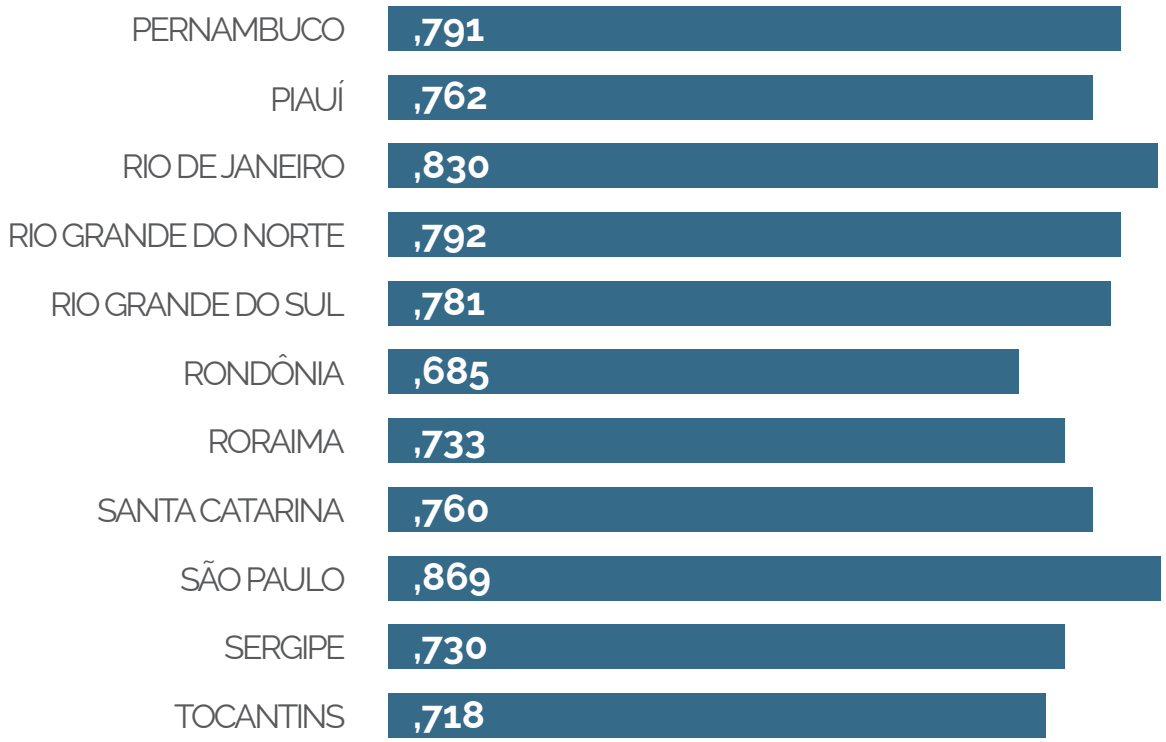




Fonte: SIDRA/IBGE.

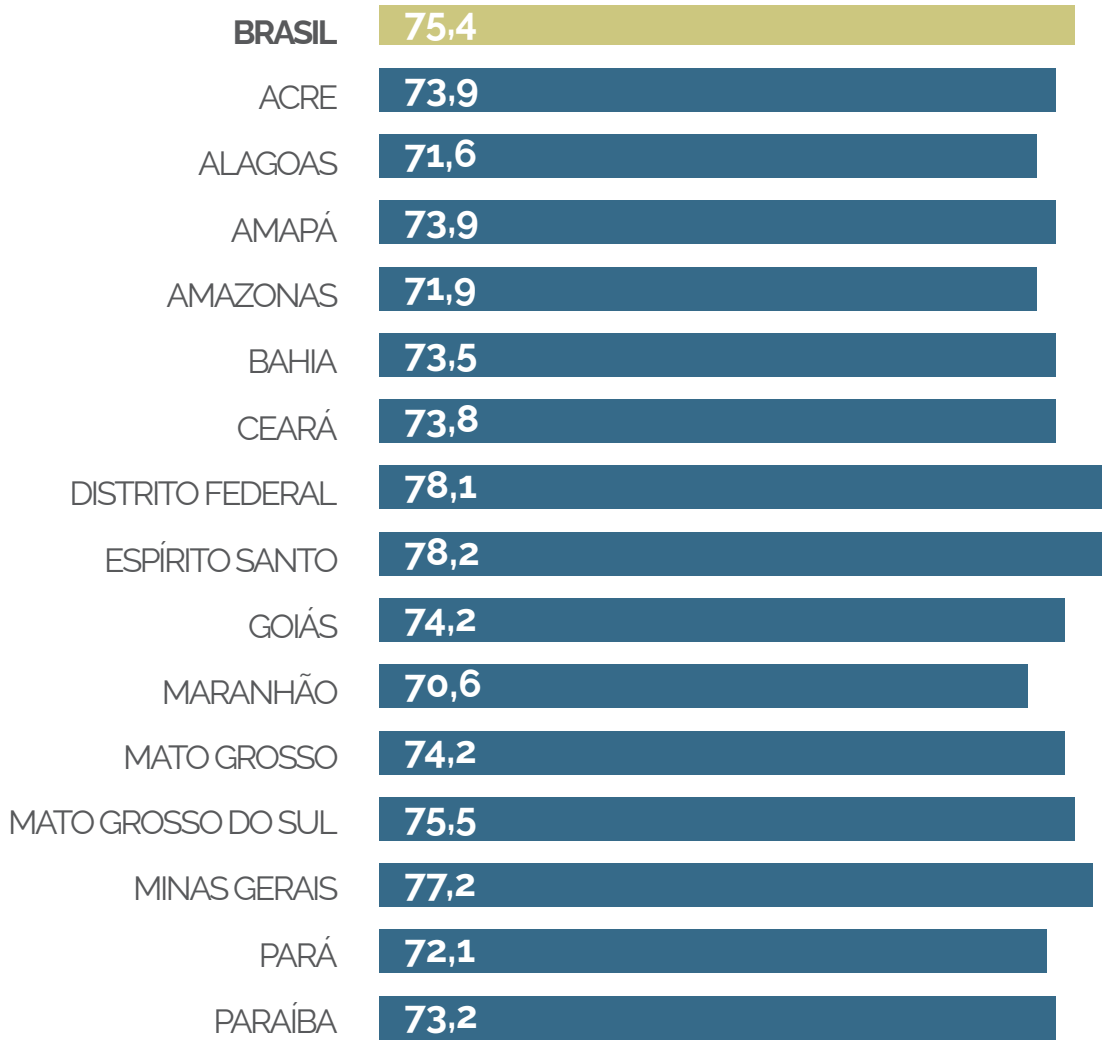
FIGURA.
Índice de Gini em 2017 por Unidade Federativa*.

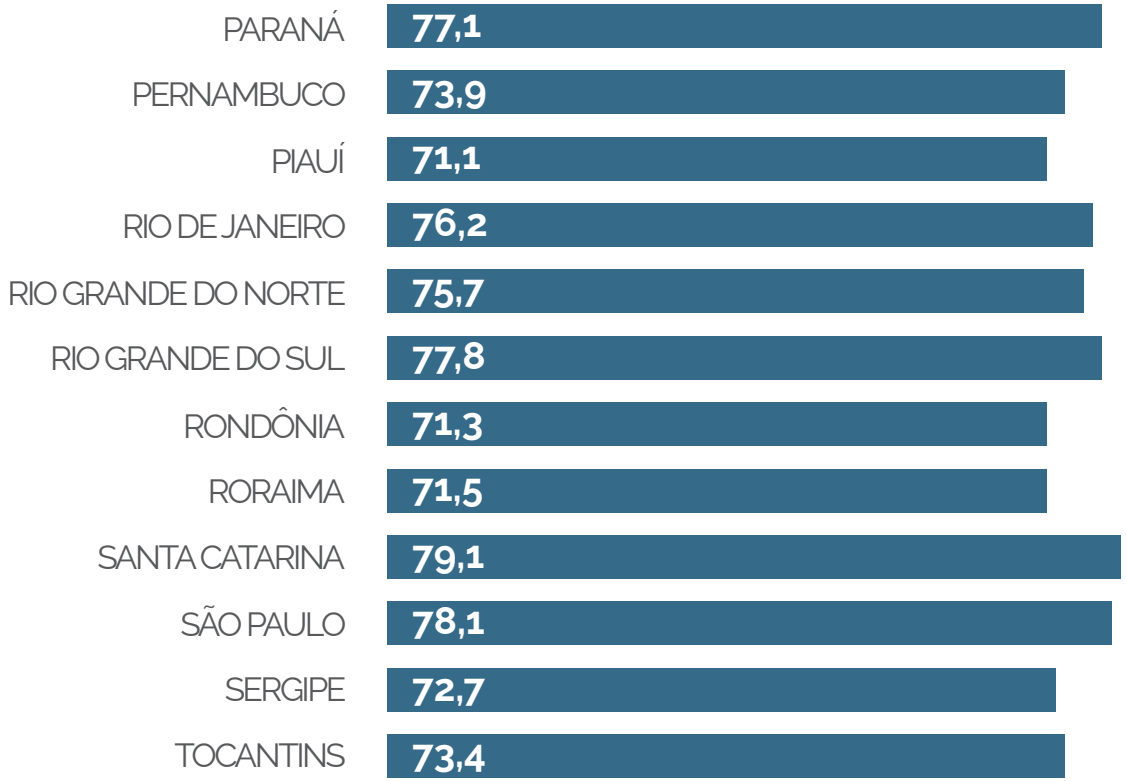




Fonte: SIDRA/IBGE.
**Dados não disponíveis para o DF.*

FIGURA.
Expectativa de vida - Número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, por Unidade Federativa, no ano de 2016.





Fonte: PNUD/Radar IDHM.

ANEXO VI

Número de profissionais de nível superior em saúde (total, média e por mil habitantes), estabelecimentos de saúde (total e média), farmácias (total e média) e Equipes de Saúde da Família (total, média e por mil habitantes)* registrados no CNES pelos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por UF e região de saúde (em ordem alfabética)

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
AC	ALTO ACRE	183	46	2,77	6	2	3	1	24	6	,35
AC	BAIXO ACRE E PURUS	2100	263	2,22	12	2	5	5	92	12	,29
AC	JURUÁ E TARAUACÁ/ ENVIRA	472	118	2,36	5	2	3	2	62	16	,35
AL	1ª REGIÃO DE SAÚDE	7269	661	3,15	15	1	4	2	164	15	,34
AL	10ª REGIÃO DE SAÚDE	170	43	2,45	4	1	---	---	22	6	,32
AL	2ª REGIÃO DE SAÚDE	325	46	2,37	7	1	---	---	54	8	,41
AL	3ª REGIÃO DE SAÚDE	236	34	2,28	7	1	---	---	41	6	,41
AL	4ª REGIÃO DE SAÚDE	313	45	2,72	6	1	---	---	46	7	,42
AL	5ª REGIÃO DE SAÚDE	443	74	2,48	7	1	1	1	68	11	,40
AL	6ª REGIÃO DE SAÚDE	479	96	2,58	5	1	---	---	48	10	,35
AL	7ª REGIÃO DE SAÚDE	1782	127	2,33	13	1	---	---	146	10	,39
AL	8ª REGIÃO DE SAÚDE	400	57	2,27	6	1	---	---	55	8	,42
AL	9ª REGIÃO DE SAÚDE	526	40	2,00	17	1	3	1	76	6	,35
AM	ALTO SOLIMÕES	288	96	1,88	10	3	---	---	34	11	,24
AM	BAIXO AMAZONAS	268	89	1,65	2	1	2	1	37	12	,22
AM	MANAUS, ENTORNO E ALTO RIO NEGRO	8516	1217	2,36	66	13	2	1	271	39	,23
AM	MÉDIO AMAZONAS	49	25	1,96	2	2	---	---	11	6	,43

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
AM	REGIONAL JURUÁ	148	49	1,89	2	2	1	1	15	5	,20
AM	REGIONAL PURUS	84	84	2,47	1	1	---	---	7	7	,21
AM	RIO MADEIRA	89	45	1,14	2	2	1	1	14	7	,17
AM	TRIÂNGULO	176	59	3,41	11	6	2	2	21	7	,50
AP	ÁREA CENTRAL	2304	384	2,61	4	2	4	2	73	12	,27
AP	ÁREA NORTE	118	30	2,03	---	---	---	---	15	4	,30
AP	ÁREA SUDOESTE	483	121	2,27	2	1	1	1	64	16	,36
BA	ALAGOINHAS	593	49	1,96	20	2	8	1	84	7	,34
BA	BARREIRAS	1516	101	2,32	26	2	7	1	120	8	,37
BA	BRUMADO	1023	57	2,86	28	2	10	1	118	7	,41
BA	CAMAÇARI	1894	316	2,46	7	1	2	1	129	22	,25
BA	CRUZ DAS ALMAS	625	89	3,21	16	2	6	1	64	9	,38
BA	FEIRA DE SANTANA	3700	176	2,64	32	2	10	1	244	12	,36
BA	GUANAMBI	1292	72	2,54	28	2	7	1	119	7	,35
BA	IBOTIRAMA	375	47	2,18	17	2	6	1	53	7	,34
BA	ILHÉUS	223	45	2,45	3	1	---	---	34	7	,39
BA	IRECÊ	881	59	2,09	52	3	9	1	102	7	,32
BA	ITABERABA	475	43	1,88	17	2	4	1	70	6	,37
BA	ITABUNA	1615	162	2,90	8	1	---	---	101	10	,39
BA	ITAPETINGA	504	56	2,25	14	2	2	1	53	6	,37
BA	JACOBINA	892	52	2,07	28	2	9	1	118	7	,34
BA	JEQUIÉ	1486	68	2,41	20	1	1	1	134	6	,40
BA	JUAZEIRO	1248	208	2,13	6	1	1	1	96	16	,28
BA	PAULO AFONSO	632	105	2,41	7	1	2	1	54	9	,38

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
BA	PORTO SEGURO	1148	230	3,13	5	1	2	1	93	19	,34
BA	RIBEIRA DO POMBAL	474	47	1,82	19	2	5	1	70	7	,30
BA	SALVADOR	22340	2793	3,87	43	6	3	1	366	46	,26
BA	SANTA MARIA DA VITÓRIA	722	66	2,63	16	2	6	1	92	8	,38
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	1156	68	2,63	24	2	6	1	115	7	,38
BA	SEABRA	401	40	2,40	20	2	4	1	52	5	,37
BA	SENHOR DO BONFIM	501	72	2,03	18	3	7	2	75	11	,38
BA	SERRINHA	1064	76	2,29	21	2	7	1	135	10	,35
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	1310	131	2,82	13	2	7	1	139	14	,36
BA	VALENÇA	671	56	2,08	24	2	7	1	85	7	,34
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	2523	133	3,27	27	2	8	2	175	9	,48
CE	1ª REGIÃO FORTALEZA	15133	7567	4,63	8	4	3	2	399	200	,25
CE	10ª REGIÃO LIMOEIRO DO NORTE	537	67	2,46	7	1	2	1	71	9	,36
CE	11ª REGIÃO SOBRAL	664	44	2,15	33	2	11	1	121	8	,40
CE	12ª REGIÃO ACARAÚ	449	75	2,14	8	1	4	1	76	13	,36
CE	13ª REGIÃO TIANGUÁ	723	90	2,44	60	8	9	1	116	15	,40
CE	14ª REGIÃO TAUÁ	270	90	2,66	2	1	---	---	35	12	,43
CE	15ª REGIÃO CRATÉUS	582	65	2,26	20	2	4	1	87	10	,38
CE	16ª REGIÃO CAMOCIM	339	85	2,31	5	1	3	1	47	12	,37
CE	17ª REGIÃO ICO	74	37	3,08	2	1	---	---	12	6	,45
CE	19ª REGIÃO BREJO SANTO	212	71	2,27	4	1	1	1	44	15	,46
CE	2ª REGIÃO CAUCAIA	989	198	2,27	6	1	2	1	118	24	,33

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
CE	20ª REGIÃO CRATO	564	188	2,69	5	2	2	1	63	21	,38
CE	21ª REGIÃO JUAZEIRO DO NORTE	1792	299	4,16	10	2	4	1	142	24	,42
CE	22ª REGIÃO CASCAVEL	212	106	2,00	5	3	2	1	33	17	,37
CE	3ª REGIÃO MARACANAÚ	343	86	2,03	5	1	1	1	61	15	,37
CE	4ª REGIÃO BATURITÉ	158	79	3,24	4	2	2	1	15	8	,36
CE	5ª REGIÃO CANINDÉ	42	42	2,02	2	2	---	---	10	10	,48
CE	6ª REGIÃO ITAPIPOCA	453	91	1,74	8	2	4	1	74	15	,35
CE	7ª REGIÃO ARACATI	343	172	3,24	4	2	2	1	28	14	,33
CE	9ª REGIÃO RUSSAS	355	118	2,34	2	1	1	1	56	19	,40
DF	DISTRITO FEDERAL	19772	19772	6,65	12	12	4	4	344	344	,12
ES	CENTRAL	2998	176	3,49	19	2	4	1	156	10	,31
ES	METROPOLITANA	12950	682	4,31	19	2	9	1	301	16	,27
ES	NORTE	1158	89	2,84	19	2	6	1	99	8	,30
ES	SUL	2540	134	4,17	24	2	6	1	147	8	,34
GO	CENTRAL	13527	676	3,87	43	3	6	2	305	15	,38
GO	CENTRO SUL	488	41	2,65	15	2	2	1	57	5	,37
GO	ENTORNO NORTE	504	101	2,86	7	1	2	2	33	7	,31
GO	ENTORNO SUL	1524	254	2,03	7	1	1	1	113	19	,18
GO	ESTRADA DE FERRO	383	64	3,08	7	1	2	2	19	4	,39
GO	NORDESTE I	116	29	2,88	6	2	1	1	13	3	,42
GO	NORDESTE II	203	20	2,19	9	1	---	---	31	3	,36
GO	NORTE	313	63	3,28	10	2	4	1	29	6	,38
GO	OESTE I	367	23	3,80	20	1	1	1	38	2	,39
GO	OESTE II	425	33	4,17	20	2	3	1	42	3	,47

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
GO	PIRINEUS	310	44	2,88	8	1	1	1	34	5	,32
GO	RIO VERMELHO	455	41	3,05	14	1	3	1	48	4	,37
GO	SAO PATRÍCIO I	674	52	4,38	18	2	2	1	48	4	,40
GO	SAO PATRÍCIO II	373	75	3,50	4	1	---	---	19	4	,32
GO	SERRA DA MESA	227	38	3,39	9	2	1	1	21	4	,39
GO	SUDOESTE I	1483	106	3,69	20	2	9	2	60	5	,32
GO	SUDOESTE II	918	102	3,28	8	2	1	1	55	6	,29
GO	SUL	1115	101	3,99	56	6	2	1	56	5	,34
MA	AÇAILÂNDIA	431	54	1,21	7	1	2	1	77	10	,27
MA	BACABAL	452	65	1,85	7	1	2	1	73	10	,39
MA	BALSAS	471	59	2,15	21	3	3	2	59	7	,42
MA	BARRA DO CORDA	205	68	1,73	4	2	---	---	32	11	,36
MA	CAXIAS	813	271	2,54	19	6	1	1	79	26	,32
MA	CHAPADINHA	225	38	1,62	8	1	2	1	55	9	,37
MA	CODÓ	614	205	3,24	4	2	---	---	60	20	,34
MA	IMPERATRIZ	1434	287	2,47	9	2	3	2	80	16	,35
MA	ITAPECURU MIRIM	478	53	2,08	10	1	4	1	92	10	,38
MA	PEDREIRAS	324	41	2,38	11	2	1	1	59	7	,45
MA	PINHEIRO	381	54	1,54	4	1	1	1	64	9	,37
MA	PRESIDENTE DUTRA	321	40	2,07	6	1	1	1	67	8	,43
MA	ROSÁRIO	348	50	1,76	1	1	---	---	68	10	,39
MA	SANTA INÊS	718	65	2,07	8	1	1	1	125	11	,39
MA	SÃO JOÃO DOS PATOS	170	28	1,92	7	1	4	1	33	6	,39
MA	SAO LUÍS	7078	2359	3,39	4	1	3	2	163	54	,22
MA	TIMON	650	325	2,85	1	1	---	---	71	36	,37

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
MA	VIANA	138	28	1,68	2	1	---	---	31	6	,36
MA	ZÉ DOCA	322	36	1,87	6	1	---	---	76	8	,44
MG	ÁGUAS FORMOSAS	148	21	2,65	14	2	6	1	22	3	,40
MG	ALÉM PARAIBA	283	71	4,16	7	2	2	1	13	3	,32
MG	ALFENAS / MACHADO	543	60	3,08	15	2	8	1	45	5	,30
MG	ALMENARA/JACINTO	272	30	2,76	13	1	4	1	39	4	,42
MG	ARAÇUAÍ	252	50	2,71	7	1	1	1	31	6	,41
MG	ARAXÁ	889	178	4,69	8	2	5	1	30	6	,25
MG	BARBACENA	1465	183	4,59	22	3	8	1	44	6	,37
MG	BELO HORIZONTE/ NOVA LIMA/ CAETÉ	30300	4329	5,07	37	5	7	1	652	93	,32
MG	BETIM	509	73	3,57	7	1	2	1	43	6	,33
MG	BOCAIÚVA	183	92	3,15	1	1	---	---	16	8	,38
MG	BOM DESPACHO	401	100	4,49	10	3	5	1	25	6	,31
MG	BRASÍLIA DE MINAS/ SÃO FRANCISCO	482	44	2,32	13	1	5	1	77	7	,41
MG	CAMPO BELO	380	127	4,75	5	2	2	1	23	8	,44
MG	CARANGOLA	353	71	4,20	7	1	3	1	19	4	,34
MG	CARATINGA	628	126	3,44	4	1	2	1	41	8	,37
MG	CÁSSIA	192	38	3,79	9	2	4	1	14	3	,30
MG	CONGONHAS	441	147	4,65	3	1	1	1	25	8	,28
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	857	286	4,08	3	2	1	1	38	13	,38
MG	CONTAGEM	2722	1361	2,85	20	10	19	10	170	85	,22
MG	CORAÇÃO DE JESUS	69	17	3,32	5	1	2	1	9	2	,44
MG	CORONEL FABRICIANO/TIMÓTEO	546	182	3,80	2	1	---	---	26	9	,31

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
MG	CURVELO	437	73	2,78	6	2	3	1	35	6	,38
MG	DIAMANTINA	236	24	2,94	13	1	2	1	35	4	,44
MG	DIVINÓPOLIS	2363	338	3,63	17	2	7	1	59	8	,30
MG	FORMIGA	378	189	4,55	4	2	1	1	20	10	,40
MG	FRANCISCO SA	80	20	2,53	6	2	2	1	13	3	,43
MG	FRUTAL / ITURAMA	783	87	4,39	14	2	7	1	32	4	,21
MG	GOVERNADOR VALADARES	2094	233	3,30	22	2	5	1	82	9	,44
MG	GUANHÃES	277	40	3,23	11	2	4	1	28	4	,39
MG	GUAXUPÉ	433	87	3,76	6	1	6	1	24	5	,26
MG	IPATINGA	1665	278	3,33	4	1	1	1	84	14	,44
MG	ITABIRA	1099	110	3,81	20	2	9	1	62	6	,43
MG	ITAJUBA	1061	133	3,93	9	2	4	1	41	5	,32
MG	ITAMBACURI	65	16	3,90	10	3	4	1	9	2	,53
MG	ITAOBIM	226	45	2,68	9	2	4	1	27	5	,37
MG	ITAÚNA	685	171	4,30	5	1	3	1	33	8	,36
MG	ITUIUTABA	707	88	4,04	13	2	6	1	38	5	,34
MG	JANAÚBA/MONTE AZUL	253	42	3,03	4	1	2	1	41	7	,52
MG	JANUÁRIA	101	34	2,35	1	1	1	1	16	5	,41
MG	JOÃO MONLEVADE	532	106	2,87	6	1	3	1	29	6	,28
MG	JUIZ DE FORA	5572	796	5,22	12	2	5	1	103	15	,29
MG	LAGOA DA PRATA/STO ANT DO MONTE	326	82	3,84	7	2	4	1	22	6	,36
MG	LAVRAS	189	32	3,79	8	1	2	1	18	3	,36
MG	LEOPOLDINA / CATAGUASES	915	92	4,00	13	1	5	1	48	5	,34

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
MG	LIMA DUARTE	306	34	5,11	15	2	8	1	23	3	,42
MG	MANGA	69	23	2,76	5	2	2	1	13	4	,49
MG	MANHUAÇU	911	70	3,40	21	2	8	1	64	5	,40
MG	MANTENA	65	16	3,44	5	1	1	1	9	2	,45
MG	MONTES CLAROS	71	36	3,17	3	3	1	1	11	6	,52
MG	MURIAÉ	893	149	3,97	9	2	4	1	44	7	,40
MG	NANUQUE	184	61	2,28	7	2	3	1	20	7	,31
MG	OLIVEIRA/SANTO ANTONIO DO AMPARO	340	68	3,72	6	1	2	1	29	6	,38
MG	OURO PRETO	325	325	5,40	2	2	1	1			
MG	PADRE PARAÍSO	93	31	2,51	6	2	2	1	15	5	,40
MG	PARÁ DE MINAS	339	48	3,28	14	2	7	1	36	5	,32
MG	PASSOS	1118	160	4,52	11	2	4	1	46	7	,33
MG	PATOS DE MINAS	1497	214	5,33	13	2	6	1	65	9	,39
MG	PATROCÍNIO / MONTE CARMELO	876	97	4,65	12	2	4	1	46	5	,34
MG	PEÇANHA/SÃO JOÃO EVANGELISTA	78	20	2,47	6	2	2	1	11	3	,39
MG	PEDRA AZUL	160	40	2,92	7	2	3	1	22	6	,44
MG	PIRAPORA	176	88	2,68	2	1	1	1	23	12	,34
MG	PIUMHI	318	53	4,51	11	2	5	1	22	4	,40
MG	POÇOS DE CALDAS	1813	453	5,20	5	2	3	1	46	12	,31
MG	PONTE NOVA	741	49	3,30	30	2	11	1	53	4	,41
MG	POUSO ALEGRE	2043	120	3,71	20	1	6	1	89	5	,29
MG	RESPLENDOR	135	27	3,75	7	1	2	1	12	2	,41
MG	SALINAS	187	62	3,52	6	2	2	1	22	7	,49

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
MG	SANTA MARIA DO SUAÇUI	28	14	1,90	3	2	1	1	5	3	,35
MG	SANTOS DUMONT	138	138	2,96	1	1	---	---	10	10	,21
MG	SÃO GOTARDO	219	219	7,22	2	2	1	1	10	10	,33
MG	SÃO JOÃO DEL REI	966	74	3,37	20	2	9	1	57	4	,31
MG	SÃO JOÃO NEPOMUCENO / BICAS	247	49	4,61	8	2	4	1	17	3	,35
MG	SÃO LOURENÇO	1102	69	4,94	26	2	9	1	69	4	,37
MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	678	113	4,30	10	2	5	1	39	7	,36
MG	SERRO	92	23	3,00	5	1	1	1	15	4	,49
MG	SETE LAGOAS	428	31	3,34	14	1	6	1	43	3	,37
MG	TAIOBEIRAS	256	64	2,95	5	2	2	1	33	8	,47
MG	TEÓFILO OTONI / MALACACHETA	1140	143	2,69	15	2	6	1	81	10	,36
MG	TRÊS CORAÇÕES	558	140	4,55	13	3	4	1	26	7	,30
MG	TRÊS PONTAS	384	128	4,04	6	2	3	1	14	5	,31
MG	TURMALINA/MINAS NOVAS/CAPELINHA	390	56	3,22	12	2	4	1	43	6	,40
MG	UBÁ	933	85	3,87	18	2	9	1	57	5	,44
MG	UBERABA	3246	541	5,13	10	2	4	1	71	12	,24
MG	UBERLÂNDIA / ARAGUARI	903	129	4,17	9	2	5	1	44	6	,30
MG	UNAÍ	361	361	3,91	---	---	---	---	15	15	,16
MG	VARGINHA	1123	225	4,21	7	2	4	1	36	7	,29
MG	VESPASIANO	808	162	3,82	12	3	4	1	52	10	,31
MG	VIÇOSA	578	116	4,90	9	2	4	1	30	6	,46

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
MS	CAMPO GRANDE	8212	274	3,58	33	1	4	1	282	9	,29
MS	CORUMBÁ	491	246	3,08	4	2	2	2	33	17	,27
MS	DOURADOS	3344	124	3,30	51	2	12	2	183	7	,30
MS	TRÊS LAGOAS	1065	152	4,20	23	3	4	1	43	6	,28
MT	ALTO TAPAJÓS	293	73	2,53	12	3	5	1	25	6	,29
MT	ARAGUAIA XINGU	136	34	1,79	5	2	1	1	20	5	,28
MT	BAIXADA CUIABANA	693	116	2,81	8	1	2	1	36	6	,29
MT	CENTRO NORTE	183	37	2,51	10	2	4	1	21	4	,31
MT	GARÇAS ARAGUAIA	475	95	4,02	12	2	7	1	25	5	,34
MT	MÉDIO ARAGUAIA	143	36	3,37	6	2	2	1	11	3	,31
MT	MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE	620	103	2,74	18	3	5	1	47	8	,27
MT	NOROESTE MATO-GROSSENSE	233	58	2,33	11	3	4	1	21	5	,24
MT	NORTE ARAGUAIA KARAJÁ	82	21	4,04	9	2	---	---	8	2	,38
MT	NORTE MATO-GROSSENSE	46	15	2,95	4	1	---	---	7	2	,39
MT	OESTE MATO-GROSSENSE	614	77	2,77	16	2	6	1	31	4	,37
MT	SUDOESTE MATO-GROSSENSE	250	42	2,86	14	2	7	1	29	5	,36
MT	SUL MATO-GROSSENSE	740	57	2,92	20	2	9	2	56	4	,35
MT	TELES PIRES	1859	232	4,19	23	3	15	2	91	11	,26
MT	VALE DO PEIXOTO	96	48	2,37	2	1	---	---	12	6	,32
MT	VALE DOS ARINOS	39	20	2,68	3	2	1	1	6	3	,43
PA	ARAGUAIA	1095	73	2,41	28	2	15	1	119	8	,31

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
PA	BAIXO AMAZONAS	1318	110	1,48	20	3	1	1	102	9	,18
PA	CARAJÁS	2007	143	2,09	14	2	6	1	147	11	,25
PA	LAGO DE TUCURUÍ	233	78	1,09	3	1	1	1	27	9	,14
PA	MARAJÓ I	111	28	,91	3	1	---	---	10	3	,13
PA	MARAJÓ II	334	48	,93	3	1	---	---	30	4	,10
PA	METROPOLITANA I	1848	462	2,06	6	2	2	1	172	43	,27
PA	METROPOLITANA II	422	53	1,34	5	1	1	1	65	8	,23
PA	METROPOLITANA III	1402	74	1,53	24	2	11	2	204	11	,31
PA	RIO CAETÉS	944	63	1,69	28	2	9	1	175	12	,38
PA	TAPAJÓS	281	70	2,53	6	2	---	---	35	9	,21
PA	TOCANTINS	869	109	1,22	6	2	2	1	88	11	,14
PA	XINGU	672	84	1,79	9	2	5	1	69	9	,23
PB	1ª REGIÃO MATA ATLÂNTICA	8844	632	3,45	18	2	8	2	361	26	,37
PB	10ª REGIÃO	421	47	3,19	10	1	3	1	49	5	,47
PB	11ª REGIÃO	308	44	3,26	9	2	5	1	39	6	,46
PB	12ª REGIÃO	518	37	2,68	14	1	3	1	79	6	,46
PB	13ª REGIÃO	250	50	3,23	9	2	7	1	22	4	,39
PB	14ª REGIÃO	470	43	2,77	10	1	4	1	64	6	,45
PB	15ª REGIÃO	445	32	3,14	16	1	4	1	68	5	,48
PB	16ª REGIÃO	290	22	2,57	12	1	6	1	54	4	,45
PB	2ª REGIÃO	993	41	2,88	36	2	13	1	125	5	,45
PB	3ª REGIÃO	450	45	2,46	12	2	5	1	70	7	,41
PB	4ª REGIÃO	296	30	3,00	6	1	1	1	40	4	,42
PB	5ª REGIÃO	387	26	3,29	21	2	6	2	42	3	,45

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
PB	6ª REGIÃO	1007	56	3,44	27	2	11	1	81	5	,45
PB	7ª REGIÃO	462	31	3,49	15	1	8	1	56	4	,46
PB	8ª REGIÃO	363	52	3,17	4	1	1	1	36	5	,41
PB	9ª REGIÃO	294	25	3,28	11	1	---	---	44	4	,45
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	372	74	3,39	7	1	1	1	40	8	,44
PE	ARCOVERDE	716	143	2,82	9	2	---	---	54	11	,30
PE	CARUARU	2891	263	2,48	16	1	4	2	164	15	,33
PE	GARANHUNS	952	119	2,43	8	1	2	1	88	11	,38
PE	GOIANA	452	65	2,18	10	1	3	1	71	10	,35
PE	LIMOEIRO	888	81	2,15	18	2	7	1	120	11	,34
PE	OURICURI	188	47	2,03	3	1	---	---	34	9	,40
PE	PALMARES	335	37	1,53	10	1	1	1	70	8	,33
PE	PETROLINA	2007	335	2,65	8	1	1	1	131	22	,33
PE	RECIFE	19606	1634	3,36	30	3	6	1	561	47	,24
PE	SALGUEIRO	470	94	2,98	6	1	---	---	41	8	,37
PE	SERRA TALHADA	499	83	2,46	14	2	2	2	49	8	,34
PI	CARNAUBAIS	427	39	2,55	6	1	---	---	58	5	,46
PI	CHAPADA DAS MANGABEIRAS	457	27	2,32	17	1	1	1	78	5	,47
PI	COCAIS	1014	48	2,34	20	1	1	1	162	8	,47
PI	ENTRE RIOS	6300	394	3,29	18	1	2	2	357	22	,48
PI	PLANÍCIE LITORÂNEA	921	92	2,33	11	1	---	---	96	10	,49
PI	SERRA DA CAPIVARA	370	26	2,11	15	1	---	---	56	4	,44
PI	TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	100	33	2,38	3	1	---	---	17	6	,46

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
PI	VALE DO CANINDÉ	285	32	2,80	9	1	---	---	38	4	,49
PI	VALE DO RIO GUARIBAS	1160	32	2,17	36	1	1	1	161	4	,46
PI	VALE DO SAMBITO	300	21	2,55	14	1	1	1	50	4	,47
PI	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	722	33	2,69	15	1	---	---	87	4	,48
PR	1 RS PARANAGUÁ	808	135	3,09	5	1	---	---	45	8	,27
PR	10 RS CASCAVEL	3052	170	4,03	22	1	4	4	96	5	,35
PR	11 RS CAMPO MOURÃO	1056	62	3,41	22	1	---	---	68	4	,41
PR	12 RS UMUARAMA	1381	66	4,07	20	1	1	1	79	4	,37
PR	13 RS CIANORTE	710	65	3,58	12	1	---	---	42	4	,35
PR	14 RS PARANAVAÍ	850	37	3,53	22	1	---	---	71	4	,42
PR	15 RS MARINGÁ	5077	175	4,38	34	1	4	1	158	6	,28
PR	16 RS APUCARANA	1187	99	4,38	9	1	---	---	62	5	,37
PR	17 RS LONDRINA	6077	434	4,52	16	1	3	1	185	13	,31
PR	18 RS CORNÉLIO PROCÓPIO	844	56	3,47	14	1	---	---	46	3	,31
PR	19 RS JACAREZINHO	1016	48	3,32	24	1	---	---	83	4	,36
PR	2 RS METROPOLITANA	22339	859	3,23	62	3	8	1	509	20	,23
PR	20 RS TOLEDO	1285	99	3,63	20	2	3	1	48	4	,21
PR	21 RS TELÊMACO BORBA	418	70	2,22	8	1	---	---	42	7	,25
PR	22 RS IVAIPORÃ	470	34	4,15	15	1	1	1	38	3	,38
PR	3 RS PONTA GROSSA	2612	237	3,03	16	1	4	1	136	12	,20
PR	4 RS IRATI	639	71	3,13	11	1	---	---	35	4	,25
PR	5 RS GUARAPUAVA	1719	101	3,12	22	1	2	1	108	6	,34
PR	6 RS UNIÃO DA VITÓRIA	635	91	3,32	10	1	1	1	29	4	,23

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
PR	7 RS PATO BRANCO	1296	93	4,27	11	1	---	---	71	5	,38
PR	8 RS FRANCISCO BELTRÃO	1403	56	3,98	44	2	2	2	101	4	,42
PR	9 RS FOZ DO IGUAÇU	470	67	3,45	5	1	---	---	30	4	,30
RJ	BAÍA DA ILHA GRANDE	1244	1244	6,21	1	1	1	1	67	67	,33
RJ	BAIXADA LITORÂNEA	2469	412	5,22	6	1	2	1	84	14	,22
RJ	CENTRO-SUL	1844	205	6,03	11	1	5	1	104	12	,37
RJ	MÉDIO PARAÍBA	5459	496	6,06	16	2	12	2	198	18	,30
RJ	METROPOLITANA I	53727	10745	4,05	119	24	7	2	1088	218	,13
RJ	METROPOLITANA II	11372	1625	5,07	5	2	2	1	414	59	,27
RJ	NOROESTE	2139	153	5,29	10	1	4	2	101	7	,35
RJ	NORTE	6085	869	5,32	12	2	7	1	96	14	,20
RJ	SERRANA	4876	443	5,02	7	1	2	2	142	13	,26
RN	1ª REGIÃO DE SAÚDE - SÃO JOSÉ DE MIPIBU	805	40	2,60	26	1	4	1	131	7	,45
RN	2ª REGIÃO DE SAÚDE - MOSSORÓ	1727	157	3,19	13	1	3	2	125	11	,38
RN	3ª REGIÃO DE SAÚDE - JOÃO CÂMARA	800	38	2,55	25	1	5	1	123	6	,44
RN	4ª REGIÃO DE SAÚDE – CAICÓ	1151	55	3,17	31	1	7	1	115	5	,44
RN	5ª REGIÃO DE SAÚDE - SANTA CRUZ	606	40	3,03	15	1	4	1	66	4	,44
RN	6ª REGIÃO DE SAÚDE - PAU DOS FERROS	630	21	3,19	37	1	3	2	79	3	,49
RN	7ª REGIÃO DE SAÚDE - METROPOLITANA	6729	1682	3,75	10	3	2	1	195	49	,30
RN	8 REGIÃO DE SAÚDE - AÇU	360	36	2,51	13	1	1	1	48	5	,41

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
RO	CAFÉ	966	161	3,24	9	2	5	3	42	7	,37
RO	CENTRAL	970	88	2,15	21	2	9	1	75	7	,29
RO	CONE SUL	553	184	5,15	5	2	2	1	31	10	,34
RO	MADEIRA-MAMORÉ	3246	812	2,82	7	7	4	4	104	26	,21
RO	VALE DO GUAPORÉ	105	35	2,04	---	---	---	---	15	5	,29
RO	VALE DO JAMARI	595	74	1,69	12	2	7	1	48	6	,20
RO	ZONA DA MATA	347	43	2,27	7	1	2	1	39	5	,38
RR	CENTRO NORTE	2471	275	3,73	14	2	3	1	96	11	,34
RR	SUL	226	38	2,49	3	1	---	---	31	5	,37
RS	REGIÃO 01	2226	1113	4,92	2	1	---	---	22	11	,13
RS	REGIÃO 02	24	12	3,83	2	1	---	---	2	1	,35
RS	REGIÃO 03	336	336	4,53	---	---	---	---	21	21	,28
RS	REGIÃO 04	251	126	4,15	2	1	---	---	8	8	,15
RS	REGIÃO 05	240	240	5,27	1	1	---	---	9	9	,20
RS	REGIÃO 06 - VALE DO PARANHANA E COSTA SERR	263	132	4,24	4	2	1	1	14	7	,25
RS	REGIÃO 07	1167	233	3,84	11	2	2	1	33	7	,16
RS	REGIÃO 08	3493	873	5,13	11	3	9	5	88	22	,17
RS	REGIÃO 09	189	32	2,43	7	1	---	---	14	3	,24
RS	REGIÃO 10	17643	5881	6,11	17	6	13	7	217	72	,12
RS	REGIÃO 11	210	35	3,69	6	1	---	---	19	3	,44
RS	REGIÃO 13	62	21	3,75	2	1	---	---	7	2	,40
RS	REGIÃO 14	788	79	4,76	12	1	1	1	41	4	,39
RS	REGIÃO 15	450	56	4,77	2	1	---	---	19	3	,37
RS	REGIÃO 16	52	17	5,01	3	1	---	---	5	2	,47

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
RS	REGIÃO 17	2240	2240	11,10	2	2	1	1	15	15	,07
RS	REGIÃO 18	270	68	4,01	5	1	1	1	13	3	,22
RS	REGIÃO 19	49	49	4,63	1	1	---	---	4	4	,38
RS	REGIÃO 20	78	26	7,16	4	1	---	---	5	2	,47
RS	REGIÃO 21	1789	298	5,25	5	1	1	1	60	10	,27
RS	REGIÃO 22	702	234	4,04	3	1	---	---	33	11	,20
RS	REGIÃO 23	3999	667	4,96	5	1	1	1	68	14	,22
RS	REGIÃO 24	87	22	3,91	6	2	---	---	7	2	,48
RS	REGIÃO 25	1412	128	4,74	16	1	1	1	39	4	,27
RS	REGIÃO 26	622	89	4,36	8	1	---	---	28	4	,24
RS	REGIÃO 27	371	41	3,25	8	1	---	---	27	3	,33
RS	REGIÃO 28	1761	176	3,71	16	2	4	1	54	5	,23
RS	REGIÃO 29	1117	70	5,22	23	1	2	2	38	3	,38
RS	REGIÃO 30	500	71	4,50	9	1	---	---	12	2	,27
SC	ALTO URUGUAI CATARINENSE	267	27	4,63	8	1	---	---	26	3	,45
SC	ALTO VALE DO ITAJAÍ	1174	53	3,24	25	1	---	---	92	4	,40
SC	ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	1160	73	4,11	17	1	1	1	61	4	,34
SC	CARBONÍFERA	2215	185	3,98	15	1	3	1	115	10	,35
SC	EXTREMO OESTE	1223	44	4,84	41	2	2	2	81	3	,41
SC	EXTREMO SUL CATARINENSE	853	57	3,82	18	1	2	2	55	4	,32
SC	FOZ DO RIO ITAJAÍ	3822	382	4,34	16	2	3	1	135	14	,27
SC	GRANDE FLORIANÓPOLIS	7889	415	4,11	31	2	5	2	302	16	,37
SC	LAGUNA	1751	103	3,91	20	1	---	---	109	6	,35

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
SC	MÉDIO VALE DO ITAJAÍ	4185	299	3,60	16	1	2	1	174	12	,30
SC	MEIO OESTE	915	48	4,15	19	1	---	---	54	3	,37
SC	NORDESTE	5436	418	3,38	15	2	6	2	179	14	,24
SC	OESTE	2085	110	4,44	22	1	3	3	91	5	,43
SC	PLANALTO NORTE	1631	148	4,19	13	2	2	1	73	7	,31
SC	SERRA CATARINENSE	1735	102	3,84	19	1	---	---	88	6	,38
SC	XANXERÊ	1019	49	4,95	14	1	---	---	71	3	,44
SE	ARACAJÚ	6058	1010	2,91	8	2	1	1	164	27	,31
SE	ESTÂNCIA	423	71	1,99	9	2	2	1	57	10	,34
SE	ITABAIANA	432	36	1,50	13	1	---	---	68	6	,35
SE	LAGARTO	573	96	1,80	12	2	4	1	70	12	,30
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	209	42	1,64	5	1	1	1	39	8	,34
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	489	49	1,68	8	1	---	---	101	10	,37
SE	PROPRIÁ	340	38	2,50	11	1	1	1	46	5	,41
SP	ADAMANTINA	707	79	4,44	8	1	---	---	28	3	,24
SP	ALTA ANHANGUERA	342	114	5,24	3	2	1	1	12	4	,25
SP	ALTA MOGIANA	173	87	5,83	2	1	---	---	7	4	,21
SP	ALTA PAULISTA	704	59	4,79	14	1	---	---	31	3	,36
SP	ALTA SOROCABANA	2830	166	4,06	20	1	1	1	76	5	,37
SP	ALTO CAPIVARI	257	51	4,57	5	1	---	---	17	3	,31
SP	ALTO DO TIETÊ	11188	1017	3,29	12	2	3	1	230	26	,09
SP	ALTO VALE DO PARAÍBA	7202	1440	5,24	6	2	2	1	115	23	,20
SP	AQUÍFERO GUARANI	7219	1444	5,67	31	6	2	1	45	15	,09
SP	ARARAS	1423	356	4,22	1	1	---	---	29	10	,13

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
SP	ASSIS	1378	153	4,95	14	2	4	1	37	4	,23
SP	BAIXA MOGIANA	506	506	5,46	1	1	---	---	4	4	,04
SP	BAIXADA SANTISTA	3604	721	3,25	10	2	5	3	192	38	,19
SP	BAURU	3795	474	5,20	15	2	4	4	39	7	,28
SP	BRAGANÇA	1449	242	3,29	9	2	---	---	28	5	,11
SP	CATANDUVA	1585	144	4,20	13	1	2	1	43	4	,20
SP	CENTRAL DO DRS II	1670	278	4,73	9	2	2	1	49	12	,34
SP	CENTRAL DO DRS III	2434	487	6,22	12	2	5	3	43	9	,26
SP	CENTRO OESTE DO DRS III	587	117	4,03	5	2	---	---	13	3	,14
SP	CIRCUITO DA FÉ E VALE HISTÓRICO	1143	229	4,34	5	1	---	---	25	5	,18
SP	CIRCUITO DAS ÁGUAS	188	94	4,17	3	2	1	1	7	4	,14
SP	CONSÓRCIOS DO DRS II	990	71	4,48	13	1	1	1	54	4	,32
SP	CORAÇÃO DO DRS III	606	152	4,59	4	1	---	---	21	5	,22
SP	EXTREMO OESTE PAULISTA	178	45	3,83	4	1	---	---	16	4	,40
SP	FERNANDÓPOLIS	994	90	6,55	28	3	1	1	40	4	,45
SP	FRANCO DA ROCHA	1360	340	3,21	8	4	3	2	32	16	,11
SP	GRANDE ABC	15362	2195	5,29	20	3	2	1	376	54	,13
SP	HORIZONTE VERDE	1316	263	4,24	7	1	2	1	11	2	,05
SP	ITAPETININGA	1795	224	3,79	10	1	2	1	50	7	,19
SP	ITAPEVA	697	87	3,17	12	2	3	2	39	5	,32
SP	JALES	611	51	5,84	14	1	---	---	23	2	,39
SP	JAÚ	218	73	3,30	5	2	---	---	7	2	,16
SP	JOSÉ BONIFÁCIO	440	55	5,50	8	1	---	---	17	2	,29

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
SP	JUNDIAÍ	3946	789	3,92	11	3	4	1	43	9	,09
SP	LAGOS DO DRS II	554	79	4,64	9	1	1	1	36	5	,36
SP	LINS	821	205	4,94	7	2	1	1	16	4	,20
SP	LITORAL NORTE	1566	392	4,73	6	2	1	1	82	21	,26
SP	MANANCIAIS	3284	411	2,63	16	2	1	1	109	14	,15
SP	MANTIQUEIRA	1333	267	5,63	6	2	1	1	33	7	,19
SP	MARÍLIA	2870	287	5,61	16	2	6	3	73	7	,39
SP	NORTE-BARRETOS	2300	383	7,04	6	2	1	1	22	4	,19
SP	NORTE DO DRS III	701	234	4,00	2	1	---	---	26	9	,25
SP	OURINHOS	1251	114	3,73	10	1	---	---	27	2	,20
SP	PIRACICABA	3164	527	4,15	9	2	1	1	56	19	,12
SP	POLO CUESTA	2902	264	4,20	15	2	2	1	38	5	,22
SP	PONTAL DO PARANAPANEMA	262	87	4,69	3	1	---	---	23	8	,40
SP	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	17635	1176	4,26	30	2	7	1	291	22	,14
SP	RIO CLARO	1204	301	3,61	7	2	2	1	27	7	,13
SP	RIO PARDO	1037	207	5,27	6	2	1	1	19	5	,15
SP	ROTA DOS BANDEIRANTES	3968	794	3,98	13	3	3	1	45	11	,09
SP	SANTA FÉ DO SUL	306	61	7,06	7	1	---	---	11	4	,37
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	5381	359	4,33	22	1	3	3	98	7	,27
SP	SÃO PAULO	91635	91635	7,53	18	18	13	13	1116	1116	,09
SP	SOROCABA	6204	414	3,44	26	2	6	2	100	9	,14
SP	SUL-BARRETOS	557	279	5,01	4	2	1	1	21	11	,24

		Profissionais de nível superior em saúde			Estabelecimentos de saúde		Farmácias		Equipes de Saúde da Família		
UF	Região de Saúde	Total	Média	por mil habitantes	Total	Média	Total	Média	Total	Média	por mil habitantes
SP	TRÊS COLINAS	1787	596	3,54	6	2	2	2	16	5	,17
SP	TUPÃ	668	95	5,00	14	2	6	3	24	3	,29
SP	VALE DAS CACHOEIRAS	607	152	6,39	6	2	2	1	18	5	,30
SP	VALE DO JURUMIRIM	1023	102	4,05	16	2	2	1	47	5	,22
SP	VALE DO PARAÍBA/ REGIÃO SERRANA	2163	433	4,11	10	2	2	2	35	7	,25
SP	VALE DO RIBEIRA	606	87	3,61	12	2	1	1	51	7	,34
SP	VOTUPORANGA	349	39	4,92	10	1	---	---	18	2	,28
TO	AMOR PERFEITO	498	71	3,26	7	2	2	2	28	4	,46
TO	BICO DO PAPAGAIO	470	43	3,52	6	2	2	1	47	4	,41
TO	CANTÃO	357	40	2,89	6	1	1	1	34	4	,38
TO	CAPIM DOURADO	3121	446	3,92	5	2	1	1	93	13	,33
TO	CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA	497	41	3,53	4	1	2	1	42	4	,39
TO	ILHA DO BANANAL	807	81	3,65	6	1	1	1	48	5	,41
TO	MÉDIO NORTE ARAGUAIA	1489	149	2,74	4	1	2	2	58	6	,34
TO	SUDESTE	200	22	3,55	6	2	---	---	19	2	,40
	Total	**856818**	**230**	**3,37**	**5441**	**2**	**1282**	**1**	**32980**	**9**	**,35**

Fonte: CONASEMS, Brasil, 2018.

**Dados do CNES em janeiro de 2018.*

ANEXO VII

Média, valor mínimo e máximo das despesas totais em saúde, despesas com medicamentos e percentuais das despesas com medicamentos nas despesas totais em saúde em 2018 e 2019 registradas no SIOPS pelos municípios participantes no Levantamento Nacional sobre do CBAF da RENAME, por UF e região de saúde (em ordem alfabética)

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
AC	ALTO ACRE	8.175.576,26	4.047.549,45	10.861.836,89	8.936.610,04	5.139.351,65	13.021.281,70	650.990,37	0,00	1.052.043,69	569.619,79	390.104,56	704.451,34	6,92	0,00	11,50	6,96	4,76	11,16
AC	BAIXO ACRE E PURUS	23.741.536,71	4.023.960,09	145.647.393,48	23.154.485,33	3.152.437,93	143.339.428,00	1.649.737,13	0,00	10.617.694,98	1.310.535,08	0,00	8.256.351,05	5,29	0,00	15,74	4,66	0,00	19,67
AC	JURUÁ E TARAU-ACÁ/ ENVIRA	17.149.480,36	6.141.313,86	35.134.915,95	14.781.869,54	4.777.406,13	32.138.451,60	1.621.093,91	243.810,16	2.812.341,03	950.504,65	207.817,17	1.690.482,55	10,78	3,97	23,98	6,68	4,35	8,63
AL	1ª REGIÃO DE SAÚDE	88.301.325,20	4.539.066,85	802.431.083,59	89.194.096,09	4.657.769,37	802.218.046,60	1.580.492,52	0,00	15.005.461,26	1.506.091,19	0,00	15.081.699,28	1,82	0,00	6,22	1,61	0,00	3,83
AL	10ª REGIÃO DE SAÚDE	9.693.910,97	6.434.701,21	12.394.128,82	10.976.970,86	8.407.276,34	13.338.219,70	97.092,24	0,00	296.996,20	26.812,05	0,00	62.689,63	1,11	0,00	3,00	,25	0,00	,53
AL	2ª REGIÃO DE SAÚDE	11.641.540,80	4.650.797,72	20.942.767,63	13.451.103,54	4.158.365,98	27.511.496,15	292.846,57	14.882,55	803.409,51	345.254,12	0,00	943.644,32	2,42	,32	5,12	2,46	0,00	3,44
AL	3ª REGIÃO DE SAÚDE	8.930.085,28	3.723.932,46	17.285.418,64	9.660.016,44	3.347.796,73	17.601.046,08	254.015,40	0,00	577.571,95	264.278,65	0,00	839.569,90	2,62	0,00	5,45	2,62	0,00	6,72
AL	4ª REGIÃO DE SAÚDE	12.017.317,64	3.024.936,30	27.443.534,00	12.585.504,40	3.424.641,84	22.588.342,58	66.458,52	12.919,37	124.504,66	62.412,89	0,00	196.703,99	1,13	,21	3,46	,86	0,00	2,99
AL	5ª REGIÃO DE SAÚDE	17.652.789,67	4.485.009,99	30.700.283,23	19.483.752,70	6.724.734,96	33.214.428,76	305.762,35	0,00	561.815,18	1.008.363,41	0,00	2.720.261,72	1,79	0,00	3,04	3,49	0,00	9,09
AL	6ª REGIÃO DE SAÚDE	30.425.060,80	3.729.936,94	68.962.776,60	28.398.713,19	3.749.464,38	65.486.549,24	37.902,53	0,00	170.168,86	24.395,25	0,00	48.746,04	,10	0,00	,28	,12	0,00	,48
AL	7ª REGIÃO DE SAÚDE	25.937.667,85	3.758.406,85	245.355.212,68	26.723.400,26	3.870.468,59	250.751.185,30	177.321,73	0,00	969.550,45	217.180,83	0,00	933.070,92	1,60	0,00	5,59	1,90	0,00	9,58
AL	8ª REGIÃO DE SAÚDE	18.296.459,25	4.404.992,25	74.835.587,21	18.931.883,62	4.142.335,83	80.205.805,19	223.494,19	0,00	813.584,37	95.979,62	0,00	221.814,75	1,51	0,00	4,78	1,01	0,00	2,88
AL	9ª REGIÃO DE SAÚDE	10.456.253,15	3.200.893,48	23.001.166,27	14.462.278,53	3.621.313,63	78.597.381,46	147.212,10	0,00	378.890,36	280.561,19	0,00	1.329.311,04	2,23	0,00	5,43	2,86	0,00	9,17
AM	ALTO SOLIMÕES	17.014.685,66	13.611.497,11	19.192.275,06	21.140.990,81	15.667.462,77	24.639.825,60	1.057.892,63	953.856,07	1.222.099,08	1.774.097,27	1.289.855,17	2.077.137,30	6,33	4,97	7,33	8,83	5,58	12,48

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
AM	BAIXO AMAZONAS	21.402.677,85	6.817.701,71	49.216.397,33	24.835.376,25	9.433.368,42	53.083.354,33	1.424.253,37	98.087,21	3.873.330,47	1.862.722,41	167.851,68	4.899.593,60	4,50	1,20	7,87	5,38	1,40	9,23
AM	MANAUS, ENTORNO E ALTO RIO NEGRO	139.565.223,55	9.322.966,27	884.749.372,97	155.994.320,40	13.787.158,72	978.315.652,80	7.967.132,93	0,00	54.058.186,69	8.962.787,35	0,00	59.579.423,26	2,64	0,00	6,11	3,12	0,00	6,10
AM	MÉDIO AMAZONAS	9.275.576,20	5.378.047,20	13.173.105,19	9.144.351,30	5.551.102,23	12.737.600,37	472.903,22	246.314,56	699.491,89	787.641,97	296.428,86	1.278.855,08	4,95	4,58	5,31	7,69	5,34	10,04
AM	REGIONAL JURUÁ	14.228.238,40	8.932.777,10	17.753.934,35	16.344.747,71	12.309.222,29	20.547.624,28	1.213.263,81	422.543,64	2.642.870,22	1.300.357,80	452.979,38	2.920.020,08	8,44	2,38	16,52	8,10	2,57	18,05
AM	REGIONAL PURUS	18.565.395,77	18.565.395,77	18.565.395,77	18.179.886,48	18.179.886,48	18.179.886,48	1.698.733,71	1.698.733,71	1.698.733,71	750.829,31	750.829,31	750.829,31	9,15	9,15	9,15	4,13	4,13	4,13
AM	RIO MADEIRA	14.208.532,25	8.758.251,65	19.658.812,84	17.305.415,75	12.880.992,17	21.729.839,33	2.034.709,09	1.020.336,32	3.049.081,87	376.769,02	0,00	753.538,04	13,58	11,65	15,51	2,93	0,00	5,85
AM	TRIÂNGULO	18.026.048,75	8.069.540,89	37.914.708,14	18.362.789,49	5.535.716,32	40.014.169,01	99.793,32	0,00	299.379,97	519.168,34	0,00	1.556.551,17	1,24	0,00	3,71	1,30	0,00	3,89
AP	ÁREA CENTRAL	39.958.031,31	3.225.200,05	206.095.526,39	34.394.286,58	2.972.303,11	162.657.802,50	149.470,76	0,00	523.573,67	461.326,70	0,00	1.219.933,52	2,13	0,00	5,16	2,99	0,00	6,56
AP	ÁREA NORTE	5.542.545,63	1.683.102,45	9.484.544,60	5.517.004,07	2.110.000,37	7.863.034,72	622.374,22	0,00	1.025.279,27	403.527,06	55.282,01	715.394,51	9,30	0,00	13,99	7,00	2,62	13,73
AP	ÁREA SUDOESTE	12.635.412,62	7.039.607,23	21.361.638,35	20.964.272,22	8.059.242,43	41.494.907,01	956.569,73	190.268,64	1.787.969,13	2.504.734,91	838.416,82	5.581.064,99	8,75	1,32	15,65	11,67	6,48	15,90
BA	ALAGOINHAS	11.976.496,08	4.986.371,04	29.235.972,99	13.187.406,96	5.068.843,97	32.085.860,84	501.508,98	0,00	1.568.619,09	420.233,41	0,00	1.769.054,78	5,44	0,00	21,05	3,25	0,00	17,00
BA	BARREIRAS	24.455.088,75	3.067.583,85	123.953.814,44	26.117.655,43	2.860.459,84	135.715.729,50	152.576,35	0,00	1.884.097,98	526.253,70	0,00	5.971.492,10	,38	0,00	2,27	1,47	0,00	14,35
BA	BRUMADO	12.338.274,61	3.482.222,23	65.149.331,83	13.149.015,32	3.751.908,74	70.388.855,47	412.822,60	0,00	2.521.279,14	347.507,03	0,00	2.695.893,16	2,90	0,00	19,51	2,06	0,00	7,72
BA	CAMAÇARI	72.619.606,06	11.315.375,14	238.150.009,01	79.965.811,40	12.813.685,59	264.130.015,00	1.945.116,46	8.618,43	6.025.195,23	1.585.922,40	54.585,85	4.965.644,28	3,64	,01	10,24	2,62	,06	7,33
BA	CRUZ DAS ALMAS	15.032.218,02	8.433.912,70	30.660.981,29	15.663.286,09	8.249.967,84	31.902.660,24	76.033,38	0,00	282.081,03	120.634,92	0,00	539.154,96	,38	0,00	,92	,56	0,00	1,69
BA	FEIRA DE SANTANA	28.799.484,58	3.320.892,99	401.912.740,62	30.041.228,35	3.503.843,75	413.973.991,30	285.168,53	0,00	2.893.771,73	348.624,08	0,00	3.022.010,14	1,61	0,00	14,42	2,15	0,00	19,55
BA	GUANAMBI	13.055.582,21	5.978.812,28	58.091.686,30	13.949.580,31	6.381.011,74	64.107.628,86	416.803,34	0,00	2.097.109,88	341.317,76	0,00	1.448.832,41	3,32	0,00	11,38	2,57	0,00	9,10
BA	IBOTIRAMA	10.674.885,85	5.515.233,01	20.299.035,77	11.154.967,19	5.870.147,90	22.011.773,93	101.416,59	0,00	370.852,55	123.139,45	0,00	299.516,66	,97	0,00	3,16	1,26	0,00	3,90
BA	ILHÉUS	9.908.931,47	5.583.900,23	15.305.345,68	10.993.003,36	6.432.948,58	17.712.902,76	453.625,42	196.553,29	831.080,27	356.979,34	0,00	999.007,72	4,69	2,49	8,75	2,95	0,00	5,64
BA	IRECÊ	10.752.593,64	6.901.586,00	26.246.676,97	14.019.422,27	8.611.622,61	46.186.998,37	876.388,48	0,00	2.209.357,96	1.378.673,71	0,00	4.784.973,03	8,73	0,00	22,74	10,50	0,00	36,95
BA	ITABERABA	11.151.766,42	2.861.394,12	45.203.409,63	11.728.281,72	3.033.840,88	46.307.579,19	684.798,87	0,00	5.297.839,61	1.154.129,45	0,00	4.848.403,54	4,44	0,00	21,87	9,33	0,00	27,12

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
BA	ITABUNA	27.279.643,49	3.704.110,88	200.074.883,61	27.461.787,74	3.641.068,75	199.270.843,00	611.123,09	0,00	4.281.602,51	351.623,82	0,00	2.191.979,27	2,08	0,00	8,92	1,36	0,00	3,97
BA	ITAPETINGA	10.858.435,16	3.397.987,87	39.410.739,03	11.197.425,86	3.799.139,18	41.075.253,58	408.886,14	0,00	2.510.464,08	357.465,88	0,00	2.620.601,18	2,79	0,00	9,00	1,56	0,00	6,38
BA	JACOBINA	12.104.033,78	5.075.352,93	52.832.319,24	12.974.892,32	4.802.875,69	58.504.425,55	243.056,52	0,00	2.381.570,69	480.359,92	0,00	3.014.209,84	1,91	0,00	10,93	4,63	0,00	21,24
BA	JEQUIÉ	12.268.359,63	3.700.174,59	105.950.581,40	12.354.704,92	3.770.003,03	99.221.785,75	415.277,89	0,00	5.382.289,54	373.708,71	0,00	3.482.684,68	1,62	0,00	8,56	1,55	0,00	11,46
BA	JUAZEIRO	39.492.426,57	9.901.565,78	170.857.577,89	43.248.308,53	11.075.528,65	183.810.568,60	1.452.589,84	0,00	4.493.554,30	1.908.335,26	44.302,11	7.481.090,14	6,18	0,00	13,44	4,57	,40	9,93
BA	PAULO AFONSO	20.901.237,26	3.657.560,25	89.336.511,70	21.460.898,56	3.950.000,00	90.637.554,06	879.357,20	0,00	2.733.697,26	876.004,89	0,00	1.957.771,17	9,96	0,00	46,89	7,22	0,00	18,05
BA	PORTO SEGURO	38.318.388,42	7.806.492,90	76.830.713,44	42.719.146,66	7.994.782,55	87.766.058,43	1.267.011,44	0,00	3.511.163,60	1.279.961,55	0,00	3.457.982,70	1,83	0,00	4,57	1,62	0,00	3,94
BA	RIBEIRA DO POMBAL	10.164.176,36	5.555.012,94	17.282.802,65	11.458.999,40	6.060.348,61	20.110.757,62	558.570,43	0,00	3.135.090,07	661.000,61	0,00	3.936.584,87	4,11	0,00	19,06	4,45	0,00	21,31
BA	SALVADOR	229.832.844,27	5.863.031,15	1.559.845.870,32	241.402.391,31	5.742.777,26	1.633.317.225,00	788.053,91	0,00	4.045.945,86	213.310,55	0,00	714.177,87	1,35	0,00	3,74	,75	0,00	2,53
BA	SANTA MARIA DA VITÓRIA	18.004.194,65	4.165.539,60	53.536.452,18	18.515.342,91	4.515.276,60	61.224.728,60	414.328,20	0,00	2.062.069,34	414.738,45	0,00	1.906.149,82	2,99	0,00	15,65	2,94	0,00	14,83
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	12.069.625,23	3.098.450,58	56.647.909,88	12.570.051,65	3.535.715,36	57.231.986,05	263.535,61	0,00	2.050.654,34	256.176,80	0,00	1.104.577,33	2,07	0,00	9,38	2,38	0,00	10,34
BA	SEABRA	8.802.712,16	4.591.166,93	16.045.508,73	9.027.081,77	4.894.285,65	16.858.192,90	150.677,21	0,00	725.256,99	347.207,68	0,00	1.943.760,88	1,37	0,00	4,52	3,76	0,00	16,36
BA	SENHOR DO BONFIM	17.580.509,13	8.089.275,64	45.270.222,51	19.174.058,33	8.756.813,50	50.505.621,03	192.062,97	0,00	553.499,88	191.154,04	0,00	467.490,04	,95	0,00	3,90	,90	0,00	2,25
BA	SERRINHA	15.615.704,11	4.096.371,22	37.897.635,77	16.311.657,29	5.571.208,66	41.343.244,47	293.133,26	0,00	1.479.063,12	458.135,93	0,00	1.582.509,62	1,89	0,00	5,92	3,02	0,00	14,57
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	30.381.464,84	7.766.417,33	130.611.348,67	32.064.356,79	8.414.611,14	132.268.570,10	3.256.067,97	35.411,99	23.170.453,25	4.063.730,77	580.263,31	22.340.161,49	6,93	,10	17,74	11,93	1,41	20,30
BA	VALENÇA	11.022.904,51	3.702.272,65	25.921.365,50	12.280.879,27	4.947.883,19	27.588.847,38	256.715,74	0,00	775.048,83	232.442,55	0,00	871.807,58	2,18	0,00	7,02	1,55	0,00	4,49
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	21.402.715,05	4.730.417,71	232.900.973,68	23.388.305,51	4.944.750,75	254.872.969,40	270.583,89	0,00	3.190.743,34	139.538,43	0,00	2.191.907,54	1,17	0,00	4,94	,30	0,00	2,84
CE	1ª REGIÃO FORTALEZA	1.002.198.308,21	53.143.457,16	1.951.253.159,25	1.176.780.946,22	66.197.112,43	2.287.364.780,00	15.670.342,33	1.291.386,01	30.049.298,65	20.457.249,60	1.800.561,46	39.113.937,74	1,99	1,54	2,43	2,22	1,71	2,72
CE	10ª REGIÃO LIMOEIRO DO NORTE	16.955.827,18	9.990.193,28	33.828.388,96	18.529.996,06	10.116.025,06	37.268.740,99	73.221,67	0,00	194.653,66	67.413,88	0,00	315.698,58	,42	0,00	1,07	,27	0,00	1,53
CE	11ª REGIÃO SOBRAL	11.097.405,67	3.785.466,06	24.368.226,72	12.595.506,86	4.917.202,87	31.877.694,13	80.234,67	0,00	372.526,72	73.487,80	0,00	460.973,58	,91	0,00	6,03	,89	0,00	6,94

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
CE	12ª REGIÃO ACARAÚ	22.183.828,18	14.996.364,32	41.156.933,98	20.583.502,11	12.011.981,22	34.557.953,96	41.532,33	0,00	120.478,78	20.820,82	0,00	49.995,33	,19	0,00	,69	,11	0,00	,28
CE	13ª REGIÃO TIANGUÁ	22.471.612,84	11.266.840,66	42.376.123,59	23.638.982,63	13.125.931,06	47.168.631,87	578.853,25	0,00	1.950.271,44	593.887,63	0,00	2.196.073,93	2,33	0,00	8,60	2,25	0,00	7,78
CE	14ª REGIÃO TAUÁ	19.541.248,04	6.534.903,24	41.275.981,94	19.121.624,88	6.628.775,96	40.379.620,65	14.349,78	0,00	41.088,86	179.780,05	0,00	488.593,41	,14	0,00	,38	,57	0,00	1,21
CE	15ª REGIÃO CRATÉUS	16.996.572,69	6.804.934,44	52.282.349,48	17.845.040,14	7.565.992,22	55.236.746,81	265.684,64	0,00	956.317,99	225.649,68	0,00	1.073.401,03	2,36	0,00	8,43	1,74	0,00	8,01
CE	16ª REGIÃO CAMOCIM	19.902.543,87	6.382.770,86	38.885.957,55	19.683.743,58	6.350.786,83	39.723.325,60	230.054,62	13.892,70	680.504,26	299.596,53	31.069,00	993.083,14	1,06	,16	1,93	1,23	,25	2,50
CE	17ª REGIÃO ICÓ	10.084.511,75	5.596.018,36	14.573.005,13	11.000.149,94	6.066.369,53	15.933.930,34	218.810,55	150.532,89	287.088,20	280.872,29	190.484,00	371.260,58	2,33	1,97	2,69	2,74	2,33	3,14
CE	19ª REGIÃO BREJO SANTO	16.704.250,36	12.520.723,94	21.316.798,41	17.270.124,08	13.666.086,83	20.877.777,37	551.599,49	70.116,05	1.284.115,55	667.745,93	207.724,52	1.457.293,28	3,29	,56	7,89	3,86	1,52	8,44
CE	2ª REGIÃO CAUCAIA	57.863.649,09	12.744.104,26	183.556.697,75	58.547.019,47	7.860.520,41	183.361.182,50	582.542,64	0,00	2.624.860,78	143.044,38	49.318,02	366.722,37	,49	0,00	1,43	,43	,10	,83
CE	20ª REGIÃO CRATO	42.945.072,57	12.603.730,94	91.668.430,75	50.716.568,17	17.066.008,50	108.385.689,30	137.726,22	4.912,61	366.673,72	433.224,81	18.688,60	1.192.242,58	,25	,02	,40	,56	,07	1,10
CE	21ª REGIÃO JUAZEIRO DO NORTE	52.834.504,58	4.331.550,76	143.209.078,80	56.819.178,93	5.349.957,69	150.923.048,10	313.709,19	1.607,03	1.618.262,59	1.009.958,73	1.692,50	2.641.153,34	,48	,01	1,23	1,53	,01	3,67
CE	22ª REGIÃO CASCAVEL	30.893.897,68	18.725.255,89	43.062.539,47	34.837.174,90	21.230.998,67	48.443.351,13	507.232,22	471.876,45	542.588,00	244.040,79	8.492,40	479.589,18	1,89	1,26	2,52	,52	,04	,99
CE	3ª REGIÃO MARACANAÚ	25.534.187,68	9.787.851,62	57.397.781,66	27.546.240,86	10.235.261,58	60.801.439,76	76.407,22	0,00	177.933,12	169.454,24	15.352,89	328.327,77	,32	0,00	,83	,65	,15	1,34
CE	4ª REGIÃO BATURITÉ	19.883.314,22	10.992.406,75	28.774.221,69	18.378.509,67	8.024.063,38	28.732.955,95	2.877,42	0,00	5.754,84	401,20	0,00	802,41	,01	0,00	,02	,01	0,00	,01
CE	5ª REGIÃO CANINDÉ	12.207.611,06	12.207.611,06	12.207.611,06	15.268.499,69	15.268.499,69	15.268.499,69	18.311,42	18.311,42	18.311,42	67.181,40	67.181,40	67.181,40	,15	,15	,15	,44	,44	,44
CE	6ª REGIÃO ITAPIPOCA	22.774.366,95	4.089.652,02	70.984.279,92	24.556.929,32	7.011.591,02	69.955.317,34	162.677,77	0,00	607.534,42	110.856,39	0,00	350.090,48	,73	0,00	3,36	,40	0,00	1,69
CE	7ª REGIÃO ARACATI	33.187.417,44	11.384.224,31	54.990.610,57	36.494.434,29	12.146.806,31	60.842.062,27	71.720,61	0,00	143.441,23	61.981,12	36.505,24	87.457,01	,63	0,00	1,26	,39	,06	,72
CE	9ª REGIÃO RUSSAS	30.945.584,15	13.583.478,25	46.463.796,44	34.873.012,02	15.322.855,88	53.744.951,27	593.179,84	255.550,88	1.164.026,46	726.521,56	236.477,79	1.411.383,79	2,25	,55	3,55	2,63	,44	3,97
DF	DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00									
ES	CENTRAL	28.339.114,33	5.094.501,80	160.807.682,97	31.684.510,48	5.131.249,74	176.722.193,60	684.150,94	140.098,80	2.492.519,09	859.772,29	0,00	6.061.571,24	3,41	1,55	5,93	2,83	0,00	7,39

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
ES	METROPOLITANA	55.278.700,17	8.457.644,19	285.706.586,61	62.388.095,99	9.014.627,89	302.770.366,60	2.715.321,73	0,00	15.256.731,72	2.682.341,39	241.232,00	14.260.484,27	3,97	0,00	9,18	3,93	1,13	7,54
ES	NORTE	15.908.727,73	5.869.477,52	42.397.859,39	17.644.805,94	6.615.787,19	47.476.277,30	462.791,05	30.521,28	2.378.519,91	587.516,53	9.560,98	2.549.476,09	2,51	,52	5,61	2,91	,14	5,37
ES	SUL	20.421.985,77	4.761.421,11	73.690.755,02	22.383.343,85	5.392.614,50	80.324.939,48	881.460,42	0,00	5.092.450,30	826.026,80	96.527,80	3.484.291,26	3,67	0,00	10,54	3,61	1,42	8,15
GO	CENTRAL	68.795.716,32	1.928.748,56	1.170.289.208,13	78.027.659,99	2.955.710,52	1.343.227.684,00	538.816,05	0,00	2.510.238,59	664.570,05	68.276,91	2.970.885,68	5,10	0,00	14,70	5,78	,01	14,75
GO	CENTRO SUL	9.892.196,59	2.503.991,91	21.810.073,52	11.239.332,83	2.827.916,27	28.607.077,69	284.058,51	0,00	704.465,37	548.946,30	88.796,57	1.584.832,10	3,10	0,00	4,89	4,82	2,38	9,78
GO	ENTORNO NORTE	15.326.176,48	4.861.031,86	54.819.657,32	17.780.069,20	5.173.371,13	59.442.358,52	432.033,57	0,00	1.748.747,07	1.464.869,29	70.876,13	6.633.767,21	2,28	0,00	3,19	4,06	1,20	11,16
GO	ENTORNO SUL	46.618.827,03	24.224.537,97	74.945.928,83	52.745.451,37	24.326.286,33	91.099.237,03	2.470.882,01	0,00	4.965.942,45	3.714.811,23	0,00	10.525.834,89	4,30	0,00	8,17	5,26	0,00	14,88
GO	ESTRADA DE FERRO	12.601.495,13	2.024.901,73	54.860.218,82	13.651.898,74	2.394.865,62	59.774.927,79	401.494,68	129.963,18	1.201.438,79	743.296,43	137.642,37	2.755.624,17	5,57	2,19	9,55	7,47	3,33	15,79
GO	NORDESTE I	7.928.889,36	3.977.223,00	15.381.962,91	7.863.188,24	4.013.812,47	15.516.390,57	209.174,80	87.679,39	359.937,93	210.719,86	88.303,87	512.040,89	2,60	1,96	3,74	2,52	1,41	3,30
GO	NORDESTE II	6.788.141,06	3.238.924,41	21.272.738,95	7.096.086,34	3.469.257,18	20.746.228,63	457.240,34	41.164,48	3.003.710,74	211.095,22	0,00	678.401,68	4,89	,70	14,12	2,98	0,00	5,76
GO	NORTE	15.304.711,85	3.194.392,02	30.017.695,56	17.100.612,28	3.727.027,10	34.019.794,64	509.930,04	73.146,56	1.323.780,37	542.606,57	155.727,62	1.111.518,92	3,68	,98	8,20	3,98	1,59	7,90
GO	OESTE I	6.020.804,38	2.829.978,25	22.535.059,89	6.246.433,71	2.703.571,39	23.731.321,98	234.403,10	18.263,25	666.620,33	246.577,38	0,00	644.141,95	4,12	,42	9,53	4,39	0,00	10,32
GO	OESTE II	7.773.071,22	2.236.713,65	24.958.088,53	7.799.240,54	2.726.854,77	26.245.762,48	565.352,58	0,00	3.740.153,15	302.413,72	0,00	1.255.420,03	6,35	0,00	18,42	4,87	0,00	9,95
GO	PIRINEUS	8.956.073,80	5.216.301,70	15.075.693,91	9.755.969,58	4.608.953,71	16.365.870,26	543.066,29	206.043,92	1.041.040,73	375.641,73	152.095,47	764.286,14	7,00	2,92	19,31	3,70	2,84	4,67
GO	RIO VERMELHO	10.493.574,84	3.143.132,28	22.666.336,60	11.037.347,77	3.096.681,55	23.922.161,69	385.910,72	4.186,94	741.466,89	452.259,53	3.072,16	981.702,43	4,63	,08	13,58	4,89	,06	16,35
GO	SÃO PATRÍCIO I	9.225.964,48	2.534.678,70	39.609.388,70	9.367.336,06	2.818.675,78	41.061.911,15	345.406,30	0,00	1.116.297,05	480.340,63	0,00	1.012.881,05	5,74	0,00	14,45	7,31	0,00	17,74
GO	SÃO PATRÍCIO II	13.046.027,69	2.732.522,61	43.725.372,08	14.111.224,87	3.024.913,87	47.426.151,18	471.943,15	155.134,60	1.106.251,91	363.393,53	90.109,69	1.064.269,35	5,09	2,53	6,34	5,45	,19	8,68
GO	SERRA DA MESA	9.454.341,10	2.901.777,85	24.606.375,99	10.679.506,40	2.808.968,29	31.245.764,20	421.986,01	58.481,68	1.002.416,91	562.544,45	85.673,53	1.202.961,92	5,10	1,97	6,82	6,09	3,05	10,62
GO	SUDOESTE I	24.649.342,96	3.003.241,83	191.241.168,39	19.453.333,62	2.765.583,67	116.434.662,30	1.185.050,39	0,00	12.602.793,00	1.296.905,32	114.289,45	8.790.817,00	3,20	0,00	6,59	5,28	1,85	8,89
GO	SUDOESTE II	21.808.435,82	4.163.958,24	83.394.628,12	25.354.639,52	4.454.672,59	98.026.020,83	760.099,86	0,00	3.185.674,79	829.267,52	0,00	3.246.793,60	3,13	0,00	8,06	2,57	0,00	4,86
GO	SUL	14.730.594,12	2.807.532,53	65.403.778,26	16.714.539,36	3.491.541,41	72.462.490,41	362.010,21	0,00	2.256.430,35	211.520,44	0,00	1.217.441,36	1,75	0,00	4,38	1,81	0,00	4,64
MA	AÇAILÂNDIA	20.777.115,38	3.371.122,85	74.575.154,51	21.774.090,90	7.453.512,19	73.465.634,88	1.365.140,87	146.992,27	5.026.365,41	828.345,56	322.737,08	1.814.601,18	6,63	2,39	10,01	5,60	1,04	14,77

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
MA	BACABAL	12.754.206,68	1.818.937,38	33.215.579,67	15.396.784,26	3.637.583,52	70.241.726,19	518.502,71	9.169,20	2.710.391,30	939.868,24	20.616,30	5.591.241,40	3,53	,04	8,16	3,59	,22	7,96
MA	BALSAS	14.275.470,06	4.075.756,68	63.129.361,60	15.151.553,76	3.954.531,88	70.806.266,08	312.525,02	7.393,71	759.991,89	200.958,23	0,00	534.843,35	3,63	,17	9,89	2,35	0,00	7,71
MA	BARRA DO CORDA	19.208.694,76	12.294.938,89	32.365.361,16	19.117.186,92	9.836.585,69	33.685.775,29	575.381,91	280.060,94	835.026,32	487.655,24	232.431,85	698.374,59	3,24	2,16	4,97	3,72	,69	5,41
MA	CAXIAS	53.371.408,50	11.384.235,03	123.028.497,11	50.098.665,40	12.650.447,33	104.438.434,60	5.067.976,32	60.336,45	14.652.694,01	5.420.142,93	0,00	16.031.299,71	4,78	,53	11,91	5,35	0,00	15,35
MA	CHAPADINHA	14.174.359,52	11.341.472,05	16.727.286,22	12.338.426,48	4.898.029,87	18.213.359,36	582.139,98	57.841,51	886.832,09	396.943,81	0,00	974.414,73	3,99	,51	5,58	2,51	0,00	5,35
MA	CODÓ	37.850.270,95	9.618.344,52	58.208.757,00	40.950.937,96	11.416.650,98	66.451.672,56	1.284.836,29	0,00	3.854.508,86	2.085.780,87	0,00	6.257.342,60	2,81	0,00	8,43	4,64	0,00	13,91
MA	IMPERATRIZ	63.224.325,27	2.895.232,95	274.410.529,26	69.518.857,02	1.301.870,23	307.608.099,60	4.161.153,21	12.449,50	18.577.592,83	5.029.969,98	146.590,59	23.839.627,72	4,06	,43	8,22	5,70	2,61	11,26
MA	ITAPECURU MIRIM	13.056.467,74	7.065.524,50	24.171.586,50	14.485.241,46	4.594.054,26	25.942.822,96	360.275,85	0,00	1.000.703,68	490.291,36	0,00	1.307.904,18	2,63	0,00	5,72	3,95	0,00	14,69
MA	PEDREIRAS	11.390.832,18	3.356.768,57	31.314.580,47	12.857.197,65	4.478.800,74	37.429.103,31	368.147,45	0,00	1.349.658,42	674.985,77	0,00	2.702.381,26	3,59	0,00	7,92	4,40	0,00	13,62
MA	PINHEIRO	16.898.734,47	7.476.564,00	62.056.170,78	18.556.227,68	8.886.578,82	70.059.261,71	132.164,90	0,00	814.462,86	451.387,47	0,00	2.003.694,88	1,06	0,00	6,24	1,99	0,00	3,83
MA	PRESIDENTE DUTRA	14.130.109,37	3.336.967,90	30.803.053,89	15.525.281,24	3.344.748,71	37.651.370,07	211.393,02	0,00	628.730,98	719.848,16	0,00	2.865.269,26	2,04	0,00	5,61	4,06	0,00	11,15
MA	ROSÁRIO	12.705.529,99	5.697.421,83	30.039.633,22	11.728.353,03	4.706.739,63	29.463.733,84	994.381,21	203.275,03	1.547.041,11	360.285,08	41.255,76	706.763,29	10,05	1,36	19,57	4,33	,39	10,13
MA	SANTA INÊS	20.137.020,58	6.360.280,73	47.309.358,00	17.159.363,93	5.216.322,58	45.334.406,82	1.666.955,04	0,00	6.862.479,62	491.969,15	0,00	1.889.743,47	6,06	0,00	25,44	2,70	0,00	9,55
MA	SÃO JOÃO DOS PATOS	9.398.912,94	4.944.138,13	17.687.410,39	8.291.594,03	5.018.373,55	13.729.500,00	975.136,14	0,00	3.233.258,62	533.315,37	0,00	1.637.267,59	8,74	0,00	18,28	7,18	0,00	20,53
MA	SÃO LUÍS	321.806.564,46	10.424.776,25	883.014.293,43	293.967.981,22	12.169.731,22	788.418.843,50	7.626.781,42	0,00	21.722.151,62	2.788.501,81	0,00	7.332.295,24	4,52	0,00	11,11	3,14	0,00	8,49
MA	TIMON	45.310.864,84	17.619.478,51	73.002.251,16	48.277.299,07	17.319.128,21	79.235.469,93	3.656.864,67	896.831,46	6.416.897,88	4.077.617,20	96.987,12	8.058.247,29	6,94	5,09	8,79	5,37	,56	10,17
MA	VIANA	10.460.676,16	3.894.322,87	16.454.429,27	10.364.776,43	3.671.679,30	18.730.968,80	909.722,37	328.291,42	2.418.801,10	687.983,50	0,00	1.292.436,85	8,02	4,90	14,70	7,21	0,00	11,59
MA	ZÉ DOCA	12.786.277,36	4.427.958,51	40.812.278,96	11.781.180,33	4.219.159,04	31.421.425,50	819.511,17	12.968,79	3.081.327,06	1.024.832,98	44.368,62	3.933.962,47	6,67	,07	16,96	9,37	,24	24,66
MG	ÁGUAS FORMOSAS	4.542.169,74	1.973.798,39	14.548.749,50	5.995.235,26	2.360.834,68	14.494.124,43	67.383,72	0,00	298.249,36	195.999,91	0,00	619.270,78	1,07	0,00	5,44	3,06	0,00	12,13
MG	ALÉM PARAÍBA	9.140.148,82	2.740.258,20	20.474.871,12	9.559.473,09	3.259.220,66	20.182.925,96	121.324,38	2.466,23	243.650,97	64.985,28	0,00	209.369,97	1,65	,09	4,64	1,58	0,00	5,54
MG	ALFENAS / MACHADO	12.027.077,65	3.903.642,15	26.457.130,98	13.024.683,79	6.440.135,08	26.915.529,72	477.814,47	168.246,98	730.216,82	478.114,76	64.080,65	1.127.760,70	4,29	2,55	6,93	3,89	,63	7,24
MG	ALMENARA/ JACINTO	7.753.474,91	3.248.123,91	19.425.964,81	7.875.676,11	3.413.351,42	19.001.141,93	112.383,50	0,00	361.322,95	384.104,80	179.200,95	544.991,92	1,66	0,00	5,51	5,73	2,83	10,90

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
MG	ARAÇUAÍ	9.650.347,02	4.960.278,06	22.185.098,25	10.323.822,10	4.917.620,46	24.905.398,62	267.038,34	2.483,41	391.903,77	299.950,63	0,00	555.390,39	3,07	,05	4,73	3,06	0,00	5,07
MG	ARAXÁ	25.741.992,59	4.280.098,49	88.590.777,93	28.974.701,88	4.292.933,28	103.298.564,20	107.537,21	0,00	390.450,65	483.800,60	1.782,15	1.311.891,77	1,12	0,00	3,44	2,17	,03	3,43
MG	BARBACENA	18.508.239,72	3.613.097,78	113.770.137,05	19.904.798,78	3.610.839,56	122.598.022,50	167.590,45	0,00	425.546,10	171.581,34	0,00	385.109,00	3,54	0,00	9,29	3,40	0,00	6,95
MG	BELO HORIZONTE/ NOVA LIMA/ CAETÉ	562.825.241,03	4.199.070,33	3.759.013.003,74	635.436.139,70	4.660.057,13	4.254.341.849,00	10.322.089,34	24.473,86	66.910.431,47	13.020.381,43	6.317,28	85.512.271,16	2,43	,25	5,06	2,47	,06	4,04
MG	BETIM	15.436.202,80	4.071.971,38	47.584.441,90	19.968.768,20	4.191.534,30	69.210.275,14	557.402,53	142.753,33	1.337.784,16	1.045.050,18	0,00	4.277.195,00	5,70	,30	10,56	5,81	0,00	10,89
MG	BOCAIUVA	17.324.124,20	4.993.702,00	29.654.546,39	18.743.009,27	5.390.364,97	32.095.653,56	885.873,35	229.710,29	1.542.036,41	776.228,43	153.086,37	1.399.370,50	4,90	4,60	5,20	3,60	2,84	4,36
MG	BOM DESPACHO	16.119.672,11	4.553.654,18	41.848.498,22	17.898.449,49	5.602.573,57	45.852.419,60	392.816,12	37.795,33	883.003,31	437.288,94	39.778,27	985.827,02	2,50	,83	4,51	2,52	,71	4,15
MG	BRASÍLIA DE MI-NAS/SÃO FRANCISCO	12.531.005,13	4.534.827,35	44.401.827,41	12.685.954,32	4.475.552,83	43.836.167,77	413.969,35	0,00	1.451.939,76	561.336,43	65.998,85	1.395.211,27	3,92	0,00	9,16	4,77	1,37	12,65
MG	CAMPO BELO	21.316.778,52	3.520.701,15	51.854.452,97	22.597.505,97	3.897.042,24	54.268.433,64	131.030,59	0,00	252.967,85	76.120,08	0,00	162.896,37	2,31	0,00	3,98	1,62	0,00	4,18
MG	CARANGOLA	9.263.643,88	3.912.998,06	22.894.383,85	7.843.249,88	3.395.355,13	16.686.045,04	352.283,82	0,00	1.096.640,99	401.709,51	46.457,51	882.691,78	3,75	0,00	7,57	6,06	,57	12,58
MG	CARATINGA	18.424.357,67	4.150.134,00	64.314.519,57	20.431.314,25	3.969.053,03	74.301.308,32	234.962,07	0,00	768.782,34	612.817,34	158.687,46	1.902.113,49	2,91	0,00	5,71	3,89	2,56	4,95
MG	CÁSSIA	9.619.639,57	3.771.000,00	13.917.577,29	10.259.125,05	3.615.458,62	15.663.060,32	321.334,56	10.080,87	702.837,65	327.622,84	0,00	675.077,90	3,38	,10	5,35	3,25	0,00	4,65
MG	CONGONHAS	35.798.273,08	6.185.524,96	93.730.652,96	37.295.727,01	6.717.907,31	97.638.843,45	698.762,71	201.029,56	1.621.540,30	839.418,05	302.305,83	1.816.082,49	2,88	1,73	3,66	3,89	1,86	5,31
MG	CONSELHEI-RO LAFAIETE	35.570.780,68	4.943.660,00	89.322.663,11	36.106.957,21	4.791.911,41	90.956.151,82	1.104.892,61	179.949,22	1.902.572,72	698.739,00	0,00	1.446.202,81	5,22	2,13	9,90	2,25	0,00	5,17
MG	CONTAGEM	317.224.850,24	104.382.445,15	530.067.255,32	325.378.365,45	114.623.292,10	536.133.438,80	1.591.832,29	0,00	3.183.664,58	1.650.575,41	0,00	3.301.150,81	1,53	0,00	3,05	1,44	0,00	2,88
MG	CORAÇÃO DE JESUS	3.893.793,23	3.026.318,68	4.840.307,29	4.376.212,01	3.227.340,86	5.670.255,90	186.630,00	81.105,34	329.426,16	213.743,23	52.605,66	322.637,56	4,91	2,68	9,65	4,73	1,63	7,79
MG	CORONEL FABRICIA-NO/TIMÓTEO	22.892.371,05	3.740.728,76	61.074.221,51	23.041.668,73	4.118.304,47	60.314.520,67	1.204.937,41	183.669,78	3.078.140,76	1.234.863,72	160.003,37	3.250.952,66	6,36	4,91	9,14	5,31	3,41	7,13
MG	CURVELO	18.480.087,93	3.238.662,25	64.541.367,38	19.810.113,18	3.584.296,72	69.134.527,67	298.466,90	0,00	699.592,08	392.853,50	66.944,47	718.442,51	1,71	0,00	4,73	3,77	1,03	8,94
MG	DIAMANTINA	6.387.169,11	3.331.547,00	20.646.786,81	6.635.902,42	3.225.984,06	21.435.768,21	288.981,24	59.143,40	844.453,58	273.384,51	77.423,62	803.841,31	4,56	1,67	7,25	4,12	2,08	7,47
MG	DIVINÓPOLIS	38.944.931,93	6.228.987,50	212.564.195,71	40.765.300,45	6.324.263,04	221.894.735,90	996.152,21	160.292,80	5.186.566,38	1.137.083,58	185.405,71	5.591.747,34	3,37	,93	6,94	4,01	1,30	7,19
MG	FORMIGA	22.231.287,91	3.463.481,74	40.999.094,07	25.708.644,14	3.963.985,53	47.453.302,75	902.352,11	181.140,10	1.623.564,13	616.395,68	79.676,11	1.153.115,26	4,60	3,96	5,23	2,22	2,01	2,43

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
MG	FRANCISCO SA	4.800.992,58	3.627.047,55	7.697.338,90	5.313.649,19	4.091.571,80	8.035.784,59	95.322,82	0,00	166.262,52	192.888,77	108.378,02	226.609,13	1,98	0,00	3,26	3,85	2,32	5,41
MG	FRUTAL / ITURAMA	17.787.845,15	5.217.224,75	54.218.541,42	19.229.922,19	4.984.968,34	56.340.711,67	682.472,68	0,00	1.717.663,53	843.999,64	0,00	2.771.426,74	5,58	0,00	10,07	5,42	0,00	10,72
MG	GOVERNA-DOR VALA--DARES	33.454.613,33	3.208.556,83	263.726.408,36	36.500.209,88	3.143.296,91	289.059.043,20	241.931,61	0,00	592.124,01	1.330.618,69	0,00	9.914.725,18	5,30	0,00	12,41	4,81	0,00	14,55
MG	GUANHÃES	8.163.111,19	3.351.455,24	21.486.516,34	8.297.844,41	2.027.849,01	23.501.959,23	116.060,82	0,00	299.594,41	147.974,91	46.279,83	305.322,00	2,23	0,00	6,21	2,61	,84	6,51
MG	GUAXUPÉ	16.466.841,07	5.292.397,68	37.253.790,71	17.537.720,16	5.863.812,76	42.932.549,26	1.070.956,35	169.885,97	3.308.136,62	996.609,47	211.228,89	3.177.008,65	5,43	2,27	8,88	5,05	1,52	7,40
MG	IPATINGA	52.627.824,93	2.362.930,08	281.922.023,54	62.187.102,20	3.952.705,73	338.434.230,70	1.716.573,42	0,00	8.514.045,11	1.814.061,49	0,00	9.611.532,15	3,76	0,00	6,84	3,66	0,00	6,96
MG	ITABIRA	23.756.494,69	2.993.230,92	146.983.340,04	25.756.633,83	3.230.961,85	161.179.381,10	961.580,84	108.953,61	3.380.616,82	1.049.601,44	103.067,68	3.932.776,90	4,93	2,30	11,19	4,92	2,44	10,45
MG	ITAJUBÁ	17.325.870,46	2.397.242,24	88.908.764,51	17.786.733,61	2.531.687,78	93.065.544,60	694.590,71	0,00	3.076.243,25	551.308,85	131.394,60	1.861.310,89	4,72	0,00	9,68	4,68	2,00	9,40
MG	ITAMBACURI	4.221.982,53	3.494.356,65	5.377.753,51	4.185.593,58	3.704.770,20	4.683.246,64	95.400,11	0,00	276.734,25	107.393,57	0,00	223.866,31	2,16	0,00	6,68	2,57	0,00	5,42
MG	ITAOBIM	8.711.222,45	3.473.162,33	14.968.375,75	9.559.482,14	3.323.129,60	16.191.274,64	399.868,37	295.262,78	484.712,24	307.867,50	0,00	832.231,52	5,37	3,10	8,66	2,35	0,00	5,14
MG	ITAÚNA	26.102.277,36	5.139.345,28	70.872.820,47	27.697.964,16	5.597.191,11	75.458.515,71	481.277,46	0,00	999.306,77	726.482,48	0,00	1.916.324,87	1,96	0,00	4,73	3,58	0,00	9,85
MG	ITUIUTABA	18.517.941,08	5.707.878,16	64.371.108,31	19.458.442,57	5.958.796,19	69.361.498,54	527.008,72	0,00	2.053.438,36	564.780,50	0,00	2.510.886,25	2,11	0,00	7,18	1,97	0,00	5,61
MG	JANAÚBA/ MONTE AZUL	8.764.968,50	4.184.819,66	18.342.661,89	8.976.172,14	4.200.502,61	18.086.565,46	323.881,68	108.703,21	794.237,26	297.980,16	148.697,79	510.041,15	4,03	1,88	6,69	3,95	2,02	7,00
MG	JANUÁRIA	8.707.557,49	5.873.824,33	13.463.487,45	8.681.461,07	5.685.125,44	13.646.219,95	207.059,51	0,00	471.222,06	276.184,17	102.332,26	491.263,92	1,90	0,00	3,50	2,97	1,80	3,60
MG	JOÃO MONLEVADE	21.638.566,27	8.938.677,01	65.571.831,87	21.980.959,18	9.087.077,28	67.477.797,71	926.446,91	251.176,82	2.386.814,68	818.842,32	126.491,93	2.260.506,22	4,91	2,72	11,56	4,14	1,15	7,27
MG	JUIZ DE FORA	92.238.125,28	3.227.230,39	606.174.358,26	88.878.133,35	3.457.044,80	586.804.295,90	3.468.594,85	262.738,69	16.366.707,67	2.832.187,76	0,00	17.721.489,74	11,02	2,70	30,94	4,14	0,00	9,04
MG	LAGOA DA PRATA/ STO ANT DO MONTE	12.517.603,78	3.375.092,07	31.716.131,09	13.155.074,66	3.385.055,47	33.922.092,32	640.422,43	101.203,06	2.163.040,14	595.250,32	114.145,57	1.916.598,22	4,07	,89	6,82	4,09	1,00	5,65
MG	LAVRAS	8.180.459,58	4.000.613,93	15.264.366,40	7.427.725,45	4.343.315,69	15.268.482,30	311.749,27	204.615,72	524.314,40	331.948,11	140.993,45	606.158,75	4,60	2,00	7,33	4,89	2,68	10,32
MG	LEOPOLDINA / CATA-GUASES	11.598.317,37	1.760.146,28	51.253.457,15	9.477.266,94	2.704.515,52	28.745.339,08	439.469,75	0,00	1.087.029,37	274.714,04	0,00	1.043.455,81	5,46	0,00	9,27	3,25	0,00	7,44
MG	LIMA DUARTE	5.518.752,32	3.027.537,53	12.698.586,28	5.558.527,85	3.078.743,57	11.832.217,43	131.195,72	0,00	297.772,43	165.981,00	0,00	474.726,32	3,13	0,00	7,88	3,44	0,00	8,73
MG	MANGA	5.449.584,52	3.098.469,73	8.588.343,10	5.591.421,84	3.033.083,59	9.139.367,33	151.354,55	79.940,52	225.873,42	166.769,29	80.983,33	247.676,85	2,80	2,58	3,18	3,04	2,67	3,73

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
MG	MANHUAÇU	12.269.853,43	2.166.189,17	81.778.754,41	13.113.287,38	3.042.324,38	89.799.066,68	381.800,69	0,00	1.121.092,28	778.910,49	0,00	5.343.044,47	4,24	0,00	9,91	5,51	0,00	10,47
MG	MANTENA	4.153.310,69	3.428.756,62	4.802.373,00	4.409.638,43	4.041.933,98	5.042.066,91	57.736,62	0,00	208.387,26	66.966,65	0,00	236.857,33	1,32	0,00	4,71	1,64	0,00	5,86
MG	MONTES CLAROS	8.251.614,95	5.214.200,59	11.289.029,31	8.026.403,31	4.980.520,82	11.072.285,80	360.458,75	326.930,38	393.987,12	279.993,61	121.524,71	438.462,52	4,88	3,49	6,27	3,20	2,44	3,96
MG	MURIAÉ	18.234.667,28	3.595.583,22	82.009.859,89	14.882.622,83	3.285.378,97	59.133.654,04	305.217,33	86.661,89	525.695,80	1.267.021,10	0,00	6.540.182,14	4,72	,54	10,35	5,09	0,00	11,06
MG	NANUQUE	15.721.768,07	4.679.241,72	30.352.295,29	14.544.648,06	4.282.802,96	25.991.284,58	313.645,92	27.317,07	475.643,67	448.667,78	177.736,32	740.751,61	4,46	,09	9,36	3,40	2,85	4,15
MG	OLIVEIRA/ SANTO AN-TONIO DO AMPARO	13.454.620,48	4.924.295,51	30.723.483,08	13.235.293,91	5.428.309,51	28.736.347,45	231.736,67	98.315,15	470.083,79	257.026,31	0,00	445.228,58	3,11	,32	6,26	3,34	0,00	6,22
MG	OURO PRETO	70.157.839,25	70.157.839,25	70.157.839,25	78.778.636,92	78.778.636,92	78.778.636,92	2.862.439,84	2.862.439,84	2.862.439,84	3.868.031,07	3.868.031,07	3.868.031,07	4,08	4,08	4,08	4,91	4,91	4,91
MG	PADRE PARAÍSO	4.820.115,93	1.946.021,66	9.163.333,98	6.824.813,33	2.450.000,00	13.109.170,12	0,00	0,00	0,00	96.339,29	0,00	289.017,87	0,00	0,00	0,00	1,96	0,00	5,88
MG	PARÁ DE MINAS	14.739.742,59	3.091.000,55	61.384.714,31	13.836.660,20	3.380.463,32	53.552.298,22	401.558,97	0,00	1.332.048,30	487.756,59	0,00	1.810.067,68	2,89	0,00	5,41	3,41	0,00	5,22
MG	PASSOS	19.316.633,90	5.426.922,58	69.595.406,90	20.592.996,88	5.406.980,11	76.754.565,19	940.711,61	158.466,14	4.642.013,64	965.706,41	97.200,26	4.812.511,24	3,54	1,76	6,67	3,44	,79	6,27
MG	PATOS DE MINAS	31.000.816,68	4.824.672,71	157.702.569,31	31.802.962,85	5.115.616,22	162.459.665,30	455.189,51	0,00	1.387.782,61	415.351,65	186.803,34	941.534,09	3,13	0,00	6,43	3,65	,21	5,58
MG	PATROCÍNIO / MONTE CARMELO	20.237.883,49	3.186.656,46	94.367.835,62	21.605.996,75	3.732.480,29	95.769.929,33	410.522,12	0,00	2.444.126,94	401.024,16	0,00	2.384.671,24	1,73	0,00	3,64	2,03	0,00	4,73
MG	PEÇANHA/ SÃO JOÃO EVANGELISTA	3.462.928,44	1.800.000,00	4.112.335,31	5.209.905,98	3.812.647,39	8.469.895,70	103.424,70	0,00	227.823,38	180.149,83	71.966,95	304.916,25	2,55	0,00	5,54	3,43	1,68	4,76
MG	PEDRA AZUL	7.393.159,29	4.039.147,73	12.755.612,65	7.643.625,52	3.994.387,85	13.756.520,17	232.778,45	67.049,85	502.571,14	260.616,81	75.094,49	470.472,99	2,79	1,66	3,94	3,15	1,88	4,75
MG	PIRAPORA	18.311.484,83	16.141.409,01	20.481.560,64	19.303.439,96	17.137.468,49	21.469.411,42	751.429,20	710.222,00	792.636,40	753.210,26	716.346,18	790.074,34	4,14	3,87	4,40	3,93	3,68	4,18
MG	PIUMHI	9.293.044,69	2.932.086,74	27.871.762,95	9.627.216,24	3.265.406,42	27.954.774,40	144.545,13	102.681,34	223.822,34	366.943,64	168.821,51	958.848,76	2,80	,51	6,53	4,57	1,86	7,43
MG	POÇOS DE CALDAS	62.416.936,65	4.435.703,12	208.222.799,81	67.146.659,37	4.114.596,17	226.862.881,70	2.077.964,65	272.064,00	6.246.683,99	2.056.061,65	68.170,88	6.805.886,45	4,65	3,00	7,18	3,63	,75	7,03
MG	PONTE NOVA	9.984.573,67	3.239.308,07	68.890.265,58	10.393.867,40	3.675.723,56	72.589.863,68	242.430,07	0,00	1.122.911,33	274.577,15	0,00	1.618.753,96	3,23	0,00	8,26	3,23	0,00	6,50
MG	POUSO ALEGRE	18.785.300,20	3.425.065,92	144.301.851,85	20.989.030,70	4.153.865,96	153.611.036,20	740.498,23	0,00	4.386.776,30	829.610,98	0,00	4.946.275,37	5,58	0,00	15,88	5,26	0,00	13,01
MG	RESPLENDOR	5.644.337,15	3.580.539,38	12.375.147,98	5.162.577,29	3.789.863,67	7.411.340,02	180.523,75	33.244,40	441.792,78	119.446,46	41.270,75	255.106,12	3,08	,91	5,33	2,32	,92	5,14

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
MG	SALINAS	11.502.778,82	2.838.853,70	27.854.263,29	5.440.355,83	3.507.963,11	9.301.867,03	346.189,66	91.694,97	785.490,22	147.017,12	75.345,12	189.255,69	3,43	2,82	4,23	3,74	,81	5,39
MG	SANTA MARIA DO SUAÇUI	4.581.691,43	4.107.035,43	5.056.347,42	4.808.649,98	4.033.612,00	5.583.687,96	227.284,40	152.701,69	301.867,10	177.806,97	112.790,50	242.823,44	5,19	3,02	7,35	4,02	2,02	6,02
MG	SANTOS DUMONT	26.268.264,61	26.268.264,61	26.268.264,61	29.160.182,30	29.160.182,30	29.160.182,30	554.260,38	554.260,38	554.260,38	915.629,72	915.629,72	915.629,72	2,11	2,11	2,11	3,14	3,14	3,14
MG	SÃO GOTARDO	24.460.762,34	24.460.762,34	24.460.762,34	27.137.461,74	27.137.461,74	27.137.461,74	1.313.542,94	1.313.542,94	1.313.542,94	1.419.289,25	1.419.289,25	1.419.289,25	5,37	5,37	5,37	5,23	5,23	5,23
MG	SÃO JOÃO DEL REI	12.007.561,43	3.026.059,65	78.386.526,66	12.201.892,88	3.201.012,48	82.006.880,61	344.611,41	36.615,32	1.136.604,64	357.113,22	45.134,28	1.566.331,42	4,31	,93	8,39	3,94	1,26	6,80
MG	SAO JOÃO NEPOMUCE-NO / BICAS	8.197.638,66	3.001.746,39	19.112.226,65	8.323.283,57	3.940.239,93	17.714.110,21	95.346,81	0,00	309.911,67	96.663,03	0,00	322.396,81	1,23	0,00	4,75	,80	0,00	1,82
MG	SÃO LOURENÇO	8.867.737,65	2.940.599,51	21.346.417,25	10.268.044,44	2.996.082,61	23.470.210,52	325.077,34	97.523,99	843.667,62	516.667,02	0,00	3.499.973,72	3,86	1,25	6,77	3,99	0,00	15,20
MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	21.717.382,76	5.980.172,41	83.955.878,99	22.759.246,86	5.806.320,32	93.842.140,10	495.878,35	221.864,40	1.083.030,84	756.479,67	206.157,86	2.383.590,36	3,55	1,29	4,79	4,46	2,49	6,79
MG	SERRO	6.392.187,14	3.356.117,00	12.507.113,91	6.622.377,18	3.596.341,64	12.739.147,60	274.050,28	131.559,79	523.778,43	213.464,03	0,00	371.983,11	4,96	1,99	8,48	2,93	0,00	5,61
MG	SETE LAGOAS	6.357.144,95	2.872.359,90	19.384.585,38	6.705.024,29	2.829.612,83	22.085.178,83	268.108,60	114.393,40	703.965,13	326.705,45	68.759,59	867.947,53	4,58	2,80	10,76	5,27	1,89	15,31
MG	TAIOBEIRAS	14.524.450,48	5.315.349,17	35.218.107,17	15.719.313,13	6.052.207,75	37.272.464,15	227.752,72	0,00	448.083,94	361.259,02	229.974,05	540.450,73	3,63	0,00	8,43	3,22	1,45	4,89
MG	TEÓFILO OTONI / MA-LACACHETA	26.670.135,84	2.564.005,62	153.691.633,58	29.715.727,97	4.978.620,83	165.212.701,80	681.762,18	0,00	3.304.370,12	760.551,30	0,00	3.386.860,39	2,81	0,00	5,57	3,33	0,00	6,21
MG	TRÊS CORAÇÕES	19.912.582,75	4.109.401,36	56.910.473,08	24.100.395,90	4.535.362,54	67.617.971,89	772.940,86	115.063,24	2.595.117,57	1.107.238,04	107.941,63	3.509.372,74	2,84	1,60	4,56	3,75	2,38	5,19
MG	TRÊS PONTAS	21.227.977,58	5.955.615,17	48.835.414,29	22.770.904,81	6.812.385,71	52.227.690,87	549.289,13	7.114,32	1.465.062,43	587.941,00	50.072,24	1.603.390,11	2,01	,08	3,00	1,74	,54	3,07
MG	TURMALINA/ MINAS NOVAS/ CAPELINHA	9.779.709,86	4.344.544,38	18.535.851,49	10.361.618,82	4.146.674,45	21.368.515,52	393.317,27	161.617,05	809.474,66	390.971,61	137.200,44	837.465,34	4,24	2,59	5,72	4,14	2,03	6,77
MG	UBÁ	11.703.861,12	2.692.805,32	54.553.069,79	11.440.116,05	3.379.360,23	52.310.278,04	625.705,99	50.279,30	2.673.100,42	558.897,70	1.168,28	2.411.503,82	4,98	1,37	10,35	4,97	,03	8,50
MG	UBERABA	54.223.040,25	4.689.124,78	246.741.938,17	60.294.176,46	4.884.485,19	281.789.962,50	1.145.193,90	206.590,14	3.676.454,88	995.321,35	106.985,07	3.325.121,56	4,83	,78	9,03	4,31	,32	7,92
MG	UBERLÂNDIA / ARA-GUARI	24.210.600,22	4.376.381,12	95.971.003,82	27.259.833,27	3.972.474,58	110.081.968,00	285.335,08	0,00	795.172,57	366.750,46	0,00	864.756,52	2,24	0,00	4,98	2,83	0,00	6,16
MG	UNAÍ	91.902.897,23	91.902.897,23	91.902.897,23	101.500.340,30	101.500.340,30	101.500.340,30	4.227.533,27	4.227.533,27	4.227.533,27	4.973.516,67	4.973.516,67	4.973.516,67	4,60	4,60	4,60	4,90	4,90	4,90
MG	VARGINHA	48.176.416,34	4.023.700,30	198.436.663,05	54.055.237,15	3.924.195,92	222.502.699,20	1.333.749,57	161.752,75	4.623.574,25	2.594.814,14	180.578,34	10.969.383,07	3,99	2,33	6,57	4,24	1,47	7,02

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
MG	VESPASIANO	27.845.740,95	4.531.576,51	49.054.174,66	29.613.025,37	4.678.809,50	51.938.169,23	849.588,22	0,00	1.765.544,78	1.174.632,50	0,00	2.846.211,67	2,93	0,00	3,82	3,97	0,00	6,48
MG	VIÇOSA	17.306.548,13	4.486.034,26	65.112.756,41	17.968.100,04	4.492.601,64	68.329.410,25	475.533,07	228.624,13	1.002.736,45	662.634,71	0,00	2.890.334,05	5,39	1,54	7,50	2,27	0,00	5,16
MS	CAMPO GRANDE	60.016.360,51	4.595.068,99	1.261.020.795,64	65.430.385,68	5.396.326,86	1.377.119.701,00	846.856,56	0,00	6.052.899,82	1.033.935,86	74.289,73	9.777.549,88	3,84	0,00	10,41	3,92	,71	7,17
MS	CORUMBÁ	70.178.736,36	10.293.012,88	130.064.459,83	77.561.010,36	10.347.159,22	144.774.861,50	2.966.223,56	768.888,06	5.163.559,06	3.332.604,95	671.530,63	5.993.679,27	5,72	3,97	7,47	5,32	4,14	6,49
MS	DOURADOS	26.667.566,67	5.978.452,13	245.796.498,25	28.810.679,00	6.059.358,50	296.249.325,60	1.095.982,29	0,00	5.331.329,91	814.074,92	0,00	3.487.513,46	4,79	0,00	10,06	4,31	0,00	12,23
MS	TRÊS LAGOAS	39.218.491,02	7.389.073,03	181.759.064,83	43.351.687,05	8.945.248,49	204.633.582,00	1.484.666,54	451.472,36	5.961.697,33	1.162.377,60	766.969,40	2.119.876,02	5,07	3,11	9,26	6,44	,62	9,76
MT	ALTO TAPAJÓS	14.863.128,24	6.408.928,82	29.359.531,13	16.536.122,81	6.674.728,31	32.138.852,72	350.359,52	640,89	809.009,50	500.692,28	4.004,84	1.176.747,00	2,11	,01	5,37	2,54	,06	6,84
MT	ARAGUAIA XINGU	13.664.158,82	6.855.004,81	21.830.683,07	15.618.298,62	5.541.946,47	30.352.267,20	357.870,97	211.250,20	539.729,65	179.385,42	0,00	470.733,88	2,83	1,88	3,94	1,32	0,00	2,92
MT	BAIXADA CUIABANA	33.796.331,84	3.840.878,95	158.471.608,67	38.331.220,61	4.000.197,17	187.514.858,40	1.384.851,42	0,00	7.273.846,84	1.553.339,16	0,00	8.756.943,89	2,74	0,00	4,59	2,51	0,00	7,46
MT	CENTRO NORTE	13.602.896,67	5.836.111,82	29.842.654,55	14.295.320,01	5.663.667,34	32.239.105,29	326.376,04	62.446,40	752.034,89	339.838,33	112.280,25	564.184,34	2,41	1,07	4,00	2,77	1,52	4,42
MT	GARÇAS ARAGUAIA	21.599.712,71	3.853.107,34	72.690.720,56	22.019.272,44	4.195.811,17	79.653.722,70	714.230,48	30.396,07	2.384.255,63	1.174.254,58	271.936,46	4.102.166,72	4,12	,26	8,89	6,28	2,83	10,89
MT	MÉDIO ARAGUAIA	11.447.268,49	4.542.000,74	24.015.334,70	11.611.415,93	4.516.398,34	23.914.631,82	586.490,02	0,00	1.534.579,89	806.462,27	560.862,32	1.401.397,42	4,65	0,00	6,39	8,45	5,71	15,19
MT	MÉDIO NOR-TE MATO--GROSSENSE	27.873.852,57	3.256.313,06	79.565.999,86	30.760.694,12	4.374.288,62	87.775.471,18	943.077,64	82.384,72	2.235.804,60	932.339,12	48.992,03	2.150.499,04	3,34	1,73	6,53	3,04	1,12	5,55
MT	NOROESTE MATO-GROS-SENSE	18.980.662,03	6.182.146,01	42.876.610,57	20.771.790,13	6.425.718,11	48.349.375,15	715.061,85	172.481,87	1.204.832,76	748.108,53	158.072,67	1.643.878,76	4,35	2,79	8,45	3,74	2,46	6,34
MT	NORTE ARAGUAIA KARAJÁ	6.506.294,18	3.065.767,66	13.098.494,45	7.140.638,07	3.221.900,81	15.060.242,23	278.792,22	48.266,33	845.255,96	273.480,24	0,00	674.698,85	5,27	1,00	16,79	3,27	0,00	6,00
MT	NORTE MATO-GROS-SENSE	6.816.680,57	4.190.978,45	9.045.329,51	6.899.432,88	4.764.107,04	8.988.527,16	366.299,52	156.323,50	562.671,23	457.126,12	381.113,55	534.816,16	5,24	3,73	7,80	7,17	4,24	9,56
MT	OESTE MATO--GROSSENSE	10.921.585,54	2.952.464,68	40.193.199,91	11.753.392,19	2.867.062,88	40.838.598,38	379.968,78	25.945,68	1.121.390,28	481.787,59	6.366,69	1.453.854,10	3,48	,69	6,14	4,11	,14	10,64
MT	SUDOESTE MATO-GROS-SENSE	14.152.990,37	4.673.008,02	32.715.617,89	15.703.033,48	5.834.039,44	36.485.220,09	301.600,96	4.972,29	628.139,86	401.426,14	88.799,91	955.912,77	2,54	,03	4,41	2,84	,50	4,42
MT	SUL MATO--GROSSENSE	15.019.762,40	2.657.301,84	50.245.790,65	18.561.869,94	2.551.597,97	83.325.654,48	476.518,74	0,00	1.942.901,55	585.276,54	668,04	1.255.402,93	3,69	0,00	10,19	4,58	,02	12,21

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
MT	TELES PIRES	44.137.781,96	6.369.462,14	111.034.388,04	46.709.532,23	6.753.924,42	108.612.283,40	1.148.864,52	64.331,57	3.685.978,11	1.451.844,40	16.884,81	5.267.695,74	2,80	,18	7,21	2,50	,18	4,85
MT	VALE DO PEIXOTO	17.937.092,59	9.739.943,39	26.134.241,79	19.684.136,76	10.297.345,82	29.070.927,69	429.854,45	122.723,29	736.985,62	387.683,10	150.341,25	625.024,95	2,04	1,26	2,82	1,81	1,46	2,15
MT	VALE DOS ARINOS	8.781.997,67	7.986.574,56	9.577.420,78	9.944.977,19	8.971.651,91	10.918.302,47	245.616,88	106.221,44	385.012,32	317.815,82	89.716,52	545.915,12	2,68	1,33	4,02	3,00	1,00	5,00
PA	ARAGUAIA	19.139.145,85	4.169.042,64	42.034.988,27	19.759.884,11	4.328.386,17	41.845.309,72	585.265,09	0,00	2.417.011,83	868.127,98	0,00	3.427.130,87	3,34	0,00	8,24	3,79	0,00	8,55
PA	BAIXO AMA-ZONAS	27.363.649,98	5.446.996,25	143.043.489,53	29.869.311,53	6.995.885,71	153.305.641,50	679.557,48	0,00	2.292.750,38	934.524,16	0,00	3.939.954,99	4,46	0,00	13,32	3,02	0,00	7,50
PA	CARAJÁS	48.983.470,98	4.518.718,07	253.943.479,30	53.815.501,13	4.530.898,81	307.723.739,50	1.212.850,81	0,00	14.449.383,97	3.031.935,00	0,00	26.556.558,72	2,48	0,00	9,91	3,82	0,00	11,71
PA	LAGO DE TUCURUÍ	27.313.851,40	16.928.894,30	35.068.669,35	27.849.676,19	17.667.424,54	36.285.248,55	1.957.155,88	1.205.337,27	2.444.286,25	1.430.056,01	0,00	2.184.211,04	7,17	6,97	7,42	6,43	0,00	11,92
PA	MARAJÓ I	10.598.451,19	6.782.460,48	14.801.939,88	10.295.828,45	8.644.969,80	12.559.945,17	328.713,22	0,00	717.894,08	286.528,42	0,00	729.426,14	2,71	0,00	5,97	2,96	0,00	7,00
PA	MARAJÓ II	15.767.036,40	7.018.000,06	37.366.784,17	18.155.393,64	9.784.504,13	44.672.783,55	437.665,41	0,00	883.117,21	703.541,69	0,00	1.568.014,70	3,40	0,00	7,22	4,45	0,00	13,78
PA	METROPOLI-TANA I	73.955.232,77	8.700.295,41	228.584.064,23	87.999.593,92	9.921.362,47	252.216.655,50	2.141.114,76	0,00	8.046.159,06	1.207.121,47	0,00	4.464.234,80	1,94	0,00	3,52	1,31	0,00	3,33
PA	METROPOLI-TANA II	15.406.700,95	5.580.557,27	28.403.357,60	15.797.862,23	6.391.132,74	28.831.327,86	224.048,18	0,00	1.525.260,30	611.029,13	0,00	2.228.661,64	1,03	0,00	5,37	3,01	0,00	9,85
PA	METROPOLI-TANA III	21.844.498,65	3.392.982,48	124.447.968,85	22.668.057,70	4.094.136,17	127.434.815,80	99.764,64	0,00	718.370,43	474.788,12	0,00	4.332.783,74	1,02	0,00	6,91	1,28	0,00	7,90
PA	RIO CAETÉS	14.701.532,39	3.744.505,25	42.747.833,47	15.554.815,46	1.877.697,93	43.398.429,49	907.994,16	0,00	6.480.571,55	1.023.619,53	0,00	4.606.377,51	4,53	0,00	15,16	4,32	0,00	11,34
PA	TAPAJÓS	23.664.459,63	15.650.679,83	44.403.018,67	25.343.855,85	17.675.743,94	48.209.222,96	865.087,19	234.760,20	1.607.389,28	1.565.830,07	502.605,63	3.475.884,98	3,69	1,50	6,65	5,73	2,84	8,49
PA	TOCANTINS	30.856.234,91	12.086.653,44	84.693.503,99	34.485.456,52	12.847.351,89	91.226.057,47	1.712.352,92	0,00	10.027.710,87	2.160.339,68	0,00	13.966.709,40	4,23	0,00	11,84	4,24	0,00	15,31
PA	XINGU	21.890.903,03	10.593.060,96	67.971.969,47	25.419.021,32	12.701.273,65	71.194.855,30	978.914,94	0,00	5.471.743,54	1.195.059,64	0,00	3.431.592,03	3,14	0,00	8,24	4,95	0,00	13,35
PB	1ª REGIÃO MATA ATLÂN-TICA	68.571.452,30	3.731.400,00	683.365.165,84	73.004.913,92	3.501.457,09	729.333.410,90	1.145.839,57	0,00	13.462.293,77	1.440.165,34	0,00	15.170.134,95	1,07	0,00	3,17	1,77	0,00	6,33
PB	10ª REGIÃO	9.479.524,19	3.306.236,57	49.929.371,14	10.130.788,56	3.816.187,33	54.601.643,38	398.762,43	0,00	2.236.835,83	465.147,73	10.066,78	2.255.047,87	4,15	0,00	11,01	5,42	,17	13,05
PB	11ª REGIÃO	8.595.499,63	3.019.281,44	19.880.294,44	9.109.860,73	3.575.727,23	24.210.417,45	62.141,96	0,00	232.876,66	96.972,14	0,00	240.098,82	,74	0,00	3,09	1,45	0,00	4,51
PB	12ª REGIÃO	7.683.676,57	3.279.357,22	18.473.203,06	7.105.438,85	2.320.251,21	13.111.440,72	66.898,58	0,00	399.457,07	115.619,68	0,00	870.846,70	,96	0,00	4,34	1,44	0,00	9,31
PB	13ª REGIÃO	8.209.218,91	2.878.720,96	23.665.461,17	9.265.931,49	3.486.122,59	26.327.355,93	82.664,66	0,00	241.387,70	91.257,33	0,00	223.782,53	1,35	0,00	5,75	1,45	0,00	4,97
PB	14ª REGIÃO	7.994.760,98	3.302.734,32	22.296.294,19	8.281.465,31	3.750.888,25	23.048.710,54	29.040,99	0,00	155.889,06	45.206,70	0,00	269.978,06	,73	0,00	4,72	,83	0,00	6,10

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
PB	15ª REGIÃO	7.036.520,85	3.074.889,69	22.936.204,58	8.016.543,98	3.185.642,92	28.131.850,27	93.341,05	0,00	674.324,41	90.949,47	0,00	694.856,70	1,35	0,00	8,04	1,19	0,00	7,51
PB	16ª REGIÃO	5.950.198,99	2.971.299,61	11.703.420,42	6.058.984,28	3.152.009,88	12.900.941,96	77.955,73	0,00	389.853,26	70.011,54	0,00	348.556,09	1,83	0,00	9,67	1,55	0,00	6,58
PB	2ª REGIÃO	7.085.022,71	3.144.567,84	32.224.118,48	7.485.632,74	3.102.251,45	33.942.983,97	237.946,89	0,00	1.575.759,39	294.656,53	0,00	1.595.320,25	3,11	0,00	10,17	3,79	0,00	13,72
PB	3ª REGIÃO	10.148.192,43	3.519.960,48	23.108.915,99	10.698.885,98	3.567.173,80	22.111.382,15	354.967,62	0,00	2.327.067,84	244.160,72	0,00	1.023.756,99	2,83	0,00	10,07	2,69	0,00	13,58
PB	4ª REGIÃO	6.546.879,76	3.184.935,71	13.988.378,94	7.271.057,52	3.640.565,30	16.538.115,88	203.663,20	0,00	646.385,78	204.751,99	0,00	858.731,71	2,85	0,00	6,65	2,70	0,00	6,61
PB	5ª REGIÃO	6.117.117,14	2.890.354,64	28.954.957,06	6.938.683,77	2.925.275,25	32.794.705,12	60.813,44	0,00	289.606,37	65.572,12	0,00	186.189,89	1,81	0,00	8,05	1,55	0,00	5,15
PB	6ª REGIÃO	8.864.711,95	2.619.167,76	79.156.041,19	8.596.918,37	2.875.407,44	74.955.950,79	139.194,29	0,00	796.445,07	123.125,66	0,00	414.360,25	2,20	0,00	6,96	2,14	0,00	6,51
PB	7ª REGIÃO	6.252.820,22	3.114.115,51	15.695.828,89	6.406.517,23	3.302.432,22	15.578.167,68	45.882,47	0,00	230.125,53	69.623,77	0,00	416.800,72	,91	0,00	6,64	1,21	0,00	11,03
PB	8ª REGIÃO	9.716.220,46	2.743.247,54	27.121.668,28	9.784.588,63	2.383.078,95	25.218.293,58	112.250,89	0,00	292.914,02	58.069,30	0,00	158.875,25	2,12	0,00	8,94	1,34	0,00	4,91
PB	9ª REGIÃO	5.564.646,09	2.660.385,82	12.122.129,30	5.637.572,57	2.879.567,84	12.421.096,86	138.974,87	0,00	455.387,94	190.569,22	0,00	625.004,69	3,42	0,00	10,74	4,44	0,00	13,95
PE	AFOGADOS DA INGA--ZEIRA	10.125.649,52	4.415.747,62	17.446.549,83	10.943.807,81	4.693.407,29	20.186.568,69	387.870,58	141.835,80	781.950,52	313.621,68	72.414,75	567.242,58	3,82	2,44	6,91	2,80	1,35	4,02
PE	ARCOVERDE	18.059.241,33	9.040.952,81	34.454.037,73	18.950.390,19	8.205.995,45	36.283.289,21	547.146,14	130.166,46	1.511.574,41	763.957,26	74.567,73	2.188.992,93	3,15	1,02	7,22	4,36	,52	9,59
PE	CARUARU	30.108.254,53	4.610.777,59	180.857.056,12	32.992.874,08	5.350.284,91	200.400.884,50	1.210.482,72	4.149,70	8.825.824,34	1.458.994,79	0,00	10.861.727,94	2,93	,09	9,14	3,18	0,00	7,89
PE	GARANHUNS	17.362.894,98	5.785.167,04	59.333.585,32	17.775.341,09	6.113.374,50	64.293.869,43	804.659,37	0,00	3.749.882,59	894.818,82	0,00	4.095.519,48	3,73	0,00	8,67	4,23	0,00	7,96
PE	GOIANA	14.033.496,44	5.441.914,27	29.619.800,87	15.352.191,47	7.648.594,17	30.103.370,72	274.832,97	722,23	1.166.929,54	591.960,69	0,00	1.468.990,02	1,75	,01	7,10	3,95	0,00	9,89
PE	LIMOEIRO	17.490.635,16	6.618.361,90	33.559.950,79	18.156.721,74	7.037.478,64	34.646.267,24	456.752,60	0,00	1.295.414,10	442.751,44	0,00	2.109.704,47	2,55	0,00	9,35	2,44	0,00	7,38
PE	OURICURI	11.624.551,45	7.455.880,37	15.501.769,78	12.815.415,14	7.845.471,03	17.827.539,37	253.151,85	8.947,06	552.664,35	143.473,64	0,00	514.967,62	2,41	,12	6,53	,95	0,00	3,05
PE	PALMARES	11.386.548,15	6.551.398,06	18.114.476,58	12.270.763,23	6.558.772,02	19.395.723,26	328.880,14	0,00	1.144.834,92	458.871,52	31.917,77	1.221.930,57	2,91	0,00	8,06	3,94	,21	6,79
PE	PETROLINA	34.288.350,28	9.444.283,55	131.276.435,54	37.329.851,62	9.390.622,07	147.158.388,50	1.433.546,21	0,00	7.889.713,78	1.216.398,40	10.346,38	4.753.215,95	1,95	0,00	6,01	3,62	,05	6,04
PE	RECIFE	161.964.036,56	11.997.458,33	1.148.376.346,24	172.198.524,45	9.783.855,84	1.208.494.592,00	2.977.313,91	0,00	16.766.294,66	3.741.532,85	0,00	17.764.870,50	2,85	0,00	10,00	2,49	0,00	10,96
PE	SALGUEIRO	12.772.157,60	6.904.132,28	26.746.449,08	13.168.227,19	6.847.550,66	27.886.885,28	108.822,76	0,00	345.206,61	265.638,35	8.541,42	909.112,46	1,22	0,00	5,00	1,42	,10	3,26
PE	SERRA TALHADA	14.952.263,65	4.675.600,45	41.127.865,23	17.765.036,61	5.106.817,12	49.520.255,28	314.633,97	0,00	1.599.873,96	406.055,58	0,00	1.817.393,37	1,20	0,00	3,89	1,43	0,00	3,67
PI	CARNAUBAIS	7.881.633,60	2.729.966,28	34.386.490,06	7.892.393,92	2.509.456,46	36.782.421,60	447.021,98	98.324,72	1.402.968,79	421.440,82	0,00	1.300.569,12	6,16	2,95	8,62	5,83	0,00	10,72

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
PI	CHAPADA DAS MANGABEIRAS	6.695.384,31	3.198.145,28	20.046.070,85	6.781.350,73	3.050.953,84	18.825.593,90	206.550,63	0,00	801.842,83	208.249,45	0,00	894.215,71	3,31	0,00	9,51	3,13	0,00	7,74
PI	COCAIS	8.828.523,59	2.971.108,93	35.621.637,79	8.986.203,44	2.955.367,91	39.304.590,41	265.228,61	0,00	878.728,86	246.891,49	0,00	757.819,50	3,63	0,00	11,72	3,70	0,00	18,10
PI	ENTRE RIOS	79.243.874,46	1.545.939,06	1.136.922.837,08	78.748.202,02	2.582.358,77	1.128.792.738,00	760.004,85	0,00	3.349.887,99	1.012.336,86	0,00	7.788.669,89	6,41	0,00	20,52	4,96	0,00	11,72
PI	PLANÍCIE LITORÂNEA	15.734.543,61	3.238.471,50	93.915.492,23	16.795.751,03	1.756.515,48	103.696.032,80	603.875,27	0,00	2.080.146,70	416.087,54	0,00	1.099.177,95	5,85	0,00	11,05	3,75	0,00	13,61
PI	SERRA DA CAPIVARA	6.333.446,12	3.136.135,45	24.062.855,27	6.526.444,25	3.106.202,40	18.975.651,76	313.458,10	0,00	1.402.864,46	388.108,97	0,00	1.404.198,23	5,01	0,00	10,06	5,29	0,00	12,33
PI	TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	8.908.285,93	4.125.204,17	13.864.973,37	9.794.554,46	4.327.800,21	15.514.827,22	402.751,32	169.545,89	550.439,44	531.531,67	213.793,33	833.146,22	4,56	3,97	5,59	5,35	4,94	5,74
PI	VALE DO CANINDÉ	6.763.819,74	3.071.664,13	21.259.348,48	5.763.468,17	2.720.544,38	20.539.936,41	315.463,09	3.766,11	1.624.214,22	329.462,65	42.654,85	1.261.152,10	3,85	,10	9,28	5,39	1,07	8,94
PI	VALE DO RIO GUARIBAS	6.970.785,81	2.201.392,44	66.769.876,14	7.376.808,61	1.237.803,17	72.956.348,20	327.484,93	0,00	1.007.928,75	309.515,50	0,00	1.593.536,02	5,90	0,00	19,42	5,50	0,00	33,50
PI	VALE DO SAMBITO	5.022.562,32	1.845.934,42	12.015.077,35	5.168.524,96	1.767.100,76	13.018.169,13	160.642,54	0,00	433.437,73	272.710,88	4.798,22	1.413.587,54	4,13	0,00	11,71	5,76	,18	28,34
PI	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	6.950.223,23	2.040.744,26	54.935.435,12	6.881.352,36	2.838.554,47	51.263.420,02	277.409,59	0,00	955.876,57	227.819,33	0,00	774.077,64	4,99	0,00	14,34	4,04	0,00	10,69
PR	1 RS PARANAGUÁ	33.807.687,94	5.517.904,36	109.820.679,57	35.186.982,64	5.845.426,74	112.254.524,50	874.179,62	77.250,66	3.700.956,90	1.329.286,31	147.304,75	5.859.686,18	2,18	,97	3,40	2,66	1,54	5,22
PR	10 RS CASCAVEL	24.009.824,58	3.505.232,40	278.081.342,83	26.498.583,26	3.472.287,15	310.651.864,90	1.102.622,29	144.185,84	11.735.032,67	932.502,44	138.544,26	9.195.295,20	4,95	2,18	11,07	4,30	2,63	7,93
PR	11 RS CAMPO MOURÃO	14.954.229,37	3.934.672,45	100.852.026,87	15.265.894,63	4.056.523,47	105.705.774,50	503.837,92	113.898,66	2.148.148,17	449.358,83	4.562,59	2.124.686,07	4,31	1,43	7,89	3,62	,08	8,42
PR	12 RS UMUARAMA	15.782.848,08	3.959.876,09	149.541.126,36	15.384.764,66	3.521.968,27	145.651.741,50	419.482,17	0,00	2.527.245,04	377.212,11	25.064,40	2.374.123,39	3,41	0,00	7,85	3,16	,27	5,81
PR	13 RS CIANORTE	15.650.705,56	3.878.400,91	87.344.519,88	16.652.228,08	3.832.213,07	96.895.709,45	777.358,03	196.095,79	3.153.137,17	564.377,51	129.343,44	2.286.738,74	6,36	2,37	16,60	5,02	1,28	20,29
PR	14 RS PARANAVAÍ	9.606.728,90	3.828.271,79	55.712.601,73	9.679.228,73	3.363.253,65	59.604.415,27	429.264,43	103.419,99	1.247.962,28	319.961,40	0,00	935.789,32	5,70	,82	12,62	4,38	0,00	9,30
PR	15 RS MARINGÁ	29.073.669,11	3.543.430,87	526.461.419,88	28.558.674,62	3.393.334,07	502.077.104,00	1.050.851,02	0,00	19.479.072,54	1.006.816,11	0,00	19.731.630,19	3,94	0,00	8,64	3,35	0,00	9,64
PR	16 RS APUCARANA	12.795.145,78	4.026.805,82	67.200.258,94	13.120.277,41	4.002.219,69	72.690.089,95	565.959,55	12.407,56	1.176.004,53	562.731,01	23.954,22	1.352.035,67	6,22	,15	11,07	6,37	,37	12,84
PR	17 RS LONDRINA	64.581.377,24	4.079.378,26	638.922.909,81	68.565.997,49	3.952.006,47	692.537.665,90	1.739.475,44	79.269,48	13.992.411,72	1.643.069,87	4.543,52	13.850.753,32	4,20	1,35	8,41	3,44	,03	5,96

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
PR	18 RS CORNÉLIO PRO-CÓPIO	9.217.131,04	3.547.858,54	29.590.702,39	9.785.634,90	4.111.472,94	37.871.910,82	296.854,68	0,00	1.739.933,30	340.542,94	0,00	2.533.630,83	3,00	0,00	8,75	2,61	0,00	6,69
PR	19 RS JACA-REZINHO	9.585.472,31	3.898.620,86	25.748.049,16	10.396.173,46	3.845.408,02	29.036.742,21	390.168,81	0,00	1.240.803,38	353.822,13	0,00	1.299.060,15	4,14	0,00	14,04	3,81	0,00	10,08
PR	2 RS METRO-POLITANA	107.630.796,05	5.889.969,58	1.766.704.331,60	118.050.836,64	5.755.000,80	1.965.967.303,00	2.693.648,54	0,00	37.100.790,96	2.897.089,12	0,00	46.003.634,89	2,92	0,00	7,90	2,51	0,00	5,53
PR	20 RS TO-LEDO	22.269.911,33	4.683.126,90	125.651.503,29	24.277.458,30	4.332.819,32	140.967.881,20	796.986,17	192.892,01	3.983.152,65	785.181,13	121.470,84	3.326.842,00	4,36	1,97	8,08	3,93	1,47	7,50
PR	21 RS TELÊMACO BOR-BA	19.887.395,23	4.969.954,01	53.099.586,62	21.337.575,87	7.481.502,42	54.124.737,43	557.375,13	35.286,67	2.251.422,47	694.310,21	57.607,57	1.834.828,60	1,96	,71	4,24	2,94	,77	5,87
PR	22 RS IVAI-PORÃ	7.804.081,95	4.517.661,03	20.067.511,03	7.882.971,55	4.132.594,28	22.335.343,12	335.062,47	52.586,62	1.302.381,47	235.034,24	33.160,59	991.689,23	4,14	1,12	7,04	2,57	,61	5,05
PR	3 RS PONTA GROSSA	36.627.059,54	5.137.448,59	203.679.056,54	36.599.969,97	4.361.863,90	188.523.176,00	1.229.197,85	118.192,68	6.212.211,22	1.126.193,98	0,00	6.805.686,65	3,64	1,33	7,51	3,46	0,00	9,49
PR	4 RS IRATI	13.093.105,96	6.886.255,32	32.328.462,36	13.605.559,85	6.798.576,53	33.164.669,89	349.257,63	77.588,31	1.122.270,98	402.171,17	76.752,89	1.382.656,54	3,09	,24	4,80	2,91	,85	5,46
PR	5 RS GUARA-PUAVA	16.344.152,79	4.376.788,12	107.437.413,68	17.957.492,69	4.492.036,38	117.446.665,70	635.757,14	140.612,12	4.490.883,89	569.765,01	97.349,49	3.805.271,97	4,16	1,45	8,14	3,91	,70	9,53
PR	6 RS UNIÃO DA VITÓRIA	14.124.417,87	4.392.001,46	29.649.116,77	14.532.449,71	4.708.856,37	30.557.298,37	570.698,64	105.464,27	1.251.192,73	650.264,30	115.837,87	1.307.852,37	4,52	,72	6,75	4,89	,82	11,55
PR	7 RS PATO BRANCO	21.999.258,26	4.936.092,87	132.405.336,90	23.529.951,39	5.550.637,31	130.426.138,50	537.840,16	0,00	4.210.489,71	549.735,55	0,00	4.447.531,32	1,60	0,00	6,87	1,24	0,00	6,60
PR	8 RS FRANCISCO BEL-TRÃO	12.910.316,21	3.404.922,05	105.407.588,15	14.110.142,68	3.360.384,06	124.366.150,40	498.038,73	0,00	3.246.553,72	522.542,91	0,00	3.755.857,74	3,92	0,00	10,23	3,76	0,00	7,74
PR	9 RS FOZ DO IGUAÇU	16.332.174,24	4.396.321,14	34.336.785,94	18.218.614,46	4.147.459,06	38.206.045,58	1.022.909,48	186.917,02	3.022.861,73	1.156.479,00	125.742,75	3.605.226,52	6,08	1,70	14,18	6,16	1,83	14,75
RJ	BAÍA DA ILHA GRANDE	310.522.453,17	310.522.453,17	310.522.453,17	321.009.475,60	321.009.475,60	321.009.475,60	5.682.560,89	5.682.560,89	5.682.560,89	0,00	0,00	0,00	1,83	1,83	1,83	0,00	0,00	0,00
RJ	BAIXADA LITORÂNEA	94.238.435,52	24.291.863,65	245.640.001,61	93.491.129,35	29.350.994,40	216.678.232,00	2.127.777,72	212.481,91	4.372.392,03	4.182.995,72	846.969,64	9.692.167,20	3,47	,30	8,63	7,09	1,19	14,69
RJ	CENTRO-SUL	37.126.886,53	14.877.212,83	111.388.994,43	41.776.008,85	17.124.990,17	113.242.735,50	828.576,79	0,00	1.529.178,91	882.099,63	0,00	2.409.486,12	3,19	0,00	7,72	3,17	0,00	14,07
RJ	MEDIO PARAÍBA	81.448.837,39	12.699.248,46	255.818.475,64	87.801.180,96	13.849.669,35	266.098.910,20	903.439,85	0,00	3.108.058,66	2.573.477,08	0,00	9.047.362,95	2,77	0,00	15,31	2,92	0,00	9,98
RJ	METROPOLI-TANA I	1.163.981.822,99	53.025.037,66	4.940.835.984,21	1.209.317.228,94	50.725.751,42	5.035.435.254,00	42.815.744,65	0,00	213.938.198,12	46.441.146,69	0,00	229.615.847,58	,92	0,00	4,33	1,00	0,00	4,56
RJ	METROPOLI-TANA II	192.907.293,27	28.208.753,64	512.902.292,71	212.390.878,20	35.303.604,23	518.246.753,00	9.486.632,15	0,00	50.367.005,14	1.021.830,77	0,00	3.486.169,82	3,50	0,00	9,82	1,45	0,00	6,70

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
RJ	NOROESTE	29.174.077,91	7.926.064,82	154.450.848,73	29.094.028,00	10.030.089,62	153.170.102,20	1.627.623,61	0,00	5.125.887,74	1.413.275,24	0,00	6.646.775,35	6,54	0,00	16,32	5,39	0,00	16,89
RJ	NORTE	227.167.742,90	17.646.459,32	797.930.966,98	289.910.073,48	29.744.726,95	857.810.247,70	6.211.259,79	0,00	28.007.376,94	11.493.872,21	0,00	58.845.782,99	4,25	0,00	8,67	3,74	0,00	6,86
RJ	SERRANA	79.205.076,97	11.922.728,07	352.684.247,25	89.659.437,48	12.033.662,19	397.829.725,90	2.769.392,79	0,00	11.709.117,01	2.533.135,65	0,00	8.172.797,58	3,62	0,00	6,54	3,79	0,00	7,09
RN	1ª REGIÃO DE SAÚDE - SÃO JOSÉ DE MIPIBU	8.727.318,12	2.543.512,02	28.615.516,12	9.399.287,57	3.247.668,09	28.933.826,29	262.889,33	0,00	564.659,96	320.164,19	0,00	1.605.504,99	4,13	0,00	12,93	4,80	0,00	14,70
RN	2ª REGIÃO DE SAÚDE - MOSSORÓ	29.376.381,82	4.761.712,14	214.481.166,98	30.512.991,91	4.629.065,68	219.312.896,10	250.611,62	0,00	1.164.444,86	410.246,52	0,00	991.376,76	1,98	0,00	6,79	3,57	0,00	12,20
RN	3ª REGIÃO DE SAÚDE - JOÃO CÂMARA	9.253.458,81	3.328.730,74	28.534.526,82	9.712.519,63	3.239.598,45	28.794.311,23	316.505,58	0,00	1.176.428,14	394.215,50	0,00	1.462.249,73	3,60	0,00	9,94	4,71	0,00	25,19
RN	4ª REGIÃO DE SAÚDE - CAICÓ	9.374.076,55	2.984.116,68	51.235.221,37	9.736.620,61	3.119.869,43	54.287.698,67	273.406,55	0,00	597.755,61	234.452,75	11.503,45	726.994,73	4,31	0,00	11,46	3,32	,11	8,94
RN	5ª REGIÃO DE SAÚDE - SANTA CRUZ	7.163.063,67	1.625.007,63	26.666.324,65	7.345.464,64	3.351.145,44	26.556.743,30	388.025,21	0,00	707.405,34	355.587,62	74.965,43	782.424,07	6,34	0,00	21,44	5,60	1,00	10,86
RN	6ª REGIÃO DE SAÚDE - PAU DOS FERROS	5.340.472,60	2.150.176,04	26.806.756,06	5.467.345,07	3.016.481,43	26.001.951,33	148.775,48	0,00	738.654,84	124.039,91	0,00	565.676,30	3,74	0,00	23,37	2,59	0,00	13,49
RN	7ª REGIÃO DE SAÚDE - METROPOLITANA	204.614.987,27	17.235.451,44	709.395.368,35	222.623.156,16	17.169.285,53	772.791.312,90	3.744.967,40	968.632,37	11.421.265,43	3.426.341,69	481.675,72	8.964.379,23	3,25	1,61	5,62	3,14	1,09	6,35
RN	8ª REGIÃO DE SAÚDE - AÇU	9.394.905,29	1.756.966,20	34.282.620,90	10.521.105,31	2.899.532,63	36.740.155,59	427.398,21	0,00	1.357.591,79	423.084,20	42.066,70	1.498.998,35	4,84	0,00	12,27	4,38	,29	10,07
RO	CAFÉ	16.712.718,08	2.839.645,44	44.088.295,47	18.409.510,61	3.370.148,40	51.921.725,77	453.051,05	5.508,57	999.432,43	342.512,48	23.884,09	975.356,37	2,49	,15	5,79	2,11	,54	5,72
RO	CENTRAL	16.322.627,14	4.005.928,64	70.725.135,25	17.235.809,44	3.839.588,12	74.744.514,91	493.415,63	0,00	2.185.406,68	654.893,73	0,00	3.057.050,66	3,53	0,00	10,59	3,12	0,00	8,15
RO	CONE SUL	33.383.363,75	5.878.352,13	79.088.893,89	35.131.369,40	5.939.139,71	86.367.813,72	976.397,22	263.938,01	1.945.586,79	1.781.766,85	214.996,86	4.482.489,53	3,90	2,46	4,74	4,59	3,62	5,19
RO	MADEIRA-MAMORÉ	79.869.051,02	12.395.490,89	267.004.578,89	87.796.344,22	13.888.402,74	291.235.520,60	77.831,67	0,00	133.913,35	133.418,60	0,00	330.344,63	,29	0,00	,94	,54	0,00	1,92
RO	VALE DO GUAPORÉ	8.004.674,09	4.989.987,08	11.839.380,66	10.444.835,32	9.126.658,40	12.423.814,09	116.879,65	0,00	215.567,44	257.710,30	68.488,23	360.503,01	2,07	0,00	4,32	2,47	,70	3,95
RO	VALE DO JAMARI	18.439.818,67	5.092.084,28	69.414.301,69	18.556.172,68	5.287.108,29	70.694.168,92	358.088,16	0,00	1.080.699,39	514.064,22	105.213,45	2.354.115,83	3,23	0,00	6,56	2,34	1,21	3,33
RO	ZONA DA MATA	11.572.314,23	4.051.745,48	35.263.457,60	12.387.941,50	4.793.888,78	40.069.322,66	282.425,29	0,00	677.779,33	217.500,38	49.645,36	568.878,50	3,32	0,00	7,36	2,18	,52	5,10

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
RR	CENTRO NORTE	29.435.590,86	3.303.696,40	209.077.820,97	35.729.454,10	5.983.991,22	246.890.501,40	829.256,69	0,00	5.812.363,42	1.248.337,36	0,00	9.332.460,95	2,94	0,00	19,35	2,43	0,00	9,02
RR	SUL	8.105.389,51	4.373.336,83	13.251.900,43	8.970.413,54	5.128.035,64	18.273.049,66	91.065,55	0,00	387.477,64	94.756,79	0,00	418.742,34	1,98	0,00	8,86	1,52	0,00	6,73
RS	REGIÃO 01	62.187.194,85	9.822.499,77	114.551.889,92	63.970.879,35	11.941.130,79	116.000.627,90	4.254.247,98	615.870,74	7.892.625,22	3.801.576,32	666.315,10	6.936.837,55	6,58	6,27	6,89	5,78	5,58	5,98
RS	REGIÃO 02	4.413.053,71	4.204.420,41	4.621.687,01	3.722.457,25	3.537.503,09	3.907.411,41	203.151,28	201.967,72	204.334,83	239.801,30	200.222,67	279.379,92	4,62	4,37	4,86	6,41	5,66	7,15
RS	REGIÃO 03	54.732.608,08	54.732.608,08	54.732.608,08	54.357.266,31	54.357.266,31	54.357.266,31	1.220.537,16	1.220.537,16	1.220.537,16	1.462.210,46	1.462.210,46	1.462.210,46	2,23	2,23	2,23	2,69	2,69	2,69
RS	REGIÃO 04	24.742.575,23	3.170.556,15	46.314.594,31	26.300.249,73	3.783.226,00	48.817.273,45	743.962,44	200.379,15	1.287.545,72	662.985,09	154.355,62	1.171.614,56	4,55	2,78	6,32	3,24	2,40	4,08
RS	REGIÃO 05	44.039.029,86	44.039.029,86	44.039.029,86	46.813.476,68	46.813.476,68	46.813.476,68	132.117,09	132.117,09	132.117,09	617.937,89	617.937,89	617.937,89	,30	,30	,30	1,32	1,32	1,32
RS	REGIÃO 06 - VALE DO PARANHANA E COSTA SERR	14.530.292,66	12.585.320,57	16.475.264,75	18.915.807,18	12.517.239,89	25.314.374,47	781.751,31	0,00	1.563.502,62	950.554,76	0,00	1.901.109,52	4,75	0,00	9,49	3,76	0,00	7,51
RS	REGIÃO 07	54.300.290,68	4.413.113,09	190.696.584,19	55.159.313,19	3.985.204,36	190.903.093,50	815.559,14	0,00	1.945.105,16	904.696,31	0,00	1.928.121,24	3,04	0,00	6,46	3,31	0,00	8,19
RS	REGIÃO 08	168.655.996,30	6.182.719,63	485.804.326,36	174.760.492,08	6.575.704,70	505.618.370,00	1.644.547,16	15.456,80	4.615.141,10	448.772,01	0,00	1.345.527,49	,85	,25	1,16	,53	0,00	1,00
RS	REGIÃO 09	7.380.537,25	4.420.490,58	11.736.605,54	6.898.048,52	4.769.280,41	11.408.476,93	308.531,97	0,00	581.295,58	325.915,08	0,00	716.795,96	4,44	0,00	8,84	4,37	0,00	9,21
RS	REGIÃO 10	512.501.546,76	6.103.776,58	1.468.052.063,43	948.649.352,00	6.900.204,63	2.778.558.756,00	13.863.183,52	191.048,21	39.637.405,71	16.424.274,56	209.766,22	46.679.787,10	2,87	2,70	3,13	2,89	1,68	3,94
RS	REGIÃO 11	7.268.853,07	2.516.202,10	20.989.327,68	8.008.072,84	2.393.327,80	24.719.808,92	352.893,35	35.188,92	1.282.447,92	321.685,38	29.198,60	1.201.382,71	3,65	,93	8,35	3,12	,75	6,63
RS	REGIÃO 13	6.518.906,10	3.816.303,28	8.086.739,82	6.195.261,25	3.749.188,48	8.112.536,30	47.569,76	35.972,27	59.033,20	48.281,82	32.275,48	70.579,07	,82	,47	1,25	,82	,48	1,12
RS	REGIÃO 14	15.910.381,50	3.377.279,13	100.978.686,69	16.594.008,56	2.816.567,50	106.379.767,30	580.098,70	22.064,07	3.089.947,81	605.725,48	33.733,33	3.276.496,83	4,79	,47	10,90	5,18	,75	11,65
RS	REGIÃO 15	7.298.414,21	3.026.647,74	18.717.049,31	8.050.005,37	3.166.918,13	21.018.966,47	312.346,25	84.330,71	1.210.993,09	401.386,05	103.874,91	1.111.903,33	4,40	,91	9,65	5,38	1,15	12,26
RS	REGIÃO 16	3.281.879,93	2.568.191,34	3.801.483,35	3.992.688,33	3.462.883,46	5.020.518,80	563.610,09	382.356,16	914.256,75	539.040,27	400.655,62	761.110,65	16,80	11,00	24,05	13,25	11,57	15,16
RS	REGIÃO 17	96.763.210,55	96.763.210,55	96.763.210,55	91.288.136,31	91.288.136,31	91.288.136,31	6.637.956,24	6.637.956,24	6.637.956,24	7.257.406,84	7.257.406,84	7.257.406,84	6,86	6,86	6,86	7,95	7,95	7,95
RS	REGIÃO 18	10.287.155,61	3.836.445,30	17.908.793,16	10.709.661,50	3.862.278,37	18.584.192,00	114.938,91	0,00	220.461,66	125.691,88	44.407,16	190.410,32	1,79	0,00	4,19	1,84	,59	4,93
RS	REGIÃO 19	9.620.741,60	9.620.741,60	9.620.741,60	9.679.233,54	9.679.233,54	9.679.233,54	64.458,97	64.458,97	64.458,97	57.107,48	57.107,48	57.107,48	,67	,67	,67	,59	,59	,59
RS	REGIÃO 20	4.387.614,76	3.208.635,37	6.463.680,50	4.605.109,48	3.215.519,34	6.815.214,98	144.099,90	0,00	216.412,76	167.235,54	26.688,81	293.735,77	3,18	0,00	6,20	3,31	,83	4,79
RS	REGIÃO 21	32.435.685,83	3.394.104,50	117.566.888,32	32.901.706,81	3.181.403,35	122.431.300,30	1.531.956,77	178.938,21	5.619.697,26	1.486.434,21	171.298,33	4.823.793,23	5,76	3,24	11,77	6,56	3,91	13,78
RS	REGIÃO 22	30.571.963,57	6.160.204,26	64.659.348,37	32.687.058,72	6.354.701,22	69.475.909,54	1.277.448,55	213.143,07	2.741.556,37	1.750.709,24	320.276,94	3.578.009,34	3,97	3,46	4,24	5,43	5,04	6,09
RS	REGIÃO 23	91.955.829,75	2.165.398,69	439.364.699,34	95.309.164,95	2.311.902,16	449.743.469,20	2.186.438,02	112.167,65	9.841.769,27	2.364.403,57	67.507,54	10.883.791,95	3,34	1,99	5,18	3,19	,81	4,88

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
RS	REGIÃO 24	5.796.951,99	3.312.238,99	11.346.021,12	5.956.258,14	3.831.386,09	11.084.272,14	271.787,93	151.700,55	544.609,01	267.077,21	113.410,73	447.804,59	4,65	4,30	4,92	4,85	2,37	9,78
RS	REGIÃO 25	21.385.600,57	2.549.541,47	111.608.125,91	22.851.034,52	2.808.217,74	120.584.822,40	1.007.108,31	71.642,12	4.497.807,47	1.034.934,51	50.439,44	4.726.925,04	6,08	2,81	11,19	5,55	1,11	9,91
RS	REGIÃO 26	17.230.048,85	2.860.255,84	49.378.467,91	17.830.376,01	3.212.037,33	52.264.824,83	557.705,72	1.350,82	1.421.963,43	532.661,17	2.710,38	1.070.801,69	3,66	,01	7,31	3,63	,02	8,19
RS	REGIÃO 27	8.389.719,44	3.737.304,40	21.858.111,22	8.487.227,20	3.764.075,84	22.501.417,18	323.844,09	18.051,33	743.835,23	323.574,32	0,00	743.835,23	4,30	,20	13,30	4,20	0,00	13,14
RS	REGIÃO 28	31.770.563,91	2.924.792,58	148.681.666,79	33.593.673,68	3.332.650,89	164.643.303,90	738.828,73	89.295,09	2.631.665,50	795.606,40	90.314,84	3.276.401,75	3,39	1,66	6,99	3,14	1,33	5,20
RS	REGIÃO 29	11.547.071,93	2.753.638,12	105.402.032,78	12.412.577,98	3.018.840,13	110.077.602,30	202.012,11	5.611,94	579.711,18	178.817,28	0,00	561.395,77	3,75	,10	10,65	3,12	0,00	10,03
RS	REGIÃO 30	12.286.454,01	2.876.008,68	32.572.746,97	12.733.244,97	3.593.600,37	34.450.826,41	132.119,72	7.806,03	309.027,42	94.389,03	7.191,11	285.941,86	1,50	,19	5,50	,72	,18	2,20
SC	ALTO URU-GUAI CATA--RINENSE	6.942.881,26	3.251.427,21	15.984.392,09	7.604.305,14	3.458.748,75	16.636.810,40	493.091,40	244.675,52	1.214.813,80	512.156,73	202.817,50	1.119.657,34	7,26	5,34	12,39	6,66	4,61	9,70
SC	ALTO VALE DO ITAJAÍ	10.884.786,11	3.595.486,44	95.566.367,75	11.513.560,57	3.552.762,77	104.207.233,10	408.839,11	0,00	1.653.298,16	415.812,70	9.354,41	896.182,20	5,02	0,00	11,07	5,67	,23	11,71
SC	ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	11.445.063,81	3.054.312,61	42.701.366,55	12.822.481,96	3.397.210,85	51.026.863,84	625.772,00	875,64	2.109.447,51	682.143,47	2.801,88	2.470.477,69	5,08	,02	9,00	5,25	,05	10,10
SC	CARBONÍ-FERA	32.039.847,67	5.507.843,06	221.071.474,84	34.319.422,67	4.919.543,27	234.834.730,40	732.572,58	87.055,98	4.531.965,23	869.820,45	0,00	5.330.748,38	2,82	,79	6,27	3,15	0,00	7,26
SC	EXTREMO OESTE	7.456.731,44	2.944.907,56	29.557.463,80	7.951.841,29	3.005.710,49	29.533.191,33	473.203,30	0,00	1.632.959,41	576.915,07	0,00	2.117.552,48	6,40	0,00	12,42	7,43	0,00	25,78
SC	EXTREMO SUL CATARI--NENSE	7.635.671,23	2.132.389,03	30.437.805,57	8.736.294,61	3.948.936,69	33.057.540,64	301.187,98	24.487,27	774.048,24	383.424,55	0,00	1.285.945,01	5,13	,36	14,10	5,14	0,00	10,39
SC	FOZ DO RIO ITAJAÍ	66.299.090,04	9.454.682,55	303.204.003,81	75.161.967,82	8.773.253,56	335.688.168,80	1.747.538,90	425.405,79	6.397.604,48	2.207.519,04	351.570,58	7.526.584,34	4,13	1,73	8,68	3,75	1,59	6,77
SC	GRANDE FLORIANÓPO--LIS	38.684.741,14	2.804.446,78	337.826.482,04	43.277.656,84	3.275.076,34	371.777.719,90	1.562.307,95	0,00	10.911.795,37	2.054.752,11	77.196,19	15.874.908,64	5,10	0,00	10,79	5,89	1,09	14,40
SC	LAGUNA	13.891.222,91	3.203.257,59	59.827.273,51	13.989.685,40	3.290.534,70	63.895.030,38	909.672,86	0,00	3.834.928,23	1.029.780,08	116.042,56	3.827.312,32	7,86	0,00	14,54	8,08	2,15	12,15
SC	MÉDIO VALE DO ITAJAÍ	52.524.320,53	3.614.903,49	436.817.601,17	54.132.145,16	3.463.612,05	425.287.448,30	755.962,94	28.002,07	5.023.402,41	946.353,07	38.121,24	7.825.289,05	1,85	,29	3,92	1,67	,21	3,78
SC	MEIO OESTE	8.165.311,44	2.986.663,27	33.098.322,96	9.037.441,11	3.720.075,04	35.160.091,43	556.222,65	0,00	1.765.750,44	763.943,68	290.909,87	2.647.554,88	8,02	0,00	21,57	10,13	5,07	23,72
SC	NORDESTE	83.920.442,15	4.515.043,41	697.704.886,31	91.562.860,24	4.302.015,70	764.438.309,10	3.554.931,18	169.106,20	32.722.359,17	3.473.459,13	148.373,00	31.800.633,66	4,00	,76	6,15	3,72	,63	5,78
SC	OESTE	16.801.611,13	2.962.824,07	218.207.531,93	18.474.468,48	2.915.409,94	240.452.918,00	899.885,41	124.165,00	8.488.272,99	988.160,02	164.441,17	9.425.754,39	8,71	3,89	13,23	8,68	3,92	18,89
SC	PLANALTO NORTE	22.678.549,57	5.147.229,74	68.122.269,09	24.318.682,06	5.609.375,30	72.086.834,91	937.499,47	0,00	2.609.118,24	760.456,77	0,00	2.221.060,40	7,02	0,00	33,35	4,80	0,00	8,57

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
SC	SERRA CATA-RINENSE	13.577.224,82	2.693.886,16	136.934.847,31	14.850.103,21	2.995.008,06	150.359.640,10	580.297,41	0,00	4.464.076,02	621.798,70	2.564,46	4.390.501,49	5,81	0,00	11,63	6,04	,07	10,17
SC	XANXERÊ	8.103.475,84	3.055.031,47	29.979.702,50	8.698.610,06	3.169.182,09	33.542.905,45	534.209,31	100.729,44	2.008.640,07	619.414,84	100.052,31	2.337.940,51	6,96	2,87	16,26	7,64	1,99	19,49
SE	ARACAJÚ	96.612.930,06	3.207.561,64	504.772.052,24	93.814.730,97	3.332.323,62	472.133.172,20	1.770.845,27	83.075,85	8.126.830,04	583.384,75	205.937,60	993.614,64	3,54	1,61	7,85	3,55	,10	6,18
SE	ESTÂNCIA	15.679.841,49	4.564.022,30	41.167.658,05	16.898.310,69	4.820.949,15	45.697.819,53	410.661,80	147.417,92	967.439,96	412.373,66	23.622,65	1.083.038,32	2,67	1,98	3,46	2,23	,49	3,10
SE	ITABAIANA	10.805.877,42	3.506.833,77	53.696.453,09	10.882.885,73	3.430.248,69	54.988.155,43	499.338,69	0,00	3.323.810,45	456.826,42	0,00	2.787.899,48	4,14	0,00	7,79	3,96	0,00	8,36
SE	LAGARTO	18.391.979,52	8.459.392,74	42.564.996,51	18.364.362,72	7.733.339,23	45.345.633,34	745.362,18	35.458,13	2.779.494,27	528.494,89	0,00	2.099.502,82	2,91	,39	6,53	2,05	0,00	4,63
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	13.086.186,70	6.082.643,74	22.330.102,80	13.849.885,76	6.464.760,42	23.934.220,59	219.520,27	66.046,14	640.873,95	227.851,49	100.850,26	497.831,79	1,62	,42	2,87	1,56	1,30	2,08
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	15.480.187,63	3.477.996,17	71.242.125,65	17.135.390,50	3.473.602,72	81.048.099,25	645.978,75	34.432,16	2.764.194,48	564.822,34	61.309,82	2.860.997,90	4,23	,99	14,74	2,89	1,47	4,12
SE	PROPRIÁ	8.184.362,23	3.912.643,65	17.551.762,87	8.462.835,50	4.543.550,31	20.617.122,13	179.049,47	0,00	482.829,52	115.437,07	0,00	376.198,18	2,36	0,00	6,67	1,40	0,00	5,29
SP	ADAMANTINA	12.264.206,34	3.417.027,97	35.992.368,20	12.073.682,14	3.278.643,33	39.695.741,85	662.900,78	71.313,35	2.483.473,41	604.932,46	67.554,28	2.516.710,03	5,10	,64	7,16	4,91	,61	8,18
SP	ALTA ANHAN-GUERA	17.282.439,81	7.556.183,87	31.909.817,01	12.433.792,93	7.664.386,75	18.150.916,97	1.067.584,22	443.547,99	1.694.411,28	1.363.332,90	598.588,61	2.639.143,33	6,59	5,31	8,60	9,92	7,42	14,54
SP	ALTA MOGIANA	14.514.902,49	6.288.424,57	22.741.380,41	15.766.312,25	6.552.793,62	24.979.830,87	1.087.633,43	765.301,27	1.409.965,59	1.114.442,79	652.658,24	1.576.227,33	9,19	6,20	12,17	8,14	6,31	9,96
SP	ALTA PAULISTA	10.538.658,95	3.227.346,23	37.568.714,73	10.443.089,14	3.093.352,47	38.407.670,32	537.556,08	0,00	1.739.431,49	552.734,71	11.496,82	2.120.103,40	6,65	0,00	18,72	6,59	,13	12,84
SP	ALTA SORO-CABANA	16.327.862,05	2.816.085,88	137.323.650,03	17.728.766,65	2.815.979,99	155.645.265,40	742.906,27	1.740,95	6.783.788,31	933.664,13	0,00	8.778.392,97	5,01	,01	10,68	5,44	0,00	13,08
SP	ALTO CAPIVARI	11.667.240,16	5.046.825,01	21.954.856,67	12.652.028,16	5.576.970,31	23.566.360,53	1.464.517,56	345.140,54	3.332.747,24	1.244.014,21	342.425,98	2.400.717,10	10,98	6,49	16,43	9,08	6,14	15,89
SP	ALTO DO TIETÊ	182.343.452,23	11.045.422,84	1.080.333.016,87	190.792.186,69	11.135.969,05	1.084.448.865,00	6.301.803,22	10.214,22	37.163.455,78	6.772.096,08	0,00	42.835.730,17	2,59	,01	5,54	2,13	0,00	5,27
SP	ALTO VALE DO PARAÍBA	202.524.017,14	10.362.625,74	693.047.545,67	215.112.797,51	10.528.050,82	739.700.336,40	4.986.864,88	81.734,24	14.470.777,69	5.698.082,78	503.240,83	16.777.164,33	3,51	,60	6,64	4,62	,92	7,27
SP	AQUÍFERO GUARANI	140.921.829,78	8.846.659,44	622.681.089,79	142.830.891,48	9.093.600,26	629.502.600,20	5.519.111,21	101.736,58	22.976.932,21	6.769.925,32	45.468,00	28.075.815,97	4,48	1,15	7,32	5,47	,50	8,15
SP	ARARAS	51.797.854,80	4.528.142,24	99.520.059,08	57.750.254,46	4.392.900,40	113.129.122,20	958.467,36	29.856,02	2.961.017,80	959.443,17	0,00	3.106.691,34	3,15	,03	6,48	2,45	0,00	3,92
SP	ASSIS	23.370.702,06	3.833.528,39	83.016.240,17	24.310.091,76	4.351.454,23	89.556.913,45	1.178.313,08	9.675,77	4.989.276,03	1.284.822,60	17.800,20	5.928.667,67	5,70	,22	19,24	5,73	,34	19,63
SP	BAIXA MOGIANA	93.208.860,49	93.208.860,49	93.208.860,49	106.655.612,40	106.655.612,40	106.655.612,40	1.090.543,67	1.090.543,67	1.090.543,67	4.180.900,01	4.180.900,01	4.180.900,01	1,17	1,17	1,17	3,92	3,92	3,92

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
SP	BAIXADA SANTISTA	191.505.515,57	66.063.817,05	298.707.294,57	207.362.233,07	67.516.791,94	333.821.885,50	4.408.998,88	268.836,57	10.024.394,97	5.252.779,47	985.745,16	8.354.169,74	2,51	,09	4,54	2,71	1,46	4,63
SP	BAURU	45.418.872,91	4.211.185,16	228.102.311,03	49.894.404,42	4.386.603,53	258.092.305,90	2.422.569,50	0,00	15.510.957,15	2.388.412,51	0,00	15.072.590,66	5,06	0,00	11,02	5,77	0,00	12,41
SP	BRAGANÇA	32.850.756,09	4.925.428,91	121.100.640,69	35.055.806,03	5.540.105,98	128.218.561,50	1.326.854,86	198.263,42	4.686.594,79	1.072.532,82	82.993,57	3.372.148,17	4,54	2,11	6,95	3,72	,77	6,89
SP	CATANDUVA	16.122.757,44	3.491.157,88	91.561.652,80	16.734.830,79	3.447.566,72	96.134.956,65	878.578,34	0,00	4.202.679,86	915.644,13	0,00	4.479.888,98	5,71	0,00	9,99	5,77	0,00	8,94
SP	CENTRAL DO DRS II	30.219.124,12	2.872.452,20	134.440.338,03	32.996.309,64	3.158.007,56	145.727.548,30	1.472.373,76	57.736,29	4.772.632,00	1.944.712,02	117.162,08	6.193.420,80	6,24	2,01	10,96	7,78	3,71	13,28
SP	CENTRAL DO DRS III	64.255.451,41	5.525.940,64	269.141.654,32	71.653.091,03	6.575.589,21	301.654.684,80	3.025.230,01	0,00	13.430.168,55	2.701.855,16	0,00	11.734.367,24	2,70	0,00	5,45	3,07	0,00	6,12
SP	CENTRO OESTE DO DRS III	19.879.663,70	10.301.993,11	34.227.484,50	23.123.514,87	11.084.250,10	39.947.743,45	862.826,49	411.049,53	1.601.846,27	1.029.777,34	481.056,45	1.757.700,71	4,53	3,12	5,86	4,73	3,27	5,99
SP	CIRCUITO DA FÉ E VALE HISTÓRICO	28.173.314,86	8.329.405,61	55.268.678,10	33.968.882,33	8.699.787,11	76.933.292,78	1.022.640,13	307.925,54	2.216.273,99	847.803,48	24.983,52	2.515.718,67	3,96	2,87	5,18	2,39	,26	3,98
SP	CIRCUITO DAS ÁGUAS	22.171.127,51	21.090.493,95	23.251.761,07	22.575.854,85	20.941.755,11	24.209.954,59	635.715,20	571.552,39	699.878,01	638.000,38	433.494,33	842.506,42	2,86	2,71	3,01	2,78	2,07	3,48
SP	CONSÓRCIOS DO DRS II	18.313.870,56	3.538.954,03	105.254.579,63	18.399.575,38	3.345.386,48	104.138.969,50	889.189,66	0,00	4.483.845,09	1.040.852,71	0,00	4.957.014,95	4,44	0,00	8,59	5,24	0,00	10,51
SP	CORAÇÃO DO DRS III	24.153.855,86	8.952.445,72	40.885.821,90	23.451.628,67	8.439.457,28	41.148.833,72	559.820,81	147.262,93	932.854,94	785.231,77	175.092,71	1.296.188,26	3,89	,47	7,97	5,51	,51	10,26
SP	EXTREMO OESTE PAU--LISTA	11.468.111,48	4.807.687,15	29.211.881,06	13.439.170,56	4.709.517,32	29.998.534,95	506.216,21	82.183,39	1.232.741,38	985.975,04	118.359,59	2.339.885,73	4,82	1,39	8,91	6,84	2,11	10,61
SP	FERNANDÓ-POLIS	9.703.128,59	2.562.598,00	44.909.175,88	10.478.228,56	3.116.231,84	49.121.304,11	435.070,15	0,00	3.722.970,68	411.180,11	0,00	3.487.612,59	2,83	0,00	8,29	2,32	0,00	7,10
SP	FRANCO DA ROCHA	61.610.069,27	55.722.840,03	73.295.928,54	70.256.162,38	62.775.147,37	90.885.520,36	1.323.660,26	0,00	2.909.848,36	777.277,81	0,00	1.794.299,64	2,04	0,00	3,97	1,23	0,00	2,83
SP	GRANDE ABC	372.890.368,75	20.986.470,12	995.039.374,71	390.987.680,27	20.664.684,10	969.791.340,40	10.347.768,54	738.723,75	28.460.450,23	12.054.235,97	335.235,56	27.974.050,35	2,59	,44	5,39	3,54	,09	8,77
SP	HORIZONTE VERDE	44.782.829,39	12.709.461,00	112.185.282,13	48.318.900,26	14.166.293,90	121.715.124,70	1.887.522,76	599.886,56	2.921.959,50	1.895.805,73	670.065,70	2.775.104,84	5,01	2,54	7,68	4,80	2,28	7,03
SP	ITAPETININGA	40.846.234,32	4.170.545,14	137.471.276,44	44.084.280,04	4.206.267,77	143.707.955,30	697.936,62	0,00	2.941.885,32	722.416,11	50.433,39	2.558.001,60	2,20	0,00	5,14	2,48	,20	5,71
SP	ITAPEVA	20.280.186,02	3.778.762,12	88.232.654,24	21.683.714,31	4.182.947,28	99.319.877,90	624.771,31	83.132,77	2.364.635,13	733.349,40	77.802,82	3.287.487,96	3,07	1,43	5,15	3,88	,87	7,57
SP	JALES	6.647.581,89	3.021.015,30	30.185.561,59	6.680.047,18	3.012.291,75	32.055.791,86	176.863,08	0,00	645.971,02	170.702,44	0,00	647.701,87	2,69	0,00	6,19	2,66	0,00	8,37
SP	JAÚ	16.796.962,54	9.274.880,72	28.516.176,24	17.162.843,77	8.645.644,25	29.062.958,45	422.213,68	151.135,73	603.531,89	404.547,02	217.972,19	618.718,80	3,61	,53	5,52	3,20	,75	4,49

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
SP	JOSÉ BONIFÁCIO	9.835.890,82	4.931.829,01	24.201.016,18	10.842.530,47	4.869.693,54	28.368.851,93	627.479,98	0,00	1.793.295,30	670.282,68	0,00	1.733.336,85	5,72	0,00	11,23	5,76	0,00	12,24
SP	JUNDIAÍ	141.915.408,41	47.515.098,85	505.475.596,82	153.316.769,75	48.235.406,47	562.398.591,50	4.198.935,84	337.357,20	15.518.100,82	4.991.084,93	287.936,69	18.390.433,94	2,84	,57	8,76	3,17	,57	7,10
SP	LAGOS DO DRS II	14.246.792,24	4.622.695,00	26.798.130,46	15.387.667,66	4.566.441,78	30.775.907,90	1.022.943,29	229.285,67	2.905.577,75	1.084.837,84	0,00	3.320.742,80	7,32	2,89	15,91	6,71	0,00	16,44
SP	LINS	21.248.842,20	3.924.646,75	57.307.082,46	20.382.491,95	4.236.578,52	53.176.993,64	924.013,73	275.248,54	2.063.054,97	956.837,98	628.898,91	1.770.793,89	6,73	3,60	14,07	9,04	3,33	17,61
SP	LITORAL NORTE	129.040.143,97	83.842.297,71	162.879.002,85	136.024.309,56	90.432.892,02	191.227.837,20	4.127.028,22	80.344,08	11.092.060,09	4.749.662,62	516.360,08	14.839.280,17	3,28	,05	6,81	2,84	,43	7,76
SP	MANANCIAIS	89.061.400,73	11.492.918,93	189.860.640,46	96.153.595,63	11.920.176,78	215.573.489,50	314.695,22	0,00	1.865.533,18	919.415,60	0,00	3.634.990,30	,63	0,00	4,14	1,44	0,00	4,51
SP	MANTIQUEI-RA	30.872.208,30	7.006.575,50	75.853.252,05	32.564.460,60	6.991.447,39	79.129.977,53	1.170.998,25	116.832,90	4.141.587,56	1.227.991,35	146.257,31	4.162.236,82	3,23	,55	5,46	3,06	,61	5,26
SP	MARÍLIA	30.199.558,62	3.820.585,56	203.868.676,62	33.616.697,79	3.731.463,54	238.782.178,30	1.387.917,07	274.318,04	5.749.096,68	1.453.896,04	255.862,04	6.399.362,38	9,23	2,82	16,62	9,39	2,68	18,25
SP	NORTE - BARRETOS	35.929.263,69	5.921.819,44	132.457.479,29	39.584.845,50	7.531.366,45	145.057.929,10	1.150.926,97	20.134,19	3.324.682,73	1.120.834,62	111.464,22	2.341.854,70	3,74	,34	11,65	4,68	1,09	12,06
SP	NORTE DO DRS III	37.001.474,29	4.804.382,97	55.400.063,70	36.469.911,44	5.996.940,67	52.473.770,13	1.068.670,84	25.399,99	2.797.703,22	2.235.435,06	506.141,79	3.209.158,48	4,36	,05	7,97	6,81	5,70	8,44
SP	OURINHOS	19.995.814,69	3.733.562,52	99.557.145,26	21.104.610,64	3.932.909,56	106.000.504,60	836.430,86	150.562,47	3.067.485,53	799.960,90	31.229,24	3.524.121,82	5,77	1,74	11,55	4,73	,34	8,30
SP	PIRACICABA	79.919.768,78	5.776.788,29	395.631.759,79	85.007.226,62	6.312.552,62	417.977.807,30	3.213.954,37	116.691,12	14.677.938,29	3.216.058,34	215.889,30	15.674.167,77	5,14	2,02	8,37	4,60	1,10	9,44
SP	POLO CUESTA	18.018.908,52	5.436.647,69	90.825.010,17	18.680.029,03	5.190.080,00	90.891.602,72	1.140.767,31	0,00	8.782.778,48	1.336.141,25	0,00	8.452.919,05	4,35	0,00	9,67	5,88	0,00	10,60
SP	PONTAL DO PARANA-PANEMA	19.593.408,81	18.557.915,19	20.991.168,47	21.233.793,91	19.399.962,13	23.590.895,52	819.287,85	488.073,17	1.244.776,29	1.253.536,49	729.010,45	1.601.821,81	4,11	2,63	5,93	5,89	3,52	7,37
SP	REGIÃO METROPO-LITA-NA DE CAMPINAS	163.507.979,11	16.343.015,75	1.279.948.583,32	178.196.653,27	17.473.604,57	1.391.091.137,00	6.456.507,90	529.921,84	44.158.226,12	6.929.760,70	872.309,70	48.409.971,57	4,79	,28	7,47	4,83	,57	10,52
SP	RIO CLARO	66.909.247,91	9.430.278,12	213.314.171,86	64.111.725,47	9.823.676,76	201.261.826,80	2.654.521,30	435.744,83	7.146.024,76	2.312.931,85	485.810,60	5.635.331,15	6,05	2,84	11,36	5,79	2,80	10,04
SP	RIO PARDO	26.116.019,47	5.436.725,35	49.214.631,65	21.926.443,91	5.827.413,31	47.223.903,60	1.485.140,55	0,00	4.532.667,57	716.860,80	0,00	1.973.959,17	4,58	0,00	9,21	4,11	0,00	8,04
SP	ROTA DOS BANDEIRAN-TES	224.624.834,29	11.801.876,85	722.780.068,04	262.102.913,50	13.769.692,68	840.702.131,60	3.810.894,75	126.481,07	14.889.269,40	7.252.435,84	0,00	27.238.749,06	1,59	,08	3,63	2,30	0,00	3,24
SP	SANTA FÉ DO SUL	9.527.301,56	3.325.234,10	30.752.226,46	10.516.602,74	3.613.915,31	35.123.708,34	125.946,22	0,00	528.938,30	143.532,40	0,00	561.979,33	,86	0,00	2,37	1,07	0,00	3,62
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRE-TO	33.944.710,37	4.462.012,47	380.028.172,60	38.380.366,53	5.330.262,10	431.674.406,50	1.898.024,35	0,00	21.281.577,67	2.546.902,99	18.909,82	25.296.120,22	5,26	0,00	12,90	7,84	,18	14,84
SP	SÃO PAULO	10.530.910.619,00	10.530.910.619,00	10.530.910.619,00	11.479.823.584,00	11.479.823.584,00	11.479.823.584,00	9.477.819,56	9.477.819,56	9.477.819,56	9.183.858,87	9.183.858,87	9.183.858,87	,09	,09	,09	,08	,08	,08

		Despesa total em saúde em 2018*			Despesa total em saúde em 2019*			Despesa com medicamentos em 2018*			Despesa com medicamentos em 2019*			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2018			% das despesas com medicamentos na despesa total em saúde em 2019		
UF	Região de saúde	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Míni-mo	Máxi-mo	Média	Míni-mo	Máxi-mo
SP	SOROCABA	69.779.704,89	3.274.288,29	563.252.799,49	75.841.230,67	3.738.706,23	609.119.809,30	2.189.779,65	0,00	11.038.281,33	2.289.974,56	25.516,27	12.813.477,14	4,07	0,00	9,50	4,18	,13	11,47
SP	SUL - BARRETOS	44.090.068,21	13.496.333,70	74.683.802,71	45.440.711,51	14.324.320,09	76.557.102,92	1.858.642,07	619.875,56	3.097.408,58	2.223.311,69	1.760.813,37	2.685.810,02	11,89	,83	22,95	10,53	2,30	18,75
SP	TRÊS COLINAS	74.370.101,16	5.943.657,69	210.880.292,95	80.688.529,13	5.981.557,75	229.770.078,00	4.034.761,29	568.914,93	10.628.366,76	4.859.272,68	618.135,86	13.119.871,45	9,78	5,04	15,26	9,85	5,71	14,04
SP	TUPÃ	14.005.249,57	3.614.304,49	46.883.241,07	14.702.802,61	3.703.613,63	47.193.556,56	919.708,95	131.748,31	3.389.658,33	1.119.284,36	342.349,79	4.072.803,93	6,78	2,23	10,20	8,03	4,65	12,24
SP	VALE DAS CACHOEIRAS	20.957.886,84	4.546.870,68	56.264.022,40	21.542.193,28	4.949.248,47	56.683.211,68	253.500,81	0,00	651.846,97	283.301,10	28.341,61	604.365,21	2,77	0,00	5,16	3,24	,05	7,87
SP	VALE DO JURUMIRIM	20.829.124,25	4.892.695,01	90.303.600,25	21.245.629,70	4.994.680,20	89.722.356,48	1.423.620,45	0,00	8.515.629,50	1.338.751,99	0,00	7.348.261,00	5,62	0,00	9,49	5,54	0,00	11,24
SP	VALE DO PARAÍ-BA/ REGIÃO SERRANA	91.665.674,88	5.629.305,41	433.766.221,55	104.056.481,13	5.435.222,19	493.942.578,00	2.211.308,51	107.560,68	10.150.129,58	2.555.031,97	174.283,98	11.657.044,84	3,43	1,67	4,78	3,97	2,20	6,45
SP	VALE DO RIBEIRA	19.907.370,22	7.297.655,72	46.529.742,38	20.506.637,93	8.329.589,31	48.698.806,30	689.818,25	0,00	2.242.733,58	470.746,08	0,00	1.033.322,93	2,89	0,00	5,05	2,17	0,00	3,83
SP	VOTUPO-RANGA	7.369.530,14	3.691.279,10	11.191.671,35	7.885.007,75	3.797.926,87	12.814.195,69	400.384,34	49.144,32	799.782,49	456.353,23	0,00	1.195.564,46	5,39	,45	8,51	5,89	0,00	9,33
TO	AMOR PERFEITO	8.352.075,57	2.084.977,49	34.078.475,57	9.159.033,33	1.894.620,39	38.962.221,99	252.493,22	0,00	1.369.954,72	72.207,91	0,00	315.594,00	1,71	0,00	5,38	1,30	0,00	6,97
TO	BICO DO PAPAGAIO	6.923.324,22	2.672.935,43	15.390.079,53	7.127.343,86	2.885.521,54	16.736.841,29	227.437,55	0,00	979.892,16	159.896,11	0,00	1.096.653,96	2,47	0,00	6,54	1,79	0,00	6,88
TO	CANTÃO	6.574.602,33	2.366.687,99	23.981.173,99	7.207.897,15	2.587.067,55	27.097.531,91	131.333,61	0,00	508.400,89	258.303,43	0,00	1.308.810,79	1,95	0,00	3,70	2,84	0,00	4,83
TO	CAPIM DOURADO	35.167.586,58	2.708.078,80	210.803.821,75	38.921.197,96	2.277.160,83	237.003.154,70	479.280,62	0,00	2.508.565,48	1.102.805,43	0,00	7.157.495,27	1,39	0,00	5,42	1,35	0,00	3,34
TO	CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA	6.334.684,87	2.243.119,74	20.773.351,94	6.357.292,08	2.587.370,55	23.329.975,99	214.541,32	0,00	731.221,99	404.377,07	278,51	1.803.407,14	3,05	0,00	7,57	5,70	,01	22,97
TO	ILHA DO BANANAL	10.199.265,58	2.298.231,35	49.764.029,09	9.954.248,32	2.403.852,53	48.701.961,14	57.142,31	0,00	258.866,56	78.824,38	0,00	380.281,81	,92	0,00	4,24	1,77	0,00	7,59
TO	MÉDIO NORTE ARA-GUAIA	14.292.687,30	1.540.129,58	106.075.156,11	14.725.884,38	2.562.941,07	108.389.216,50	236.530,63	0,00	1.601.734,86	286.433,24	16.992,34	1.506.610,11	1,75	0,00	4,58	3,41	,37	5,19
TO	SUDESTE	4.883.212,99	2.074.843,71	12.198.950,37	4.783.122,31	2.266.751,61	11.525.797,85	73.500,44	0,00	378.867,01	147.281,53	0,00	894.803,80	1,58	0,00	4,90	2,67	0,00	8,18
	Total	33.318.514,78	0,00	10.530.910.619,00	36.036.709,19	1.237.803,17	11.479.823.584,00	915.243,97	0,00	213.938.198,12	1.008.333,23	0,00	229.615.847,58	3,82	0,00	46,89	3,90	0,00	36,95

*Valores expressos em reais.

CONASEMS

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE